

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PAPEL DO REGIMENTO ESCOLAR NA ORGANIZAÇÃO E
FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PÚBLICA**

TESE DE DOUTORADO

VOLUME I

Tsutaka Watanabe

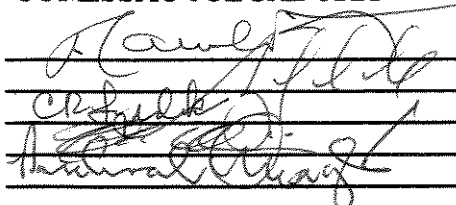
**Orientador: Prof. Dr. José Camilo dos
Santos Filho**

**Este exemplar corresponde à redação final da
tese defendida por Tsutaka Watanabe e
aprovada pela Comissão Julgadora.**

Data: Campinas, de de 1999.

Assinatura: 

COMISSÃO JULGADORA



Campinas

1999

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	1 Ex.
TCMBO BC/	39581
PROC.	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	02-12-99
N.º CPD	

CM-0013745B-1

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

W29p Watanabe, Tsutaka
Papel do regimento escolar na organização e funcionamento da escola pública / Tsutaka Watanabe. - Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientador: José Camilo dos Santos Filho.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.

1. Escolas - Regimento. 2. Planejamento educacional.
3. Autonomia. 4. Democratização da escola. 5. Escolas - Organização e administração. I. Santos Filho, José Camilo dos.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
III. Título.

RESUMO

Este trabalho pretendeu: a) analisar a composição da Escola quanto às relações de trabalho em seu interior e quanto aos recursos materiais-financeiros para sua sustentação; b) identificar e comparar as peculiaridades das escolas em relação a alguns aspectos de sua estrutura e funcionamento. c) analisar as expectativas de Escolas, de Delegacia de Ensino e de Entidades de Classe do Magistério sobre a Escola-Padrão; d) analisar e comparar as posições dos agentes envolvidos nas escolas estudadas, bem como as dos profissionais da Delegacia de Ensino e dos dirigentes das Entidades de Classe do Magistério em relação ao Regimento Escolar, em especial, com referência ao seu papel na escola.

Foi construído o referencial teórico e normativo: a escola como organização burocrática e a questão da natureza do trabalho pedagógico, a organização do trabalho na Escola Pública, o Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar.

O método utilizado foi a abordagem qualitativa mediante estudo de caso - em duas escolas estaduais comuns e uma Escola-Padrão. Os dados foram coletados por meio de observações diretas (1992-1995), entrevistas semi-estruturadas e análise documental.

Os resultados principais foram: não há uma integração total entre os diversos segmentos da escola, de um modo geral. Na Escola-Padrão "Tiradentes", o recebimento de recursos financeiros para desenvolver os projetos não autônomos do Plano Diretor contribui para sua autonomia financeira e pedagógica, enquanto as escolas comuns, por não receberem recursos, estão fortemente atreladas à Delegacia de Ensino e à Secretaria da Educação. Nas três escolas de ensino fundamental e médio pesquisadas, contrariando a teoria apresentada, o Regimento Escolar não é fruto do Projeto Pedagógico. O Regimento Escolar utilizado não é o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus (1978), como deveria sê-lo. Os Regimentos Comuns (1977 e 1978) não foram ajustados aos novos tempos e à nova realidade. O Regimento Escolar está no dia-a-dia das escolas, mas nem todos os agentes internos tomam conhecimento dele, chegando mesmo a desconhecê-lo. Não há divulgação da sua existência e da sua importância, nem do seu conteúdo completo. Duas das três escolas pesquisadas, "Romana" e "Tiradentes" -, por intermédio do Conselho de Escola, apresentam um embrião de participação, quer seja pelos pais, quer seja pelos alunos ou pelos professores, na elaboração das Normas Disciplinares ou do Código Disciplinar. Isso constitui um indício de que elas são capazes também de elaborar o seu próprio Regimento Escolar.

Finalmente, são apresentadas algumas ações para tornar o Regimento Escolar um instrumento real e efetivo de organização e funcionamento do trabalho na escola pública e sugestão de fases de elaboração do Regimento Escolar, em direção à autonomia, libertando-se das amarras da burocracia da Secretaria da Educação.

ABSTRACT

The proposes of this study were: a) to analyze the School organization in relationship to its internal work and to the material-financial resources for its maintenance; b) to identify and compare the peculiarities of the schools in relation to some aspects of its structure and operation; c) to analyze the expectations of Schools, of School Superintendence and of Teacher's Associations it about the "Escola-Padrão" (standard school); d) to analyze and compare the perspectives of the actors involved in the schools researched, as well as the one of the professionals of the School Superintendence and of the leaders of the Teacher's Associations especially in relation to the role of the School Statute.

The teoretical and normative framework was built around the concepts of the school as a bureaucratic organization, the nature of the pedagogical work, the organization of the work in the Public School, the Pedagogical Project and the School Statute.

This study used the qualitative research method, through the case study, in two regular state public schools and in "Escola-Padrão". The data were collected through direct observations (1992-1995), semi-structured interviews and documental analysis.

The main results were: generally, there is not a total integration among the several segments of the schools. In the "Escola-Padrão", the situation begins to become different. The availability of financial resources to develop the non autonomous projects of the managing Plan contributes to "Tiradentes" School's financial and pedagogical autonomy, while the regular schools don't receive resources and are strongly harnessed to the School Superintendence and to the State Secretary of Education. In the three schools researched, all of them, of elementary and secondary levels, rain against the theory presented that the School Statute should be coherent with the Pedagogic Project. The School Statute in use sometimes is not the State Elementary and High School Common Statute (1978). The Common Statutes (1977 and 1978) were not adapted to the new reality. The School Statute is part of the school daily routine, but not many notice it, nor become aware of it, because they ignore the Statute of their own school. There is not publicity of its existence and of its importance, nor of its full content. The publicity, when existing, is fragmentary, sometimes verbal, and rarely written. Two of the three schools researched, "Romana" and "Tiradentes", through the School Council, show a participation embryo, be it by the parents, the students, or the teachers, in the preparation of the

Discipline Norms or Discipline Code. This is an indication that they are also capable to elaborate their own Statute.

Finally, some actions are presented to transform the School Statute into a real and effective tool in the organization of the work in the public school and a suggestion of phases for the preparation of the School Statute, in the direction of its autonomy, freeing itself from the bureaucracy ties of the State Secretary of Education.

À Escola Pública, única possibilidade para muitos brasileiros.

Aos membros da comunidade escolar - diretores, assistente de diretor, vice-diretores, coordenadores, funcionários, professores, alunos e pais, que cotidianamente participam do processo de construção da Escola Pública.

Aos meus irmãos Ippo, Yogi, Reika e Daniel que freqüentaram a Escola Pública.

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor José Camilo dos Santos Filho, pelo estímulo e orientação segura e competente, enriquecida por uma vasta e diversidade de conhecimentos que solidificaram as bases e ampliaram os horizontes desta pesquisa, e pela ampla liberdade propiciada no desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor doutor Celestino Alves da Silva Júnior, que, acreditando na possibilidade de efetivação do estudo, me incentivou a procurar o Curso de Pós-Graduação da UNICAMP, atuou como verdadeiro co-orientador, através da presença amigável, da confiança e da disponibilidade que, com certeza, impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor doutor Miguel Henrique Russo, pelas críticas salutares e sugestões pertinentes feitas por ocasião do exame de qualificação e que, espero, tenham sido assimiladas, enriquecendo o presente trabalho.

À Delegada de Ensino e aos Supervisores de Ensino da Delegacia de Ensino de Presidente Prudente, e aos representantes regionais das Entidades de Classe - APASE (Sindicato de Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo), UDEMO (Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo); APEOESP (Sindicato Estadual dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e C.P.P. (Centro do Professorado Paulista) -, por aceitarem participar da pesquisa e pelas valiosas informações prestadas.

À comunidade das Escolas “Pedro Álvares Cabral”, “Romana” e “Tiradentes” - diretores, assistente de diretor, vice-diretores, assistente de administração escolar, secretárias, oficiais de escola, inspetores de aluno, serventes, coordenadores do C.B., coordenador do ensino fundamental, coordenador do curso noturno, coordenador do CIC, coordenadores de área, professores (PI e PIII), pais e alunos - pela convivência do dia a dia e pelo fornecimento das informações, matérias primas e razão de ser deste trabalho.

À bibliotecária Maria José Trisóglio da F.C.T. de Presidente Prudente - UNESP, pela amabilidade e presteza nas solicitações e orientações prestadas.

Aos funcionários da Biblioteca e Secretaria da Faculdade de Educação da UNICAMP pela atenção e solícito atendimento.

Ao pessoal do Polo Computacional e do Setor de Gráfica da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - UNESP, pela preciosa colaboração dada a esta caloura da

informática em computação e pelos serviços prestados na questão da xerografia, respectivamente.

Ao sobrinho Luís Fernando Watanabe, meu assessor pessoal e permanente nas questões do “Windows” e dos arranjos finais desta tese.

Aos professores e professores convidados do Curso de Pós-Graduação em Educação - área de concentração em Administração e Supervisão Educacional - da Faculdade de Educação da UNICAMP, que cunharam a minha formação, ampliaram e aprofundaram meus conhecimentos e contribuíram para disciplinar e qualificar meu trabalho intelectual, reforçando meu gosto pela pesquisa.

A todos que de uma forma ou de outra colaboraram neste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I : AS REFERÊNCIAS TEÓRICAS E NORMATIVAS	9
1.1. As Referências Teóricas	9
1.1.1. A Escola como organização	9
1.1.2. A organização do trabalho na Escola Pública	20
1.1.3. O Projeto Pedagógico	31
1.1.4. O Regimento Escolar	37
1.1.5. Princípios jurídicos	48
1.1.6. A natureza jurídica do Regimento	51
1.2. As Referências Normativas	53
1.2.1. O esquema brasileiro	53
1.2.2. A elaboração do Regimento Escolar	59
1.2.3. O artigo 70 da Lei 5692/71	62
1.2.4. Alguns Regimentos Escolares do Estado de São Paulo - do Início da República aos dias de hoje	78
1.2.5. Algumas iniciativas para reelaboração do Regimento Comum das Escolas Estaduais	79
CAPÍTULO II : O MÉTODO	89
2.1. A pesquisa qualitativa	89
2.2. As escolas	97
2.3. Coleta de dados	98
2.4. Análise dos dados	103
CAPÍTULO III : A APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	105
3.1. Observações realizadas	105
3.1.1. E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral”	105
3.1.1.1. Descrição da Escola	105
3.1.1.2. Planejamento	109
3.1.1.3. Reunião do Conselho de Série e de Classe	119
3.1.1.4. Reunião de Pais e Mestres	123
3.1.1.5. A greve e a reposição	127
3.1.1.6. Reunião do Conselho de Escola	132
3.1.1.7. Reunião da Hora de Trabalho Pedagógico do Ciclo Básico	146
3.1.1.8. Algumas notas	163
3.1.1.9. Centro de Ciências	163
3.1.1.10. Festa Junina	164

3.1.2. E.E.P.S.G. “Romana”	166
3.1.2.1. Descrição da Escola	166
3.1.2.2. Planejamento	168
3.1.2.3. Reunião do Conselho de Classe e de Série	174
3.1.2.4. Reunião de Pais e Mestres	176
3.1.2.5. A greve	179
3.1.2.6. Reunião do Conselho de Escola	184
3.1.2.7. Associação de Pais e Mestres	205
3.1.2.8. Reunião da Hora de Trabalho Pedagógico do Ciclo Básico	206
3.1.2.9. Festas	212
3.1.2.10. Convênio	214
3.1.3. E.E.P.S.G. “Tiradentes”	214
3.1.3.1. Descrição da Escola	214
3.1.3.2. Planejamento	219
3.1.3.3. Reunião do Conselho de Série	240
3.1.3.4. Reunião de Pais e Mestres	243
3.1.3.5. A greve	243
3.1.3.6. Reunião do Conselho de Escola	247
3.1.3.7. Reunião da direção com os professores	286
3.1.3.8. Reunião da Hora de Trabalho Pedagógico - H.T.P.	290
3.1.3.9. Reunião Pedagógica	310
3.1.3.10. Reunião geral - direção, coordenação e funcionários	315
3.1.3.11. Reunião de coordenadores com a direção	327
3.1.3.12. Avaliação - Português, Matemática, Conhecimentos Gerais (8ª série)	332
3.1.3.13. Avaliação da Escola-Padrão	334
3.1.3.14. Algumas dimensões especiais da Escola-Padrão	338
3.1.4. Análise e comparações das observações	356
3.1.4.1. Planejamento	356
3.1.4.2. Ação da direção	362
3.1.4.3. Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres	368
3.1.4.4. Coordenação e Hora de Trabalho Pedagógico	371
3.1.4.5. Biblioteca-Laboratório	378
3.1.4.6. Comércio “persa”... sinal dos tempos	380
3.1.4.7. Regimento Escolar	381
3.1.4.8. Estrutura funcional	383
3.2. Expectativas de Escolas, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe do Magistério sobre a Escola-Padrão	391
3.2.1. Expectativas da Escola “Pedro Álvares Cabral” sobre a Escola-Padrão	391
3.2.2. Expectativas da Escola “Romana” sobre a Escola-Padrão	397
3.2.3. Expectativas da Escola “Tiradentes” sobre a Escola-Padrão	402
3.2.4. Expectativas da Delegacia de Ensino sobre a Escola-Padrão	424
3.2.5. Expectativas das Entidades de Classe sobre a Escola-Padrão	431

3.3. Comparação das posições de Escolas, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe do Magistério sobre o Regimento Escolar	434
3.3.1. Posição de agentes de Escolas Estaduais sobre o Regimento Escolar	434
3.3.2. Posição da Delegacia de Ensino sobre o Regimento Escolar	518
3.3.3. Posição das Entidades de Classe sobre o Regimento Escolar	542
3.3.4. Comparação entre as posições das escolas pesquisadas e entre a Delegacia de Ensino e Entidades de Classe sobre Regimento Escolar	563
3.3.4.1. Comparação entre as posições de Escolas Estaduais sobre o Regimento Escolar	563
3.3.4.2. Comparação entre as posições de Delegacia de Ensino e das Entidades de Classe sobre Regimento Escolar	569
CONCLUSÕES E SUGESTÕES	577
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	599
ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA	609
ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA - ENTIDADES	613
ANEXO 3 - LEI COMPLEMENTAR Nº 60, DE 10/07/1972	615
ANEXO 4 - REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE 1º E 2º GRAUS	617
ANEXO 5 - NORMAS DISCIPLINARES DA E.E.P.S.G. ROMANA	645
ANEXO 6 - CÓDIGO DISCIPLINAR DA E.E.P.S.G. TIRADENTES	649
ANEXO 7 - DELIBERAÇÃO CEE(SP) Nº 10, 30/07/1997	653
ANEXO 8 - NORMAS REGIMENTAIS BÁSICAS PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS	665

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distinção entre modelo burocrático e modelo profissional	16
Quadro 2 - Distinção entre os modelos profissionais e burocráticos, quanto ao momento de lidar com a reação pública	17
Quadro 3 - Documentação institucional de uma escola	39
Quadro 4 - Relação entre níveis de decisão e participação dos membros da organização	46
Quadro 5 - Composição dos entrevistados nas Escolas	101
Quadro 6 - Composição dos entrevistados nas Entidades de Classe	101
Quadro 7 - Composição dos entrevistados na Delegacia de Ensino	102
Quadro 8 - Avaliação Global - Professores - Dezembro - 1995	337

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Visão organizacional da Escola da Cidadania	27
Gráfico 2 - Documentação Institucional	38
Gráfico 3 - Estrutura da Unidade Escolar	83
Gráfico 4 - Estrutura Funcional da Escola Padrão	385
Gráfico 5 - Estrutura da E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral” 1992 a 1993	386
Gráfico 6 - Estrutura da E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral” 1994 a 1995	387
Gráfico 7 - Estrutura da E.E.P.S.G. “Romana” 1992 a 1995	388
Gráfico 8 - Estrutura da E.E.P.S.G. “Tiradentes” 1992	389
Gráfico 9 - Estrutura da E.E.P.S.G. “Tiradentes” 1995	390

SIGLAS

A.C.T. - Admitido em Caráter Temporário
AMEPP - Autarquia Municipal de Esporte de Presidente Prudente
APASE - Sindicato de Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo
APEOESP - Sindicato Estadual dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
A.P.M. - Associação de Pais e Mestres
CARH - Centro de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos
C.B. - Ciclo Básico
C. E. - Conselho de Escola
CECAP - Companhia Estadual de Casas Populares
CEFAM - Centro Educacional de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
CEI - Coordenadoria de Ensino do Interior (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo)
CENP - Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo)
CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CIC - Centro de Informação e de Criação
C. N .B. B. - Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
COGESP - Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo
(Secretaria da Educação do Estado de São Paulo)
C.P.P. - Centro do Professorado Paulista
D.E. - Delegacia de Ensino
D.R.E. - Divisão Regional de Ensino
DRHU - Departamento de Recursos Humanos
D.O. - Diário Oficial
E.E.P.S.G. - Escola Estadual de 1º e 2º Graus
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante
F.C.T./UNESP - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista
F.D.E. - Fundação para o Desenvolvimento da Educação
G.L.D. - Grupo Local de Diretor
H.A. - Hora Atividade
HEM - Habilitação Específica para o Magistério
H.T.P. - Hora de Trabalho Pedagógico
PI - Professor I
PIII - Professor III
R.C.E.E. - Regimento Comum das Escolas Estaduais
R.D.P.E. - Regime de Dedicação Plena e Exclusiva
REM - Representantes de Educadores do Município
SABESP - Saneamento Básico do Estado de São Paulo
S.E. - Secretaria da Educação
T.R.E. - Tribunal Regional Eleitoral
TV - Televisão
UDEMO - Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Diretor)
U.E. - Unidade Escolar
UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista

INTRODUÇÃO

Nesta introdução apresento o contexto do problema da pesquisa, delineamento do problema e os objetivos do estudo.

No campo do ensino, a batalha sobre a democratização hoje não se trava mais em relação à abertura de oportunidades educacionais para todos porque há um consenso sobre o direito de todos ao acesso ao ensino fundamental (1º Grau)¹ e, pelo menos da grande maioria, ao ensino médio (2º Grau)². O que se coloca na ordem do dia é a questão de como complementar a democratização das oportunidades pela democratização da própria escola, instituindo um padrão de ensino que atenda a população escolar que a frequenta e que dê substrato aos anseios de participação do magistério nas decisões educacionais.

A Escola é uma instituição especializada da sociedade cujo principal papel consiste na socialização do saber sistematizado, isto é, no acesso ao conhecimento elaborado, à cultura erudita (Saviani, 1984a). Todo ser humano necessita compreender a realidade para poder transformá-la. O homem precisa do saber científico enquanto instrumento de compreensão da realidade, na medida em que ele é necessário, mas não suficiente para a transformação prática da realidade.

É por meio do conhecimento que a classe subalterna compreende a historicidade do sistema econômico e social e desenvolve uma consciência histórico-política, vislumbrando as possibilidades reais de mudança e transformação social. Entretanto, o acesso ao conhecimento explícito da dominação não é automático, requer a mediação dos profissionais da escola, que na relação pedagógica possibilitam aos alunos da classe dominada a compreensão crítica dos conhecimentos. Isto coloca a necessidade de a escola organizar-se (ou reorganizar-se) para esta tarefa.

Atualmente, para as camadas dominadas, mais do que nunca, as reivindicações de alimentação, habitação e saúde são prioritárias, ao passo que a reivindicação de escola não assume esse caráter de sobrevivência, mas de condição para a superação do estado de sobrevivência. Com a atual organização da escola (conteúdos desarticulados da cultura de

¹ A partir daqui usarei apenas a terminologia atual “ensino fundamental”.

² A partir daqui usarei apenas a terminologia atual “ensino médio”.

origem, horários que dificultam a presença do aluno etc.) os alunos fracassam. O fracasso é justificado pelas classes dominantes e aceito pelas classes dominadas como incapacidade individual.

A Escola tem a função política de transformar os seus mecanismos internos, conduzindo-a ao encontro das reais possibilidades das camadas populares, possibilitando a sua permanência na escola, para assegurar a elevação de seu grau de consciência política e a posse dos conhecimentos transmitidos pela escola, articulados com seus interesses. Para realizar essa função política, é necessário que a escola seja reorganizada no interesse da emancipação das camadas populares. É necessário que os agentes pedagógicos sejam aliados dos alunos e não seus adversários. É necessário que entre os supervisores, diretores, coordenadores e professores haja uma relação de cooperação, solidariedade e integração e não de confronto ou disputa. Para isso é preciso que a Escola *ensine* e garanta a *relação pedagógica* adequada.

Para os educadores progressistas, os problemas mais graves da escola situam-se nos aspectos didático-metodológicos, na reinterpretação do processo ensino-aprendizagem, na formação de professores e na organização da Escola.

A Escola é a mediação entre a criança e os modelos sociais adultos. É pelo contato imediato com o professor que se processa essa mediação. O trabalho docente possibilita o encontro formativo entre o aluno e a matéria de ensino. O núcleo do trabalho docente é o ensinar que leve os alunos a aprenderem.

Celestino Alves da Silva Júnior (1986) diz que as questões da organização do trabalho na Escola têm recebido tratamento incipiente e precário. Isto porque a Administração Escolar no Brasil debate-se com duas incompreensões: há os que a entendem como um “caso particular” da “ciência da administração”, bastando apenas um pequeno esforço de adaptação para que os “princípios gerais” de administração dêem conta satisfatoriamente dos problemas do dia-a-dia da escola. Não levam em consideração a especificidade das questões educacionais. De outro lado, há os que atentam para a impropriedade do tratamento genérico-empresarial dos problemas escolares, porém, costumam negar não apenas a validade desse tratamento, mas a própria possibilidade de elaboração da administração escolar enquanto “saber estruturado com pretensão à objetividade” (Vale, 1985, p.62).

Conforme Silva Júnior (1986), as questões da organização do trabalho na sociedade capitalista são baseadas em dois conceitos fundamentais: eficiência e produtividade, com os

quais pretende-se medir o alcance dos objetivos que determinam a própria organização do trabalho. Esses conceitos têm significações diferenciadas na ótica do capital e na ótica do trabalho. É preciso examinar as possibilidades de refutação da aplicação dessas significações à organização do trabalho na escola, bem como, examinar as possibilidades desta organização a partir dos significados, interesses e necessidades do trabalho e dos trabalhadores. Para o trabalho, o que interessa não é apenas a venda do produto, como quer o capital, mas sim, a sua utilização pelos segmentos da população que dele necessitam. Por isso, a organização do trabalho na escola deve se nortear pelo objetivo fundamental da transmissão/assimilação crítica do saber sistematizado ao conjunto majoritário da população trabalhadora.

O núcleo da democratização da educação é a democratização do saber. Por outro lado, a democratização das relações internas da escola constitui-se em mediação para isso, isto é, em uma das condições para a democratização da educação. As relações democráticas na escola, a participação nas decisões, o envolvimento da equipe de professores no trabalho são mediações básicas do objetivo do trabalho docente - que é o de ensinar de modo que os alunos aprendam - mas não são suficientes nem exclusivas (Libâneo, 1985).

A participação dos professores na organização da escola, na definição dos conteúdos a serem ensinados, nas suas formas de administração será tão mais efetivamente democrática na medida em que eles dominarem os conteúdos e as metodologias dos seus campos específicos, bem como o significado social dos mesmos. Só quem domina as suas especificidades numa perspectiva de totalidade é capaz de exercer a autonomia na reorganização da escola que melhor propicia a sua finalidade: democratização da sociedade pela democratização do saber.

De acordo com Júnior (1986), “as dificuldades para uma organização do trabalho voltada para a realização das necessidades dos trabalhadores não se encontram necessariamente no plano teórico-conceitual”, mas “se situam basicamente no plano existencial, no qual os educadores não conseguem se entender quanto à finalidade real do trabalho escolar e também não conseguiram ainda situar-se objetivamente face à sua própria condição de trabalhadores” (p.74). Silva Júnior ainda alerta para o fato de que tanto as condições de trabalho e da organização profissional dos trabalhadores do ensino, quanto a questão da definição dos objetivos da organização do trabalho na escola se apresentam como dificuldade.

Selma Garrido Pimenta (1987), após indagar: “Que organização escolar favorece a consecução do objetivo de torná-la um instrumento de emancipação das camadas populares?”

responde que “certamente não é a escola que hoje temos, pois esta há anos cumpre a função de expulsar de si os alunos provenientes das camadas médias e baixas que têm tido acesso à escola pela ampliação quantitativa de vagas” (p.31). É preciso, segundo a autora, considerar também que a deterioração das condições dos trabalhadores do ensino, no bojo da deterioração geral dos salários dos trabalhadores no avanço do modo de produção capitalista, reflete-se diretamente “no descompromisso” para repensar a escola. A necessidade de dar aulas em várias escolas para manter as condições mínimas de salário, “deixa os professores sem condições materiais para planejarem as aulas e para refletirem, discutirem e decidirem sobre a organização do trabalho docente na escola” (p.32). Por outro lado, se é verdade que podemos e devemos incentivar o debate sobre a organização escolar que melhor assegure o acesso à escola aos seus usuários, vale lembrar que tal procedimento não desobriga os profissionais da educação escolar de apresentarem e executarem políticas competentes na direção da democratização do saber.

Pimenta responde à indagação feita, dizendo que “é a partir da escola que aí está que é preciso construir a ‘nova’ escola” (p.32). “Não se trata de conceber previamente um tipo de organização escolar ideal mas de garimpar no existente os elementos que, fortalecidos, apontam para novas práticas” (p.32). “A escola de massa deve ser estruturada segundo o princípio da diferença, que, atuando sobre uma população bastante diferenciada, permite elevar qualitativamente, na saída, a sua formação, possibilitando que todos saiam da escola no mesmo grau elevado” (p.32). A organização do trabalho nesta escola “não pode ser artesanal (...):precisa delinear um novo perfil de ‘competência coletiva’, no qual se expressa uma primeira forma de divisão técnica do trabalho, um uso mais equilibrado e racional dos recursos materiais do ensino, uma capacidade de programar, realizar e controlar a ação educacional” (Maragliano, 1986, p.27). No mesmo sentido, Silva Júnior (1986) escreve :

A organização do trabalho na escola terá que se centrar necessariamente no *serviço dirigente* que o professor presta a seu aluno. (...) e se realmente buscamos a democracia na escola, toda organização de trabalho em seu interior terá que se caracterizar como um *esforço coletivo a serviço do serviço que os professores prestam a seus alunos* (p.76) (grifos do autor).

Esse esforço coletivo deverá se traduzir no projeto pedagógico da escola, baseado nas condições reais de vida de seus alunos.

Na organização escolar, um dos instrumentos básicos é o Regimento Escolar que constitui um conjunto de normas que preside sua organização e seu funcionamento. Se o

Regimento Escolar é um instrumento de organização administrativa, didática e disciplinar da unidade escolar, deve expressar as intenções, os princípios e os pressupostos de seu projeto pedagógico.

O Regimento Escolar é de suma importância dentro da organização escolar porque deve objetivar as condições para proporcionar educação de qualidade e levar gradativamente à autonomia das Escolas.

Eliane Lopes da Silva Gschwenter (1987) mostra que as funções organizacionais da escola, emergentes na década de 70, vinculadas aos tipos de estruturas formais, influíram na elaboração de uma proposta político-pedagógica-administrativa da escola tecnicista e que essas funções organizacionais refletiram estruturas lineares, funcionais ou linha-*staff* de cunho clássico e orientaram a elaboração de Regimentos Escolares, mais baseados na normatização e diretrizes emergentes do sistema de ensino que na realidade efetiva da escola. Daí terem decorrido distorções entre o que o Regimento normatizou, o que o organograma da escola definiu e o que a realidade traduziu. Hoje é preciso caminhar das funções reguladoras (produtiva ou de ensino, adaptativa, integradora, diretiva e de controle) para as emancipatórias (funções histórica, social, política, produtiva, cultural).

Em pesquisa sobre “O significado do Regimento Interno no processo de democratização da Escola e do Saber”, Watanabe (1991) aponta duas evidências: A primeira - em relação à autonomia -, é que os participantes da discussão da nova proposta de Regimento Escolar das Escolas da Rede Estadual do Estado de São Paulo, em 1987, não a exercitaram. A segunda é que a autonomia da Escola é vista como possível ameaça à autonomia do diretor.

Silva Júnior (1990), a respeito da fragmentação da jornada do professor com a conseqüente multiplicação dos locais de trabalho, apresenta duas questões:

Como pensar a autonomia da escola, se cada escola pública não detém ainda condições de construir sua própria identidade?

Como construir uma identidade institucional, se cada trabalhador da escola não detém ainda condições de realizar sua própria identidade pessoal como trabalhador? (p.152)

Silva Júnior coloca essas questões, que são limitadoras, em função da:

a) rotatividade intensa e constante do professor, devido à precariedade do vínculo profissional. Às portas do século XXI, no Estado de São Paulo, mais de 57% dos trabalhadores da escola pública não dispõem de garantia da continuidade de seu trabalho porque sendo

“servidores” não possuem a estabilidade funcional. “Sem que os trabalhadores da escola pública se vinculem a uma unidade escolar não há como assegurar a continuidade dos processos de discussão em que as ações pretendidas deverão se sustentar”. (orelha do livro).

b) falta de professores em áreas de conhecimento; tanto que,

quando efetivos, podem assumir disciplinas que pouco ou nada têm a ver com sua formação básica; quando não efetivos, a formação básica também não se constitui em credencial relevante, porque é preciso suprir de qualquer forma a ausência dos efetivos; efetivos ou não, freqüentemente são solicitados a trabalhar cumulativamente em diferentes áreas de conhecimento porque a instabilidade de pessoal em quase todas as áreas constantemente ameaça a conclusão dos cursos dos alunos... (Silva Júnior, 1991, p.111).

c) precariedade de sua formação, no aspecto do conteúdo e no desconhecimento ou no desinteresse pelo significado mais profundo da relação educativa (parecem considerar aceitável “fazer educação” sem uma consciência clara da significação do seu “feito”). A dificuldade reside na qualidade dos cursos de formação profissional.

Uma das razões da falta de organização das discussões, por parte das próprias instituições, seria a carência da própria formação do trabalhador da escola. A tarefa atual e mais premente é organizar a discussão entre os trabalhadores da Escola Pública a respeito das condições de seu trabalho e das implicações que a omissão da discussão dessa questão pode representar sobre o avanço necessário da democratização das escolas. Enquanto no mundo do trabalho assalariado se está lutando pela redução progressiva da jornada de trabalho, pela supressão da figura das horas extras, pelo acesso ao lazer e ao usufruto dos bens da cultura, pelo acesso de novos trabalhadores aos locais de trabalho existentes, no tempo liberado pela redução da jornada, e também pela criação de novos locais de trabalho, na escola pública brasileira luta-se ainda pela simples permanência no trabalho, mesmo que essa permanência não esteja assegurando a própria sobrevivência.

Devido a essas limitações, o Regimento Escolar como o grande regulador da escola, acaba não recebendo a atenção devida. Sendo o Regimento Escolar um instrumento de organização administrativa, didática e disciplinar da unidade escolar, deveria merecer a atenção de todos os trabalhadores da Escola, mas isso não ocorre. Assim, o núcleo central da presente pesquisa foi: “Como tornar o Regimento Escolar um instrumento fundamental no processo de organização do trabalho na Escola Pública?”

O presente trabalho pretendeu, como objetivo geral, produzir elementos que possibilitassem uma melhor compreensão da importante função do Regimento Escolar na organização do trabalho na Escola Pública.

Mais especificamente, foram esses os objetivos:

- a) Analisar a composição da Escola quanto às relações de trabalho em seu interior e quanto aos recursos materiais-financeiros para sua sustentação;
- b) Identificar e comparar as peculiaridades das escolas em relação a alguns aspectos de sua estrutura e funcionamento.
- c) Analisar as expectativas de Escolas, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe do Magistério sobre a Escola-Padrão;
- d) Analisar e comparar as posições dos agentes envolvidos nas escolas estudadas, bem como as dos profissionais da Delegacia de Ensino e dos dirigentes das Entidades de Classe do Magistério em relação ao Regimento Escolar, em especial, com referência ao seu papel na escola.

Para estudo do problema, foi feito um levantamento bibliográfico, com a correspondente análise e avaliação sobre a produção teórica existente, constatando-se que há poucos trabalhos sobre o assunto.

Optei pelo método que privilegiasse a abordagem qualitativa para desenvolver a pesquisa, buscando examinar os múltiplos aspectos que envolvem a questão do Regimento Escolar e a organização do trabalho na Escola Pública. Então, escolhi o estudo de caso como forma da pesquisa qualitativa, elegendo três escolas estaduais de ensino fundamental e médio, sendo duas escolas comuns e uma Escola-Padrão, localizadas em área urbana, que foram observadas, no cotidiano, por mim. Fiz também, entrevistas e pesquisa documental (Plano Global da Escola e Plano Diretor, atas de reunião, legislação).

O trabalho ficou assim estruturado:

No primeiro capítulo, trato das referências teóricas e normativas, partindo da escola como organização burocrática e da questão da natureza do trabalho pedagógico, passando pela organização do trabalho na Escola Pública, pelo Projeto Pedagógico como um projeto global e completo que orienta e regula o conjunto das atividades educativas da escola, para focalizar o Regimento Escolar como a operacionalização do conjunto de princípios, metas e estruturas em um conjunto de normas que regulam a vida na organização escolar. O Regimento Escolar,

assim, aparece como uma parte indispensável de qualquer Projeto Pedagógico ou, no mínimo, como um complemento necessário. A seguir trato das referências normativas sobre o Regimento Escolar. No final deste capítulo, apresento iniciativas do próprio Estado de São Paulo e de outros Estados para a reelaboração do Regimento Escolar das Escolas Públicas Estaduais.

No segundo capítulo, explico o método de pesquisa: a abordagem qualitativa mediante estudo de caso, envolvendo o cotidiano da escola, a coleta de dados por meio da observação participante, entrevista e análise documental e a análise dos dados.

No terceiro capítulo, apresento o resultado do estudo de caso, em três escolas estaduais de Presidente Prudente - E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral”, E.E.P.S.G. “Romana” e E.E.P.S.G. “Tiradentes” - tendo por base o referencial teórico do capítulo anterior. Para ver como a organização do trabalho na Escola Pública e a questão do Regimento Escolar se apresentam na realidade concreta, diária, coletei dados, por meio da observação participante, que são analisados e apresentados por escola e em seguida comparados. Além disso, para saber a respeito da expectativa sobre a Escola-Padrão e sobre o papel do Regimento Escolar dei a palavra aos agentes envolvidos nas escolas estudadas. Também dei a palavra aos Supervisores de Ensino e à Delegada de Ensino, bem como aos representantes das Associações de Classe do Magistério da região de Presidente Prudente. Os depoimentos foram agrupados por Escolas Estaduais, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe. Realizei entrevistas semi-estruturadas (ANEXOS 1 e 2) para obter os dados, no período de julho de 1995 a janeiro de 1996.

Nas conclusões e sugestões, sintetizo o trabalho e apresento algumas sugestões, a partir dos dados apresentados, vislumbrando o Regimento Escolar como um instrumento real e efetivo de organização do trabalho na escola, traduzindo-se como um dos servidores do Projeto Pedagógico, fortalecendo a unidade escolar, em direção à autonomia, e libertando-se das amarras da burocracia da Secretaria da Educação.

CAPÍTULO I

AS REFERÊNCIAS TEÓRICAS E NORMATIVAS

Este capítulo está dividido em duas partes: as referências teóricas e as referências normativas. Na primeira, apresento a escola como organização burocrática, a organização do trabalho na escola, o projeto pedagógico como orientador de todas as atividades que se realizam na escola e o Regimento Escolar como uma parte operacional e indispensável de qualquer projeto pedagógico. Na segunda parte, explico as referências legais sobre o Regimento Escolar e uma visão panorâmica sobre iniciativas do próprio Estado de São Paulo e de outros Estados para a reelaboração do Regimento Escolar das Escolas Públicas Estaduais.

1.1. As Referências Teóricas

1.1.1. A Escola como organização

A nossa sociedade é uma sociedade de organizações, isto é, constituída de unidades sociais ou agrupamentos humanos intencionalmente construídos e reconstruídos com a finalidade de atingir objetivos específicos (Etzioni, 1967, p.7-9).

Para a sociedade industrial, fortemente diferenciada e orientada para o rendimento, as organizações são um meio de ordenação necessário. A cooperação continuada de numerosos seres humanos para um fim específico necessita de uma organização (Mayntz, 1972, p.12).

As pessoas pertencem a grupos, sejam primários (família, grupos de amigos etc.), sejam secundários ou formais constituídos de forma voluntária, intencionada e sistemática para alcançar determinados fins.

Para Amitai Etzioni (1967), as organizações são caracterizadas por:

a) divisões de trabalho, poder e responsabilidade de comunicação, intencionalmente planejadas para facilitar o alcance de objetivos específicos;

b) a presença de centros de poder que controlam os esforços da organização e os dirigem para seus objetivos específicos, além de buscar nessa atividade, a revisão contínua da

forma de execução da tarefa e a organização da estrutura, quando necessário, para aumentar sua eficiência;

c) substituição de pessoal, quando necessário.

Além disso, há ainda requisitos funcionais que têm que ser atingidos para que a organização funcione.

Daniel Katz e Robert L. Kahn (1976, p.65) argumentam que as organizações têm uma série de subsistemas de proponentes:

a) estruturas de manutenção, assim como estruturas da produção e de apoio à produção, atividades que se ocupam para dar-lhes algum grau de permanência;

b) um elaborado padrão de papéis formais, nos quais a divisão de trabalho leva a uma especificidade funcional de papéis;

c) uma estrutura clara de autoridade que reflete a forma em que a função de controle e a função gerencial são exercidas;

d) como parte da estrutura gerencial, há mecanismos reguladores bem desenvolvidos e estruturas adaptativas, já que a organização é realimentada constantemente em relação às suas próprias operações e ao caráter mutante de seu ambiente;

e) há uma formulação explícita da ideologia para prover o sistema de normas que fortaleçam a estrutura de autoridade.

Com base em Katz e Kahn sobre os subsistemas componentes de uma organização, Roberto Costa Fachin (1972), em seu Parecer CEE(RS) nº 16 de 13/01/1972, aponta as seguintes funções que devem ser presentes na organização escolar:

a) **função diretiva e de controle** - visa a coordenar e dirigir o estabelecimento, bem como dirimir conflitos entre membros ou subestruturas escolares e ainda assegurar a utilização adequada de recursos e a definição apropriada dos objetivos da escola (função normalmente exercida pela direção da escola, com o auxílio de outras subestruturas escolares, como orientação pedagógica e educacional, além de colegiado de direção);

b) **função produtiva ou de ensino** - visa a cumprir as tarefas especificamente previstas para o alcance imediato dos objetivos de ensino (função normalmente exercida pelos membros do corpo docente em seu trabalho de sala de aula apoiado por atividades de coordenação pedagógica);

c) **função integradora** - visa a prover harmonia e ausência de desajustes entre escola, alunos e professor (função normalmente atendida pela orientação educacional e, em parte, pela coordenação pedagógica e direção);

d) **função de apoio** - visa a prover condições de atuação à escola; é função auxiliar das outras, e especialmente ligada à função gerencial, atuando com a finalidade de prover material de consumo permanente, equipamento e outros recursos necessários à ação da escola.

Fachin (1972) observa que as funções não são sempre executadas por uma estrutura predeterminada e que geralmente as estruturas são multifuncionais. O que é importante é a presença das funções. A guisa de exemplo: as funções diretivas e de controle, bem como a função integradora, podem ser executadas por diretor ou vice-diretor ou professor nas unidades menores, e só se concretizará como órgão de alguma complexidade em escola com maior número de alunos. A função é imprescindível porque somente com sua existência é que se tem segurança de que a escola poderá ter seus objetivos plenamente atingidos.

A sociedade criou uma instituição especializada, a escola, com a finalidade de favorecer e facilitar o processo de socialização e acultramento das pessoas que a compõem, dentro de uma determinada escala de valores. A existência da escola implica necessariamente a de uma organização: um conjunto de metas, estruturas e sistemas que facilitem a consecução dos fins propostos. Assim, a escola é plenamente uma organização formal ou secundária com as seguintes características:

- a) dispõe de uma estrutura;
- b) possui um sistema de comunicação e coordenação;
- c) atua sobre o meio ambiente e recebe a influência deste;
- d) dirige-se a conseguir certos fins empregando para isso determinados meios.

As organizações educacionais realizam distintas funções para seus alunos. São cinco as funções identificadas por Dale L. Brubaker e Roland H. Nelson Jr. (1974): confinamento, instrução, doutrinação, classificação e suprimento das condições para o desenvolvimento pessoal. As quatro primeiras funções são conduzidas seriamente pelas organizações educacionais e as práticas presentes são consistentes com o modelo burocrático de organização. Brubaker e Nelson Jr. defendem o modelo profissional para o currículo e a instrução como mais apropriado às quatro primeiras funções, e como particularmente

apropriado para a quinta função (provimento de condições para o desenvolvimento pessoal de alunos).

As escolas são organizações governamentais porque implementam os objetivos dos governos federal, estaduais e municipais e são uma expressão destes governos. Os recursos financeiros para a escola provêm desses três órgãos. Os órgãos governamentais decidem o número mínimo de dias letivos, os conteúdos a serem ensinados e a qualificação para lecionar. Embora professores e outras pessoas da escola possam influenciar tais decisões, a autoridade final sempre permanece com alguém dos três órgãos governamentais (federal, estadual ou municipal).

1.1.1.1. A organização burocrática

As escolas, por serem organizações governamentais, são organizadas burocraticamente para desenvolver suas funções, pois a organização burocrática parece ser o meio mais efetivo de efetuar suas funções.

O termo “burocracia” tem uma conotação negativa para a maioria das pessoas pois elas a igualam a infinita formalidade, total ineficiência, inflexibilidade administrativa, desumanização, e outras características igualmente não atrativas.

Max Weber (1982), o primeiro a estudar sistematicamente as organizações burocráticas, não definiu a burocracia mas enumerou as suas características:

- a) A definição de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos (leis ou normas administrativas);
- b) Os princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridade significam um sistema firmemente ordenado de mando e de subordinação mútua;
- c) A administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos (“os arquivos”);
- d) A administração burocrática pressupõe um treinamento especializado e completo, tanto para o diretor moderno e o empregado das empresas privadas como para o funcionário do Estado;
- e) A atividade exige a plena capacidade de trabalho do funcionário;
- f) O desempenho do cargo segue regras gerais, mais ou menos estáveis, mais ou menos exaustivas e que podem ser aprendidas.

Weber não considerou a burocracia como um tipo de sistema social, mas um tipo de poder, da mesma categoria que o poder patriarcal e o poder carismático. Mas se a cada tipo de poder correspondem um ou mais sistemas sociais, à burocracia ou poder burocrático correspondem as organizações burocráticas ou simplesmente burocracias.

A expressão burocracia é sinônimo de organização quando exprime um tipo de sistema social. O termo burocracia tem um sentido científico, dentro da Administração e Sociologia, isto é, um sistema social que se administra segundo critérios racionais, tendo em vista o aumento da produtividade.

Brubaker e Nelson Jr. (1974) arrolam as seguintes características da burocracia como um tipo de organização formal:

- a) subdivisão detalhada de trabalho, para ser realizada por muitos e diferentes especialistas altamente treinados;
- b) regras gerais e regulamentos para assegurar tratamento objetivo e impessoal dos clientes das organizações, e para coordenar os esforços dos trabalhadores especialistas das organizações para promover um meio ordenado, sistemático e racional dos serviços oferecidos;
- c) relações hierárquicas designadas para assegurar a coordenação dos esforços dos especialistas provendo alocação clara e racional da autoridade e responsabilidade.

Assim, não há na burocracia qualquer autonomia individual ou social no que diz respeito à participação no processo administrativo. Ao identificar a burocracia com a racionalidade e o processo de racionalização com o mecanismo, despersonalização e rotina opressiva, o comportamento torna-se então muito previsível, preciso e controlável. Vê-se aqui, claramente, a concepção mecanicista da organização e do ser humano.

À primeira vista, o modelo burocrático revela-se eficaz. Uma análise cuidadosa revela o contrário. Ao estudar as consequências previstas (ou desejadas) da burocracia que a conduzam à máxima eficiência, Robert King Merton (1972) notou também as consequências imprevistas (ou indesejadas) e que levam à ineficiência e às imperfeições, às quais chamou de disfunções da burocracia. Assim, se para a burocracia Weberiana as ordens devem ser escritas e não orais, isso levado ao extremo, faz com que as pessoas confundam burocracia com papelada.

Para Merton (1972), as principais consequências funcionais da organização burocrática são:

a) aprendizado disfuncional - os membros tendem a generalizar as reações próprias de determinadas situações a outras semelhantes, originando conseqüências inesperadas e não desejadas pela organização;

b) ênfase na confiabilidade do comportamento, levando à diminuição de relações personalizadas - os funcionários tratam-se como representantes de cargos e não como pessoas; a burocracia exige funcionário metódico, prudente e disciplinado, garantindo-lhe carreira gradual, pensões e salários - isto gera timidez e atitudes conservadoras.

As causas das disfunções residem basicamente no fato de que a burocracia não leva em conta a chamada organização informal que existe fatalmente em qualquer tipo de organização, nem se preocupa com a variabilidade humana que necessariamente introduz variações no desempenho das atividades organizacionais, face à exigência de controle que norteia toda a atividade organizacional.

À questão - “Por que as escolas são organizadas burocraticamente?” - Brubaker e Nelson Jr. (1974, p.64-5) apresentam três razões:

a) A burocracia conduz à submissão disciplinada com regras, regulamentos e diretivas superiores. O delegado de ensino claramente tem a autoridade legal para dirigir as atividades do diretor, o diretor tem a autoridade legal para dirigir as atividades dos professores e os professores claramente têm a autoridade legal para dirigir as atividades dos estudantes;

b) A organização hierárquica de uma burocracia determina linhas claras de autoridade e responsabilidade para que os indivíduos possam facilmente ser responsabilizados por suas ações. “Cabeça tem que rolar” quando coisas saem erradas;

c) Finalmente, a burocracia parece melhor adaptada a organizações cujos fins são discretos e mensuráveis, cujos objetivos são claros e geralmente consentidos e cujas relações causais entre meios e fins são facilmente demonstráveis.

Para Brubaker e Nelson Jr. (1974, p.67) o modelo burocrático é apropriado para escolas quando estas têm como seu principal objetivo a produção de estudiosos, pois o fim é mensurável (a produção de estudantes bem sucedidos), os meios são conhecidos (cursos ensinam que estudantes podem com sucesso prestar exames e testes estandarizados) e a causa é conhecida desde que somente estudantes que fazem cursos e fazem bem os exames são estudantes bem sucedidos. Contudo, dizem os autores que as escolas clamam que seus objetivos são muito mais amplos do que este (produzir bons estudantes).

Conforme o artigo 205 da Constituição Brasileira de 1988, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, *visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*” (grifos meus).

Para Neidson Rodrigues (1986), a escola, além da função óbvia de produção e transmissão do saber, tem também

o dever de realizar a formação do indivíduo para o exercício da cidadania, termo esse tão deturpado nos últimos anos e tão abandonado pelos programas de ensino. O exercício da cidadania compreende a formação do homem social, participativo, responsável, político e produtivo (p.74).

Isto coloca questões como: que modelo é apropriado para atingir aqueles objetivos?

Brubaker e Nelson Jr. (1974) declaram que, “embora uma estrutura burocrática pareça fazer sentido para o governo, em organizações educacionais não parece o meio mais efetivo para organizar sua instrução” e advogam “o modelo profissional como o mais apropriado para o desenvolvimento curricular e o aspecto instrucional” (p.59 e 73).

1.1.1.2. O modelo organizacional profissional

O modelo organizacional profissional é encontrado em organizações como hospitais e institutos de pesquisa. Três características diferenciam o modelo profissional do modelo burocrático:

a) A organização profissional está ligada à descoberta ou aplicação de conhecimento. Suas funções básicas não podem ser programadas e não podem ser executadas eficientemente pelo arranjo hierárquico e submissão a ordens administrativas;

b) As organizações profissionais têm muitos trabalhadores não profissionais e semiprofissionais que podem ser organizados na maneira burocrática tradicional, mas as decisões básicas acerca de suas funções são tomadas pelos próprios profissionais;

c) As organizações profissionais enfatizam o alcance de objetivos ao invés de submissão disciplinada a um processo altamente programado de objetivos realizados. Os processos usados em organizações profissionais podem ser altamente flexíveis e individuais como os julgamentos de profissionais determinam.

A distinção crítica entre os modelos profissionais e burocráticos pode ser vista, no quadro 1.

Quadro 1 *

Distinção entre modelo burocrático e modelo profissional

Modelo burocrático	Modelo profissional
A responsabilidade principal do burocrata é representar e promover os interesses de sua organização.	O profissional é determinado por uma norma de serviço e um código de ética para representar o bem estar de seus clientes.
O burocrata obtém sua autoridade de um contrato legal apoiado pelos direitos e privilégios de seu ofício.	A origem da autoridade do profissional vem de sua técnica competente e habilidade e conhecimento.
As decisões dos burocratas são governadas por submissão disciplinada a diretivas de superiores.	As decisões dos profissionais são governadas por padrões profissionais internalizados.
A corte de último recurso de apelo de uma decisão de um burocrata é a mais alta direção.	A corte de último recurso de apelo de uma decisão de um profissional são seus colegas profissionais.

* Baseado em Brubaker e Nelson Jr. (1974)

Configura-se aqui um dilema organizacional: burocracia versus profissionalismo, ou seja, a burocracia interna da escola versus a autonomia dos profissionais da educação. Estamos, assim, diante do dilema burocracia versus autonomia. Estamos diante de um dilema que pode ser tolerado ou reconciliado.

A burocracia não pode ser eliminada das escolas, pois ela é um requisito das organizações governamentais. Mas o modelo burocrático é inapropriado para satisfazer as necessidades estudantis. O modelo profissional é mais apropriado para atender os objetivos da escola.

Um exemplo de reconciliação entre os modelos burocrático e profissional é encontrado nos hospitais públicos. O hospital público é dependente dos governos municipal e/ou estadual, e/ou federal para sua manutenção e é justificável para aqueles governos por submissão às suas regras e regulamentos. Ao mesmo tempo, o hospital público promove tratamento de seus pacientes dentro de um modelo mais profissional do que burocrático. A profissão médica decide quem pode praticar no hospital, que tratamentos são apropriados para que pacientes, e a competência de seus colegas, os médicos. O pessoal não profissional do hospital - enfermeiros, técnicos e auxiliares - são tipicamente organizados burocraticamente e são governados por decisões profissionais tomadas pelos médicos.

O desafio para os educadores é reconciliar o modelo burocrático com o modelo profissional da maneira como o dilema tem sido resolvido em hospitais públicos e em outras organizações governamentais.

A manutenção da organização depende da reação pública favorável. Enquanto a organização profissional decide primeiro o que é boa prática e então convence o público da eficácia daquela prática, a organização burocrática considera em primeiro lugar a reação pública e então institui aquelas práticas. Nenhuma organização se assentará perfeitamente em um ou outro modelo, mas um modo de tomada de decisão tenderá a predominar. O modelo que predomina indicará se a organização é sobretudo profissional ou burocrática. Brubaker e Nelson Jr. (1974, p.72) afirmam que as escolas tendem a adotar o modelo burocrático.

A distinção, entre os modelos profissionais e burocráticos, quanto ao momento de lidar com a reação pública, pode ser vista no **quadro 2**.

Quadro 2 *

Distinção entre os modelos profissionais e burocráticos, quanto ao momento de lidar com a reação pública

Modelo Profissional	Modelo Burocrático
Tomar decisão	Antecipar a reação pública
Implementar decisão	Tomar decisão
Lidar com reação pública	Implementar decisão

* Baseado em Brubaker e Nelson Jr. (1974)

O problema básico do profissional, ao lidar com a reação pública, é que sua relação com seus clientes - aqueles para quem ele presta serviços - é tênue, uma vez que seus clientes muitas vezes tentam lhe ditar como deveria executar seus serviços profissionais. O profissional não pode permitir que seus clientes ditem-lhe o que fazer, exceto com limites bem definidos, pois ao fazer assim estaria abdicando de sua responsabilidade para aplicar seu conhecimento específico.

O folclore da educação formal prega que os estudantes, pais e cidadãos em geral, são bem qualificados não só para estabelecer capacidades para ler e escrever como um objetivo da escola, mas também para ditar os meios para realizar leitura e escrita, incluindo o currículo, o quadro docente e a organização instrucional. Isso não quer dizer que estudantes, pais e cidadãos não deveriam participar ativamente no estabelecimento dos objetivos das escolas, mas que os meios de atingir aqueles objetivos deveriam especialmente ser a preocupação dos profissionais, os professores.

1.1.1.3. A natureza do trabalho pedagógico

A Escola é um local de trabalho e de convivência humana mas distinta de outras instituições porque as atividades por ela desenvolvidas têm a finalidade de educar. Uma das primeiras considerações que devem ser feitas a este respeito é, como alerta Celestino Alves da Silva Júnior (1977, p.18), que “as escolas não existem para ser administradas ou inspecionadas. Elas existem para que as crianças aprendam”. Se “educar é ‘convencer’ e educar responsavelmente é convencer-se da necessidade de realizar a ‘humanidade’ de cada um pela construção da ‘humanidade’ de todos, então a essência do ato educativo é incompatível com uma organização do trabalho na escola centrada na dominação” (Silva Júnior, 1986, p.76).

A escola, pela sua natureza e pelos seus fins, é uma organização específica (Falcão Filho, 1992; Félix, 1985; Santos Filho *et al.*, 1979; Saviani, 1984 b; Silva Júnior, 1986; Paro, 1991). A primeira consideração é a peculiaridade dos objetivos da organização escolar. Enquanto as empresas em geral visam a produção de um bem material tangível ou de um serviço determinado, imediatamente identificável e facilmente avaliável, a escola visa a fins de difícil identificação e mensuração, por causa do envolvimento de juízos de valor em sua avaliação. Além disso, a escola é uma instituição prestadora de serviços, que lida diretamente com o ser humano. Só que nessa relação, o aluno além de ser o beneficiário dos serviços que ela presta, é também participante de sua elaboração. Por fim, enquanto na empresa em geral, há

uma grande participação das máquinas e demais meios de produção em geral, na escola, é a mão-de-obra que possui participação relativa mais elevada. Isso acontece devido à peculiaridade de sua matéria-prima que “diferentemente de pregos e parafusos, sentem e falam” (Santos Filho *et al.*, 1979, p.39) e pela própria natureza do trabalho aí desenvolvido - a transmissão e crítica do saber (Paro, 1991, p.126).

Silva Júnior (1986, p.75) sintetiza os estudos acerca da natureza do trabalho pedagógico que ora apresento. Sobre a natureza peculiar do trabalho pedagógico, diz Silva Júnior, Dermeval Saviani se apóia em Marx, valendo-se da distinção entre produção material e não-material. Na produção não material, ensina Marx, o modo de produção capitalista só se verifica em extensão reduzida e só pode estender-se a algumas esferas. A produção é inseparável do ato de produzir. A aula, atividade pedagógica por excelência, afirma por sua vez Saviani (1984b), supõe a presença conjunta do aluno e do professor e, como tal, é produzida e consumida enquanto se desenvolve. Disso decorreria, então, sua irredutibilidade ao modo capitalista de produção. Concordando com a posição inicial de Saviani, Vitor Henrique Paro (1991) desenvolve a discussão para assinalar que, em sentido amplo, o produto do trabalho pedagógico acaba por se distinguir do ato de produção, já que o conhecimento adquirido se incorpora ao patrimônio cultural do estudante, produzindo por sua vez alterações no comportamento individual. Indissociável da produção na sua origem, a aprendizagem efetivamente produzida dela se dissocia em sua continuidade e em sua aplicação (p.75). Paro aprofunda a análise, apresentando outros elementos para caracterizar o conceito de “processo de produção pedagógico”. “Num processo pedagógico autêntico, o educando não apenas está presente, mas também participa das atividades que aí se desenvolvem” (p.141). Assim, o educando é um “co-produtor”, além de consumidor, ao mesmo tempo em que participa como objeto de trabalho do processo de produção pedagógico.

Paro distingue dois tipos de saberes envolvidos no processo educativo escolar. Há um saber utilizado como instrumento na confecção do produto, à semelhança da produção material em geral. Por outro lado, há o “saber historicamente acumulado” que se incorpora ao produto final e que se comporta muito mais como matéria-prima desse processo de produção pedagógico. Este saber, enquanto matéria-prima, assegura a peculiaridade do processo, pois, uma vez dominado pelo professor, assegura a esse trabalhador que o detém aquilo que o modo capitalista de produção retira dos demais trabalhadores: o controle do processo de trabalho.

1.1.2. A organização do trabalho na Escola Pública

Na organização burocrática as tarefas são dadas, os trabalhadores não têm que pensar como vão desenvolver o trabalho, enquanto na organização profissional as decisões básicas acerca das suas funções são tomadas pelos próprios profissionais. A autonomia se faz presente na organização profissional. Depois de ver que para melhor atender às finalidades da escola (formar no aluno o “novo cidadão”) a organização profissional com a presença marcante da autonomia é a mais indicada, trato da questão da organização do trabalho da Escola.

Se se aceitar que a finalidade da escola - formar o novo cidadão (o cidadão necessário) no aluno - significa formá-lo com capacidade para ter uma inserção social crítica/transformadora na sociedade em que vive, isto exige uma preparação científica, técnica e social. Por isso, a escola deve possibilitar aos alunos a aquisição dos conhecimentos científicos e tecnológicos, o desenvolvimento das habilidades para operá-los, revê-los, transformá-los e redirecioná-los em sociedade e das atitudes sociais (cooperação, solidariedade, ética) (Pimenta, 1993, p.78-9).

Para esta tarefa complexa e ampla, as escolas e os sistemas de ensino precisam rever sua organização e se organizarem de um modo novo. A partir da escola existente (do aqui e agora) é preciso que os atores da Educação (os profissionais, os alunos, a família) construam a “nova” escola, porque é na escola que aí está que encontramos elementos válidos que mostram possibilidades para o que deve ser a nova organização escolar. Ou, nas palavras de Romualdo Portella de Oliveira (1993):

qualquer discussão sobre concepções de organização do trabalho no interior da Escola deve começar pela análise da organização do trabalho concreto realizado em seu interior. De que local de trabalho estamos falando? A quem (e de que forma) ele deve servir? (p.117).

1.1.2.1. Sobre o local de trabalho

Silva Júnior³ (1993) apresenta um conjunto de negações ao tratar da peculiaridade da escola pública como local de trabalho:

a) Não é local padronizado (Poderá vir a ser? Deverá ser?). Padrões ligados à quantidade numérica, à relação física, ao material. Em relação ao número desejável de aluno em

³ Silva Júnior, C. A. da. *A formação do Professor no e pelo trabalho*. Palestra proferida na Semana de Educação da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente - UNESP, no dia 04/06/1993.

cada sala de aula, a Secretaria de Educação estabeleceu 35 alunos, mas em relação ao número de salas de aula em cada escola não se pergunta. Assim, encontramos escolas gigantescas, pequenas, multi-seriadas. Nesse local podem estar acontecendo muitas coisas. Então, como organizar o trabalho da escola?

b) Não é local de trabalho unificado. A maioria dos professores não trabalha apenas em um local. Trabalha em duas, três e quatro escolas, localizadas no mesmo município ou em vários. Isto significa para muitos professores não estarem presentes no mesmo local, no início e no final do dia.

c) Não é local delimitado. Até por reivindicação das entidades do magistério, não há limites. Pode-se realizar até em local não determinado. É o caso da hora-atividade (H.A.) que é de livre escolha do professor.

d) Não é local de pesquisa. O cotidiano da escola não é focalizado. Somente de um lustrro para cá é que o dia-a-dia da escola passou a ser objeto de investigação. Ainda temos como predominância os macro-temas.

1.1.2.2. Sobre os trabalhadores do local “escola”

Silva Júnior⁴ (1993) apresenta em seguida o bloco das afirmativas para abordar sobre os trabalhadores do local “escola”:

a) Trabalhadores relativamente especializados. Dependendo do movimento e das tensões, são vistos como ônus ou como atributo positivo. O licenciado em Matemática pode lecionar, além de Matemática (ensino fundamental e médio), Física e Desenho Geométrico;

b) Trabalhadores precariamente formados. José Dias Sobrinho (*apud* Silva Júnior, 1993) declara que 90% dos mestres e 95% dos doutores do país são oriundos de universidades públicas. Já, no mundo da graduação, os índices são invertidos - 97% dos professores da rede pública não são formados pela Universidade Pública;

c) Trabalhadores freqüentemente improvisados. Efetivos ou não, os professores são solicitados a trabalhar cumulativamente em diferentes áreas de conhecimento porque a instabilidade e a falta de pessoal em quase todas as áreas constantemente ameaça a conclusão dos cursos dos alunos;

⁴ Silva Júnior, C. A. da. *A formação do Professor no e pelo trabalho*. Palestra proferida na Semana de Educação da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente - UNESP, no dia 04/06/1993.

d) Trabalhadores dificilmente agrupados. Se temos professores que se multiplicam em vários locais, não há possibilidade do encontro no cotidiano.

1.1.2.3. Sobre os organizadores do local “escola”

Finalmente, Silva Júnior⁵ (1993) coloca o conjunto de interrogações sobre os organizadores do local “escola”.

Quem deve ser o organizador do local?

- autoridades governamentais?
- autoridades do sistema escolar?
- autoridades da própria Unidade Escolar?
- conjunto dos trabalhadores escolares, enquanto autoridade pedagógica em que todos supostamente se constituem?

Neste último item encontramos um embrião de resposta de possibilidade.

O fato de o professor dar aulas em várias escolas, para manter as condições mínimas de salário, num regime de trabalho hora/aula, deixa-o sem condições materiais para planejar as aulas e para refletir, discutir e decidir sobre a organização do trabalho docente na escola. Nos anos 60, 12 horas/aula semanais eram o limite mínimo do trabalho do professor para fazer jus à sua remuneração mensal. Eram as chamadas aulas “ordinárias” a que o professor se obrigava. No máximo podia triplicar a carga horária, ministrando até o total de 24 horas/aula “extraordinárias” semanais, perfazendo o total de 36 horas/aula, isto quando a jornada do trabalhador era de 48 horas na Constituição. O valor de remuneração das aulas “extraordinárias” era menor que o das “ordinárias”. Depois, para o professor, o limite mínimo obrigatório do trabalho de 12 passa a 18, até que o Estado libera para 40 horas semanais, depois 44 horas e depois permite trabalhar em outras escolas, em escolas particulares, em três períodos etc.. Paralelamente houve luta pela equiparação do valor das aulas “ordinárias” e “extraordinárias”. Quando isso ocorreu, verificou-se uma perda no montante dos vencimentos dos professores: o limite final de 36 horas de trabalho associado à exigência de 18 horas de trabalho necessário reduzira o limite possível de vencimentos a apenas o dobro do salário⁵ básico. Com o limite mínimo obrigatório de 12 horas, a possibilidade anterior aproximava-se

⁵ Silva Júnior, C. A. da. *A formação do Professor no e pelo trabalho*. Palestra proferida na Semana de Educação da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente - UNESP, no dia 04/06/1993.

do triplo, mesmo considerando diferença de remuneração. Posteriormente as chamadas aulas “extraordinárias” passaram a ser denominadas “excedentes”.

As entidades do magistério se organizaram e pleitearam que o trabalho do professor nem se inicie, nem se esgote na sala de aula, surgindo assim a hora atividade. Depois, outras apareceram - hora de trabalho pedagógico, hora de enriquecimento curricular, isto tudo baseado num princípio tácito de que o professor era trabalhador horista. Assim, o professor deixou de ser tecnicamente um trabalhador assalariado (que tem hora para começar e terminar o dia). O Estado deveria transformar esse sistema horista de trabalho do professor num sistema semelhante à da Universidade Pública Paulista com regime de jornada de trabalho (dedicação integral, turno completo e turno parcial), levando a uma profissionalização do professorado, ao invés de tratá-lo como simples burocrata.

Silva Júnior (1990) ao apresentar a escola como um local de trabalho mostra uma curiosa e sugestiva característica.

O Estado “racionalizador” a que ela se vincula e a “administração científica” que ele afirma promover não parecem preocupados com a observância de um princípio básico da organização capitalista do trabalho desde seus primórdios: *a reunião e a permanência dos trabalhadores em um único local durante sua jornada de trabalho*. Foi o aparecimento da fábrica que possibilitou o salto da produtividade científica, na medida em que instituiu a definição de tempos e movimentos e garantiu o controle e a determinação das atividades pela gerência (p.17) (grifos meus).

Prossegue Silva Júnior (1990):

Essa velha lição da administração capitalista não é levada em conta por nossa administração escolar “científica”, embora esta pretenda sustentar sua cientificidade exatamente na analogia entre seus procedimentos e os da administração empresarial. O que o cotidiano de nossas escolas públicas nos apresenta é a sua desfiguração como local de trabalho, uma vez que seus trabalhadores freqüentemente distribuem sua jornada de trabalho por diferentes locais, reduzindo, conseqüentemente, seu tempo de permanência diário em cada local. Essa dispersão dos locais de trabalho [...], implica desde logo a inviabilização de qualquer projeto, organizacional ou político-pedagógico. Nem os trabalhadores da escola podem “ser organizados” - nos moldes científico-gerenciais da administração capitalista - nem podem “se organizar” nos limites da elaboração possível de sua vontade política. Para que as pessoas “se organizem” ou “sejam organizadas” é preciso, antes de mais nada, que elas se encontrem em seu cotidiano de trabalho. Sem a presença física do trabalhador individual, o “trabalhador coletivo” não se constitui, mas também o projeto político não se elabora (p.17).

A organização do trabalho pedagógico da escola depende do grau de percepção que se tem em relação ao papel da escola numa sociedade dividida entre o capital e o trabalho. Para o capital, a Escola não é um espaço para conflitos, pois seu objetivo seria homogeneizar e equalizar o processo de transmissão dos valores, normas e conhecimentos. O Estado, sendo o guardião dos interesses do capital, converte-se no grande educador. O trabalho escolar será, então, determinado do centro, dando origem à educação burocratizada - as diretrizes, os conteúdos e os métodos são sugeridos, impostos ou implantados de cima para baixo: Uma minoria poderosa e esclarecida pensará “a educação que nos convém”. A educação se transforma num legado e não numa busca coletiva.

Nessa escola altamente burocratizada, o trabalho pedagógico segmenta-se em funções específicas, diferenciadas em termos de competências e atribuições. A racionalidade burocrática, administrativa, separa funções, impõe tarefas previamente e estabelece subordinações. Ao lado de funções técnicas ligadas à execução, a racionalidade administrativa vai criando funções gerenciais de mando.

Este padrão organizacional, próprio da indústria, quando transposto para a organização escolar, provocou o isolamento do trabalho docente. Hoje temos um órgão que planeja a ação educativa e não a executa; quem a executa, executa o que não planejou. Assim perdeu-se a consciência da unidade indivisível que deve haver entre planejamento, execução e avaliação. O trabalho docente e o da direção devem recuperar a unidade do trabalho pedagógico com base no projeto elaborado a partir das condições concretas de cada unidade escolar (Vale, 1993, p.111-2).

1.1.2.4. A autonomia - pressuposto para a organização da Escola

A autonomia é um pressuposto para a organização administrativa, pedagógica e financeira da escola. A palavra autonomia vem do grego: de “autos” (si mesmo) e “nomos” (lei) e significa capacidade de autodeterminar-se, de auto-formar-se. Conforme Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira (1975), autonomia quer dizer faculdade de se governar por si mesmo; direito ou faculdade de se reger por leis próprias; emancipação; independência. Autonomia significa autoconstrução, autogoverno. A escola autônoma seria aquela que se autogoverna. Mas não existe uma autonomia absoluta.

A Escola Nova defendeu a autonomia na escola, entendendo-a como livre organização dos estudantes, autogoverno. O movimento da Escola Nova enfatizou mais a autonomia como fator de desenvolvimento pessoal do que como fator de mudança social. Ela tem o mérito, porém, de evidenciar como a autonomia e o autogoverno fazem parte da própria natureza da educação.

O tema da autonomia como emancipadora da educação reaparece a partir da segunda metade desse século (início dos anos 60) como autogestão⁶ que não se confunde com participação. Participar significa engajar-se numa atividade já existente com sua própria estrutura e finalidade. A autogestão visa à transformação e não à participação. A autogestão também não se confunde com a co-gestão pois esta significa direção conjunta de uma empresa, de uma escola, mantendo-se a mesma estrutura hierárquica.

Na autogestão o conjunto de trabalhadores se auto-administra, não se faz representar, exercendo diretamente o seu poder. Como diz Prestes Motta “ não se trata de participar de um poder, mas de ter um poder” (1987, p.93). A prática da autogestão na empresa altera profundamente as relações de trabalho. Sobre a questão, Lúcia Bruno (1990, p.32) assim se expressa: “É uma forma bastante avançada de luta, onde os operários se reapropriam do espaço e do tempo, redefinindo, destruindo as hierarquias, eliminando a dualidade dirigentes-dirigidos, a divisão entre trabalho manual e intelectual.”

Cornelius Castoriadis (1982) sobre autonomia assim se expressa: “a autonomia seria o domínio do consciente sobre o inconsciente” (p.123), onde o inconsciente é o “discurso do outro”. A alienação se dá quando “um discurso estranho que está em mim, me domina, fala por mim” (p.124).

A pedagogia autogestionária procura fazer na escola o que a autogestão faz na empresa. “A autogestão pedagógica é apenas uma preparação para a autogestão social. Esta constitui o objetivo final” (Michel Lobrot, 1972, p.259). Autogestão pedagógica é uma alavanca da autogestão social.

No Brasil, o tema da participação e da democratização da gestão da educação foi discutido e debatido intensamente no período de 1964 a 1985. Já a questão da autonomia da

⁶ Autogestão vem da palavra servo-croata “samoupraje” (literalmente: auto+gestão), designando a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, de gestão das empresas pelos próprios trabalhadores.

escola é um tema mais recente - aparece nos últimos seis ou sete anos - nos debates pedagógicos e nas reformas educacionais.

Autonomia é um pressuposto para a organização do trabalho na escola. Hoje uma das formas de exercício da opressão é a divisão social do trabalho entre dirigentes e executantes que se reflete diretamente na administração do ensino: uns poucos, fora da escola, detêm o poder de decisão e de controle, enquanto todos os demais simplesmente executam tarefas cujo sentido lhes escapa.

Autonomia se opõe à uniformização. Autonomia está intimamente ligada à democracia e cidadania. Cidadão é aquele que participa do governo e só pode participar do governo quem tiver poder, liberdade e autonomia para exercê-lo.

À pergunta: “o que poderia ser a escola, num sistema único de educação pública, libertada da uniformização, isto é, uma ‘escola cidadã’?” Moacir Gadotti (1993, p.101) responde: “ela seria uma escola pública autônoma, sinônimo de escola pública popular, integrante de um sistema único (público) e descentralizado (popular).”

A respeito da escola cidadã, Genuino Bordinon (1993) assim se expressa:

A construção de uma escola cidadã requer que a mesma seja colocada como centro do sistema educacional, autônoma e democrática. A autonomia é condição essencial ao exercício da democracia e à construção da cidadania. Para que a escola forme cidadãos, precisa reunir em si as características da cidadania, ou seja: constituir-se em espaço do exercício da liberdade e autonomia, da construção de relações, não de dominação, mas de reconhecimento do outro, o que implica numa ordem de direitos e deveres.

Na recente ênfase dada à gestão democrática na educação há uma tendência a se reduzir a questão ao processo de escolha dos dirigentes escolares, o que é limitar e empobrecer a democracia. A questão requer, além da universalização das oportunidades educacionais, a utilização do poder como instrumento de promoção dos interesses da maioria, o que comporta novas concepções na organização interna da escola e nos comportamentos administrativos e pedagógicos.

A escola precisa ser concebida, não como organização burocrática, mas instância de articulação de projetos pedagógicos, partilhados pela direção, professores, alunos e comunidade. Para isso devem ser estabelecidos fluxos decisórios, não descendentes, nem rigidamente formalizados, mas construídos como num jogo, em que os participantes ao redor da mesa têm vez e cartas a jogar, segundo a natureza de sua posição partilhando responsabilidades e resultados.

As regras deste jogo, fundamentadas nos princípios éticos da cidadania e dos objetivos e políticas educacionais, podem ser definidas por um colegiado de jogadores. Mas nesse colegiado, em que todas as instâncias educativas podem e devem estar presentes, não pode haver “donos do baralho”. A definição de normas e projetos pedagógicos em instâncias e agentes centrais, em nome da duvidosa teoria da competência, fraudam o jogo democrático (p.85-6) (grifos meus).

Na escola cidadã, concebida por Bordinon (1993), o aluno é situado no centro do processo educativo, sujeito e objetivo, cidadão em construção. Nesta escola, não há lugar para burocratas, nem súditos. A comunidade escolar - alunos, pais, professores, direção e funcionários são cidadãos, participantes de um processo coletivo de fazer educação. O gráfico 1 expressa uma visão organizacional da escola assim concebida e administrada democraticamente para a construção da cidadania.

Gráfico 1: Visão organizacional da Escola da Cidadania



(Fonte: Bordinon, 1993, p.86)

Descentralização e democratização são meios para se alcançar a efetiva participação dos cidadãos nas decisões referentes à sua vida individual e coletiva. A educação para a cidadania dá-se na participação concreta no processo de tomada de decisão. A democratização e a descentralização da gestão educacional, são indissociáveis e trazem implícita a necessária mudança nas relações de poder.

Para Bordinon (1993), enquanto “a municipalização é a consequência natural da descentralização e democratização do sistema educacional, a autonomia da escola é seu

corolário. A autonomia da escola é necessária para a gestão democrática dos processos escolares” (p.72).

A participação requer a criação de vínculos entre indivíduos autônomos, capazes de influir nas decisões que dizem respeito à vida coletiva. Por isso é fundamental uma ordem de direitos e deveres. A participação necessita de espaço de decisão, de canais de manifestação. As pessoas só participam quando podem afirmar-se, manifestar-se, trocar idéias e ações.

Na estrutura do sistema educacional brasileiro, concebida centralizadamente, o princípio é a visão tradicional, hierárquico-piramidal em esferas descendentes de poder. Em coerência com esta concepção, as políticas e o planejamento são prescritivo-normativos. Acontece que as estruturas verticais, com transferências de responsabilidades e concentração de poder, que estabelecem relações de dominação, não correspondem mais aos sentimentos democráticos. Estes se fundamentam em novas relações de reconhecimento, que requerem a repartição de encargos e de poderes.

O sistema nacional requer a superação das atuais segmentações e comportamentos concorrenciais dos diferentes níveis de governo, para estabelecer relações articuladas e complementares de funções e papéis. O avanço da gestão democrática depende da capacidade de articulação política das esferas de governo e não dos limites e possibilidades dos municípios.

A construção de um “sistema nacional de educação”, visando a mudança de estruturas e relações de poder na educação, é uma tarefa de longo prazo, que requer alterações na Constituição e na legislação e, sobretudo, mudanças na cultura institucional e política. Mas há estratégias de curto prazo que podem ser implementadas no interior das escolas e independente das mudanças legais. O processo pedagógico e a qualidade de ensino se realiza na escola e não nos gabinetes burocráticos. Para isso, os gestores escolares devem ousar e usar todo o espaço de poder disponível, técnico e político, exercitando a autonomia.

É da tradição e da cultura brasileira esperar sempre as soluções “de cima, o que significa jogar a responsabilidade “para cima” e “para o alto”. Outro traço cultural é começar a busca das soluções por mudanças na legislação, o que é jogá-las para o futuro incerto. É preciso ter presente que as leis, por natureza, são conservadoras, não inovadoras ou progressistas como se pretende. As conquistas, a inovação vêm da experiência, dos espíritos ousados e criativos que antecipam o futuro, mudam concepções e comportamentos que, uma vez disseminados na sociedade, são referendados pela ordem jurídica. As leis não antecedem a realidade social e se revelaram incapazes de modificá-la, apenas a consolidam e tendem a cristalizá-la. Leis que não radicam no “ethos” social são inócuas, “não pegam”.

Assim, antes de esperar “solução de cima” e mudanças legais, os gestores escolares devem começar por mudar a sua realidade concreta, induzindo soluções “para cima” e, a partir da eficácia de sua ação, novos ordenamentos jurídicos.

Por sua vez é preciso que os gestores “dos sistemas” sejam convencidos, pela competência das escolas, a colocar a escola como centro do processo pedagógico, dando-lhe maior autonomia e condições para seguir os caminhos da qualidade pedagógica (Bordignon, 1993, p.81-2).

Azanha (1982) também defende que a autonomia da escola significa a autonomia da tarefa educativa. O assunto não deve ser confundido com normas meramente administrativas. Nenhum regimento próprio, nenhum Conselho Deliberativo, por si sós, dará à escola a autonomia educativa. A autonomia da escola quer dizer liberdade de formular e executar um projeto educativo. Tomando emprestado de Castoriades, Azanha (1982) diz que projeto “é a intenção de uma transformação do real, guiada por uma representação do sentido dessa transformação e levando em conta as condições dessa realidade” (p.144). Assim, o projeto educativo de uma escola é o propósito de transformar a clientela (e a comunidade) considerando não as prescrições de uma pedagogia abstrata, mas as condições reais de vida dos educandos. Todo esforço educativo autêntico repousa numa esperança: a da possibilidade de modificação humana. Só a esperança não basta. É preciso organizar-se a partir dela e formular claramente o sentido e o valor das modificações pretendidas e unir-se num esforço comum e continuado na sua perseguição.

1.1.2.5. Os princípios norteadores para organização do trabalho

As escolas, embora sob pressão dos mesmos problemas da civilização atual (a riqueza e a miséria; a fome, a falta de moradia e de trabalho, a violência, a acumulação etc.) - não são iguais. Como indicam Rockwell e Ezpeleta (1989, p.11), “a construção de cada escola, mesmo imersa num movimento histórico de amplo alcance, é sempre uma versão local e particular nesse movimento”. A partir dessa expressão local, tomam forma internamente as correlações de forças, as formas de relações predominantes, as prioridades administrativas, as condições trabalhistas, as tradições docentes que constituem a trama real em que se realiza a educação. Assim, cada escola é única, com suas características e necessidades próprias e individuais. Por isso, como diz Pimenta (1993, p.79), a questão não é encontrar uma única forma de organizar o trabalho na escola mas de definir alguns princípios norteadores para essa organização nova. São

eles: o projeto político-pedagógico, o trabalho coletivo e o conhecimento da ciência pedagógica.

O projeto político-pedagógico, produto da construção coletiva dos atores da Educação, é a tradução que a Escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas, com o pessoal - professores, alunos, equipes pedagógicas, pais - e com os recursos disponíveis. Diagnósticos contínuos sobre a realidade devem ser realizados para lê-la e interpretá-la indo além da constatação.

Para realizar as novas finalidades da escola, o trabalho coletivo faz-se necessário como o meio mais profícuo porque a natureza do trabalho na Escola - que é a educação do humano - é diferente da natureza do trabalho em geral na produção de outros produtos. Há a contribuição de todos no todo e de todos em cada um.

O trabalho coletivo não é tarefa simples. A humanidade, durante séculos, acostumou-se a formas de vida individualistas. Porém, o coletivo apresenta uma contradição. A cooperação, inerente ao coletivo, é fundamental para que o trabalho da Escola se realize de acordo com os objetivos “(...) mas esta realidade é contraditória, pois se a cooperação pode ser um fator de estabilidade para o poder, ao mesmo tempo a reunião dos trabalhadores coletivos possibilita uma unidade de interesses e favorece formas de resistência à dominação” (Hypolito, 1991, p.18). Para atingir sua finalidade, a escola precisa da contribuição de vários profissionais especializados - professores, equipe pedagógica, direção, orientação, equipe de apoio. A organização da escola é competência de todos, requer o concurso de especialistas que atuem coletivamente.

A tarefa da equipe pedagógica é trazer a ciência pedagógica para o trabalho coletivo, seja nas tarefas de administração (organização racional do processo de ensino e garantia da perpetuação deste nos sistemas), seja nas tarefas que colaborem com os professores no ato de ensinar de modo que os alunos aprendam.

É preciso que todos os envolvidos na ação educativa rompam, corajosamente, com a tradicional divisão do trabalho - planejadores e executores, para que o planejamento, a execução e a avaliação do projeto pedagógico sejam uma tarefa de todos e não de alguns poucos que pensariam a ação para que outros a executassem. O trabalho coletivo é hoje uma necessidade no interior das escolas, pois os problemas existentes não podem ser enfrentados de maneira individualizada e isolada.

A necessidade de racionalidade na ação requer a elaboração de projetos articulados que, com base em dados reais, evitem a improvisação que prejudica o trabalho escolar (Vale, 1993, p.107). Oliveira (1993) mostra que

mais do que a forma como o trabalho está organizado em determinado local, é fundamental a questão de quem o controla. A resposta dos trabalhadores ao taylorismo é auto-organização com vistas a controlar o seu próprio local de trabalho. A definição coletiva de como, quanto e em que ritmo se vai produzir muda a natureza do trabalho, superando as contradições intrínsecas ao modo taylorista de organização da produção (p.119).

Oliveira discute a gestão coletiva na Escola, analisando o Conselho de Escola. A proposta do Conselho de Escola deliberativo, como órgão máximo de decisão no interior da Escola, procura difundir uma nova visão do trabalho. À pergunta: “O que significa aceitarmos um Conselho onde há participação de pais, alunos, professores, funcionários e especialistas como órgão máximo de deliberação no interior da Escola?” Oliveira (1993) responde:

significa a afirmação de que nenhum setor detém a “competência específica” para gerir a Escola. Significa, portanto, a difusão da visão de que o conjunto da “comunidade escolar” está, cada setor com a sua parcela, em condições de contribuir para a gestão coletiva da Escola (p.120).

Para Oliveira, a idéia de Conselho de Escola deliberativo é contraditória com a aceitação do diretor com simples função técnica. Do conjunto de atividades desenvolvidas por um diretor, em qualquer de nossas unidades escolares, apenas uma parte pequena lhe garantiria uma “competência técnica específica”, inacessível e diferenciada da de qualquer professor. Mesmo essa parte estritamente “técnica” não constitui sua atividade principal. Os aspectos centrais de sua atividade concreta encontram-se muito mais num gerenciamento, coletivo ou individual, do processo de trabalho na Escola. E essa parte não é técnica, mas política.

1.1.3. O Projeto Pedagógico

A escola é uma organização de difícil gestão, entre outras razões pela ambigüidade das metas, pela complexidade das funções atribuídas, pelo número de fatores que nela incidem, porque não existe o modo ótimo de desenvolvimento do ensino, pela tendência ao isolamento dos professores e pela falta de tempo para a gestão. Por isso, os estudiosos apresentam o planejamento como necessário. O planejamento escolar constitui o processo participativo e coletivo que fazem os que têm responsabilidades no funcionamento do sistema educativo que

motiva e anima a instituição escolar e que justifica o sentido, conteúdo e estilo da atividade educativa e que posteriormente se traduz de forma clara e escrita.

É necessário distinguir com clareza o planejamento estratégico do planejamento tático. O planejamento estratégico é por natureza de longo prazo e, os princípios, objetivos gerais e estruturas básicas são os elementos mais importantes. Constitui o Projeto Educativo ou Pedagógico. O planejamento tático tem como objetivo adequar os princípios apontados no estratégico a uma realidade imediata, que se realiza a curto prazo e onde as atuações concretas importam mais do que os princípios gerais. Constitui o Plano de Atuação (Anual e/ou Trienal).

Para a organização de uma escola e para o planejamento de seu trabalho, é importante formular de um modo explícito e claro o projeto pedagógico que a distinga e ao mesmo tempo oriente sua prática educativa. Este projeto deve definir o modelo de comportamento educativo a fomentar, despertar, modificar ou eliminar no aluno, bem como deve configurar todos os processos relacionados com a atividade educativa.

1.1.3.1. O conceito de Projeto Pedagógico

O projeto pedagógico é o recurso teórico-metodológico pelo qual uma instituição educativa concreta faz uma opção por um conjunto de princípios teleológicos e normativos, por certos esquemas metodológicos e estratégicos e por determinados suportes epistemológicos de uma determinada concepção pedagógica (Guedes, 1980). Como recurso teórico, o projeto representa a sistematização de conceitos relativos à tarefa de educar. Como recurso metodológico, é um instrumento operacional que serve para diagnosticar o sistema educativo, avaliá-lo e orientar as ações tendentes à superação de suas deficiências ou à sua transformação global.

O termo projeto, etimologicamente, vem do latim *projectu*, do verbo *projicere*, que quer dizer lançar para diante. Significa plano, intento, desígnio (Ferreira, 1975, p.144). Assim, ao elaborar o projeto da escola, a equipe planeja o que tem a intenção de fazer ou realizar. Com base na realidade concreta atual lança o olhar para o futuro, buscando o possível. A escola projeta um amanhã diferente do hoje. Significa romper com o presente e lançar promessas para o futuro. O projeto pedagógico é utópico tendo em vista que é uma projeção, refere-se ao futuro, às coisas que ainda não existem, mas não quer dizer que seja um sonho irrealizável, que não possa vir a existir.

No projeto pedagógico se formulam as linhas teleológicas e normativas de uma concepção pedagógica. Nele se “projeta” a representação “histórica” das aspirações e ações que favoreçam a conquista de uma realidade que ainda não existe. Ele é teleológico porque deve delinear os fins a longo prazo (uma visão do “dever-ser” que se pretende, ou seja, da concepção normativa da educação).

Os esquemas metodológicos e estratégicos do projeto apontam os caminhos mais efetivos e as formas de ação mais expeditas para o alcance do teleológico-normativo e o inventário de recursos estratégicos que permitam acelerar o ritmo e a seqüência da trajetória que se pretende seguir. Finalmente, o projeto faz a opção por determinado suporte epistemológico de uma concepção educativa.

O projeto pedagógico, como projeto estratégico, deve ser o eixo orientador de todas as atividades que se realizam em uma escola e, portanto, deve conter todos os elementos necessários para regular tais atividades, independentemente da forma que adote em cada momento: educativo, instrucional ou organizativo.

O projeto é construído e incorporado à ação de cada elemento envolvido com o processo educativo e, concomitantemente, deve estar concretizado num documento. O grande desafio do projeto pedagógico é entendê-lo e considerá-lo como processo em constante construção, com resultados gradativos e mediatos. Discutido, elaborado e assumido coletivamente, o Projeto Pedagógico sinaliza o processo educativo como construção coletiva dos professores envolvidos e indica e reforça a função primeira da direção da escola e da coordenação de administrar e liderar sua implementação, em sintonia com a equipe escolar. Não deve ser entendido apenas como cumprimento das exigências sobretudo burocráticas, mas subentendido como uma reflexão do cotidiano da escola. Por isso necessita de tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta. Requer continuidade de ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório (Veiga, 1995, p.33).

O projeto pedagógico é:

- a) um meio de adequação das intenções educativas da sociedade em geral às características concretas de um meio determinado;
- b) um elemento orientador do conjunto das atividades educativas a se realizarem em uma escola e de quantos convergem nas suas atividades educativas;

- c) um instrumento integrador de quantos convergem nas atividades educativas de uma escola concreta;
- d) uma garantia de coerência e de continuidade nas distintas atuações dos membros da comunidade escolar;
- e) um critério necessário para ponderar e homologar os processos;
- f) um processo dinâmico para definir as estruturas e estratégias organizativas;
- g) um documento orientador das ações da escola;
- h) um ponto de referência na hora de solucionar conflitos de convivência.

1.1.3.2. Os componentes básicos do Projeto Pedagógico

Os componentes básicos do Projeto Pedagógico são:

- a) componente educativo: relacionado com as intenções educativas da comunidade, a identificação da escola, os valores que defende e pretende etc.;
- b) componente instrucional: referente aos elementos dos processos de ensino-aprendizagem e que têm relação com todos os elementos e aspectos de uma escola: Projeto Curricular, critérios psicopedagógicos etc.;
- c) componente regulador: relacionado às estruturas, ao funcionamento da instituição e à regulação que todo marco integrador de atividades deve ter (estrutura administrativa, regulação das condutas e disciplina, equipes de professores, órgãos de participação etc.).

1.1.3.3. A estrutura do Projeto Pedagógico

Muitos autores deixam fora do Projeto Pedagógico questões como o Projeto Curricular e o Regimento Escolar. Outros defendem sua inclusão porque o primeiro é um elemento indispensável para a realização de qualquer modo de entender a educação e, sem ele, torna-se difícil imaginar uma escola; o segundo afeta a vida funcional da escola, já que é o regulador de seu funcionamento.

1.1.3.3.1. Os elementos fundamentais do Projeto Pedagógico

Cada escola, depois da análise de seu contexto sociocultural e econômico deverá dar resposta a três perguntas básicas:

a) quem somos?, isto é, a identidade da instituição escolar com a explicitação dos princípios que a definem e das características que a peculiarizam e a diferenciam das demais. É a concepção filosófica;

b) que queremos?, isto é, os propósitos ou finalidades da instituição. Estes concretizam-se posteriormente na revisão e readaptação dos objetivos curriculares das etapas escolares. Os objetivos devem fazer referência a todos os âmbitos da gestão escolar: pedagógico, participativo, humano e de serviços e de relação com o meio ambiente. É a dimensão teleológica do projeto, o que a escola quer fazer.

c) como nos organizamos?, isto é, a explicitação e definição das relações de colaboração entre pais, alunos e professores. Estabelece a estrutura e o funcionamento da instituição por meio do regulamento interno. É a dimensão administrativa, regimental da escola (Medrano, 1992).

1.1.3.3.2. O elemento curricular: o Projeto Curricular da Escola

O projeto pedagógico precisa fazer opção por um modelo curricular. Este modelo educativo só tem sentido se for concebido em função da contextualidade teórica e histórica que lhe serve de base. A contextualidade teórica confere coerência lógica às partes constitutivas do modelo. A contextualidade histórica leva em conta a pertinência e factibilidade de sua concepção (Santos Filho, 1994, p.5).

Conforme Consuelo Vélaz de Medrano (1992, p.446-7), as decisões a serem tomadas no projeto curricular são: para que e que ensinar?, quando ensinar?, como ensinar?, que, como e quando avaliar?.

1.1.3.3.3. O elemento regulador: o Regimento Escolar

O Regimento Escolar é um poderoso instrumento que toda escola deve ter integrado em seu projeto pedagógico para regular de forma operativa seu funcionamento. O Regimento Escolar tem relação direta e reguladora com os órgãos e serviços que compõem a estrutura de uma escola.

1.1.3.3.4. O elemento de execução: o Plano de Atuação

O Plano de Atuação (Plano Anual da Escola, Programação Geral, Plano da Escola) deve ser um instrumento (retroalimentação para o Relatório Anual) que concretiza o Projeto Pedagógico, que estabelece as prioridades, concretiza as atuações anuais da Escola (e as correspondentes de seus órgãos e serviços), fixa as normas básicas do funcionamento e distribui responsabilidades de gestão e execução.

1.1.3.3.5. O elemento de avaliação: o Relatório Anual

A avaliação do Projeto Pedagógico, por seu caráter geral, apresenta-se como uma tarefa excessivamente complexa para ser realizada anualmente, questão que não ocorre com o Plano de Atuação, que faz referência a questões mais concretas. O Relatório supõe uma avaliação direta do Plano de Atuação e indireta do Projeto Pedagógico. As funções do Relatório são: avaliar, informar a administração educativa e a comunidade da própria escola.

O Projeto Pedagógico da Escola constitui um conjunto de princípios, metas e estruturas gerais, com um nível de concretização relativamente elevado e assume uma função essencialmente orientadora a respeito das atividades educativas. O cumprimento dos fins estabelecidos para qualquer organização exige que os princípios, metas e critérios gerais se concretizem em medidas de caráter operativo que possibilitem e avaliem o atingimento dos objetivos mais concretos encaminhados para as metas assinaladas pelo projeto geral. Para isso são elaborados os três documentos - o Plano Anual, o Relatório Anual e o Regimento Escolar - que se constituem em “servidores” do Projeto Pedagógico pela funcionalidade que lhes deve caracterizar.

A questão se esses documentos têm que fazer parte ou não do Projeto Pedagógico é discutível. Vidal, Cárove e Florencio (1992) entendem que o Regimento Escolar deverá fazer parte do Projeto Pedagógico por duas razões básicas: “a primeira porque é um documento institucional a longo prazo e a segunda porque supõe a concretização regulamentar dos princípios, metas e estruturas estabelecidas no Projeto Pedagógico” (p.287). Já em relação ao Plano Anual e o Relatório Anual os autores têm outra perspectiva, uma vez que ambos documentos são consequência direta do Projeto Pedagógico (incluído o Projeto Curricular) e devem fazer referências claras tanto à sua concretização executiva (Plano da Escola) como à sua avaliação anual (Relatório Anual), estabelecendo claramente seus objetivos, estrutura e

conteúdos, porém “não têm porque fazer parte do mesmo documento, já que a validade anual dos mesmos sofre uma renovação que não tem porque ter o Projeto Pedagógico em seu conjunto” (p.287).

O conjunto desses documentos que constituem o eixo de referência de todas as atividades educativas é denominado de documentação institucional (“bases legais” do funcionamento da escola).

Os documentos podem ser classificados sob duas óticas:

a) da perspectiva da temporalização:

- os que se realizam a longo prazo - é o Projeto Pedagógico (incluindo o Projeto Curricular e o Regimento Escolar);
- os que se realizam para seu cumprimento a curto prazo - o Plano Anual e o Relatório Anual.

b) da perspectiva de sua operatividade:

- os que realizam uma função de orientação das atividades executadas pela organização escolar - o Projeto Pedagógico;
- e aqueles cuja função básica é a regulação do funcionamento da Escola no nível da prática, assumindo um papel de servidores do Projeto Pedagógico - o Plano da Escola e o Relatório, anual.

O **gráfico 2** visualiza não só as relações existentes dentro do conjunto da documentação institucional de uma escola., conforme Vidal, Cárove e Florencio (1992), mas também as relações entre os diversos processos institucionais.

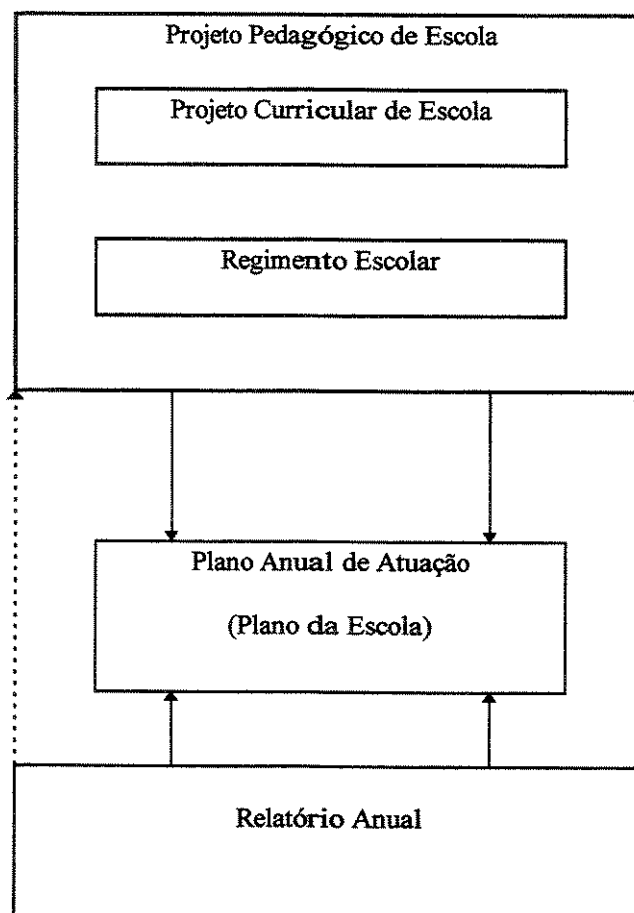
O **quadro 3** sintetiza a temporalização, o objeto, a natureza, o conteúdo geral e a elaboração da documentação instrumental de uma escola.

1.1.4. O Regimento Escolar

Para que uma organização funcione é preciso que os princípios, as metas e as estruturas se operacionalizem em um conjunto de normas que regulem a vida da organização para evitar que as perspectivas subjetivistas que as pessoas possuem em determinado momento choquem com as metas institucionais provocando fracasso.

GRÁFICO 2

Documentação Institucional



(Fonte: Vidal, Cárove e Florencio, 1992, p.291)

1.1.4.1. O conceito de Regimento Escolar

O conjunto de normas e procedimentos que a instituição gera para possibilitar e regular o funcionamento de sua estrutura, junto com a regulação da convivência, configuram o conteúdo do regulamento do regime interno da escola (Serafin Antunez, 1988, p.12). Vidal, Cárove e Florencio (1992, p.292) definem o Regimento Interno como o conjunto de normas e procedimentos que regulam a vida de uma organização. Assim definido, o Regimento Interno aparece como uma parte indispensável de qualquer Projeto Educativo ou, no mínimo, como um complemento necessário.

QUADRO 3

DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL DE UMA ESCOLA

DOCUMENTO	TEMPO	OBJETO	NATUREZA	CONTEÚDO	ELABORAÇÃO
P R O J E T O PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	Longo prazo	Estabelece os princípios, objetivos e estrutura gerais	Ideológica e estrutural	Princípios de identidade Objetivos de caráter institucional Organograma	Comunidade escolar
P E D A G O G I C O PROJETO CURRICULAR	Longo prazo	Delimita as estratégias de intervenção didática na escola e na aula	Técnico-didática	Objetivos e conteúdos por ciclos e áreas Metodologia Avaliação	Professores Técnicos
REGIMENTO ESCOLAR	Longo prazo	Ordena e regula a estrutura, a prática e o procedimento	Normativa	Desenvolvimento do organograma Ordenação de recursos Direitos e deveres Procedimentos	Membros da comunidade escolar
PLANO ANUAL DA ESCOLA	Curto prazo	Ordena e planeja a atuação em função das prioridades fixadas	Organizativa	Objetivos, ações, responsáveis, temporalização, avaliação	Comunidade escolar
RELATÓRIO ANUAL	Curto prazo	Avalia a prática Realiza propostas de melhoras	Organizativa	Informes de avaliação Propostas	Comunidade escolar

(Fonte: Vidal, Cárave e Florencio, (1992, p. 288-289))

A Lei 5.692/71, no parágrafo único do artigo 2º, definia que “a organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação”.

O Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal (1992) entende o Regimento Escolar como “o documento legal que, respeitando a legislação vigente, orienta as ações do coletivo da escola, regulamentando a organização administrativa, didática e disciplinar, garantindo os direitos e apontando os deveres de todos os que participam do processo educativo” (p.1). “É expressão jurídica e político-pedagógica da organização e da gestão do trabalho educativo tendo em vista assegurar oferta de ensino com adequado padrão de qualidade para todos” (p.1).

Para a Divisão de Dinamização das Ações Pedagógicas da 31ª Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas (MG), o Regimento Escolar é o documento que regulamenta a organização administrativa, didática e disciplinar do estabelecimento de ensino, objetivando respeitar os princípios de liberdade, democratização, flexibilidade, descentralização e autonomia sem que se perca, no entanto, a unidade nacional.

Sendo o Regimento⁷ Escolar um instrumento de organização administrativa, didática e disciplinar da comunidade, deve expressar as intenções, os princípios e pressupostos do projeto pedagógico da unidade escolar. Assim, Regimento Escolar é um documento legal onde se estabelecem a estrutura e a organização da escola, e que lhe garante a individualidade e originalidade, capacitando-a a uma constante atualização, em face dos condicionantes internos e externos (Fróes e Campos, 1981).

Sintetizando, o Regimento Escolar:

- define a organização de cada escola e formaliza as concepções adotadas a respeito de sua estrutura básica, de forma a assegurar o alcance, com maior êxito possível, dos objetivos educacionais a que se propõe;

⁷ A palavra regimento, derivada do latim “regimentu” significa o “conjunto de normas que regem o funcionamento de uma instituição”. (Novo Dicionário Aurélio, p.1207).

Regimento é “um ato normativo da situação interna de um órgão, designando a categoria, a finalidade, a estrutura em unidades organizacionais, especificando as respectivas competências, definindo as atribuições de seus dirigentes e indicando seu relacionamento interno e externo” (Secretaria da Modernização Administrativa do M.E.C.).

- orienta as decisões pedagógicas, administrativas e disciplinares;
- expressa formalmente a organização escolar e garante a regularidade legal dos atos escolares e conseqüentemente a autenticidade da vida escolar;
- caracteriza a escola tendo em vista o tipo e o grau de ensino, suas dimensões e sua filosofia educacional;
- individualiza cada escola, assumindo características próprias, de acordo com sua filosofia e suas peculiaridades (autonomia administrativa, didática e disciplinar).

Organização administrativa:

É a estrutura da escola como estabelecimento de ensino. Estrutura essa que dependerá da complexidade dos recursos e das dimensões de cada escola.

A organização administrativa retratará fielmente o número e a natureza dos órgãos existentes e em funcionamento. Como os órgãos constituem a estrutura estática da organização e a dinâmica é dada pelo seu funcionamento via corpo funcional, o Regimento Escolar deve fixar a estrutura, o funcionamento, as atribuições e as tarefas de seus órgãos e de seu pessoal.

Organização Escolar:

É a estrutura própria do ensino. Deve definir a ordenação curricular e o padrão de rendimento da escola, com base nos seus objetivos e no seu regime escolar.

Organização disciplinar:

Implica na regulamentação dos direitos e deveres dos membros da comunidade escolar e no controle de sua conduta. É uma das tarefas da administração, estando pois implícita na organização administrativa. Quando apresenta dispositivos que garantem a estabilidade das relações dentro da escola (entre direção e professores, entre professores e órgãos de coordenação pedagógica e educacional) evita litígios entre escola, alunos e pais.

As penalidades previstas para o aluno, no Regimento Escolar, devem ter o sentido de formação, e não de punição. As proibições e penalidades para o pessoal docente e administrativo devem estar de acordo com as previstas na legislação que rege a escola.

Assim, o Regimento Escolar constitui a “lei interna” da unidade: regula as normas de convivência da escola com o sistema, assim como as relações funcionais internas. É um

verdadeiro contrato entre as partes, que define direitos e deveres dos que se vinculam à escola: de um lado, a escola estabelece condições para a prestação de seus serviços; de outro, as famílias e os alunos, ao se vincularem à instituição, submetem-se a essas condições e, ao mesmo tempo, adquirem os direitos delas decorrentes.

Gairín (apud Vidal, Cárave e Florencio, 1992, p.292) afirma que, por intermédio do regimento, pode-se:

- a) Proporcionar um marco de referência para o funcionamento da instituição escolar e para cada um dos setores que a compõem;
- b) Agilizar o funcionamento e a tomada de decisões;
- c) Depositar responsabilidades em quem corresponda;
- d) Apoiar a participação dos membros da comunidade escolar;
- e) Unificar a informação e torná-la mais acessível;
- f) Facilitar os processos de avaliação institucional;
- g) Contribuir para delimitar e possibilitar os planejamentos institucionais.

Vidal, Cárave e Florencio (1992, p.292) atribuem as seguintes funções ao Regimento Interno:

- a) Regulamentar a vida da Escola: incluir regulamentos para todos os setores da comunidade educativa;
- b) Delimitar as funções básicas assumidas pelos diferentes órgãos e elementos da organização escolar;
- c) Operacionalizar o funcionamento da escola, regulando os papéis de todos os elementos da estrutura escolar;
- d) Estabelecer o procedimento em caso de conflito.

1.1.4.2. A estrutura e os elementos do Regimento Escolar

A estrutura que deveria ter o Regimento Escolar deve estar em função do conceito e em relação com os princípios estabelecidos no Projeto Pedagógico.

Na estrutura do Regimento, ter-se-ia que evitar medidas complicadas que fazem com que sejam incompreensíveis para uma parte importante da comunidade educativa e deve utilizar-se de uma linguagem clara e simples. Ao mesmo tempo é necessário evitar a repetição

de princípios e metas estabelecidas no ideário da escola ou na definição da estrutura na escola, procurando ser o mais conciso possível.

O regimento, em geral, quanto à montagem técnica, é organizado em Títulos, que, por sua vez, se subdividem em Capítulos, e estes, em Seções.

1.1.4.2.1. O esquema de Vidal, Cárave e Florencio

Vidal, Cárave e Florencio (1992, p.295) apresentam um esquema com os conteúdos do regimento:

I - Introdução

- Bases legais do regimento
- Princípios gerais do regimento
- Obrigatoriedade do regimento
- Modificação do regimento
- Aprovação e órgão que o fez

II - Dos Recursos Humanos

- Do professorado: inscrição, direitos e deveres
- Do alunado: matrícula, direitos e deveres
- Dos pais: direitos e deveres
- Do pessoal não docente: direitos e deveres

III - Dos Recursos Materiais

- Do material da escola: inventário, aquisição, controle, regime de utilização etc.
- Das instalações da escola: permissão de uso, horários etc.
- Da segurança: plano de evacuação, pontos de segurança etc.

IV - Dos Recursos Funcionais

- Das atividades acadêmicas: horários, controle, informação aos pais etc.
- Das atividades extraescolares: controle, informação aos pais etc.
- Das atividades administrativas: tipos de registros, atas etc.
- Dos recursos econômicos: ingressos, contabilidade, justificativas etc.

V - Do Regime Disciplinar

- Princípios gerais de disciplina: formativa etc.

- . Comissão de disciplina: composição, dependência, competências, funcionamento
- . O procedimento: as faltas (tipos), as sanções, a tramitação, o expediente disciplinar

1.1.4.3. A elaboração do Regimento Escolar

Nircélio Zabot (1986) apregoa que o Regimento Escolar, como instrumento de organização administrativa e pedagógica, deve expressar o estágio de consciência da comunidade escolar. Na sociedade autoritária, o Regimento nada mais é do que um instrumento de preservação dos princípios rígidos e centralizadores do poder. Na sociedade democrática deve expressar os princípios de participação livre e consciente. Por isso, o Regimento deve ser a mais fiel expressão da nova escola requerida pela sociedade atual - uma escola livre e democrática atendendo a maioria da população. Neste sentido, deve nascer da discussão e da participação de toda a comunidade escolar, expressando os valores e os interesses da maioria. Neste mesmo sentido, o Comitê de Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal do Paraná (1991), ao apresentar a Contribuição para Análise do Regimento Escolar Único, assim se manifesta:

... o Regimento, mais do que um conjunto de normas, deve ser um dos instrumentos políticos e pedagógicos que crie condições para a realização da escola pública de qualidade, e a sua *elaboração só pode resultar de um processo de discussão e decisão coletiva* (p.2) (grifos meus).

O processo de elaboração de um Regimento Escolar deve atender a duas condições: a legitimidade e a legalidade do mesmo. A legitimidade é o fundamento do exercício do poder e a legalidade é a qualidade desse exercício. A legitimidade surgirá da participação consciente de toda a comunidade escolar. Assim, o regimento deve ser o resultado de um processo em que o conjunto da comunidade escolar participe (diretor, coordenador, professor, funcionários, alunos e pais). Deve ser fruto de um trabalho coletivo. Quanto mais pessoas são envolvidas na elaboração do regimento mais possibilidades se tem de se conseguir fórmulas adequadas de regulação da atividade educativa. O trabalho coletivo da comunidade escolar por meio de uma “instituinte” dará legitimidade muito maior ao processo ao invés do trabalho de uns poucos que estão nos gabinetes dos órgãos centrais. O regimento deve ser conquistado e não outorgado.

Por outro lado, o Regimento é um instrumento que tem um âmbito restrito - a escola - o que não implica que não deva subordinar-se à legislação existente e por isso ele não pode nunca ir contra uma norma legal superior. Isso implica, no processo, a necessidade de um assessoramento legal, para evitar a introdução de ilegalidades no mesmo, que “a posteriori” o inutilizaria.

Leslie Rama (1987) ensina que os princípios de abrangência, organicidade, integração, flexibilidade e realidade, devem nortear a elaboração do Regimento. A autora ainda lembra que os preceitos do Regimento devem ser gerais a fim de se evitarem constantes revisões e alterações.

1.1.4.3.1. A participação na elaboração do Regimento

Ora, se o Regimento deve ser fruto de um trabalho coletivo, para a efetivação desse trabalho coletivo é preciso que haja, para todos os envolvidos, pontos de partida (princípios) e pontos de chegada (objetivos) comuns.

A construção de um trabalho coletivo coerente, articulado e posicionado na escola é tarefa desafiante e desgastante: exige empenho, persistência, paciência e crença naquilo que se quer. Quando se fala na construção do trabalho coletivo, há um elemento muito importante a se considerar - a participação - porque além de ser um instrumento para a solução de problema, é sobretudo uma necessidade fundamental do ser humano.

Participação tem duas bases complementares: uma base afetiva (participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros) e uma instrumental (participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente do que fazê-las sozinhos) (Diaz Bordenave, 1992).

Uma questão-chave na participação é a importância das decisões. Segundo sua importância, as decisões podem ser organizadas em níveis, do mais alto ao mais baixo, conforme escreve Diaz Bordenave (1992).

Inspirada em Juan E. Diaz Bordenave (1992), elaborei o esquema de relações entre os níveis de decisão e participação dos membros da organização (Quadro 4).

A democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem, nos níveis mais altos, e os que executam e sofrem as consequências das decisões, nos níveis mais baixos.

Quadro 4

Relação entre níveis de decisão e participação dos membros da organização

Níveis		Atividades	Participação
Mais altos	Nível 1	- Formulação da doutrina e da política da instituição	participação restrita a uns poucos “burocratas”, “tecno-cratas” ou “lideranças”.
	Nível 2	- Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias	
Intermediários	Nível 3	- Elaboração de planos, programas e projetos	participação de representantes no processo decisório.
	Nível 4	- Alocação de recursos e administração de operações	
Mais baixos	Nível 5	- Execução das ações	disposição favorável à participação dos membros.
	Nível 6	- Avaliação dos resultados	

A gestão baseada na escola atualmente é a que melhor se enquadra como alternativa à estrutura centralizada e burocrática do sistema público pois implica num considerável nível de autonomia institucional, administrativa, financeira e pedagógica. Representa

uma alternativa mais eficaz e relevante à atual política centralizada de administração e controle do sistema escolar para promover a qualidade e produtividade do ensino, valorizar as atividades pedagógicas da escola, possibilitar maior flexibilidade de tomada de decisão, controlar seu próprio funcionamento, prestar contas de seu desempenho a seu público-cliente e fazer chegar à sala de aula os recursos financeiros aplicados em educação. A centralização burocrática e o inchaço da administração superior do sistema de ensino tendem, ao contrário, a malbaratar recursos financeiros nas atividades administrativas, negligenciar o suporte adequado das atividades pedagógicas da escola, bloquear o processo de autonomia e esvaziar o conteúdo substantivo da gestão democrática da escola (Santos Filho e Carvalho, 1993, p.2-3).

1.1.4.4. A aprovação do Regimento Escolar

O Regimento Escolar para ter validade deve ser aprovado por um órgão próprio do sistema. Pode ser a própria Secretaria da Educação ou o Conselho Estadual de Educação ou,

ainda, o Conselho de Escola, como no modelo proposto por Vidal, Cárave e Florencio (1992, p.298).

1.1.4.5. A divulgação do Regimento Escolar

O Regimento Escolar deve ser publicado, para maior conhecimento de suas normas e efeitos, por todos os participantes da comunidade escolar - alunos, pais, professores, coordenadores, funcionários, diretores.

1.1.4.6. As características de um Bom Regimento

Para ser considerado um bom regimento, ele deve ser original e sóbrio, nas palavras de Valnir Chagas (1982). Isto porque as escolas, mesmo inseridas nos sistemas estaduais e nacional, não têm por que apresentar-se iguais.

Cada uma delas será tanto melhor quanto mais se afirmar como projeto autônomo para realizar determinados ideais, objetivos e concepções educacionais. Daí a *originalidade*, que faz do projeto a “hipótese de trabalho” de uma experiência pedagógica sempre renovada como preventivo da rotina e da estagnação. Excluem-se, assim, as normas rígidas e minuciosas que seriam a negação dessa atitude de pesquisa, [...]. Daí também a *sobriedade*. Em conjunto, as duas características encerram um desafio que será tanto maior quanto mais a burocracia, em seu ingênuo perfeccionismo padronizador, procure substituir-se aos educadores no direito e no dever que lhes cabem de tentar e de eventualmente errar para acertar (Chagas, 1982, p.287).

1.1.4.7. As fases na elaboração do Regimento Escolar

Vidal, Cárave e Florencio (1992, p.297-8) apresentam como sugestão as seguintes fases na elaboração do Regimento Escolar:

1ª fase: Organização do processo

- a) Eleger uma Comissão encarregada de dirigir a elaboração do Regimento Escolar que deveria contar com representantes dos três setores da comunidade.
- b) Estabelecer o procedimento de elaboração: funções da comissão, processo de discussão, assessoramento etc..
- c) Adotar medidas que garantam a participação de todos os setores da comunidade educativa.

2ª fase: Configuração inicial.

O objetivo básico desta fase é a elaboração de um primeiro projeto de Regimento Escolar que sirva para a discussão pelos distintos setores da comunidade. As tarefas desta fase devem ser dirigidas pela Comissão nomeada para o efeito na fase anterior e seriam as que se seguem:

- a) Estudo dos princípios, objetivos e estruturas estabelecidos pelo Projeto Pedagógico, a fim de adequar o Regimento aos mesmos;
- b) Estudo e análise das bases legais do Regimento Escolar: a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional etc.;
- c) Estudo de modelos de Regimentos Escolares de outras instituições;
- d) Confecção do primeiro projeto de Regimento, de caráter preliminar, que será apresentado aos distintos setores a fim de que possam discuti-lo e realizar supressões, modificações ou acréscimos;
- e) Assessoramento legal que permita a elaboração de um projeto isento de ilegalidades.

3ª fase: Configuração definitiva e aprovação

O objetivo desta fase é a aprovação do Regimento pelo Conselho de Escola.

As tarefas são as seguintes:

- a) Discussão do projeto inicial em cada um dos setores da comunidade escolar. Os âmbitos adequados são o Conselho ou Corpo Docente, a Associação de Pais e Mestres (A.P.M.) e as assembleias de alunos (o Grêmio Estudantil);
- b) Negociação dos pontos conflitivos resultantes do processo de discussão;
- c) Confecção definitiva do Regimento;
- d) Aprovação pelo Conselho de Escola;
- e) Remissão de um exemplar à Administração.

1.1.5. Princípios jurídicos

A elaboração e a vigência do Regimento Escolar devem ser norteadas por alguns princípios jurídicos porque o Regimento é a “lei interna” da unidade escolar e autêntico “contrato entre partes”. Assim:

- a) **O princípio da hierarquia das leis.** As leis e demais normas jurídicas se integram hierarquicamente num sistema de normas que rege a “conduta comunitária”. Deste modo, no

ordenamento jurídico brasileiro atual, as normas podem ser classificadas hierarquicamente em:

- **constitucionais.** A Constituição está no grau mais elevado da hierarquia. Todas as demais normas devem se subordinar a ela. É o princípio da “constitucionalidade”, que exige a conformidade de todas as demais normas e atos inferiores: leis complementares, leis ordinárias, decretos, regulamentos, atos administrativos etc., às disposições da Constituição.
- **complementares.** A lei complementar constitui, na hierarquia das normas jurídicas, uma espécie intermediária entre a norma constitucional e a lei ordinária a que se equiparam as normas da mesma hierarquia, isto é, a lei delegada e o decreto-lei. É inferior à constituição e superior à lei ordinária, ao decreto-lei e à lei delegada, que não podem por sua vez contrariar a lei complementar, sob pena de invalidade. São leis complementares aquelas a que a Constituição confere essa qualidade.
- **ordinárias.** A lei ordinária é a norma jurídica elaborada pelo Poder Legislativo em sua atividade comum e típica. São leis ordinárias: o Código Civil e os Códigos em geral, a lei eleitoral, a L.D.B. etc..

As leis delegadas, os decretos leis, os decretos legislativos, as resoluções têm a mesma hierarquia das leis ordinárias.

- **regulamentares ou regulamentos.** São regras jurídicas gerais, abstratas e impessoais, estabelecidas pelo Poder Executivo, em desenvolvimento da lei.

Substancialmente, o regulamento é um desenvolvimento da lei ou uma legislação secundária. Formalmente, a lei emana do legislativo e o regulamento, do Executivo.

Decreto-lei é uma figura híbrida. “Decreto” é do Poder Executivo. “Lei” é tarefa específica do Legislativo. Dentro do ordenamento jurídico, o decreto-lei tem posição hierárquica no mesmo plano da lei ordinária e da lei delegada.

Outras normas

No plano da Administração Pública, abaixo dos regulamentos, situam-se as portarias, avisos, ordens internas, despachos, e outros atos administrativos. No plano das obrigações, as convenções coletivas de trabalho, estipulações, contratos etc.. No plano institucional, os estatutos, *regimentos*, normas internas etc..

- **individuais ou singulares.** Representam a aplicação concreta do direito à conduta social dos homens. São normas individuais “as sentenças” e os “contratos”. Os contratos, sentenças e atos semelhantes, não contendo disposições abstratas, gerais e permanentes, não participam da natureza das leis. Por sua força e obrigatoriedade, possuem inegável caráter vinculatório e nesse sentido, constituem normas ou regras de conduta normativa.

Assim, as normas do Regimento Escolar não podem contrariar a legislação hierarquicamente superior. No âmbito específico da legislação do ensino, o Regimento Escolar está sujeito às normas do respectivo sistema de ensino a que pertença a escola.

b) O princípio da vigência das normas regimentais. A lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Decreto-lei Federal 4.657, de 04/09/1942, dispõe nos artigos 2º, 3º e 6º:

Art. 2º - Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova que estabeleça disposições gerais especiais a par das já existentes não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3º Salvo disposições em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Art. 3º - Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Art. 6º- A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Assim, alterada uma lei maior ou posterior, ou norma superior, o Regimento Escolar estará revogado naquelas partes que se tornaram incompatíveis com os novos dispositivos legais, a partir da data em que a alteração entrar em vigor, independentemente da sua modificação.

c) O princípio da irretroatividade. A Constituição do Brasil (1988) no inciso XXXVI do artigo 5º determina: “A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.”

Em se tratando de normas do sistema que se refletem no Regimento Escolar, é comum que o ato que as contenha declare expressamente o início de sua vigência para o período letivo seguinte. Assim, uma vez iniciado o período letivo, as “regras do jogo” já foram postas, não convindo alterá-las no decorrer do mesmo período. Se, porém, não ocorrer essa

ressalva, a norma superior ao Regimento impõe-se desde logo. A questão, muitas vezes, assume aspectos delicados, em face do “direito adquirido” e do “ato jurídico perfeito”.

1.1.6. A natureza jurídica do Regimento

A Administração é dotada de poderes administrativos que são verdadeiros instrumentos de trabalho, adequados à realização de tarefas administrativas. Os poderes administrativos, consoante a liberdade da Administração para a prática de seus atos, podem ser classificados em: poder vinculado e poder discricionário. O poder vinculado ou regrado é aquele que o direito positivo - a lei - confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização. O agente público fica inteiramente preso ao enunciado da lei, em todas as suas especificações. Isso quer dizer que a liberdade de ação do administrador é mínima pois terá que atender as especificações expressas na lei. Observe-se que dificilmente um ato administrativo é inteiramente vinculado, porque haverá sempre aspectos sobre os quais a Administração terá opções na sua realização. O que caracteriza o ato como vinculado é a predominância de especificações da lei sobre os elementos deixados livres para a Administração. Elementos vinculados serão sempre a competência, a finalidade e a forma, além de outros que a norma legal indicar para a consecução do ato. O poder discricionário é o que o direito concede à Administração de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

O poder discricionário difere do poder arbitrário. Discricionariedade significa liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, enquanto arbitrariedade significa ação contrária ou excedente da lei. Assim sendo, ato discricionário, quando autorizado pelo direito, é legal e válido, e ato arbitrário é sempre ilegítimo e inválido. Então, a distinção entre o poder discricionário e o poder vinculado consiste na maior liberdade de ação concedida ao administrador. Assim, para a prática de um ato vinculado a autoridade pública está adstrita à lei em todos os seus elementos formadores, ao passo que para a prática de um ato discricionário é livre, no âmbito em que a lei lhe confere essa faculdade.

A discricionariedade é sempre relativa e parcial, porque, quanto à competência, à forma e à finalidade do ato, a autoridade está subordinada ao que a lei dispõe, como para qualquer ato

vinculado. Assim, o administrador, mesmo para a prática de um ato discricionário, deverá ter competência legal para praticá-lo; deverá obedecer à forma legal para a sua realização e deverá atender à finalidade legal de todo ato administrativo, que é o interesse público.

A atividade discricionária não dispensa a lei, nem se exerce sem ela, senão com observância e sujeição a ela. Discricionários só podem ser os meios e modos de administrar, nunca os fins a atingir. Em tema de fins, não existe jamais, para a Administração, um poder discricionário. O fim é sempre imposto pelas leis e regulamentos, seja explícita, seja implicitamente (Roger Bonnard, *Précis de Droit Administratif*, 1940, *apud* Hely Lopes Meirelles, 1987. p.129).

A atividade discricionária é justificada pela impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige. Essa liberdade concedida funda-se na consideração de que só o administrador, em contato com a realidade, está em condições de bem apreciar os motivos ocorrentes de oportunidade e conveniência da prática de certos atos, que seria impossível ao legislador, dispondo na regra jurídica - lei - de maneira geral e abstrata, prover com justiça e acerto. No ato discricionário há limitações impostas pelos princípios gerais do direito e pelas regras da boa administração (preceitos de moralidade administrativa).

Para os agentes sujeitos às normas regimentais, o regimento é a “lei da casa” e a sua violação pode dar ensejo à invalidação do ato anti-regimental, desde que lesivo de direito individual ou de prerrogativa da função.

Os regimentos, no entender dos mais autorizados publicistas, “se destinam a disciplinar o funcionamento dos serviços públicos, acrescentando às leis e regulamentos disposições de pormenor e de natureza principalmente prática” (Carlos S. de Barros Júnior *apud* Meirelles, 1987, p.141). Os regimentos se destinam a prover o funcionamento dos órgãos da Administração, atingindo unicamente as pessoas vinculadas à atividade regimental. Os regimentos provêm do poder hierárquico do Executivo.

A Administração, em relação ao Projeto Pedagógico, tem um amplo poder discricionário para adequar as intenções educativas da sociedade em geral às características concretas de uma determinada escola, para fazer uma opção por um conjunto de princípios teleológicos e normativos, por certos esquemas metodológicos e estratégias e por determinados suportes epistemológicos de uma determinada concepção pedagógica. A Administração, em relação ao Regimento Escolar, tem um poder discricionário, dentro dos limites permitidos em

lei, para realizar opções sobre os elementos deixados livres pela lei. A Administração, no Regimento Escolar, em relação a professor e funcionário a respeito de deveres, direitos e regime disciplinar tem poder vinculado, isto é, não inova em nada (é mero regulamento), já em relação ao aluno na questão da disciplina tem um forte poder discricionário. Assim, o Regimento Escolar é discricionário e vinculado, concomitantemente, tendo, portanto, uma natureza mista.

1.2. As Referências Normativas

1.2.1. O esquema brasileiro

De acordo com o Parecer C.F.E. nº 352/72 que trata das Normas para o sistema federal referentes à elaboração de regimento,

o regimento deverá focalizar os elementos fundamentais e os acessórios indispensáveis ao funcionamento de um estabelecimento. *Por meio dele, individualiza-se a escola, define-se sua filosofia, objetivos e organização administrativa, didática e disciplinar.* Deixa de ser um “regulamento interno” para ser o instrumento legal que organiza e define a escola.

Mais adiante, o mesmo Parecer afirma:

Não apresentamos modelo de Regimento para que se firme a idéia de que a finalidade desse parecer não é a de padronizar; ao contrário, o Regimento é um instrumento que *individualiza os diversos estabelecimentos*. Relacionamos apenas aspectos que, pela sua importância, devem ser necessariamente inseridos na peça regimental.

É também conveniente salientar que o Regimento deverá ser um instrumento dinâmico. Os resultados das experiências pedagógicas e administrativas deverão servir para reformá-lo e atualizá-lo, sempre que se fizer necessário (p.302-3) (Grifos meus).

O Parecer C.F.E. nº 352/72 sugere os seguintes títulos para o Regimento Escolar:

A. O Título I - Das Finalidades - deverá conceituar as finalidades do estabelecimento, sua caracterização e sua filosofia de educação.

B. O Título II - Da Administração Escolar - tratará dos órgãos de Administração - Diretoria, Conselho de Professor ou outro Conselho que o estabelecimento pretenda manter. Incluem-se aí os Serviços Administrativos, mas não vinculados aos órgãos de Administração.

C. O Título III - Da Comunidade Escolar - será relativo aos Corpos Docente e Discente.

D. O Título IV - Da Estrutura e Funcionamento

- Da Organização Didática - cursos, currículos e programas.
- Do Regime Escolar - calendário escolar, matrícula, transferência, adaptações de cursos, avaliação do rendimento escolar (frequência e aproveitamento de estudo).

A respeito dos elementos que devem fazer parte do Regimento, o C.E.E. de São Paulo (1972), por meio da Indicação nº 511/72 assim se manifesta:

considerando o regimento um instrumento de realização do projeto da escola, procurou-se fixar os elementos básicos da organização administrativa, didática e disciplinar, evitando-se tudo aquilo que pudesse comprometer a flexibilidade e o caráter inovador dos estabelecimentos de ensino (p.2157).

O Grupo de Trabalho do anteprojeto da Lei 5.692/71 (1970) claramente expressa esta preocupação no seu relatório:

O anteprojeto dispõe, como princípio geral, que “a organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação (art. 2º, parágrafo único)”. O Regimento será, pois, a objetivação da lei em cada plano escolar, que deve guardar uma nítida individualidade; e é com este sentido, e para dar-lhe ênfase, que se repete com frequência a expressão “planos dos estabelecimentos”. Por esta razão, procuramos ser bastante sóbrios em relação a normas de organização e funcionamento, cingindo-nos ao estritamente indispensável como “diretrizes e bases” de âmbito nacional” (p.31-2).

1.2.1.1. São Paulo: Deliberação C.E.E. nº 33/72

O Conselho Estadual de Educação de São Paulo, mediante a Indicação nº 511 de 28/11/1972, fixou segundo a Deliberação CEE(SP) nº 33/72, “normas para a elaboração do regimento dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus”.

A Deliberação CEE nº 33/72 determina a inclusão na peça regimental da Escola dos seguintes aspectos:

I. Identificação do estabelecimento de ensino

- Entidade mantenedora, denominação e sede;

- Ato administrativo que autorizou seu funcionamento ou concedeu-lhe reconhecimento;
- instituição legal, se for o caso;
- graus de ensino e habilitações que serão ministrados.

II. Objetivos

Observando-se o disposto nos Arts. 1º da Lei nº 4.024/61, 1º, 17 e 21 da Lei nº 5.692/71; suas peculiaridades e a comunidade a ser servida.)

III. Organização administrativa

- Criação, organização e hierarquização de unidades, setores e serviços;
- níveis de decisão e atribuições na hierarquia das funções;
- organização da documentação: identidade e vida escolar de cada aluno;
- qualificação profissional do pessoal docente, técnico e administrativo;
- relações individuais e coletivas de trabalho de seus professores e servidores em geral;
- desenvolvimento do plano escolar;
- condições relativas à intercomplementaridade entre o estabelecimento e outras entidades.

IV. Organização didática

1. Organização do currículo

- Composição do currículo pleno: matérias e conteúdos específicos;
- critérios de agrupamento de alunos;
- sistema de avaliação: objetivos, periodicidade, forma e escala;
- sistema de recuperação: seleção e agrupamento dos alunos; sistemática de trabalho; condições para efetivação; critérios de avaliação;
- sistema de promoção: critérios;
- substituição de uma disciplina, área de estudo ou atividade.

2. Elaboração do plano escolar

3. Processo de orientação educacional

4. Processo de orientação pedagógica

5. Formas de aperfeiçoamento do pessoal docente, técnico e administrativo

6. Expedição de certificados e diplomas

V. Organização disciplinar

1. Regime escolar

- Calendário escolar: duração do período letivo, dias letivos, períodos de aulas e de férias;
- matrícula: períodos e condições;
- transferência: períodos e condições;
- adaptação;
- frequência: mínimos exigidos;
- matrícula com dependência; medidas didáticas e administrativas;
- matrícula por disciplina, quando for o caso;
- condições para realização de estágios para as habilitações profissionais que os exigem, quando for o caso.

VI. Direitos e deveres dos participantes do processo educativo

1. Direitos e deveres do corpo docente
2. Direitos e deveres do corpo discente
3. Direitos e deveres do pessoal técnico-administrativo
4. Direitos e deveres dos demais funcionários e servidores
5. Sanções previstas, autoridades competentes para aplicá-las e recursos cabíveis

VII. Instituições complementares

1. Obrigatórias: A.P.M., grêmio estudantil
2. Facultativas: cooperativas, outras

VIII. Disposições gerais

- Concordância expressa do pai ou responsável com os termos regimentais;
- pagamento de anuidades, quando for o caso;
- programas de assistência ao escolar;
- alterações regimentais;
- casos omissos.

IX. Disposições transitórias

Aspectos Fundamentais do Regimento Escolar

Os elementos essenciais do Regimento Escolar são:

a) **A organização administrativa:** deve prever as unidades administrativas existentes: os serviços auxiliares da administração; os novos serviços a serem instalados; a hierarquização administrativa; a qualificação do pessoal administrativo, técnico e docente; a modalidade de escrituração a ser adotada pela escola e do respectivo arquivo da vida escolar; o arquivamento e a guarda do plano escolar; a admissão dos professores e especialistas; a admissão do diretor e do seu substituto eventual.

b) **A organização didático-pedagógica:** será estabelecida no regimento escolar, considerando-se a composição e organização curricular; os critérios de agrupamento de alunos; as alterações curriculares supervenientes; o sistema de avaliação, especificando-se os objetivos, a periodicidade, a forma, a escala, a adoção ou não de provas ou exames finais, a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, a assiduidade e o aproveitamento, os instrumentos de avaliação; o sistema de recuperação; o plano escolar; os serviços de orientação educacional e pedagógica; o aperfeiçoamento do pessoal; a expedição de certificados e diplomas etc.

c) **A organização disciplinar:** deverá prever o regime escolar, considerando-se: 1. O calendário escolar, os dias letivos e a carga horária anual, os cursos e habilitações a serem ministrados, os turnos de funcionamento, as férias e recessos escolares, os regimes de matrícula e de transferência, a adaptação, os mínimos de frequência, os graus de ensino mantidos, a substituição de um componente curricular por outro; 2. O regime disciplinar, especificando-se os direitos e deveres de todos os funcionários e servidores da escola. Inclusive os dos alunos, as penalidades, a desídia dos funcionários e servidores da escola, o conhecimento dos dispositivos regimentais.

Aspectos secundários do Regimento Escolar

Além dos elementos essenciais, devem ser previstos necessariamente no Regimento Escolar:

a) Elementos gerais diversos

- Papel timbrado, numerado e rubricado pelo diretor da escola;
- última folha datada e assinada pelo diretor da escola;

- redação clara, precisa e concisa;
- assuntos pertinentes agrupados em títulos ou capítulos;
- apresentação em 3 (três) vias, pelo menos (U.E., D.E. e D.R.E.).

b) Estrutura da escola

- Identificação completa da escola: nome, endereço, entidade mantenedora, ato oficial que autorizou seu funcionamento ou concedeu-lhe reconhecimento;
- objetivos;
- graus de ensino mantidos;
- regime de funcionamento;
- turnos de funcionamento;
- população escolar a ser atendida;
- regime de entrosagem e intercomplementaridade.

c) Instituições complementares

- A.P.M. - Associação de Pais e Mestres;
- grêmio estudantil;
- convênios a serem mantidos.

d) Diversos

- Anuidades, quando for o caso;
- antecipação da iniciação para o trabalho;
- assistência ao escolar;
- subvenções do poder público;
- bolsas de estudo;
- alterações regimentais;
- continuidade no regime anterior;
- casos omissos;
- vigência;
- recursos.

1.2.1.2. Análise comparativa dos esquemas de regimento

Comparando o esquema de regimento apresentado por Vidal, Cárave e Florencio (no item 1.1.4.2.1., p.43-4 com o do Parecer CFE nº 352/72 (item 1.2.1., p.53-4) observa-se o seguinte:

Na proposta dos autores espanhóis, há inicialmente um cuidado em se colocar as bases legais do regimento, os princípios gerais que norteiam o regimento, as questões da obrigatoriedade e modificação do regimento, aprovação e órgão que o fez; a do Brasil é omissa quanto a esses aspectos, mas em compensação apresenta as finalidades do estabelecimento, sua caracterização e sua filosofia de educação que não constam da primeira que entende que estes elementos fazem parte do Projeto Pedagógico.

Em relação aos recursos humanos, enquanto o esquema dos autores espanhóis trata do professor, do aluno, dos pais, do pessoal não docente, o do Brasil aborda apenas os corpos docente e discente.

A respeito dos recursos materiais, o esquema dos autores espanhóis é rico, abarcando três aspectos - material da escola, instalações da escola e segurança, ao passo que o brasileiro silencia sobre este item.

No título “Recursos Funcionais”, estão incluídas no modelo espanhol as atividades acadêmicas, as atividades extra-escolares, as atividades administrativas, os recursos econômicos. No do Brasil, aparece o regime escolar, além da organização didática.

O esquema dos autores espanhóis tem um título inteiro sobre o regime disciplinar que deve apresentar os princípios gerais de disciplina, a comissão de disciplina e o procedimento. O do Brasil é omissos.

Já o esquema da Deliberação CEE - S.P. nº 33/72 é bastante minucioso começando com a identificação do estabelecimento de ensino, passando pelos objetivos, organização administrativa, didática e disciplinar, direitos e deveres dos participantes do processo educativo e instituições auxiliares, e terminando com disposições gerais e transitórias.

1.2.2. A elaboração do Regimento Escolar

A elaboração do Regimento Escolar deve obedecer às normas técnicas, fixadas para a elaboração de leis e decretos, (contidas na Lei Complementar nº 60, de 10/07/1972 (ANEXO 3).

O Parecer CFE nº 352/72 chama a atenção dos que se incumbirão da tarefa de elaborar os Regimentos Escolares, lançando mão dos ensinamentos dos Professores Aluizio Peixoto Boynard, Edília Coelho Garcia e Maria Iracilda Robert (1975) em “A Reforma do Ensino”:

O Regimento será tanto mais adequado quanto menos for omissivo em relação a aspectos essenciais do processo educativo e quanto for mais hábil na colocação de determinados problemas.

Um Regimento demasiadamente analítico poderá ser coibidor da própria liberdade da escola. Se exageradamente sucinto, poderá acarretar sérias dificuldades à orientação do processo educativo.

Bom senso para adoção da justa medida e qualificação de quem for elaborar o Regimento são fatores importantes. A contribuição própria e pessoal, a experiência pedagógica, conhecimento da legislação e a consciência do uso adequado que deve fazer da liberdade que a legislação lhe outorga são a medida exata para a elaboração de um bom regimento (p.131-2).

1.2.2.1. A participação na elaboração do Regimento

Watanabe (1991), sobre a participação da comunidade escolar na elaboração dos regimentos escolares, observa:

Embora as indicações, as deliberações e os pareceres do Conselho Estadual enfatizem o papel dos estabelecimentos de ensino onde serão concretizados os princípios básicos que informam a Lei 5692/71, e ressaltem a importância de participação e decisão da escola, há muito que no Estado de São Paulo, as escolas estaduais vêm sendo regidas por regimentos únicos, impostos pela Administração. Onde a autonomia? Onde a participação? Onde a decisão? (Watanabe, 1991, p.21-2).

(...)

A Secretaria da Educação de São Paulo, na elaboração das minutas dos Regimentos Comuns das Escolas Estaduais de 1º, de 2º e de 1º e 2º Graus optou pelo artigo 70⁸ da Lei 5692/71, em razão da complexidade da rede que abrange numerosas unidades. Previu, contudo a possibilidade de as escolas elaborarem seus próprios regimentos desde que as condições permitam. Isto está consubstanciado nos Pareceres do Conselho Estadual 731/77 (1º Grau), 1.136/77 (2º Grau) e 390/77 (1º e 2º Graus) quanto nos Decretos 10.623/77 (1º Grau) e 11.625/78 (2º Grau).

A esse respeito, ressalte-se que o Parecer CEE nº 1.136/77, através de seu relator Conselheiro Renato Alberto Teodoro Di Dio, observa que “*as escolas deveriam ser incentivadas a valer-se da oportunidade aventada pelo Senhor Secretário da Educação, no sentido de elaborar seus próprios regimentos. A escola, para colocar-se em condições plenas de cumprimento de suas finalidades, deve ter a capacidade de organizar-se em função das peculiaridades do meio a que deve servir. Neste sentido,*

⁸ Art. 70 da Lei 5692/71: “As administrações dos sistemas de ensino e as pessoas jurídicas de direito privado poderão instituir, para alguns ou todos os estabelecimentos de 1º e 2º Graus por elas mantidos, um regimento comum que, assegurando a unidade básica estrutural e funcional da rede, preserve a necessária flexibilidade didática de cada escola”.

tão logo se sinta em condições de fazê-lo é conveniente que *adapte seu regimento a suas reais características*. A aprovação de regimentos próprios, que se espera venha a ocorrer em ritmo crescente no futuro, constituirá, assim, indício seguro do amadurecimento e da consolidação de nossas escolas” (grifos meus).

Mas, pelo menos na X Divisão Regional de Ensino de Presidente Prudente, não se tem notícia de que alguma escola estadual tenha regimento próprio, isto é, elaborado por ela mesma. Todas se regem pelo Regimento Comum das Escolas Estaduais. Observe-se que as Escolas Particulares têm o seu próprio regimento, elaborado por elas mesmas.

Registre-se que todos esses regimentos das Escolas Estaduais acima citados foram organizados pela Secretaria da Educação, não tendo havido participação da comunidade escolar na sua elaboração, refletindo o período da ditadura militar, onde há grande concentração de poder nas mãos de poucos e o povo não é chamado a participar.

Assim, embora os decretos tenham aberto a possibilidade de cada escola elaborar o seu próprio regimento, para garantir a individualidade e originalidade, as escolas estaduais não encontraram condições para fazê-lo, uma vez que tudo era centralizado, não havia autonomia política nem econômica. As escolas estavam amarradas. Embora a lei pregasse a descentralização, na realidade imperava a centralização.

As escolas estaduais nem mesmo podiam e ainda não podem contratar diretamente os seus professores. Na verdade, nem mesmo podem contar com a presença efetiva de seus professores, uma vez que a maioria trabalha em diversas escolas, reduzindo seu tempo de permanência diário em cada local. Por isso, a elaboração e a execução de qualquer projeto educacional torna-se inviável (Watanabe, 1991, p.22-4).

1.2.2.2. A aprovação do Regimento Escolar

De acordo com a Lei nº 10.403, de 06/07/1971, que reorganiza o Conselho Estadual de São Paulo, entre as competências do Conselho Estadual de Educação figuram:

- fixar normas para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de ensino do primeiro e segundo graus mantidos pelo Estado, e *aprovar os respectivos regimentos e suas alterações* (inciso VII do artigo 2º);
- fixar normas para a instalação, autorização de funcionamento e reconhecimento de estabelecimentos de ensino do primeiro e segundo graus, municipais ou privados, bem como para a *aprovação dos respectivos regimentos e suas alterações* (inciso VIII do artigo 2º) (grifos meus).

Sobre a aprovação do Regimento Escolar a Lei 5.692/71 dispunha no parágrafo único do artigo 2º que devia ser apreciado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo Conselho de Educação. Os artigos 2º, 3º e 4º da Deliberação CEE(SP) 33/72 determinavam que os estabelecimentos de ensino municipais e privados

submetessem o seu regimento à aprovação da Secretaria da Educação; os estabelecimentos mantidos pelo Estado tinham seus regimentos aprovados pelo Conselho Estadual de Educação (inciso VII do artigo 2º da Lei Estadual nº 10.403, de 06/07/1971) e os regimentos dos estabelecimentos que mantinham apenas cursos supletivos eram submetidos à aprovação do Conselho Estadual de Educação (artigo 20 da Deliberação CEE-SP- nº 30/72).

1.2.2.3. A divulgação do Regimento Escolar

O Conselheiro João Cardoso Palma Filho, na declaração de Voto, do Parecer CEE (SP) nº 1.911/91 sobre o Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo, entre as alterações que propôs, colocou o acréscimo do seguinte artigo sobre a divulgação do Regimento:

artigo ... O Diretor Escolar e o Conselho de Escola deverão tomar providências necessárias para que este Regimento seja sempre conhecido, pelos membros da comunidade escolar, reproduzindo cópia para todos os integrantes da Equipe Escolar, Equipe Técnica, Pessoal Docente, Pessoal Administrativo, Operacionais, para os pais de alunos, entidades locais, como Sociedade Amigos do Bairro, Associação, Jornais de Bairros e outras (p.354).

1.2.3. O artigo 70 da Lei 5.692/71

Conforme observação de Valnir Chagas (1982), o ante-projeto do Grupo de Trabalho da Lei 5.692/71 previa como “disposição *transitória*” (art.62, parágrafo único):

“Nos dois primeiros anos de vigência desta lei, os estabelecimentos oficiais de 1º grau que não tenham regimento próprio, regularmente aprovado, deverão reger-se por normas expedidas pela administração do sistema.”

O Conselho Federal de Educação ampliou a solução e lhe deu o caráter *permanente* de “disposição geral”, com a seguinte redação que veio a constituir um dos dispositivos menos felizes da Lei 5692/71 - o seu artigo 70:

“As administrações dos sistemas de ensino e as pessoas jurídicas de direito privado poderão instituir para alguns ou todos os estabelecimentos de 1º e 2º graus por elas mantidos, um regimento comum que, assegurando a unidade básica estrutural e funcional da rede, preserve a necessária flexibilidade didática de cada escola.”

Resta agora esperar que os sistemas não façam uso dessa faculdade esdrúxula e, se fizerem, dêem mais ênfase à parte final do artigo que à idéia de uniformidade (p.304-5).

Não se deve confundir o Regimento Escolar com o Estatuto da Entidade mantenedora da escola. O estatuto rege a vida da *instituição* que mantém a escola, no caso de pessoa jurídica de direito privado. No caso das escolas mantidas pelos Poderes Públicos (Federal, Estadual ou Municipal) não há a figura do *estatuto* porque se trata de pessoas jurídicas de *direito público interno* (União, Estados, Distrito Federal, Municípios) cuja organização é dada pelas Constituições Federal e Estaduais e pelas Leis Complementares respectivas.

1.2.3.1. A aplicação do artigo 70 no Estado de São Paulo

Vejamos como São Paulo usou dessa prerrogativa. A Indicação nº 511/72 do CEE de São Paulo, a respeito de quem deve elaborar o Regimento, na justificativa diz:

Tendo em vista a necessidade de reorganização do sistema estadual de ensino, face à lei 5.692, o artigo 1º e seu parágrafo único definem que *os estabelecimento de ensino estaduais, municipais e particulares* sediados no território do Estado de São Paulo, integram o sistema estadual, e portanto *devem elaborar seus regimentos* obedecendo ao que dispõe a Lei 5.692 e às normas dos Conselho Federal e Estadual de Educação (p.2.517) (grifos meus).

Este preceito aparece consubstanciado no artigo 1º da Deliberação CEE de SP nº 33/72: “*Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus, ..., na elaboração de seu regimento, obedecerão às normas das Leis Federais nºs 4.024 e 5.692, respectivamente, de 20 de dezembro de 1961 e de 11 de agosto de 1971, e a Resoluções, Deliberações ou Pareceres dos Conselhos Federal e Estadual de Educação*”. Porém, o art. 8º, estabelece que “O Estado, os municípios e as pessoas jurídicas de direito privado poderão instituir, cada qual, para alguns ou todos os estabelecimentos por eles mantidos, *um regimento comum*, observadas as normas desta Deliberação e preservada a flexibilidade pedagógica de cada estabelecimento” (grifos meus).

O que Valmir Chagas tanto temia, São Paulo consagrou, na norma, pela Deliberação CEE nº 33/72, com a coexistência dos artigos 1º e 8º, e na prática instituindo um Regimento Comum a toda rede de escolas estaduais. (Decreto nº 10.623/77 aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau, Decreto nº 11.625/78 aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau e Resolução S.E. nº 01/08/1978 homologa o Parecer CEE nº 390/78 que aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus). O Município de São Paulo também instituiu um Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo, aprovado pelo Parecer CEE nº 1.911 em 18/12/1991. Algumas pessoas jurídicas de direito

privado também optaram por um Regimento Comum a todas as suas escolas, como por exemplo, o SESI e as Escolas Adventistas.

Numa perspectiva crítica, o Conselheiro José Mário Pires Azanha, em seu Parecer CEE

1.911/91 sobre o Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo assim se expressa:

Ao pretender o regimento comum, a Administração do Ensino não se afastou da norma “legal”, porque essa pretensão tem fundamento na Deliberação CEE. 33/72 que permitiu, no seu artigo 8º, que o regimento comum fosse estabelecido. *Illegal é esse artigo 8º que fica como um elemento estranho e dissonante no corpo da referida Deliberação.* Haja vista que, na própria Indicação CEE - 511/72, que justificou a Deliberação, os seus propositores defenderam a doutrina da LDB e disseram que a “intenção do legislador (foi) garantir-lhes (às escolas) a individualidade e a originalidade”. Na teoria, a posição doutrinária e, na prática, a permissão exigida por razões de conveniência política ou administrativa. Outra coisa não fez a Administração Municipal: no discurso (Exposição de Motivos), a defesa da autonomia.

“Sem democracia interna e autonomia, a escola abandona o seu papel básico de produção de conhecimento e criatividade, reproduzindo repetitivamente procedimentos, a partir de decisões tomadas de cima para baixo.”

Na prática, a proposta do regimento comum. Parafraseando o poeta que disse “a meia coragem é meia ousadia”, poderíamos dizer que a meia ousadia é meia timidez ou, ainda, que a meia democracia é meio autoritarismo.

O discurso da autonomia da escola colide frontalmente com a instituição do regimento comum. Não porque a autonomia escolar tenha, no regimento próprio, a sua única expressão legítima, mas porque o *regimento comum exonera a escola de refletir sobre a sua própria organização.* E, assim, exonerada dessa obrigação fundamental, *a própria escola, pela força da inércia, se autolibera de buscar nos vazios de regimento comum, a oportunidade de iniciativas e de inovações que lhe restaram* (p.344-5) (grifos meus).

1.2.3.2. A aplicação do artigo 70 no Estado do Paraná

Já no Estado do Paraná, por meio da Indicação nº 001/91 (17/10/1991), o CEE edita as normas com observância das quais serão elaborados os regimentos, *pelos próprios estabelecimentos de ensino*, sendo as mantenedoras responsáveis pela criação e sustentação das condições necessárias à efetivação de sua prática (p.06).

Isto está consubstanciado na Deliberação CEE (PR) nº 020/91 de 18/10/1991 no parágrafo único do artigo 1º:

A elaboração do Regimento Escolar, por expressar a organização da forma jurídica e político-pedagógica da unidade escolar, é atribuição específica de cada estabelecimento de ensino *vedada a elaboração de regimentos únicos para um conjunto de estabelecimentos* (p.1) (grifos meus).

O Paraná consagra a autonomia da escola, na norma, não perpetuando o uso da faculdade esdrúxula expressa no artigo 70 da Lei 5.692/71, proibindo taxativamente os regimentos únicos.

Mas não se pense que isto surgiu assim graciosamente, como num passe de mágica. Na realidade, foi fruto de uma série de embates e ainda está num processo de afirmação, de consolidação. A seguir, apresento resumidamente, como foi o processo.

O Conselho Estadual de Educação do Paraná elaborou, em 1968, pela primeira vez, estudos de áreas regimentais, para orientar as escolas na elaboração de seus regimentos, firmando-se como um modelo para o Sistema, a partir de então.

Com a Lei 5.692/71, no Paraná, a matéria foi regulada pela Deliberação nº 27/72, do CEE, precedida pela Indicação nº 03/72, que avaliava as dificuldades encontradas pelos estabelecimentos de ensino para a elaboração de seus regimentos. É dentro desse entendimento que a Secretaria da Educação, à época, remete ao CEE pelo ofício nº 2.894/74, “estudo relativo a regimento único para as escolas integrantes da Rede Estadual de Ensino de 1º e 2º Graus”, solicitando pronunciamento do plenário.

Partindo da idéia de que as escolas não tinham capacidade para elaborar seus próprios regimentos, o então relator considerou o modelo uma providência de ordem funcional, que levaria um socorro certo e efetivo às perplexidades dos estabelecimentos de ensino. O Conselho Estadual de Educação, em consonância com a prática político-educativa decorrente de um projeto político-econômico nacional, vigente à época, avalizava e abria caminho, por meio do Parecer nº 124/74, para a fase dos modelos também no Regimento Escolar, no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. A escola despessoalizou-se e o regimento escolar tornou-se apenas um instrumento formal, esquecido no fundo das gavetas.

Em 1991, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná edita a Resolução nº 2.000 de 11/06/1991, estabelecendo um Regimento Escolar Único pelo qual os Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus, Regular e Supletivo, da Rede Pública Estadual passariam a reger-se, a partir de 1º de janeiro de 1992. A Secretaria da Educação apresenta a seguinte justificativa:

Diante dos avanços educacionais significativos ocorridos na última década e das mudanças na estrutura e funcionamento do ensino, faz-se necessário a elaboração de um Regimento Escolar, que corresponda ao nível de transformação da Sociedade brasileira, garantindo a qualidade do ensino e o acesso de todos ao conhecimento universal, independente de raça, cor, sexo, situação econômica, concepção religiosa e política. O Regimento Escolar para os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus,

atende ao disposto no Art. 178 da Constituição Estadual do Paraná, que tem como um dos princípios a gestão democrática e colegiada da Escola (p.1).

O Forum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal (1992) contesta porque “a SEED encaminhou às escolas um modelo de Regimento Escolar Único (REU), sem indicações ou debates preliminares com as entidades representativas da comunidade escolar”, prejudicando “o debate interno nas escolas para o encaminhamento de tão importante questão, definidora de alterações profundas na vida escolar” e tentando “retirar a autonomia ainda existente nas escolas” (p.4). Além de questionar o encaminhamento incorreto desse processo, o Forum quis rever alguns conteúdos do REU (a distorção da proposta de Conselho Escolar, diluindo seu papel; a ausência de órgãos que reúnam o conjunto de professores na escola; a visão burocrática e centralizadora do papel do diretor; o não estabelecimento claro dos princípios de liberdade e autonomia do órgão de representação dos estudantes, até excluindo-os da participação do Conselho de Classe; entre outros).

O fato de a SEED desconsiderar a autonomia das escolas na elaboração dos seus regimentos, garantida pelo parágrafo único do artigo 2º da Lei 5.692/71, bem como a responsabilidade do Conselho Estadual de Educação em fixar e atualizar normas gerais sobre a matéria, fez com que o mesmo Conselho, após estudos realizados por Comissão especialmente designada pela presidência do CEE e participação em algumas discussões com entidades da Sociedade Civil organizada, aprovasse, em 17/10/1991 e 18/10/1991, as “Normas para a elaboração de Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus, do Sistema Estadual de Ensino do Paraná”, por meio da Indicação CEE nº 001/91 e Deliberação CEE nº 020/91, respectivamente e já comentadas anteriormente. Contrariamente a esta Deliberação e aos anseios da comunidade escolar, a SEED insistiu em orientar as escolas para que adotassem o REU. O Forum Paranaense, o Núcleo Sindical de Curitiba e Região Metropolitana da APP-SINDICATO e outras entidades mediante discussão com as escolas tiraram posição de não aceitar o REU e iniciar o processo democrático de elaboração do regimento, observando as normas baixadas pelo CEE (Forum Paranaense, 1992, p.3).

O Parecer CEE (PR) nº 001/92 de 09/10/1992 ao responder a uma consulta feita pelo Núcleo Sindical de Curitiba e Região Metropolitana sobre: - “o que as escolas devem observar na elaboração dos regimentos escolares ? As normas da Deliberação 020/91-CEE, ou o modelo fixado pela SEED através da Resolução 2.000/91 ?” (p.1) - , esclarece, peremptoriamente, que

as escolas devem observar “as normas da Deliberação nº 020/91-CEE, não só porque assim dispõe a legislação, mas pelos avanços que a aplicação da citada Deliberação por certo imprimirá na gestão da escola” (p.3).

A Deliberação CEE (PR) nº 019/92 de 09/10/1992 prorroga o prazo para apresentação dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná até 30/06/1993.

De 1991 a 1993 no Paraná, essa discussão fez com que o Regimento passasse a ser valorizado e passou a ser uma luta para as escolas, professores e Forum em Defesa da Escola Pública. Agora, apenas agora ele adquiriu um sentido. Antes era letra morta. Entretanto, no ano seguinte (1994) muitos professores e escolas cansaram de lutar e os ânimos se arrefeceram porque uma questão começou a surgir: “nós brigamos, elaboramos o regimento mas na hora da aprovação a Secretaria barra...”. Assim, alguns professores e escolas, vacilantes, voltaram para trás.

Em 13/10/1994 saiu a Resolução SEED 4.839/94 que revoga a Res. SEED 2.000/91 que implantou o Regimento Escolar Único (REU). Pela Res. 4.839/94, as escolas deverão elaborar o seu regimento, de acordo com as normas da Del. 020/91-CEE, e a SEED dá competência aos Núcleos Regionais de Educação para análise e aprovação dos Regimentos Escolares das Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual.

A Deliberação CEE(PR) 011 de 30/08/1995 prorroga o prazo até 30/12/1995.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná elaborou o documento *Subsídios para Elaboração de Regimento Escolar, conforme Deliberação nº 20/91-CEE. (1994)*, para orientar as escolas.

Uma questão se coloca agora: “Como as Escolas Estaduais Paranaenses vão se posicionar realmente, na elaboração de seus Regimentos Escolares? Vão seguir *ipsis litteris* os Subsídios, ou vão inovar totalmente, ou vão fazer um misto?” Aguardemos o desfecho.

1.2.3.3. A aplicação do artigo 70 no Estado do Rio de Janeiro

No Estado do Rio de Janeiro, a Deliberação CEE nº 128/85 altera a redação do artigo 3º da Deliberação nº 57/79 que “fixa normas para o funcionamento dos estabelecimentos oficiais de ensino de 1º e 2º Graus”:

As escolas oficiais, estaduais ou municipais, poderão utilizar *Regimento Básico*, *Regimento Comum* a várias unidades ou *Regimentos Individuais*, aprovados pela Secretaria de Estado de Educação, ou pela respectiva Secretaria ou Serviço Municipal de Educação (grifos meus).

Mas, na prática, no Rio de Janeiro, o Parecer CEE nº 27/94 aprova o Regimento Padrão das Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, a ser aplicado, a partir do ano letivo de 1994. Assim, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro optou pelo Regimento Padrão, comum a todas as unidades escolares da rede pública. É isto que vigora de 1994 até os dias de hoje.

Como era a questão do Regimento Escolar, antes de 1994? Os Conselhos de Educação dos antigos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara “fixaram as normas para elaboração do regimento das escolas de 1º e 2º Graus” das respectivas regiões. A partir da fusão dos dois Estados foi feita uma revisão obtendo-se um documento único. O Conselho do Estado do Rio expediu a Resolução nº 2, de fevereiro de 1972, e o da Guanabara a Resolução nº 5, de março de 1972. Não houve parecer que fundamentasse esses atos.

O Conselho do Estado da Guanabara aprovava, em 28 de abril de 1972, o Parecer nº 1.170, que acolhia os princípios e adaptava as normas que o Conselho Federal de Educação, em seu Parecer nº 352, de 6 de abril de 1972, havia definido para o sistema federal de ensino. Fundamentando-se nas considerações gerais, expressas neste parecer e nos termos da lei e considerando os resultados das experiências escolares, o Conselho Estadual do Rio de Janeiro sugeriu as normas para a elaboração dos regimentos escolares pertencentes ao sistema do novo Estado do Rio de Janeiro.

Levando em conta que as normas anteriores, em relação aos conteúdos, se assemelhavam, mas diferiam na forma de apresentação, o Conselho preferiu a forma adotada pelo Parecer nº 1.170/72 do Conselho da antiga Guanabara, com as necessárias modificações. Era mais sintética e sugeria a apresentação do regimento em Títulos, subdivididos em Capítulos e seguindo a orientação do Parecer do Conselho Federal.

As normas sugeridas para a elaboração de regimento escolar estão apresentadas na Deliberação CEE nº 08/75 que é parte integrante do Parecer CEE nº 47/75. Pelo artigo 9º, os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Poder Público elaborarão, *individualmente*, seus regimentos, obedecendo as normas propostas pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura e aprovadas por este Conselho (p.3) (grifo meu).

Assim, o Rio de Janeiro consagrava, na norma, a autonomia da Escola, permitindo que cada unidade elaborasse o seu regimento escolar. É o que o relator Gildásio Amado expressou ao reconhecer que “a administração central do ensino, já nos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, oferecia certas oportunidades de organização e de ação, próprias, às escolas que diretamente mantinham”.

Em 1978, o Conselho Estadual, pelo Parecer nº 206, aprovava a proposta da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, intitulada “*Subsídios para a elaboração do Regimento das Unidades do Ensino Oficial*”. No documento, a Secretaria de Educação recomenda que preliminarmente, “a direção da escola promova uma reunião com o seu pessoal técnico, docente e administrativo, para que o Regimento seja fruto de um trabalho participativo e resultante de um consenso”. Apresentava apenas uma “sugestão para facilitar o trabalho de montagem do Regimento da Escola” e que a unidade terá “toda liberdade em adotá-la, total ou parcialmente”, podendo incluir outros itens julgados adequados à sua realidade (p.2).

Conforme o relator Gildásio Amado, o plano de Regimento proposto pela Secretaria “estimula a escola caracterizar-se, quanto possível, em termos de sua própria realidade interna e no contexto comunitário em que se insere”. Prossegue o relator, a respeito da estruturação administrativa: “...a Secretaria de Estado, [...], vê o esquema estrutural, não como algo fixo e inexistente a que se deve ajustar inapelavelmente o ensino, mas ao contrário propondo-se, também, ele, a influir no processo pedagógico, para a sua maior produtividade”.

Mesmo admitindo que as “escolas públicas são mais presas à máquina central” e que o “serviço público tem determinantes específicas a que não pode escapar”, o relator reconhece que as escolas oficiais podem ter espaço para a sua realização individual e que a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro “o reconhece e explicitamente o declara”.

A Secretaria não quer que se institua um regimento único para todas as escolas da rede que mantém. Quer que, obedecidas as imposições da lei e um mínimo de normas, as escolas se diversifiquem e que sua afirmação individual se reflita em seu regimento escolar, que ela própria, por todos os seus componentes, deve trabalhar (Parecer nº 206/78, p.11).

Em agosto de 1979, pela Deliberação nº 57, o Conselho Estadual, ao “fixar normas para a autorização de funcionamento de estabelecimentos oficiais de ensino de 1º e 2º Graus”, quer estaduais, quer municipais, permite a utilização de *regimento básico*, adotado pela respectiva Secretaria de Educação, ou *regimentos comuns* a várias unidades de ensino ou ainda

regimentos individuais, alterando profundamente o espírito da Deliberação CEE nº 8/75. A idéia foi corroborada, mais tarde, pela Deliberação nº 128/85, com alteração do órgão que aprova o regimento - passando do Conselho Estadual para a Secretaria de Educação ou Secretaria ou Serviço Municipal de Educação.

Em 27 de janeiro de 1986 foi emitida a Resolução SEE nº 1.246 que aprovou o Regimento Básico dos Estabelecimentos de Ensino mantidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e que vigorou até a emissão do Parecer CEE nº 27/94 (D.O 11/03/1994). O artigo 3º da Resolução SEE nº 1.246/86 dispunha:

Os Regimentos Individuais serão elaborados em função das peculiaridades da Unidade Escolar e da realidade da Região onde se acha sediada, obedecidas as normas do Regimento Básico.

As Escolas Estaduais do Rio de Janeiro tiveram autonomia para elaborar seu Regimento Escolar até a emissão do Parecer CEE nº 27/94 que aprovou o Regimento Padrão das Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino.

Como “nem todas as escolas da Rede procediam de forma regular em relação ao seu regimento”, isso acarretou, conseqüentemente, “prejuízo na documentação legal de seus alunos”. Além disso, um levantamento feito pela Secretaria de Educação demonstrou que “o número de escolas irregulares era tão grande que não haveria como o DAT atender a tantas solicitações”. Desta maneira, resolveu a Secretaria de Educação “elaborar um regimento único para todas as escolas da rede, submetendo-o à apreciação do Conselho Estadual de Educação” (Luiza Bragança, Assessora GAB/SEE- 14/03/1996 - correspondência).

O Secretário de Estado de Educação designou, por Ato de 13 de abril de 1993, um Grupo de Trabalho, com o objetivo de elaborar o Regimento Padrão das Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino. A comissão constituída para elaboração do regimento único, ainda segundo a Assessora GAB/SEE, “estudou vários regimentos de escolas estaduais, integrando-os num único documento”.

A respeito da metodologia empregada na elaboração da proposta, o Coordenador do GT assim a descreve:

A motivação do Grupo de Trabalho foi buscar lograr êxito na formulação de uma proposta realista e atual de Regimento Escolar, que, abrigando já conquistas sociais recentes, como o Conselho Comunitário e um Grêmio Escolar reformulado e fortalecido, contempla, nos seus dispositivos, toda uma gama de particularidades diferenciadoras das Unidades Escolares entre si e, ao mesmo tempo, preserva o

indispensável espaço para que as Unidades Escolares de Regime Especial, [...], venham a ter o seu próprio Regimento Padrão... (Parecer CEE nº 27/94, p.26).

Ainda, de acordo com o Coordenador, a proposta, se aprovada, inaugurará uma nova fase regimental das Escolas Públicas Estaduais,

deixando como simples lembrança o atual contexto do setor, caracterizado pela fragilidade da linha unificadora subjacente aos milhares de Regimentos Escolares desenvolvidos, um para cada estabelecimento público, a partir de um Regimento Básico já anacrônico e que funciona, na realidade, como um instrumento para a “pulverização” do Sistema Público de Ensino, em nome de uma pretensa “adaptação” às peculiaridades locais”, tão ao gosto de *ilusionismo* e dos malfadados *milagres* da década de 70 (Parecer CEE nº 27/94, p.26).

Ainda, conforme o Coordenador do GT, pela proposta apresentada, o Regimento Escolar

reflete a organicidade do Sistema de Educação e Ensino, contemplando as necessidades da instituição escolar, do aluno, dos servidores e dos responsáveis, num contexto de respeito, de liberdade e de participação, mas que espelha a racionalização administrativa e a preocupação maior com a preservação da política educacional do Governo (Parecer CEE nº 27/94, p.26).

De acordo com o relator Ronaldo da Silva Legey, a proposta “rompe com a tradição do texto básico para que cada escola elabore o seu Regimento e adote o Regimento Padrão” e que a Secretaria de Educação está “procurando tornar o Regimento um cartão de identidade para as unidades escolares que integram a rede oficial de ensino, com a indicação das disposições de ordem filosófica e pedagógica que devem reger o trabalho que desenvolvem” (p.29).

Assim, vigora nos dias atuais, no Estado do Rio de Janeiro, o regimento único, o *Regimento Padrão* - o *REGIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO*.

Em síntese: o Estado do Rio de Janeiro caminhou dos *Regimentos Individuais* que demonstravam a capacidade de cada escola de autodeterminar-se, ocupando um espaço para sua realização individual, embora obedecendo as imposições da lei e um mínimo de normas, para os *Regimentos*, ainda, *Individuais*, elaborados em função das peculiaridades da Unidade Escolar e da realidade da Região onde se achava sediada, mas obedecendo às normas do *Regimento Básico*, para, finalmente, chegar ao atual *Regimento Padrão* das Unidades Escolares Estaduais, cassando assim a autonomia das Escolas para elaborar o seu Regimento, em nome da racionalização administrativa e da preservação da política educacional do Governo.

A respeito da reação dos professores e das Escolas, a Assessora nada informou. O Sindicato dos Professores do Estado - UPPE - não respondeu à correspondência por mim enviada.

Pelos elementos obtidos, denota-se que nomeado o GT para elaborar o Regimento Padrão em vigor, não houve participação da comunidade escolar.

1.2.3.4. A aplicação do artigo 70 no Estado de Goiás

A Secretaria da Educação e Cultura de Goiás, por meio do ofício nº 115/96 da Superintendência de Inspeção Escolar, de 10 de abril de 1996, esclarece que o Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino, adotado pela Secretaria, é para todas as suas unidades de ensino, com o denominado *Regimento Escolar Único*, implantado por força de Portaria SE nº 5085/92, a partir de 1993, e opcional para a Rede Particular, pois nesta, cada Estabelecimento é livre para elaborar o seu Regimento, caso não queira adotar o padrão da Rede Estadual.

As questões levantadas por mim não foram respondidas pelo Superintendente, por “não termos condições de atendê-la (...), em virtude de não termos em mãos, tais informações e não dispormos de tempo (...), devido à escassez de pessoal e ao acúmulo de serviço...” (Walter de Oliveira, 1996).

O que pôde ser apreendido pelo Regimento Escolar Único (1993) enviado consta na Apresentação: o Regimento Escolar Único da Rede Estadual de Ensino de Goiás foi resultado “após criteriosos estudos e pertinentes discussões de *equipes especialistas* nos respectivos conteúdos” (grifo meu). O que nos leva a inferir que não houve participação da comunidade escolar na sua elaboração. É um Regimento que veio de cima para baixo. Interessante observar que na capa consta simplesmente: Regimento Escolar, e na página de rosto, na apresentação e na Portaria nº 5.085 aparece: Regimento Escolar *Único*. Teria sido uma falha de impressão, na capa? ou foi intencional? O Regimento Escolar Único, para a Secretária de Educação, confere “caráter de homogeneidade às ações e decisões das Unidades Escolares” porque as escolas atuarão segundo princípios comuns e oferece “suporte seguro e objetivo para soluções de eventuais impasses”.

1.2.3.5. Aplicação do artigo 70 no Estado de Mato Grosso do Sul

A questão do Regimento Escolar no Estado de Mato Grosso do Sul, atualmente, é regulamentada pela Deliberação CEE/MS nº 196/81, de 24/09/1981, que fixa normas para elaboração do Regimento Escolar. Há informações de que se está começando um novo estudo de revisão.

Em 16 de abril de 1991, o Decreto nº 586, do Poder Executivo, sobre a estrutura básica da Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, no artigo 6º, dispõe que cada Unidade Escolar elaborará *seu próprio* Regimento Escolar, sob a coordenação do Colegiado Escolar, e que foi ratificado pelo Decreto nº 8.273, de 07 de junho de 1995. Hoje em dia, o Regimento Escolar é aprovado pelos Núcleos Educacionais, versão descentralizada das antigas Delegacias Regionais de Ensino.

Antes de 1991, as Escolas Estaduais de Mato Grosso do Sul possuíam o “Regimento para as Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus” (aprovado pela Resolução CEE/MT nº 22, de 14 de agosto de 1974), chamado de “Regimento Escolar Padrão do Sistema de Ensino de Mato Grosso” que era irônica e carinhosamente cognominado de “vovô”, pois era antigo.

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar à Constituição Federal nº 31, de 12/10/1978 e instalado em 01/01/1979. Esta Lei Complementar rezava que até que houvesse legislação específica, em Mato Grosso do Sul se deveria seguir as normas de Mato Grosso, como é o caso do Regimento Escolar.

O modelo adotado só perdeu a vigência quando foi aprovada a Deliberação CEE/MS nº 196/81.

Os professores estaduais, especificamente sobre a questão do Regimento sempre adotaram uma postura alienada. Entretanto, isoladamente ou por intermédio do Sindicato ou da Federação dos Trabalhadores (FETEMS) sempre reivindicaram eleição direta para Diretor Escolar (independente da habilitação profissional) o que era defendida sob o manto da democratização da educação.

A Deliberação CEE/MS nº 196/81 estipula que “a escola deve dar conhecimento ao aluno, e a seus pais ou responsáveis, se menor, do conteúdo do regimento escolar, bem como das modificações nele introduzidas pelo processo mais adequado” (artigo 20).

Em Mato Grosso do Sul, nas Escolas Estaduais, até 1991, vigoraram os Regimentos Comuns, resultantes do artigo 3º da Deliberação CEE/MS nº 196/81 que diz:

Estado, os Municípios e as pessoas jurídicas de direito privado podem instituir, cada qual, para alguns, ou todos os estabelecimentos por eles mantidos, um regimento comum, observadas as normas desta Deliberação e preservada a flexibilidade pedagógica de cada estabelecimento.

A Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Coordenadoria de Vida Escolar, publicou um “Manual para Elaboração do Regimento Escolar”, em 1991, com as normas básicas para elaboração de Regimento Escolar, e em 24 de novembro de 1995 expediu um novo documento denominado “Orientações para Elaboração do Regimento Escolar”, com a recomendação de que o “técnico responsável pela análise e aprovação do Regimento Escolar deve *respeitar a Proposta Filosófica da Unidade Escolar*, bem como seu estilo de redação, desde que atenda as normas técnicas para sua elaboração” (grifo meu). Assim, Mato Grosso do Sul caminhou do Regimento Comum para os Regimentos Próprios de cada escola estadual, respeitando a proposta filosófica e refletindo a realidade concreta da unidade escolar.

1.2.3.6. Aplicação do artigo 70 no Estado do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, desde a implantação da Lei 5.692/71, as Escolas Estaduais elaboram seus Regimentos. No início eram denominados “Planos Pedagógicos”. A elaboração seguia orientações da Secretaria de Educação. O órgão responsável pela aprovação era o ELE/SUT-URE/SUT.

A partir de 1974, as Escolas Estaduais de 1º Grau receberam Regimentos Outorgados de acordo com a Tipologia (1º Grau Incompleto: séries iniciais - 1ª a 4ª série - e séries finais - 5ª a 8ª série -; 1º Grau Completo - 1ª a 8ª série). As Escolas Estaduais de 2º Grau continuaram elaborando seus Regimentos.

O Parecer CEE/RS nº 16/72, ao mesmo tempo em que procurava assegurar que todas as funções importantes existissem na escola, dava a necessária permissão para o ajustamento regimental às condições reais de cada estabelecimento. Assim, em vez da rigidez, a flexibilidade. Isso porque “o Regimento, como expressão formal da organização escolar, deve ser adequado ao grau, tamanho e filosofia educacional do estabelecimento”. Somente em 1975, esse Parecer começou a frutificar. Então, passaram a ser elaborados os Regimentos Individualizados, sob o manto do Parecer CEE/RS nº 16/72.

Com a implantação da Lei 7044/82, as escolas elaboraram Planos de Preparação para o Trabalho (PPT). Muitas mudaram as bases curriculares e os regimentos para adequar à legislação.

Em 1983 foi alterado o modelo do Regimento Outorgado. Na hora da elaboração do Regimento, a Escola optava por uma das estruturas apresentadas como modelo que se adaptasse melhor a sua realidade, quanto à tipologia, à localização, ao número de alunos e de professores, ficando em aberto à escola apresentar uma nova forma de estrutura, caso as sugestões não correspondessem às reais expectativas.

Havia duas sugestões: a primeira, observando categorias e funções (os Outorgados seguiam esta) e a segunda, baseada na Teoria das Funções (a maioria dos Regimentos Individualizados opta por esta).

Com a implantação da Resolução CFE nº 06/86, que reformula o Núcleo Comum para os currículos do Ensino de 1º e 2º Graus, todas as escolas “deveriam” elaborar novas Bases. Em 1989, as alterações foram nos Regimentos, com vigência retroativa a 1988. Alguns foram atualizados.

Em 1991, pela Resolução nº 204/91, o CEE retomou a competência de exame e de aprovação de propostas de regimentos escolares. Em 1994, pela Resolução CEE/RS nº 216, de 05/07/1994, “é facultado à mantenedora instituir regimento padronizado comum, a todas ou a um grupo de escolas por ela mantidas, preservada a flexibilidade didática de cada estabelecimento de ensino” (artigo 4º) e ainda possibilita à escola que tem o Regimento Outorgado pela mantenedora propor Base Curricular ou adendo, de forma individualizada.

Atualmente há escolas com Regimentos Individualizados, porém há um bom número ainda com Regimento Outorgado, notadamente as Escolas Estaduais de 1º Grau Incompleto. As Escolas de 2º Grau, em sua maioria, modificam as Bases para se enquadrarem no Programa Experimental de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES) sem vestibular.

1.2.3.7. Aplicação do artigo 70 no Estado de Minas Gerais

Em Minas Gerais, os Regimentos Escolares das Escolas Estaduais são elaborados com base na Resolução CEE/MG nº 146/72, de 22/06/1972.

“Cada escola, obedecendo as normas legais, tem o seu Regimento Escolar, portanto, ele foge da padronização tendo em vista ao atendimento das peculiaridades de cada escola.”

(Molinari, 1996) Este depoimento da Coordenadora do Serviço de Inspeção Escolar da 31ª Superintendência Regional de Ensino confirma a singularidade do Regimento em Minas Gerais, pois

O Regimento é um instrumento que personaliza a escola, garantindo o rendimento⁹ às suas peculiaridades, evitando-se a padronização; é um instrumento dinâmico que reflete a realidade concreta da escola, sua filosofia, funcionamento e organização (Diretoria de Normas e Planejamento Curricular, 12/06/1996).

Tendo solicitado o envio de cópia de alguns Regimentos em vigor, a Diretoria de Normas e Planejamento da Superintendência de Desenvolvimento do Ensino da Secretaria da Educação de Minas Gerais (1996) informa:

(...) não o possuímos em nossos arquivos, uma vez que a nossa linha de trabalho, referente ao assunto em pauta é o de orientação às escolas sobre a elaboração do mesmo.

A 31ª Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas (1996), a respeito da questão do Regimento Escolar, no passado, declara:

Anteriormente à lei 5.692/71 as escolas tinham um Regimento Escolar com base na Lei 4.024/61 mas não podemos entrar em detalhes porque as pessoas que poderiam informar já estão afastadas do exercício do Magistério.

A Diretoria de Normas e Planejamento Curricular (1996), por outro lado, informa:

(...) não existe uma história antiga do Regimento Escolar, pois o mesmo passou a vigorar com a Lei 5.692 de 11/08/71, portanto, a história, a nível de obrigatoriedade, começou a vigorar a partir da referida lei.

Atualmente, as escolas estaduais mineiras trabalham a reformulação do Regimento Escolar adaptando-o às normas vigentes, por intermédio de seus colegiados onde há representantes de diversos segmentos (professores, especialistas, pais de alunos, servidores em geral e alunos), em reuniões, em assembléias.

O Regimento Escolar, para refletir a realidade, deve ser atualizado sempre que:

- uma legislação for alterada e as normas regimentais se tornarem incompatíveis com a nova legislação;
- quando os resultados de alguma prática pedagógica ou administrativa indicar a conveniência de sua reformulação;

⁹ Apesar do original (Ofício nº 410/96 da Diretora da Diretoria de Normas e Planejamento Curricular da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais) apresentar “rendimento” acredito ser “atendimento”.

- quando houver mudança na escola, seja quanto à sua entidade mantenedora, denominação, endereço ou quanto aos cursos e currículos oferecidos. (Diretoria de Normas e Planejamento Curricular, 1996)

A Resolução CEE/MG nº 146/72, no parágrafo único do artigo 10, prega que a escola deverá dar conhecimento ao aluno, ou a seus pais ou responsáveis, se menor, do conteúdo do regimento escolar, bem como das modificações nele introduzidas, pelo processo mais adequado.

De acordo com o artigo 18 da Resolução SEE 717/94, o Regimento Escolar para se tornar o mais democrático possível deve ser: a) amplamente divulgado, para que todos os envolvidos no processo educacional possam conhecer suas disposições, seus direitos e seus deveres; b) de domínio público e, assim sendo, não pode ser negado acesso a quem por ele se interessar, notadamente no ato da realização da matrícula. Conforme informação da Diretoria de Normas e Planejamento Curricular, como o Regimento Escolar é

um documento grande e complexo, para que seu acesso a alunos, pais e professores seja facilitado, permite-se à escola elaborar uma pequena publicação, ou seja, uma AGENDA ESCOLAR, na qual virá um apanhado das principais normas de funcionamento e seus adendos, numa linguagem clara e de fácil compreensão (1996).

Em Minas Gerais, como as unidades escolares não tiveram a experiência calcada em Regimento Padronizado mas, sim a singularidade do Regimento, personalizando a escola, a Coordenadora do Serviço de Inspeção Regional da 31ª Superintendência Regional de Ensino informa que desconhece situações de conflitos na escola por ocasião da elaboração do Regimento Escolar (1996).

Integram a Resolução CEE/MG nº 146/72 as Normas para Elaboração do Regimento (Anexo I) e a Legislação Básica para a Elaboração do Regimento Escolar correspondente aos diferentes títulos propostos nas normas (Anexo II) que constituem o “Modelo Final”. A Resolução nº 146/72 oferece um esqueleto do Regimento Escolar, indicando o seu conteúdo, pelos títulos, capítulos e seções. Baseado nesse esquema, a Escola elabora o seu Regimento, adaptando-o à sua peculiaridade, simplificando-o ou enriquecendo-o.

A 31ª S.R.E. de Poços de Caldas elaborou um documento orientador sobre Regimento Escolar para as suas unidades escolares, intitulado: “Roteiro para Análise, estudo e reformulação do Regimento Escolar”, por intermédio da DDAP - Divisão de Dinamização das Ações Pedagógicas. O roteiro indica a legislação atualizada pertinente a cada item, até 1995.

Em 30 de maio e 13 de junho de 1996, a Diretoria de Normas e Planejamento Curricular começou a realizar uma série de programas via TV Executiva sobre Regimento Escolar.

A coordenadora da 31ª S.R.E. informa ainda que o Projeto Pedagógico há muito que existe nas escolas mineiras, mas “somente a partir de 1994 que a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais está dando mais ênfase” (1996). O Projeto Pedagógico faz parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Escola.

1.2.4. Alguns Regimentos Escolares do Estado de São Paulo - do início da República aos dias de hoje

É oportuno registrar, neste momento, os primeiros Regimentos Escolares do Estado de São Paulo, do período republicano.

Watanabe (1991) localiza alguns regimentos escolares que vigoraram no Estado de São Paulo, do início da República aos dias atuais.

Os primeiros regimentos escolares do Estado de São Paulo, no período republicano, foram: o "Regimento Interno do Curso Secundário da Escola Normal da Capital de São Paulo" promulgado pelo Decreto nº 247 de 23 de julho de 1894 e o "Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo" aprovado pelo Decreto nº 248 de 26 de julho de 1894 que atenderam dispositivos do Regulamento da Instrução Pública, aprovada pelo Decreto nº 218 de 27 de novembro de 1893, para execução das leis nº 88, de 8 de setembro de 1892 (Reforma da Instrução Pública do Estado) e nº 169 de 7 de agosto de 1893 (adita diversas disposições à Lei 88 de 08/09/1892).

O "Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo" foi organizado pelo Conselho Superior de acordo com o art. 17, § 1º do citado Regulamento da Instrução Pública e assinado pelo Secretário dos Negócios do Interior.

Os regimentos escolares da rede estadual paulista mais recentes são, por Grau de ensino e por data:

a) para o Ensino de 1º Grau:

- Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau (Decreto 10.623 de 26/10/1977)
- Regimento Interno dos Grupos Escolares (Ato nº 11 de 24/02/1956).

b) para o Ensino de 2º Grau:

- Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau (Decreto 11.625 de 26/05/1978);
- Normas Regimentais dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal (Decreto 47.404 de 19/12/1966);
- Normas Regimentais dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal (Decreto 45.159-A de 19/08/1965);

- Regimentos Internos dos Institutos de Educação subordinados ao Departamento de Educação (Ato 10 de 24/02/1956);
 - Regimento Interno dos Ginásios e Colégios Estaduais (Ato 10 de 27/01/1950);
 - Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal (Ato 21 de 10/03/1949).
- c) para o Ensino de 1º e 2º Graus:
- Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus (Parecer CEE nº 390/78 de 19/04/1978).
- d) para o Ensino Profissional:
- Regimento Interno das Escolas do Ensino Profissional (Portaria Departamental nº 12-E, publicada no D.O. de 17/10/64 e 10/11/64).
- e) para o Ensino Agrícola:
- Regimento Interno das Escolas do Ensino Agrícola (Portaria nº 26, de 6, publicada a 08/10/1964).

Pelo que se sabe, todos esses regimentos que vigoraram e os que estão em vigor nos estabelecimentos de ensino oficial do Estado de São Paulo não foram elaborados pelas escolas e também não resultaram de consulta e de apreciação da comunidade escolar, mas foram impostos pela Secretaria. Há uma predominância de centralização, pois as unidades escolares não tiveram oportunidade de opinar e decidir sobre as questões do seu regimento (p.32-4).

1.2.5. Algumas iniciativas para reelaboração do Regimento Comum das Escolas Estaduais

A aprovação da Lei 5.692/71 fez com que os Estados tomassem uma série de medidas para sua implantação, entre as quais a do Regimento. Em São Paulo, por iniciativa do Estado foi instituído um Regimento Comum das Escolas Estaduais do Estado de São Paulo - 1º Grau, 2º Grau e 1º e 2º Graus. Inicialmente, sumário esse conjunto de medidas elaborado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, inspirada no estudo de Miguel Henrique Russo (1995); em seguida, apresento algumas iniciativas que ocorreram para reelaboração do Regimento Comum das Escolas Estaduais.

A Secretaria da Educação elaborou o “Plano Estadual de Implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus”, aprovado pelo Parecer CEE/SP nº 990 em 24/07/1972.

Enquanto a rede particular de ensino teve que se adequar à Lei 5692 já no ano de 1972, somente em 1975 o Projeto de Redistribuição da Rede Física do Estado de São Paulo é trazido à tona e em 1976 ocorre a sua implantação (Resolução SE nº 95 de 14/11/1975).

com a administração de pessoal, material, patrimônio, finanças, atividades complementares e com a vida escolar” (art. 30).

Com relação à Assistência ao Escolar, a “Escola, na medida dos recursos disponíveis, proporcionará assistência social e econômica a seus alunos carentes” (art. 45).

Sobre as Instituições Auxiliares, conforme o art. 46, “a Escola contará com instituições auxiliares com o objetivo de colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade”.

O Corpo Docente “é formado por todos os professores com exercício na Escola” (art. 49).

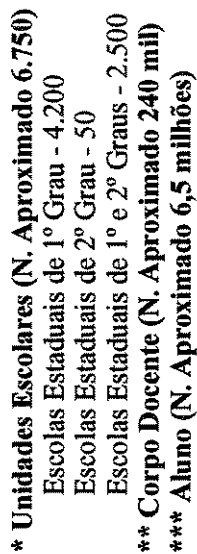
Nesta estrutura, apresentada pelo Regimento Comum, o aluno não aparece. Será que é para se entender que esse conjunto de núcleos de atividades mencionados forma uma estrutura que está a serviço do cliente da organização - o aluno? Ou, o aluno que é a razão de ser da Escola foi deixado de lado mesmo ou em segundo plano? O aluno só vai aparecer no capítulo III - O Corpo Discente, do Título III - Dos Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo. O Corpo Discente “é constituído por todos os alunos matriculados na escola, aos quais se aplicam as disposições deste Regimento”. (art. 60).

O gráfico 3 visualiza a organização administrativa da Unidade Escolar, de acordo com os Regimentos Comuns das Escolas Estaduais.

A respeito da aceitação passiva do Estatuto Padrão das A.P.M.s e do Regimento Comum das Escolas, outorgados autoritariamente pelo Estado, Miguel Henrique Russo (1995, p.126) enxerga como uma prova irrefutável da perspectiva burocrática e autoritária com que o Estado administra sua rede escolar. A inexistência de iniciativas por parte das escolas e das A.P.M.s, com vistas a adequar seus estatutos às suas condições concretas e específicas, para o autor, denota a fragilidade com que ambas se apresentam diante do aparelho burocrático estatal. Conclui Russo: “essa fragilidade decorre da incipiente organização da escola para usufruir da limitada autonomia que lhe permite a legislação” (p.126).

Em 1987, a Secretaria de Estado da Educação propôs a discussão do “Documento Preliminar para Estudo do Regimento Escolar das Escolas da Rede Estadual do Estado de São

Estrutura da Unidade Escolar
Decretos nº 10.623 de 26/10/77 e nº 11.625 de 23/05/78



Paulo”¹². Essa mobilização ocorrida deve ser situada no quadro mais amplo de redemocratização da sociedade brasileira que ocorreu na década de 80.

Em 1982, pela primeira vez desde 1965, os governadores foram eleitos diretamente. Entre os dez novos governadores de Estados, eleitos pelos partidos da oposição, encontrava-se André Franco Montoro, de São Paulo. O então candidato da oposição, na sua plataforma eleitoral, apresentou a “Proposta Montoro, 1982”, fundada no binômio descentralização e participação, em contraposição ao regime centralizador e autoritário que até então imperava (Watanabe, 1991, p.24).

Em 1983, o “documento Preliminar para Reorientação das Atividades da Secretaria” - Documento de Trabalho nº 1 - divulgado pela Secretaria de Estado da Educação, na gestão Paulo de Tarso Santos, preparado por José Mário Pires Azanha, objeto de discussão por todas as escolas da rede pública de ensino fundamental e médio, pelas Delegacias de Ensino e Divisões Regionais de Ensino, “sobre questões atuais de educação, com o intuito de obter subsídios a uma atuação do Governo de forma mais sensível a pontos de vista não apenas tecnocráticos e de gabinete” (Azanha, 1987, p.118), apontava como questões urgentes do ensino no Estado de São Paulo: ausência de uma política educacional, improvisação, excesso de legislação e providências administrativas, insuficiência numérica de vagas, deficiência qualitativa, a degradação social e profissional do magistério, não efetivação da autonomia das escolas. É neste último item - autonomia da escola - que aparecem pela primeira vez referências sobre a questão do Regimento Escolar.

A Resolução SE nº 118 de 06/06/1983 que baixou instruções para ordenação e periodização do exame e discussões do Documento Preliminar para Reorientação das Atividades da Secretaria contém dois artigos que versam sobre Regimento: no artigo 48 abre possibilidade das unidades escolares constituírem Comissão do Plano de Melhoria de Ensino e Comissão de Estudo do Regimento e no art. 78 dá poderes ao Conselho de Planejamento Educacional para estabelecer as diretrizes para realização dos estudos relativos a regimentos próprios das unidades escolares (Watanabe, p.27).

Um dos momentos mais importantes de apresentação, exame e/ou discussão, propiciados à rede escolar, pelo Governo Montoro, foi quando o Magistério se mobilizou para o exame e a discussão da revisão do Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º Graus do Estado, iniciado em 1983 e aprovado como Lei Complementar nº 444 em 27 de dezembro de

¹² A autora realizou uma pesquisa sobre a Nova Proposta do Regimento Escolar, intitulada “O significado do regimento interno no processo de democratização da escola e do saber”, em 1991, como parte do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa, como professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - UNESP.

1985. Entre as conquistas do novo Estatuto, estava o Conselho de Escola como um efetivo instrumento democrático que garante a pais e alunos maior participação nas decisões que afetam a vida da escola. O Conselho tem, entre suas atribuições, a de *elaborar* o calendário e o *regimento escolar*, à luz das normas do Conselho Estadual e da legislação pertinente, e apreciar os relatórios *anuais* analisando o desempenho da escola face às diretrizes e metas estabelecidas (incisos II e III do § 5º do art. 95 da L.C. nº 444/85) (grifos meus).

Em 1986 houve apresentação, exame e discussão do Documento Preliminar para Estudo do Regimento Escolar das Escolas da Rede Estadual do Estado de São Paulo, pelas várias regiões do Estado, para os Delegados de Ensino, Supervisores de Ensino e Diretores de Escola, sendo que, em Presidente Prudente isso ocorreu no final do ano - dezembro. Para o professorado da rede estadual, a Secretaria da Educação destinou *um* sábado, exatamente o dia 21 de fevereiro de 1987, para exame e discussão desse documento, com pagamento de hora extraordinária (Res. SE 43, D.O. 13/02/87).

No D.O. de 17 de fevereiro de 1987 há um Comunicado da S.E. aos Delegados de Ensino e Diretores de Escola dizendo que está sendo remetido às Divisões Regionais do Ensino para serem enviadas às Delegacias de Ensino e a todas as Unidades Escolares o Documento Preliminar para Estudo - Regimento Escolar das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, a ser discutido no dia 21 de fevereiro (Watanabe, 1991, p.29-32).

Novamente, de cima para baixo.

Essa proposta do Regimento para Escolas Estaduais não foi avante porque a Secretaria de Educação é extremamente rotativa e havia mudado de Secretário que trouxe outras idéias e logo em seguida houve mudança de governo (Quércia). Os relatórios elaborados pelas U.E.s e sintetizados pela D.E. foram tabulados pela COGESP e CEI, mas não foi dada a retroinformação à rede escolar. Assim morreu essa proposta.

No Programa Fleury para o Governo do Estado (s.d.), na Educação constam entre outros itens:

por uma nova Escola, com mais autonomia e melhor qualidade:

- ♦ mais recursos e maiores responsabilidades para a Escola, para que se assegure:
 - Autonomia Administrativa, que aumente a capacidade de decisão dos diretores e o poder de resolução dos problemas cotidianos da escola;
 - Autonomia pedagógica, que possibilite a cada escola a liberdade de elaborar e desenvolver seu próprio projeto educacional;
 - *Mudança do Regimento Escolar*, tornando viável que *cada unidade escolar possa se organizar de acordo com suas características e necessidades*;

- Redefinição do Papel do Conselho de Escola, visando garantir a maior integração da comunidade no planejamento da vida escolar (Programa Fleury, s.d., p.4-5) (grifos meus).

Eleito governador de São Paulo, Fleury inicia o Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo, com a implantação de 300 Escolas-Padrão em 1992. No documento referente a essa reforma, a questão da autonomia da Escola, nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira é enfocada. A questão do Regimento Comum aparece nos seguintes termos:

O processo de implantação da Escola-Padrão deverá ser *precedido de revisão* da legislação, no sentido de remover os obstáculos institucionais existentes à maior autonomia à escola, *em especial do Regimento Comum das Escolas Estaduais* e de resoluções da Secretaria da Educação que normatizam a vida escolar (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1991, p.5) (grifos meus)

Somente nos meados de 1994, a Secretaria da Educação tomou providências a fim de elaborar a Consolidação das Leis do Magistério e do Ensino constituindo uma Comissão Especial para tal finalidade. (Res.SE-91, de 26/05/1994, publicada no D.O. de 27/05/1994 e Res.SE-125, de 06/07/1994, publicada no D.O. de 07/07/1994)

Em 24/12/1994, o D.O. pelo Comunicado S.E., de 23/12/1994 divulga minuta do Regimento Comum das Escolas Estaduais de São Paulo com o “objetivo de abrir um amplo debate sobre o assunto, de forma a colher sugestões que venham a enriquecer e aprofundar o alcance do documento” (p.31). Na véspera do Natal e no final de mandato do Governador de Fleury! Não se ouviu falar nada.

Outra vez, a Secretaria da Educação apresenta um regimento escolar pronto, para ser discutido pelas Escolas, que já estava fadado a não progredir; foi um natimorto, pois foi colocado à disposição do público, no ocaso do governo Fleury.

Em janeiro de 1995 instala-se um novo governo - o de Covas! E as coisas tomam um novo rumo. Logo no dia 1º de janeiro sai no D.O. uma série de Decretos, entre os quais, o de nº 39.902 de 1º de janeiro de 1995 que altera os Decretos nºs 7.510, de 29 de janeiro de 1976, e 17.329, de 14 de julho de 1981, reorganizando os órgãos regionais, extinguindo as Divisões Regionais de Ensino e subordinando as Delegacias de Ensino, para os efeitos de desenvolvimento de ensino e normas pedagógicas, à Coordenadoria de Estudos e Normas

Pedagógicas e, quanto ao Sistema de Administração de Pessoal, ao Departamento de Recursos Humanos.

A Resolução S.E. 1, de 02/01/1995, D.O. 03/01/1995, revoga as Resoluções SE 137, de 29/07/1994 e 170 de 09/09/1994 que haviam relacionado as Unidades Escolares que integrariam o Projeto Educacional Escola Padrão-94 para funcionar em 1995.

Há divulgação restrita do programa de Educação para o Estado de São Paulo, em janeiro de 1995, que se transforma no conteúdo da Res. SE., de 22/03/1995, tornada pública pelo D.O. de 23/03/1995, a todos os integrantes dos Quadros do Magistério, de Apoio Escolar e da Secretaria da Educação, como as principais diretrizes educacionais para o Estado de São Paulo, para o período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998.

CAPÍTULO II

O MÉTODO

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, explico o método de pesquisa utilizado: a abordagem qualitativa pelo estudo de caso, envolvendo o cotidiano da escola; na segunda, a coleta de dados, por meio da observação participante, entrevista e análise documental e a análise dos dados.

2.1. A pesquisa qualitativa

Para desenvolver este estudo escolhi a abordagem qualitativa, que parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (Chizzotti, 1991, p.79).

Menga Lüdke e Marli André (1986), apoiadas em Bodgan e Biklen (1982) apresentam cinco características básicas da pesquisa qualitativa:

a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra por meio do trabalho de campo.

b) Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Todos os dados da realidade são considerados importantes.

c) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.

d) O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Há uma tentativa de capturar as “perspectivas dos participantes” (p.12), isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas.

e) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Não há preocupação em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima.

A pesquisa qualitativa ou naturalística, segundo Bogdan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, resultantes do contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

2.1.1. O estudo de caso

Escolhi o estudo de caso como forma da pesquisa qualitativa, por entender que esta forma particular de estudo permite imersão mais profunda para captar melhor as questões envolvidas com a função do Regimento Escolar e a organização do trabalho na Escola Pública. Lüdke (1983), a respeito do estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional, assim se expressa :

Ao privilegiar a visão do todo e estimular o uso da interpretação pessoal, o estudo de caso permite ao pesquisador ir além do que a simples representação dos dados numéricos permitiria. O pesquisador é instado a integrar estes dados numa perspectiva mais ampla, composta por sua própria experiência em educação e no contexto onde o caso se situa. Sua prática e seu conhecimento sobre teoria educativa (e social) aliados à sua capacidade de interpretação e à habilidade de comunicação serão integrados na elaboração de um quadro coerente a respeito de uma determinada instância da realidade educacional. Esta não será apenas apresentada por um conjunto de tabelas, com dados significativos ou não, mas por um relato que, embora de cunho pessoal, se preocupará em transmitir uma imagem total do fenômeno estudado (p.18).

Sobre a generalização dos resultados do estudo de caso, Aparecida Joly Gouveia (1984, p.69) assim se expressa: “A possibilidade de generalização deve ser uma questão menor na consideração do estudo de caso” porque “este tipo de pesquisa visa à compreensão do que se passa numa instância singular, historicamente situada”. Para Michel Jean-Marie Thiollent (1982, p.30), “o problema da generalização dos resultados deve ser colocado em termos específicos”.

A respeito das generalizações dos resultados do estudo de caso, André (1984, p.52) e Lüdke e André (1986, p.23) apontam que “dependerá muito do tipo de leitor ou do usuário do

estudo”. A generalização aqui é tratada como um processo subjetivo e não como um ato de inferência lógica (ou estatística). É o que Robert Stake (1978) chama de “generalização naturalística”. A generalização naturalística ocorre no âmbito do indivíduo, segundo um processo que envolve conhecimento formal, mas também “conhecimento tácito” que são as impressões, sensações, intuições, percepções que não podem ser expressas em palavras (Polanyi). Por isso o relato do caso deve deixar muito claro a distinção entre descrição e interpretação, evidências primárias e secundárias, afirmações gerais e depoimentos, resumos e citações (André, 1984, p.53).

Há também a generalização restrita ao âmbito profissional ou acadêmico, onde diferentes leitores reconhecem as bases comuns de diferentes estudos de casos desenvolvidos em diferentes contextos que permitem uma ampliação e maior solidez no conhecimento do objeto estudado (Lüdke e André, 1986, p.23).

Marli André (1984, p.54), repetindo Stake (1981) diz que “o conhecimento derivado do estudo de caso é mais concreto, mais contextual e mais sujeito à interpretação do leitor do que o conhecimento gerado em outros *tipos de pesquisa*”.

O estudo de caso pretende representar uma instância em ação e o faz por meio de uma linguagem simples, coloquial, com figuras de estilo, exemplos, ilustrações, descrições, transmitindo as experiências do autor e apelando para o conhecimento pessoal, tácito e experiencial do leitor. Não privilegia apenas um estilo de apresentação. Procura utilizar formas de apresentação que evoquem os processos de julgamento que as pessoas usualmente empregam para compreender a vida e as ações sociais que a cercam.

O estudo de caso enfatiza a importância de contextualizar as informações e situações retratadas. O estudo de caso deve ser elaborado de modo a permitir interpretações alternativas e generalizações naturalísticas.

Sobre o lugar da teoria em pesquisa, Marli André (1987) assim se manifesta:

É importante assinalar que, sem um referencial básico de apoio, a pesquisa pode cair num empirismo vazio e conseqüentemente não contribuir para um avanço em relação ao já conhecido. Por outro lado, a escolha de uma dada perspectiva não deve significar uma orientação pronta e única, mas um dos possíveis caminhos de aproximação do real, e esse caminho pode e deve ser questionado e revisto durante todo o desenrolar da pesquisa. A teoria vai, assim, sendo construída e reconstruída ao longo da pesquisa. [...]. Se admitimos que a teoria vai sendo construída e reconstruída no próprio processo da pesquisa, temos de aceitar que as opções metodológicas também vão sendo explicitadas e redefinidas à medida que a investigação se desenvolve. O que não

podemos deixar de assinalar é a estreita articulação que deve existir entre teoria e método; sem ela o próprio processo de pesquisa perde seu sentido (p.41-2).

Ainda nesta direção crítica se encaminham as reflexões de Thiollent (1982), ao escrever:

Sem investigação concreta, a sociologia não está longe de ser um discurso filosófico ou político arbitrário. Por outro lado, sem problemática teórica a sociologia é considerada apenas como enquete e degenera em vulgar pesquisa de opinião ou em pesquisa administrativa totalmente permeada pelo empiricismo e pela ideologia a curto prazo dos utilizadores da pesquisa (p.21).

Acho oportuna, ainda, a análise feita por Elsie Rockwell (1989, p.35) que chama a atenção para a importância de não se aceitar a etnografia no campo da pesquisa educacional como uma simples técnica, mas tratá-la como uma opção metodológica, no sentido de que método implica uma teoria. A retomada da tradição antropológica exige o consciente uso da teoria, ao invés de negar a presença de pressupostos teóricos da descrição.

Rockwell (1989, p.35) mostra a imbricação entre descrição e teoria relacionando etnografia e o desenvolvimento histórico da antropologia, relacionando descrição etnográfica e a gama de variadas concepções teóricas, e relacionando pesquisa etnográfica e o próprio desenvolvimento da teoria.

Olinda Maria Noronha (1991), ao resgatar a importância da discussão teórico-metodológica para a compreensão do campo da pesquisa participante entendida como a “alternativa epistemológica na qual pesquisadores e pesquisados seriam sujeitos ativos da produção do conhecimento” (Veiga, 1985, p.196), conclui que a pesquisa participante/intervenção só adquire de fato o estatuto de investigação, ao superar o seu nível de imediatez, ao conseguir empreender a tarefa de ligar orgânica e metodologicamente o cotidiano à História.

2.1.2. O cotidiano

O estudo de caso “qualitativo” ou “naturalístico” encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Esse tipo de pesquisa, ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza, oferece elementos preciosos para uma (melhor) compreensão do regimento escolar como instrumento de organização do trabalho na escola.

Pela análise do cotidiano “podemos melhor entender as ações dos sujeitos que movimentam a escola e com isso alcançar a natureza dos processos constitutivos da realidade escolar, tendo em vista a sua transformação” (Penin, 1989, p.13).

A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente (Heller, 1992, p.17) (grifos da autora).

Na esteira de Agnes Heller, José Mário Pires Azanha (1992) diz que “não há realidade humana desvinculada da realidade concreta de uma cotidianidade” (p.62). Isto significa que até mesmo as vidas humanas inteiramente comprometidas com os valores mais elevados da humanidade têm a sua base no mundo concreto da cotidianidade. Inspirado em Arendt, Azanha afirma: “a cotidianidade é a própria condição humana fundamental” (p.65).

A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é flutuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade (Heller, 1992, p.17-8) (grifos da autora).

No indivíduo coexistem simultaneamente o ser particular e o ser genérico que funcionam consciente e inconscientemente no homem. A *unidade* do indivíduo consiste na “aliança” de particularidade e genericidade para produzir uma individualidade unitária. Quanto mais unitária for essa individualidade, tanto mais rapidamente deixa de ser aquela muda união vital do genérico e do particular a forma característica da *inteira* vida (Heller, p.23).

A unidade individual nunca deixa de ser mera tendência, mera possibilidade. Na vida cotidiana, a maioria da humanidade jamais deixa de ser *muda unidade vital de particularidade e genericidade*.

A particularidade e o genérico-humano convivem no indivíduo e o choque entre eles não é consciente na vida cotidiana. Ambos submetem-se um ao outro de maneira silenciosa. A

vida cotidiana moderna, com suas características de heterogeneidade e hierarquia, aumenta a possibilidade de a particularidade submeter a si o humano-genérico, subordinando assim os interesses sociais aos individuais. Temos aqui a origem da ética como necessidade da comunidade social. As exigências e normas da ética são dirigidas ao indivíduo para que esse submeta sua particularidade ao genérico. Quando a motivação do homem pela moral - isto é, pelo humano-genérico for mais intensa, a sua particularidade se elevará mais facilmente à esfera da genericidade. Aqui termina a muda coexistência de particularidade e genericidade. A condição fundamental é “o conhecimento do próprio Eu, o *gnôthi seautón*, o conhecimento e a apaixonada assimilação das *intimações* humano-genéricas, a fim de que o homem seja capaz de decidir elevando-se acima da cotidianidade” (Heller, 1992, p.22-4). Assim, o indivíduo supera a individualidade, elevando-se à esfera da genericidade, pela moral, superando a própria cotidianidade. Heller apresenta duas restrições: de um lado, a elevação do humano-genérico não significa jamais uma abolição da particularidade; de outro, uma decisão moral deve ser sempre considerada como uma tendência. Não há uma divisão rigorosa e rígida entre o comportamento cotidiano e o não cotidiano.

A superação dialética parcial ou total da particularidade, para sua decolagem da cotidianidade e sua elevação ao humano-genérico, é a homogeneização. A vida cotidiana é heterogênea solicitando todas as nossas capacidades em várias direções, mas nenhuma capacidade com intensidade especial. Homogeneização significa de um lado que

concentramos toda nossa atenção *sobre uma única questão* e “suspenderemos” qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa *inteira individualidade humana* na resolução dessa tarefa. [...]. E significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão-somente de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos (Heller, 1992, p.27) (grifos da autora).

Azanha (1992) assim se refere à importância do estudo da cotidianidade em geral:

A instituição escolar é apenas uma dentre as múltiplas instituições sociais, e a vida que nela se desenvolve, embora possa ser concebida e analisada com relativa autonomia, é na verdade apenas um fragmento ou aspecto de uma vida social mais ampla. Por isso, precisamos [...] argumentar no sentido de estabelecer a relevância do conhecimento da cotidianidade para o conhecimento do homem em geral, incluída aí naturalmente a educação. Em outras palavras, é preciso que elucidemos as razões do interesse que pode ter para as ciências humanas e a filosofia o estudo dessa miríade de gestos,

palavras, pequenos episódios, enfim desses fatos *sans prestige* que, no dizer de Lefebvre, constituem a própria substância do cotidiano (p.67).

Para Azanha, o estudo do cotidiano só será interessante se for possível partir dele para um esforço de constituição de uma ciência do homem. O problema que interessa não é o de *como* ter acesso a dados, mas o de *como* partir deles para um conhecimento do homem.

Azanha propõe algumas demarcações conceituais que podem ordenar o esforço de aproximação empírica da vida cotidiana enquanto objeto de investigações.

a) A vida cotidiana (individual ou social) é uma totalidade composta de partes que são objetos interligados. A vida cotidiana compõe-se basicamente de ações individuais (sociais ou não), ações coletivas, relações sociais e objetivações físicas ou simbólicas (efeitos e condições da própria vida social).

b) A totalidade da vida cotidiana (individual ou grupal) é um processo histórico e, portanto, em permanente fluência.

Com relação ao conceito de totalidade numa investigação, como observa Sartre (1973), o problema factual não é o de incluir algo numa totalidade “implícita e abstrata”, mas o de “vinculá-los [os fatos] ao movimento totalizador” (p.176). Henri Lefebvre (1968, p.88) alerta para os riscos que o uso incon siderado desse conceito provoca quando, por exemplo, transforma uma idéia que exprime o conjunto do processo e seu limite ao infinito em uma imagem do futuro ou pior ainda em uma realidade acabada.

Balandier (1983), a propósito da identificação do cotidiano, distingue *centro* da *periferia* do cotidiano: centro é o lugar das relações de forte intensidade, cotidianamente vividas ou com muita frequência, de caráter privado e eletivo predominante. São as relações estabelecidas duravelmente com os “próximos” pelo vínculo familiar, pela vizinhança, pela amizade, pela filiação, pela camaradagem. Elas são, evidentemente, pessoais, diretas, numa integração regular, fechadas ou pouco abertas. A periferia representa os espaços mais abertos e/ou mais constrangedores (os lugares públicos, os lugares onde se desenvolve uma atividade coletiva regular).

O conceito de espaço envolve, além das dimensões físicas, os componentes psicossociais presentes na ocupação e movimentação espaciais na vida cotidiana. As observações de Lefebvre sobre as esferas da vida cotidiana - o trabalho, o lazer e a vida familiar

- integrando-se às de Balandier, delimitam um quadro onde flui a vida cotidiana (Azanha, 1992, p.116).

A vida cotidiana parece ser o lugar privilegiado da monotonia e do repetitivo, porém as rotinas da vida diária não se reduzem àquelas do dia-a-dia e são elas próprias, às vezes, que preparam o tempo da sua interrupção, o da festa.

Com relação ao como o tempo afeta a vida cotidiana, “o interessante é imaginar que entre o efêmero e a permanência há uma pluralidade de durações” (Azanha, 1992, p.117).

c) O acesso cognitivo à vida cotidiana pressupõe a possibilidade de sua partição, de tal modo que uma ou mais partes sejam reveladoras da totalidade. “O problema é o de encontrar critérios que permitam identificar, na massa indefinida dos ‘fatos’ do dia-a-dia (individual ou social), aqueles que são os privilegiados reveladores da realidade global que interessa apreender” (Azanha, 1992, p.119).

Azanha (1992) chama de “cotidianidade”

o núcleo revelador da vida cotidiana em contraposição a tudo o mais que sobra e que é o conjunto de episódios, gestos, palavras, ações etc. que, por serem meramente casuais, circunstanciais e por outras razões, são negligenciáveis (p.119).

A cotidianidade, reveladora da totalidade da vida cotidiana, é a chave para a compreensão da natureza da interligação das partes e das tendências da fluência do processo. A vida cotidiana é uma mescla de elementos puramente casuais, inesperados, imprevisíveis e de outros (cotidianidade) frutos de um desenvolvimento histórico (individual ou social) e, portanto, de múltiplas determinações. A cotidianidade é, pois, a própria concretude da vida cotidiana porque, historicamente sedimentada, corresponde a modos relativamente estáveis de reagir a condições concretas de existência.

Lefebvre (1968, p.39) esclarece que “é impossível apreender o cotidiano como tal aceitando-o, ‘vivendo-o’ passivamente, sem tomar distância”. Aqui fica claro que esse distanciamento crítico é basicamente uma operação conceitual teórica. Distância crítica, contestação e comparação caminham lado a lado.

d) A idéia de que a vida cotidiana (individual ou social) pode revelar-se por intermédio de uma ou mais de suas partes, depende para ser fecunda, da perspicácia epistemológica do investigador na elaboração de procedimentos teóricos adequados.

O estudo da vida cotidiana representa uma *possibilidade* de ser o ponto de partida para a fundação de uma ciência do homem - que os objetos que ocupam a região da cotidianidade humana (linguagem, relações, hábitos, rituais, gestos, usos, artefatos, etc.) são potencialmente reveladores do ser do homem tanto individual quanto social. É indispensável a formulação de teorias que indiquem seletivamente o que e como descrever e analisar aquilo que, sem elas, seria um caos factual (Azanha, 1992, p.65-6).

2.2. As Escolas

O referencial empírico utilizado foi um conjunto de três Escolas Estaduais da área urbana de Presidente Prudente. Por que três unidades escolares, neste estudo de caso? As três unidades por serem escolas de ensino fundamental e médio. A primeira é uma escola regular localizada na área central, a segunda é uma escola regular, situada num bairro popular, na periferia, e a terceira, é uma Escola-Padrão¹³ localizada no centro. Conforme Antonio Chizzotti (1991, p.102-3) o estudo de caso designa uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de *vários casos* a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência [...]. “Quando se toma um *conjunto de casos*, a coleção deles deve cobrir uma escala de variáveis que explicita diferentes aspectos do problema” (grifos meus).

Lüdke e André (1986) dizem que “o estudo de caso é o estudo de *um* caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou *complexo* e abstrato, como o das classes de alfabetização (CA) ou o do ensino noturno” (p.17) (1º grifo, das Autoras, 2º grifo, meu).

As três Escolas Estaduais da área urbana de Presidente Prudente foram:

a) A E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral”, (conhecida como “o Cabral”), que está localizada na Avenida 1, nº 27, na área central, e é uma das mais tradicionais da cidade. Esta escola funciona em três períodos, é dirigida por um diretor de escola efetivo, assessorado por

¹³ Projeto Educacional “Escola Padrão” na Secretaria de Educação, instituído na rede estadual de ensino de São Paulo, pelo Decreto nº 34.035, de 22 de outubro de 1991 D. O. 23/10/1991, com a finalidade de:

- a) recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas;
- b) modernizar a escola pública, tornando-a apta a fornecer o estudo, a pesquisa, o estímulo à discussão e a posse de todos os conhecimentos disponíveis na atualidade;
- c) preparar o aluno para o acesso aos níveis mais elevados de compreensão da realidade social e das formas de interação nessa realidade;
- d) utilizar novas metodologias educacionais.

dois vice diretores, atende 2.000 alunos e possui 80 professores e 15 funcionários. Oferece cursos de ensino fundamental e médio (Inciso III do artigo 5º da Deliberação C.E.E.-SP- nº 29/1982 e Magistério) e abriga a Pré-escola Municipal. Sua clientela origina-se da cidade toda e de vários municípios da região.

b) A E.E.P.S.G. “Romana”, que está localizada à Rua Santos, nº 25, no Bairro Jardim. Esta escola funciona em três períodos, é dirigida por uma diretora efetiva, assessorada por um vice diretor, atende 1.400 alunos e possui 44 professores e 12 funcionários. Oferece cursos de ensino fundamental e médio. A maioria da sua clientela é de classe média, proveniente do próprio bairro da escola.

c) A E.E.P.S.G. “Tiradentes”, (conhecida como “o Tiradentes”), que foi Escola-Padrão de 1992 a 1995 e está localizada à Rua Silva Xavier, nº 20, centro. Esta escola funciona em três períodos, é dirigida por diretora efetiva, assessorada por um assistente de diretor e um vice-diretor, atende 1834 alunos, possui 84 professores e 17 funcionários. Oferece cursos de ensino fundamental e médio (Inciso III do artigo 5º da Deliberação C.E.E.-SP- nº 29/1982) e possui uma classe de Deficiente Mental com 9 alunos. A clientela origina-se da cidade toda e de municípios vizinhos.

Para garantir a segurança e preservar a privacidade dos pesquisados, optei por não revelar os verdadeiros nomes das escolas e do seu pessoal, bem como os dos entrevistados. As escolas bem como as pessoas existem realmente e os fatos são verídicos, mas os nomes são de fantasia.

2.3. Coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados foram: observação participante, entrevista e análise documental.

2.3.1. Observação participante

Para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista, recorri à observação direta ou participante, que é o melhor teste de verificação da ocorrência de um fenômeno.

Segundo Bogdan e Biklen (1982), o conteúdo das observações deve envolver:

- uma parte descritiva (registro detalhado do que ocorre no campo): descrição dos sujeitos; reconstrução de diálogos, descrição de locais; descrição de eventos especiais; descrição das atividades; os comportamentos do observador.

- uma parte reflexiva (observações pessoais do pesquisador, feitas durante a fase de coleta): reflexões analíticas, reflexões metodológicas; dilemas éticos e conflitos; mudanças na perspectiva do observador; esclarecimentos necessários.

Sobre a observação participante, Morris S. Schwartz e Charlotte Green Schwartz (1955) escrevem:

Para nossos fins, definimos a observação participante como um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto, sendo observado, no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode despende muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integral da estrutura social, ou ser simplesmente periférica com relação a ela (p.19)*¹⁴ (Haguette, 1987, p.62).

Esta definição aceita, além da presença constante do observador no contexto observado, a interação face a face como pré-requisitos da observação participante. Conforme Teresa Maria Frota Haguette, Schwartz e Schwartz incorporam ainda quatro aspectos: a) o fato de que a observação participante tem como finalidade a *coleta de dados*; b) esclarecimentos sobre o *papel do observador*, que pode ser revelado ou encoberto, formal ou informal, parte integral ou periférica quanto à estrutura social; c) referências ao *tempo* necessário para que a observação se realize, o que pode acontecer tanto em um espaço de tempo curto como longo; chamam atenção para o papel ativo do observador enquanto *modificador do contexto* e, ao mesmo tempo, como *receptáculo de influências* do mesmo contexto observado (Haguette, 1987, p.63-4).

Observei no dia-a-dia da escola as atividades que nela se desenvolvem (reuniões de planejamento, de A.P.M., de C.E., de H.T.P., merenda, recreio, entrada e saída de alunos etc.), durante o período de 1992 a 1995, sendo que no anos de 1993 e 1994, foi mais lenta e menos

¹⁴ É esta a definição usada por A. Cicourel em "Teoria e Método em Pesquisa de Campo" in A.Z. Guimarães (Org.), *Desvendando Máscaras Sociais*. Capítulo II do livro *Method and Measurement in Sociology*. Nova York, The Press, 1969, 6. ed. (do mesmo autor).

constante por estar fazendo créditos no Curso de Pós-Graduação em Administração e Supervisão Escolar (doutorado) na Faculdade de Educação na UNICAMP. De todos os eventos observados e do partilhar de conversas, anotei registros concomitantes ou *a posteriori*.

2.3.2. Entrevista

A entrevista foi utilizada para a captação do que os sujeitos da pesquisa pensam sobre a questão do regimento escolar (sua conexão com o projeto pedagógico) e a organização do trabalho na escola (projeto pedagógico, trabalho coletivo, conhecimento e competências pedagógicas).

A entrevista do tipo semi-estruturado, alicerçada num roteiro básico, com grande flexibilidade, permitiu as necessárias adaptações pelo entrevistador (ANEXOS 1 e 2). O próprio pesquisador realizou as entrevistas. Por meio da entrevista, o pesquisador, nas interações verbais e não-verbais, e na compreensão do contexto das ações dos informantes, foi recolhendo os dados que o conduziram à progressiva elucidação do problema, à formulação e à confirmação de suas hipóteses.

As entrevistas foram feitas face a face, gravadas diretamente por mim e transcritas por dois alunos, especialmente contratados para isso.

A entrevista foi realizada com os membros do Conselho de Escola, com os coordenadores (C.B., de Ensino Fundamental, Comunicação e Expressão, Ciências, Estudos Sociais, CIC, Noturno), com o vice-diretor, o secretário de escola, o assistente de administração, os Supervisores de Ensino das escolas pesquisadas, a Delegada de Ensino e os representantes das Associações/Sindicatos Regionais ligados à Educação (APASE, UDEMO, APEOESP e C.P.P.), no período de 11/07/1995 a 10/01/1996.

O quadro 5 quantifica o universo pesquisado, na entrevista, por escola. Os quadros 6 e 7 expressam o número de pessoas entrevistadas, nas entidades de classe e na Delegacia de Ensino, respectivamente.

Na Escola-Padrão “Tiradentes”, no primeiro semestre de 1992, colhi depoimento escrito, intitulado - “Eu e a Escola-Padrão, hoje” - de professores (14), coordenadores (3), assistente de diretor (1), auxiliar de serviço (2) e inspetor de aluno (3), sobre a expectativa a respeito da Escola-Padrão que estava sendo implantada no “Tiradentes”.

Optei por transcrever literalmente as falas dos entrevistados tal como foram gravadas nas entrevistas.

Quadro 5
Composição dos entrevistados nas Escolas

Entrevistado\Escola	Cabral	Romana	Tiradentes	Total
Diretor	1	1	1	3
Vice-Diretor	2	1	1	4
Assistente de Diretor	-	-	1	1
Assistente de Administração Escolar	-	-	1	1
Secretária	1	1	1	3
Oficial da Escola	1	-	-	1
Inspetor de Aluno	-	1	-	1
Servente	-	-	1	1
Coordenador do C.B.	1	1	-	2
Coordenador do Ensino Fundamental	-	-	1	1
Coordenador. Do Curso Noturno	-	-	1	1
Coordenador do CIC	-	-	1	1
Coordenador de Área	-	-	3	3
Professor {PI	1	2	1	4
{PIII	2	3	2	7
Pai	3	2	3	8
Aluno	4	4	5	13
Total	16	16	23	55

Quadro 6
Composição dos entrevistados nas Entidades de Classe

Entidade	Nº
APASE	1
UDEMÓ	1
APEOESP	1
C.P.P	1
Total	4

Quadro 7

Composição dos entrevistados na Delegacia de Ensino

Entrevistado	Nº
Delegada de Ensino	1
Supervisor de Ensino	3
Total	4

2.3.3. Análise documental

A análise documental foi utilizada para colher e complementar informações obtidas nas entrevistas e nas observações realizadas e para desvendar aspectos novos do problema proposto para o presente estudo.

Justa Ezpeleta e Elsie Rockwell (1989) nos chamam a atenção para o fato de que a Escola tem uma história documentada, geralmente escrita a partir do poder estatal. Essa história documentada destaca a existência homogênea da escola. Ao lado desta história e existência documentada, coexiste outra história e existência *não-documentada*, por meio da qual a escola ganha vida. Nesta história, a determinação e presença estatal se entrecruzam com as múltiplas determinações e presenças civis. Enfim, a homogeneidade documentada decompõe-se em múltiplas realidades cotidianas.

A análise documental foi elemento orientador com a finalidade de verificar que ao lado da história e existência documentada da escola, coexiste outra história e existência *não documentada*, por meio da qual a escola toma forma material, ganha vida. Pela história *não-documentada*, a versão documentada torna-se parcial e produz certo efeito ocultador do movimento real (Ezpeleta e Rockwell, 1989). Pelas observações realizadas, na vida cotidiana da escola, fiz comparações do que vi com o que está escrito a respeito do mesmo fato, nos documentos técnicos da escola (atas, planos).

Para Azanha (1992, p.59), como o conhecimento histórico da educação de uma época não se esgota pelo conhecimento das idéias que agitaram ou das leis e outras regulamentações que se fixaram, rotinas não documentadas, hábitos que se extinguíram poderiam trazer informações interessantes sobre o estado da educação da época.

2.4. Análise dos dados

Para a apresentação e análise dos dados os procedimentos adotados foram:

- a) em relação às *observações*: fiz anotações escritas, concomitantemente aos eventos observados, e logo depois os reconstituía, complementando-as para sua maior veracidade. Posteriormente, esquematizei as observações por escola e por tema, para ter uma visão de conjunto.
- b) em relação às *entrevistas*: as falas foram coletadas numa gravadora e depois transcritas. Fiz leituras e releituras, até me “empapar”, impregnando-me do conteúdo, para formular as categorias descritivas e para selecionar as falas mais importantes. Alguns depoimentos escritos coletados na Escola-Padrão foram lidos e relidos para selecionar as falas mais importantes.
- c) em relação aos *documentos*: utilizei do tipo oficial (leis, decretos, pareceres) e do tipo técnico (relatório, planejamento, atas), bem como correspondência (Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais) que foram lidos e analisados.

CAPÍTULO III

A APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASOS

Neste capítulo, apresento as observações e entrevistas realizadas nas três unidades escolares - E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral”, E.E.P.S.G. “Romana” e E.E.P.S.G. “Tiradentes” - bem como as entrevistas feitas com o pessoal da Delegacia de Ensino e das Entidades de Classe do Magistério da região. Subdivido o capítulo em três partes: 1. Observações realizadas; 2. Expectativas de Escolas, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe sobre a Escola-Padrão; 3. Comparação das posições de Escolas, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe sobre o Regimento Escolar.

Na primeira parte, agrupo as observações por itens, conforme as características de cada escola: descrição da escola, planejamento, Conselho de Série e de Classe, reunião de Pais e Mestres, greve, Conselho de Escola, reunião de H.T.P., A.P.M., e temas especiais de cada escola, enriquecidas de depoimentos obtidos nas entrevistas e de análises de documentos oficiais (planos, atas e relatórios), e ainda de depoimentos escritos, no caso da Escola “Tiradentes”. Em seguida faço comparações dos dados obtidos.

Na sequência, agrupo as expectativas de Escolas e Delegacia de Ensino e Entidades de Classe do Magistério sobre a Escola-Padrão.

Finalmente, analiso e comparo as posições dos agentes envolvidos nas escolas pesquisadas, bem como entre as posições da Delegacia de Ensino e das Entidades de Classe do Magistério sobre o Regimento Escolar.

3.1. Observações realizadas

3.1.1. E.E.P.S.G. “PEDRO ÁLVARES CABRAL”

3.1.1.1. Descrição da Escola (1992)

Com cerca de 2.200/2.400 alunos distribuídos em cinquenta e cinco classes e setenta e três professores, a Escola tem uma Secretaria que está funcionando precariamente, porque só tem um secretário e uma escriturária. Quando o serviço se intensifica, as assistentes de direção

e doze professoras readaptadas colaboram, prestando serviços na Secretaria. Há falta de funcionário. Em agosto, a situação da Secretaria é alterada: tem, além do secretário, duas escriturárias e um colaborador que é um professor I readaptado que atende o período noturno. Em setembro a Secretaria estava lotada de funcionários - quatro oficiais de escola (novos) e um secretário - Nelson. A unidade escolar havia recebido recentemente novos funcionários: para a Secretaria cinco oficiais de escola (escriturários), para cuidar de alunos, inspetor de aluno, seis novos e para limpeza e conservação do prédio, servente de escola, seis novos.

Os inspetores de alunos ficam atentos às fugas dos alunos, especialmente quando às 11h algumas classes saem, os alunos passam pelo saguão, e o inspetor fica “de olho” para ver se alguém está fugindo, aproveitando a saída de outra turma, misturando-se aos que vão embora.

Com os novos serventes, o pátio apresenta-se limpo.

A Escola possui uma Biblioteca, localizada no andar térreo, numa sala de aula adaptada, com dois ambientes, divididos por balcão, mesa e um armário - metade da sala abriga o acervo e a outra metade destina-se para a leitura dos usuários. No fundo da sala, há estantes de metal com livros que são antigos. A Escola não recebeu e não adquiriu nada, em termos de livro. A parte destinada à leitura tem uma mesa retangular grande e algumas cadeiras, quatro estofadas e as demais são bancos de carteiras. Não há bibliotecária na unidade. As responsáveis pela Biblioteca são professoras I readaptadas, que também cuidam do mimeógrafo a álcool. Há uma escala para atender os três períodos, afixada na porta.

São poucos os alunos que consultam livro na própria Biblioteca. A maioria retira o livro para ler em casa (romance, biologia, folclore, história da educação etc.), geralmente leitura obrigatória. Tem aluno que nunca utilizou a Biblioteca porque “o professor não pede leitura de livro” (Josefa, aluna de 6ª série).

Em 21 de setembro, encontrei oito alunos de 5ª a 8ª série na Biblioteca, dos quais seis jogavam xadrez (que é da Escola), porque não havia aula por conta da greve dos professores. No mês de outubro, enquanto dois alunos liam, havia duas pessoas conversando alto com a responsável e uma servente varrendo a Biblioteca. Isso com usuário na Biblioteca.

Quanto às quadras de esporte, a Escola possui três em bom estado, localizadas bem distantes do prédio. São utilizadas pelos professores de Educação Física (em setembro, uma

turma feminina jogava volley, sob as vistas da professora), bem como pelos próprios alunos (nesse mesmo dia, na quadra de basquete, alunos jogavam, porque estavam com aula ociosa). O Ciclo Básico também tem aula de Educação Física, da qual todos participam, embora os alunos não usem uniforme especial de Educação Física.

Em 15/05/1992, o diretor Adolfo havia conseguido com o deputado estadual da região, Mauro Bragato e Governador Fleury, autorização para construir a cobertura das quadras. O problema era: “quando vão iniciar realmente”. Até outubro só havia comparecido à Escola o engenheiro, mas “dinheiro e material nada”.

A Sala dos Professores fica logo na entrada, após o “hall”. Para as professoras I que trabalham nas classes localizadas no porão, a Sala dos Professores fica longe. Como não há sala específica para as Horas-Atividades a Sala dos Professores é utilizada por alguns para fazer a hora-atividade. Há uma mesa enorme, retangular, com cadeiras, perto do armário dos professores, um conjunto de sofá, um velho piano, uma geladeira que refrigera água que os professores, nos intervalos, consomem para matar a sede.

Em diversos dias, encontrei a professora Maria do Rosário (Psicologia) realizando atividades em função do Núcleo (UNESP), professora Tereza (Estágio Supervisionado), lendo revista educacional.

A cozinha da Escola fica localizada fora do corpo principal do prédio. O refeitório é amplo e possui mesas com bancos para os alunos fazerem as refeições. Ao lado do refeitório, há um cômodo onde estão o “freezer” e o depósito para guardar alimentos. Há duas merendeiras (Luiza e Mércia) que são funcionárias da Prefeitura Municipal para atender esse setor.

Em agosto, no dia dezessete, só foi servido leite com chocolate e não foi distribuída bolacha porque a Mércia havia faltado. Os alunos entram esbaforidos e correm para a fila do leite e muitos perguntam: “Hoje não tem bolacha?” e saem decepcionados diante da negativa.

Na primavera, o refeitório foi pintado de verde e branco e as mesas e os bancos foram também pintados de branco. Armários novos, de concreto, no depósito, substituem os de madeira. A Prefeitura só oferece alimento e funcionária, a estrutura é por conta da Escola. A

reforma do refeitório foi feita com dinheiro da Escola, arrecadada com festa e propaganda comercial no extenso muro da unidade escolar.

No dia 21 de setembro, dia da árvore, o cardápio era canja (arroz e frango) que as crianças consomem com prazer. Neste dia só estava a merendeira Mércia, porque a Luiza estava abonando¹⁵. Apareceu a nutricionista Mary (da Prefeitura) para inspecionar. No final da visita a nutricionista recolheu as beterrabas porque as crianças do Álvares Cabral não estavam consumindo e antes que se estragassem Mary ia recolher para repassar a outras escolas mais carentes “onde a população não tem escolha”.

Quando não havia mais alunos no refeitório, apareceram quatro pessoas adultas perguntando se havia sobrado merenda. Aguardaram a Mércia e depois sentaram-se à mesa para saborear a canja. Eram os novos funcionários da casa.

Todo ano a Escola recebe uma pintura nos corredores e na fachada do prédio. A Escola está sempre com um aspecto bom.

A quadra de esporte até hoje não foi coberta.

No último dia de janeiro de 1995 foi feita atribuição de aulas e de classe para os efetivos da casa, na Biblioteca, com as assistentes de diretor Gabriela atribuindo e Bruna fazendo a Ata, auxiliada por uma professora que preenchia ficha de atribuição. Primeiro foi para os professores III e depois para os PI. O diretor Adolfo, como sempre presente na Escola, só apareceu no corredor em direção à porta da Biblioteca mas não entrou. A atribuição foi calma.

Em 1995, de acordo com a Gabriela, a Escola está com setenta e cinco professores (ano passado cento e doze), porque muitos professores, que estavam afastados, retornaram por conta do novo governo que acabou com os afastamentos. Porém, conforme consta no Plano Escolar, em 1992 havia 92 professores, em 1993, 80 professores, em 1994, 89 e em 1995, 82 professores.

¹⁵ Lei Complementar nº 05 de 19/07/199, publicada em 02/08/1991, no 0 IMPARCIAL - Regime Jurídico Único dos Funcionários Municipais de Presidente Prudente - Art. 119 - Fica assegurada ao servidor público municipal a possibilidade de deixar de comparecer ao trabalho por seis dias ao ano, no máximo um dia por mês, para tratar de assunto particular, independente de autorização da chefia, mas exigida a obrigatoriedade de comunicação à mesma. Parágrafo Único.- a ausência de que trata este artigo (falta abonada), será considerada como dia normal de trabalho, sendo vedado o cômputo da mesma para qualquer desconto.

A unidade escolar adquiriu computador para os trabalhos da Secretaria da Escola, mas está com dificuldades para operar porque os oficiais de escola (escriturários) não dominam a técnica.

“Ninguém sabia mexer em nada. No começo o computador até ficou três meses desligado porque ninguém sabia por a mão, mas aí veio uma moça da D.E. porque aqui estava faltando funcionário, e o pouco que ela sabia, ela ensinou... a gente está conseguindo fazer... Eu acho que a gente podia ter curso de computação para poder aprender mais” (Vânia, Oficial de Escola, 1995).

Estão num processo de ensaio e erro. No momento, o computador é o centro de atenção. A cúpula toda da escola - diretor e as vice-diretoras - está na Secretaria vendo o primeiro trabalho sendo realizado no computador - a lauda, mas que não está saindo como devia.

Em maio, a Escola comprou programa para fazer histórico do aluno, investiu muito. Precisa de dinheiro para pagar o programa. O diretor está pensando em fazer “casal caipira” para arrecadar dinheiro para fazer frente às despesas. Em 24 de junho é realizada a Festa Junina, pelos professores de C.B. à 4ª série, que com o dinheiro arrecadado compram, entre outras coisas, mais um computador para a Escola e pagam o programa (ver 3.1.1.10. Festa Junina, p.164-6).

Para Maria Ângela, atual secretária da Escola, sobre essa informatização:

“Nós estamos no começo... Só este bimestre que nós vamos soltar boletim por computador e vamos tentar soltar os históricos no fim do ano. Nós já estamos com todos os alunos cadastrados, com as notas do 1º e 2º bimestres em boletim e este mês a gente quer passar para os alunos todas as notas no boletim e entregar para os alunos. Porque dos alunos do passado não vai dar para fazer. Nós teríamos que fazer microfilmado e isso fica muito caro e o ‘Cabral’ é muito antigo” (25/09/1995).

Para Maria Ângela a Secretaria do “Cabral” é bem organizada. Quando assumiu a Secretaria, todos os funcionários já sabiam a sua função. A escola tem sessenta e seis classes, seis funcionários, então tem onze classes para cada funcionário (25/09/1995).

3.1.1.2. Planejamento

3.1.1.2.1. ano: 1993

Em janeiro de 1993, o Plano da Escola de 1992 não havia ainda retornado. A Delegacia de Ensino havia telefonado para a Escola refazer parte do Plano. O ano letivo de 1992 já havia

terminado, a Escola logo, logo estaria planejando 1993, e ainda não havia recebido o Plano de 1992 homologado pela D.E..(É a burocracia emperrando.)

No mês de fevereiro, a Escola reuniu-se para elaborar o Planejamento/1993. No dia 25, os professores III estavam numa das salas de aula, do pavilhão térreo, cerca de quinze aproximadamente, conversando. Não havia ninguém coordenando. Enquanto isso, as Professoras I estavam em outra sala, discutiram e depois cada uma foi fazer o que lhe convinha - uma colocava nomes dos alunos na caderneta, outra arrumava as pastas dos alunos, outras saíram da escola para ir à livraria na cidade. De plano mesmo, nada. Quando retornei à primeira sala, não havia mais ninguém. À tarde do mesmo dia, estiveram na unidade escolar a delegada de ensino, a professora Heloísa, o supervisor de ensino Milton. Foram tratados os seguintes assuntos: noturno, com 45 minutos a hora/aula; a quadra de esportes; o laboratório (convênio com a Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-UNESP); reunião mensal após o recreio e o calendário com quatro atividades.

O segundo dia de Planejamento teve duas partes: na primeira, a professora Zoca (PI) tratou do Projeto Vida para cerca de vinte e cinco professores e a assistente Bruna; na segunda parte, os professores se reuniram por disciplina para elaborar o Plano. Mas, na realidade, não há trabalho grupal, mas sim individual, solitário, porque os professores simplesmente dividem a elaboração do Plano de Ensino entre eles e cada um vai trazer pronto de casa. Assim, em Química, por exemplo, a professora Edna vai fazer do 1º ano, o professor Edgar se encarregou do 2º ano e o professor Nelson, do 3º ano. Não houve discussão nenhuma. Logo depois os professores foram embora. Já os professores da Habilitação Específica do Magistério foram para outra sala pois tinham que organizar tarefa do encontro na Faculdade de Ciências e Tecnologia.

3.1.1.2.2. ano: 1995

Após as festas do Rei Momo, a escola teve três dias para elaborar o seu Plano Escolar. No primeiro dia (01/03), a atividade da Semana do Planejamento resumiu-se na eleição do Conselho de Escola - segmento professor - e na eleição do Coordenador Pedagógico do C.B. A professora Rose está como vice-diretora, substituindo a Bruna que entrou em licença-prêmio e em seguida pretende se aposentar. Hoje Bruna veio para ajudar. Vai se realizar a eleição do Conselho de Escola - segmento Professor. Serão eleitos dezesseis membros; cada um deve

votar em dez nomes. Antes da votação, Rose pede que cada professor presente faça sua apresentação porque, além de serem numerosos, há muitos professores novos. Quem trabalha de dia não conhece os professores do noturno. Após, distribuição de papel para votação, recolhimento, apuração. Os dezesseis mais votados são eleitos para serem membros do Conselho de Escola. Os PIII são dispensados e os PI são chamados para eleger o Coordenador Pedagógico do C.B..

Apresentam-se duas candidatas: uma candidata PI - efetiva - professora Edileuza e uma candidata PIII - (História) - A.C.T., professora Lucélia. É levantada a questão: se o candidato tem que ser efetivo. Rose vai atrás de legislação que não faz referência a efetivo, mas a PI e PIII que tenham experiência de 1ª a 4ª.

Na hora da votação, a candidata Lucélia havia se ausentado, tendo ido embora da Escola. Rose transfere a eleição de Coordenador Pedagógico para o dia seguinte. A candidata Edileuza reclama: “Rose foi buscar legislação que fala sobre o Coordenador. Se PIII (referindo-se à Lucélia) foi embora na eleição, imagine nas reuniões.” Algumas professoras também reclamam, entre elas, o fato de não se realizar a eleição naquele dia, mas não verbalizam para Rose. As professoras vão saindo, aos poucos.

No “Cabral” não é servido café aos professores, nem nas reuniões. Os professores bebem água nos intervalos.

O segundo dia da reunião é dirigido pela Rose, assessorada pela Bruna. Na lousa foi colocado o Objetivo Geral da Escola: “Ser uma escola alegre, democrática, com ensino de boa qualidade.” E do lado, uma relação de percentual de retidos e evadidos da Escola.

É feita leitura do D.O. de 16/02/1995 que trouxe o suplemento especial “Escola em movimento - subsídios para o planejamento”. Bruna e Rose haviam providenciado apenas três xérox para cerca de oitenta e dois professores que se comprimiam numa sala destinada para abrigar quarenta alunos. Assim, o jeito foi uma pessoa ler em voz alta para todos. A sala estava superlotada.

A professora Farid (Geografia) faz a leitura de “definindo a proposta educacional da escola”, “o plano de curso” e “os planos de ensino”, e a professora Dolores lê “documento completo” e “planejamento”. Após leitura, Rose diz que quando chegou “em 89 na Escola, o “Cabral” rastejava. Hoje melhorou. Só conseguiremos alguma coisa se houver união” e em seguida dá a palavra às pessoas.

A professora Vera se manifesta; retomando o objetivo geral da escola que está escrito na lousa, pergunta: “O que é a Escola? A Escola somos nós.” E passa a criticar o objetivo: “Como alegre? Eu quando venho, não venho alegre. Que professor vem alegre, ganhando esse salário? Democrática? As coisas são impostas. A direção é autoritária.”

A professora Farid, tomando a palavra, intervém: “Três anos antes, o objetivo foi colocado. Por que? Porque via-se que ninguém estava satisfeito, havia reclamação geral. Três anos depois, as coisas continuam as mesmas. Precisamos destrinchar os objetivos.” E retomando um trecho da leitura feita:

“A equipe de direção procurará instaurar um clima de confiança e tolerância, dando condições para que os diferentes grupo de profissionais que atuam na escola, bem como os pais e mães de alunos possam falar, fazer-se ouvir, explicitar divergências e, finalmente, alcançar alguns consensos amplos, que estarão sintetizados em diretrizes que nortearão o Plano de Curso e os Planos de Ensino” (Escola em movimento - subsídios para o Planejamento, 1995, p.3).

E Farid cobra a falta de segmentos na reunião: “Onde estão os pais, os funcionários, os alunos? Isto deveria ter sido providenciado. O professor é responsabilizado pelo Estado. Por que mudar? O que queremos? Se mudar, pulamos pedra, o problema continua o mesmo. Cadê a direção? Não faz parte da Escola?”

O professor Manuel (que é do “Cabral” e também diretor de Escola particular) se manifesta: “Sou professor da escola pública. Temos muito a dar, mas estamos cada vez mais desmotivados. Não se consegue união com colega, com a comunidade. Agora sai esse Decreto da falta-aula. É preciso motivar o professor. Há necessidade de mudança de mentalidade de todos: direção, docente, pais, alunos. Precisa-se acabar com o processo do faz de conta. O Conselho de Escola é autoridade máxima, mas não funciona.” A professora Dolores também fala sobre o Decreto da falta-aula. Rose intervém: “Vamos voltar ao objetivo da Escola.”

O professor Manuel pede vinte minutos para falar do que foi tratado na reunião de ontem com os membros (professores) do Conselho de Escola, dizendo que foi feito levantamento dos problemas existentes e passa a palavra para Farid: “Na reunião de ontem tratamos dos objetivos do decreto de 31/01/1995 (sobre faltas aula). A aula está saindo a R\$ 1,40 cada. Com R\$ 1,40 dá para comprar um pé de alface. Então, se o professor falta a uma aula, ele deixa de comer um pé de alface, ao passo que se ele trabalha na escola privada, a aula sai a R\$ 8,00, então já são cinco pés de alface. Aí para dar uma falta, ele pensa duas vezes.

Além disso, não estamos preparados para lidar com estes alunos. Não é só salário. Vamos propor à direção :

- nas convocações, para Conselho de Classe, Conselho de Série e de Escola, a falta-aula, se for no horário que o professor trabalha, em outra escola, por exemplo, em outra atividade, o professor que estuda, não colocar falta.

- não ser tão rígido na marcação falta-aula (por exemplo, se o professor está com dor de cabeça, cólica menstrual).

O diretor não vai desrespeitar a lei, mas tem gente que exagera. Tem professor que por qualquer coisa falta e também sempre chega atrasado. Hoje, por exemplo, às 8h, na sala só estávamos cerca de cinco professores. Ficamos esperando e a reunião começou atrasada. Temos que assumir o compromisso: chegar antes da hora.”

Lurdes (PI), membro do Conselho de Escola, levanta um problema: “O Conselho de Escola é no mesmo dia da reunião do C.B.. Assim, depois de trabalhar o dia inteiro, assistir a partir das 18h a reunião do C.B. e logo depois, às 20h, a reunião do Conselho de Escola, não há quem resista. Não dá para tomar banho, nem jantar. Se for do mesmo jeito do ano passado, eu renuncio ser membro do Conselho.” Farid sugere: “Vamos solicitar para a direção não fazer a reunião do Conselho de Escola no dia da reunião do Coordenador do C.B.. Marcar em horário diferente.”

Em seguida há um intervalo. No retorno, os PI ficam na sala 12 para eleger o Coordenador do C.B. e os PIII se espalham pelas diversas salas do “Cabral”, trabalhando no Plano por disciplina.

A vice-diretora Rose preside a sessão de eleição, com a presença de doze professoras e as duas candidatas: Edileuza (PI-efetiva) e Lucélia (PIII-A.C.T.) É dada a palavra para as candidatas. Inicia Edileuza que explica que já foi coordenadora do C.B. e que se propõe “a trabalhar com as professoras orientando-as e se colocando à disposição”. Depois fala a Lucélia que declara que é “candidata por querer ficar distante da sala de aula”. Faz “vinte anos que leciono e não agüento mais alunos”. Acrescenta que tem “experiência como coordenadora do C.B. em outra escola” e explica como iria trabalhar, inclusive “ajudaria a confeccionar material para as professoras”.

Feita a votação (secreta) e em seguida a apuração, obteve-se o seguinte resultado: Edileuza 5 e Lucélia 7, vencendo a Lucélia. Edileuza começa a falar: “Na verdade, se eu entrar

com recurso, ganho, porque a eleição tinha que ter sido ontem. No momento da eleição, a Lucélia estava ausente, tinha ido embora. A eleição foi adiada. Eu estive na D.E. e conversei com os supervisores, expus a situação e eles disseram que se eu entrar com recurso ganho.” Instala-se um clima tenso. Lucélia, por outro lado, argumenta: “Falei com a Bruna e ela disse que a eleição fora adiada e que eu podia ir embora.” Aí, Bruna que entra naquele momento na sala contra argumenta: “Deve estar havendo engano porque eu estava num canto, conversando com uma professora, e eu não disse nada disso.” Assim, ficou nesse impasse - “disse”, “não disse”. Rose e Bruna, dirigindo-se a Edileuza: “Você devia ter protestado, naquele momento, contra o adiamento da eleição.”

Isabelita, voltando-se para Lucélia, diz: “Eu não votei em você, Lucélia, porque no momento da apresentação você disse que era candidata porque não queria estar em sala de aula.”

Edileuza, muito nervosa, expõe: “Eu pedi a vocês que votassem em mim porque estava em duas escolas e trabalhar em duas escolas era muito difícil, inclusive por causa do horário, trabalharia em uma de manhã, e logo depois, à tarde, na outra, seria um corre, corre, além do fato de ter dois diretores, dois coordenadores do C.B. e eu ficando no ‘Cabral’ como coordenadora, melhoraria bastante a minha vida. Inclusive a minha dedicação seria integral a uma única escola.” Prossegue, jogando farpas no grupo: “Há uma falta de união, entre nós, os PI. Eu achava que vocês, como PI deviam ter-me prestigiado como colega. Antes, no dia anterior, eu havia sondado com a Lucélia, a sua situação. Inclusive, soube que Lucélia mora encostado no ‘Cabral’ e Lucélia não tem outro problema.” (e cai em prantos).

Em seguida há escolha do dia da reunião semanal com o Coordenador do C.B.: quinta-feira às 18h.

Bruna começa a falar: “Ninguém se manifestou, quando na reunião foi falado que ‘a direção não perdoa nada’. Quantas vezes eu liberei os professores e neste início de ano não teve uma reunião de H.T.P.. Você lembra, Lurdes, que sempre que você pediu para sair eu permiti, inclusive para comprar pastel, presentes e outras... e a direção sempre valorizou o professor I. O PI é importante, é o esteio da Escola. É o PI que garante a vida da Escola.” Lurdes rebate dizendo: “As H.T.P. só iniciam com a eleição do novo Coordenador do C.B.” Bruna replica: “A H.T.P. independe disso.”

Não havia mais clima para mais nada. A reunião se dissolveu. Cada uma foi se retirando...

No dia seguinte (03), os professores se agrupam, os PIII por área continuam a fazer o Plano de Ensino e as PI, na sala 12, fazem avaliação geral do ano passado e um relatório.

A coordenadora eleita Lucélia, presente, fica num cantinho, quieta, só observando. Algumas professoras estão fazendo o Plano de Ensino, outras estão conversando. As professoras Isabelita e Neusa conversam porque já terminaram o seu Plano. De repente, Lucélia (coordenadora) chega sorrateiramente, por trás, e pergunta se “estão contra mim”, se “não me aceitaram”. Isabelita responde que “não votei em você, como dissera ontem, mas agora, como foi eleita, não tenho problema nenhum em trabalhar com você”. E conclui: “momento da votação é um, agora é outro”. As professoras que terminaram foram dispensadas, inclusive do período da tarde. O professor Marcelo (ex-futuro Coordenador do Noturno) passou pela sala, avisando que podiam ir embora.

Na saída, encontrei o professor Antonio (Geografia), indignado, porque na reunião fora mencionado que o Plano era para ser entregue até o final do mês, agora, se o professor não entregasse até à tarde, ficaria com falta. No quadro da sala dos professores havia um calendário da Semana do Planejamento que entre outras coisas estabelecia “até 30/3 entrega impreterivelmente” do plano.

Na sala dos professores estavam alguns professores, e a professora Leni de Biologia, referindo-se ao mesmo problema brada: “Esta é a escola democrática. Fala uma coisa e depois cobra outra. Isso é autoritarismo. Quem manda sou eu.”

Percebi e senti que a ordem aparece assim, sem um interlocutor da direção. “Disseram...”. Fica uma coisa assim no ar. Não há um sujeito claro, mas indefinido e oculto. E aí, os professores ficam remoendo, retrucando em cima disso...

Com relação à eleição de Coordenador do C.B., a professora Edileuza entrou com recurso e a eleição foi anulada, porque o PI tem preferência sobre o PIII e o efetivo sobre A.C.T.. No dia 10/03, no intervalo das aulas, foi realizada a nova eleição de Coordenador de C.B., não com a presença total de professores I. Assim, acabou sendo eleita a Edileuza porque a Lucélia não podia se candidatar.

A semana (que é efetivamente um tríduo) de Planejamento resumiu-se, na realidade, a dois dias e meio, dos quais, meio dia foi dedicado à eleição dos membros do Conselho de

Escola e da Coordenação do C.B.. Dos dois dias restantes, um outro meio dia foi liberado, trabalhando-se, portanto, um dia e meio no Planejamento anual da escola.

Em relação ao Planejamento, os dados utilizados são os mesmos, desde 1992 conforme constam dos Planos Escolares. Começa-se a trabalhar o objetivo geral da Escola, logo desviado para outro assunto - o Decreto sobre falta-aula. A vice Rose tenta retornar ao objetivo mas não consegue. Os professores questionam, fazem considerações sobre o objetivo geral da Escola, mas no final, não há um fechamento declarado sobre o objetivo. Após o intervalo, retornam à atividade, mergulhando já no planejamento por disciplina. Também, os dados sobre os retidos e evadidos, colocados na lousa, não são trabalhados, nem mesmo relacionados com o objetivo da escola. Embora a Escola, em 1994, tenha aplicado um questionário aos alunos para coletar dados para caracterização da clientela para elaborar o Plano Diretor, nenhuma referência foi feita a esses dados e nem mesmo utilizados no Planejamento de 1995.

Quanto à cobrança pelos professores da não presença da “direção” no Planejamento e da não providência da presença de pais e alunos, também só fica no protesto verbal. É estranho porque as vice-diretoras, Rose e Bruna, estão presentes e não se pronunciam, permanecendo caladas. Conforme a conveniência, a expressão “direção” é interpretada de maneira diferente. Então, para não dizer exatamente que estão cobrando a presença e atuação do diretor Adolfo, usa-se a palavra “direção” de maneira vaga e indefinida no lugar de “diretor”. Na mesma semana quando foi usada a expressão “direção não perdoa nada”, a vice Bruna se identifica, como vimos, defendendo-se, dizendo que “muitas vezes liberou as professoras”.

Os segmentos dos funcionários, alunos e pais, pertencentes ao Conselho de Escola (eleitos em 1994) não são convidados a participar da Reunião de Planejamento de 1995. A eleição do Conselho de Escola de 1995, por outro lado, ocorreu nos dias 01/03, 07/03 e 13/03, respectivamente, para as categorias citadas e a Semana de Planejamento foi de 01 a 03/03. Os funcionários poderiam ter sido convocados, já os alunos e pais não seria possível, a não ser que se convocassem os membros do Conselho eleito no ano anterior...

Os funcionários dizem que não participam da Semana de Planejamento (Maria Ângela, secretária e Vânia, oficial de escola) porque “é uma fase muito difícil na Escola, é aquela época de atribuição de aula, anexo 2, e toda aquela papelada que a gente tem que mandar para a Secretaria de Educação e para a Despesa” (Maria Ângela, Secretária, 1995).

Os pais e os alunos do C.E./1995, após a Semana de Planejamento, não tomaram conhecimento do Projeto Pedagógico da Escola, conforme os depoimentos na entrevista.

“Não tomei conhecimento, e pelo que eu conheço dos outros participantes, também não me consta que eles conheceram isso, ou tiveram oportunidade de conhecer, que a escola tenha se aberto para essa oportunidade” (Guilherme, pai, 16/12/1995).

“Não sei qual é o Projeto da Escola” (Margarida, 3º Magistério, Roberto, 6ª B, Diogo, 2º I do ensino médio, Jeremias, 3º do ensino médio, 1995).

Já a Secretária da Escola vê o planejamento porque “a gente é que datilografa, vai consertando, fazendo as retificações, passa tudo pela Secretaria. Então a gente tem mais ou menos a noção do que acontece!” (Maria Ângela, 25/09/1995)

Assim, na elaboração do Plano Escolar não há envolvimento e cooperação dos diversos segmentos da escola, indo contra a teoria de que o Projeto deve ser produto da construção coletiva de todos os envolvidos na educação. Como a cooperação, inerente ao coletivo, pode ser um fator de estabilidade para o poder, e, por outro lado, como a reunião dos trabalhadores coletivos e de pais e alunos possibilita uma unidade de interesses e favorece formas de resistência à dominação (Hypolito, 1991), os pais e alunos são sistematicamente deixados de lado.

A Escola “Cabral” não possui anfiteatro ou uma sala grande para acomodar os mais de oitenta professores, de modo que num ambiente apertado, os docentes sentem desconforto. Para cerca de oitenta e dois professores são providenciados apenas três xérox do Suplemento Especial, dificultando assim o acompanhamento da leitura feita pelas professoras Farid e Dolores. Por fim, ao invés de o material ser distribuído com antecedência, para melhor reflexão e compreensão, é apresentado no momento da reunião, e nas condições descritas. As funções diretiva e de apoio, apontadas por Fachin (1972), não estão sendo cumpridas pela direção que não está assegurando adequada utilização de recursos e nem provendo condições de trabalho aos participantes do Planejamento.

As observações feitas levam a ponderar que a chamada “Semana de Planejamento” constitui-se realmente num tríduo que não é aproveitado integralmente para a finalidade pela qual foi instituída, porque um terço do período é dedicado a atividades estranhas ao Planejamento: eleição de membros do Conselho de Escola e de Coordenador do C.B..

O Planejamento constitui-se, na realidade, num ritual para consagrar a burocracia - cumprir apenas a legislação, desprovido de maior significado. Não há a preocupação de se propor o Projeto Pedagógico da Escola, de maneira explícita e clara, a fim de distinguir e de orientar a prática educativa da instituição.

A questão pedagógica é definida individualmente por cada um dos professores, não havendo trabalho grupal, com discussão, elaboração e assunção coletiva. Cada um trabalha por si. Impera o individualismo.

O diretor que, teoricamente, deveria coordenar o planejamento, para assegurar a definição apropriada dos objetivos da Escola, com o auxílio de outras subestruturas escolares (Fachin, 1972), sequer esteve presente às reuniões de Planejamento. Assim, entende-se, por exemplo, a divergência entre o objetivo geral da Escola - “Ser uma escola alegre, democrática...” - e a habitual atitude autoritária do diretor. A impressão que se tem é que o diretor desconhece o objetivo de sua escola.

A função diretiva e de controle, bem como a integradora, precisam ser assumidas pelo diretor, a fim de que a ação do professor decorra de um projeto, isto é, se dê “num contexto de vivência de objetivos comuns, num contexto de intencionalidade compartilhada” (Severino, 1992, p.80) para que a atividade ganhe significado em virtude desse sentido unificador, em que todos os integrantes da comunidade escolar se apropriem da intencionalidade que anima o projeto (p.88).

É preciso que as pessoas assumam suas responsabilidades, exercendo as suas funções. O diretor coordenando e dirigindo o estabelecimento, providenciando os recursos necessários e condições de trabalho ao pessoal da escola, a fim de que não se percam preciosos momentos de encontro coletivo com leitura em voz alta feita por um professor que poderiam ser aproveitados para um debate desse material e aplicação no planejamento da escola.

A eleição do coordenador deve ser antecipada e não realizada durante a Semana de Planejamento, para que o coordenador possa exercer a sua função no Planejamento, auxiliando na definição apropriada dos objetivos da escola e conduzindo o Planejamento e não ser mera figura decorativa

É preciso caminhar do autoritarismo para a democracia participativa, chamando pais, alunos e funcionários para se envolverem no processo de Planejamento, para a formação do chamado “sujeito coletivo” atuante, que se dá de forma intencional e para estabelecerem a

unidade do trabalho pedagógico, construindo um projeto a partir das condições concretas da unidade escolar.

É necessário que haja um planejamento da Semana do Planejamento, para que o tempo seja bem aproveitado.

3.1.1.3. Reunião do Conselho de Série e de Classe

3.1.1.3.1. dia: 10/12/1992

Embora conste no Plano da Escola (p.51), como Plano de Ação do Diretor - “dirigir reuniões pedagógicas, de recuperação de escola, de Conselho de Escola e do Conselho de série e classe.”, as reuniões de Série e de Classe são presididas, por delegação de competência, pelas assistentes de direção - a professora Bruna que preside as de Série (C.B. e 3ª e 4ª séries) e a professora Gabriela as quatro últimas séries do ensino fundamental e médio.

A assistente de diretor Bruna fica sentada à mesa e a professora fica do lado, com o Diário de Classe, que contém anotações. A assistente Bruna ouve a professora da 3ª série que vai falando sobre a situação de cada aluno e a Bruna vai anotando num livro. Em seguida, a professora da 4ª série, com o Diário de Classe, vai relatando a dificuldade de cada criança e a assistente anotando. Enquanto isso, as demais professoras ficam nas carteiras, conversando entre elas, outros assuntos que não são os da Escola. Não há envolvimento delas no trabalho da colega que está com a assistente. Na verdade, mais parece um confessionário, onde a professora vai expondo os problemas, em voz baixa, para a assistente que vai ouvindo. Não há discussão, nem preocupação em solucionar os casos.

Enquanto isso, em outra sala, ocorria o Conselho de Classe, com os professores de 5ª série em diante, dirigida por outra assistente - a professora Gabriela que controlava a pasta da classe em questão, a secretária da escola ia anotando o resultado do Conselho no impresso próprio e uma professora ia anotando no livro próprio (esta professora depois foi substituída pela assistente Bruna, após o término do Conselho de Série).

Os professores, dispostos em semicírculo em frente da mesa da assistente de diretor, ficam sentados, com as cadernetas e acompanham a leitura que a Gabriela faz de cada aluno. Assim, por exemplo, na 5ª - aluno 1 passou; aluno 2 não frequenta; aluno 3 ficou em recuperação em História, Matemática e foi para o Conselho em Português. Era colocada a questão e cada um votava. Eram feitas ponderações como: “Antonio está em três Conselhos;

ele não tem condições de fazer três provas.”. Examinavam os conceitos do aluno e se estava com onze pontos, liberavam em duas e deixavam em uma. “Roberto tem condições mas foi preguiçoso durante o ano, então vamos deixá-lo nas três para recuperação final.” E assim prosseguia.

Na leitura das fichas apareciam muitos erros. Os conceitos divergiam dos que constavam na caderneta do professor. A todo momento, a assistente Gabriela pedia que na sala permanecessem somente os professores daquela série que estava sendo analisada para evitar conversas paralelas. A cada série feita, a Bruna passava o livro de Ata para os professores assinarem e as folhas também.

O Conselho prossegue. De repente, um professor, referindo-se ao andamento do Conselho diz alto: “Vamos depressa.” A assistente Gabriela diz: “Olha, é a vida de um aluno. Se precisar, voltamos amanhã.”

E assim vai a 5ª E, 6ª A, 6ª B. As 8ª séries A e B não puderam ser feitas porque tinha professor fazendo prova ainda. Prossegue 6ª C. 1º A do ensino médio ainda tem aluno fazendo prova. Prossegue 1º B, 1º C. Como estava cansativo e por causa do adiantado da hora, um professor sugere: “Quem ficou em um só, vamos aprovar.” O professor Roque (de Física e também Supervisor de Ensino), discordando, diz: “Cada caso é um caso. Precisamos analisar.”

Quando chega a vez do Magistério, o 1º D, um professor pondera: “Precisamos analisar com cuidado porque é Magistério. São futuros professores.”

Agora é a vez da 8ª B porque o professor que estava dando prova chegou, mas a professora de Português não compareceu, e o professorado decidiu por ela.

O diretor Adolfo não participou do Conselho, sequer esteve na sala, nem mesmo só para ver o andamento.

3.1.1.3.2. dia: 18/12/1992

A assistente Gabriela dirige o Conselho de Classe (final) e uma professora faz Ata. A sistemática adotada é a que se segue: a assistente lê a ficha do aluno, coloca sua situação. Geralmente o professor da disciplina expõe o que ele acha que se deve fazer com o aluno. A maioria, quase sempre, vota conforme o professor da disciplina. Às vezes alguém dá sua opinião de como se deveria proceder com o aluno. Alguns professores não votam conforme,

mas têm opinião própria (é o caso dos professores Marcelo, Matemática; Jurandir, Física; Farid, Geografia)

Enquanto se realizava o Conselho Final da 5ª A, apareceu um aluno da 5ª C para fazer recuperação de Inglês. Foi uma agitação muito grande. Os professores estavam indignados.

3.1.1.3.3. dia: 09/02/1994

O Conselho de Classe segue o procedimento já descrito anteriormente, dirigido pelas vice-diretoras. Neste ano, o diretor Adolfo apareceu na sala onde se realizava o Conselho de Classe, uma vez, de manhã, e três vezes, à tarde, somente para colher assinatura de professor. Não participou da reunião.

O professor Antonio (Geografia) quando inicia o Conselho da Classe em que trabalha indaga: “O Conselho só homologa o que o professor decidiu ou não? Mudou alguma coisa?” Gabriela, vice-diretora, explica: “Hoje, o 2º Conselho (de Classe) é deliberativo, ele decide. No passado, apenas homologava o que o professor havia decidido.”

E a reunião prossegue. Gabriela, de quando em quando, chama a atenção dos presentes por causa da conversa, do barulho, dizendo que “a decisão precisa ser bem pensada porque há recursos” e “se alguém entra com recurso, os professores que trabalharam naquela classe terão que vir para informar o recurso”. Os professores se manifestam. Estão revoltados porque, depois de todo esse processo - dão aula o ano inteiro, fazem recuperação, organizam prova, trabalho, fazem o Conselho, e depois a Delegacia de Ensino, por intermédio de uma Comissão, dá parecer favorável ao aluno, promovendo-o. A revolta é - “Como uma Comissão que nunca acompanhou o trabalho do aluno em classe, mediante análise do Diário de Classe e das provas, promove o aluno?” Enquanto isso, a professora Jandira, de Educação Física, sentada numa carteira próxima de mim, o tempo inteiro falava baixinho: “Se fosse eu, não perdia tempo preparando prova (de recuperação), já aprovava o aluno.”

O professor Antonio (Geografia) teve um caso - aluno não fez trabalho durante o ano; foi alertado para apresentar senão iria para recuperação; não apresentou e o professor remeteu-o para recuperação. Mas, acontece que, nas recuperações, o aluno não compareceu um dia. Gabriela leu a ficha do aluno - foi bem em todas as matérias, durante o ano, só havia ficado em Geografia. O professor votou pela não aprovação, mas os demais votaram pela aprovação. Por

sua vez, a professora Farid (Geografia) estava “revoltada porque pai de aluno que ficou retido na recuperação foi grosso comigo. O processo é desgastante”.

Durante a reunião foi solicitado que os professores deixassem, na Escola, os Diários de Classe e as provas, para poderem instruir os recursos. Para ficarem alertas porque poderiam ser convocados para ajudar a informar o processo.

À noite, o processo foi o mesmo. Na hora da votação, o professor sente-se pressionado por conta da possibilidade de o aluno entrar com recurso.

Tanto o Conselho de Série quanto o de Classe são feitos de tal maneira que a finalidade - detectar problemas e apresentar as possíveis soluções - tornam-se inócuos. No Conselho de Série, as professoras não participam, embora presentes. Há um “monólogo” da professora da classe com a assistente: a professora vai relatando as dificuldades de seus alunos, enquanto a assistente vai registrando. Ninguém contribui com nada. No Conselho de Série também não há preocupação em solucionar os problemas. A tônica consiste em verificar em quantas disciplinas o aluno tirou nota baixa e não em detectar porque o aluno está indo mal e propor soluções. Também não se coloca em questão a metodologia que o professor emprega. Há uma ameaça velada contra a retenção de alunos, porque a todo momento é lembrada a Deliberação C.E.E. nº 3/1991. O diretor não participa do Conselho de Série e de Classe. As funções diretiva e produtiva estão falhas.

Os Conselhos de Série e de Classe que deveriam ser um momento de reflexão e de experiência coletiva de trabalho orientado para a prática pedagógica, na realidade são feitos em função da exigência burocrática, não havendo uma consequência na prática, com a finalidade de aperfeiçoamento do ensino ou de um tratamento mais adequado a cada caso.

A descrição das observações revela que os problemas de aprendizagem advêm apenas do aluno e não, também, do professor, da escola e do sistema. A ação do Conselho de Série e de Classe torna-se estéril, pois não são abordadas as razões que determinam os baixos resultados de aprendizagem do ponto de vista didático-pedagógico. A escola nega-se a pensar, nos limites de sua ação, no ensino que se realiza. É preciso redimensionar a direção e o uso do tempo destinado ao Conselho de Série e de Classe. E por que não incluir a participação de aluno e de pais nesse órgão, da mesma maneira que eles participam do Conselho de Escola, em

direção à democracia, como o Comitê Paranaense de Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal já reivindicava? (1991, p.3)

3.1.1.4. Reunião de Pais e Mestres

3.1.1.4.1. dia: 10/07/1992

A reunião de Pais e Mestres ocorre após a avaliação bimestral, depois que os professores entregam os resultados. Com relação à Semana de Prova, há dois tipos: um que é marcado pela Escola, onde há duas provas por dia e os alunos vão embora, à medida que terminam; e o outro, em que cada professor marca a sua e não há dispensa de aula. A reunião de Pais e Mestres de 5ª série em diante é dirigida pelo coordenador de classe que permanece na sala de aula e os demais professores vêm (quando comparecem) para explicar a dificuldade do aluno para os pais. Na realidade, essa reunião resume-se na “entrega de boletim”.

O diretor Adolfo, embora presente na Escola, não percorre as salas de aula para ver o andamento da reunião. Fica, na maior parte do tempo na diretoria. Como diz um aluno: “O diretor fuma muito e fica ‘escondido’ na diretoria.”

O comparecimento de Pais é pequeno, sendo, em média por classe, de 5ª série ao segundo grau, de seis a oito pais, e no C.B. e 3ª e 4ª séries, de quinze a vinte pais. Nas classes do Magistério, não havia nenhum aluno. As professoras do Magistério estavam reunidas em uma das classes, lá no porão, e conversavam.

3.1.1.4.2. dia: 12/05/1995

Após o Conselho de Classe (C.B. a 4ª série), foi realizada a reunião com os pais. Pais com filhos dirigem-se às classes. Cada professora, em sua classe, atende os pais.

A professora Lígia (PI) deixa sobre as carteiras as pastas das crianças, inicia a reunião com cerca de nove mães. Passa a lista de presença. Explica que “a finalidade da reunião é dar satisfação do trabalho desenvolvido por ela junto às crianças”. Informa o horário para atender às mães na escola. Explica sua atuação com a classe; como alfabetiza e como trabalha em Matemática; sobre recreio diz que as crianças estão muito agressivas; solicita apoio em casa - a criança deve ter horário de estudo. Dada as informações gerais, a professora passa a atender individualmente cada mãe presente para tratar da facilidade/dificuldade de cada aluno.

Enquanto a reunião se desenrola, vão chegando mais mães, e algumas saem porque têm filhos em outra classe. No final da reunião havia dezoito mães.

Após a reunião, às 15h, foi feita uma homenagem às mães, na quadra de esporte, sob o comando da Coordenadora Edileuza que agradeceu à direção por ter permitido realizar a festa. Houve a apresentação dos números e entrega de vasinho de flor para cada mãe. O diretor esteve observando a comemoração de longe.

3.1.1.4.3. dia: 14/06/1995

Neste dia, houve reunião com pais de alunos da 5ª série em diante. Na lousa da sala dos professores havia a seguinte orientação:

- “Aviso para Reunião de Pais
- Uniforme
- Excesso de faltas, perder 1ª aula, enforca 6ª aula
- Bola e barulho
- Autorização para sair da Escola
- Requerimento para fazer 2ª chamada
- A direção”

Na 6ª B estava o professor Antonio (Geografia), com dezoito mães e um pai. O professor, à medida que entrega o boletim, colhe assinatura. As mães estavam preocupadas com Educação Física por causa do excesso de falta. A mãe Georgina indaga: “O professor de Educação Física está presente aqui na Escola?” Professor Antonio diz: “A direção pediu aos professores estarem aqui na Escola, às 15h, à disposição dos pais.” A mãe Arieta informa: “Vou procurar a professora de História lá embaixo.”

Depois de um tempo chega a professora de Educação Física que conversa com a mãe Georgina. Fica uma confusão porque o Professor Antonio continua a chamar os pais e a explicar. Dois falando ao mesmo tempo não dá certo.

A mãe Patrícia fala: “O professor precisa ser unido na greve. Agora os nossos filhos estão prejudicados.”

A professora Ester (Educação Física) passa a explicar para todos: “A titular de Educação Física Rose está substituindo a direção. Ela disse que não entrava em greve. Foi arrumado um substituo para Rose. O substituto depois entrou em greve. A classe ficou sem aula. Só muito depois as aulas foram à Delegacia de Ensino. Eu acabei pegando essas aulas.

Quando comecei a trabalhar, mandei aviso. A ordem era colocar falta para quem não comparecesse.”

O professor Antonio intervém, complementando: “Eu faço parte do C.E.. Um pai pediu que fosse registrado em ata: o excesso de falta, no período de greve, será repostado com trabalho ou em outro período.” A mãe Georgina narra: “Todo dia eu estava aqui. Falei com o professor de Educação Física. Disse que ‘é melhor deixar o filho em casa’. Agora é isso.”

O professor Antonio explica: “Como professor de Geografia (e dá toda informação sobre sua formação - dois cursos superiores, habilitação em Administração Escolar e em Supervisão Escolar) só ganho, atualmente, cerca de R\$ 600,00 e além disso já tenho mais de dez anos de magistério. Outro profissional com o mesmo nível de formação ganha duas ou três vezes mais do que eu.” A mãe Arieta declara: “Eu não acho que o professor ganha bem. Eu acho que a greve é justa. Mas tem que haver união.” (referindo-se ao fato de que nem todos entram em greve)

As mães reclamaram que “a classe é muito barulhenta”. “Os alunos são levados.” Já foram conversar com a Gabriela (diretora substituta) e ela disse que, “como responsável do período da manhã, tem domínio sobre os alunos. No período da tarde, a responsável é outra”. A mãe Cacilda indaga: “Como vamos resolver? Alguma coisa tem que ser feita.”

A reunião termina com muitas interrogações sem serem respondidas. Não há tomada de decisões.

Como se percebe a tarefa da direção é dividida e mesmo quando alguém assume a direção, não se responsabiliza pelo todo. Parece que não há diálogo entre os dirigentes e entre os dirigentes e os conselheiros de classe. Se não há comunicação entre o Conselheiro de Classe e a direção, os pais também não sabem a quem recorrer. Denota a falta de trabalho coletivo.

A reunião é feita simplesmente para cumprir uma norma regimental, burocraticamente, sem a finalidade de discutir e tomar decisões coletivas. Aqui impera o modelo burocrático de organização e não o modelo profissional, apontado por Brubaker e Nelson Jr. (1974).

No Plano Escolar, entre as funções definidas no Plano de Ação (Projeto de Diretor de Escola) consta: “organizar e dirigir as reuniões de Pais e Mestres para divulgação de situação Escolar de Aluno” (1992, 1993, 1994, 1995) que não é cumprida pelo diretor. Nas reuniões assistidas, o diretor nem sequer apareceu na sala, nem mesmo fez uma abertura com todos os

presentes. Não há contato entre diretor e os pais reunidos. Para a mãe Gilda, a reunião de Pais no final do bimestre é improdutiva.

“Um professor podia chamar o pai antes e falar que ele (aluno) tirou ‘E’ nessa prova para recuperar, não... fica para o fim do bimestre que é leite derramado” (24/09/1995).

As observações feitas apontam a necessidade de se repensar as Reuniões de Pais e Mestres, em especial de 5ª série em diante. Deve haver um momento anterior ao dia da reunião, em que os professores da Classe, juntamente com o diretor discutam as questões relativas às disciplinas e aos alunos, que os estão incomodando, para que o Coordenador de Classe fique melhor instrumentado para dirigir as reuniões, e elaborem a pauta da reunião e não uma pauta imposta, colocada na lousa pela direção. É preciso que os Coordenadores de Classe tomem decisões ou que levem os problemas levantados pelos pais à direção para que sejam resolvidos e não fiquem sem soluções. Desta maneira, inicia-se um trabalho coletivo, em que todos participem das decisões, aumentando assim a eficiência da escola.

O diretor precisa assumir integralmente a função diretiva e de controle, bem como a função integradora, executando as funções definidas no seu Plano de Ação (Projeto de Diretor de Escola). É preciso que saia do papel, vivendo isso no dia-a-dia, concretamente.

As Reuniões de Pais e Mestres resumem-se na entrega de boletim e apresentação de problemas dos alunos com ênfase no mau aproveitamento, precedidas de avisos gerais vindas da direção do tipo: uniforme, faltas, autorização para sair da escola... Não há discussão das questões. O aluno de bom aproveitamento não é preocupação da escola. É como se ele não fizesse parte da escola.

As Reuniões de Pais e Mestres precisam ser repensadas com o fito de serem organizadas e realizadas com objetivo e procedimentos definidos que permitam aos responsáveis conhecerem a vida do aluno na escola, a fim de que possam colaborar com o trabalho da escola.

O diretor precisa ter informações do progresso de cada classe de escola, a fim de poder utilizar os recursos de que dispõe, de acordo com as necessidades, dando apoio a todas as classes, para que possam atingir os objetivos propostos.

Mediante uma reunião de “balanço” com cada um dos professores ou com os professores agrupados por série, os resultados organizados, classe por classe, serão analisados

e comparados a fim de se determinar quais as classes que necessitam de apoio suplementar - se convém manter ou não os objetivos, ou, se há necessidade de modificá-los ou se há necessidade de modificar a organização da escola.

O professor deve interrogar-se sobre o resultado de seus alunos em relação aos vários domínios da aprendizagem (Língua Pátria, Matemática e Ciências), analisando os programas de ensino e as orientações metodológicas utilizadas. Durante a reunião de “balanço”, é possível determinar os elementos significativos referentes a cada aluno e ao conjunto da turma. Depois, o diretor de escola deve avaliar a situação geral do ensino e os resultados obtidos nas diferentes classes e nas diversas disciplinas.

Para tirar conclusões definitivas sobre os resultados obtidos pela escola, o diretor deverá avaliar bem o contexto em que se insere a sua instituição. O importante é o diretor “ser capaz de determinar, em colaboração com os professores, as variáveis sobre as quais se poderá agir” (Valerien e Dias, 1993, p.129). É em cima disso que a reunião com os pais deve tratar. É preciso caminhar do modelo burocrático de organização para o modelo profissional defendido por Brubaker e Nelson Jr. (1974).

3.1.1.5. A greve e a reposição

3.1.1.5.1. ano: 1992

Desde três de setembro, vinte e um professores estão em greve, acompanhando o movimento da rede estadual. No dia vinte e um de setembro, muitos professores estavam retornando.

Maria do Rosário (Psicologia), sobre a reunião de reposição de dias parados: “Reunião com todos os professores não houve. A assistente Gabriela, na sexta-feira(16/10) chamou professor por professor para fazer levantamento. Ia para a sala de aula, dizia ao professor: ‘Pega seu diário e vá até à direção.’ Quem não tinha aula na sexta-feira, chamou por telefone para ir até à escola. Quem não foi, pegaram o diário de classe no armário.”

Prossegue Maria do Rosário: “Não há caso de menos de 75% por conta da greve. Há dois casos - o do Professor de História (Gastão) que faltou muito no começo do ano, então precisa repor aula, e o do professor de Matemática (Marcelo) que falta durante o ano porque vai ao Paraguai buscar objetos para vender. Também precisa repor. A pergunta é: vão ganhar

extraordinário em aulas repostas que não da greve? Resolução não especifica que são aulas não dadas na greve.”

Assim, na E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral” não houve reunião formal, com todos os professores juntos, para discutir a reposição das aulas. Na sala dos professores foi colocada a resolução da reposição.

“No calendário da Escola, nos dias 19 e 20/10 estava previsto não haver aulas por causa dos Jogos Abertos porque as Escolas Estaduais são requisitadas para acomodar os atletas participantes. Na sexta-feira, à tarde, a direção ficou sabendo que a delegação que vai ficar lá na escola, só vai chegar na quarta-feira. À noite, foi dado aviso aos professores que haveria aula na segunda e terça-feira. Só que hoje de manhã (19/10) não havia alunos, os poucos que chegaram são os que não faltaram na sexta-feira e ainda assim, alguns professores tocaram esses alunos - ‘Vão embora, não há aula!’ ” (Maria do Rosário, Psicologia)

Maria do Rosário, ao mesmo tempo exaltada e revoltada, explode: “A reposição por conta dos jogos é uma farsa. A Escola está aberta mas não há aula (de manhã). À tarde, a Escola vai funcionar pois os PI vão dar aula e o dia conta para todos. À noite, os alunos não vão aparecer pois já tinham sido avisados.” A professora comenta: “Quando estava na D.E. ouvi um supervisor ao telefone condenando os professores que fazem greve e depois não querem repor.”

Ainda, sobre a reposição de dias letivos, num sábado (14/11/92), a inspetora de aluno controlava a frequência dos professores que repunham aula de Química, Física, História. As classes estavam com a frequência pela metade. Logo cedo, no início do período, o supervisor Milton esteve na unidade escolar para ver o andamento da reposição. O diretor também esteve na escola mas já “havia acabado de sair” quando cheguei.

No dia vinte e sete de novembro, Maria do Rosário (Psicologia) comentava: “A reposição está sendo feita, mas como os professores entregaram as notas, muitos alunos já não estão indo. Então, como é que fica: se eles (referindo-se a alunos) é que precisam de aula (dias letivos e conteúdo) e não estão indo?”

Em dezembro, ainda havia reposição aos sábados e domingos (cinco semanas), mas a frequência era baixa. Aos sábados o aluno ainda comparece, mas aos domingos a frequência é quase nula.

3.1.1.5.2. ano: 1993

Em agosto, os professores estão em greve. Utilizam a estratégia de no 15º dia ou 30º dia retornar da greve, trabalhando um dia, para não perder o vínculo (A.C.T. ou estatutário, respectivamente) e em seguida deixam de comparecer à Escola. No início de outubro, dia 4, os PI retornam às atividades, deixando o movimento grevista, mas a maioria de Professor III continua em greve.

O diretor Adolfo, como sói acontecer, estava em sua sala atendendo as pessoas. (Funcionários e professores da casa, funcionário do Judiciário e pais).

O diretor Adolfo não está considerando a questão dos quinze e trinta dias para os A.C.T. e os Estatutários, respectivamente, porque argumenta: “se mandar o professor embora, como vou arranjar outro, se na atribuição de aulas e mesmo para as substituições estou encontrando dificuldades. Não há professor de Química, de Física, de Matemática etc.. Mesmo o professor de Português quando arrumo, escreve errado. Há abaixo-assinado para tirar professor incompetente.” O diretor está se referindo aos trabalhadores do local escola como precariamente formados e freqüentemente improvisados de que trata Silva Júnior (1993).

Para o diretor a greve é justa, pois o salário está muito ruim, embora ele ache que há muitos professores, que mesmo se ganhassem um milhão de cruzeiros, não iriam melhorar nunca. “A condição cultural de muitos professores está baixa. Lamento que o Magistério, que já foi ótimo aqui no ‘Cabral’, está com um corpo docente bastante fraco.” O diretor Adolfo não aderiu ao movimento grevista.

À noite havia aula para algumas classes. Duas professoras apareceram na Escola por conta do trigésimo dia.

Dia 8 de novembro, primeiro dia após término da greve. A Escola funcionava normalmente.

Para Gabriela, assistente de direção,

“o aluno sai sempre prejudicado na greve, porque mesmo a reposição, acredito eu, será fajuta. Qual o aluno que virá aos sábados e feriados e mesmo nas férias? Vinte e cinco professores estiveram em greve, do começo ao fim. Alguns são ‘malandros’ (referindo-se aos professores) - trazem atestado médico, doação de sangue etc..”

Esta última parte da fala (atestado médico, doação de sangue) da Gabriela mostra o famoso “jeitinho brasileiro” para resolver o problema. “O jeito é uma instituição brasileira única em seu

gênero, inteligente e hábil que encontra uma solução satisfatória para todos os problemas, inclusive para os insolúveis, dentro ou fora do sistema formal“ (Sander, 1997, *apud* Marques, 1983, p.84).

Na sala dos professores na lousa, havia a seguinte mensagem:

“A greve do Magistério Paulista”

“Após uma greve de 82 dias, os professores de São Paulo, com determinação, capacidade de luta, bom humor, criatividade, ‘competência’ e ‘dignidade’ conquistaram para os ‘professores’, *vice-diretores*, *diretores* e *supervisores*:

1. O respeito da sociedade.
2. O resgate da dignidade do educador.
3. A importância do papel do sindicato na organização da categoria, da luta por melhores condições de trabalho e salário.
4. A demonstração de que a vontade coletiva é maior que a vontade individual.
5. A urgência da luta, de toda a sociedade na Defesa da Escola Pública.
6. A certeza de que o direito de ‘greve’ é inalienável.
7. A comprovação de que ***todos juntos somos muito fortes***.
8. A negociação é indispensável numa *sociedade democrática*.
9. A definição de uma Política Salarial (após muitos e muitos anos de reivindicações).
10. Reposição de perdas salariais quadrimestrais e não mais bimestralmente como vinha acontecendo até agora.
11. Dotação orçamentária de 32,5% da arrecadação do ICMS (quota parte do Estado) para 1º e 2º graus no exercício de 1994, considerando-se ainda a possibilidade de remanejamento de recursos com objetivos de melhorar a dotação para pagamento de pessoal.
12. Reposição de aulas de acordo com o *calendário escolar* elaborado pelo Conselho a partir da Resolução S.E. 232 de 7/10/93.
13. Parcelamento em 4 vezes dos descontos dos dias parados.
14. Anistia para os *grevistas*, em relação à situação funcional, contando-se os dias da greve para todos os fins.

Sou Professor, sim Senhor!

Toda luta vale a pena!

Pres. Prudente, 8 de novembro de 1993.

“Professores Grevistas”

Na saída, alunos indo embora comentavam que “depois de oitenta e tantos dias de greve, ainda o professor não aparece para dar aula”; eles estavam sendo dispensados porque professor faltou.

O estudo de Paro (1993, p.27-9) sobre a qualidade da força de trabalho docente, auxilia na análise da questão da greve. O professor, ao exercer as suas funções na Escola, é como qualquer outro trabalhador, que está procurando, em primeiro lugar e acima de tudo, ganhar

seu sustento e o de sua família. Também como qualquer outro trabalhador, esse professor tem direito de lutar por salários justos e melhores condições de trabalho. Quando ele entra em greve reivindicando salário mais justo está no exercício de um direito seu. Os instrumentos de luta dos movimentos de trabalhadores do setor produtivo clonados pelos professores do sistema público de ensino têm sua eficiência relativizada. A greve na empresa privada tem efeito imediato - dá prejuízos e pressiona o proprietário, ao passo que no ensino público, o poder de pressão da greve é muito menor e, às vezes, até inverso, porque a greve, em termos econômicos, dá vantagens ao Estado, que deixa de gastar com o custeio das escolas. O autor destaca que a luta dos professores não pode ser levada com sucesso de maneira desvinculada da luta da população por melhores escolas. Por isso, os professores, além de lutar por melhores condições de trabalho, têm que lutar também pela afirmação do objeto de seu trabalho. Além dos interesses imediatos, é preciso uma consciência política que perceba os interesses estratégicos e políticos mais amplos que unificam as categorias profissionais e, para além delas, as lutas populares na esfera da reprodução.

A constante queda dos salários e do prestígio dos docentes do ensino público nas últimas décadas evidencia esta peculiaridade do movimento trabalhista dos professores. Um trabalhador de outros setores pode conseguir importantes ganhos econômicos em suas lutas por melhores salários e condições de emprego, mesmo permanecendo no nível meramente econômico-corporativo de lutas (Gramsci, 1978). O professor, pela natureza do trabalho que exerce e pelos fins a que serve a educação, precisa atingir um nível de consciência e de prática política que contemple sua articulação com os interesses dos usuários de seus serviços. A população queixa-se que o movimento reivindicativo é em favor da melhoria do ensino, mas no momento de demonstrar o compromisso com o ensino, por ocasião da reposição das aulas, percebe o pouco empenho dos professores em realizar um trabalho de qualidade que não prejudique o aproveitamento dos alunos. É o que demonstra, por exemplo, o professor faltar logo no reinício das aulas, após a greve, como os alunos estavam reclamando ao serem dispensados. Por isso, é muito importante que o professorado perceba que, historicamente, o montante de seus salários está muito mais ligado à pressão junto ao Estado que os grupos usuários da escola pública fazem por melhor ensino do que à pressão que os próprios professores possam fazer por salários mais elevados. Quando as camadas mais favorecidas, com poder de pressão junto ao Estado, utilizavam a escola pública, o professor ganhava bem e

não precisava fazer greve para reivindicar salários; hoje, o professorado sai às ruas, em movimentos trabalhistas de reivindicação, e mesmo assim seus salários continuam caindo.

3.1.1.6. Reunião do Conselho de Escola

3.1.1.6.1. dia: 10/11/1993 (reposição de aula)

A unidade escolar funcionava normalmente, no período noturno, com alunos em aula. Às 20h 10min, o diretor Adolfo e a vice-diretora Bruna se acomodam na mesa e o diretor dá boa noite e lamenta que havia poucas pessoas do Conselho. Explica que deve haver metade mais um elemento para a reunião. Se não der “quorum”, a segunda chamada seria para daí a uma hora. Consulta se obedeceriam o regulamento ou se iniciariam com qualquer número de elementos. Os professores lembraram que “ciclana” já vem vindo e que muitos professores do Conselho de Escola estavam na casa, dando aula e que eles viriam. Daí a pouco apareceram mais professores. Nova contagem e havia vinte e duas pessoas, satisfazendo as exigências legais (dois funcionários, sete alunos, treze professores, além do diretor da Escola e da vice-diretora). Adolfo explica que de manhã Bruna assistiu à reunião na D.E. e que por isso ela assumiria a reunião. Passou a palavra à Bruna e ficou em pé, junto à janela.

Bruna tratou do seguinte: teriam que repor uma quarta-feira de 1º de setembro. Há professores que têm muita aula a repor. Como dezembro já se aproxima, e muitos alunos do noturno por trabalharem no comércio terão que trabalhar à noite (comércio aberto à noite), decidiu-se que essa quarta-feira seria reposta já no próximo sábado (13/11/1993). A vice-diretora lembrou que o próximo feriado também poderia ser trabalhado. O Conselho decidiu que os professores trabalhariam.

O relato de que, com o comércio aberto à noite em razão das vendas natalinas, os alunos do período noturno deixariam de comparecer à escola, demonstra que o curso noturno precisa ter um calendário escolar próprio, diferente do diurno, para atender características peculiares do seu usuário - o aluno trabalhador que a partir do dia 10/12 trabalha à noite e deixa de ir à escola. É o caso de antecipar o ano letivo para 1º de fevereiro e não iniciar no final de fevereiro ou começo de março, para poder cumprir os 200 dias letivos com tranquilidade e oferecer um ensino de qualidade, sem prejudicar o conteúdo a ser dado.

O diretor Adolfo saiu da sala e não voltou mais. A reunião ficou a cargo da vice.

Outras orientações dadas:

- Quem já deu avaliação do 3º bimestre, faria avaliação do 4º bimestre.
- Quem não fez nada ainda, daria um conceito, mediante prova ou trabalho.
- Os professores vão cumprir aula, mesmo sem aluno.
- Alunos com excesso de falta, o que fazer? Se a falta for do 1º semestre (não por causa da greve) não deve tirar.

A professora Farid levantou a questão de quando realizar a avaliação. Ela acha que não deve ser já pois faz uma semana que os professores retornaram. A avaliação não seria marcada pela direção; cada professor faria quando desse, a partir de 29/11 a 07/12/1993.

Alguns alunos denunciaram que havia professores dando prova, chegando mesmo ao caso extremo de um professor, no primeiro dia de aula (retorno da greve), dar prova. Foi solicitado que a direção converse com tais professores, inclusive pedindo para desconsiderar essa prova.

Bruna prossegue: de 8 a 14/12 seria a recuperação do 4º e 3º bimestres. Haveria uma recuperação que seria para os dois bimestres. Olha aqui, o famoso jeitinho brasileiro. O encerramento do ano letivo, com o Conselho Final, está na dependência daqueles professores que tiveram muita falta, de terminar de repor. Amanhã ela irá sentar com cada um desses professores para elaborar o quadro de reposição.

A professora Farid ponderou que se deveria marcar pelo menos o 1º Conselho. Depois de discussão, marcou-se o 21/12 para o 1º Conselho. Ainda, foi lembrado, pela mesma Farid que no 13/11 (sábado) deveria ser feita uma reunião com os pais para avisá-los sobre a decisão do Conselho, na quinta aula de cada período. Haverá aula até quarta-feira.

Durante a reunião, as PI do Conselho de Escola não discutem, não levantam questão. Uma delas ficou preparando material de aula (historinha em “stencil”). Depois de uns quinze minutos de assistir à reunião, as funcionárias foram embora, dizendo que não tinham nada que fazer. Observa-se aqui, uma falta de compromisso, por parte destas pessoas, realizando atividades paralelas à reunião ou saindo logo depois de iniciada. Quando há o momento para o encontro coletivo, as pessoas se dispersam. Nestas condições fica difícil construir o trabalho coletivo, um dos princípios norteadores para a organização da escola, segundo Pimenta (1993).

Na Ata não aparece a abertura da reunião pelo diretor Adolfo, mas sim reunião “sob a presidência da vice-diretora Bruna...” (p.63), mas há assinatura do diretor. Ainda, na Ata

constam mais assinaturas do que o número de pessoas presentes. Constatamos aqui que a história documentada é parcial e oculta a história real.

Pelo parágrafo primeiro do artigo 95 do Estatuto do Magistério, o Conselho de Escola *é presidido pelo Diretor de Escola* e o artigo não cita, em nenhum momento, outra figura. Assim, segundo a legislação vigente, presume-se que reunião de Conselho de Escola *não presidida pelo Diretor de Escola não é válida*.

O diretor apareceu nesta reunião, porque na véspera estive na unidade escolar e eu disse a ele que iria assistir à reunião do C.E..

3.1.1.6.2. dia: 13/03/1995 - Eleição do Conselho de Escola - segmento pai

O dia treze de março amanheceu chuvoso. Às 7h havia poucos pais na Escola, cerca de dezessete que se aglomeravam na escada de entrada e dois estavam sentados no sofá do saguão, aguardando o início da reunião. Deu o sinal de entrada dos alunos. Depois foi dado o sinal dos professores que se dirigiram às salas de aula. Depois que tudo acalmou, a vice-diretora Rose chamou os pais para a reunião que seria feita ali mesmo, no saguão, em virtude de poucos pais presentes.

Rose começa explicando: “Eu pretendia liberar uma classe para a reunião, mas como está chovendo, não dá para deixar os alunos no pátio e como os pais presentes são poucos, resolvi fazer a reunião aqui mesmo. O “Cabral” tem cerca de 1.500 pais e só este reduzido número atendeu o chamado. Eu até havia pensado em tomar emprestado o salão da Biblioteca Municipal que fica próximo à Escola, mas como sempre os pais não comparecem, optei por fazer aqui na Escola.” Rose, em pé mesmo, continua: “Hoje é a eleição de Pais para o Conselho de Escola. Deverão ser eleitos dez pais mais dois suplentes. Cada pai vota em sete nomes desta lista que eu tenho aqui (e mostra a lista que está em suas mãos). A lista fica perto da urna e as pessoas vão escolhendo os nomes e votando.” Este fato de impor uma lista de pais candidatos denota o autoritarismo dos dirigentes da escola.

Um pai, o senhor Guilherme, pede a palavra: “Quero saber quem são os candidatos. Não voto sem saber quem são as pessoas. Eu mesmo estou interessado em participar. Eu quero conhecer as pessoas e sugiro que se faça a apresentação dos candidatos.”

Rose não dá atenção à fala do senhor Guilherme e passa a fazer leitura do artigo 95 do Estatuto do Magistério que trata sobre o Conselho de Escola. Destaca o § 1º que define a

composição do Conselho e o § 5º que demarca as atribuições dos membros do Conselho, entre as quais constam a de “elaborar o calendário escolar e o regimento escolar”, observadas as normas do Conselho Estadual de Educação e legislação pertinente. Nenhum dos presentes percebeu que a eleição deveria ser presidida pelo Diretor de Escola.

Enquanto faz a leitura começa a haver um burburinho entre os presentes. Nesta altura mais alguns pais chegam. Rose resolve levar o pessoal para a Biblioteca e lá explica que “geralmente a reunião tem sido à noite, estamos tentando fazer a reunião de dia”.

O senhor Guilherme, impaciente, interrompe a vice-diretora: “Vamos conferir a lista. Quem não veio vai ser eliminado. Se ele era interessado deveria estar presente na reunião.”

Não tendo outra alternativa, Rose começa a ler os nomes. Nenhum está presente e vai até o sexto nome da lista quando o senhor Guilherme interrompe a leitura, dizendo: “Não precisa mais ler. Já deu para ver.”

Uma mãe, a senhora Gilda se manifesta: “O Conselho precisa funcionar.”

O senhor Eurides diz: “O próprio pai não sabe o dia do Conselho.” (referindo-se ao Conselho de Escola)

O senhor Guilherme, exaltado, defende: “Vamos brigar pelo Conselho. Quem veio é que tem interesse. Vamos lutar pelos nossos filhos.”

O senhor Osvaldo levanta um problema: “Liguei para a Escola e informaram que para votar seria o dia inteiro. Então, não está correto fazer a eleição agora e apurar.”

A senhora Maria confessa: “Eu mesma recebi o bilhete mas não entendi bem o que seria tratado hoje.”

O senhor Osvaldo volta a falar: “O correto seria adiar a eleição e fazer uma nova reunião, onde em Assembléia os pais elegeriam os membros do Conselho.”

O senhor Guilherme insiste no seguinte: “Se a eleição for hoje, o dia inteiro, não está assegurado que a mesma se processe de modo que haja um controle, pois nada foi preparado. Eu sou de opinião que os pais têm que acompanhar o processo o dia inteiro. Para isso, nós teríamos que fazer revezamento.”

Rose diz: “Se vier um pai à tarde e quiser colocar seu nome na lista como candidato e votar, pode.”

Guilherme rebate: “Ninguém garante que a eleição seja realizada com lisura porque poderia haver um manejo das pessoas que votariam.”

Rose, nervosa, responde: “Ninguém vai mexer na urna que está fechada.”

O pai Guilherme imediatamente diz: “Não dá para confiar na senhora, assim como a senhora não confia em nós.”

A mãe Mercedes opina: “Duvido que aparecerá mais gente, até à tarde, para votar. Se não apareceu de manhã que é o horário que foi marcado no bilhete, depois não vem.”

O pai Osvaldo pede que leia o bilhete. A reunião está marcada para às 7h 10min. Realmente, no bilhete, não há referência sobre votação o dia inteiro.

O senhor Osvaldo que defende uma Assembléia a ser marcada, sugere: “Precisamos fazer ampla divulgação da reunião do Conselho de Escola para a eleição, pela imprensa escrita e falada, além do tradicional convite entregue aos alunos.”

Uma boa parte dos presentes acha melhor fazer a votação e a apuração já, porque voltar outro dia significaria para muitos faltar no trabalho. Os pais resolvem colocar em votação para decidir qual das duas propostas surgidas durante o debate vão seguir:

Primeira proposta: Uma nova reunião, onde em Assembléia se elegerá a nova diretoria. Segunda proposta: Votar e apurar já, com as pessoas presentes. Colocada em votação, vence a proposta - eleição e apuração já. Neste momento, a vice Rose diz: “Vou telefonar para o senhor Adolfo para saber se é legal votar e apurar agora.” Em seguida confessa, explicando: “Eu sou nova como assistente e nunca dirigi uma reunião para eleição de Conselho de Escola.” E saiu para telefonar. Depois voltou dizendo: “O diretor disse que podia proceder daquela forma.”

Então, Rose pede que se apresentem os candidatos. Aos poucos as pessoas vão se manifestando, até que se forma uma lista com treze nomes. É dada palavra a cada candidato. O senhor Guilherme inicia: “Quero estar presente, participando, não dizendo amém a tudo. Vou defender o interesse da escola, dos alunos, dos professores.”

O senhor Aroldo diz: “Precisei, no ano passado, do Conselho e não achei apoio. Por isso, pretendo trabalhar, freqüentar as reuniões.”

Antonio Carlos fala: “O Conselho pode convocar mais pais para ajudar.”

Gilda, mãe, anuncia: “Pretendo dar apoio aos professores. Os pais que participam da Comissão são responsáveis. Há dois anos atrás, foi passado um abaixo-assinado para melhoria da Escola Pública e foram poucos os que assinaram. Precisamos ir atrás dos que não vêm.”

Roberta explica: “Nunca participei em reunião. Vou colaborar. Pais, alunos e vocês, funcionários.”

Zulmira conta: “Com a minha filha aconteceu coisa e não sabia a quem recorrer.”

Margarida afirma: “Acho que esta reunião é muito importante para todos os pais.”

Carlos Eduardo denuncia: “Não fui informado do Conselho de Escola. Vim de fora.”

Irene expõe: “Minha intenção é participar. Precisamos formar um grupo coeso. A escola é um conjunto. Precisamos fazer com que a escola ande.”

Leonor conta: “Minha filha estuda na 5ª série. Não tenho nada contra a Escola. Estou aqui para ajudar.”

É distribuído papel para votar. Cada um escreve dez nomes e coloca voto na urna. Quando os pais vão votar, Rose pede que à medida que “forem votando é para assinar o livro Ata e podem ir embora”. Nisso ela lembra que a apuração ia ser feita logo em seguida, e disse que “não era para ir embora.”

A Ata da Eleição já veio pronta. Ela, Rose, “havia feito antes, para adiantar e que teria que fazer outra Ata de Apuração”. Então, pede que, à medida que votassem, fossem assinando o da Eleição. Depois ela faria o da apuração que eles também precisariam assinar.

Logo em seguida, é feita a apuração, sendo consagrados: 1º - Guilherme - 26 votos; 2º - Gilda - 26 votos; 3º - Roberta - 26 votos; 4º - Aroldo - 25 votos; 5º - Zulmira - 25 votos; 6º - Zélia - 23 votos; 7º - Carlos Eduardo - 23 votos; 8º - Antonio Carlos - 2 votos; 9º - Margarida - 21 votos; 10º - Irene - 20 votos; 11º - Suplentes: Fernanda - 17 votos; Leonor - 10 votos.

Os pais, enquanto aguardam que a Ata da Apuração seja escrita, se articulam, discutindo e trocando idéias e telefones para contato... Neste momento, vejo o diretor Adolfo passar pelo corredor mas não entra na Biblioteca.

Está ocorrendo uma verdadeira revolução dos Pais do “Cabral”. Reverteram todo o processo de eleição de Pais para o Conselho de Escola. De uma lista imposta, surgiu uma outra, nascida da vontade dos presentes na reunião. Esta reunião é um bom exemplo do que Hypolito (1991, p.18) aponta sobre o coletivo: “a reunião dos trabalhadores coletivos possibilita uma unidade de interesses e favorece formas de resistência à dominação.”

A Ata da Eleição dos Pais para o Conselho de Escola veio pronta, escrita com antecedência e não retrata o que ocorreu nessa reunião tão tumultuada e agitada. Em primeiro lugar, na Ata, à página 75, logo após dizer que “é eleição para representantes dos pais de

alunos”, aparece escrito que é “presidida pelo diretor da Escola Professor Adolfo Germano”, quando na realidade quem presidiu foi a vice-diretora Rose. O professor Adolfo não presidiu porque não esteve presente na Biblioteca onde foi realizada a reunião. Tanto assim que na Ata não consta sua assinatura, embora no corpo da Ata apareça seu nome. Na Ata também não há uma palavra sobre a “revolta dos pais”, sobre o processo todo que ocorreu, nem mesmo como um adendo. Impera o silêncio. É uma ata seca, formal, tradicional.

Cabe ainda, mais uma observação. Legalmente, esta reunião é *inválida* porque o Conselho de Escola será “presidido pelo Diretor de Escola”, conforme o *caput* do artigo 95 da L.C. 444/85. Então não comporta delegação, não comporta substituição. Ora, a reunião foi presidida pela vice-diretora e não pelo diretor, portanto, sob o aspecto jurídico, é inválida.

A Ata de Apuração registra tão somente os nomes dos eleitos, sem o número de votos obtidos por cada membro eleito. Nesta Ata, não consta a presidência, nem as pessoas que ajudaram na apuração, nem os nomes das pessoas que concorreram à eleição (p.75 verso).

Do confronto da análise documental e das observações realizadas, constatei que ao lado da história e existência documentada da escola, “coexiste outra história e existência, *não documentada*, através da qual a escola toma forma material, ganha vida” (Ezpeleta e Rockwell, 1989, p.13).

No final da reunião, quando saio da Biblioteca, vejo o diretor Adolfo no saguão que depois vai em direção à Biblioteca e fica na porta, do lado de fora, no corredor, observando tudo.

Na saída, alguns pais comentam que “o Conselho era manobrado”, que “a Escola é triste”, que “a Gabriela (apelidada Marechal) era ditadora e muito estúpida, não respeitava o aluno”. Outro diz: “Você viu como a Rose mudou de cor quando foi falado que não aceitávamos lista imposta?” Uma mãe, dirigindo-se, para os eleitos: “Vocês compraram uma briga. Vão ter que trabalhar.” Um pai observa maliciosamente: “Você viu ela dizer que não funcionava, enquanto lia as atribuições do Conselho? Agora vamos ter que mostrar que é para valer.” Outra mãe fala: “Ela disse que não acredita que o Conselho funcione. Que os pais não vêm.”

Um grupo de pais que estava conversando na entrada da Escola, na escada, resolveu “por bem ir conversar lá fora” quando viram o diretor Adolfo no balcão da portaria.

Guilherme, ao se despedir de uns eleitos, anuncia: “Vou providenciar xérox do material que ela leu para a próxima reunião. É bom a gente saber quais são as nossas obrigações.”

O professor Adolfo conversava agora com a Rose, quando ouvi um pai que ainda estava por lá, comentar: “Olha lá, ela está contando o que aconteceu. Acho melhor irmos para outro lugar.” Os pais se dispersam.

3.1.1.6.3. dia: 27/03/1995 - Reunião de Pais e Professores do Conselho de Escola

Desde ontem (26/03/1995) há uma faixa ao lado da que os professores puseram, na entrada da Escola, sobre o valor da hora-aula e greve, colocada pelos alunos:

Governador, R\$ 1,41
a aula, não dá.
Greve já!

Professor:
Verás que o aluno teu
não foge à luta.
Apoiamos você. (sic)

Hoje vai haver uma Reunião de Pais e Professores do Conselho de Escola sobre a paralisação.

Na entrada da Escola encontrei-me com a professora Miho (em greve) que veio à reunião, segundo ela, não convidada, como alguns professores foram. No balcão estavam o professor Antonio e a vice-diretora Gabriela. Lá na escada de entrada já estavam alguns pais conversando. O diretor Adolfo chegou, passou por nós, cumprimentei-o, e ele foi para o corredor em direção à sala dos professores. As classes praticamente estavam vazias, o professor e uns quatro ou cinco alunos, por classe.

Na sala 1, onde seria realizada a reunião, a Farid estava colocando uns dados na lousa, enquanto a professora Daniela distribuía “Carta à População da APEOESP” e um adesivo às pessoas presentes.

Aos poucos foram chegando mais professores, pais e alunos.

Na lousa:

Total de Professores do Estado
PI - 76.709 = 35,1%
PII - 36.078 = 16,5%
PIII - 105.724 = 48,4%
218.511

Sub-sede APEOESP
3.180 professores
117 escolas
19 municípios

Até 15 anos Magistério
PI - 48,8%/27,61% (ref. 56 a 59)
PII - 99% /27,88% (ref. 58 a 61)
PIII - 66,5%/28,09 (ref. 60 a 63)

Greve sub-sede Prudente 27/03/95
total da cidade = 60%
total da região = 65%

O Senhor Guilherme (pai) levanta e fala: “Vamos começar a reunião. A reunião é informal, reunião convocada por nós mesmos, os pais do Conselho de Escola.” Em seguida lê uma lista de nomes de pais, alunos e professores do C.E. explicando que contatou todos (com exceção de cinco alunos), convidando-os para a reunião e que alguns, por causa de compromissos, não podiam estar presentes, mas que a maioria estava lá. Prossegue o senhor Guilherme: “Houve mobilização de professores, no final de semana. A reunião foi para: 1) tomar conhecimento da paralisação, 2) como está. O Estatuto do Magistério não proíbe greve. O Conselho de Escola pode decidir se apóia ou não a paralisação. A professora Farid foi convidada para expor a situação para todos. A greve do ano passado foi de professor, diretor e supervisor. Não estamos aqui para tumultuar. Vamos tirar uma pequena comissão composta de pai, professor e aluno para pedir apoio através da TV, rádio e jornal.”

O senhor Guilherme passa a palavra à professora Farid que declara: “Falo como professora da APEOESP, não sou membro da diretoria local, nem do Estado. A qualidade do ensino está um caos. Faço parte da APEOESP, há dezessete anos enfrento greve em defesa da Escola Pública.” A professora explica o primeiro quadro da lousa e depois as tabelas sobre vencimento. O PI recebe R\$ 140,99 assim composto: piso R\$111,00 mais gratificação de R\$ 25,00 mais complementação de R\$ 17,49. O “aumento” que o governo propôs é em forma de gratificação que não incorpora no salário. O governador perguntou “se dá para antecipar a Assembléia” (que está programada para a próxima sexta-feira - 31/03/1995). “Vejo isso como bom sinal. Quer dizer que há alguma possibilidade.”

Passa a tratar da verba aplicada em Educação: “23% dos 33% têm que ser aplicados em salário da Educação e o Governo Covas não aplicou. Um outro problema: não temos data-base até hoje. Se a gente tivesse, como outras categorias, chegava nessa data, automaticamente seria aplicado o percentual da inflação. O Governo conseguiu dividir a categoria. Temos Escola-Padrão, CEFAM e escolas comuns. As primeiras com algumas gratificações. O achatamento salarial vem sendo praticado desde o Governo Quércia e Fleury (mostra gráfico). Pela primeira vez que temos um governo que negocia na greve. Queremos que todo mundo entre em greve.

Queremos uma greve relâmpago. Esperamos que até à Assembléia na próxima sexta-feira, já tenha o Governo resolvido o impasse.” As pessoas presentes começam a se manifestar. Uma mãe declara: “Absurdo um professor novo receber o mesmo que um professor antigo.”

O senhor Guilherme se pronuncia: “Tivemos várias greves. As coisas não ficaram resolvidas. Pressionado pela sociedade o Governo Fleury soube bem aproveitar isso. Pais e alunos não tivemos a coragem de mostrar a nossa cara. Como trabalhador, não podemos aceitar essa história de gratificação. Como pai, não estou preocupado que meus filhos percam oito dias, um mês, seis meses, um ano. Quero que meus filhos se tornem cidadãos. O dinheiro é nosso, pagamos, através dos impostos, mas é desviado, é roubado. Sugiro: 1. Elaborar um documento de apoio para ser enviado ao Governador. 2. Fazer a comissão já. A greve deve ser rápida. A ação também deve ser rápida. 3. Aprovar uma convocação de todos os pais do ‘Cabral’, para num prazo urgente, para uma Assembléia de Pais para aumentar a pressão.”

Um aluno se manifesta: “Há um movimento surgido no ‘Cabral’ de apoio ao professor. Foi elaborado um documento que foi lido pelos alunos de diversas escolas (‘Tiradentes’, CEFAM etc.). Só no ‘Cabral’ mil e cem alunos assinaram. O ensino é fundamental. A greve do Professor é fundamental. Eu sinto que há uma divisão entre os professores. Devemos convidar a APEOESP não só para greve. Devemos estar juntos para defender outros assuntos.” A professora Daniela, dirigindo-se ao aluno: “Não senti essa divisão. Se existe divisão, não nesse aspecto. O Governo, sim, está jogando nesse aspecto.”

A mãe Gilda depõe: “Nosso propósito foi dar apoio a vocês. No Governo passado, quando os pais entraram na jogada, o Governo recuou.” Um aluno, muito entusiasmado, propõe: “Fazer Assembléia dos Pais e convidar um deputado da região para vir assistir. O deputado Bragato. Vamos convidar o pessoal da imprensa, do rádio.”

A professora Farid, dirigindo-se ao senhor Guilherme, lembra: “Depois da greve vai ter que refazer o calendário. O C.E. precisa assumir, não deixar só a direção fazer.” O senhor Guilherme, enfático, afirma: “O Conselho de Escola vai assumir. Quando da eleição o propósito deste Conselho de Escola foi esse: não se omitir.”

O professor Antonio relata: “No corredor encontrei o professor Adolfo e perguntei da reunião do Conselho de Escola. O diretor disse que haveria uma reunião de Pais e Professores, que foi solicitada uma sala para a reunião. Eu entendi que seria reunião de Pais e Professores e não do Conselho de Escola. É preciso ficar bem claro, senão mela tudo.” O professor Manuel,

preocupado, pergunta: “O diretor foi avisado que haveria reunião do Conselho de Escola?” O senhor Guilherme conta: “Conversei com a Rose (vice-diretora) que falou com o diretor. Então acredito que está ciente. Agora precisamos eleger quem vai elaborar o documento que apóia a greve.”

Assim começa a indicação: Miho, Daniela... Farid sugere para a comissão: “O documento deve ser bem simples.”

O senhor Guilherme, dirigindo-se aos presentes, diz: “Todos devem passar amanhã aqui para assinar. Fica combinado que estará com a Vânia (Oficial de Escola) na Secretaria, se sair, ela deixa com a Rose (vice-diretora substituta). Vamos convocar pais para assembléia: sexta-feira, à noite. (dirigindo-se aos pais presentes) Quem vai? (Fábio, Zulmira, Ricardo, Gilda, Creusa, Guilherme). Horário da Assembléia ?... 20h.” A professora Farid sugere: “O melhor é pedir para a Rádio comunicar. Todo mundo ouve.”

Para redigir o documento ficou decidido que usariam a expressão - “pais e alunos eleitos membros para o C.E./95”. Também foi levantado o problema de não se colocar professor na comissão para não dar idéia de coação de professores sobre pais e alunos, além de defesa em causa própria. Ficou claro que os segmentos Aluno e Pai é que estão dando apoio ao movimento dos professores.

Encerrada a reunião, enquanto o pessoal saía, os professores Antonio e Manuel comentam que “precisa tomar cuidado. A direção se omite e pode complicar tudo. Por isso precisa ficar bem claro se é o Conselho de Escola ou se são os pais e professores”.

Embora presentes na Escola, o diretor Adolfo e a vice-diretora Gabriela não apareceram, nem por um momento, na sala onde se realizava a reunião.

Dias depois soube pela mãe Gilda que a Assembléia com os pais não aconteceu porque “a direção não colabora, fazendo de tudo para impedir a sua realização, não oferecendo sala etc.”. A função diretiva de dirimir conflitos entre membros ou subestruturas escolares e a função integradora não são asseguradas pela direção, ao contrário, a própria direção é uma das causadoras do conflito e da falta de integração, e a função de apoio também deixa a desejar, pois não oferece as mínimas condições para os membros do Conselho implementarem decisões. O trabalho coletivo não é tarefa simples.

Essa reunião descrita do Conselho de Escola, para decidir se os pais e alunos apóiam ou não a paralisação é um indicativo de tentativa de articulação dos professores com os interesses

dos usuários do seu serviço, como ensina Paro (1993), no estudo já relatado no item 3.1.1.5.2. ano: 1993, às páginas 130-2. Parece que os professores do “Cabral” perceberam que a sua luta para atingir seus objetivos tem que estar vinculada à luta da população por melhores escolas. Daí, o esforço do grupo de professores em envolver, de alguma forma, os pais e os alunos nessa luta.

3.1.1.6.4. dia: 15/05/1995 - Reposição de aula

No dia quinze de maio, às 9h, houve uma reunião do Conselho de Escola para tratar da reposição de aulas, por conta da greve. A mãe Gilda reclamou que muitos pais não foram avisados. Ela mesma foi avisada, no serviço, na sexta-feira. A professora Farid explica que como telefonaram na sexta-feira, não encontraram as pessoas. Outra mãe também se queixa dizendo que a reunião tinha que ser marcada com antecedência e com horário certo (uma hora era oito, depois nove, não sabia qual era o certo). Estava desde às oito horas na Escola e a reunião é às nove.

Essa situação descrita aponta a importância do modo como a comunicação deve ser feita: com antecedência, por escrito, com todos os dados essenciais da reunião, a fim de que os interessados sejam realmente informados para que não haja desencontros. Se se reclama que os pais e alunos não participam das atividades da escola, é preciso ter cuidado especial, com o intuito de assegurar a presença daquelas pessoas que se dispõem a participar.

Veio o senhor Guilherme, irritado, e disse para a Gilda que se fosse preciso ia entrar com mandado de segurança. A inspetora de aluno que estava na portaria exclama: “Lá vem o pai briguento!”

O professor Adolfo entra na sala com a Gabriela. Vendo-me, sentada em uma das carteiras, diz, baixinho, que eu não podia ficar na sala de reunião do Conselho de Escola porque vai ser assunto sigiloso. Só posso ter acesso às Atas. Estranhei, porque até aquele momento nunca fui impedida de assistir às reuniões. Saí. À noite, ao retornar à Escola, para entregar o Plano Escolar que havia tomado emprestado, entendi o porquê da proibição. Estavam Adolfo, Gabriela e Rose na sala do diretor.

O professor Adolfo pediu “desculpas por não ter deixado assistir à Reunião do Conselho de Escola”. Tornou a repetir que “tinha assunto sigiloso” mas colocou à minha

disposição a Ata. Reclamou, dizendo, que “no Conselho de Escola tinha petista que só tumultua”.

Então, entendi o motivo. Na verdade não era assunto sigiloso porque foi tratado da reposição dos dias parados mas sim, temia que a reunião fervesse por causa dos componentes do Conselho de Escola - os pais, em especial o senhor Guilherme. E como eu havia assistido à reunião turbulenta da eleição do Conselho de Escola, segmento dos Pais, temia que a reunião também pegasse fogo e por isso deu essa desculpa de assunto sigiloso.

Pela leitura da Ata, às páginas 76 e 76 verso, não se vislumbra nenhum assunto sigiloso. Trata simplesmente da reposição de aulas, com uma proposta de elaboração de horário individual, apresentando os dias que poderiam ser utilizados para a reposição e da deliberação do Conselho de Escola sobre as faltas dos alunos do período de greve serem compensadas mediante trabalho, a critério do professor. Se houve “quebra-pau”, “tumulto”, não há uma referência sobre isso, nem mesmo um indício. Como é habitual, a Escola relata pura e simplesmente o fato, de modo formal, seco, não deixando transparecer nada sobre os “entretantos”, destacando “a existência homogênea da Escola”, conforme nos chamam a atenção Ezpeleta e Rockewll (1989).

Mais tarde, as entrevistas com os pais mostram que a reunião foi bastante agitada, não foi um mar de rosas, como o diretor Adolfo já previa porque

“O Conselho reverteu a idéia que foi apresentada como pronta e acabada. Naquele momento o diretor do ‘Cabral’ tinha dito ‘que sequer o assunto ia entrar em discussão, que tinha sido elaborado’ mas eu pedi a palavra e demonstrei que a *autoridade maior ali não era dele e sim do Conselho*, que o Conselho estaria agindo e iria agir de acordo com a lei Estadual que estabelece deveres e direitos, e que a vontade da direção da Escola não poderia nem deveria prevalecer. Foi dito pelo diretor da Escola que era uma determinação da Secretaria de Educação e da Secretária. Nós argüimos que perante a lei, que a decisão da Secretaria não valia nada, nem a do Governador, e que se a coisa não fosse alterada, nós iríamos entrar na justiça. *Criou-se, em razão disso, uma discussão entre todos. (...) e terminamos reorganizando o calendário, levando-se em conta as necessidades da sociedade.* E ficou claro que a partir daí que *o Conselho, desde que tenha muita força...* porque ele existe em função da lei, e segundo, porque *com a participação dos agentes, em geral da educação, inclusive nós, pais e alunos, nós temos condição de alterar mesmo sob a contrária orientação da direção do ‘Cabral’ ou de qualquer outra Escola*” (Guilherme, pai, 16/12/1995) (grifos meus).

Este relato mostra que uma pessoa esclarecida faz valer o seu direito, por meio de muita luta, persistência e coragem. Nesta questão do calendário escolar, o pai Guilherme tem razão. O Conselho de Escola é que elabora o Calendário Escolar, e não a direção, conforme já foi visto anteriormente. A atitude do senhor Guilherme revela que é possível tornar o Conselho de Escola “um local de discussão e consolidação de um modo de pensar libertário”, deixando de ser alienado (Pinto, 1994, p.157). À indagação “O que faz com que as pessoas desconheçam as atribuições do Conselho de Escola e aceitem a imposição de normas burocráticas claramente ilegais?” segundo Pinto, “são os processos de fragmentação da consciência decorrentes da colonização do mundo da vida” (p.157).

Para a professora Lurdes (PI),

“Aquele dia a reunião de Conselho foi até *movimentada*. Aquele dia você até *arreprou*. Mas *de modo geral vem tudo pronto*. Até esses dias, a própria assistente falou: ‘*Vocês vão só assinar mesmo, já está tudo resolvido.*’ Ela falou isso rindo para a gente” (11/09/1995) (grifos meus).

O aluno Diogo (2º I) revela que uma vez assinou Ata porque

“falaram que eu tinha que assinar ali e depois que eu tinha assinado que eu perguntei o que era... eles falaram... ‘*não, é que teve uma reunião...*’ mas *eu não participei da reunião, porque eu tive que assinar?*” (02/10/1995) (grifos meus)

Essas falas são bons exemplos de dominação da direção. Na dominação (tipo particular de poder), a pessoa impõe seu arbítrio sobre os demais, crendo ter o direito de exercer o poder. O governado, por sua vez, considera como sua obrigação obedecer às ordens do governante (Motta, 1992, p.27).

As reuniões do Conselho de Escola, que legalmente devem ser dirigidas pelo diretor de escola, são na realidade presididas pela vice-diretora. As decisões que deveriam ser tomadas pelo Conselho de Escola já vêm, literalmente, prontas, somente para serem formalizadas com a realização da reunião. A eleição do segmento pai é feita, tradicionalmente, segundo uma lista pré estabelecida pelo diretor.

A partir de 1995, a situação descrita começa a mudar, com a eleição de um grupo de pais, tendo à frente, um pai esclarecido e muito atuante, que enfrenta a direção - diretor e vice-diretor - sem temor, derrubando a lista imposta e questionando todas as decisões tomadas pela

direção para serem aprovadas pelo Conselho de Escola. Os pais passam a ver com os próprios olhos e não com os dos outros.

É preciso ampliar o processo democrático desde as fases iniciais da eleição, rompendo com a burocracia onde não há qualquer autonomia individual ou social no que diz respeito à participação no processo administrativo. É preciso alterar a sistemática de composição de pessoas candidatas para a formação de chapas para concorrerem à eleição, mediante uma divulgação ampla a todos os interessados - os pais -, e não apenas convocar para a eleição.

É preciso caminhar da submissão disciplinada com regras, regulamentos e diretivas superiores para a tomada de decisão participativa pela comunidade escolar, em direção à educação para a cidadania, rompendo assim com as estruturas verticais que estabelecem relações de dominação. A dominação está tão entranhada nas relações de poder que até as atas de eleição do Conselho de Escola já vêm prontas, antes mesmo que, o fato se concretize.

3.1.1.7. Reunião da Hora de Trabalho Pedagógico do Ciclo Básico

3.1.1.7.1. dia: 09/11/1993

As reuniões de H.T.P. do C.B. são realizadas às terças-feiras, às 17h 50min., na sala destinada à Coordenação do C.B. .

A primeira reunião a que tentei assistir deu muitos indicativos sobre o funcionamento da Escola e a questão da gestão (9/11). Para começar, a pessoa (inspetora de aluno) que atendia a portaria e que controlava a frequência não soube informar se a professora Rose (coordenadora do C.B.) tinha reunião semanal e se estava presente. Uma professora do C.B. que foi readaptada naquele dia e que, por acaso, naquele momento passava por ali, indicou a última sala do corredor à direita, como local de reunião do C.B.. Na sala estava a professora Isabelita, sozinha, corrigindo lições. Não soube informar se haveria reunião porque Rose está de licença-saúde e Bruna, vice-diretora, está de nojo. Isabelita está há um ano no “Cabral”; entrou de greve dezoito dias e como na quarta-feira (10/11) haveria Conselho de Escola, estava interessada em saber se poderia repor as aulas, sem utilizar os sábados e feriados, porque no caso dela daria. Sugeri que assistisse à reunião do Conselho de Escola, inclusive para fazer essa colocação. Ela disse que “o diretor Adolfo é meio sistemático e não sei se iria deixar participar da reunião porque não sou do Conselho”.

Outras professoras chegaram, perguntando se haveria reunião, mas a dúvida continuava. Uma delas, a Lurdes, disse que como não aparece nenhum responsável, elas deveriam ir embora, não deveriam cumprir horário. Lígia lembrou que uma vez chegou tarde na reunião e a Bruna (vice-diretora) havia colocado falta, carminando o livro ponto. A discussão - fica, não fica - prolongou-se e, quando Lurdes disse que iria embora mesmo, a Lígia, olhando o relógio, argumentou que já havia passado quase uma hora e que nesse caso, então, era melhor ficar, mesmo porque a Gabriela (vice-diretora) logo, logo, estaria na Escola para assumir o noturno. Cada uma tomou um rumo. Isabelita disse que iria preparar material para aula e saiu para ir buscá-lo em sua classe, Lígia aproveitaria para corrigir os cadernos, Juliana iria procurar um livro para ler, Lurdes disse que iria embora e assim, foram saindo da sala. Reunião mesmo, nada.

Essa situação descrita configura nitidamente a necessidade de se ter elaborado projetos articulados, defendidos por Vale (1993), a fim de se evitar improvisações e perdas de tempo. As professoras, se tivessem esses projetos teriam o que fazer nessas H.T.P. que são destinadas ao trabalho coletivo, momento de reflexão do coletivo. As professoras precisam assumir esse espaço, se auto-organizando com vistas a controlar o seu próprio local de trabalho (Oliveira, 1993).

3.1.1.7.2. dia: 23/11/1993

Outra reunião do C.B., sem a presença da coordenadora que estava ainda em licença. Na sala de coordenação do C.B., a professora Isabelita, sozinha, prepara a avaliação de suas crianças (fichas descritivas) enquanto a professora de Educação Artística está com sua classe. Ela explica que Rose está em licença mas que a Bruna (vice-diretora) viria para explicar a reposição e que não era para as professoras irem embora. Isabelita mostra-me as fichas (matéria por matéria) e apresentando a avaliação feita pelo professor de Educação Física - Gerson, que também trabalha no CUCO, diz: "Ele escreve a mesma coisa para todos os alunos, independentemente do que o aluno faz." Em seguida, pondera: "Assim é fácil" e reclama que o professor Gerson nunca dá aula pois "mais falta do que outra coisa".

Dado o sinal de término das aulas, as professoras chegam aos poucos (cinco professoras PI, uma de Educação Física e a vice-diretora Bruna). A reunião versa, inicialmente, sobre reposição de aulas. Bruna passa as datas de até quando cada uma delas deve trabalhar

(variação de 17/12 a 31/12/1993) com aulas aos sábados. Isabelita protestou: “Mais uma vez o PI carrega a escola. Como? ... eu que estive em greve dezoito dias e vou terminar no dia 31/12 e os professores que faltaram setenta e nove dias também terminarão no mesmo dia?”

Bruna explica: “Esses professores que faltaram os setenta e nove dias vão trabalhar até o mês de fevereiro/94 e a reunião de Conselho de Classe será no último dia de fevereiro. Na véspera estive na Delegacia de Ensino com a Gabriela e o Milton (supervisor de ensino) para fazer o calendário (antes era 180 dias da escola, agora é da classe) durante a manhã. À tarde recebi telefonema da Delegacia de Ensino alterando tudo e hoje saiu nova Resolução S.E. no D.O.. E no próximo sábado não haverá reposição pois a Escola está requisitada para o vestibular. Vejam como é complicado. Há uma professora de Português que deve repor 252 aulas.”

Observa-se aqui, a transgressão da Secretaria da Educação e da Delegacia de Ensino ao princípio da hierarquia das leis, conforme os Princípios Jurídicos apontados na referência teórica. As resoluções da Secretaria da Educação têm um caráter ilegal, uma vez que a L.C. 444/85 que deu atribuição ao Conselho de Escola para elaborar o Calendário Escolar, é um instrumento hierarquicamente superior às decisões administrativas tomadas no âmbito da Secretaria da Educação. A Lei Complementar é inferior à Constituição e é superior à lei ordinária, ao decreto-lei e à lei delegada, que não podem por sua vez contrariar a lei complementar, sob pena de invalidade. A elaboração do calendário não é atribuição da Secretaria da Educação nem da Delegacia de Ensino, nem apenas da direção, mas é atribuição do Conselho de Escola.

Em seguida Bruna trata da ficha descritiva.

A professora Juliana (A.C.T.) apresenta alguns casos de aluno. Há um aluno que “escreve”, isto é, na verdade “desenha” alguns traços que lembram palavras mas que o aluno não é capaz de contar o que ele quis dizer. A professora Juliana é de opinião que a criança deve ficar de ano (está no C.B.II) mas que esse aluno deve ficar no C.B.I. Outro aluno escreve, é possível ler e apresenta uma sequência, embora com muitos erros. Na opinião da Bruna, deve-se passar o aluno que faz alguma coisa.

A professora Isabelita (efetiva) tem uma aluna que também não tem condições de frequentar a terceira série. Na metade do ano, em maio, quando percebeu que a criança não era “normal” conversou com a mãe que encaminhou a criança para psicólogo. Teste diz que a aluna

tem mentalidade de seis anos. A própria mãe acha que a criança deve voltar para o C.B.I, que não adianta passá-la para a terceira série.

Às 19h 10min deu sinal de entrada do período noturno e aí começou a movimentação de alunos pelos corredores.

A professora de Educação Física Helena foi elogiada pela Bruna e a vice-diretora quer que ela pegue todas as aulas de Educação Física do C.B.. Já o professor Gerson foi criticado porque “mais falta do que comparece e quando comparece só dá bola para as crianças e as larga lá no pátio, se arrebentando, sob o sol quente, enquanto ele fica na sombra debaixo de uma árvore, se refrescando, ou então, ele coloca as crianças na sala de vídeo para assistir qualquer programa porque ele não leva vídeo selecionado e as larga lá, trancadas. Além disso, o professor já avisou que não vai repor nenhuma aula.”

Bruna lembrou que depois do dia 13/12 os alunos do noturno não irão comparecer porque o comércio abre à noite; pediu para as professoras darem bastante atenção para os alunos que estão “vão e não vão” e lembrou que depois do dia 10, muitas crianças não comparecerão, e aí as professoras devem aproveitar para trabalhar com aquelas crianças.

A questão dos alunos do noturno (trabalhadores) não comparecem à Escola, após o dia 13/12 porque o comércio abre à noite, é um dado da realidade da Escola Pública de Presidente Prudente que não é considerado, no momento da elaboração do Calendário Escolar. Se o noturno é diferente do diurno, o Calendário Escolar não pode ser o mesmo. É preciso rever essa situação. Está-se diante do tema centralização versus descentralização do poder central. A autonomia é necessária à escola para que ela crie a sua identidade e defina seus caminhos autenticamente, para se desvincular de decisões e concepções educacionais que não são necessariamente as suas.

3.1.1.7.3. dia: 30/11/1993

Reunião de C.B., às 18h, ainda sem a coordenadora Rose, mas sob o comando da vice-diretora Bruna, com quatro professoras.

A vice-diretora apresenta novas datas em que cada professora encerra o ano letivo. A que termina mais cedo: 10/12 e a que termina mais tarde: 17/12. O primeiro Conselho no dia 31/12/1993 e o segundo no dia 08/02/1994. As professoras não gostaram. Como encerram no dia 17/12, gostariam que Conselho fosse antes do Natal.

Bruna diz para as professoras dispensarem os alunos ótimos, para trabalhar com os mais fracos, depois do dia 10/12. Isabelita se opõe dizendo que gostaria de não dispensar ninguém. Quer trabalhar com a classe toda. Bruna argumenta que se ela ficar só com os mais necessitados haveria melhor rendimento. Isabelita mantém-se firme e bate na tecla de que trabalharia com a classe toda e pondera que do dia 10/12 até o seu último dia, daria um dia, por isso não vê razão para dispensa de aluno.

Chegam mais duas PI e a professora Helena, de Educação Física.

Bruna apresenta o número de classes que o “Cabral” terá no próximo ano. Haverá aumento de classes do C.B.. Sai para atender um chamado. As professoras conversam entre elas e disseram que iam pedir para antecipar o Conselho. Mas ninguém verbaliza o pedido quando Bruna retorna. Passam a tratar de alunos que deverão ficar retidos no C.B.II. Há casos de alunos que se permanecerem no “Cabral” irão para o C.B.II mas não têm condições de acompanhar os demais colegas. Bruna explica que se deixar criança no “Cabral” e matricular no C.B.I, o supervisor Milton é exigente e vai questionar.

A professora Lurdes comenta que já conversou com a mãe de um dos alunos desse caso e orientou-a a matricular a criança em outra escola mas que não deve apresentar a ficha descritiva; deve matricular o filho como se fosse frequentar a 1ª série pela primeira vez. A mãe concordou. A professora Isabelita, como já vimos, tem um caso semelhante, e foi orientada pela vice-diretora a proceder como a professora Lurdes.

Isabelita lembra que seria bom que elas conversassem com as professoras do terceiro ano sobre crianças com problemas e que deverão merecer atenção especial. Entretanto, Bruna descarta essa possibilidade, dizendo que “as professoras pegam as fichas descritivas dos alunos e não tem problemas”. Isabelita insiste que seria melhor que elas conversassem com as professoras porque “só pelas fichas não dá para sentir o problema”. Receia que esses alunos acabem ficando de lado e as professoras só trabalharem com os bons.

A vice muda de assunto, pedindo para as professoras entrarem com suas classes, em fila. Lembra que as crianças, quando entram à vontade, vêm dando trombadas umas nas outras, caem. O problema maior é à tarde. De manhã, os alunos chegam e vão entrando porque a classe está vazia. Mas, à tarde, os alunos vão chegando e se concentrando em frente da escola porque têm que esperar o período da manhã sair. Aí é aquela confusão. Alunos saindo e alunos entrando. Há muito esbarrão, trombada. É um perigo.

As professoras expressam vontade de que a professora Helena de Educação Física pegue todas as aulas do C.B. não deixando nada para o professor Gerson, uma vez que “esse professor não dá aula e diz que não vai repor”. Segundo a vice-diretora Bruna “não tem jeito de dispensar esse professor se houver aula, a não ser que venha um professor efetivo”.

A professora Helena, de Educação Física, depõe que, “reservadamente o professor Adolfo sugeriu que eu pedisse atestado de trabalho de aluno, diminuindo assim o número de turma, e o professor Gerson não teria chance de pegar aula aqui, no Cabral”, mas que ela não concorda em pedir atestado, embora ache que o professor Gerson não deva ficar na Escola. Bruna diz que “todo mundo, inclusive a D.E., sabe do caso desse professor. Ninguém toma providência”.

A professora Juliana (A.C.T.) que já foi funcionária de uma Escola de Música particular observa que “o Estado devia fazer como os particulares - o professor não produz, não trabalha, deve ser mandado embora.”

A professora Dirce comenta: “Nunca vi professor de Educação Física estar sempre como se tivesse acabado de tomar banho. Na Escola das Palmeiras, esse professor foi pego diversas vezes, fugindo da escola, sem dar aula, pelo diretor. Não é ético eu estar falando isso, mas não dá para ficar quieta.”

A professora Helena acrescenta, lembrando: “Não é só o professor Gerson que não é bom profissional. A professora Rose (que é professora de Educação Física e também Coordenadora do C.B.), muitas vezes, em vez de dar aula, fica corrigindo provas.” Este relato mostra a falta de profissionalismo, com o não compromisso do professor.

Sobre a ficha descritiva, Bruna solicita para que as professoras fossem preenchendo, que de algumas ela já viu e que se alguém quisesse que ela desse uma olhada é só falar com ela.

No finalzinho da reunião, Isabelita, criando coragem, pergunta: “Será que não dá para antecipar o 1º Conselho?” Bruna diz: “Vou ver com o senhor Adolfo se é possível.”

3.1.1.7.4. dia: 09/03/1995

Na H.T.P. com coordenadora do C.B., quatro professoras estavam presentes, mas como não havia Coordenador, porque a eleição fora anulada, como já vimos, as professoras esperaram que alguém da direção aparecesse para ver o que fariam. A vice-diretora Rose surge

e diz que “é para cumprir a hora”. Assim, as quatro professoras se reúnem na sala dos professores, mas nada fazem. A não ser conversar.

Tatiana (efetiva) reclama da falta de presença das demais colegas, dizendo que “se as que faltaram não levarem vermelho, da próxima vez não fico”.

Luana (A.C.T., substituta) que veio de outra escola da cidade, pergunta: “E a lista de presença e a Ata da reunião?”

Isabelita diz: “Nunca assinamos nada.”

Luana que já foi Coordenadora em outra unidade escolar comenta: “Eu sempre fazia Ata da Reunião e os professores assinavam, marcando a presença”

As professoras tornam a perguntar à Rose: “Temos que ficar mesmo? Não podemos ir embora?”

Rose diz: “Seria bom vocês cumprirem o horário da H.T.P., ainda mais agora que foi pedido à direção para ser flexível com as questões das faltas. A hora que vocês forem embora, passem lá na direção para dizer que estão indo embora porque cumpriram com o horário.”

Isabelita e Tatiana reclamam: “Só nós não perdemos H.T.P.. Há muitas colegas que faltam freqüentemente.”

As professoras continuaram conversando. Quase dezenove horas, os professores do noturno começam a chegar e a sala vai ficando cheia. O diretor Adolfo estava na entrada da Escola, observando a movimentação de professores e alunos.

Essa reunião demonstra o não profissionalismo das professoras e mostra a prevalência do burocrático, com o intuito de apenas cumprir horário sem nada fazer. A vice-diretora Rose, à moda das “Pupilas do Senhor Reitor” sugere que as professoras na saída “passem lá na direção para dizer que estão indo embora...” A dominação, por parte da direção, e a submissão, por parte das professoras, imperam.

3.1.1.7.5. dia: 16/03/1995

Na primeira reunião com a Coordenadora eleita, professora Edileuza, somente três professoras estavam presentes.

A professora Isabelita diz, dirigindo-se à Coordenadora: “Vou dar um conselho a você, Edileuza: fazer os presentes assinar o livro. Acho que não é certo algumas professoras estarem sempre presentes à H.T.P., as mesmas de sempre, e outras mais faltarem do que virem.”

Edileuza responde: “Eu trabalho do seguinte modo: faço ata na hora e peço para as pessoas presentes assinar, pondo vermelho em quem falta.”

Hoje ela está se organizando. Pergunta quantos C.B. a Escola tem. Anota: quatro C.B.I e três C.B.II. Pede nome das presentes, a classe com que trabalha e o número da sala na Escola.

A professora Lígia chegou atrasada porque estava recolhendo material dos alunos. Explica que estava fazendo capa dos trabalhos com os alunos e começa a mostrar para as colegas os desenhos (mimeografados) pintados pelas crianças.

Não há uma pauta organizada pela Coordenadora. Os assuntos vão surgindo conforme cada participante fala. Surge a questão de Educação Artística e Educação Física - se deve ser dada pelo PI ou pelo PIII. Não há consenso.

Lígia reclama que “aula de Educação Física é no início do período”. Acha ruim porque “o sol está muito forte, além disso vou ter que estar presente desde o início da aula porque se o professor de Educação Física faltar, eu vou ter que recolher a classe”. Luana acha que “se o professor de Educação Física não comparece, não é obrigação da PI cuidar das crianças nesse horário. É para deixar lá fora”.

Vem à tona, novamente, a figura do professor Gerson que “só embromou durante estes anos todos. Ele deixava os alunos à vontade, jogando bola, enquanto se refrescava sob as árvores. Outras vezes ele fugia da Escola. Outras faltava. Aula que é bom mesmo, nada”. A Luana que é nova na casa e a Edileuza também querem saber: “Ninguém tomou providências? E a direção?” “Todo mundo sabia da situação mas nada foi feito.” “A sorte é que este ano ele não conseguiu aulas aqui, no ‘Cabral’. Ele é professor do CUCO e da AMEPP (Autarquia Municipal de Esporte de Presidente Prudente).” Foi a resposta das professoras.

Edileuza sai da sala para procurar outros dados das demais professoras e vai conversar com a Gabriela. Enquanto isso, as professoras vão conversando sobre generalidades - como elas trabalham em sala de aula. Lígia diz: “Não trabalho o construtivismo puro. Eu faço uma mistura. Uso a silabação (pa, pe, pi, po, pu) e para isso tenho material para as crianças irem formando palavras novas.”

A Luana que está com uma licença pergunta: “Será que a professora titular não teria esse material no armário?” Pela conversa, parece que não. Vai ter que fazer. Lígia diz: “Logo, logo, vou trabalhar historinha com as crianças (composição).”

E assim prossegue a reunião. Em seguida, como há um monte de livro na sala, elas olham e dizem que é “velho”, que “não gostamos desse material”, que “o Governo gasta com coisa que não é aproveitável”. Falam do problema do desperdício de verba. Depois começam a ler uns folhetos de propaganda de livros que estão sobre a mesa.

Edileuza chega e começa a fazer a Ata; pede para as presentes assinarem na frente do seu nome. As professoras ainda comentam que a paralisação no dia 17/03/1995 (sexta-feira) será total. Já as funcionárias não sabem.

3.1.1.7.6. dia: 23/03/1995

Na semana seguinte, na reunião estiveram as mesmas professoras da última reunião, porque as professoras do C.B.II foram dispensadas da H.T.P. porque tiveram uma reunião com a Supervisora de Ensino Dora, da Delegacia de Ensino, sobre C.B. na Escola do Morumbi, onde funciona o CEFAM.

Não há uma pauta para a reunião. Edileuza se justifica dizendo que se ela falar hoje só com as três presentes vai ter que repetir tudo de novo com as outras na próxima reunião. Deixa as professoras conversando e vai riscando um caderno. Está organizando um quadro com o horário do pessoal, fez um levantamento dos aniversários das professoras e do pessoal da casa.

Luana levanta o problema de alunos “fracos” misturados com os outros, ficando difícil trabalhar. Lígia explica como trabalha quando a classe é muito disparatada (usa fichinhas com os alunos fracos enquanto os outros caminham com outra lição).

Luana expõe outro problema: ela já está “com mais de trinta alunos na classe”. Hoje recebeu “quatro alunos novos”. Para Tatiana “a direção tem que distribuir melhor esses alunos que estão entrando agora e colocá-los na classe onde tem menos”. Lígia, por sua vez, propõe à coordenadora “o remanejamento de alunos, conforme as dificuldades”. Luana acha que “agora não deve ser feito porque já fizemos há pouco tempo e os alunos agora já se acostumaram com o novo professor. Se fizer remanejamento vai começar todo o processo outra vez - aluno chorando...”.

Edileuza explica para as professoras que “quando não tem nada programado podem preparar a aula/material na H.T.P.” As professoras falam que “a Bruna não deixava fazer material.” A coordenadora afirma que pode sim e explica que o professor tem vinte e seis aulas na classe, oito H.A., seis H.T.P., perfazendo um total de quarenta horas. E na H.T.P. pode

fazer material. O professor não precisa levar nada para casa. A H.T.P. tem que ser feita em dois dias de três horas cada. Pega a legislação sobre C.B. e lê o que é H.T.P., o que faz. Não sabe porque no “Cabral” só tem um dia de H.T.P..

Lígia relata que estão mandando alunos da pré-escola que completam sete anos para o C.B., agora em março. Como já são dois meses de aula, segundo ela, receber nesta altura do ano aluno que nem frequentou bem a pré-escola não tem condições de trabalhar. Ela quer saber se pode. Para Edileuza o aluno que tem sete anos pode ser matriculado no C.B.. O problema é que teria que ser matriculado na época e não agora. Declara que vai conversar com a direção.

3.1.1.7.7. dia: 30/03/1995

Finalmente, no dia 30/03, acontece a reunião tão esperada para a coordenadora explicar como ela trabalha. Hoje, três PI entraram em greve. 80% dos PIII estão paralisados.

Como de costume, já estavam presentes três professoras, e a coordenadora Edileuza ficou esperando a Lígia que ficou retida lá na frente com um pai. Enquanto isso foi ocorrendo uma conversa informal entre as professoras e a coordenadora.

Edileuza conta que havia a história dos telefonemas dos pais à direção, reclamando de professores. Explica que não atende reclamações por telefone. O pai precisa comparecer à Escola e conversar diretamente com a professora envolvida (no caso era a professora do 3º ano) e não com a direção que não quis dizer o nome do pai reclamante. A coordenadora esclarece também que não responde pelo professor, daí necessidade de encaminhar o reclamante diretamente ao professor. Esse tipo de situação era constante. Agora parou há uns três dias.

Hoje, segundo as professoras, a Lígia estava atendendo pai de aluno que foi reclamar porque a professora havia pulado umas lições do livro (da letra c passou para a g). Cada uma expôs a sua opinião sobre a vinda de pais na Escola. Não gostam de atender pai nem na entrada, nem na saída da escola. Achem que a conversa tem que ser reservada. Muitos pais ficam de prontidão e “agarram” a professora pelos corredores e conversam sobre os filhos. Há coisas que os outros alunos não precisam ficar sabendo. Durante as aulas, nem pensar. Pai na porta da classe distrai atenção dos alunos e depois ninguém segura, ficam alvoroçados, perturbando o andamento da aula. No recreio, elas também não querem atender. Edileuza

explica que as professoras devem atender os pais no horário de Educação Física e Educação Artística, na sala de H.T.P..

As professoras lembram o caso da Teca de quem os pais reclamaram à direção por telefone e a direção chamou-lhe a atenção. A opinião era que a referida professora trabalha, sabe, mas que é lenta; elas não concordavam como as coisas aconteciam na Escola. O recado vem da direção (Bruna, Gabriela).

Lígia chega, esclarece o que aconteceu e Edileuza inicia a reunião propriamente dita, com explicações: “Eu *não tenho calendário escolar*. Tive que ir à direção para saber como foi colocada a quinta-feira santa. Fiquei sabendo que não há aula. É ruim não ter calendário, não dá para saber quando é dia letivo, quando não é. Quanto à minha maneira de trabalhar: não interfiro no trabalho do professor. Cada professor é responsável dentro da sala de aula. Se o professor trabalha com o construtivismo puro, misto, eu não interfiro. Cada um tem a sua maneira de trabalhar. Só interfiro quando há alguma coisa errada. Vou ajudar o professor. Estou à disposição de vocês, inclusive para confeccionar o material.” Em seguida passa para outro assunto: “Gostaria de fazer Festa da Páscoa. É uma ocasião para se juntar, mostrar união. Quero fazer lá fora, no pátio, não na sala de aula. Vamos fazer teatro com as estagiárias e os alunos, música, poesia.. Vamos entregar os ovos de Páscoa.”

A professora Isabelita vai buscar um coelho (uma cesta de cartolina onde serão colocados os ovos) e mostra às colegas. Decidem que as estagiárias farão um para cada aluno. Prosseguindo, Edileuza solicita às professoras: “É para por nomes nos trabalhos que estão sendo passados no mimeógrafo. As estagiárias que ajudam não sabem de quem são. É preciso identificar. Os poucos livros de historinha da Biblioteca da Coordenação estão sumindo. As pessoas retiram e não devolvem. Vou deixar um caderno sobre a mesa para o usuário registrar a retirada. É preciso ter um controle. A questão dos cursos que as professoras do C.B. estão fazendo com a supervisora Dora. As horas serão descontadas da H.T.P.. Vocês me comuniquem para eu ter controle. As quatro horas de Educação Física e Educação Artística pertencem à H.T.P.. O professor do C.B. nesse horário não pode sair da Escola. Tem gente que está saindo para fazer coisas particulares nesse horário. Nessas quatro horas, o titular da classe faz H.T.P., pode preparar o material de aula.”

Isabelita conta: “Dei aula de Educação Física na greve, como não podia soltar as crianças porque pais não foram avisados. Eu dei aula mas não posso receber. Então, o acerto será interno.”

As professoras levantam o problema dos alunos da professora Lurdes: são pequenos e são empurrados pelos alunos maiores (a entrada e a saída de alunos estão sendo feitas na porta perto da Avenida 2. As professoras sugerem que se peça à direção permissão para os alunos da Lurdes saírem pela porta principal porque inclusive a sala de aula da professora Lurdes fica nessa direção.

A Edileuza solicita, mais uma vez, às professoras para atenderem pais no horário de Educação Física e Educação Artística.

A coordenadora transmite um recado da Rose, vice-diretora substituta: “A Rose disse que viria à reunião. Mas deixou esse recado na lousa (e apontando com o dedo, lê)

“Se os pais e professores afirmarem às crianças: ‘Você é bom! É maravilhoso! É filho de Deus!’, ocorrerá uma transformação radical no sistema educacional. Por que não tentarmos?

Rose”

As professoras querem saber o motivo de tal recado. Segundo a coordenadora Edileuza “tem professor chamando aluno de burro”. E passa para a “troca de experiência” que, segundo ela, tem sido “feita na H.T.P. do C.B., em termos de troca de material, por exemplo, vocês estão passando ‘stencil’”.

Isabelita propõe: “O professor de C.B. devia trabalhar igual, trabalhar junto, caminhar igual. Eu estou com uma classe que tem alunos provenientes de cinco professores diferentes. Estou encontrando dificuldades.” Lígia se opõe à Isabelita, argumentando: “Não dá para trabalhar igual. Eu explico porque. Eu já estou começando com historinhas e daqui a pouco estarei mergulhada nelas, enquanto a turma da Luana não tem condições de estar caminhando

comigo.” Isabelita ainda tenta defender sua idéia, sugerindo: “Pelo menos os mesmos tipos de exercício devem ser dados para todas as turmas.”

E o assunto se encerra. A Coordenadora nada diz sobre isso e passa para outro assunto: “Sumiu dinheiro de estagiária na classe da Lígia.” Lígia, espantada, diz: “Nossa! Já estão sabendo?” Edileuza recomenda: “Ninguém deve deixar bolsa na classe. Peço para avisar as estagiárias e os alunos também. Em relação às estagiárias, a ordem é aproveitar ao máximo o trabalho delas. Não deixar a estagiária vir sozinha na sala de reunião de H.T.P. porque se some material e ela esteve sozinha na sala, a culpa cairá sobre ela.”

Edileuza historia: “Quando cheguei não tinha apagador. Comprei um novinho, deixei na gaveta do armário e sumiu. Agora, no lugar, encontrei um apagador velho, sem o feltro. E eu deixo todo meu material nessa gaveta, inclusive coloquei meu nome. Já pensou se somem os meus livros?” Edileuza continua: “O exame de vista, nas crianças de C.B.I e também C.B.II, será feito por mim e pela estagiária. A Campanha do Livro será feita porque não tem livrinhos de historinha, nem aqui (referindo-se à Biblioteca da Coordenação), nem na Biblioteca. Vou mandar carta aos pais pedindo doação de um livro. Se cinquenta por cento mandar já dá um bom número.”

Edileuza levanta o problema da “bibliotecária” da tarde: “Ela não gosta de atender aluno. Os meus alunos do 3º ano da manhã foram à Biblioteca mas não foram atendidos. Conversei com o diretor e ficou acertado que as crianças poderiam ir à Biblioteca, porém quando os alunos tentaram entrar, a ‘bibliotecária’, brava, não deixou ninguém entrar. Eu fui conversar com a ‘bibliotecária’ que insistia em não atender. Tive que chamar o professor Adolfo. Como o diretor disse que era para atender, a funcionária, resmungando, deixou os alunos entrarem.”

3.1.1.7.8. dia: 06/04/1995

Presentes seis professoras e a coordenadora Edileuza. Luana passava material no mimeógrafo. Lígia, que chegou bem depois, estava procurando material de aula. As professoras estavam bem falantes, porém não se entendia muito bem porque todas falavam ao mesmo tempo. Estava ficando zozza, precisava concentrar para acompanhar uma das falas. A Lurdes era a única que ainda não tinha a tal da cesta para colocar os ovos de Páscoa. Foi buscar material na sala de aula para poder passar no mimeógrafo. Quando Lígia chegou veio carregada

de material que serve para motivar aluno para compor história. Expôs, para quem se dispôs a ouvir, como trabalha com o material. Isabelita havia emprestado um livro para Lígia que aproveitou algumas idéias desse livro.

Quando todas estavam na sala, Edileuza passou os recados:

a) Páscoa: segunda e terça ficam para acertos, quarta-feira, depois do recreio a festa coletiva. A coordenadora vai trazer material para enfeitar. As professoras quiseram saber se no período da manhã também haveria festa coletiva. Ficaram sabendo que sim.

b) Sobre o trabalho da estagiária. Aproveitar bastante na sala de aula. Se for para a sala de reunião de H.T.P. deve ser acompanhada da titular.

c) Nas aulas de Educação Física e Educação Artística, é para cada uma rodar “stencil”.

d) Bilhetes aos pais serão providenciados esta semana. As professoras devem atender os pais na sala de coordenação.

A professora Neusa declara que não vai sair da sala de aula. Edileuza reforça que a direção quer que as professoras fiquem na sala de coordenação para que os pais possam encontrá-las facilmente.

3.1.1.7.9. dia: 27/04/1995

A reunião deste dia teria sido como as demais, a não ser pela presença da vice-diretora substituta Rose que aparece por uns minutos.

As professoras Isabelita, Neusa e Ana folheiam livros que receberam de propaganda. Quando Lígia chega, começa a contar como trabalhou a historinha com as crianças - A galinha e os pintinhos - com desenho. Faz, primeiro, trabalho oral, depois a criança escreve. Hoje, as crianças escreveram uma historinha, sozinhas, pela primeira vez.

Edileuza pede atenção de todas: campanha do Dia das Mães, feita pelo Correio, com aerograma, que será entregue no dia, na casa; marcar visita ao Correio; a festa do Dia das Mães será no pátio, fora da sala de aula; lembra novamente que estagiária não pode ficar sozinha na sala de H.T.P.; a direção (professor Adolfo) quer que a H.T.P. seja feita na sala de Coordenação - não quer professor na sala de aula, nem em outro lugar. (“É uma ordem.”); o horário de encerramento da estagiária Nilza é 16h 20min - não pedir para fazer alguma coisa depois desse horário.

No final da reunião chega a Rose para ver quantas crianças vão querer enviar correspondência para as mães. As professoras, como receberam a notícia da Campanha do Dia das Mães no início da reunião, não têm dado concreto mas acham que todas as crianças vão querer. Calculam cerca de quinhentas. Rose quer também o dia da visita ao Correio porque ela vai ligar para a pessoa encarregada.

Encerrada a reunião.

3.1.1.7.10. dia: 11/05/1995

Estão presentes oito professoras que preparam material para a festa do dia das Mães - confeccionam flores de papel crepom para um número a ser apresentado. A vice Rose aparece rapidamente e fala da atividade do Professor I: “admiro o trabalho dos PI e parabênizo o trabalho - flores, carta, correio”.

Edileuza está organizando o Programa da festa da mãe e vai pedindo para cada professora falar do número que vai ser apresentado: muita música coletiva, uma poesia por um aluno, um jogral por uma classe e entrega de vasinho com flor viva (violetas).

3.1.1.7.11. dia: 08/06/1995

A reunião de Coordenação do C.B. deste dia teve todas as características das anteriores - iniciou tarde porque fica-se aguardando todas as professoras chegarem; todas falam ao mesmo tempo; coordenadora não preparou nada, só ficou falando sobre a festa junina, em especial sobre a barraca do peixinho. Mas aconteceu o inusitado. Lá pelas tantas, a coordenadora levantou-se, foi em direção à porta, olhou lá fora para ver se alguém estava vindo no corredor e fechou a porta à chave, em seguida abriu uma gaveta do arquivo de aço e tirou uma sacola de supermercado e começou a retirar de dentro roupas - blusas, saias. E explicou que vende roupas e estava mostrando às colegas “pela primeira vez”. Eu fiquei perplexa e sem graça. Não esperava uma coisa dessa. As professoras começaram a olhar as peças, chegando uma delas, a Lurdes, a experimentar roupas. Vai ao banheiro buscar o espelho para ver como fica. Uma boa parte da reunião ficou por conta disso.

Por causa do espelho do banheiro, saiu o assunto de que “na escola, no banheiro de professor não tem papel higiênico porque tem gente que leva para casa e até a toalha que até há pouco tempo estava no banheiro, agora não está mais”.

De repente, a Edileuza, voltando-se para mim, sem graça, tentando se justificar diz: “Não pense que as professoras não fazem nada. Elas trabalham na H.T.P. individual. Aqui, a gente fica trocando experiências.”

Essa situação denota a falta de seriedade, profissionalismo e moralidade por parte da coordenadora, e de seriedade e profissionalismo por parte das professoras.

Para a professora Lurdes a reunião de Coordenação

“é mais um ponto de encontro. Na Ata, a coordenadora sempre marca a troca de experiência. O ano passado a coordenadora (outra) passava alguma leitura. Este ano, por enquanto, até agora nós não tivemos nenhuma. A gente conversa assuntos variados, gerais, troca experiência, e às vezes, ela passa algum comunicado. Mas a leitura de um documento ainda não!” (11/09/1995)

Às páginas 59/60, do Plano de Trabalho de Coordenador Pedagógico do CB., de 1992/1993, as metas dos trabalhos estão colocadas de maneira coerente com o objetivo educacional da Escola: ser uma escola alegre, democrática, com ensino de boa qualidade. O Plano dá ênfase “ao projeto coletivo que requer ação coordenada e a participação e envolvimento de todos nela envolvidos”. Destaca que, na linha de trabalho adotada, as “decisões deverão ser tomadas em conjunto”. Mas a realidade mostrou outra face. As decisões vêm de cima, já prontas. Quando algum professor tenta colocar problema e sugere uma outra forma de atuação geralmente é barrado, quase não é ouvido e muda-se o rumo da conversa, introduzindo-se um outro assunto. Já os Planos de 1994/1995 não têm ligação com o objetivo geral da Escola. Apenas elenca o que vai ser feito.

No “Cabral”, quando a Coordenadora não estava presente, as professoras (as que comparecem) ficavam, inicialmente, “perdidas”, sem saber como proceder, se deviam ficar na escola para apenas cumprir horário ou se estariam automaticamente dispensadas. Não havia uma orientação clara e definida pela direção da escola - quer seja pelo diretor, quer seja pelas assistentes de direção (mais tarde, denominadas vice-diretoras). A vice-diretora ocupou a reunião da coordenadora do C.B. (que estava em licença), no final de novembro/1993 e dezembro/1993 para tratar de reposição de dias letivos por conta da greve e da ficha descritiva e dos alunos que deveriam ficar retidos no C.B.II. Deu ênfase às questões administrativas. Quando alguma professora tentava dinamizar o trabalho entre elas, como o caso de discutir os problemas pessoais e particulares de cada criança, com as professoras que ficariam com seus alunos no próximo ano, a vice, simplesmente, diz que “as professoras pegam a fichas

descritivas” e que “não tem problemas”, desviando o rumo da reunião, introduzindo um outro assunto. Cortava o “barato” (ânimo) da professora, sem cerimônia.

A direção (quer seja o diretor e as vice-diretoras) que é intransigente quanto à questão da permanência do professor PI nas H.T.P., na sala da coordenação, ao mesmo tempo, não toma providência administrativa legal em relação ao professor Gerson, de Educação Física, utilizando de recursos poucos recomendáveis, sugerindo a terceiros ações para diminuir o número de aulas na casa para impossibilitar a permanência do referido professor na escola. A direção que é o responsável pelo cumprimento da legislação, simplesmente se omitiu, não cumprindo a atividade de “assegurar o cumprimento da legislação, normas e diretrizes emanadas da administração superior” (colocada no Plano Escolar - 1992,1993,1994,1995)

A partir da coordenação da Edileuza começa a haver um controle da presença das professoras na H.T.P. coletiva. Regra geral não há pauta organizada. Quando há, são recados. A maior parte da reunião é dedicada ao preparo de material (para aula, para festas) e troca de experiência, só que não é preparada, não consta da pauta, é informal, e quando apresentada, nem todas ouvem. A coordenadora não diz nada, não retoma, não dirige, não conclui. Na verdade não há trabalho de orientação pedagógica por parte da coordenadora. Há uma falta de profissionalismo.

Todas as reuniões assistidas por mim começaram atrasadas, porque a Coordenadora fica esperando as professoras chegarem. A coordenadora não fez nenhuma referência ao Plano Escolar e ao Plano de Ensino, ao coordenar as atividades realizadas. Os Planos são feitos apenas para atender uma norma regimental, e não como instrumento de trabalho. Impera o burocrático e não o profissionalismo. A coordenadora impunha as suas idéias ou da direção (como foi o caso, por exemplo, de realizar a Festa de Páscoa coletiva, lá no pátio, Campanha do Livro, Campanha do Dia das Mães pelo Correio), não consultando as interessadas, nem discutindo a validade ou não dessas atividades.

Percebe-se que não há um diálogo entre a coordenação e a direção. A questão da colocação de alunos novos nas classes, a direção simplesmente vai matriculando e distribuindo o aluno pelas classes, ao léu. Não há conversa com a coordenadora que está mais perto das professoras e das classes.

A Edileuza tentou resolver a questão das reclamações dos pais, feitas por telefone, à direção da Escola, fazendo com que as docentes conversassem diretamente com o reclamante, no horário da Educação Física e Educação Artística, na sala da Coordenação.

Quando os assuntos aparecem no decorrer da reunião são tratados por algumas professoras, mas a coordenadora não retoma, não dirige, não dá um fechamento. Assim como nasce, o assunto morre.

Durante o período em que assisti às reuniões, a Coordenadora não tratou de um assunto pedagógico em especial, não fez nem mesmo estudo de texto.

Não há orientação. As professoras falam, quase sempre, todas ao mesmo tempo. Fica difícil de acompanhar a fala de alguém. Mais parece uma torre de Babel. Impera o modelo burocrático e não o profissionalismo.

Não há um trabalho coletivo que leve à reflexão conjunta porque a coordenadora não planeja as reuniões em torno dos problemas ou assuntos levantados pelas professoras, nem mesmo referente ao Plano Escolar e ao Plano de Ensino. A H.T.P., sem objetivo claro e sem planejamento, não conduz à cooperação, nem à prática reflexiva, dificultando a formação do chamado “professor reflexivo”.

É preciso que o próprio coordenador seja orientado para assumir com profissionalismo as suas funções, tendo em vista promover a orientação pedagógica aos professores, e auxiliar na função diretiva e integradora da organização escolar.

3.1.1.8. Algumas notas (1994)

Em fevereiro a Escola recebeu dez professores removidos (três PI e sete PIII).

A recuperação foi feita no período de 01 a 07/02/1994, com mínimo de duas avaliações, e não no mesmo dia, e o professor devia cumprir o horário de 1993. Segundo o professor Marcelo (Matemática), “a recuperação se resumiu em fazer provas; aulas mesmo não houve”.

A inscrição de professores para as aulas foi no período de 01 a 04/02 na unidade escolar, com a vice-diretora Bruna.

3.1.1.9. Centro de Ciências (1994)

Em março, foi inaugurado o Centro de Ciências, em convênio com a F.C.T./UNESP. A Faculdade reformou o antigo Clube de Química (que foi construído pelo professor Daniel com

a ajuda dos alunos, no final da década de 50), vai utilizar um tempo e depois, quando a F.C.T. tiver o seu Centro construído no Campus, tudo fica para o “Cabral”. Conforme o diretor Adolfo, os professores da Escola utilizam o Centro.

Fui visitar o Centro de Ciências. A professora Brenda, de Ciências, da Escola Belenzinho, me recebeu. Fora designada para cuidar do Centro pela D.R.E.. À indagação: “porque não havia sido designado alguém do ‘Cabral’, já que o ‘Cabral’ possui vários professores efetivos da área?”. “Ninguém se interessou” foi a resposta. Perguntei se os professores do “Cabral” utilizam o Centro para dar aula. A resposta foi “não”. Muitos professores da rede da região, da cidade, utilizam o Centro. No dia estavam uma professora de Ciências de uma escola da cidade e meninos curiosos de outras escolas em ver o funcionamento dos aparelhos.

3.1.1.10. Festa Junina (1995)

No dia 24/06/1995, à tarde (15 às 18h), a quadra da Escola “Cabral” estava toda enfeitada com as tradicionais bandeirinhas coloridas de papel de seda para a Festa Junina com o Casal Caipira. Num canto estava armada toda a aparelhagem de som e um conjunto animava o ambiente com músicas caipiras (a toda). Junto ao muro, do outro lado, foram armadas as barracas de vendas de fichas para compras; de doce, bolo de fubá, amendoim, pipoca; de cachorro quente; de quentão; do peixinho com as prendas; de churrasquinho no espeto com farinha de mandioca. Eram as professoras de C.B. a 4ª séries e alguns funcionários que tomavam conta.

Havia muita gente: alunos, pais, tios, irmãos - esparramados pelo pátio, muitos sentados na pequena arquibancada de concreto que circunda a quadra, outros circulando, outros juntos às barracas comprando guloseimas, refrigerantes, sanduíches, e pescando. Muitas crianças estavam vestidas a caráter - meninos com calças improvisadas com remendos postiços, alguns de bota, outros de tênis de “marca” e “sem marca”; as meninas com roupas de chita colorido, chapéu de palha com trança, rosto pintado com rouge e pintas de sarda. Muitas calçavam alpargatas, outras tênis. Havia, também, algumas vestidas de noiva, com roupa branca, sapato e meia brancos e véu (candidatas).

Enquanto se aguardavam as apresentações, muitos pais orgulhosos, com máquinas fotográficas nas mãos registravam em “flashes” os filhos como “caipiras”.

Decorrido algum tempo, cada grupo de aluno apresentou uma dança típica de festa junina, sendo muito aplaudido, a dança da quadrilha animadíssima e finalmente a apresentação do casal caipira.

Perto do portão lateral de entrada para a quadra, estavam o diretor Adolfo (que fica longe, observando) e a Edileuza, Coordenadora do C.B. que está como vice-diretora, conversando. Esteve presente também a vice-diretora Gabriela, que andou pelas barracas comprando.

A Festa Junina esteve a cargo dos PI, não havendo envolvimento dos PIII. Também a A.P.M. não participou. Os pais não ajudam na organização de festa porque “a escola não convoca, eles fazem por eles mesmos”. (Roberto, aluno, 6ª série, 25/05/1995) Somente os pais das crianças que se candidataram a Casal Caipira é que participaram ajudando a vender os votos de seus filhos. Tanto assim que, na H.T.P. coletiva de 08/06/1995 as professoras se queixaram que a classe não está cooperando na compra de votos do casal caipira. Muitas famílias estavam comprando votos e quando o faziam, contribuíam com o mínimo por talão, R\$ 2,50. Algumas classes estavam vendendo bem. A professora Ana revelou que uma mãe disse que “se a filha dela ganhasse para ser candidata da sua classe, iria trabalhar bastante”. Então, Ana ajudou na hora da escolha pela classe; o mesmo foi feito em relação ao menino. É por isso que a classe dela estava vendendo bem. A mãe já havia levado vinte talões e já pediu mais.

A falta de trabalho coletivo entre a escola e a comunidade dificulta a criação do “sujeito coletivo concreto” que move a história, que, conforme Silva (1996, p.93):

vive uma experiência de unidade e solidariedade, dotada de identidade própria, capaz de iniciativas no seio da sociedade civil, no interior da qual vai elaborando as etapas sucessivas do projeto comum para uma nova convivência social.

Os alunos da 5ª série da manhã ajudaram a vender e ratearam os votos pelos candidatos em troca de um dia de lazer. Como os pais (A.P.M.) não foram envolvidos para tomar à frente essa festa, não se vendeu mais.

A professora Lurdes (PI), na entrevista, informa:

“O dinheiro arrecadado na Festa Junina foi utilizado para comprar um aparelho de som para as professoras de 1ª a 4ª séries porque quando tem as coisas na Escola funciona assim...tudo fica na sala do diretor, se às vezes você vai usar não pode, a chave não está. Então o pessoal do primário queria uma coisa que estivesse ao alcance das nossas mãos” (11/09/1995).

“(…) e precisava de dinheiro para o computador da escola (...), então a Coordenadora deu o dinheiro da renda, primeiro deu mil e quinhentos reais, depois deu seiscentos reais e foi dando aos poucos para ir instalando o computador aos poucos. Sobrou dinheiro mas está com a Edileuza. *Eu acho que o dinheiro devia ficar com a A.P.M. e não com uma pessoa*” (11/09/95) (grifo meu).

Sobre o quanto foi arrecadado, a coordenadora declara: “é difícil totalizar, só sei que compramos para a escola um computador, aparelhagem de som que a gente nunca teve aqui e material que precisava assim de mais urgência” (Edileuza, 03/08/1995)

A realização deste evento mostra a falta de integração entre a equipe da escola e os pais dos alunos, que dificulta assim a cooperação, necessária para o desenvolvimento de trabalho coletivo, entre os agentes envolvidos na escola. Também, não houve participação dos professores PIII. Há na verdade uma divisão do trabalho entre dirigentes e executantes. De um lado, a direção e a coordenação com o poder de decisão e controle, e de outro, os professores que apenas executam o que já veio decidido. Impera assim, a idéia da escola como organização burocrática e não como instância de articulação de projetos partilhados pela direção, professores, alunos e comunidade. Não foi feito um balanço geral do quanto foi arrecadado na festa. Não houve prestação de contas da festa nem do quanto foi gasto com a aquisição de material para a escola, como instrumento de gestão.

3.1.2. E.E.P.S.G. “ROMANA”

3.1.2.1. Descrição da Escola

A Escola possui uma biblioteca pequena, mas com uma disposição bem agradável. As estantes encostadas nas paredes, uma mesa para leitura e uma mesinha para a responsável, uma servente readaptada que atende os três períodos, por isso a Biblioteca não fica aberta sempre. Adota-se o sistema de ficha para empréstimo de livros. Os alunos têm livre acesso às estantes para apanhar os livros. Na devolução, a encarregada recebe os livros e depois ela mesmo os coloca no lugar. Os alunos utilizam bastante a Biblioteca. Muitos retiram livros indicados pelo professor de Português, outros, livros de lazer, por opção própria, outros lêem na própria Biblioteca.

O salão próprio destinado para a Biblioteca, existente na planta, é utilizado para outros fins - reunião de coordenação do CB, projeção de filmes, reunião de Conselho de Escola, de

Série e de Classe, exposição de trabalhos - enfim, tornou-se o “salão de uso múltiplo”. Os salões destinados ao Laboratório e à Educação Artística transformaram-se em sala de aula. A Escola recebeu três microscópios. O Laboratório foi para a Sala de Saúde (na planta), na parte externa, fora do corpo principal do prédio.

A cozinha da Escola fica fora do corpo principal do prédio. É ampla, revestida de azulejo branco e possui a despensa para guardar os mantimentos. Fica de frente ao pátio coberto, onde estão quatro mesas compridas de madeira e bancos para os alunos se acomodarem na hora da merenda. Na Escola há três merendeiras, contratadas pela Prefeitura. No recreio é servido mingau de chocolate (alunos não gostam muito), canja, canjica, sopa de macarrão. No segundo semestre a carne e o frango estavam raros, tanto é que para poder render mais, as merendeiras desfiavam o frango. Além dos alunos, outras pessoas também usufruem da merenda (inspetora de alunos, professor, funcionário).

No dia 6/10, vi uma servente dirigir-se à cozinha, com uma panela, indo diretamente ao fogão onde estava o caldeirão de sopa. Encheu a panela e foi para o prédio central. Fiquei pensando, será que vai levar para casa ou para quem? Mais tarde, quando eu estava de volta à portaria e conversava com uma das professoras, ela convidou-me a tomar um café na sala dos professores. Aí vi a panela e os professores tomando a sopa. Depois perguntei à servente porque os professores não iam à cozinha. Ela me respondeu que “aqui sempre foi assim”. Na sala, as professoras estavam vendo roupas íntimas que uma delas vende. Era um burburinho.

A Escola não tem cantina, embora na planta conste. Há sempre um movimento muito grande no portão lateral da Escola. Encostado ao portão, do lado de fora, tem um pipoqueiro. Há mães que trazem lanche para os filhos que não tomam a merenda da Escola. Vi crianças tomando suco, leite, comendo sanduíche.

Na quadra de esporte, a única da Escola, as crianças brincam de correr, no intervalo.

Dado o sinal de reinício das aulas, os alunos entram em fila, as professoras de 3ª e 4ª séries esperam-nos no corredor. O barulho é intenso, os alunos entram conversando, alguns mexendo nos colegas, dando empurrão. Depois as professoras do C.B. saem para o pátio, onde estão as crianças em fila, aguardando-as. Algumas professoras entram de mãos dadas, com as crianças.

Alguns alunos (3ª e 4ª) estão fora, com uma inspetora. Uma professora retorna e vê alguns de seus alunos. Leva-os. Os demais, a inspetora manda entrar, devagar. Depois reina o

silêncio no pátio. Daí a pouco, as serventes, como formigas trabalhadeiras, vão varrendo o pátio, apressadamente.

3.1.2.2. Planejamento

3.1.2.2.1. ano: 1993 (24 a 26/02)

A reunião de Planejamento foi comandada pela diretora Ana Maria. Os professores foram, no período da manhã, divididos em quatro grupos para:

- “a) discutir sobre a comunidade onde está a escola, sobre a comunidade que a escola recebe (facilidade e dificuldade do período diurno e noturno), levantamento de problemas e apontar possíveis soluções.
- b) pensar numa proposta educacional inovadora para a escola.
- c) relacionar as necessidades da escola.
- d) relacionar o que pode ser conseguido a curto, médio e longo prazo.
- e) prioridade para 1993.

Fazer relatório.”

À tarde, cada grupo expôs a conclusão do estudo. Pelo relato dos grupos, a diretora disse que “só haviam percebido a parte material (palco, livros etc.)” e que os grupos “não conseguiram ver a questão do ensino, não conseguiram pensar numa proposta educacional.”

Os professores não haviam entendido as questões colocadas, por isso a questão da proposta educacional ficou prejudicada, segundo as professoras Cecília e Mirna.

Há um intervalo para o cafezinho. No retorno os professores se reúnem por área para:

- “a) levantar os objetivos da área - série e disciplina, pré-requisitos e instrumentos de avaliação, discutindo problemas e possíveis soluções.
- b) sugestões para atualização e reciclagem dos professores.”

Durante o trabalho, os professores continuaram perdidos, não sabiam bem o que era para fazer. A reunião acabou bem antes do horário previsto, porque os professores estavam cansados e não estavam rendendo nada.

No dia seguinte, embora a questão da proposta educacional não estivesse clara, não se retomou mais o assunto e os grupos continuaram com outras atividades. Decidiu-se que: a recuperação seria semestral e não bimestral; o hasteamento da bandeira seria na 6ª feira de manhã e no noturno uma vez por mês. O período da tarde foi dedicado ao Planejamento de Ensino.

Para a discussão do Planejamento/1993 não se tomou o Plano Escolar de 1992, onde estão levantadas necessidades e estabelecidas as prioridades, como ponto de partida. Não havia nem mesmo uma cópia do Plano Escolar anterior. Simplesmente foram colocadas as questões e os professores trabalharam sem material de apoio, por isso só trataram da parte material e a questão do ensino mesmo sequer foi tocada.

Além disso, passa-se de uma etapa do trabalho para outra, sem que essa etapa esteja completamente compreendida, discutida e terminada, não havendo uma interligação entre elas. São executadas de modo estanque e não como um encadeamento, em que a etapa seguinte é consequência da anterior. Na realidade, realizam o ato pelo ato. É simplesmente para cumprir aquela obrigação. É simplesmente para cumprir o cronograma proposto para a Semana de Planejamento. O Planejamento é entendido apenas como cumprimento das exigências burocráticas. Não é entendido como uma reflexão do cotidiano da Escola. A “Semana” de Planejamento que se transforma em um “tríduo” não proporciona o tempo razoável para reflexão e ação necessárias para sua consolidação.

3.1.2.2.2. ano: 1995 (1º a 03/03)

No primeiro dia estavam presentes 37 pessoas: 9 funcionários, 2 merendeiras, 24 professores, a diretora e a vice-diretora. Na lousa foi colocado o que seria feito:

“Trabalho em grupo

- 1) Tema: visando à melhoria da qualidade de Ensino, o que poderia fazer em 1995 para conseguir essa melhoria de qualidade. Identificar aspectos pedagógicos e administrativos, físicos e outros, apresentando soluções.
- 2) elaborar uma proposta educacional para a Escola.”

Ana Maria lê a mensagem da Secretária da Educação que faz parte do Suplemento Especial do Diário Oficial de 16/02/1995 “Escola em Movimento - Subsídios para o Planejamento”. Em seguida lê o resultado da avaliação feita no final do ano pelos professores. Comenta que “os professores não foram honestos. A maioria não apresentou sugestões. Muitos simplesmente copiaram dos outros. A avaliação que era para ser individual, no final acabou sendo por grupo.” A partir dos dados deste instrumento foi feito o trabalho em grupo: um

grupo de funcionários, e cinco grupos de professores formados aleatoriamente e não por disciplina. Depois que os grupos discutiram houve uma grande assembléia.

No segundo dia, somente com a presença de professores (26) e a direção (diretora e vice-diretora) foi discutida a questão da tolerância ou não de atraso na primeira aula, com as propostas:

Proposta nº 1 - tolerância de 15 minutos na primeira aula. Não entra na segunda.

Proposta nº 2 - sem tolerância na primeira aula e entra na segunda aula.

Votada. Resultado: 12x5, vencendo a proposta nº 1.

Em seguida, a apresentação dos responsáveis pelos períodos.

Nesta altura, o professor Branco reclama: “Dona Ana Maria, tem escola que está trabalhando um só período. Por que nós temos que ficar aqui o dia inteiro?” “Eu estou fazendo como manda a regulamentação e se o senhor sabe de escola que não está obedecendo é para falar que eu vou denunciar na D.E..” (Ana Maria) Aí fica aquele clima tenso. Fala, não fala. Depois alguém delata: “Pelo menos duas - o Ipê e o Belenzinho não estão cumprindo integralmente.” “Eu sei de escola que está trabalhando um período diurno e no noturno para poder atender os professores que só dão aula à noite.” (Ana Maria) E passa-se a outro assunto.

“Em relação às normas disciplinares, ano passado, a compensação de ausência foi colocada no final e foi muito complicado e deu trabalho grande. Este ano sugiro que seja feita bimestralmente.” (Ana Maria) “Dona Ana Maria, o que vale para compensar?” (professor) “Vale atestado de saúde e de trabalho.” (Ana Maria)

A reunião passa a tratar do Plano de Curso e dos Projetos, com a seguinte sistemática: leitura pela diretora Ana Maria sobre o Plano de Curso do fascículo especial do D.O. de 16/02/1995 e leitura pela vice-diretora Aparecida Cristina sobre Planos de Ensino (D.O. 16/02/1995). Em seguida há reunião de professor por disciplina. Os PI dividem-se em disciplina. Formam-se grupos de: Ciências, Matemática, História, Geografia, Inglês, Educação Artística e Educação Física, para estudar e analisar o texto. Retornam e colocam o que foi discutido. Por exemplo: o grupo de História colocou - não considerar livro didático como roteiro único e inquestionável, utilizar filme; o grupo de Matemática colocou-se como professor X (tradicional), o de Educação Física destaca o movimento corporal como principal recurso do homem na sua relação com o mundo.

No último dia, na lousa estão colocados :

“Objetivo Geral da Escola:

A escola proporcionará ao educando condições para o exercício da sociabilidade bem como condições para interpretar e analisar o mundo que o cerca pelo desenvolvimento do raciocínio, expressão correta, pensamento crítico, científico e criativo enquanto incorpora hábitos de higiene favoráveis à saúde.

Concorrerão para que estes objetivos sejam alcançados: a escola, a família e a comunidade. O aluno deverá aprender, incorporando conhecimentos, atitudes e habilidades que lhe possibilitem transformar a sua realidade.

Pauta

- . Objetivo da Escola
- . objetivo da área
- . objetivo da disciplina”

A diretora dá orientações gerais: “Sobre o conteúdo, não colocar o que quiser. Conversar com o professor da série anterior para partir daí. Aproveitar o momento pra ver as matérias que podem ser vistas juntas, com outras disciplinas. O projeto deverá ser por série, por período, principalmente da noite deve ser diferenciado.”

A reunião passa a ser por área, para definir objetivos específicos. O pessoal se agrupa e trabalha. A diretora coloca a escola à disposição para o trabalho da tarde e se alguém terminar, no período da manhã, fica dispensado de vir à tarde.

Nos três dias, sempre foi servido café com bolacha e creme de goiabada aos presentes.

Embora, os pais e os alunos do C.E. declarem que nunca participaram da Semana de Planejamento, no Plano Escolar da “Romana”, desde 1992 até 1995 (p.5) consta que “reunindo o Conselho determinou-se (sic) as normas a serem seguidas pela Escola e foram identificadas as necessidades e definidas as prioridades para o ano em curso.”

Sobre o Planejamento da Escola no começo do ano,

“a secretaria não é nem convidada. Eu nunca participei da elaboração do plano, das reuniões... Então nessa parte eu estou bem por fora. (...) mas aqui eu trabalho desde

83 e nenhum secretário foi convidado a participar e as outras escolas eu acredito que seja a mesma coisa” (Carmelita, secretária, 31/08/1995).

A inspetora de aluno e membro do C.E., Tereza, declara que não tem participado do Planejamento mas que em 1995 “teve uma reunião que a gente participou sim pra determinar algumas falhas que tinham, pra gente dar opinião para resolver, esse ano...”. As falhas eram a respeito de “horário de entrada de aluno, o tanto que podia permitir que eles entrassem atrasado, a permanência do professor na sala de aula, não saindo da sala de aula, o horário deles descerem, porque batia o sinal, logo em seguida era para descer... .”

Os pais pertencentes ao Conselho de Escola, mesmo há vários anos, também não participam da Semana de Planejamento.

“Não sou convidado para as reuniões de Planejamento. Planejamento, a gente tem percebido que é feito entre os professores da Escola. Parece que os membros do C.E. não têm feito isso aí. Os membros do Conselho é eleito (sic) depois disso. Mesmo sendo membro do C.E. anterior, eu não tenho sido convidado. Não tenho participado diretamente nesse tipo de reunião para planejamento” (Ribeiro, pai, 03/08/1995).

“Eu tenho acompanhado, não na proposta pedagógica... é mais na parte do calendário escolar” (Antonio, pai, 04/08/1995).

Os alunos também declaram que não são convidados a participar da Semana de Planejamento.

“Eu acho que não tinha feito nem eleição ainda para ser Conselheiro da Escola, entendeu? Acho que isso aí foi antes, aí depois que a gente entrou no Conselho” (Danilo, 2º Col. C, 02/08/1995).

“Eu acho, no começo do ano que quem sentou para planejar foi o pessoal do ano passado” (Edson, 2º Col. B, 03/08/1995) .

Com relação às datas da eleição do C.E./1995, há um equívoco por parte dos pais e alunos. Os representantes dos segmentos do C.E./1995 - funcionário, aluno, professor e pai de aluno - foram eleitos no mês de fevereiro, nos dias 16, 17 e 23, respectivamente. Antes, portanto, da Semana de Planejamento que ocorreu em março, no período de 1º a 3. A “semana” transforma-se em um “tríduo”.

Regra geral, não há participação de todos os segmentos na Semana de Planejamento, com exceção do ano de 1995, em que os funcionários participaram no primeiro dia. Nos

demais, só houve envolvimento de professores e direção. Assim, o Plano da “Romana” não é produto da construção coletiva de todos os envolvidos na escola

No ano de 1995, houve material de apoio, elaborado pela Secretaria da Educação, para o Planejamento. Para uma platéia de 37 pessoas havia apenas um exemplar do D.O. que foi lido, em voz alta, para todos, no primeiro e segundo dias. Houve trabalho em grupo, em cima de uma avaliação feita no final do ano anterior, avaliação essa que a diretora disse que foi cópia uns dos outros, no primeiro dia, e em cima do texto do D.O. sobre as disciplinas (um xérox para cada grupo), no segundo dia. Nesta Escola a função de apoio é melhor atendida do que no “Cabral”, uma vez que, no momento de trabalho de grupo foi providenciado um xérox por grupo. Situação esta ainda não ideal. Na realidade cada participante deveria ter recebido o seu exemplar, com antecedência, para poder ler e refletir sobre a escola.

No último dia, simplesmente foi colocado o objetivo geral da Escola na lousa, sobre o qual nada foi falado. Os professores se agrupam por área e em seguida por disciplina, para tratar dos objetivos. E cada um faz o seu Plano de Ensino. Esta situação revela que a função diretiva apontada por Fachin (1972) não é exercida adequadamente pela direção que não assegura a definição apropriada dos objetivos da Escola, por meio da discussão com todos os envolvidos.

Depois de toda essa encenação fica tudo no mesmo (os objetivos e o plano também). Não há alterações substanciais no Plano Escolar, apenas atualizam-se o quadro de pessoal, o calendário escolar.

A Semana de Planejamento que deve ser um momento para a reflexão conjunta do trabalho desenvolvido pela Escola, para discutir em conjunto o que deverá ser feito para melhoria do ensino, acaba na verdade sendo apenas um mero exercício, no fim do qual a direção é que acaba elaborando o Plano Escolar.

Estas observações mostram que o Planejamento na unidade não está sendo feito como deveria. Além da revisão das etapas básicas de um planejamento para que haja coerência, é preciso que a participação de todos os elementos da comunidade escolar seja incentivada pela diretora e não entravada, porque a participação não é o resultado de processos automáticos e espontâneos, mas uma conquista. Assim, os diferentes segmentos precisam aprender a participar e a se proporem a isso. Por meio do aprendizado vivencial de participação

construtiva de cada um e de todos os elementos da unidade escolar é que se caminhará para o planejamento participativo como construção coletiva (Pellegrini, 1986, p.127).

A “Semana de Planejamento” precisa literalmente, ser a semana e não um tríduo, a fim de que haja tempo suficiente para reflexão e ação necessárias para sua consolidação. É preciso divulgar o Plano elaborado para que todos tomem conhecimento.

3.1.2.3. Reunião do Conselho de Classe e de Série

3.1.2.3.1. dia:16/12/1992

O Conselho de Classe é presidido pela diretora Ana Maria que faz a Ata no livro e a assistente de direção Aparecida Cristina faz a Ata de Nota. A diretora lê a ficha do aluno (por exemplo: Antonio ficou em duas recuperações e dois conselhos). Pergunta, professor por professor - a sua opinião sobre esse aluno. Depois faz a votação. O resultado do Antonio foi - aprovado em Conselho e fica em recuperação. E assim prossegue. Houve alguns casos de não coincidir o conceito da ficha com o do diário de classe porque o professor errou na transcrição.

Alguns comentários dos professores sobre o aluno em julgamento: “É aluno faltoso. Não faz nada. Péssimo aluno no conjunto.” “É aquele moreno, baixinho.” “Essa menina veio aqui, juntou com fulana. Só dá risada. Não faz nada.” “O menino é limitado. Na recuperação nem consegue. Isso que ele apresentou é tudo que consegue.”

As professoras Cecília (Ciências) e Mirna (Matemática), ao meu lado, reclamam baixinho, entre elas, que “aluno não fica em Português em Conselho, por isso eles escrevem mal... até a numeração”.

A diretora Ana Maria, dirigindo-se aos professores: “Esse ano foi injusto... um ano atípico por causa da greve e dos Jogos Abertos. Será que demos tudo, como devia ser dado?”

Durante o Conselho foi servido café com sonho, mas não houve parada, o trabalho continuou normalmente.

3.1.2.3.2. dia: 09/02/1994

O 2º Conselho de Série das 3ª e 4ª séries aconteceu, em 1994, na sala dos professores, porque a professora Julieta entrou de greve desde o início. Estavam presentes uma professora da 3ª série e quatro professoras de 4ª série. Aparecida Cristina, vice-diretora, presidiu sessão porque a diretora estava numa reunião na Delegacia de Ensino.

A reunião, marcada para as 8h, começou quase às nove horas, porque uma das professoras não chegava. A professora Julieta tinha doze alunos para recuperação, dos quais seis foram para o Conselho. A titular estava em dúvida se os promovia ou não. Expôs a situação detalhada de cada um e mostrou as provas. Analisaram, algumas deram sugestões, até que chegou um momento em que não se sabia o que fazer. Então, a Aparecida Cristina lembrou que a presença da Coordenadora Zezé era essencial para ajudar a decidir. Ela pediu que fossem chamá-la. A Coordenadora estava no Posto de Saúde do Bairro, com o neto que estava com problema. Durante a reunião a vice-diretora lembrava às professoras que “deveriam levar em conta o ano atribulado que foi 94”.

Com a chegada e ajuda da Zezé, nova análise e ponderação sobre cada caso foram feitas. No final, dois alunos foram retidos. Nesse ínterim, Aparecida Cristina foi atender um telefonema (era a diretora querendo saber como tinha sido a sessão).

Enquanto isso, a professora Julieta saiu da sala e foi conversar com as mães dos alunos que estavam, desde às nove horas, esperando o resultado para fazer a matrícula. As mães, sabendo do resultado (parcial) foram matricular os filhos. Retornando, Aparecida Cristina ficou furiosa: “Como é que a Secretaria estava matriculando, se o resultado final, ainda não havia sido decidido?” Suspendeu tudo e pediu para as mães esperarem o término da reunião. Fechada a porta da sala, a sessão continuou.

A professora Rúbia do 4º ano propôs nova análise de todos os alunos, pelo conjunto de professoras, pois o critério havia mudado. Assim, por derradeiro, apenas um aluno foi retido. Aparecida Cristina, provocativa, num comentário, disse: “Mas o aluno foi aprovado em Português e vai ficar em Matemática?... Não sei o que a Ana Maria vai dizer.”

Quando tudo terminou e a Ata estava pronta para a divulgação, não havia ninguém por perto. Foi outro alvoroço: “Quem mandou as mães irem embora?” Um funcionário saiu e localizou-as no pátio.

Durante a reunião senti que a possibilidade do recurso por parte do aluno pressiona os professores. A todo instante era lembrado que “o recurso existe e o aluno pode usá-lo mas o Conselho deve analisar caso por caso e decidir” (Aparecida Cristina).

Observa-se nesta reunião o envolvimento de todas as professoras, na decisão de aprovação ou não de alunos que ficaram para o Conselho, demonstrando um trabalho coletivo.

Elas analisaram, discutiram, questionaram e a contribuição da coordenadora do C.B. ajudou a esclarecer os critérios, até que finalmente decidiram.

A vice-diretora, embora veladamente, não respeita a decisão do Conselho de Série, pois fica insinuando que “o aluno pode usar o recurso (no caso, a Deliberação CEE nº 3/1991)”, “mas o aluno foi aprovado em Português e vai ficar em Matemática?... Não sei o que a Ana Maria vai dizer.”

O Conselho de Série para identificar os alunos de aproveitamento insuficiente, elaborou, após discussão, critério para a avaliação, com o envolvimento de todas as professoras, com o auxílio da coordenadora. Já o Conselho de Classe, da maneira como é realizado nesta unidade, constitui “instância meramente burocrática, onde se procura apenas justificar o baixo rendimento do aluno, colocando a culpa em fatores externos à escola” (Paro, 1997, p.81). Não há preocupação em analisar os padrões de avaliação utilizados, nem identificar as causas do aproveitamento insuficiente, mas apenas há ênfase em identificar os alunos de aproveitamento insuficiente. A avaliação do rendimento do aluno constitui o único processo de avaliação na escola. Segundo Paro (1997, p.81), além da avaliação do rendimento do aluno é preciso prever instrumentos institucionais para avaliar “o próprio processo escolar como um todo, com a presença de alunos e de pais, pois são eles os usuários da escola e a eles compete apontar problemas e dar sugestões de acordo com seus interesses.”

3.1.2.4. Reunião de Pais e Mestres (1995)

A Reunião de Pais aconteceu no dia 22/08/1995, nos três períodos, na terceira aula.

No período da manhã, os alunos tiveram aulas normalmente, até às 9h 30min, horário em que a reunião iniciou. Na Escola estavam muitos pais. Variou de oito a vinte pais por classe. A direção distribuiu um roteiro impresso para a reunião para todos os professores. Primeiro, assisti a reunião do 4º ano. Inicialmente estavam vinte pais (dezenove mães e um pai). À medida que transcorria a reunião iam chegando mais pais, ao final eram vinte e quatro.

A professora Helen passa a expor: “A Escola ‘Romana’ está em terceiro lugar em promoção de aluno na Delegacia de Ensino. As faltas de aluno estão demais. Peço para evitar que os alunos falem. Mandem seus filhos à Escola. Quem tem menos de setenta e cinco por cento de presença vai ter que cumprir horário fora do horário de aula, vai ter que compensar as ausências. Dificilmente eu falto. Na quarta feira faltei porque tinha reunião do meu filho, na

outra escola. A escola não achou substituta, por isso a classe foi dispensada. O problema geral da classe é que a classe tagarela demais. Quando falto, deixo todo material para a substituta.”

Há muito barulho por conta dos alunos que estão no pátio, acrescido do barulho do ventilador. Precisa-se fazer muito esforço para ouvir a fala da professora. Inclusive, algumas mães que estavam mais para trás foram para a primeira carteira.

“O uniforme é uma segurança para o aluno.” Neste momento a professora vê uma aluna sentada lá atrás e diz: “Andréia, fora da classe. A reunião é dos pais. Aluno não pode ficar.” E foi enxotando a menina em direção à porta.

“Aluno que falta em avaliação tem que trazer atestado médico senão fica com zero. Haverá Feira de Ciências no final do ano. É obrigatória a participação. Será por equipe.”

Neste momento dá sinal de saída da 5ª a 8ª séries. A Escola fervilha. Há um aumento de barulho. A professora fecha a porta, tentando atenuar.

A professora prossegue: “Tarefa... metade da classe não faz. O pai precisa acompanhar estudo em casa. Esta é a parte mais importante da reunião. O aluno precisa estudar em casa, todo dia; não deixar só para prova. Amostra de Artes. Educação Física e Educação Artística eu não tenho tempo. Este ano não consegui produzir nada com as crianças. Para a exposição não tenho nada. Ano passado deu para trabalhar melhor, tinha uma mesa cheia de trabalhos dos alunos. O trabalho do Rio, só onze fizeram. Preciso da autorização dos pais para visita ao Museu, na próxima sexta-feira. Vamos de ônibus. A visita será das 7h 30min às 9h 30min. Eu peço para não dar dinheiro aos filhos porque não tem lugar para comprar lanche. Só dêem passe do ônibus. Vou entregar boletim e conversar com os pais que os filhos não vão indo bem.”

Só uma mãe pergunta: “É ônibus especial?”

“Não. De carreira. Vamos pegar aqui do lado da Escola.”

Não há mais perguntas.

A professora Helen fica atendendo pai por pai, enquanto uma boa parte sai da classe.

Dirigi-me para outra sala, onde o professor Agnaldo junta os pais da 7ª B, com os da 7ª A. Inicia a reunião com trinta e quatro pais, depois chegam mais sete, no decorrer da reunião. Seguindo o roteiro, o professor Agnaldo passa a explicar: “Aproveitamento da Escola - a ‘Romana’ pegou terceira colocação no geral da Delegacia de Ensino de Presidente Prudente. Sinto orgulho. Em primeiro lugar está a Floresta, em segundo o Precioso, em terceiro a

‘Romana’. Não é o ‘Cabral’, não é o ‘Tiradentes’ que está em primeiro lugar. No Estado de São Paulo, a Escola está no Grupo 1, o grupo de elite”, diz todo satisfeito.

“Assiduidade - quer dizer a presença na aula. O aluno que chega atrasado, perde o dia. Então o aluno entra pelo buraco. Eu tenho aluno de 5ª série que está estourado em falta. Tem que ter 75% de presença. Como fazer para saber quantas faltas pode dar. O ano tem 36 semanas, então multiplico 36 pelo número de aulas semanais da disciplina. Inglês são duas aulas. Assim, $36 \times 2 = 72$ aulas anuais que divididas por 4 dão 18 aulas. O aluno pode dar 18 faltas. A 7ª A tem problema de disciplina isolada. Reflete no rendimento de toda classe.”

”Uniforme - Aluno que vem sem uniforme é barrado, então entra pelo buraco. Há pessoas estranhas que estão invadindo a Escola, pelo buraco. É importante vir com uniforme porque se está sem uniforme é retirado da Escola. A Escola aciona a polícia. A Polícia pega e manda embora.”

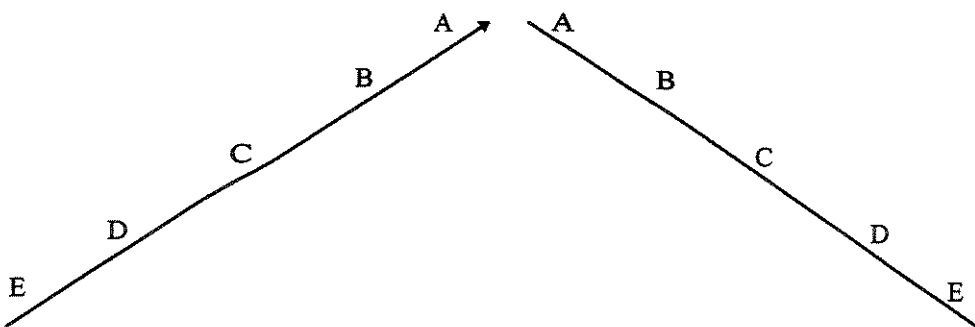
Uma mãe indaga: “Por que não fecha o buraco?”

O professor Agnaldo explica: “A A.P.M. gastou bastante no buraco. Gente de fora abre. É só arrumar a tela, que daí quarenta minutos aparece o buraco. Se entra gente, a Escola aciona a polícia...é gente que quer vir namorar aqui... para roubar...”

“Falta em dia de prova. Trazer atestado médico ou bilhete da mãe. Se o filho teve febre, diarreia, a mãe escrevendo o bilhete ou vindo à Escola comunicar, vou confiar.”

“Eventos que serão promovidos pela Escola - Feira de Ciências - os pais vão ter que se envolver. I Amostra de Artes - isto é, Semana de Artes em outubro - música, poesia, pintura, dança. Queremos descobrir talentos aqui na escola. Esta Semana é aberta à comunidade.”

“Os conceitos E e D são ruins e B e A são bons, e o C é regular. O aluno que começa tirando E depois D, C, B, A é promovido. O aluno que tira A, B, C, D, E é reprovado”, dizendo isso, o professor Agnaldo desenha na lousa:



Em seguida entrega boletim aos pais. Passa uma lista de presença para o pai assinar do lado do nome do filho e avisa: “Pai pode procurar professor. Alguns estão na escola.”

Encerrada a reunião.

Na entrevista, sobre a presença dos pais nas reuniões, a Secretária explica:

“Geralmente os pais estão preocupados em trabalhar lá fora e ganhar o sustento de cada dia... então eles não ficam preocupados se o filho está aprendendo, se tem bons professores, se pode melhorar alguma coisa... de 1ª a 4ª os pais se preocupam mais, participam das reuniões, mas de 5ª ao 2º grau¹⁶ os pais não ligam mais... porque está todo mundo preocupado com a sua vida, com seu dia-a-dia, e vai deixando, enquanto os alunos de escola particular é diferente, o pai está cobrando porque sabe que vai prestar um vestibular para Medicina, Odonto e se ele não sabe, não vai conseguir. E outra, ele está pagando” (Carmelita, Secretária) (31/08/1995).

A “Romana”, ora utiliza o Regimento Comum do 1º Grau, ora o do 2º Grau, quando na realidade é uma Escola de Ensino Fundamental e Médio, então o Regimento deveria ser o de 1º e 2º Graus. À página 15 do Plano Escolar, sobre direitos e deveres dos alunos citam-se os artigos 61, 62 e 63, que são do R.C.E.E. de 1º Grau, quando para o caso da Escola deveriam ser os artigos 63, 64 e 65 do R.C.E.E. de 1º e 2º Graus. Às páginas 29 e 33 aparecem explicitamente escritos “de acordo com o regimento das escolas estaduais de 1º grau” (projeto da Secretaria e projeto de inspetor de aluno). Ora, a “Romana” é uma Escola de Ensino Fundamental e Médio, simultaneamente.

Na “Romana”, a direção, quer na figura da diretora, quer na figura da vice-diretora, está presente em todas as atividades da Escola.

3.1.2.5. A greve

3.1.2.5.1. ano: 1992

A greve, iniciada em agosto, teve quase que adesão total dos professores. Apenas uma professora (PI) trabalhou nesse período. O pessoal administrativo não aderiu à greve. Depois de vinte e sete dias de paralisação, a diretora conversou com os professores, no intervalo, para ver como iam repor as aulas e decidiu-se que reporiam aos sábados, mas que dependia da negociação com o Secretário da Educação. Os professores reivindicavam, além do pagamento, que esses dias fossem contados como de efetivo exercício.

¹⁶ Nas falas dos entrevistados manterei as expressões antigas “1º e 2º graus” para ser fidedigna.

“É complicado porque no próximo sábado não haverá aula por conta da eleição e além disso, pelo mesmo motivo, o prédio já está requisitado já a partir de 5ª feira à tarde (12h). São poucos os sábados de que dispomos para a reposição até à véspera de Natal. Não sei como vai ficar pois a negociação tem que ser rápida para os professores iniciarem a reposição. Além disso, de 20 a 30/10 haverá os Jogos Abertos do Interior e o prédio já foi requisitado para abrigar os atletas. Aqui já são dez dias” (Ana Maria, diretora) (30/09/1992).

Uma semana depois, na sala dos professores, a diretora fala sobre reposição: “Embora até agora não se tenha solução da negociação, proponho que já na próxima segunda-feira que é feriado seja iniciada a recuperação. Há algumas turmas que vão fazer excursão, então para elas está resolvido e as demais terão que ter alguma atividade.”

Uma professora levanta a questão: “E se não for aprovado na negociação?” e ela mesma completa: “Então, fica como aula dada”.

Alguns professores dirigem-se ao calendário da parede e contam quantos sábados há até o Natal. Tem professor que precisa repor 17 dias, outros 14, 11... Outra professora propõe: “Em vez de usar o sábado vamos aumentar uma hora por dia de aula. A criança já está na Escola, ela fica um pouco mais porque se for no sábado muitas poderão não comparecer.”

Ana Maria lembra a todos: “A reposição deve ser como aula mesmo, inclusive se tiver que fazer avaliação realizá-la porque a maior reclamação é que as reposições são com qualquer atividade e não há aula no sentido tradicional, com desenvolvimento de conteúdo.”

No dia 14/10 no intervalo, na sala dos professores, o comentário foi sobre a reposição da greve, o não pagamento dos dias parados. “Nessas condições não vou repor.” “Greve, nunca mais.” “O professor Branco pode vir falar sobre greve que não vou aderir.” “Deu isso porque os professores não sabem fazer greve. Não há adesão de todos.” “Isso é só pra pressionar, é preciso negociar. Nós não vamos perder nada.” “Não vou mais fazer excursão para o Morro do Diabo, nem lugar nenhum.” Observa-se aqui, a atitude condenada pela população, de que quando o professor entra em greve é em favor da melhoria do ensino, mas no momento de demonstrar compromisso com o ensino, por ocasião da reposição das aulas, há pouco empenho dos professores em realizar um trabalho de qualidade que não prejudique o aproveitamento dos alunos.

Dá o sinal. A diretora chega, comenta sobre a reposição da greve, mas uns já vão dizendo que “nessas condições não vamos repor”, “mesmo sendo extraordinário, quando

recebermos em janeiro, o dinheiro não está valendo mais nada”. Cada um vai saindo, em direção às classes.

“Este ano, por conta da greve, a avaliação do 3º bimestre atrasou. Cada professor fez sua avaliação, não houve aquela marcada costumeiramente, pela Secretaria. A reunião de Pais, marcada para o dia 16/10, foi adiada, devido a falta de material (notas bimestrais), provavelmente para novembro porque haverá os Jogos Abertos” (Carmelita, secretária) (14/10/1992).

No dia 17/10, a diretora faz levantamento de aulas e dias letivos, por disciplina (precisa ter 75%). A Escola precisa garantir os 200 dias letivos. O calendário velho vale até 9/10 e o calendário novo a partir de 10/10. O problema está com o professor I porque mesmo que se conte, como dia letivo para todos, os dias que uma professora não entrou em greve, o PI precisa cumprir os 200 dias. A Delegacia de Ensino orientou que “é para repor como der”.

Aos 4/11 Ana Maria informa: “O plano de reposição já era. Agora já saiu uma Resolução alterando tudo. Cada escola faz o seu plano. É para repor todos os dias paralisados. Não é mais para levar em conta a questão dos 75%. E a direção está liberada. O diretor elabora o plano e não precisa ouvir o Conselho de Escola.”

Há um total desrespeito ao Regimento Escolar. O Calendário é refeito sem a participação do Conselho de Escola. No livro Ata da unidade escolar, realmente, nada consta sobre esse plano de reposição. Para o Plano de reposição não houve reunião formal. A diretora, nos intervalos, conversava com os professores e juntos tomavam decisões. A participação foi parcial, porque nem alunos e pais do Conselho de Escola foram ouvidos.

Apresento algumas falas sobre a reposição: “Na reposição aparecem poucos alunos. Agora, como muitos fecharam a nota, não estão comparecendo” (Cecília, Ciências). “Estou repondo só para não perder o dia como de efetivo exercício, porque pelo dinheiro não compensa.” (Álvaro, Educação Artística). “As classes de 1ª a 4ª é que mais alunos têm, mas assim mesmo, são poucos alunos. De 5ª série em diante tem menos alunos ainda.” “Aos sábados à tarde os alunos ainda vêm, mas aos domingos são raríssimos” (Eneida, Margarida, PI).

3.1.2.5.2. ano: 1993

A greve deste ano iniciou com adesão parcial dos professores, um PI e sete PIII, em agosto. A partir de 25/08, a diretora Ana Maria acompanhou a decisão da UDEMO e entrou

no movimento, paralisando as suas atividades. Em 29 de setembro, a Escola está vazia de aluno, professor e direção, tendo apenas os funcionários trabalhando. Havia um cartaz na parede da Secretaria que dá para o “hall”:

Convite aos Pais

A direção e os professores da E.E.P.S.G. Romana
convidam os Srs Pais para a reunião do dia
1º/10/93 (sexta-feira) às 20 horas.

Assunto: esclarecimento sobre a greve.

A direção

No dia 25 de outubro, a unidade estava aberta, mas não havia classes em funcionamento. Três professoras que estavam no “hall” me informaram que a Escola amanheceu com os cadeados dos portões com durepox. Até chamar o chaveiro e ele chegar, não havia como segurar os alunos. A diretora optou pela dispensa dos alunos.

Uma PI, na sala dos professores, estava furiosa porque alguns alunos seus haviam conseguido entrar pelo buraco do alambrado mas o professor Agnaldo, de Inglês, (representante da APEOESP) convenceu os alunos de que não deviam entrar daquele jeito, e porque normalmente se algum aluno pula muro ou entra via buraco no alambrado é barrado de assistir às aulas, e os alunos foram embora. Daí a fúria da professora que queria dar aula. Cada pessoa que chegava à sala escutava os lamentos dela. Por isso, as três professoras estavam no “hall” da Escola, porque não agüentavam mais ...

Zezé, coordenadora do CB, referindo-se ao fato, explicita que “na greve precisa sempre ter um professor que puxa os demais”. O pessoal da APEOESP estava pedindo que os professores não retornassem até a 4ª feira quando se realizaria a Assembléia em São Paulo. Zezé retornou por causa da 15ª falta, para não perder o vínculo.

A diretora Ana Maria explica o seu próprio retorno: “A UDEMO saiu da greve mas não da negociação. Em Prudente, somente sete diretores estavam de greve e não havia mais condições de permanecer em greve.” Sobre a greve explana: “Não marquei reunião do C.E. para a reposição de aula porque não há condições, com a Escola sem o seu corpo docente total. Os PIII, a maioria, estão em greve. Os PI, somente uma permanecia em greve. Todos saíram

perdendo... Eu, economicamente, não vou receber a gratificação (número de aluno e tempo noturno) 30%+10% de dois meses, mesmo repondo os dias. Os professores não vão receber. Há professor cujos familiares estão sofrendo as consequências da greve - falta de comida em casa. A APEOESP tem feito campanha - venda de sobremesa, festa no Castilho etc. - para arrecadar dinheiro e ajudar os mais necessitados. A Escola mesmo arrecadou dinheiro entre os professores para o professor representante da APEOESP ir a São Paulo para a Assembléia.”

3.1.2.5.3. ano: 1995

Houve adesão total dos professores na paralisação do dia 17/03/1995. A semana de 27 a 31/03, marcada como greve geral, envolvendo todos os sindicatos - APASE, UDEMO, APEOESP, C.P.P.- na “Romana” só não teve adesão de uma professora de Matemática. No dia 03/04 os PI retornaram às atividades, enquanto os PIII permaneciam em greve. De 04 a 07/04 os PI retornam ao movimento, pressionados pelos PIII. A greve termina no dia 28/04.

Regra geral, a greve tem adesão do professor, mas não do funcionário. Além disso, dentre os professores, a participação do Professor PIII é mais agressiva, no sentido numérico e na questão de posicionamento. O professor PI é pressionado pelo professor PIII para entrar e permanecer na greve. Em 1993 e 1995, houve a adesão da diretora e da vice-diretora porque a UDEMO entrou no movimento. Há a presença fortíssima da APEOESP, por meio do representante na escola.

A greve começa com a adesão de poucos, depois cresce e arrefece, com a entrada e saída de professores, em diversos momentos, o que recebe crítica dos pais porque os alunos nunca têm certeza se há ou não aula, se o professor está ou não em greve. Não há um retorno organizado, porque não se respeita a decisão da Assembléia do Sindicato, cada professor deixando o movimento no momento que lhe convém.

Alguns professores entram na greve mas não com responsabilidade porque no momento da reposição “é para não perder o dia como de efetivo exercício” e não para ressarcir o aluno do prejuízo de conteúdo. É preciso assumir a greve com todas as consequências - reposição de dias parados e de conteúdo.

3.1.2.6. Reunião do Conselho de Escola

3.1.2.6.1. dia: 25/11/1993 (reposição de aulas)

O drama da reposição de aulas é narrado pela Aparecida Cristina, vice-diretora:

“Além das deliberações publicadas no D.O., recebemos inúmeros fax sobre reposição de aula. No início, para a anistia bastava que se cumprisse 75%; no dia da reunião de C.E. (17/11) recebemos um fax que dizia que para a anistia a reposição seria 100% sobre os 180 dias para PI e 36 semanas X número de aula por semana (=180 dias) para o PIII. Antes podia-se dar aula aos sábados e feriados, e prolongar o período de aula do dia, que receberiam extraordinário. Agora, a orientação é outra: pegar dezembro/93 e fevereiro/94, se não der os 180 dias, aí retoma os sábados e depois o período intermediário. As escolas que já trabalharam sábados e feriado (15 de novembro) terão os dias pagos como extraordinários. Daqui para frente o Estado não paga mais extraordinário. As séries terminais vão receber um tratamento diferenciado, só que não sabemos, ainda, como” (22/11/1993).

Finalmente, a reunião do C.E. é realizada no dia 25/11/1993. Ana Maria, diretora, preside e Aparecida Cristina, vice-diretora, assessora e faz a ata. A diretora verifica a questão do “quorum” para ver se dava para começar, mas não dava. Foi lembrado que alunos e professores estavam na casa. Foram chamá-los. Havia seis alunos, quatro pais, treze professores, uma funcionária, além da diretora e vice-diretora.

Ana Maria inicia a reunião explanando sobre as legislações do D.O. e sobre as circulares e diz que havia feito até aquele momento quatro planos. Ontem, na reunião da REM (Representantes de Educadores do Município) foi mencionado que é para “atender apenas o que foi publicado no D.O. e para esquecer os ‘fax’ e ‘circulares’.” Faz a leitura do Comunicado de 20/11/1993 que resumia tudo que foi publicado no D.O. - aula no máximo até 11/02/1994; 8ª série e 3º ano do ensino médio encerrar até 31/11/1993; pode utilizar sábados, intermediários. Lembra que a decisão do Conselho é muito importante e que mesmo decidido pelo Conselho não queria dizer que seria aprovado pela D.E..

A última parte desse relato mostra como o princípio da hierarquia das leis não é respeitado. Comunicados da Secretaria da Educação sobrepujam uma Lei Complementar que instituiu o Conselho de Escola em novas bases. Legalmente, o Conselho de Escola é que elabora o Calendário Escolar e não a Secretaria da Educação ou a Delegacia de Ensino. A Lei Complementar é hierarquicamente superior às decisões administrativas da Secretaria da Educação ou da Delegacia de Ensino, como já foi relatado. A idéia é: “Você é livre para casar. Mas só tem o meu consentimento se casar com fulano.” É uma falsa democracia. O Conselho

de Escola tem a atribuição de elaborar o calendário, porém só recebe anuência da Delegacia de Ensino desde que obedecidas suas ordens. Onde está a autonomia dada à escola, pela legislação? Aqui cabe lembrar a lição de Demo (1988, p.100):

Em teoria, direitos são devidos incondicionalmente. Na prática, necessitam de ser conquistados. Porquanto, se não forem conquistados, não se realiza algo que é cerne da cidadania, a saber, a capacidade de construir com iniciativa própria seu espaço.

A diretora apresenta um Plano de Reposição como sugestão e que deveria ser submetido à apreciação do C.E.: aula normal até 21/12, aulas aos sábados (não trabalhar 24/12), dia 31 Conselho de Série e Classe, 6ª aula só para aquele que não cumpre até 21/12. Os alunos solicitam que se inverta: que a 6ª aula seja para os “normais” e os sábados para aqueles que não cumprem até 21/12, alegando que aos sábados os alunos não comparecem. Cada segmento foi expondo as suas razões, a favor e contra. É colocada em votação - se aceita a troca ou não; saiu vencendo a troca. Um as pessoas começaram a lembrar que se for colocar a reposição normal na 6ª aula, o professor que tem só as duas primeiras aulas vai ficar com três aulas vagas para trabalhar só na sexta aula. A diretora afirma que muitos professores III não vão repor a aula e a direção vai ter que arrumar um substituto, tornando-se difícil arrumar quem venha dar só na sexta aula. A questão do ônibus também é levantada. No período noturno a aula deve começar quinze minutos mais cedo, isto é, 19h e terminar às 23h 15min. Também foi colocada a questão que o aluno que faltou durante o ano sabe que deve repor. Então foi sugerida nova votação. Votada, os alunos perderam. Ana Maria lembra: “Os 180 dias para a 1ª a 4ª séries completam no dia 10/12, mas há uma 3ª série que só termina em 30/12, por isso a recuperação da 3ª e 4ª séries fica para a primeira semana de fevereiro/94.”

Sobre a avaliação, Ana Maria lê um parecer que trata de uma única avaliação para o 3º e 4º bimestres, só para séries terminais. A diretora lembra que “vários professores já têm condições de avaliar o 3º bimestre separado do 4º bimestre”. Colocado em votação. Aquele que tem condições de avaliar separadamente o 3º e 4º bimestres, faz assim; o que não tem condições faz uma avaliação que vale para os dois bimestres, com o cuidado de salvaguardar a recuperação, separadamente para o 3º e o 4º bimestres. Aprovado. Até 18/12/1993 entregar todas as papeletas para dar tempo de a Secretaria preencher os fichários para Conselho de Classe, no dia 22/12/1993.

A diretora, sobre a compensação de ausência, lembra: “O Conselho de Escola aprovou, no início do ano, que só o aluno que tem motivo justo (doença, trabalho) é que teria direito à compensação. Agora, com a greve, a D.E. manda esquecer isso. A Escola vai fazer levantamento dos casos. A compensação será de 6 a 10/12/1993. O aluno precisa freqüentar horário que não é o seu.” Coloca em votação. Aprovado.

Novamente a intervenção autoritária, ilegal da Delegacia de Ensino. Se o Conselho de Escola decidiu sobre a questão da compensação, como a Delegacia de Ensino manda esquecer essa decisão? E como é que as pessoas aceitam essa imposição? A resposta é dada por Pinto (1992, p.157): “A explicação para este fato pode ser encontrada nos processos de fragmentação da consciência decorrentes da colonização do mundo de vida.” A nossa cultura é uma cultura que aliena e fragmenta a consciência. Para combater isso, é preciso a criação de uma cultura política libertária, de uma cultura de massas “profana, irrestrita e igualitária” (Habermas, 1990, p.111, *apud* Pinto, 1992, p.157).

Ana Maria solicita aos professores: “Deixem os livros e a relação dos assuntos comigo, para o caso de os alunos virem fazer trabalho como compensação de ausência.”

Observe-se que a maneira de realizar a compensação de aula é contrária ao que determina o Regimento Comum na alínea b do parágrafo 2º do artigo 91: “as atividades para compensação de ausência deverão *obrigatoriamente* ser realizadas sob a supervisão de professores” (grifo meu), portanto não da diretora.

Durante a reunião, três professoras PI reclamavam, entre elas, que “na hora de fazer greve, o PIII faz, mas na hora da reposição muitos deles se recusam a repor” e que “sempre o PI acaba levando a Escola nas suas costas”. Este comentário ficou entre elas, não foi verbalizado para a Assembléia.

Término da reunião - 22h 45min. Não havia mais ninguém em sala de aula. As pessoas se retiram apressadamente da Escola.

Estas reuniões do Conselho de Escola são exemplos de que quando convocados, os segmentos, inclusive o dos alunos, participam sugerindo, discutindo, analisando, opondo, para no final decidir em conjunto. É possível um trabalho coletivo. A emancipação não é doação, nem concessão, é conquista, é construção.

3.1.2.6.2. dia: 07/03/1994 - Eleição de pais de alunos

Aos 7 *de março* realizou-se a reunião do Conselho de Escola para eleição dos membros, segmento dos pais de alunos, no salão de uso múltiplo, às 20h. As cadeiras colocadas foram insuficientes, havia muita gente em pé.

Ana Maria, diretora, preside a reunião. Nas preliminares, lembra que o C.E. delibera, na próxima reunião, sobre o uniforme; solicita aos pais para acompanhar a vida escolar do aluno (caderno, tarefa, hábito de estudo); para os que não têm condições a Escola dará cadernos e emprestará livros; não será permitido que o pai entre diretamente em contato com o professor que está na sala de aula porque está havendo muita interrupção de aula e dispersa a atenção do aluno; informa o horário de entrada e saída de cada período e solicita que os pais enviem as crianças antes do horário de início para evitar entradas tardias em sala de aula; lembra que as matrículas na Escola do Estado estão ficando difíceis, por isso verificar se o filho vem vindo à Escola mesmo, se ele está fugindo, porque, agora estão matriculando quem não perde o ano, o aluno de fora, e se sobrar vaga os retidos e os desistentes. Em seguida, há o momento para perguntas da platéia: uma mãe reclama da sujeira dos banheiros e outra quer saber da possibilidade do atendimento de criança que não frequenta escola pela dentista. Finalmente, a eleição propriamente dita. Quando se fala em eleição, muitos se levantam para ir embora. Ana Maria pede para ficarem porque “mesmo que não façam parte do Conselho podem ajudar a escolher o pai representante”. Todos sentam novamente.

A vice-diretora Aparecida Cristina faz leitura sobre o que é Conselho de Escola. Este fato é importante porque está dando informações a todos os presentes. Quanto mais de posse de conhecimentos, quanto mais esclarecidas, as pessoas têm melhores condições de participar. Após, Ana Maria diz que precisa de sete pais indicados pela Assembléia e dois suplentes. Ela sugere que se apresentem voluntários. Timidamente, aos poucos, uma senhora se apresenta, em seguida um pai e assim prossegue até que surgem sete pessoas. A diretora fala que se outras pessoas também quiserem colaborar podem se apresentar e se forem mais de sete, aí farão uma votação. Alguns lembram que fazem parte da A.P.M. e Ana Maria diz que a eleição da A.P.M. será no final de março.

Terminada a reunião de eleição, em seguida, foi a *1ª Reunião do Conselho de Escola de 1994*, às 20h 45min. As demais pessoas saíram. Vieram os sete alunos e os professores do Conselho de Escola. Os alunos foram eleitos na semana anterior. Cada classe indicou dois

representantes. Desses representantes, entre eles, foram escolhidos sete. Os professores foram eleitos entre os seus pares, na Semana de Planejamento.

A pauta da Reunião:

a) *referendar o Coordenador do C.B.*. A diretora explica o que é Coordenador do C.B.. A eleita foi a professora Zezé. A função do Conselho de Escola é apenas referendar. Apresenta a professora Zezé a todos. Referendada, a partir de amanhã a professora Zezé se afasta da classe da tarde (ela está com duas classes) e começa com a Coordenação. Sua classe fica na mão de um eventual pois vai para a D.E. para atribuição.

b) *Elaborar o Calendário Escolar*. A diretora comenta que “está difícil elaborar o calendário este ano, pois a aula começou em 1º de março e são 200 dias letivos. Em julho há 15 dias de recesso e uma semana em dezembro”. A Delegacia de Ensino este ano vai considerar atividade como dia letivo. Ano passado não podia.

Uma professora e a vice-diretora vão à lousa onde está um calendário anual e mês por mês, conferem os dias letivos e os possíveis feriados, obtendo-se um quadro com 96 dias letivos e 4 feriados no 1º semestre e 96 dias letivos e 6 feriados no 2º semestre.

Ana Maria explicita que “este ano não queria nenhuma atividade mas o máximo de dia letivo porque nem todos colaboram. São sempre os mesmos. Porém, devido a situação e se o Conselho aprovar, não tem outra alternativa”.

Em março há a quinta-feira Santa que é facultativo, a diretora coloca a possibilidade de se dar aula mesmo. Votado. Vence. E assim é feito com relação a todas comemorações cívicas e festas que a escola realizaria. “Em algumas comemorações só participarão PI e em outras só PIII, para não sobrecarregar o pessoal” (Ana Maria). No final resultou:

1º semestre - 97 dias letivos + 3 comemorações = 100
2º semestre - 96 dias letivos + 4 comemorações = <u>100</u>
200
De 1º/03 a 21/12/94
22/12 - Conselho de Classe e Série

Votação do Calendário. Aprovado. Mas o professor Agnaldo, não satisfeito, pergunta se “os doze dias letivos de julho não poderiam ser divididos em dois blocos, um no início e

outro para o **final** do mês”. Porém, a diretora argumenta que “é melhor os doze dias serem no início do mês e contínuos porque mesmo assim, no final, por conta da entrega de notas bimestrais, os **alunos** já não comparecem às aulas. Se deixar em dois blocos o prejuízo é maior. Haverá falta no final do 1º bloco e no início do 2º bloco os alunos não virão, começando, na prática, só em **agosto**.”

Algumas pessoas falam um pouco. Nova votação. Acaba ficando como estava.

Ana Maria coloca ao Conselho a necessidade de se marcar nova reunião para a próxima semana, pedindo que não seja na segunda-feira, porque hoje a reunião já foi na segunda. O colegiado decide: terça-feira, dia 15/03, às 20h.

Encerrada a reunião, alguns pais ainda ficam conversando com a diretora sobre problemas de seus filhos.

3.1.2.6.3. dia: 15/03/1994 - Reunião extraordinária

A pauta da *Reunião Extraordinária do Conselho de Escola* (às 20h): a) prestação de contas; b) uniforme; c) horário de entrada; d) normas da Escola.

Estavam presentes: diretora, vice-diretora, e vinte e duas pessoas, entre professores, pais e funcionário.

A diretora inicia a reunião prestando contas, demonstrando a arrecadação na matrícula (CR\$ 81.791,00), o gasto, item por item (CR\$ 170.150,00) e o saldo na poupança (CR\$ 131.400,00). O Escritório de Contabilidade escritura verba da A.P.M. e do Estado. Um pai indaga: “A atual diretoria da A.P.M. tem condições de deixar alguma coisa programada para outra diretoria?” Ana Maria responde: “Não. A nova diretoria é que terá que ver o que vai fazer.” Sobre o uniforme, a diretora diz que, além de “ficar mais bonito, dá segurança o uso do uniforme”. Prossegue: “à noite, o problema é pior, pois o muro é pulável facilmente. Há constantes invasões de gente de fora; adotando o uniforme fica mais fácil identificar o estranho. O muro deverá ser erguido. O engenheiro veio, está aprovado mas está parado. A tela com o Postinho não adianta, pois é forçada, e tanto o aluno foge, como as pessoas de fora entram na Escola. Além disso, como a palavra diz, o uniforme uniformiza, acabando com a diferença de classe social. Se não for adotado, acaba virando desfile de moda para alguns. O uniforme: bermuda ou calça ‘jeans’.” O professor Agnaldo pede a palavra: “Há reclamação por parte do aluno, com relação à camiseta. O modelo que é de pijama e a cor - azul”. A diretora explica:

“No ano passado estava programado passar questionário aos pais sobre uniforme e concurso de logotipo, mas por conta da greve, nada disso pôde ser feito.”

A Assembléia decide sobre a data para vir uniformizado: 11/04/1994, após o pagamento para não haver desculpa. Uma aluna informa: “Dona Ana Maria, as malharias que confeccionam o uniforme não vão tingir a malha e estão aguardando a direção se manifestar.” Ana Maria, como que se defendendo: “Acho engraçado porque só agora estou tomando conhecimento disso e além do mais eu acho que a malharia é que devia vir à direção para saber como vai ser o uniforme e não eu ir à malharia.”

Passa-se a discutir sobre o logotipo. Fica decidido que a data do concurso será 25/03/1994. A diretora solicita ao professor de Educação Artística para elaborar o critério (cor, letra, desenho etc.). O professor Agnaldo sugere que o concurso seja “aberto à comunidade e não ficar em nível interno”. Com relação ao prêmio, decide-se só dar camisetas para o primeiro lugar.

A diretora chama atenção para o horário de entrada: Manhã - 7h 30min; Tarde - 12h 30min - C.B.; 13h - 3ª, 4ª, 5ª a 8ª; Noite - 19h 15min, sem direito a se atrasar. Se atrasar, só entra a partir da segunda aula. Não aceitar aluno nas terceira e quarta aulas. Aprovado pelo Conselho.

Ana Maria aborda três assuntos, não constantes da pauta: as escolas de Prudente sempre tiveram Semana de Prova. Os supervisores estão eliminando essa Semana de Prova. Solicita aos professores para se programarem para as provas (além da prova, podem ser feitos chamada oral, trabalho) e não marcar mais que duas provas por dia. Sobre a recuperação, segundo a diretora, o professor faz avaliação do primeiro bimestre e depois faz prova de recuperação, faz avaliação do 1º e 2º bimestres, no final do semestre faz a recuperação. Mas, esses processos não resolveram. Então, este ano vão tentar fazer a recuperação paralela, contínua; a cada unidade o professor avalia e faz recuperação. Sobre as faltas dos alunos, em especial do noturno, a diretora chama a atenção para se tomar cuidado com a chamada, pois o aluno que faltar muito neste início será eliminado e outro será matriculado, pois há lista de espera. Ana Maria relembra: em 1992, a compensação de ausência só era feita no caso do aluno que trabalha e teria que ser justificada a falta; em 1993, o Conselho decidiu a mesma coisa, mas, no final, abriu mão por conta da greve. Apresenta proposta para 1994: aluno que tiver mais de 25% de faltas, as faltas só poderão ser justificadas por doença ou trabalho, no dia

imediatamente à falta. A compensação será feita no final do ano - 28/11 a 02/12, fora do período de aula, na Escola. Colocada em votação, a proposta é aprovada.

Finalmente, a diretora aborda o último item da pauta - Normas da Escola: “Não pode chegar atrasado, não cabular aulas, não xingar o professor, tem que fazer exercício. O que vamos fazer? O livro de advertência é para coisas graves. Chamar pai resolve a primeira vez, e se o aluno mudou de comportamento resolve, senão, não.” O professor Agnaldo sugere: “Porque não adotamos nota de comportamento? Há muitas escolas da rede como o Floriano, a Barca, que adotam uma ficha para tal finalidade.” Ana Maria explica: “Eu aplico o Regimento Comum das Escolas Estaduais. Aparecida Cristina, leia o artigo 63 do Regimento.”

A vice-diretora lê:

“artigo 63-. A inobservância dos deveres estipulados no artigo anterior sujeita o aluno à pena de repreensão, aplicada pelo Diretor da Escola.

§ 1º - Nos casos de reincidência ou de falta grave poderá ser suspenso por até 6 (seis) dias ou transferido compulsoriamente.

§ 2º - Nos casos de transferência compulsória a apuração da culpabilidade será procedida por uma comissão de professores da escola, designados pelo diretor, tendo o aluno direito à defesa, assistido, se menor, por seu pai ou responsável.

§ 3º - O parecer conclusivo emitido pela comissão, nos termos do parágrafo anterior, será submetido à homologação do Conselho da Escola, representado, pelo menos, por dois terços (2/3) de seus membros.”

A discussão retorna à idéia lançada pelo professor Agnaldo, que explicita: “Deve haver um caderno em cada classe; o aluno foi mal educado com o professor, imediatamente o professor anota a falta nesse caderno e pede para o aluno assinar. Com o primeiro registro, sua nota A vai para B; com o 2º registro, vai para C; só com o 3º registro ele fica retido.” Uma aluna expõe o seu pensamento: “Eu acho que para o aluno vai ser dado. Se ele não vai bem nas provas mas não causa maiores problemas em comportamento, tem A.” Ana Maria diz: “Eu acho que nem todos os professores vão concordar, porque na sua matéria, na sua aula, aquele aluno pode ter outro comportamento.” Aparecida Cristina, vice-diretora, fala: “Se for adotado esse critério, vai ser muito trabalhoso. Na minha opinião, os professores teriam que se reunir especialmente para isso e estudar aluno por aluno, classe por classe. Cadê tempo?”

O professor Agnaldo insiste: “A punição tem que ser aplicada, para forçar o aluno a ter melhor comportamento. Eu sou de opinião que a nota tem que valer para todas as disciplinas e não apenas na que o aluno transgrediu a regra.” Ana Maria retoma: “É melhor consultar os

professores.” E dirigindo-se, à Assembléia, pergunta: “O C.E. adota a nota de comportamento se os professores disserem que sim? para a 5ª série em diante?” A maioria do C.E. disse que sim. A professora Margarete (Biologia) sugere: “Em vez de colocar um caderno em cada classe, deveria se adotar um só para tal finalidade porque não há tantos alunos problemáticos.”

Término da reunião às 22h 30min. Já não havia mais alunos em classe.

Com relação ao caderno de comportamento e à consulta aos professores da casa, Ana Maria, no dia 23/03/1994, quando estive na unidade escolar, disse que não teve tempo para falar com os professores e que nenhum professor foi fazer perguntas sobre isso. Contou que ela e Ana Cristina conversaram, e que Ana Cristina não vai cuidar desse caderno. A diretora não concorda com a idéia do professor Agnaldo: “Como é que vai dar uma mesma nota para todas as disciplinas? Um aluno pode ter mau comportamento em História mas em aula de Matemática pode ter excelente comportamento, então como é que fica?... Vai sobrar pra direção, porque certamente choverá recursos.” Para Ana Maria, “até pode haver uma ficha de comportamento por classe, mas essa ficha deve ter critérios (tarefa, trabalho de grupo, material, comportamento etc.) que devem ser bem definidos e discutidos. Por enquanto não vou perguntar aos professores, mesmo porque ninguém veio perguntar.” Prossegue ela: “Na Ata, eu e Aparecida Cristina colocamos que a questão voltaria a ser discutida.” Realmente, à página 22 do Livro Ata, consta:

Os membros do Conselho sugeriram que houvesse um conceito referente à disciplina do aluno. Houve um longo debate sobre o assunto, não chegando a nenhuma conclusão, portanto decidiu-se retomar o assunto, numa nova reunião,

quando na realidade, na reunião do C.E. de 15/03/1994, foi decidido que “a direção consultaria os professores e se eles dissessem que sim, o C.E. adotaria a nota de comportamento”. Aqui se configura cristalina e claramente que a “Escola tem uma história documentada, geralmente escrita a partir do poder estatal (oficial)”. Pela declaração da diretora, vê-se nitidamente a distorção, pelo poder oficial, de uma decisão tomada pelos membros do Conselho de Escola, no momento do registro escrito dos fatos. Observe-se, que no caso, a alteração foi deliberada, intencional. É o poder do Estado no âmbito da escola.

Pela primeira vez é citado o Regimento Comum, nas reuniões assistidas por mim. Com relação à aplicação da pena, pela inobservância das normas disciplinares, o artigo 63 citado é

do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau, que corresponde aos artigos 64 e 65 dos R.C.E.E. de 2º Grau e de 1º e 2º Graus, respectivamente. Há, portanto, uma incorreção, no uso do Regimento Escolar, uma vez que a “Romana” é uma Escola de Ensino Fundamental e Médio, simultaneamente. Parece que na rede, há o entendimento de que o Regimento Escolar para ter validade precisa ser aprovado pelo Governador, por meio de Decreto, quando na verdade, a competência é do Conselho Estadual. Assim, para muitos o Parecer CEE (SP) nº 390/1978 que aprova o R.C.E.E. de 1º e 2º Graus não está em vigor, precisaria sair um Decreto do governador.

3.1.2.6.4. dia: 04/07/1994 - homologação de Calendário Escolar

Houve uma reunião extraordinária, à noite, para homologação de Calendário Escolar. Havia poucos alunos na Escola. É que à tarde, o Brasil jogou nos Estados Unidos e venceu. Também a presença na reunião foi baixa: além da diretora e vice-diretora, compareceram três mães, duas alunas e cinco professores.

Ana Maria, diretora, explica o motivo da reunião, colocando na parede um cartaz com um quadro demonstrativo: “Saiu uma Resolução alterando o Calendário Escolar. O ano letivo agora é de 180 dias e não mais 200. A Delegacia de Ensino de Presidente Prudente quer 90 dias no 2º semestre. Em nenhum lugar está escrito que tem que ter 90 dias por semestre. A D.E. deu um calendário pronto para o 2º semestre. Mesmo a escola que não vai ser requisitada pelo T.R.E. deve seguir esse calendário. Se for seguir esse calendário, então, não precisa de C.E.. Por isso estamos reunidos para aprovar. Quando era 200 dias, qualquer ‘festinha’ servia, agora que é 180 dias não serve.”

Professor Agnaldo, usando a palavra: “A gente vai cumprir esse calendário?” Ana Maria fala: “É por isso que estamos *reunidos* e vamos *decidir juntos*. Se resolvermos diferente, precisamos justificar muito bem. Na próxima sexta-feira, o aluno está dispensado e só retorna no 2º semestre. O professor permanece na Escola dia 11 para acertar caderneta, 13 e 14/07 será trabalho de reciclagem.. Ninguém sabe o que é. A ‘Romana’ tem 93 dias trabalhados no 1º semestre. Temos Tiradentes (21/04), 28-Bingo e 18/6 festa junina. São 90 dias de aula. Para o 2º semestre: 87 dias se incluir os três dias excedentes do 1º semestre. A D.E. não vai permitir nenhuma comemoração para contar como dia letivo, só dia 7 de Setembro. Termina 21/12, fora

o período de recuperação que será de 14 a 20/12. O Conselho de Classe não entra como dia letivo.” (grifo meu)

Professor Agnaldo declara: “Eles estão fora da realidade.”

Chega mais um pai.

Ana Maria apresenta uma proposta: “Dia 28 - dia do Funcionário - é para ter aula pela D.E. mas eu proponho não trabalhar porque não teremos condições se os funcionários não vêm.”

Chegam mais duas professoras.

A diretora explica: “Se adotarmos este Calendário da Escola, teremos que fundamentar, isto é, justificar muito bem. Olha... eu rascunhei uma justificativa. Vou ler para vocês.” Lida, o pessoal aprova. “Então, diz Ana Maria, peço que todos permaneçam aqui porque preciso pegar a assinatura de todos. Aparecida Cristina, leve a justificativa para a Secretaria bater.”

Enquanto aguardavam, outros assuntos foram tratados e foram incluídos depois na pauta. Ana Maria, diretora, prossegue: “Os alunos não estão comparecendo. Na 6ª feira passada e hoje, 2ª feira, que está tendo prova de recuperação, não estão comparecendo também. O desinteresse é geral. O colegial com 44 alunos, hoje está com 33 e a direção coloca aluno quando um sai. Na 3ª feira, os professores pediram espaço para discutir sozinhos, sem a presença de diretor, e entregaram um documento.”

A diretora lê:

a) “muito aluno no corredor. Sugestão: proibir saída de aluno durante a aula.” Há uma discussão sobre este item e fica decidido que o aluno que sai à revelia do professor, o professor comunica à direção e vai ser suspenso. Para sair da classe precisa de autorização escrita do professor. Se o aluno sair sem autorização, o aluno será suspenso por três dias. Faz-se ocorrência, avisa o pai; na 2ª vez, faz ocorrência e chama o pai; na 3ª suspensão será julgado pelo Conselho da Escola. Procedimento para o 2º semestre.

b) “retorno da FOA - Folha de frequência do aluno.” Ano passado, conforme Ana Maria, não funcionou, porque tem professor que não faz chamada. Mas fica decidido pelo C.E a volta da FOA.

c) “aluno suspenso perde direito à avaliação do período, mas não perde o direito à recuperação. Os professores não acham certo isso.” A diretora diz que “é um problema sério, não dá para fugir da legislação. O aluno pode recorrer.” É sugerido que o professor faça a

recuperação, mas que ele pode fazer uma prova difícil e uma prova para cada aluno. Votado e aprovado.

d) “volta da Semana de Prova para o noturno porque a maioria trabalha e para que sintam que a prova é importante.” Ana Maria lembra que no ano passado foi colocada a Semana de Prova e que não atingiu o objetivo. Os professores dão prova que o aluno faz em 10 a 15 minutos, e as duas primeiras aulas que eram para recapitular os professores não cumpriam. Então, alguns professores, em menos de meia hora, estavam fora da sala de aula e logo depois já não estavam na Escola (que era para corrigir prova).

Discutem. Votado. Aprovado para o 3º e 4º bimestres.

Uma aluna do C.E. indaga: “Como justificar para o aluno do diurno que só o período noturno teria essa Semana de Prova?” A resposta dada pelos professores: “É para explicar que o aluno do noturno não tem tempo para estudar em casa porque trabalha. Assim, cada disciplina terá duas aulas para avaliação, sendo que na primeira aula será de revisão do conteúdo, tirar dúvidas, deixar o aluno estudar. Depois, na segunda aula, o professor dará a avaliação.”

e) “professor faz ocorrência no Livro Preto, pede para o aluno assinar e manda para a direção. Solicitação: respeitar a decisão do professor.” Ana Maria diz que mantém, “desde que não fira documentos legais”.

A diretora lembra que “o sinal não está sendo respeitado pelo professor. Fica muito tempo na sala, após o sinal.”

Chega o documento justificando o Calendário Escolar, datilografado, e os membros do Conselho de Escola assinam.

A reunião foi iniciada sem verificar o quorum. Na realidade não dava *quorum* porque só havia dez pessoas. Durante a reunião chegaram mais três pessoas, totalizando treze. Tecnicamente, a reunião não tem validade porque iniciou, sem que estivesse pelo menos a maioria simples (15) dos conselheiros (§ 8º do artigo 95 da L.C. 444/85).

A diretora não é autoritária porque leva os problemas para o Conselho, em conjunto, analisar, discutir e tomar decisões. Há participação de todos, inclusive dos alunos que também colocam questões. A diretora coloca questão por questão em votação.

A decisão de não aceitar o calendário proposto pela Delegacia de Ensino e sim de apresentar um elaborado pelo Conselho de Escola, conforme as características da Escola, aponta um embrião de exercício de autonomia da Escola, fazendo valer um direito atribuído por lei. Importante o fato de que o documento elaborado pelos professores foi colocado em pauta e discutido, item por item, pelos membros do Conselho de Escola e submetido à votação. Este fato é um indicador de gestão democrática por parte da escola.

3.1.2.6.5. dia: 23/02/1995 - eleição de representantes de pais

Com a presença de trinta pais é realizada a eleição dos representantes de pais para o C.E./1995, sob a presidência da diretora Ana Maria, assessorada pela vice-diretora Aparecida Cristina que secretaria a sessão.

A diretora distribui o folheto explicativo sobre Conselho de Escola, organizado pela Secretaria da Educação. Após, faz a leitura do artigo 95 da Lei Complementar nº 444/1985. Explica que “a composição do Conselho de Escola da ‘Romana’ é de 28 membros, sendo 14 pessoas que representam parte da Escola (12 professores, um funcionário e uma vice-diretora) e 14 pessoas, formadas por 7 pais e 7 alunos”. Os professores, os alunos e os funcionários já foram eleitos na semana, pelos respectivos pares e faz a leitura dos nomes para toda Assembléia. Explica que “em relação aos alunos, a preferência é para maior porque muitas vezes precisa decidir coisas que necessitam ser maior de idade”.

Prossegue: “Este ano vamos tornar o Conselho de Escola mais atuante, especialmente nos casos de suspensão de alunos. A A.P.M. é atuante. O C.E. está tímido. Peço que se apresentem os candidatos. Nada impede que alguém da comunidade possa participar sem ser do C.E.. A pessoa pode opinar, sugerir etc., só não pode votar.”

A primeira mãe se apresenta, dando seu nome, a senhora Fumiko. Depois há um silêncio. A diretora insiste novamente e aos poucos vão aparecendo voluntários - Aparecida, Maria Cecília, Antonio... Um pai se levanta e pergunta: “O que é Conselho de Escola e o que faz? Não sei, eu acabei de vir do Paraná...” Ana Maria torna a explicar e depois pergunta: “O senhor quer participar como membro do Conselho de Escola?” O pai pondera: “Este ano prefiro só observar, quem sabe, no próximo ano...”

Continua: Ribeiro, Vera, Marli, Vanessa, Júlio, Jaime. Com esta lista a diretora vai iniciar o processo de votação e pede para a vice providenciar papel para eleição, quando a

Vanessa solicita para retirar o seu nome porque assim não precisa fazer eleição. Retirado o nome, Ana Maria diz que assim mesmo precisa fazer eleição para ver quem fica como suplente. Senhor Jorge, neste momento, pede para colocá-lo como suplente porque sempre viaja e a Vera também pede para ser suplente. Com isso não há votação propriamente dita, e a Assembléia aprova essa diretoria. Fica marcada a primeira reunião para 07/03/1995, às 20h.

O senhor Antonio solicita para a diretora para os demais chamarem outros pais para a reunião da A.P.M. e justifica o seu pedido: “A Escola tem 1.250 alunos e na reunião de hoje só compareceram trinta pais. Acho pouco.” A diretora faz apelo aos pais presentes para a campanha.

3.1.2.6.6. dia: 07/03/1995

A primeira Reunião da nova diretoria do Conselho de Escola contou com vinte e duas presenças (pais, alunos, professores) além da diretora e vice-diretora. A pauta da reunião foi:

1) Prestação de Contas, de dezembro/94 a março/95, e necessidade de comprar urgente espuma para apagador. Dois telefones (um para Secretaria e um para Zeladoria), e livros para alunos carentes. Foi homologada a prestação de contas e autorizada a compra.

2) A D.E. pediu relatório anual (existe modelo). Hoje está rascunhado. Depois de aprovado será datilografado e deverá ser assinado pelos componentes do C.E.. É feita a leitura do Relatório (que é longo) que trata do aproveitamento escolar por classe e componente curricular, do quadro de professores, quadro de aulas previstas e dadas, aspectos que prejudicaram o trabalho na U.E., objetivos não atingidos e causas prováveis, reuniões realizadas e assuntos tratados (pedagógicas, C.E., A.P.M., Grêmio), cursos e reuniões que professores participaram. Colocado em votação, o C.E. homologou o Relatório.

3) Normas disciplinares para 1995 para que a escola funcione a contento.

A diretora explica: “No início do ano, foi sondado com os alunos como gostariam que a Escola funcionasse. De manhã, o aluno foi bastante responsável, apresentou sugestões como: escola limpa, professores que puxem, respeitar horário; à tarde, foi com desenho porque funciona classe de 1ª a 4ª séries; à noite, apresentou coisa sensata e também insensata (como por exemplo, deixar a porta aberta). As normas estabelecidas pelos professores, funcionários e direção vão ser passadas para o C.E. que pode ou não aprovar, alterar.”

A diretora coloca, para a assembléia, norma por norma, para apreciação e decisão:

a) “Horário: Manhã - 7h 30min (não há tolerância); Tarde - 12h 30min - CB; 13h - 3ª a 7ª; Noite - 19h 15min - tolerância de 15 minutos, depois não entra mais, nem na segunda, nem na terceira aula.”

Um aluno questiona: “Porque não há tolerância no período diurno?” A diretora explica: “Aluno do diurno não trabalha.”

Um pai é contra não deixar entrar depois da segunda aula, no noturno: “Desde que o aluno trabalhe deve entrar na segunda aula.” Há uma discussão cerrada até que o professor Agnaldo expõe: “O aluno entra na escola, deixa o material na sala de aula e vai lá fora para conversar. Por isso muitos atrasam.” O pai imediatamente diz: “Então, retiro.” Um aluno fala: “É uma regra que vai prejudicar o aluno que realmente trabalha, como eu. Às vezes, saio tarde, até pegar ônibus e chegar à escola quase sempre perco a primeira aula.”

Colocadas em votação as propostas:

1ª proposta - noite - tolerância de 15 minutos, depois não entra mais.

2ª proposta - noite, entra 19h 15min sem tolerância. Se perde 1ª aula, entra na 2ª aula.

Votadas, ganha a segunda por unanimidade.

b) “O aluno não poderá sair da sala de aula sem autorização do professor. Aquele que sair sem autorização será suspenso por três dias. Caso de reincidência, C.E. aplica outra penalidade.”

Votado. Aprovado.

c) “O aluno que faltar à avaliação deverá apresentar atestado médico ou atestado de trabalho para ter nova chance.” Votado. Aprovado.

d) “Semana de Prova para o período noturno.”

A diretora explica: “A D.E. aboliu a Semana de Prova. Ano passado tivemos Semana de Prova só à noite. Este ano também só à noite.” Colocada em discussão. Começa a ferver. Ana Maria diz: “Se compararmos o primeiro e o segundo semestres do ano passado, veremos que não houve diferença estatisticamente.” O professor Agnaldo fala: “Devemos lembrar porque foi optado pela Semana de Prova... O objetivo foi que, com a Semana de Prova, o aluno estaria mais envolvido, isto é, o envolvimento do aluno seria maior.” Colocada em votação, foi aprovada.

e) “FOA. A folha de frequência diária do aluno, semanalmente é grampeada, dá uma visão geral melhor do que o diário de classe do aluno e quando o aluno entra com recurso no final do ano, é um instrumento para a escola.” Votado, aprovado.

- f) “O aluno não poderá ausentar-se da escola sem autorização da direção, se o fizer será suspenso por três dias.” Ana Maria lembra: “Qualquer coisa que aconteça com o aluno que deveria estar na Escola e não está, é responsabilidade da Escola.” Votado. Aprovado
- g) “O aluno deverá ser educado com seus colegas, professores, funcionários e direção da Escola.” Votado, aprovado.
- h) “O aluno deverá conservar o patrimônio da Escola. Se estragar pagará.” Votado, aprovado.
- i) “O primeiro sinal é do aluno que deverá esperar o professor sentado na sala de aula. O segundo é do professor.” Um aluno opina: “Acho que deveria ser o contrário. O primeiro sinal do professor que espera o aluno na classe. O segundo sinal do aluno.” Diretora e funcionários argumentam: “Assim o professor perde tempo tendo que chamar os alunos que acabam ficando no pátio.” Outro aluno dá outra sugestão: “Acho que deveria ser um só sinal para professor e aluno.”

Mas o colegiado acha que isso também tumultua. Votado. Vence a proposta inicial.

Aí um aluno, Edson, levanta uma questão: “Não vai ter normas para o professor? Do mesmo modo que o aluno, o professor fica conversando com outro na porta, sai da classe para lavar mão no banheiro.” Aparecida Cristina, vice-diretora, responsável pelo noturno, explica: “Quando o professor precisa sair para conversar com outro, ele chama inspetor de aluno para tomar conta da classe.” Ana Maria diz: “Se tiver problema com professor, vem conversar com a direção.” Edson, lamentando, sentencia: “O aluno sempre perde.” Ana Maria justifica: “As normas do professor já estão estabelecidas na legislação.” Aluna reclama: “Tem professor que não dá aula. Mata aula. Olha, ontem aconteceu um caso na minha classe. O professor literalmente não deu nada. Foi no fundo da classe e ficou conversando com um grupo de aluno. Daí a classe estava barulhenta. A minha classe normalmente, é baguncenta. Não dá para aprender.” A professora Margarete (Biologia) confirma: “O professor para trabalhar nessa classe precisa pedir licença.” A aluna torna a repetir: “A classe é baguncenta mesmo.” Um pai sugere: “Por que não chamar a classe do mesmo modo que houve dois anos atrás? Naquela ocasião, penso que melhorou.”

Proposta: Chamar o 2º C para o C.E. . Votada e aprovada.

- j) “O aluno que ficar no corredor será suspenso.”
- k) “O aluno não poderá ficar em sala de aula no intervalo. Se ficar: 1º advertência, 2º suspensão, 3º C.E..”

- l) “O aluno deverá ter comportamento na hora da merenda e não deixar pratos e talheres espalhados pela quadra ou no pátio. 1º advertência, 2º suspensão, 3º C.E..”
- m) “É obrigatório o uniforme para aluno: camiseta e bermuda (não short).”
- n) “Na troca de professor não será permitida a saída de aluno. Não é intervalo.”

Um pai, voltando-se para as professoras de Biologia e Matemática que conversavam, paralelamente, sobre os alunos: “Vamos pedir compreensão por parte dos professores. Quatrocentas e noventa e nove palavras só em cima do aluno. É pedido que faço para ambas as partes.”

- o) “Se o aluno tiver que sair da Escola precisa trazer bilhete do pai, com assinatura, hora, data.”
- p) “Compensação de ausência ao final de cada bimestre, só com justificativa como atestado médico ou de trabalho. Será fora do período dele, na Escola.”
- q) “Para ajudar o ‘Projeto - melhorar o acervo da Biblioteca’, o aluno pagará taxa anual de R\$ 2,00 e terá direito ao uso da Biblioteca - retirada ou consulta de livros.”

Terminada a leitura das normas disciplinares, a diretora informa: “As normas serão entregues na semana que vem aos alunos. Alguém tem mais alguma coisa para acrescentar?”

Um aluno indaga: “E o bebedouro?” Senhor Antônio, pai bem atuante, explica: “Estamos trocando o filtro do bebedouro. O material chegou e agora vai ser consertado.” Ana Maria, diretora, completa: “Não adianta economizar. Não compramos em revendedora autorizada e agora fica caro para arrumar.”

A diretora faz cobrança da presença de dois alunos do C.E. que se retiraram no meio da reunião.

Encerrada a reunião, quase onze horas. Os alunos já não estão mais na Escola. O pessoal do C.E. vai se retirando apressado. A rua já está deserta.

No depoimento, o aluno Edson (1995), declara:

“Um negócio aqui na Escola que eu percebo muito, *existem regras para os alunos, agora para os professores...* Teve uma reunião lá que eu peguei e falei: ‘bom, regras para nós e para vocês?’ e aí deu o maior bafafá... Fui embora porque já que eles não estão a fim de ouvir minha opinião, então é melhor não ficar presente.”

“...tem muito professor negligente, displicente também, que chega na aula... Eles ficam batendo papo, na hora de dar nota eles dão nota pela cara do aluno, fica de bate papo na porta, quer dizer, coisa que *se fosse nós, alunos, teríamos de tomar suspensão, assinar o livro negro, coisa e tal... eles não.* O que acontece com eles?... Eu acho

assim, que a gente vê os exemplos deles, daí que a gente começa a avacalhar mesmo, pisar na bola” (Edson, aluno, 03/08/1995) (grifos meus).

Este depoimento mostra que há dois pesos e duas medidas na Escola. Para o aluno, a cobrança das regras é feita com rigor, ao passo que para o professor ... A observação feita pelo aluno Edson demonstra que os estudantes não estão cegos e têm consciência da situação.

Para Jurema (1º ano B), as regras, elaboradas com a ajuda dos alunos, “estão funcionando em parte” e exemplifica: “assim não é para enforçar aula, assim tem um limite de faltas, essas coisas não estão dando, porque lá embaixo não tem muro, entendeu?, tem é grade só, então não dá... como que eles fecham? Várias vezes fecharam lá embaixo, aí abre o buraco” (03/08/1995). Este relato mostra que as condições físicas da Escola comprometem que as regras sejam cumpridas. A tela que separa a Escola do Postinho sistematicamente aparece cortada, facilitando a entrada tardia e a saída antecipada dos alunos.

Sobre a aplicação das normas disciplinares aprovadas pelo C.E., o professor Agnaldo nos relata:

“... e aí a gente passou a aplicar isso e conseguimos segurar, mas infelizmente a continuidade está difícil na aplicação porque existem normas que precisam ser repensadas, e a gente acabou continuando alguma coisa, mas eu acho que o mesmo processo precisa voltar, vamos discutir tudo de novo. Então, normas do tipo assim: o aluno para sair da classe, tem que ter um motivo, esse motivo vai estar em um documento que o professor vai dar... uma autorização para ele circular, o que ele ia fazer, com quem ele ia falar, mas, infelizmente, a aula da gente é de quarenta e cinco minutos, ou você fala com o aluno... ‘você não vai’ e acabou, ou então você passa aula fazendo papelzinho deixando o aluno ir... e o aluno que fosse pego sem aquele papel seria punido e tal, com suspensão, advertência, essas coisas... Então, o que aconteceu?... Olha como é o processo, a gente acabou não deixando por causa do trabalho que dava para fazer o papel. Hoje nós enrolamos o aluno, dizemos que não dá para fazer o papel e funcionou, só que eu acho que é uma coisa que precisa ser repensada” (02/08/1995).

Esta situação configura nitidamente a disfunção da burocracia relatada por Merton. Uma regra estabelecida para assegurar tratamento objetivo e impessoal da escola e para coordenar os esforços dos professores para controlar a disciplina acabou criando mais trabalho ao professor que passou a dedicar mais tempo para escrever os bilhetes, consumindo assim boa parte da aula. Para resolver um problema, cria-se um mecanismo que acaba gerando outros problemas...

3.1.2.6.7. dia: 16/05/1995 - Reposição de aula

O Conselho de Escola reúne-se para tratar da reposição de aulas, por conta da greve, com a presença da diretora Ana Maria, o vice-diretor substituto, professor Agnaldo, pais, professores, alunos. Na lousa está todo o demonstrativo da greve - os dias parados (22 dias), os possíveis dias que poderão ser aproveitados para serem trabalhados (17 dias), ainda com o déficit de cinco dias que poderão ser sábados.

A presidente do C.E. inicia a reunião explicando: “A reposição já está sendo feita, sem ter recebido. Foi descontado dia de paralisação. Vai acontecer a reposição. Ninguém recusa. Tudo que for decidido hoje depende do pagamento.”

O vice-diretor Agnaldo lê a Resolução S.E. 104 de 08/05/1995.

A professora Margarete critica: “O pessoal que fez a Resolução está longe da escola faz tempo. Ninguém agüenta trabalhar batido até o final do ano, sem recesso.”

O professor Agnaldo observa: “Da maneira como foi posta, o Conselho de Escola não tem função. Minha sugestão é preservar uma semana do recesso para todos.”

O aluno Danilo indaga: “Não pode ter a sexta aula?” O professor Agnaldo diz: “A Resolução não dá brecha.”

O senhor Ribeiro, pai de aluno, comenta: “Isso vai mexer com muita coisa. As pessoas já assumiram compromissos. Marcaram viagens, outros estudam música, computação etc.”

O professor Agnaldo declara: “Isso é para punir o professor.”

O senhor Ribeiro, muito realista, propõe: “O jeito é fazer o Plano como manda e faz a realização como a Escola quer. Desde que são feitas as greves, nunca foram repostas as aulas. (Há um mal estar entre os professores e, tentando minimizar prossegue). Pode até ter vindo o professor mas o aluno não veio. O negócio é fazer a greve como metalúrgicos - 100%. Os professores começam com 70%, cai para 50%, sobe para 60%, cai para 25%.”

Ninguém fala nada. Silêncio total. Depois, a diretora Ana Maria, retomando a palavra diz: “O feriado de 15/06 deve ser considerado como dia letivo, se vier como facultativo.”

O professor Agnaldo propõe: “Devemos escrever que o Conselho de Escola aceita trabalhar o recesso excepcionalmente. Estou preocupado porque pode abrir precedente. A Secretaria de Educação pode ler o seguinte: o professor agüenta trabalhar no recesso e no próximo ano isso virar regra.”

Ana Maria, retornando ao calendário: “A escolha de cinco sábados é a única coisa que o Conselho de Escola pode fazer.” A assembléia faz a escolha dos sábados, excluindo sábado de recesso. Os professores sugerem diminuir a duração de aula do noturno para não terminar muito tarde. Se for normal, o período terminaria às 21h. Os alunos presentes disseram que “os alunos não virão”. Assim, decidiu-se diminuir aula de 50 para 40 minutos.

Ana Maria explica: “Apresento o Calendário reformulado, se não for aceito pela D.E., o C.E. precisa se reunir novamente. Não saiu reposição de funcionário, ainda.”

O senhor Ribeiro apela aos professores: “Peço para não pôr avaliação aos sábados porque meu filho não virá às aulas desse dia.”

O professor Agnaldo, dirigindo-se à diretora: “Ana Maria, seria bom falar sobre a convocação de outra reunião do C.E. para resolver caso de aluno por indisciplina.”

Ana Maria expõe: “Estava marcada uma reunião para amanhã, mas agora, pelo andamento da coisa talvez não precise. Há dois alunos da manhã, muito indisciplinados. Desde o ano passado causam problemas. A direção vem dando oportunidades. Um deles já tem mais de trinta registros de ocorrência. Esta semana extrapolaram. Foi mandado aviso às mães que haveria reunião de C.E. e que eles seriam analisados. Ontem, uma delas veio para conversar e já pediu transferência. O outro, parece, também vai pedir transferência.”

Em seguida a diretora complementa: “Eu disse que a reunião do C.E. seria para estudar o caso e que normalmente o C.E. sempre dá uma chance...Que não era ainda expulsão.”

Encerrada a reunião.

Os alunos, na entrevista, sobre o novo calendário, que eliminou o recesso, por conta da greve, declaram que queriam

“férias, no mínimo quinze dias, aí fizeram um abaixo-assinado, mas a diretora falou que essas férias não era ela que dava, isso vem lá da Delegacia e vocês não vão ter essas férias. Disse que nós poderíamos até ter as férias, mas no final do ano vocês seguiriam direto. Então, não deu nada!” (Gilson e Danilo) (03 e 02/08/1995)

Para a secretária Carmelita,

“essa reposição é mais para professor, para ele não perder na contagem de tempo, dinheiro, em termos de salário, mas... o aluno mesmo, o conteúdo que ele perdeu não vai recuperar mais, porque, na reposição, o professor não procura dar o conteúdo que o aluno perdeu. Geralmente o professor pede para o aluno não vir na reposição. (...)”

'Você não vai ficar com falta, eu não vou dar nada em classe e... porque você não fica em casa?'" (31/08/1995)

Novamente a denúncia de que, no momento de demonstrar o compromisso com o ensino, por ocasião da reposição das aulas não dadas por conta da greve, o professor se empenha pouco em realizar um trabalho de qualidade, prejudicando o aproveitamento dos alunos.

É preciso observar que o professor Agnaldo tem razão, tendo em vista que o Conselho de Escola perde sua função diante das resoluções impostas pela Secretaria da Educação. Como já analisei anteriormente, o Conselho de Escola é que deve elaborar o calendário e não a Secretaria da Educação por meio de Resoluções que regulamentam em excesso. A Secretaria da Educação está invadindo o território que não é seu. Por outro lado, por ignorância, o professor e os demais componentes do Conselho de Escola não conhecem o princípio da hierarquia das leis. De pronto, o Conselho de Escola deveria rejeitar as imposições da Secretaria da Educação e da Delegacia de Ensino nas questões de calendário que é atribuição do Conselho de Escola. A L.C. 444/85, no inciso III do § 5º do artigo 95, é bastante clara: o Conselho de Escola elabora o calendário escolar, observadas "*as normas do Conselho Estadual de Educação e a legislação pertinente*", portanto não faz referência a atos administrativos. A L.C. 444/85 é superior a atos administrativos. Essas resoluções são atos arbitrários, portanto, ilegítimas e inválidas. O Conselho de Escola precisa reagir veementemente a esses atos arbitrários.

O Conselho de Escola é presidido pela diretora, como manda a lei, e auxiliada pela vice-diretora. Há participação de todos os segmentos da escola - professor, aluno, funcionário e pais - que analisam, discutem e tomam decisões em conjunto. É permitida a presença de pessoas que não fazem parte do Conselho de Escola e que podem opinar mas não votar.

A pauta da reunião é apresentada oralmente, na hora, sem discussão. Há informações ocasionais para professores, alunos e pais do Conselho de Escola, sobre alguns artigos do Regimento Escolar e da Lei Complementar nº 444/1985. As Normas Disciplinares foram discutidas e aprovadas pelo Conselho de Escola.

A diretora e alguns professores têm consciência de que o Conselho de Escola muitas vezes não tem função em relação a algumas medidas tomadas pela Secretaria da Educação, mas por não conhecerem o princípio de hierarquia das leis, acabam aceitando as resoluções

impostas, quando deveriam de pronto rejeitar as imposições tanto da Secretaria da Educação como as da Delegacia de Ensino. Há necessidade de cursos de atualização nessa área.

3.1.2.7. Associação de Pais e Mestres (1995)

Com a presença da diretora Ana Maria, da vice-diretora Aparecida Cristina, dez pais, dois alunos e seis professores, realizou-se a reunião de 06/06/1995, às 20h. Depois de decidir junto com o Conselho Deliberativo sobre a contribuição da Escola na compra de flanela para a festa religiosa - Corpus Christi -, sobre o trabalho de manutenção anual do vidraceiro, sobre a encadernação dos fascículos do Atlas, dicionário, Atlas Histórico da Folha, em Prudente mesmo ao invés de mandar para a Folha, passou-se para o problema do buraco do alambrado.

“Há necessidade de construção do muro com o Postinho. Muita gente de fora está entrando pelo buraco do alambrado. E à noite, não temos condições de ficar controlando. A verba da F.D.E. é para manutenção da Escola. Agora não tem mais perua volante. A Escola recebeu R\$ 1.348,60 (primeira parcela), com o resto do ano passado, tem R\$ 1.358,71.” (Ana Maria, diretora)

Foi tirada uma pequena comissão para muro (professor Agnaldo, senhor Antonio...) para entrar em contato com a Prefeitura para levantar muro, porque o Postinho é da Prefeitura.

“A Escola precisa de latão de lixo - dois. Foram mandados ofícios para a Andorinha pedindo tambores, mas não tem, e para uma casa comercial, só que até agora não recebemos resposta.” (Ana Maria) Os pais disseram: “A Escola poderia comprar porque cada lixo é muito barato.”

A diretora passa a reunião para a Aparecida Cristina que é a responsável pela Festa Junina - assunto principal da reunião. Sob a liderança de Aparecida Cristina é discutido com todos os presentes o problema de quem vai buscar o aparelho de som que a AMEPP emprestou; quem pega os 500 pães que foram doados; quem vai trazer pinga para o quentão; a feitura de ficha; a propaganda pelo Rádio e cartazes; é lembrado que os professores vão trazer prendas; é feita a distribuição de serviço do dia (caixa, barraca da argola, bebida etc.). Todos foram envolvidos. Assim, os alunos se encarregaram de ver uma camionete para alugar e determinaram quem vai buscar o som no dia; professor Agnaldo e o senhor Antonio vão buscar os pães...

O senhor Ribeiro faz um apelo: “Eu peço que não se vendam os bolos e doces antes da festa para os professores, como sempre tem acontecido. Primeiro devem ser oferecidos ao pessoal que vem prestigiar a festa. Se sobrar, então os professores podem comprar.”

Durante a reunião foi servido café e bolacha aos participantes.

Esta reunião é um exemplo de que é possível a cooperação de professores, alunos e pais, numa atividade proposta no Plano da Escola, em que decisões são tomadas em conjunto. É um indício de trabalho coletivo. Aqui aparece cristalinamente a função diretiva de coordenar os esforços e, também, a função integradora de prover harmonia entre os membros da escola, por parte da direção.

3.1.2.8. Reunião da Hora de Trabalho Pedagógico do Ciclo Básico

3.2.8.1. dia: 08/11/1993

A reunião da coordenadora com as professoras do C.B. acontece às segundas-feiras, às 18h.

No dia 08/11/1993 às 17h estive na unidade escolar que funcionava normalmente, com as crianças em sala de aula, para assistir à reunião do CB. Encontrei a coordenadora Zezé, na sala do mimeógrafo, com a inspetora de aluno Olinda. A Zezé estava vendo revista de crochê e a inspetora fazendo um mostruário de crochê (ela vende pano de prato com biquinho de crochê).

Na sala dos professores, não havia ninguém, mas na lousa estava escrito: “Voltei, com os bolsos vazios, mas com boa vontade de trabalhar pela minha dignidade!”

Fui para o salão de reunião. Lá estava um grupo de alunos (quatro) fazendo trabalho sobre folclore. Às 17h 50min chegou a Zezé que pediu aos alunos que desocupassem a mesa porque haveria reunião, se quisessem poderiam trabalhar lá no fundo do salão, num canto, em outra mesa. Os alunos disseram que já iam embora porque tinham terminado o trabalho. Recolheram o material e saíram.

Aos poucos, as professoras do C.B. foram chegando. A reunião foi com sete professoras.

Na Ata da Reunião que já veio pronta (p.76) constava “discussão e debate do texto ‘Atividades para o Ciclo Básico’ do Livro Ciclo Básico - pg. 17, 19, 20 e 21”, porém, na

realidade foi feito o levantamento de dias letivos de cada professora para ver quantos dias cada uma teria que repor, por conta dos dias parados. Não há uma observação sobre essa alteração, na Ata. No dia seguinte, a diretora iria chamar professor por professor para fazer o levantamento. A reunião girou em torno disso. Era o diário de classe do professor, o livro ponto e o calendário. Apenas uma professora do C.B.II, a Telma, havia levado caderno de Português dos alunos e estava corrigindo os trabalhos. Quem não conseguiu fazer o levantamento, a coordenadora auxiliou.

No finalzinho da reunião chegou a vice-diretora Aparecida Cristina que é responsável pelo período da noite. A Zezé disse: “Aparecida Cristina, o telefone tocou, tocou... será que não foi a Ana Maria para saber se a gente estava trabalhando mesmo?”

Enquanto ocorria a reunião, o livro Ata era passado para as professoras marcarem presença.

Às 19h 20min uma professora foi embora, daí a pouco outra falou em ir, mas a Zezé pediu para ficar até às 19h 30min “para cumprir horário porque a diretora pediu”. Às 19h 30min terminou a reunião, saí com três professoras e a Zezé, ainda, ficou com duas professoras fazendo o levantamento de dias.

3.1.2.8.2. dia: 22.11/1993

A coordenadora Zezé estava lá no fundo do salão, em uma mesa, sob o ventilador de teto, sozinha, preenchendo a caderneta. Depois ficou folheando dois livros de 1ª e 2ª séries. Mais tarde, durante a reunião, ela disse que estava procurando atividades para um menino, aluno seu do 3º ano que tinha dificuldades na escrita.

Às 17h 50min deu o sinal. Zezé levantou e disse que ia por água para ferver para fazer o café (próximo ao salão tem uma cozinha). Voltou e arrumou as mesas no início do salão onde bate o sol. O ambiente estava insuportável de calor. Embora, as cortinas estivessem fechadas, entrava um pouco de sol. Depois começaram a chegar as professoras PI (uma chegou bem tarde), uma de Educação Física e no final da reunião chegou outra de Educação Física. A primeira de Educação Física (Vanda) só tem uma hora de atividade, saiu logo. Vanda, enquanto esteve na reunião, ficou bordando uma saia de cetim azul. As professoras Telma e Margarida chegaram e foram para a mesa do fundo preparar uma prova de Matemática. Uma

professora do C.B.I estava vendo roupas (havia uma sacola cheia) e comentava sobre elas. Depois passou a sacola para outra.

Iniciando a reunião, a coordenadora Zezé perguntou às professoras se queriam estudar a Ata do Conselho de Escola do ano passado como uma das professoras havia sugerido pois estava com dificuldades para avaliar sua classe ou se elas preferiam estudar o documento sobre C.B.. Optaram pelo estudo da Ata do Conselho. Alegaram que assim iam analisando as crianças para quando chegasse o Conselho de Classe estar mais fácil porque havia alguns casos que elas não sabiam como proceder. A Zezé foi lendo os critérios adotados no ano anterior para classificar os alunos em Português e depois em Matemática. Durante a apresentação dos critérios, cada uma foi comentando os casos-problemas que tinham.

Na Ata, à p.76-verso, consta sucintamente que “reuniu-se (sic) (...) os professores abaixo relacionados para discutirem o aproveitamento e andamento da aprendizagem de cada aluno, sob a orientação do coordenador do ciclo básico”. Este relato condiz com o que ocorreu na reunião.

Na reunião, duas professoras ficaram trocando de lugar ao redor da mesa, procurando um lugar melhor, fugindo do sol.

Enquanto as professoras Telma e Margarida organizavam as provas, chegou uma jovem com um recém-nascido. Era neta de uma delas. A moça foi levar o nenê para a avó ver e para as colegas também. Na metade da reunião, chegou a professora Diana, de Educação Física, que depois de se acomodar, pegou a sacola de roupa e perguntou se alguém queria alguma coisa. Ninguém comprou. As professoras de Educação Física só têm presença física, não participam realmente da reunião.

3.1.2.8.3. dia: 29/11/1993

Como de costume, a mesa estava no lugar onde mais o sol incide. Zezé e Mercedes sentaram e ficaram olhando camisetas que estavam sobre a mesa. Outras foram chegando e olhando as camisetas. Tomaram café com bolo, no início da reunião, pois trabalham do meio dia às 17h 50min em sala de aula e a partir das 18h têm a reunião com a coordenadora. Demorou uns vinte minutos para começar a reunião. Uma das professoras do C.B.II, Margarida, dirigiu-se para uma das mesas no fundo do salão e ficou arrumando uns papéis (mais tarde aproximei-me e ela ajeitava, grampeando, as provas de seus alunos).

A reunião foi sobre os alunos da professora Telma. Ela dizia sobre o desempenho de cada aluno, do início do ano e de hoje, e mostrava os cadernos para a coordenadora, dizendo “este deve passar, aquele não deve”.

Na metade da reunião chegou a Vanda, de Educação Física, que apenas assinou o livro, olhou as roupas, tomou o café e comeu o bolo, logo depois foi embora, sem participar da reunião. Mais tarde chegou a Diana, dona das roupas, que recolheu as camisetas. Às 19h entraram duas professoras PIII que foram olhar as camisetas.

Às 19h 10min entrou a Aparecida Cristina que veio falar com Zezé e aproveitando mostrou que não estava gostando do “comércio” na H.T.P.. Trouxe recado da diretora: no último dia, cada professora faz a matrícula de seus alunos. A composição das classes, no próximo ano, será de 35 alunos por classe.

Para a professora Margarida que trabalhava sozinha “a direção tem que estar mais junto dos alunos. A Ana Maria não vai ao pátio. A razão deve ser muito trabalho burocrático. Os alunos da ‘Romana’ são indisciplinados, ficam muito à vontade”

A reunião terminou às 19h 30min, permanecendo no salão a professora Diana e a professora Margarida que ia ficar até terminar de ajeitar as provas de seus alunos.

3.1.2.8.4. dia: 06/12/1993

Neste dia, as professoras com a coordenadora montaram as classes para o próximo ano. Na Ata (p.77 verso) consta que se reuniram para “discutirem assuntos pertinentes a alunos fracos e com problemas de alfabetização e como prepará-los para o ano vindouro,...”, não havendo uma palavra sobre a montagem de classes, única atividade da reunião. A Zezé informa que vai faltar na próxima 2ª feira mas que as professoras se reuniriam e fariam alguma coisa.

No dia 13/12, no salão não havia viv'alma. A servente informou que as professoras tinham ido embora.

3.1.2.8.5. dia: 03/03/1995

A reunião de coordenadora do C.B. foi feita na sala dos professores porque os Professores III ainda estão em greve.

A coordenadora Zezé leu alguns textos sobre aprendizagem. A professora Telma, como sempre, ficou corrigindo os cadernos; as demais acompanhavam atentamente. De quando em quando Zezé fazia algum comentário referente ao texto e as professoras também.

Durante a reunião passa-se a Ata para colher a assinatura. No livro Ata consta - “reunião para discutirem, analisarem conteúdos referentes à aprendizagem - Leitura de texto - Por trás das letras - Intertexto”.

Zezé indaga sobre os Planos: “Como estão os Planos? Prontos?” “Só faltam os objetivos da Escola e de algumas disciplinas mas no mais tudo OK” (Raimunda). “Eu tenho do ano passado” (Vilma). “Está quase tudo pronto” (as demais).

Destaque-se, nesta situação, o fato de que os objetivos que deveriam, teoricamente, ser os primeiros a serem definidos, são os últimos a merecem a atenção da professora, na elaboração do Plano (“só faltam os objetivos”). Nota-se aqui uma inversão: em vez de os fins determinarem os meios, os meios é que determinam os fins. Por outro lado, alguns planos não são produtos da reflexão, mas simplesmente copiados do ano anterior (“Eu tenho do ano passado”). Assim, a função diretiva da coordenação de trazer a ciência pedagógica para o trabalho escolar para assegurar a definição apropriada dos objetivos está falha.

3.1.2.8.6. dia: 10/04/1995

Depois de paralisarem de 3ª a 6ª passada, as PI retornaram no dia 10/04 (2ª-feira) e estavam na reunião de H.T.P., no salão de uso múltiplo.

A professora Mariana que às 18h 30min iria ao médico comentou: “A nossa greve é feito ioiô - vai e volta. Amanhã vocês vão voltar à greve? Preciso saber porque vou sair agora.” A resposta foi um uníssono “não”.

A professora Telma corrigia cadernos, a Coordenadora Zezé recortava os coelhos para a Páscoa, a professora Raimunda trouxe duas revistas NOVA ESCOLA com artigos sobre construtivismo para Zezé que iria trabalhar na H.T.P. em reunião futura.

“Não vou fazer cesta. Vou colocar os ovos em saquinho ” (Telma).

“Gente, a pessoa que faz os ovos abaixou os preços. Eu já encomendei para os meus alunos” (Zezé, coordenadora).

“Eu estou na estaca zero. Não tenho nada feito” (Vilma).

“Ainda dá tempo para você fazer o cesto. Eu tenho o ‘stencil’ se você quiser” (Zezé).

“Vou mimeografar um coelho. Você me ajuda a recortar o coelho depois que os alunos pintarem?” (Vilma, dirigindo-se à filha que vem se encontrar com ela depois que sai da escola onde estuda). E sai para providenciar.

“Precisamos acabar com isto (referindo-se ao fato de darem ovos de Páscoa aos alunos) ano que vem” (Telma).

“A Escola particular oferece um ovo para os alunos mas no começo do ano já cobram, embutido na mensalidade. Se a gente pedir para os alunos trazerem R\$ 1,00 ou R\$ 2,00, ninguém vai colaborar” (Mercedes).

As professoras estavam gastando só com os ovos, em média, R\$ 12,00 por classe. Além disso, tem o papel - cartolina ou sulfite para a cesta.

Enquanto a reunião corria nesse clima, a Vilma retornou, comentando: “Recebi dois vale-refeição no valor de R\$ 2,00.”

“E eu, meu vale é de R\$ 1,50.” (Telma).

“E olha, ainda vem com capa. Isto sai mais caro do que o próprio vale. Deviam mandar no próximo mês, acumulado, para não ter essa despesa” (Vilma).

E o assunto cai no “hollerith” - R\$ 400,00; R\$ 280,00, R\$450,00, e isto porque têm tempo de serviço, algumas estão próximas à aposentadoria.

Durante a reunião, as professoras comeram bolo de fubá (trazido pela Zezé) com café.

3.1.2.8.7. dia: 08/05/1995

Nesta reunião de Coordenadora com C.B., a Zezé trouxe leite com chocolate e bolacha. As professoras gostaram porque o tempo estava frio.

As professoras do C.B. em continuação (Telma, Raimunda e Vilma) se reúnem à parte e refazem o Plano de Ensino, na Avaliação e na Estratégia. Enquanto isso, a Zezé passa a ler, em voz alta para as duas professoras, Mariana e Eneida, o “Relatório da D.E. sobre avaliação do ano 94” (número grande em sala de aula, professor do C.B. que não dá nada, período de aula extenso, aluno sem pré-requisito, promoção automática...) e conforme item tece comentários.

Na Ata que já veio pronta consta “leitura e discussão: 1- ensinar sem castigar - Ana Teberoscki - 2- Relatório da D.E. sobre a avaliação do ano 94.” Assim sendo, foi deixado de lado o item 1, passando-se para o item 2. Também, não há referência sobre o grupo que fez o Plano de Ensino. Novamente, o documentado não revela a vida que a escola ganha.

As descrições mostram que as reuniões de H.T.P. da “Romana” são organizadas, com um roteiro, e contam com atividades diversificadas - leitura e estudo de documento e de revista pedagógica, discussão do trabalho do professor, confecção de material para aula e para festas, estudo de casos de alunos com dificuldades, montagem de classes.

As reuniões de H.T.P. que deveriam ser um trabalho de reflexão conjunta de todos os professores do C.B., acabam sistematicamente não tendo a participação efetiva dos professores de Educação Física, embora presentes na reunião. Além disso, algumas atividades paralelas às reuniões (correção de cadernos de alunos pela professora, preparação ou grampeamento de provas dos alunos para arquivamento), e atividades completamente estranhas (a venda de roupas em plena H.T.P., infringindo-se o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo - Lei nº 261, de 28/10/1968 - no seu inciso VIII do artigo 242 que proíbe ao funcionário público “exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição”, a intromissão de professores PIII na reunião para olhar as roupas e visita de filha de professora em plena reunião) demonstram o desvio da finalidade da H.T.P., bem como a falta de profissionalismo por parte dessas professoras.

3.1.2.9. Festas

3.1.2.9.1. ano: 1992

O dia da criança foi comemorado com diversas brincadeiras (boliche, bambolê) e com a distribuição de um bolo que foi oferecido pelas professoras de 1ª a 4ª séries, que contribuíram com Cr\$ 30.000,00 cada uma.

O dia do professor foi festejado pela escola com um churrasco para setenta pessoas, com carne doada por um pai de aluno que é advogado de frigorífico. As merendeiras foram convocadas para ajudar e a direção vai dar uma folga depois para compensar.

O Bazar da Sobremesa, em vez da Festa do Sorvete que dá muito trabalho, foi realizado no dia 8/12, no período da manhã, no pátio da Escola. Os professores levaram a sobremesa e eles mesmos compraram. Só havia um aluno que olhou os doces e se interessou pelos biscoitos recheados de goiabada, mas pelo preço (Cr\$ 15.000,00) acabou não levando nada. Como sobraram algumas sobremesas foram barateando para que se arrematassem. Às 9h 30min não tinha mais nada.

3.1.2.9.2. ano: 1995 - Festa Junina

No dia 10 de junho, às 13h, uma equipe de professores foi à Escola para montar as barracas para a quermesse - pescaria, argolas, atirar bola de pano em latas, carro que derruba triângulo, barraca de doce, local para venda de fichas, bar. Foi um lufa-lufa.

Às 18h, iniciou a festa. Havia muitos carros estacionados no portão de entrada dos alunos. A Escola estava toda iluminada, inclusive a quadra de esporte. Música animava o ambiente. Rojões estouravam. Havia um número razoável de pessoas. Crianças corriam, brincando e jogavam bombinhas que estouravam. Muitas crianças estavam a caráter, vestidas à caipira. Havia quatro meninas vestidas de branco, roupas bem noite, como se fossem princesas (à primeira vista deu impressão de noiva), com arranjos na cabeça. Umas de sapato branco, outras de tênis. As caipiras e os caipiras (muitos deles) estavam de tênis e não de bota.

Havia muitas pessoas jogando nas barracas. Algumas, literalmente, estavam já carregadas de brindes e continuavam arriscando. Os doces também eram muito procurados.

Vi os pais tomando conta de algumas barracas e do Caixa. Os alunos também trabalhavam, ajudando no bar e nas barracas. O senhor Antonio percorria o pátio, vendo se tudo estava em ordem. A diretora Ana Maria acompanhava o seu filho menor na barraca do carro, depois circulou pelo pátio. Na avaliação da diretora, o pessoal presente não era muito. É que havia festa junina também no C.P.H., no Carvalho.

O concurso da princesa arrecadou cerca de R\$ 520,00, considerado pouco em relação aos anos anteriores. Aparecida Cristina foi conversar com a Coordenadora do CB, Zezé, sobre os prêmios: duas bonecas do mesmo estilo, com perucas diferentes e um palhaço. Como iriam distribuir os prêmios para as colocadas: 1º, 2º e 3º lugar. Zezé lembrou que o terceiro lugar havia empatado. Como fariam, se só havia três prêmios? Chegaram à conclusão que teriam que desempatar. Como ainda iam acabar de entregar um dinheiro, teriam que dar um jeito de desempatar. E assim foi feito. E a festa prosseguiu animada até altas horas, com a culminância da entrega dos prêmios às três primeiras colocadas e a coroação da princesa.

Sobre o trabalho conjunto na Escola, existe

“mais ou menos em festa junina. Sempre tem a ajuda dos alunos, dos pais. Praticamente quem comparece nessa festa é quem faz parte do Conselho e só... alunos mesmo também aparecem muito pouco, é uma minoria... são poucos que engajam nessa festa!” (Gilson, 1º ano do ensino médio) (03/08/1995)

A Escola “Romana” realiza diversos tipos de festas, umas para comemorar alguma data - dia da criança, dia do professor - e outras, para arrecadar dinheiro para a escola - Bazar da Sobremesa e a Festa Junina.

A Festa Junina constitui exemplo vivo do trabalho de equipe da escola, tanto nas tomadas de decisões quanto na execução. Pais, alunos, professores assumem a festa, arregaçando as mangas, cada um se responsabilizando por um setor.

3.1.2.10. Convênio

A “Romana” mantém um convênio com a Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP para a recuperação de alunos, em Matemática. Dois alunos do 4º ano do Curso de Matemática, no salão de uso múltiplo, atendem de 5ª série em diante, das 14 às 15, 5ª e 6ª séries, e das 15 às 16, 7ª e 8ª séries.

“Não sabemos se está havendo um saldo positivo porque não há uma pessoa responsável da Escola ‘Romana’ para cuidar disso. O nosso contato é com o professor da classe e os alunos recuperandos. Já no Floriano há uma pessoa da Administração que é responsável” (Estagiários de Matemática) (06/10/1992).

O Convênio é um bom exemplo da relação da escola com a comunidade universitária. Constitui uma prestação de serviço da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente.

3.1.3. E.E.P.S.G. “TIRADENTES”

3.1.3.1. Descrição da Escola

3.1.3.1.1. ano: 1992

A Biblioteca da unidade funciona num salão que fica bem distante do prédio principal, no fundo do terreno. Uma parte do salão é utilizada como salão de reunião e de projeção. No período diurno, a responsável pela Biblioteca é a professora Dulce, readaptada, e à noite, a Joana.

Ao ser indagada sobre se os alunos estavam utilizando a Biblioteca, Dulce diz que não tem condições de ficar na Biblioteca, de tão suja, e reclama que “até hoje (19/03) só foi varrido uma vez”. Fui até à Biblioteca com ela. Realmente, só de pisar, percebia-se que havia areia no

chão, acrescido de toco de cigarro, papel de bala e papelzinho, além do pó. Hoje vem uma funcionária removida do “Cabral”. Enquanto estávamos lá, vendo os livros que chegaram da F.D.E. (Romanelli, Guiomar Namo de Mello, Ponce, Celestino Alves da Silva Júnior, Manacorda...), a servente chegou e começou limpar.

Quando a Dulce era a principal encarregada, o controle da retirada dos livros era feito pelo sistema de cartões, mas hoje, segundo Dulce, a encarregada principal (Joana) disse que não sabia utilizá-los e passou a controlar num caderno. Porém, é muito difícil, pois quando o aluno entrega o livro, perde-se muito tempo, folheando as páginas do caderno para localizar onde está. Enfim, cada cabeça uma sentença.

Em junho estive na Biblioteca, no período noturno, e conversei com a encarregada Joana que informou que os alunos procuram a Biblioteca para consultas e tomar livros emprestado. A frequência diminuiu bem, em relação a quando a Biblioteca estava instalada no prédio principal. Além disso, como a Biblioteca é usada como sala de vídeo, de reunião de escola, para algumas atividades pelos professores e alunos, ela percebeu que muitos chegam até à porta, vêem a sala ocupada, ficam acanhados e voltam para trás. Somente alguns vencem a barreira da timidez e entram.

Mais tarde, ao retornar à Biblioteca com a professora Rebeca (Matemática, A.C.T.) que ia fazer H.T.P., encontrei a professora Maísa (Matemática, efetiva) que estava lendo livro em uma mesa cheia de livros e outros objetos, num canto da Biblioteca, toda encolhida. Nas cadeiras do salão estavam os alunos do Curso de Contabilidade e duas pessoas liam um diálogo. O professor promovia debates com os alunos, porém os temas eram livres, nada tinham a ver com a disciplina Contabilidade.

A Rebeca me diz, apontando: “Olha como estão os livros” (todos amontoados numa mesa grande). Pensei: “Não sei como a Maísa consegue estudar” porque nessa altura, os alunos ao lado falavam alto e ao mesmo tempo, entusiasmados com o debate. Assim é a Escola-Padrão, uma Biblioteca que no momento servia de local de debate e ao mesmo tempo, da H.T.P. para professores.

A Maísa comentou que existe uma sala para H.T.P. (número 18), no porão do prédio, mas que é impossível ficar lá, pois há um forte cheiro de bolor, além do barulho pois a janela dá para fora onde os alunos passam e não há ventilação. Mais tarde, a Rebeca me levou até à sala 18. A descrição feita pelas professoras era real.

Como o pátio da escola é pequeno, a quadra de esporte está sendo aberta para ajudar a diminuir a concentração de alunos. Há muitos grupos de alunos, brincando, correndo, sentados, lanchando (compram salgadinhos na Cantina, explorada por terceiro), outros tomando sopa de macarrão e carne moída, ao redor das mesas de concreto instaladas no pátio. Nos dias chuvosos a quadra não é aberta e o pátio fica superlotado, dificultando a movimentação.

Dado o sinal de entrada para a próxima aula, os alunos se movimentam em direção às classes, deixando a quadra e o pátio. Uns se apressam, outros vêm em passo de tartaruga, uns cutucando o colega, e a inspetora chamando. Há duas entradas para o prédio: do lado direito entram as classes da 1ª a 4ª séries, em fila, meninas de um lado e meninos de outro; do lado esquerdo, entrada exclusiva da 5ª série em diante (não há fila). Os alunos da 1ª a 4ª séries entram mais rápidos. Já os da 5ª em diante, alguns fazem cera para entrar, dão um jeito de ficar para trás e vão andando devagar e conversando. Finalmente, silêncio no pátio.

A cozinheira Lina e sua auxiliar são funcionárias efetivas da Prefeitura. Não seguem o cardápio sugerido pela nutricionista porque muitas crianças não comem se fizerem do jeito que deve ser. Fazem uma adaptação. Geralmente é sopa de macarrão com carne moída ou polenta, salada de verdura; frango e arroz com cebola; canjica. Como as crianças não gostam de cenoura nem de beterrabas se apresentadas por inteiro, usam do artifício de triturá-las no liquidificador e misturá-las nas comida.

3.1.3.1.2. ano: 1993

No início do ano, em fevereiro, a Biblioteca estava arrumada de modo diferente. O salão foi dividido com estantes de aço como divisória, delimitando bem o que era Biblioteca e o que era o salão para reunião geral e para vídeo. Os livros recebidos no ano passado que estavam soltos sobre uma mesa, já estavam nas estantes. Como a responsável pela Biblioteca, à tarde, continuava não respeitando horário, chegando e saindo à hora que queria, uma estagiária foi encarregada de controlar os livros retirados e também de colocar os devolvidos, nos devidos lugares.

A partir de abril de 1993, o uso do prédio foi comprometido porque estava passando por ampliação e restauração, com previsão de término em setembro/94. O espaço físico ficou mais limitado ainda, sem o pátio coberto e as quadras esportivas. Daqui para frente, até o término das obras, haverá uma constante mudança de local para abrigar a Biblioteca, a

diretoria, a sala de projeção, a sala de aula dos excepcionais... As aulas de Educação Física serão realizadas fora da escola, ora no PUM (Parque de Uso Múltiplo da Prefeitura), ora nas quadras da E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral”. Para acolher os alunos, a frente da Escola foi adaptada para funcionar como pátio, onde os alunos se concentram no recreio e no intervalo. A cozinha e a Cantina que foram demolidas, juntamente com o pátio coberto, foram improvisadas na lateral direita do prédio. O laboratório deixou de existir (o material existente foi recolhido e encaixotado) porque as dependências foram interditadas para o uso da Escola e passaram a ser utilizadas pelo pessoal da obra. Os armários dos PIII ficaram no corredor do andar térreo, dificultando a movimentação das pessoas.

Além disso, o pessoal da escola (alunos, professores, diretor, coordenadores, funcionários) passará a enfrentar as outras consequências da ampliação e da reforma, como poeira, barulho ensurdecedor, ora mais constante, ora mais espaçado, ora mais intenso, cheiro de tinta e sinteco... O retardamento de início de ano letivo aparecerá também, como consequência, por conta da reforma, em 1995 (ver 3.1.3.14.1.2. dia: 10/02/1995, p.339, e 3.1.3.14.4. Reforma, p. 345).

Em setembro, a diretora convidou-me para ir ver a Biblioteca, instalada agora no porão, na antiga sala de H.T.P. (a famigerada sala 18). Ao procurar a Susi do CIC (Centro de Criação e Integração), na sala dos professores, a diretora acabou ficando enroscada por lá porque um grupo de professores discutia com uma inspetora sobre a questão de juntar classes. Assim, a Susi foi quem me levou para conhecer as novas instalações. A Biblioteca estava aconchegante. Aquele ambiente cinzento, triste, cheirando a mofo no tempo das H.T.P., transformou-se. Havia cortina de algodãozinho cru, três mesas redondas com cadeiras para consultas, uma mesa para a encarregada da Biblioteca, estantes cheias. Agora, os livros novos e os velhos estão classificados e juntos, separados por assunto - História, Português, Literatura, Ciências etc.. A Susi mostrou-me, pelo livro de consultas, que os alunos procuram a Biblioteca. Ela comunicou à diretora que iria deixar de lado, por um período, as suas atividades, para poder atender os alunos, deixando a Biblioteca aberta. “No período da noite, a funcionária Joana dá conta do recado, mas as outras duas, ou estão de licença ou quando na ativa, ninguém as encontra na Biblioteca” (Susi, coordenadora, 29/09/1993).

Abriu um livro novo para consulta de aluno e professor, mais prático e eficiente, além de ter controle sobre os livros. A Susi estava “laçando os professores para que venham à

Biblioteca”. Assim, convidou a professora Linda (Ciências) para conversar na Biblioteca e, sorrateiramente, foi mostrando os livros. A professora Linda começou a folhear os livros, viu que havia coisas interessantes e estava levando cinco livros.

Aos poucos, Susi estava colocando a Biblioteca em pleno funcionamento. Dos livros velhos, os que não estavam sendo utilizados foram doados a outras bibliotecas, os de uso foram catalogados e colocados na prateleira. A coleção nova, quando chegou, como não havia controle, foi sendo levada pelas pessoas. Teve que ir atrás e assim, aos poucos, foi recuperando os livros, mas alguns desapareceram.

A função da coordenadora do CIC é ser elo de ligação com os coordenadores e os professores. Deve informá-los sobre as obras que o CIC tem e que são de interesse dos professores e coordenadores (Susi, coordenadora, 1993).

No primeiro momento o trabalho da coordenadora será organizar o acervo recebido conforme o catálogo que foi enviado. Os livros foram colocados nas estantes juntos com os já existentes. A orientação é que devem ser organizados conforme o catálogo e separados dos antigos.

Está dando muito trabalho para organizá-los, inclusive alguns livros já desapareceram. Acontece o seguinte: as pessoas entram na Biblioteca, elas mesmas se dirigem às estantes, pegam o livro. Marcam no livro de registro mas não são cobradas para devolução. Não há regulamento sobre o uso da Biblioteca. Somente os alunos têm prazo de três dias para ficar com o livro, os professores não têm prazo (Susi, fevereiro/1993).

Quando estive na Biblioteca com a coordenadora Érica, dias atrás, vi livros devolvidos que estavam sobre a mesa, esperando a vez de irem para as estantes. Érica disse que “muitos professores pegaram livros na Biblioteca, no ano passado, e não devolveram, e este ano não estão mais na casa.”

A coordenadora do CIC pensa em fazer campanha para aumentar o acervo, além da campanha para uso da Biblioteca. Fica uma contradição, pois como as auxiliares da Biblioteca não ficam lá no seu horário, muitas vezes os alunos aparecem mas a Biblioteca está fechada, ou se aberta, não tem ninguém. Os alunos voltam de mão abanando.

Um aluno, timidamente, aproximou-se e perguntou se podia pegar uma revista para ler. Susi deixou que o mesmo escolhesse e o aluno pegou uma Visão e foi ler lá fora todo feliz.

Susi avisou que era para devolver daí uma hora que era o tempo que ela ia ficar lá porque depois tinha aula.

Merece um destaque o caso das responsáveis da Biblioteca do período diurno. Está-se diante de um exemplo da falta de profissionalismo por parte das responsáveis pela Biblioteca (diurno), que sistematicamente não cumprem as suas obrigações - nem respeitando horário de atendimento ao usuário, nem permanecendo no local. É uma total falta de responsabilidade. Como consequência, os livros estavam fora de lugar e como se perdeu o controle de retirada e devolução, muitos livros foram perdidos. Assim, chegou-se ao absurdo de ter que deslocar uma estagiária das suas atividades para cuidar da guarda dos livros, num primeiro momento, e depois a coordenadora do CIC foi reorganizando a Biblioteca e avocou para si a tarefa das responsáveis pela Biblioteca - de atender aos alunos, porque os usuários estavam sendo prejudicados com a Biblioteca fechada. A função de controle por parte da direção foi falha neste caso. Teria que ter tomado medidas administrativas.

3.1.3.2. Planejamento

3.1.3.2.1. ano: 1992

No primeiro período do dia cinco de março, os professores se dividiram em três grupos e foram para as salas onde leram e discutiram o documento sobre “Avaliação e Recuperação” da CENP, até às 9h 30min, em seguida um intervalo para café, e após, retorno à Biblioteca. Com relação ao material lido, os professores estavam descontentes. “Todo ano é a mesma coisa. A Secretaria (referindo-se à da Educação) envia material para a gente ler.”

Na Biblioteca, a diretora Eunice apresenta o supervisor de ensino da escola, o professor Milton, que havia assumido a escola há duas semanas por isso “não estava a par da Escola-Padrão” mas se compromete a se inteirar e se coloca à disposição dos professores, dizendo que o seu plantão na Delegacia de ensino é na segunda-feira, à tarde. Em seguida, a diretora prossegue fazendo a leitura sobre H.T.P., a função do Coordenador de 1ª a 4ª série e do Coordenador do Noturno.

A assistente Vânia fala sobre as reivindicações dos alunos do diurno (limpeza do prédio, bebedouro e banheiros; recreio junto com primário, tumultuado e violento; maior permanência do dentista na escola; biblioteca em todos os horários; ventilação no porão; tolerância de dez minutos na entrada; mais rigor com alunos - direção; recuperação final como antigamente;

expulsar os maus alunos) e problemas apresentados pelos alunos do noturno (limpeza dos banheiros; saída - 22h 25min; tolerância na entrada - 19h 15min; volta da semana de provas; fechar as classes nos intervalos; aulas práticas de laboratório e biblioteca; diálogo entre professor, funcionário e direção; retirar o Boletim de Ocorrência - B.O.; cesto de lixo nos banheiros; conservação do jardim da escola; recuperação paralela de um semestre para outro).

No período da tarde, a diretora explica que os Projetos serão elaborados pelos professores, o Plano Diretor será feito com a participação de todos e o Projeto de Ensino todos deverão assumir o da CENP. Aqui, muitos professores levantaram suas vozes, protestando, porque “como iam adotar as Propostas Curriculares, após um mês de aulas” e muitos “não aplicavam a Proposta da CENP, já haviam pedido livros para os alunos”, além do que “não pediram para ser Escola-Padrão” (*apresento os depoimentos ilustrativos dessa situação, em 3.2.3.Expectativas da Escola “Tiradentes” sobre Escola-Padrão, p.402*).

Em seguida faz-se o levantamento de prioridade que vai sendo sugerido pelos professores e sendo discutido e ao final assim se apresentam:

- resgatar os valores morais, intelectuais, sociais, cívicos e espirituais.
- desenvolver hábitos de estudo, higiene e a prática de boa leitura e escrita.
- preservar a saúde, através de hábitos de higiene.

O objetivo geral da Escola para 1992, depois de discussão, é: “desenvolver no aluno uma consciência crítica tendo em vista sua independência individual e conseqüente participação na sociedade.”

Passa-se para o Calendário Escolar. A diretora diz que “recuperação de julho e final estão abolidas”.

No dia seis de março, a reunião prossegue, com a presença da supervisora de ensino Janete, a monitora de Ciências da D.E.P.P. Carmem, alguns professores e a coordenadora de Ciências da E.E.P.S.G. Carlos Gomes (outra Escola-Padrão) que vieram para acompanhar a reunião. A diretora dá os avisos gerais, fala sobre a carteira de saúde e faz a eleição do Conselho de Escola, segmento professor, com dezesseis membros e dois suplentes, com apresentação de voluntários e indicados. Em seguida, faz-se a apresentação geral do esboço dos projetos, feito em função das prioridades levantadas, pelo representante de cada grupo:

Projeto 1 - resgate dos valores morais, sociais, intelectuais, cívicos e espirituais;

Projeto 2 - desenvolver hábitos de estudo e a prática de boa leitura e escrita;

Projeto 3 - preservação da saúde através de hábitos higiênicos;

Projeto 4 - cinema na escola - educação e lazer.

A supervisora Janete, encarregada da Escola-Padrão na Delegacia de Ensino, fala sobre o treinamento que fez em São Paulo sobre as propostas curriculares que têm como fundamento a construção da cidadania. Em seguida, os professores se subdividem, por área, para estudar as Propostas Curriculares, assessorados pela supervisora Janete.

No Plano Diretor da Escola de 1992, sobre as Propostas Curriculares, há uma declaração de que “serão adotadas parcialmente, em algumas séries e/ou disciplinas”, com as seguintes justificativas:

- “- não foram adotadas integralmente nos anos anteriores, o que impossibilita sua continuidade neste ano;
- desconhecimento, despreparo e insegurança do professor em relação às mesmas;
- atraso da remessa das mesmas (muitas não chegaram ainda)” (p.21).

A professora estável Glória (Educação Física) declara: “A proposta mesmo vou aplicar no ano que vem. Este ano só estou trabalhando a proposta com a quinta série” (junho/1992).

A professora Norma (Ciências) explica, em agosto, que estão aplicando a Proposta Curricular da 5ª série e que estão se preparando para aplicar a 6ª em 1993. O supervisor Milton, a coordenadora Érica e a supervisora Janete estão auxiliando a sequenciar a Proposta.

Na segunda quinzena de junho, o Plano Diretor não havia sido aprovado ainda. Não chegou o dinheiro dos projetos. Tem-se a seguinte notícia: há planos que não precisam ser mexidos; outros, partes necessitam ser reformuladas, e outros, inteiramente reformulados. Os projetos que não dependem de verba estão começando a ser implantados. É o caso do Projeto Moral - Religião (Ênio, coordenador do noturno, junho/1992).

Em cinco de outubro, a diretora Eunice, preocupada, diz que já deveriam “estar se preparando para a elaboração do Plano Diretor/93, porém até agora nada”. Há uma série de providências a serem tomadas antes da elaboração do Plano Diretor. Por outro lado, “a escola só recebeu a retro-informação de seu Plano há pouco tempo”. Só recebeu onze milhões de cruzeiros, em setembro, para despesa de material. Do Projeto mesmo não veio nada ainda. Só receberão depois que tiver sido prestada a conta desses onze milhões.

Na reunião de Conselho de Escola a diretora comunica que “chegou quinhentos milhões (sic) destinados para excursão para concluintes e para trazer especialistas”.

Sobre o Plano Diretor, como os diretores estavam tendo dificuldades na sua elaboração, eles haviam se reunido para discutir entre eles o que entendiam sobre Plano Diretor, mas não saíram satisfeitos porque ainda assim sentem dificuldades. Por isso, solicitaram uma reunião na D.R.E.P.P. com alguém que entendesse de Plano Diretor e a partir de trinta de março algumas reuniões aconteceram para subsidiar os diretores.

Em relação à decisão, na época do planejamento (06/03/1992), de adotar a recuperação paralela, abolindo a recuperação final, quando chegou dezembro (dia 10), a Escola teve que voltar atrás, porque a lei exige e a Delegacia de Ensino cobra da escola a recuperação final. Ao término do ano, a Escola teve que organizar a recuperação final e pô-la em prática, deixando de lado a recuperação paralela do quarto bimestre. Vemos aqui uma questão que aponta claramente a necessidade de se ter o Regimento Escolar adequado ao Projeto Pedagógico da Escola. A Escola-Padrão foi implantada, cada Escola-Padrão teve a liberdade de fazer o seu Projeto Pedagógico, porém continuou seguindo o Regimento Comum das Escolas Estaduais, agregando, conforme iam saindo as resoluções referentes à Escola-Padrão, as normas específicas. O Estado é ambíguo. Para o particular que deseja implantar um projeto diferente exige junto à apresentação do projeto o Regimento Escolar correspondente, senão, não aprova. Já, quando os projetos são seus, não há este cuidado, esta exigência. Daí, no meio do caminho, essa atribulação para a Escola-Padrão.

3.1.3.2. ano: 1995 - (07 a 10/02)

A diretora Eunice, presidindo a reunião, deu inicialmente as seguintes informações:

- 1.852 alunos, em 1995, no “Tiradentes”
- de 07 a 09/02/1995, cadastramento dos professores.
- treze aulas de Biologia da Merle que pegou coordenação ainda não tinham professor.
- este ano o horário será feito no computador.
- saiu o decreto sobre faltas (cada oito aulas correspondem a um dia).
- como será o dia de planejamento: manhã (quatro horas) - linhas gerais da escola; tarde (quatro horas) - reunião por grupo.

Após, foram realizadas eleições do segmento professor para o Conselho de Escola e para a A.P.M., com o pedido da diretora para diminuir o número de professores do noturno.

“Ano passado, dez professores do Conselho de Escola eram do noturno, causando transtorno, por conta do choque da reunião com a aula. Embora tenham deixado atividade, não foi produtivo. Não era a mesma coisa com o professor em sala. Se não for possível isso, então a reunião terá que ser no sábado.” E foi solicitando candidato voluntário, até completar o quadro.

Prosseguiu com os assuntos sobre 70º Aniversário da Escola (comemorações de 07 a 14/09/1995) e recepção aos alunos no primeiro dia de aula. O trabalho seria desenvolvido por reunião por grupo e depois a grande assembléia.

A diretora ponderou que um dos problemas da Escola, em não conseguir a adesão dos pais, era que a população estudantil do “Tiradentes” provinha de variados bairros e muito distantes. Talvez, daí os pais não sentirem a Escola como “Nossa escola”. Fora feito um levantamento na Secretaria sobre origem dos alunos.

A professora Vânia (História) quis saber o que foi feito sobre os alunos problemáticos do ano passado. Segundo a diretora, alguns pediram transferência, outros já haviam feito a matrícula quando o Conselho decidiu não aceitá-los na Escola e a direção não teve como não aceitá-los. Um dos presentes lembrou sobre as Regras Disciplinares que deveriam ser batidas e entregues no primeiro dia de aula.

A diretora comunicou que saiu o Decreto de 31/12/1994 - sobre a revisão de readaptação e Q.M. e que a Educação Física seria ainda na E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral”, pelo menos até o primeiro semestre. Deu palavra a Maris (Português) que tratou da eleição do representante da Escola na APEOESP (um professor por turno). Ninguém se manifestou como candidato. Alguns começaram a indicar nomes, até que se conseguiu a lista. A professora Verônica (História) criticou os professores novos, dizendo que eles precisavam lutar.

A diretora Eunice pediu para os grupos se definirem quanto ao horário da semana, porque, de manhã seria com todos, mas de tarde e de noite seria por disciplina/área. Houve uma pausa para o café (10h 30min às 10h 45min).

Depois, enquanto os grupos se dirigiram para outras salas para discussão, a diretora Eunice com o pessoal da Geografia/História, na sala destinada aos alunos portadores de deficiência mental, foi resolver a questão da coordenação. A última pessoa que se dispunha a ser coordenadora da área foi a professora Janete (História) mas que também desistiu. A diretora indagou se alguém dos presentes desejava ser coordenador. Ninguém queria. A

professora Vânia explicitou que sabia que ela era quem deveria ser a próxima coordenadora mas que não estava preparada psicologicamente. A professora Verônica, por sua vez, reforçou novamente a sua tese: era pelo rodízio.

Aparece aqui a questão da troca de coordenador. A troca freqüente leva ao desperdício e à quebra de continuidade. Por outro lado, se não houver troca, se for perpétuo o mandato leva à cristalização. Então, o ideal é conciliar renovação e continuidade - o mandato não deve ser tão curto (por exemplo anual), mas sim, por um tempo maior (dois ou três anos) para garantir a continuidade.

A diretora informou que conversou com professora Fátima (Geografia), professora recém removida e último nome sugerido pelo grupo. A professora dissera que, em “último caso, se ninguém aceitasse mesmo”, ela se dispunha a coordenar o grupo, embora soubesse da sua limitação (era professora de Geografia, não era especialista em História). Além disso, Fátima condicionou a sua aceitação ao tempo, porque em abril provavelmente estaria aposentada, e ao direito de renunciar à coordenação se percebesse que não estava dando certo.

Maurício (Geografia) lembrou que no caso não haveria muito prejuízo, no sentido de retomar as aulas de outros professores porque Fátima só trabalhava no noturno, o que não seria o caso, se ele aceitasse a coordenação, o transtorno seria maior.

Vânia ponderou ainda, que talvez ninguém quisesse pegar a coordenação “por culpa da própria área de História que talvez tenha sido muito exigente, muito crítica.”

O nome da Fátima foi aceito por todos. O grupo continuou reunido para discutir a tarefa - septuagésimo aniversário da escola e recepção aos alunos.

Na grande Assembléia, cada grupo expôs as sugestões, adotando-se o critério de somente acrescentar as idéias diferentes dos grupos anteriores. Em seguida, para as nove comissões elaboradas - recursos financeiros; levantamento histórico com dados estatísticos e entrevistas; selos/camisetas/revista; exposição 07 a 14/09; concurso músicas/poesias; festa solenidade, culto, jantar; campeonato esportivo; gincana cultural - os professores foram se inscrevendo, de acordo com sua preferência. Somente na última Comissão - Gincana Cultural, não houve inscritos.

No período da tarde, os professores se reuniram por área para planejamento.

No segundo dia do Planejamento (08/02), a reunião iniciou com o cadastramento de professores, seguida de leitura pela diretora de convite “Mundo Marinho” feito pelo Prudenshopping.

A Claudete (coordenadora do CIC) colocou que o Tenis Clube tinha convênio com uma Agência que fazia todo o serviço da comissão patrocinadora e não se desembolsava nada porque a agência ganhava comissão em cima do material vendido. Após discussão e levantamento de algumas questões, decidiu-se que a Claudete contataria para acertar a vinda da pessoa.

Aninha (Educação Física) informou que para fazer o Campeonato Esportivo, com as aulas de Educação Física, nos moldes do ano passado, ia ser difícil. Como estavam usando as quadras do “Cabral”, quando ela chegava com suas turmas, após andar dois quarteirões e atravessar a perigosa Avenida 1, encontrava as quadras ocupadas pelos professores do “Cabral”. Não tendo uma quadra à sua disposição, precisava improvisar aula embaixo das árvores. Havia dificuldades também na questão do material - bolas, redes - que tinha que levar do “Tiradentes” para o “Cabral”. A diretora sugeriu que fosse feita reunião com os professores de Educação Física do “Cabral” com os do “Tiradentes” para acertar o calendário do uso das quadras.

Em relação à Gincana Cultural a diretora comunicou que ficava em aberto para ser discutida no dia seguinte. Alguns professores colocaram algumas questões.

A Claudete, refletindo, disse: “Parece que ninguém colocou o nome nesse item. Eu tenho a impressão que foi por conta da Gincana do ano passado que foi planejada mas acabou não sendo realizada e ficou só com as atividades esportivas. Parece que foi um reflexo negativo. Todo mundo está temeroso.” Alguns professores explicaram: “A Gincana foi sugerida como um meio de se arrecadar elemento para a exposição do Septuagésimo Aniversário.” Vânia (História) ponderou: “Para fazer a Gincana é trabalhoso porque precisa estabelecer bem antes os critérios, as atividades que vão ser feitas pelos grupos.” Maísa (Matemática) indagou: “Será que não tem outro meio de se conseguir esses elementos para a exposição?” Angelina (professora de Geografia, que esteve afastada na D.R.E. e que reassumiu suas aulas e logo se aposentaria) esclareceu: “Quando foi colocada a Gincana foi para coletar material para exposição. Outra coisa, tudo que foi escrito na lousa foi sugestão dos vários

grupos. Acontece que não se discutiu cada item com a Assembléia para selecionar o que se faria.”

Assim, foi colocado em votação se devia ou não fazer gincana. Todos concordaram que não se devia fazer. A Gincana Esportiva permaneceu, ficando pendente a questão do local - Escola ou PUM (Parque de Uso Múltiplo).

Passou-se para as atividades do Calendário - 1995 [13/04 - excursões no Município; 1º de Maio - culminância do Projeto (apresentação da camiseta, selos) “A Escola é nossa”, 15/06 - encerramento do Campeonato esportivo] que depois de reavaliadas foram aprovadas.

A diretora informou sobre a distribuição de classes nos prédios (velho e novo). Para o Projeto Sensibilização do Aluno usar o texto de Flávio Gikovate sobre a liberdade - “O que é ser livre”- trabalhar e discutir as questões. Concurso do Logotipo seria em vinte e quatro de março e o de Música e Poesia, em sete de julho. Em seguida e à tarde, planejamento por disciplina.

No terceiro dia de Planejamento - 09/02/1995, a diretora Eunice dirigindo a reunião, começou a formar comissões para as atividades do Calendário aprovadas no dia anterior. Cada um foi-se colocando onde iria trabalhar. Mas a sala estava muito barulhenta. Havia muita conversa paralela. No item excursões, enquanto os PIII davam o seu nome como interessado, a Érica, coordenadora do ensino fundamental, ficou atçando as PI, perguntando se elas não iam programar alguma excursão. Uma delas mostrou interesse e foi conversar com as outras PI, mas depois ninguém deu o nome para a diretora.

Havia sido colocada a Feira Multidisciplinar que não constava da lista de atividades aprovadas. A professora Merle (Ciências) ponderou: “A Feira deveria ser mais simples, não tão grandiosa como a do ano passado... Deveria ser uma classe para cada coisa e não várias como no anterior.” A professora Maris (Português) observou: “Temos já para o ano a comemoração da Escola - 70º aniversário. Vai ser muita coisa. Ou fazemos o 70º bem feito ou não fazemos.” Lucinda (Ciências) ponderando, falou: “Se fizermos os dois (sic), nada sairá bem feito.”

Colocada em votação, a diretora disse: “Parece estar havendo consenso que não se deve fazer Feira. Quem não concorda levanta a mão.” Ninguém levantou a mão. “Não haverá Feira Multidisciplinar” sentenciou a diretora.

Claudete (coordenadora do CIC) relatou o resultado do contato com o rapaz da Agência: “Não senti tanta firmeza quanto pensei ontem. O rapaz acha difícil vender Escola Pública. Não vem hoje. Pediu tempo para fazer uma pesquisa para ver a reação. Semana que vem estará aqui.”

A seguir a diretora fez elogios à atuação de alguns professores que se destacaram, citando-os nominalmente, com os feitos.

No final, uma PI levantou-se e disse que queria fazer excursão. A diretora disse que já estava programada para 13/02. A PI ficou quieta. Não esclareceu que a excursão era para fora do Município, e ficou por isso mesmo. A Érica, de longe, falou para PI dizer que a excursão era fora do Município, mas, a sala estava tão barulhenta, que ela não ouviu.

A diretora prosseguiu comunicando sobre o início da aula, no dia 3/02/1995, que ainda dependia do transformador que estava sendo vistoriado e dos cabos que dependiam de vistoria. As cortinas ainda não foram lavadas. O prédio novo era cercado de espécie de elemento vazado para dificultar a depredação do prédio mas que escurecia a escola. O engenheiro precisava liberar o prédio. Sem essa liberação ela não ia ocupar o prédio. Era para todo mundo vir à Escola na sexta-feira para saber se começa na segunda.

A professora Ermelinda, sobre número de aulas, quis esclarecimento: “Pode o professor dar dez aulas em virtude do novo decreto? Nove pode. E dez?” A diretora respondeu: “O decreto precisa ser regulamentado pela Secretaria de Educação. Nove eu libero, mas dez, não.”

Sobre o primeiro dia de aula, a diretora conclamou, a seguir, os professores para “se reunirem em pequenos grupos para discutirem como será o primeiro dia e depois apresentar sugestão”. Vânia, intervindo, disse: “Não é necessário reagrupar porque já fizemos isso ontem. Agora é discutir na grande Assembléia, com todos.”

A diretora Eunice informou que a entrada de alunos seria pela frente, atravessando o corredor e ir para o pátio. Haveria mapa mostrando a situação. Nas três primeiras aulas haveria discussão, conscientização.

Vânia expôs as sugestões que o grupo havia apresentado para o primeiro dia e a diretora foi escrevendo na lousa:

- ser receptivo - transmitir um sentimento de alegria pela sua volta.
- lousa com dizeres de boas vindas.
- discussão do código disciplinar.

- merenda especial.
- texto relativo à preservação do patrimônio (texto - debate).
- boas-vindas - reunião no pátio, antes de ir para as aulas, com orientação sobre as salas e o prédio e apresentação de funcionários. Comemoração dos Setenta Anos.
- “excursão” pelo prédio.
- mensagem religiosa (oração)
 - manhã e tarde - professora Ivonete (Inglês);
 - noite - professor Renê (Filosofia).
- música - entrada, intervalo e saída.
- faixa na frente do prédio (pano), no corredor e no pátio (papel) - encarregados: professora Ivanilde (PI) e pessoal da tarde.

Após, foi feita seleção das idéias. A merenda foi descartada porque só tinha uma merendeira, o mantimento recebido foi devolvido porque não havia condições de guardar porque não havia energia elétrica. Pensou-se num lanche - cachorro quente, também descartado porque não tinha padeiro na Prefeitura e portanto não havia pão.

A coordenadora Érica provocou a discussão sobre entrada de aluno. A diretora disse: “Professor precisa assumir acompanhamento dos alunos na entrada e na saída. Os inspetores de alunos são poucos e não há condições de eles olharem tudo. Os inspetores de alunos escolhidos não assumiram ainda.”

Érica, prosseguindo, falou: “Não querendo acusar o Professor III, mas não posso deixar de falar... Há professores III que estão soltando as classes mais cedo. Os alunos vão nas séries fundamentais para chamar irmão para ir embora. Isso causa transtorno... Há professores PI que também soltam a classe mais cedo. É preciso esperar o sinal.” Eunice pediu: “Solicito para que os professores dêem aula completa no período. Precisam cumprir o seu horário. Isso é o mínimo que se espera do professor.”

Encerrando a reunião, a diretora avisa: “Depois será distribuído mapa aos professores. À tarde, os professores poderão conhecer o prédio.”

Na saída da reunião, começou a vazar água do teto, no corredor que liga prédio novo e o velho. Pela emenda escorria água. Estavam lavando o andar superior.

Último dia de Planejamento (10/02/1995), na lousa estava escrito: Proposta Educacional, Regimento - Avaliação/Recuperação, Excursão. A diretora abriu a reunião e passou os trabalhos para coordenadora Érica e se retirou para tratar dos papéis do recadastramento que deviam ser enviados para a Delegacia de Ensino.

Érica procedeu à leitura dos objetivos, solicitando auxílio de um professor que leu o objetivo educacional. Pediu para a platéia traduzir em miúdos. As pessoas iam se manifestando. Em seguida, foi lida uma poesia pela professora Flávia Maria (História). Nessa altura, havia uma conversa geral paralela, quase ninguém prestava atenção. Érica disse que não ia ler os objetivos da lei porque era muito cansativo. Mas que esses objetivos tinham que ser concretizados em nível de escola. Explicou: “Foi feito um levantamento com os alunos: o que precisa mudar na escola, o que o grupo pode e o que não pode fazer.”

Aqui aparece a questão do funcionamento da reunião. Houve falta de distribuição de material impresso, com os objetivos da escola, para todos os professores, antecipadamente, para no dia, só haver discussão. Talvez, isso seja a tradução de que a Escola não possui verba suficiente para o gasto com o material. A leitura por um dos professores ficou cansativa, provocando conversa generalizada entre os presentes, demonstrando falta de seriedade profissional, prejudicando o funcionamento da reunião. A função de apoio, com o fito de prover recursos necessários à ação, que deve estar presente na escola, está falha.

O professor Maurício (Geografia) pediu para liberar o horário. Ele e outra professora (Laura) iam fazer o plano de Geografia, mas Érica não liberou.

Nesta altura, o zunzum já havia se transformado numa insatisfação geral. Havia um barulho generalizado mas não entendível, até que a professora Maris (Português), levantando-se, pediu a palavra: “Nós precisamos parar para pensar. Algo está errado.”

Verônica (História), áspera e irritada, disse: “Todo ano é a mesma coisa. Em vez de ficar lendo e nós ouvindo, é preciso tirar xérox, entregar para cada um, ir para a classe, reunir com a área e discutir... é mais produtivo. Este planejamento.... deste jeito... sinto falta de encontro com colegas de outras escolas.”

Érica, retomando, explicou que a Escola fez diagnose no final do ano. E começou a ler: “falta de espaço físico, falta de comunicação, falta de entrosamento, ausência de calor humano ...” Explicou que a merenda seria distribuída na Cantina e distribuiu o desenho do prédio. Érica pediu para a Verônica ler: “Falta de comprometimento de alguns, indisciplina, desrespeito à

hierarquia, classes superlotadas, ausência de recursos mais ousados, ausência de valores...”
Recomeçou o burburinho, outra vez.

Érica, dirigindo-se à platéia: “O que posso e devo fazer?” Verônica, de pronto, colocou: “Falta de condições. Há desvio de função, não só nesta escola, mas em toda Escola Pública.” Érica corroborou, confirmando: “Eu mesma senti isso. Gostaria de estar no dia do Planejamento com os professores, mas fiquei para selecionar os professores PI novos, fazendo entrevistas, provas...”

Novamente, a questão de desvio de função, tanto da diretora quanto da coordenadora. A diretora cuidando da papelada a ser enviada à Delegacia de Ensino, em vez de dirigir a reunião, e a coordenadora do ensino fundamental selecionando professor novo, em vez de coordenar o planejamento com sua equipe. Na realidade, o que acontece na Escola Pública é a atribuição de aulas coincidir com a época do Planejamento. Constata-se aqui a ineficiência da organização e funcionamento do trabalho na Escola Pública por causa da falta de profissionalismo por parte do Estado que deveria, de fato, dar a tão apregoada “autonomia das escolas”, permitindo que o Planejamento seja feito no ano anterior e a atribuição de aulas, antecipada. Assim, quando o período letivo iniciar, o quadro de corpo docente estará completo e o Plano pronto para ser implementado, não havendo prejuízo para os alunos. Aliás, na Escola Particular e na Universidade, é assim que funciona.

Maris (Português) pontuou: “Não existe ação isolada. A classe precisa estar se organizando para isso.” A nova professora Leny (Psicologia) disse: “Temos que discutir o que na prática podemos fazer para mudar.” Verônica, retomando a palavra, sentenciou: “Não vamos atingir objetivo nenhum. Não vamos chegar a lugar nenhum.” Maris expressou: “O mais importante é a ação. Estamos num processo de emburrecimento.” Maurício objetou: “Mas nós temos que obedecer.” Merle (coordenadora de Ciências) manifestou insatisfação por estar o dia inteiro na escola: “A pessoa está com compromisso em outro lugar e ela é obrigada a ficar aqui o dia inteiro.” De novo, a falta de profissionalismo, com o não compromisso do professor com a Escola.

Érica começou a escrever na lousa: “Sugestões para o próximo planejamento: - cada grupo se reunir no período.” Mas os professores começaram a falar novamente e propuseram que a diretora Eunice fosse chamada para participar dessa discussão. Uma pausa, enquanto Érica foi buscar a diretora.

Eunice pediu que as pessoas se inscrevessem para falar. Mas todo mundo ficou quieto. Nenhuma manifestação. Muitos dos que, até aquele momento, falaram e criticaram, emudeceram. Eunice insistiu dizendo que “a inscrição para falar está aberta”. A primeira a levantar a mão foi a professora Ivanilde (PI). Um suspense. Houve um zunzum. Alguns incitaram outros a falar, até que a Verônica se inscreveu e em seguida a Leny. Como ninguém mais se habilitou, foi dada a palavra a Ivanilde que começou falar sobre o problema da faixa. Foi um balde de água fria em cima de todos: veio com um assunto completamente fora. Ela, como encarregada de providenciar a faixa de boas vindas, já encomendara; e que ficaria pronta para sábado; porém ficou abismada com o preço - setenta reais (por umas quatro horas de trabalho para confecção) e começou a comparar com o salário do professor. Eunice perguntou se ela estava colocando essa questão para saber se o grupo assumiria essa despesa. Ivanilde respondeu que não; como ela havia mencionado que cuidaria da faixa, já encomendou e que já estava pago. A diretora então disse que iria deixar a questão do pagamento para outra oportunidade. Alguém, referindo-se ao “fora” da colocação desse problema naquele momento, justificou que a Ivanilde estava chegando naquela hora.

Verônica falou da insatisfação da maneira como estava sendo feito o Planejamento, do desvio de função que estava havendo na escola e fez uma referência a uma troca de idéia com a professora Angelina (Geografia) mas não disse o que era.

Leny (Psicologia) colocou o que estava sentindo: “Sou professora nova na casa. Sou formada em Psicologia, sou psicóloga, mas aqui na Escola sou professora de Psicologia. Não estou vendo que a escola está avançando. Eu havia falado quando a diretora não estava presente na sala e faço questão de falar tudo o que eu havia dito na presença da diretora. Os questionamentos já foram colocados e agora é resolver - Que podemos fazer de prático para mudar essa situação.”

Angelina (Geografia), solicitando aparte colocou o que havia conversado com a Verônica: “Estou reassumindo as aulas de Geografia agora, mas vou ficar por pouco tempo, inclusive não vou dar aula aos alunos... logo, logo, entro com pedido de aposentadoria e na semana que vem, entro em férias.” (Ela fora assistente na D.R.E.P.P. que foi extinta em 01/01/1995). “Nestes dias de Planejamento estou sentindo que a maneira de trabalhar não está sendo produtiva. Na Divisão, eu trabalhava diferente. Então, eu sugiro que a diretora trabalhe

com os coordenadores e os coordenadores passem para o grupo. Eu acho que grupos menores dão melhores resultados... não há dispersões.”

A diretora declarou: “Eu também estou insatisfeita. Até ontem à meia noite não sabia ainda o que ia fazer.” O professor Maurício, interrompendo, indagou: “Então, porque você não me liberou dessa reunião, para eu fazer o Plano de Geografia?” A diretora disse: “A reunião é para todos. Eu não posso abrir exceção.” Maurício, voltando à carga, explicou: “Se você tivesse me liberado para eu trabalhar com a Laura, teria sido mais produtivo. A área está desfalcada. Além disso, temos que planejar tudo de Geografia porque a Proposta do 2º Grau é nova.” A diretora indagou: “Porque você não colocou a questão direito e porque não veio conversar comigo? Maurício confessou: “Eu não me sinto bem para falar com você, por isso fui falar com a Lianmar (vice-diretora).” A diretora apelou: “Eu peço para você que em qualquer situação venha conversar comigo. Desde há muito tempo, sinto que você foge de mim.” Maurício concluiu: “Parece que o RH meu não combina com o da diretora.”

A diretora, retomando a reunião, explicou que havia confusão entre Plano Diretor e Plano do Diretor: “O Plano de 92 foi realmente *do* diretor. Naquele ano, pelas circunstâncias e pela exigüidade de tempo, eu fiz tudo sozinha. O de 93, ainda em grande parte, foi *do* diretor com pequena participação do professor. O de 94 foi feito por *nós*. O de 95 será por *todos*.”

Prosseguiu a diretora: “Até foi bom este ano o Planejamento ter sido antecipado, assim muitas coisas podem ser revistas. Vocês já imaginaram se já estivéssemos trabalhando, tendo aulas para alunos, e só em março o Planejamento? O Plano Diretor é para entregar até 30/03 ou talvez 20/03, na Delegacia de Ensino. A estratégia realmente não foi boa. Todo ano procuro trabalhar de forma diferente, em grupos. Este ano, fui pega de surpresa com o adiamento do início das aulas e antecipação do Planejamento. Por isso não deu tempo de planejar esta Semana de Planejamento. A H.T.P. cobrirá. É para fazer acerto para o Planejamento. Vou estabelecer prazo de entrega mais flexível.”

Maris (Português) desabafou: “Sinto um clima de insatisfação que oculta alguma coisa.”

Leny (Psicologia) refletiu: “O certo é que há sintomas de insatisfação no Planejamento, isto se transfere para a sala de aula. Mas isto é o reflexo de algo maior, fora da escola. Há uma cultura de incredulidade. Eu sou psicóloga e percebo que é questão de inveja. Vejam, dias atrás uma professora fez referência aos mais novos criticando que estão muito parados, que precisam se mexer. Eu quero trabalhar mas não me deixam. Somos muito paternalistas. *Esperamos tudo*

de cima. Reclamo, reclamo, mas o que eu faço para mudar?" (grifos meus) O discurso da professora Leny enfatiza o psicologismo.

A professora Verônica se defendeu: “Enquanto professores mais velhos estamos falhando sim. Precisamos muito de vocês.”

A diretora escreveu na lousa:

“O que mudar?”

“Como mudar?”

“Quem mudar?”

Maris (Português) afirmou: “O papel do coordenador é fundamental.”

A diretora declarou: “Ano passado tivemos a reunião de coordenador com direção.”

Maris defendeu: “Precisamos de Comissão de R.H.”

Leny (Psicologia) propôs: “Para isso necessitamos implantar o grupo operativo, isto é, o encontro de pessoas para colocar suas dificuldades. Proponho falar sobre grupo operativo na reunião de H.T.P., para depois trazer para o grupo”. E lembrou às pessoas que: “Tem que ter espontaneidade para participar do grupo.”

Verônica (Geografia), voltando à questão do Plano Diretor criticou: “O Plano Diretor não serviu para nada. Quando era professor na periferia de São Paulo, não tinha nada de Plano Diretor e a coisa funcionava... Era uma beleza. Eu vejo a Escola-Padrão burocrática. O papel do coordenador é o de ser porta-voz.” Observe-se que há uma interpretação simplória por parte da professora. Vê o Plano para ser guardado na gaveta e não como instrumento de trabalho.

Claudete (Coordenadora do CIC e professora de Inglês) trouxe à tona a questão do Inglês na grade curricular: “Eu acho que as pessoas são egoístas, não há relações humanas. Eu me senti prejudicada com a eliminação do Inglês na primeira série. No final do ano, não pude participar das reuniões porque tive que viajar, nem a Ivonete (outra professora de Inglês) pôde participar (ver 3.1.3.7.2. dia 19/12/1994, p.288). Eu sempre me dediquei à escola e nessa hora ninguém me defendeu...” e saiu chorando, emocionada, da sala.

Ivonete defendeu a manutenção do Inglês, mostrando a sua importância para o aluno, no mundo de hoje. A diretora explicou a mudança da grade ocorrida no final do ano anterior. Justificou que tentou mostrar a importância do Inglês naquela ocasião mas que infelizmente não soube colocar tão bem quanto à Ivonete e não conseguiu convencer o Conselho de Escola. Mas

que entre tirar o Inglês do primeiro ou do terceiro ano, defendeu a idéia do Inglês no terceiro por conta do Vestibular. Colocou a possibilidade de alterar o Inglês para o ano de 96, porque para esse ano não tinha mais jeito.

Vânia (História), por sua vez, disse: “Gostaria de colocar a angústia que passamos. Não foi leviana a escolha (referindo-se à disciplina Inglês). Fizemos três, quatro opções. Foi muito discutido e pensado.”

A diretora, dirigindo-se a todos: “E aí, como fica?... Continuamos?...” Érica, de pronto, disse: “Depois de tudo isso, acho que não.”

A diretora, à guisa de orientação, comunicou: “Quarta-feira, na H.T.P. coletiva, haverá retomada das propostas - para ver o que fica, o que não fica.”

Depois, a diretora ainda tratou da lista de presença e da questão de todos estarem na hora marcada para os compromissos.

Os demais itens da reunião: Regimento - Avaliação/Recuperação e Excursão - não foram tratados, em consequência dos rumos da reunião.

Eu achei que o item Proposta Educacional teria que ter sido o primeiro item a ser tratado na Semana de Planejamento e não o último. Os demais viriam depois. Tive a impressão, na ocasião, que até as atividades pensadas para o Septuagésimo Aniversário não teriam tomado o rumo que tomaram, se a Proposta Educacional tivesse sido discutida antes, e aí teriam analisado se o Septuagésimo Aniversário e os tipos de atividades eram pertinentes à Proposta.

A ampliação e a reforma causaram transtornos ao funcionamento da Escola, quer no sentido de supressão de determinadas atividades (uso do laboratório), de dificultar a realização de outras (Educação Física em outros locais fora da Escola), constantes mudanças de localização de alguns setores (diretoria, biblioteca, sala de professor, sala de H.T.P., sala de audiovisual, sala de reunião, sala para alunos portadores de deficiência mental e de algumas salas de aula, secretaria). Os constantes atrasos na liberação de verbas também prorrogaram o prazo previsto para o término da obra, prolongando o sofrimento.

Justamente, quando se vai iniciar o ano letivo/1995, coincidiu o “término da ampliação” e o “início da reforma” do prédio velho, havendo ainda, a necessidade de se cuidar da segurança das pessoas (alunos, professores, funcionários, visitantes), isolando-se determinadas partes, com a construção de cercas provisórias. Acrescente-se a isso, a necessidade de instalar a

rede elétrica, a necessária faxina do prédio novo para a colocação de mobiliário escolar nas classes e retirada do material do prédio velho, retirada do entulho de carteiras velhas do pátio, tudo isso ao som das ferramentas dos operários. E para ocupar o prédio novo, precisava ainda da liberação pelo engenheiro responsável. Era muita coisa para uma pessoa administrar tudo isso, além das atividades normais da Escola.

O primeiro Plano Diretor da E.E.P.S.G. “Tiradentes” foi elaborado, em 1992, com muitas dúvidas e dificuldades, embora a diretora tivesse participado das reuniões solicitadas pelos diretores de Escola-Padrão com alguém que entendesse o que era Plano Diretor. A dinâmica utilizada pela diretora foi simples, mas adequada. Após a apresentação das reivindicações dos alunos, foi feito o levantamento de prioridades, pelo conjunto de professores, e finalmente levantado o objetivo geral da escola para 1992. Tendo como referência esse objetivo geral, foram montados quatro projetos por grupos de professores. Como as Propostas Curriculares da CENP foram “adotadas” pela Escola, foram incorporadas parcialmente nos Planos de Ensino, após estudos pelos professores, para serem implementadas.

O Plano Diretor de 1992 resultou num documento bastante simples, sem muita sofisticação, mas que retrata a realidade acontecida.

Já os Planos Diretores de 1993, 1994 e 1995, sofreram acréscimo da parte legal sobre educação, com a introdução de artigos das Constituições Federal e Paulista, Lei 4.024/61, Lei 5.692/71, Decreto nº 31.035 de 22/10/1991, Estatuto da Criança e do Adolescente, com a observação de que

foram estabelecidas em função de um aluno protótipo, um educando ideal, com um mínimo de condição de vida adequada, em cima do que a escola, também com condições mínimas de funcionamento, trabalharia idéias de cidadania, liberdade, desenvolvimento pessoal, pesquisa científica, qualificação para o trabalho, acesso à cultura, etc. (p.11).

Apresentam dados da realidade dos alunos, enumeram os problemas que os alunos encontram na Escola e finalmente, as qualidades desses alunos, para manter a mesma proposta educacional de 1992, porque “sentimos que os avanços foram muito pequenos e que deveríamos *persistir em nossa Proposta Educacional*, pois é um trabalho que demanda muito tempo e paciência” (Plano Diretor 1995, p.25).

Foram incluídas as metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazos. Metas essas que, em alguns casos, foram pretensiosas para serem alcançadas e que nos Planos

posteriores foram diminuídas. Para exemplificar, no Plano Diretor/1993, consta a curto prazo: “ampliar em 100%, até o final do 4º bimestre, o nível de participação de elementos de *todos* os segmentos da U.E. em *todas* as atividades por ela promovida” e que foi baixado para 80% no Plano de 1995; a médio prazo, em 1992, pretende-se: “aprimorar em 100% a qualidade do produto final (*todos* os alunos), em *todos* os componentes curriculares”, para em 1995, esse índice ser trocado por 80%, em dois anos; a longo prazo, em 1992, deseja-se “conseguir a participação de 100% dos pais e/ou responsáveis na solução de problemas e/ou atividades culturais e de lazer promovidas pela escola e suas instituições escolares” e em 1995, o índice pretendido é de 80%. (grifos meus)

Percebe-se que, a escola, ao longo do tempo, está vivendo um processo e está aprendendo a estabelecer metas, mais de acordo com sua realidade.

Outras novidades são: a introdução do Plano de Curso do Ensino Fundamental e do Plano de Curso do Ensino Médio - inciso III; o Plano de Coordenação, Acompanhamento e Avaliação da Direção.

Os dados apresentados foram sempre atualizados [corpo docente, funcionários, alunos (matrícula, transferência, evadidos, concluídos, retidos, promovidos)].

A partir do segundo Plano Diretor, há inserção de um índice, que além de facilitar o manuseio, dá uma visão geral do que contém.

Houve também um aperfeiçoamento na apresentação formal do primeiro Plano Diretor de 1992 para o de 1995.

O Plano Diretor que deveria ser elaborado pela equipe escolar, acabou na realidade, em algumas vezes, sendo “Plano do Diretor”. É o que demonstram os depoimentos a seguir.

“O primeiro Plano Diretor eu fiz sozinha, ficava madrugadas debruçada em cima daquilo, porque a gente não estava preparada para montar o Plano Diretor e eu fui receber orientação no início de dezembro de 1991 para que ele estivesse pronto para no máximo março ou abril de 1992. Então, eu achei que tivesse que fazer sozinha mesmo, e o máximo que eu pedi foi ajuda para algumas pessoas da escola, mas ele foi um Plano do Diretor e não um Plano Diretor. Depois, no ano seguinte, a gente percebeu a necessidade de outras pessoas estarem ajudando. Já começamos a fazer reunião com o Conselho de Escola também, e foi um projeto já bem diferente, que foi melhorado em 1994, 1995, com a participação de mais gente” (diretora Eunice, entrevista - 19/12/1995).

Sobre a participação, a professora Fátima colocou:

“Teve alguns momentos do período da paralisação em que a professora Eunice pediu para que eu desse uma olhada, ajudasse a montar o Plano Diretor e assim posso estar errada, mas a impressão que me passou é de que o Plano do Diretor e não um Plano Diretor. Infelizmente a impressão que a professora Eunice me passou... ela levava para casa, ela trazia, ela tentava montar, mas não vi, não senti um trabalho de conjunto. Apesar de ser uma escola muito grande e com muitos problemas” (entrevista, 09/08/1995).

Sobre a participação na elaboração do Plano Diretor, os pais e os alunos do Conselho de Escola dizem que não participaram da Semana de Planejamento e nem depois tomaram conhecimento do projeto pedagógico da Escola (Ruiz, Ferreira, pais).

“Às vezes, na reunião ela (referindo-se à diretora) dá uma explicação por cima do que vai ensinar para as crianças, como as crianças estão se desenvolvendo na escola... a gente está mais ou menos a par, mas os professores é que ficam mais atentos, porque eles fazem parte do Conselho e não chamam a gente direto para isso aí!” (Ferreira, pai, entrevista, 06/09/1995)

“Eu particularmente, nunca participei e nem nunca fiquei sabendo. Mas eu acho que aluno, não (Julieta, aluna). Não, nunca fui convidada” (Lídia, Lili, alunas) (05/09/1995).

Os funcionários também dizem que não participam do Planejamento e nem tomam conhecimento do Plano após.

“Só alguma reunião que tem assim que eu participo, agora, planejamento, não” (Lais, servente, 19/09/1995).

“É uma das funções das Secretárias de Escola, dos oficiais também participar na elaboração do Plano Diretor, mas sempre na elaboração desse Plano a Secretaria está em época de matrícula para o próximo ano letivo(...), a gente não pode participar devido ao serviço da Secretaria” (Araci, secretária, 19/09/1995).

Sobre a consequência da não participação no Planejamento, a secretária revela:

“Na elaboração do Calendário Escolar, principalmente, às vezes o diretor pega um dia de feriado para ser lançado como dia letivo e nós da Secretaria, a gente é funcionário para trabalhar quarenta horas semanais, então no feriado não seria o caso da gente vir trabalhar, mas como se trata de um dia letivo, a Secretaria é convocada a comparecer. Então, na hora da elaboração do Plano Diretor se a Secretaria está presente é o momento dela concordar ou discordar. (...) Às vezes, a gente fica meio perdido... ‘quando vai ser o recesso escolar? Vai ter alteração do recesso escolar, as férias, plano de reposição?’ Então, fica tudo por conta da direção e aí a direção passa orientação para a gente aqui da Secretaria. Eu acho que é devido ao grande volume de trabalho da Secretaria, da gente não se interessar em participar do Plano Diretor” (Araci, 19/09/1995).

O assistente de administrador escolar, que assumiu o cargo em 05/12/1994, declara que do Planejamento em si não participou, mas que elaborou a parte financeira do Plano Diretor de 1995.

“Porque eu não conhecia a escola, então eu peguei o Plano Diretor de 94, eu tentei melhorar alguns aspectos desse Plano Diretor e acrescentei algumas outras coisas que a escola necessitava, porque o meu maior problema era saber as necessidades da Escola, e tendo um mês ou dois de serviço é... para mim seria quase impossível fazer esse levantamento. Então, eu fiz baseado no Plano de 1994.”

“Da minha parte foi simplesmente fazer um levantamento das necessidades da escola, no aspecto financeiro, aí no caso pode ser material pedagógico ou administrativo, então eu só me preocupei em transformar as necessidades em valores, para depois pedir esse recurso à Delegacia de Ensino” (Cristofer, assistente de administração escolar, 05/09/1995).

Observa-se uma certa contradição entre os depoimentos da diretora e dos demais elementos sobre participação na elaboração do Plano Diretor. Pela fala da diretora, houve uma certa evolução. De uma atividade realizada inicialmente solitariamente, encaminhou-se gradativamente para atividade mais solidária, com o envolvimento de outras pessoas. Já, os depoimentos de pais e alunos do Conselho de Escola e funcionários demonstram a não participação no processo de tomada de decisão para elaboração do Plano Diretor. Como o funcionário não participa, cria-se a situação esdrúxula, de no dia em que não deve haver expediente para a categoria, o funcionário ter que trabalhar. O funcionário também não conhece o Calendário Escolar. A época da elaboração do Plano Diretor também é um complicador. A não participação não cria vínculos entre pessoas autônomas e, por isso, a não influência nas decisões a respeito da vida coletiva. É preciso dar espaço de decisão, de canais de manifestação, para as pessoas participarem e poderem colaborar, inclusive, revendo a época do planejamento.

A questão de relações humanas na Escola é bastante complicada, e uma das professoras novas tocou com o dedo nessa ferida, sugerindo o grupo operativo como um dos tratamentos terapêuticos e que todos concordaram, mas que acabou não acontecendo, até que a professora deixou o “Tiradentes”.

O problema do administrativo versus pedagógico, em relação à direção, apareceu quando a diretora saiu da última reunião de Planejamento para ir tratar de problemas

administrativos na Secretaria, deixando em seu lugar a coordenadora Érica, e a reunião tornou-se explosiva, com os professores manifestando insatisfação.

Há uma preocupação em se coletar as reivindicações dos alunos, para levantar as prioridades, por meio de trabalho coletivo de diretor e corpo docente, a fim de se elaborarem os projetos autônomos. Assim, os projetos são resultados da análise da realidade da escola.

A participação, no momento da discussão, restringe-se ao diretor, coordenadores e corpo docente, não havendo a presença de funcionários, pais e alunos do Conselho de Escola. A elaboração final fica por conta da diretora, com o auxílio de algumas pessoas.

Observa-se que há participação, notadamente dos professores PIII, em todos os assuntos, e há ponderações sobre o andamento da reunião, como por exemplo, de que após colhidas as sugestões sobre o 70º aniversário feitas pelos diferentes grupos, não discutiram para selecionar as que eram mais convenientes e concluíram que era preciso mudar a sistemática de trabalho, instituindo o trabalho em pequenos grupos, com a distribuição de material impresso para cada participante.

Há uma aprendizagem do grupo todo com relação à condução da reunião. Assim, se as sugestões para o aniversário da Escola não foram inicialmente discutidas, já em relação às sugestões sobre a recepção dos alunos houve discussão para selecionar as idéias. Há uma aprendizagem também em relação ao planejamento, tendo em vista estabelecer metas mais de acordo com a realidade.

A instituição da Escola-Padrão mexeu com todos: houve o envolvimento de supervisor de ensino, embora não o da escola, no planejamento, auxiliando a equipe de professores, no estudo das Propostas Curriculares, e a presença de profissionais da Delegacia de Ensino e de outra escola.

O planejamento no “Tiradentes” não é um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. Não se constitui meramente na elaboração de um documento, mas essencialmente na implantação de um processo de ação-reflexão. É uma ação intencional, com compromisso definido coletivamente. A Escola “Tiradentes” é marcada pelas manifestações de práticas contraditórias que apontam o projeto pedagógico como um instrumento de luta, contrapondo-se à fragmentação do trabalho pedagógico e à sua rotinização. Quando a escola, na figura da diretora necessitou de socorro para entender o que é Plano Diretor, a Divisão

Regional de Ensino deu assistência técnica e a Delegacia de Ensino assessorou a equipe de professores no entendimento e na aplicação das Propostas Curriculares, por intermédio do Supervisor de Ensino, sinalizando o processo educativo como construção coletiva dos professores. A elaboração do projeto é obra comum dos envolvidos.

Devido à natureza da escola, constituída de indivíduos e grupos com diferentes visões, necessidades, valores, interesses e experiências, o conflito é uma realidade presente no seu dia-a-dia. Se no passado pensou-se na possibilidade de eliminá-lo, depois buscou-se abrandá-lo e conviver com ele, hoje, é reconhecido como elemento absolutamente indispensável à sobrevivência das organizações (Bussmann, in Veiga, 1995, p.47). Na Escola “Tiradentes”, não é diferente. O conflito está presente, como elemento constitutivo, capaz de esquentar a temperatura da escola e manter um clima propício à mudança adaptativa. O planejamento constitui um processo que caminha em direção à construção do sujeito coletivo.

3.1.3.3. Reunião do Conselho de Série

3.1.3.3.1. dia: 07/07/1992

No dia sete de julho aconteceu o Conselho de Série (3ª e 4ª) para análise da vida escolar dos alunos, dirigida pela coordenadora Érica. Cada professora apresenta o aluno, explicando seu desempenho, salientando as suas dificuldades e expondo o que está fazendo para saná-las. Mostra provas, trabalhos, cadernos desses alunos, para documentar o seu relato, para que coordenadora e colegas possam auxiliá-la.

Somente Joana, professora de 3ª série, não trouxe material nenhum. A coordenadora, voltando-se para Joana, diz: “Desse jeito não é possível trabalhar.” Joana é a única que não segue a Proposta Curricular. O conteúdo desenvolvido por ela é o da 6ª série! Novamente, a questão da competência profissional.

As professoras sugerem que devam aplicar uma prova única, elaborada por elas na H.T.P.. A coordenadora diz que não é possível, só se cada uma trouxesse algo já pronto de casa, além do que Joana não segue a proposta.

Na seqüência, passam para outra atividade - cada professora escreve na ficha as dificuldades dos alunos.

3.1.3.3.2. dia: 03/06/1995

Num sábado, no dia 03/06/1995, no período da manhã, a coordenadora Érica, embora de licença prêmio, foi “dar uma mão”, dirigindo o Conselho de Série. Havia treze professoras (C.B.I, 3ª e 4ª séries, Deficiente Mental).

O procedimento adotado foi o seguinte: reunidas, em um grande círculo, cada professora falou por vez. Todas as demais ouviam, atentamente. Mesmo não sendo professoras do C.B.I, quando o C.B.I era o centro das atenções, as professoras de 3ª e 4ª séries também acompanhavam atentamente os relatos e opinavam.

Cada professora falou de sua classe, levantando os casos mais graves - aluno que não escrevia, aluno que não falava, aluno que não lia...

Uma delas vibra ao contar para o grupo: “O Marcelo falou, gente!”

Havia preocupação, por parte da equipe de professores, além do ensino propriamente dito, em ver a criança como um todo. Assim, constantemente, a questão de relacionamento familiar era trazida à tona - pais separados, aluno que morava com avó, aluno que era filho único e mimado, aluno com comportamento não próprio do sexo... -

Foi pinçado também um problema em relação ao professor - impor limite à criança. O professor precisava assumir isso. Havia criança que não queria fazer nada e o professor não tomava posição.

As professoras identificavam bem o problema. Algumas achavam que elas é que não sabiam resolver o problema. Foram mais longe ainda, achavam que elas é que eram o problema.

Quando a professora Cacilda (A.C.T., C.B.I) expôs a situação de sua classe, foi elogiada pelas colegas que afirmaram que ela “cresceu do ano passado para cá, como profissional”.

Problema de aluno, envolvendo sexo, foi uma questão que as professoras admitiram que não sabiam como lidar.

Sobre C.B., a equipe chegou à conclusão de que “não se pode passar aluno que não sabe nada para a terceira série”.

A coordenadora alertou: “É preciso que a professora exponha realmente os problemas, nos Conselhos. Não adianta dizer que está tudo bem, quando não está tudo bem.”

Neste momento, a professora Ivanilde foi muito criticada porque os alunos dela eram os mais fracos, não sabiam nada. Algumas crianças, segundo as professoras, diziam que "na aula, ela só dava desenho".

Outra conclusão tirada na reunião: retomar os casos problemas nas H.T.P. para resolver.

Término da reunião. Café e bolacha.

O Conselho de Série, em vez de ser presidido pela diretora, é delegado para a coordenadora do ensino fundamental, estando conforme determina o Regimento Comum (parágrafo único do artigo 27), com o objetivo de avaliar o rendimento e a conduta do aluno para propor soluções para sanar os aproveitamentos insuficientes e medidas para o melhor ajustamento do aluno.

Nessa unidade, da maneira como é conduzida, a reunião constitui instância de reflexão e de experiência coletiva orientada para a prática pedagógica. Há uma participação responsável pelas professoras e pela coordenadora. A análise é feita em cima de cada aluno, com a preocupação de expor o desempenho do aluno e qual a medida adotada pela professora para sanar a dificuldade, isto tudo, documentado. Não é apenas a monótona e cansativa leitura de fichas com os conceitos dos alunos, como costuma acontecer. Todas as professoras participam, independente da série em que lecionam. Assim, as professoras que trabalharam com o aluno nos anos anteriores, trazem elementos esclarecedores para a análise e também colaboram nas propostas de soluções. Destaque-se que a análise do aluno é global, isto é, além da aprendizagem propriamente dita, a vida familiar está constantemente merecendo atenção.

Há, também preocupação com o trabalho do professor. Como não é possível, numa reunião, tratar adequadamente como resolver na prática todos os problemas detectados, o grupo propôs-se a retomá-los nas H.T.P. para um tratamento mais apurado e adequado. Assim, o Conselho de Série não é mera burocratização com o intuito de apenas registrar as causas do mau aproveitamento e as propostas de solução. É um verdadeiro trabalho pedagógico em que a equipe reflete sobre os problemas, cada um trazendo sua experiência e contribuição pessoal. O Conselho de Série, da maneira como é conduzido, constitui um processo que permite a construção do professor reflexivo e do sujeito coletivo.

3.1.3.4. Reunião de Pais e Mestres (1992)

No dia seis de março, após a reunião de Planejamento, às 19h, havia muitos professores, funcionários e muitos pais vinham chegando e se dirigindo ao pátio, onde foram colocadas cadeiras para a reunião de Pais.

A assistente Vânia reuniu os professores conselheiros na primeira sala do pavimento térreo, e distribuiu a lista das classes com o papel para o exame médico, explicando aos professores o que deveriam fazer.

A diretora, quase às vinte horas, estava no pátio lotado de pais, mães, alunos e crianças pequenas, e iniciou a reunião. As cadeiras foram insuficientes, muitas pessoas estavam em pé. O microfone estava emitindo um som não muito bom, acrescido do barulho ensurdecedor de crianças que corriam e gritavam. Precisava-se fazer um esforço muito grande para poder entender. Apresentou os professores da casa, nominalmente. Explicou o que era Escola-Padrão. Tratou da disciplina, horário de entrada e saída, uniforme. Em seguida, foram feitas eleições do Conselho de Escola e da A.P.M., com a solicitação de apresentação de voluntários. Após, os pais se dirigiram às classes dos filhos, para receber orientação sobre o exame médico.

A reunião de Pais e Mestres é organizada, com a assistente de diretor orientando os professores conselheiros. É positivo também o fato de, inicialmente, a diretora dirigir-se ao conjunto de pais, reunidos no pátio, para apresentação do corpo docente, bem como a informação sobre a Escola-Padrão, para depois, os professores conselheiros, em sala de aula, reunirem-se com os pais, por classe.

3.1.3.5. A greve

3.1.3.5.1. ano: 1992

A Escola aderiu à greve, após alguns dias de iniciada, e além disso teve professores que trabalharam. Em setembro, alguns professores do noturno retornaram às atividades. Daí porque a escola recebeu no dia vinte e um de setembro, à noite, a visita de uma comissão de professores de outras escolas para ver como estava o movimento e convidando os que estavam vacilantes a aderir à greve. A professora Linda (Biologia) apareceu com um monte de cadernetas e disse do corredor mesmo ao coordenador do noturno que “estava retornando às aulas” e que à tarde havia feito as H.T.P.. O coordenador respondeu que se era isso que ela

estava fazendo, era para assinar o livro e que podia ir para a classe se não quisesse encontrar com o pessoal da APEOESP que estava por lá. Mais tarde Linda justificou que retornou às aulas porque não acreditava no movimento, que não havia liderança como antigamente e que as pessoas que estavam na diretoria, muitas estavam aproveitando como trampolim para política (se candidataram como deputado, como vereador) e que não gostou que nas assembléias estavam passando os “santinhos” dos candidatos.

As classes estavam vazias, uma e outra com poucos alunos. Com a greve, os professores não estavam participando do curso sobre o Projeto Vida, somente a diretora e o coordenador do noturno estavam se capacitando.

O coordenador do noturno, professor Ênio, no dia vinte e um de setembro manifestou preocupação com a greve e os dias letivos, pois já fazia vinte e um dias que a greve iniciara e, em outubro, por conta dos Jogos Abertos do Interior, a Escola estará fechada, de dezenove a trinta, para abrigar os atletas.

Em outubro, sobre a questão da reposição de aulas, por conta da greve, o coordenador do noturno declara que a escola não tem problema de dias letivos porque entrou em greve mais tarde e alguns professores trabalharam.

Observei, aos nove de outubro (sábado) que a frequência de alunos é baixa - dois, quatro, seis alunos por classe, havendo classe sem aluno e classe só com um aluno. A reclamação sobre frequência é de ambas as partes - professores e alunos. Os professores dizem que não dá para trabalhar com poucos alunos e os alunos reclamam que os professores faltam ou que não dão nada.

Os alunos relatam que “até que no início do ano, vinha mais gente, agora no segundo semestre, em especial depois da greve dos professores, a frequência caiu bastante”. Uma aluna reclama: “Eu trabalho, faço um esforço danado para vir aos sábados e hoje o professor não veio. Assim não dá.”

Os alunos sem professor querem se juntar aos que vão ter Educação Física com a professora Glória e a professora solicita que eles vão pedir autorização com o professor Ênio, coordenador do noturno, responsável hoje pelo expediente, para não ter problemas. Como os demais professores foram adiantando aula, juntando classes, o coordenador Ênio diz: “Hoje vale tudo!” e dá permissão aos alunos que saem correndo, felizes da vida.

Aos sábados não servem nada de merenda aos alunos, o pessoal da Secretaria não trabalha, há uma escala para funcionários e pessoal da administração.

3.1.3.5.2. ano: 1993

A maioria dos professores do “Tiradentes” estava em greve, iniciada em 18/08 e no dia trinta a adesão aumentou por causa do conflito, diante do Palácio dos Bandeirantes, envolvendo policiais militares e professores. A professora Liamar, a nova vice-diretora, não entrou em greve e a coordenadora Linda também. No dia trinta de agosto, na minha passagem pela Escola, encontrei Linda escondida, corrigindo trabalho na Secretaria, num canto de uma mesa porque a pressão dos colegas era muito grande porque ela não aderiu à greve.

Para a diretora estava difícil trabalhar porque cada dia a situação era uma (havia professores que estavam entrando em greve, enquanto outros retornavam). As classes estavam com poucos alunos. No mês de setembro, porque a secretária Arlene entrou de férias, a diretora respondia expediente na Secretaria.

No dia 6/10, à tarde, realizou-se nas dependências da escola a Olimpíada de Matemática, com a presença do professor Osvaldo (monitor de Matemática da Delegacia de Ensino de Presidente Prudente), com a participação de apenas seis alunos, sendo quatro do ANGLO e dois de Escola Estadual. Os alunos da casa (dez) não participaram por conta da greve dos professores, ficando assim a Olimpíada prejudicada, mais uma vez, à semelhança do ano passado. Nesse dia, apenas três professoras (PI) estavam trabalhando, no período da tarde.

Na sala dos professores, aos 26/10/1993, de manhã estavam os professores de Português, conversando, não estavam trabalhando porque o coordenador Luís estava de greve, além do professor Cervantes, de Educação Física, da professora Malu, de Matemática. Como não estavam fazendo nada, a secretária pediu ajuda para procurarem frequência de um professor do tempo da Escola Industrial mas que não haviam localizado no livro. Cada professor quis explicar porque não estava em greve. Assim, por exemplo, a Ermelinda (Português) porque em janeiro completa uma licença-prêmio não aderiu e no ano que vem se aposenta. E os demais condenaram a atitude dos professores grevistas pela invasão da Assembléia.

Nisso chegou o professor Pedro (Geografia), depois o Ubirajara (Matemática). Chegou o jornal Folha da Manhã, o professor Cervantes pegou um exemplar e uma professora A.C.T.

de Português, outro. O professor Pedro saiu para dar aula, com um monte de livro e um mapa debaixo do braço; daí a pouco retornou. Os alunos tinham ido embora. O mesmo aconteceu com a professora Helga (Geografia).

Conversa geral, até que chegou a notícia de que no dia seguinte haveria uma Assembléia no Sindicato dos Bancários, seguida de uma carreata pela cidade. Burburinho e diversos comentários. Uma disse: “Coitado de quem estiver dando aula amanhã nessa hora. O pessoal da APEOESP fará pressão. Amanhã, até a hora que a Assembléia for encerrada, já não estarei mais aqui. Ufa! Que sorte!”

Na sala dos professores (08/11/1993), no intervalo os professores discutiam a greve e diziam que antes da reunião do Conselho de Escola deveriam conversar entre eles e era importante todos os professores participarem da reunião, inclusive iriam pedir dispensa da H.T.P. para quem tem no dia para poder participar. Na sala estavam apenas os que participaram da greve. Depois, um grupo de professores (Geografia) aproximou-se da porta, mas apenas a Helga entrou, bebeu água e saiu, os demais fizeram meia-volta dali mesmo. O clima estava tenso. Os professores grevistas estavam bravos porque a reposição precisava ter metade da classe mais um para ter dia letivo, quando nos dias normais bastava um aluno; o professor que não entrou em greve mas não deu aula porque o aluno não compareceu vai receber duas vezes (já recebeu porque não faltou e vai receber a reposição); para ter os dias anistiados o professor terá que repor todos os dias parados até completar 180 dias letivos; se der apenas 75%, o ano letivo estará garantido mas perderá na vida funcional.

A greve sempre se inicia com a adesão de poucos professores e depois, seja por pressão ou por um fato novo, tende a receber maior apoio. Há uma divisão entre professor PI e PIII, e mesmo na categoria PIII não há consenso. A greve não é organizada com o objetivo de que, a decisão tomada na Assembléia dos Sindicatos dos Professores, não é seguida por todos. Daí, o movimento de entrada e saída de greve ser irregular, causando um distúrbio muito grande para o andamento da escola (professor presente e aluno ausente, professor ausente e aluno presente, junção de classes, dificuldade de arrumar professor substituto) e para o aluno que nunca tem certeza se haverá aula ou não porque tem, simultaneamente, professor em greve e professor trabalhando. O professorado, de modo geral, precisa ser politizado para assumir com

responsabilidade a greve. Percebe-se a presença fortíssima da APEOESP porque está bem organizada e tem maior consciência política.

3.1.3.6. Reunião do Conselho de Escola

3.1.3.6.1. dia: 10/12/1992 - 19h 30min - 5ª feira.

Choveu o dia inteiro. À hora da reunião do Conselho de Escola a chuva havia parado. Havia uma porção de alunos do lado de fora da escola. Eram alunos que haviam perdido a primeira aula e alunos que não tiveram aula. Havia prova de recuperação final. Na portaria, uma aglomeração de pessoas. O coordenador Ênio atendia um aluno. A servente indicou-me onde seria a reunião. Já havia quatro pais de alunos e a diretora estava arrumando os documentos que iria utilizar. No horário aprazado, a diretora Eunice confere a presença - havia cinco pais (três pais e duas mães) e onze professores. Não deu “quorum” na primeira chamada. Aos poucos, mais professores e pessoal administrativo foram chegando. Meia hora depois, feita a segunda chamada, havia mais de vinte pessoas, pôde ser iniciada a sessão, com a presença da diretora, as assistentes Vânia e Duda, o coordenador do noturno Ênio, a coordenadora do ensino fundamental Érica, dois alunos, pais e professores. A classe ficou cheia porque havia muitos professores que não eram do Conselho de Escola.

A assistente Vânia faz a leitura da ata anterior que é aprovada.

A diretora coloca na lousa a Pauta da Reunião: 1. Plano de Reposição de aulas; 2. Recuperação final; 3. Compensação de Ausência; 4. Seleção de Professores Novos; 5. Coordenador do CIC; 6. Horário do Noturno; 7. Prestação de contas; 8. Resolução SE 254 de 07/11/92 (Jornada PI).

A diretora, preliminarmente, fala sobre a prestação de contas de verbas recebidas durante o ano e passa a documentação para os presentes verem e analisarem se quiserem. Receberam: Cr\$ 3.854.592,00, Cr\$ 519.000,00; Cr\$ 8.000.000,00 (material de consumo) e Cr\$ 3.156.650,00 (para serviços e assinatura de jornal e revista).

A seguir, passa à pauta:

1. PLANO DE REPOSIÇÃO:

A diretora diz que havia feito o Calendário I (aulas do período diurno) com encerramento em 24/12/1992 e o Calendário II (aulas do período noturno) com encerramento em 31/12/1992 e passa esses documentos pela sala. Esclarece que desta vez o Calendário não

foi elaborado pelo Conselho mas sim pela direção e que é para dar ciência do Plano ao Conselho.

2. RECUPERAÇÃO FINAL:

A diretora Eunice explica que a Escola-Padrão havia adotado a recuperação bimestre/bimestre e não precisaria da recuperação final mas como a lei exige recuperação final e a Delegacia de Ensino está cobrando, a escola organizou a recuperação final e não faria a recuperação paralela do quarto bimestre.

3. COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIA:

A diretora prossegue: a Escola-Padrão enfrentou problema sério aos sábados: a questão das faltas. Muitos alunos trabalham, geralmente perdem a primeira aula, além dos que ficaram doentes. O pior problema foi o do sábado - foi uma experiência negativa. No início do ano foi feito um abaixo-assinado pela Escola para, em vez de aula, dar atividades diferentes aos sábados. A Secretaria de Educação não aceitou: queria aula mesmo, alegando que estava pensando na melhoria do ensino.

Até o primeiro bimestre a frequência foi normal. Depois foi caindo e no segundo semestre foi um desastre [ver 3.1.3.5.1. (a greve) ano: 1992, p.243].

A Resolução S.E. nº 228 de 1º/10/1992 trata da compensação de ausência da Escola-Padrão. A diretora pede que alguém leia. Dois professores se recusam e uma terceira pessoa lê. Após, a diretora explica que foi feito um levantamento, classe por classe, pelo coordenador do noturno. Com a reposição no quarto bimestre, alguns casos foram recuperados, outros não. Para estes (como não tinham condições reais de comparecer à escola) foram dados trabalhos para compensar ausência. O professor atribuiu um número de aulas por trabalho (exemplo: determinado trabalho equivalia a dez aulas).

A diretora explica que, de cem aulas dadas, se o aluno tiver vinte e cinco faltas e o conceito C, passa, mas se o aluno deu trinta faltas, já excedeu. Depois, lendo o Regimento Escolar, explica essa questão: de 60 a 74,5%, o conceito final deve ser B ou A; de 50 a 59,5%, o conceito final A. Na faixa de 60 a 74,5% pode fazer compensação de ausência, na própria escola, não coincidente em horário normal de aula. A seguir esclarece sobre os estudos de recuperação: aluno com conceito C, se recuperação por falta, só aprova com C ou B; aluno com conceito B, se recuperação por falta, só aprova com B ou A. Diz que o Conselho de Escola deve aprovar o Plano de Compensação de Ausência (o professor elaborou os trabalhos).

4. SELEÇÃO DE PROFESSORES NOVOS:

A diretora comunica que, por causa da remoção, a E.E.P.S.G. “Tiradentes” receberá vinte professores novos. O quadro estará praticamente completo. Provavelmente serão poucos A.C.T.. A diretora apresenta uma nova professora (PI) que fará parte do quadro efetivo, em seguida, trata da seleção de professores novos. No ano passado, explica ela, a escola elaborou critérios para essa seleção; este ano saiu diretriz para essa seleção. Diz que a experiência do ano passado mostrou que alguns itens deram trabalho e que poderiam ser eliminados ou repensados. O item doutorado/mestrado não preenche. Os candidatos não apresentam estes títulos. O item licenciatura como é uma exigência para todos não deveria ser contado. Os cursos de reciclagem devem ser contados (dos últimos três anos), no máximo de quatro (um ponto por título). Concurso aprovado: até quatro concursos na mesma disciplina. Especialização, mestrado, doutorado: até três pontos. Tempo de serviço: no magistério, até cinco pontos; na própria Escola-Padrão: até cinco pontos. Apresentação de proposta de trabalho: dez pontos. Entrevista: dez pontos.

Para a entrevista deve haver uma comissão, cujos membros têm que fazer parte do Conselho de Escola. Assim, foi feita eleição da comissão que deve ter três membros: diretor, coordenador da área, o professor titular e um suplente. Uma mãe, a conselheira Liz se oferece para fazer parte. O aluno Ricardo José levanta uma questão - se não se poderia colocar um aluno na Comissão. Aí a reunião pega fogo. A diretora diz que a questão do aluno envolve o problema da maioria - que ele não tem direito a dar nota. Alguns professores se manifestam contrários, alegando que os alunos, como não conhecem a proposta e não têm ainda conhecimento suficiente, não têm condições de avaliar o candidato - professor. Outros acham que o aluno até poderia participar da Comissão mas que não poderia dar nota. Uma professora coloca que ela, como membro da comissão não tem condições de avaliar para dar nota ao colega candidato. Um professor jovem de Matemática, Osmar, manifesta que é favorável à inclusão do aluno, que poderia julgar o candidato pelo “feeling”. É também levantada a questão: se o pai de aluno pode fazer parte da Comissão e não conhece também a Proposta Curricular, então o aluno também pode. A diretora lembra que o pai foi colocado para fazer parte da Comissão como testemunha da transparência da comissão. É colocada em votação: o aluno pode ou não fazer parte. Somente três pessoas votam a favor, as demais são contra.

Novamente é levantada a questão do pai. Colocada em votação: o aluno faz parte mas sem direito a dar nota. Também não é aprovada.

A diretora comunica que o início das aulas em 1993 será no dia oito de fevereiro (segunda-feira). Provavelmente, em quatro de fevereiro, tenha que fazer atribuição de aula, daí a necessidade de se ter a Comissão já eleita.

5. COORDENAÇÃO DO CIC (CENTRO DE INFORMAÇÃO E CRIAÇÃO):

A diretora explana que o professor coordenador do CIC fica com vinte horas/aulas semanais, as demais horas/aulas são para a coordenação. Apareceram três candidatos. Ela elegeu a professora Susi de Educação Artística porque, além das qualidades profissionais, ela tem mais tempo disponível para a Escola. A indicação é colocada para ser referendada pelo Conselho. Aprovada.

6. HORÁRIO DO NOTURNO:

Feita consulta nas classes, pelo coordenador do noturno, duzentos e cinquenta alunos responderam: 183 alunos querem o início das aulas às 19h, 41 alunos, às 19h 10min e 33 alunos às 19h 15m. Assim, os alunos não querem mudar o horário de início das aulas do noturno: 19h, com tolerância de cinco minutos. Aprovado. Novamente, o aluno Ricardo José se manifesta dizendo que deseja que o período diurno também tenha a tolerância de cinco minutos. A diretora explica que, nos casos justificados, a escola tem permitido a entrada de alunos que atrasam no período diurno (três permissões durante o ano). O aluno do noturno, geralmente é trabalhador e se, à vezes, ele chega atrasado, praticamente tem um motivo justo. Colocada em votação a proposta do Ricardo José só obtém três votos e o período diurno não passa.

A diretora reafirma que o uso do uniforme é importante.

7. PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Enquanto a reunião se desenrolava, a documentação comprobatória da despesa feita pela Escola circulou pelos presentes para análise. A diretora coloca em votação a prestação de contas que é aprovada.

8. RESOLUÇÃO S.E.254 DE 27/11/1992. JORNADA INTEGRAL DE PROFESSOR I (44 AULAS)

A diretora explica que este ano (1992) o professor de Educação Física e de Educação Artística não entraram no C.B.. O próprio professor da classe trabalhou. Agora, pela Resolução

S.E. 254/92, para o próximo ano, o Conselho de Escola é que decide se devem ou não voltar esses especialistas no C.B.. Pela Resolução S.E. 254 as situações poderão ser:

- a) Professor I, com 44 aulas, ministrando Educação Física e Educação Artística - faz 30 aulas em sala de aula, 5 H.T.P. e 9 H.A.
- b) Professor I, com 40 aulas, e PIII ministrando Educação Física e Educação Artística, faz 26 aulas em sala de aula, 6 H.T.P. e 8 H.A.

Dada a palavra para quem queira se manifestar. Como o assunto envolvia redução ou não de aulas, há muitos professores que não são do Conselho de Escola. O ambiente está bastante agitado.

Professor I (A) diz que se sai bem em ministrar Educação Artística, mas sente dificuldade em relação à Educação Física. Professor I (B) esclarece que algumas vezes tentou levar a criançada para o pátio mas não havia espaço pois as quadras estavam ocupadas pelo professor III. Professor I (C) reclama que não há material de Educação Física à disposição do PI. PIII (D) pondera que para eles (PIII) é interessante poder ministrar aula no C.B., haveria mais aulas. PIII (E) esclarece que há material de Educação Física na sala dele. PI (F), exaltada, coloca que da maneira como a Educação Física foi ministrada este ano não estava bom mas que para ela são vitais as quatro aulas, que se tirarem do PI, irão refletir no salário e conseqüentemente na aposentadoria. Então seria bom deixar como está. PI (B) indaga se o PIII têm competência para lidar com crianças.

A diretora pede aos professores de Educação Física (Marley) e Educação Artística (Jurandir) se manifestarem em relação à experiência que já tiveram com C.B..

O professor Marley confessa que não se sentiu à vontade porque não sabia lidar com crianças. O professor Jurandir também declara que a experiência não foi boa.

Como ninguém havia percebido que agora são seis H.T.P. (e não cinco como é), e não se podia criar janelas durante as aulas, a questão se complicava. A diretora sugere que a questão seja novamente discutida entre os Professores I e os Professores III das áreas. Precisam amadurecer a idéia e deliberar com certeza para não prejudicar o andamento das atividades em 1993 e depois ter arrependimento. É marcada nova reunião do Conselho de Escola para tratar do Calendário e da Jornada do PI: 21/12/1992, às 19h 30min. Encerrada a reunião.

Na discussão entre os professores PI e PIII sobre Educação Física aparecem três questões: a do uso do material de Educação Física, a de quem deve ministrar e a de ordem econômico-social (salário). O material de Educação Física, embora pertencente à escola, é monopólio do professor de Educação Física (PIII), inclusive guardado na sala do professor de Educação Física. Se o material é de todos, a direção deve dar condições de acesso a esse material também pelo professor PI, a fim de utilizá-lo em suas aulas. As funções diretivas e de apoio neste caso, estão falhas. A direção deve coordenar e prover material necessário à ação dos professores. A segunda, sobre o especialista em Educação Física ministrar ou não essas aulas. Pela lógica, o ideal seria o especialista ministrar tais aulas, uma vez que se supõe esteja melhor preparado para isso. Entretanto, pelas falas dos professores especialistas que ministraram aulas para o C.B., eles não conseguiram desempenhar a contento a sua tarefa. Na realidade, o próprio Curso de Educação Física não prepara o professor para lidar com crianças menores (7 a 11 anos). A terceira questão, de ordem econômico-social, externo à escola, é o salário do professor. Assim, a disputa acirrada pelos dois lados - PI e PIII, em torno dessas aulas. Como o salário do professor é baixo, quatro aulas que são retiradas ou acrescidas na jornada produzem muita diferença, no salário, e depois, na aposentadoria. Ou as Professoras PI se aperfeiçoam para dar aulas de Educação Física, ou, então, os cursos de Educação Física devem preparar os professores para lidar com crianças (faixa de 7 a 11 anos), e não somente com adolescentes e adultos.

3.1.3.6.2. dia: 21/12/1992

Com a presença da diretora, do coordenador do noturno, da assistente Duda, da coordenadora do ensino fundamental, dezesseis professores, um pai e dois funcionários, realizou-se mais uma reunião do Conselho de Escola (21/12/1992), com a seguinte pauta, colocada na lousa, pela diretora:

1. Regularização da situação do Conselho: substituição de elementos
2. Decisão sobre a Jornada do Professor I (40 ou 44 aulas)
3. Decisão sobre o Calendário do Noturno
4. Montagem do Calendário para 1993.

Iniciada a reunião com a leitura da Ata anterior, pela Érica, coordenadora do ensino fundamental, a diretora faz algumas observações que deverão constar na retificação da ata: no

quarto bimestre não seria feita recuperação paralela mas recuperação final, dando mais chance aos alunos; na questão da Comissão de Seleção de Professores Novos dizer que houve votação e decidiu-se que o aluno não participa da Comissão. Aprovadas as retificações. Passa-se ao item 1 da pauta:

1. Regularização da situação do Conselho.

A funcionária Bibiana deixou de ser suplente porque não era mais funcionária da Escola e os alunos Luiz, François e Mirna também não faziam mais parte do Conselho de Escola porque se transferiram.

2. Decisão sobre a Jornada de Trabalho do Professor I.

A nova Resolução S.E. nº 268 de 15/12/1992, que trata da organização da escola, é lida pela diretora. No artigo 9º as aulas de Educação Artística e de Educação Física ou ficam com especialista ou não. O espírito da Resolução é manter o PI na sala de aula. Colocada em discussão a Resolução, a professora Lianmar opta pelas quarenta horas porque ano passado não funcionou e acha que deve ter especialista e a criança não deve perder. A coordenadora Érica diz que ouviu os PI e declara que os PI decidiram que dão quarenta e quatro aulas. A diretora diz que não, o Conselho é que decide. A diretora esclarece que a resolução não admite meios termos - ou são atribuídas para especialistas ou não - e em seguida põe em votação, obtendo-se o seguinte resultado:

- a) jornada de 40 horas - 02 votos
- b) jornada de 44 horas - 15 votos
- c) abstenção - 03 votos

Venceu a opção de quarenta e quatro horas para PI, permanecendo Educação Física e Educação Artística sendo ministradas pelo professor da classe.

3. Calendário do Noturno

A diretora explica que o período diurno tem duzentos dias letivos. O período noturno tem duas opções:

- a) 200 dias com 1.000 horas aulas; de 2ª a 6ª feira mais 30 sábados com atividades de complementação pedagógica; 25 h/a mais 3 Educação Física fora do horário;
- b) 250 dias com 1.250 horas aulas; de 2ª a sábado; 30 h/a semanais e Educação Física no horário.

A professora Ermelinda (Português) diz que se deve pensar no aluno. Sábado não vem aluno. A experiência deste ano mostrou isso.

A professora Ana Maria (Geografia) reclama que só tem duas aulas e pergunta o que é prioridade. A diretora explica que o ensino fundamental tem História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, que antes eram vinte e cinco aulas. Agora são trinta aulas, e que, portanto, aumentou.

Colocada em votação as duas opções do período noturno, vence a proposta de duzentos dias letivos mais trinta sábados, por unanimidade.

A diretora coloca que na Complementação Pedagógica (Projetos Especiais) os alunos se inscrevem e noticia que chegaram agora os quinhentos milhões para excursões para concluintes e para trazer especialistas.

Há um intervalo para cafezinho.

4. Elaboração do Calendário/1993

No retorno, passa-se a tratar da elaboração do Calendário/1993. A diretora apresenta duas sugestões de Calendário e coloca uma “folhinha” na lousa e com o pessoal vai estudando as vantagens e desvantagens de um e de outro, até que no final sai uma terceira proposta que é aprovada.

Em seguida, a diretora pede o referendo aos nomes dos coordenadores: a) comunicação e expressão, professor Luís; b) ciências exatas, professor Ubirajara; c) ciências biológicas, professora Linda; ciências humanas I, professora Verônica; e) ciências humanas II, professor Maurício; f) esporte e lazer, professor Marley; g) ensino fundamental, professora Érica; h) curso noturno, professor Ênio; i) CIC, professora Susi. O Conselho de Escola referenda, por unanimidade.

A diretora solicita para discutir a Complementação Pedagógica: a avaliação do aspecto religioso, cívico, moral, intelectual.

O professor Luís (Português) declara que em relação ao projeto “Resgate moral” faltou forma de avaliação. A diretora diz que pode fazer avaliação naquela hora. Na avaliação da professora A, “de agosto para cá, melhorou”, porém na ótica da professora B, “a evasão natural do noturno é que propiciou a melhora e não o projeto”.

A professora C explicita que “o 1º E e o 2º A eram classes problemáticas. Quando saíram três alunos péssimos, a classe ficou boa, nivelou, melhorou. Hoje tem poucas pessoas retidas nessa classe”.

A professora A pontua que “o religioso teria que o professor mostrar como se faz o dia-a-dia. Ficou só na teoria”. Para o professor Luís “o nível da pregação não estava condizente com a metodologia. Não houve previsão do que avaliar, como avaliar. No final faltou muita gente para pregar”.

Em relação ao aspecto cívico, a Érica, coordenadora do ensino fundamental, achou “válido criança sair lá fora para o hasteamento da bandeira, cantar o hino nacional, melhorou postura”, já em relação ao aspecto moral, “há muito papel no chão, o professor tem que dar exemplo, quando recebe ‘hollerith’ não jogar a tirinha no chão”.

A respeito do intelectual, a professora Érica avalia que “a criança leu mais”, ao passo que para Nina (PI) “a evasão do 1º Grau foi menor”. A diretora completa dizendo que “na 3ª e 4ª série a evasão foi muito grande”.

Em relação aos projetos como um todo, a diretora pondera: “Não podemos deixar cada uma parte dessa (referindo-se à religião, ao cívico, à moral, ao intelectual) para cada um, como foi feito este ano. Nós temos que abraçar essa responsabilidade. Tem que ser um trabalho de todos.” Em relação à coordenação, a diretora avalia: “Até o coordenador descobrir o que tinha que fazer era maio, até tomar iniciativa era agosto. Tem que continuar o trabalho. A faxina (referindo-se a uma grande faxina feita) só ficou naquilo. Temos que assumir mesmo, não ficar um esperando o outro. A equipe responsável pela conservação do material deve fazer mais campanhas de conscientização dos alunos.”

Prossegue a diretora: “Cada um vai ter que reformular o seu projeto dentro de sua área. Libertar um pouco do livro didático. Educação Artística ficou sozinha, poderia trabalhar com Português. Em relação à H.T.P. para o próximo ano, deverão as horas estar agrupadas e todos os professores da área ter o mesmo horário para H.T.P., senão não tem razão, é trabalho de equipe. Teve gente que nunca se reuniu com os demais colegas. O horário global será feito em função do horário da H.T.P.. Reservar um período, mínimo de quatro aulas, para reunião de H.T.P..”

3.1.3.6.3. dia: 14/12/1993

A reunião de Conselho de Escola foi feita na sala dos professores pois a Escola ficou sem o salão de reunião (no antigo local onde funcionava a Biblioteca) por causa da reforma da Escola. Para abrigar todos, teve-se que retirar a mesa da sala, para colocar mais cadeiras. Participaram da reunião: a diretora Eunice, a vice-diretora Liamar, o coordenador do noturno Ênio; os coordenadores Érica, Maurício, Ubirajara, Marley, Luís, Susi e Linda; seis pais, quatro alunos e sete professores.

A diretora fala sobre a festa de confraternização da Escola que será no dia 21/12/1993, às 20h, no Restaurante Itália, por adesão (CR\$ 1.200,00), estendendo o convite aos pais, aos alunos e a mim.

A pauta da reunião, colocada na lousa, é a seguinte: Avaliação da reposição de aula; Avaliação da A.P.M.; Matrícula - organização das classes; Regulamentos disciplinares; Coordenações; Montagem do Calendário.

Iniciada a reunião propriamente dita, a diretora pede que “se constasse em ata um voto de louvor à atuação da professora Liamar, como vice-diretora. Ela assumiu realmente a função, não medindo esforços, inclusive, deixando de lado a sua função de condutora do lar”. Após seguiu a pauta:

1. Na Avaliação da Reposição de Aula, dá a palavra aos membros. Para Érica (coordenadora do ensino fundamental), em relação à 1ª a 4ª série, “a presença de alunos tem surpreendido, mesmo aos sábados, a presença é de mais de 50%”. Na sua avaliação a presença é boa.

2. Avaliação da A.P.M.

A diretora esclarece que o balancete ainda não foi fechado e presta contas oralmente. O dinheiro arrecadado com a venda do material da demolição rendeu. Compraram máquina xerocopiadora. O coordenador é o responsável pela cópia do material. Este ano, o aluno usou o material em classe mas devolveu para que outros utilizassem. Espera que, no próximo ano, a escola tenha condições de oferecer o material para o aluno ficar com ele. Ainda tem cento e vinte mil cruzeiros reais na poupança. A contribuição da A.P.M. rendeu mais ou menos cento e cinquenta mil. Tem para receber, na Caixa de Custeio, os setenta e cinco por cento restantes; já havia recebido oitocentos mil (vinte e cinco por cento). Pretende comprar material de consumo e material permanente. Como está no final de ano vai deixar para resolver com o pessoal do Conselho em janeiro.

Professor Luís (Português) sugere que “em vez de gastar o dinheiro da A.P.M. com material de consumo é preferível que se gaste o dinheiro da Caixa de Custeio e que se deixe o dinheiro da A.P.M. para a possível compra de um outro computador, mais possante - o atual é o 286 e não comporta todo o serviço da Escola, ou então, de ‘Winchester’ mais possante para modernizar o computador da Escola”. Esta questão ficou para ser resolvida em janeiro.

3. Matrículas

A diretora informa que quanto às matrículas da 1ª série do ensino médio foi desnecessária a utilização do critério de seleção porque conseguiu-se autorização para o funcionamento de mais uma classe. Por outro lado, no C.B.I , “até agora são cento e oito alunos matriculados que dão três classes. Aquela previsão de cento e trinta alunos com quatro classes não está se realizando”.

A diretora lembra que a melhor propaganda da Escola é o seu trabalho. Então era preciso divulgar o que estava sendo feito pelos professores e alunos. Cita, como exemplos, o Projeto Pantanal, o teatro, a maquete do bairro. Não ficou nada para provar, mostrar o que foi feito (filme, fotografia, relatório), segundo a diretora.

Em relação à organização das classes, a diretora Eunice comunica que vai fazer “salada de fruta”. Aí abre espaço para que os presentes (professores e alunos) falem sobre escolha de critério. O professor Luís sugere que a mistura deve ocorrer a partir da primeira série do primeiro grau.

4. Regulamentos Disciplinares

Discute-se como seriam feitas as regras para o funcionamento da Escola. Decidiu-se que as regras seriam elaboradas pelos próprios alunos, no início do ano letivo.

No final do item anterior e neste, aparece um pouco da criação do Regimento Escolar. Há espaço para a discussão sobre escolha de critério para organização das classes, bem como para a elaboração de regras da Escola, a partir dos próprios alunos, baseado na premissa de que, pelo compromisso, a pessoa decide assumir e assume a responsabilidade de uma obra a ser realizada no conjunto dos grupos que participam. É a gestão democrática, com participação de todos.

5. Coordenações

A diretora elogia o trabalho individual dos coordenadores, mas coloca para o Conselho de Escola a idéia de, a partir de 1994, coordenação por período, o que possibilitaria um

trabalho de conjunto, integrando as várias áreas, oferecendo suporte didático-pedagógico a todos os professores.

Os coordenadores objetam. Assim, Ubirajara (coordenador de Matemática) manifesta que ele mesmo pode até ser dispensado da coordenação, mas que outro assumiria a coordenação. Que ele “apanhou” na coordenação, teve que estudar (fazer cursos que a Secretaria de Educação promove), dialogar com os colegas da área para encontrar um caminho. “A coordenação de área não deve desaparecer pois foi uma conquista nossa.”

Como o assunto é polêmico e muitos membros já haviam saído, o assunto não é decidido por falta de “quorum”. É marcada nova reunião só para discutir isso. De novo, a falta de compromisso, com as pessoas não permanecendo até ao final, provocando a ineficiência das reuniões, com o protelamento das decisões, sendo jogadas para frente.

O último item da pauta - montagem do Calendário - é transferido para o dia 22/12. Término da reunião.

Conforme depoimento do coordenador de Matemática, no dia seguinte, os coordenadores se reuniram, discutiram e decidiram que a direção deveria manter as coordenações e que se eliminasse a coordenação de Educação Física que segundo os coordenadores não faz nada e que nesse lugar colocasse aquele coordenador de período. O coordenador Ubirajara observou que, embora não fosse ético dizer que o coordenador de Educação Física não faz nada, ele estava falando. Porém nada ficou decidido. Isso foi postergado para o início das aulas, em fevereiro (coordenador Ubirajara, janeiro/1994).

Para a diretora, “as coordenações se preocupam demais com o conteúdo de cada área, e não viram o aluno como um todo. Aqui está uma falha do trabalho. A reprovação foi muito alta, mais do que o ano anterior”. E lamentou que “o supervisor não apareceu para fazer um acompanhamento e uma avaliação sobre esses dados”. “O trabalho da supervisão deveria ser esse... de estar junto com a direção para ver o que aconteceu e sugerir medidas” (Eunice, diretora, janeiro/1994).

Este depoimento revela a falta de integração, de articulação do trabalho coletivo, em nível interno, isto é, da própria escola, a integração entre as próprias coordenações e em nível externo, isto é, da Delegacia de Ensino com a escola, com a ausência do Supervisor de Ensino, junto à direção, para estudar os problemas e apresentar sugestões. A reunião de coordenadores

com a direção, realizada semanalmente (terça-feira) antes da H.T.P. coletiva da Escola (quarta-feira), vai ser instituída com o objetivo de conseguir a integração interna, em 1995. O rodízio anual de supervisor adotado pela Delegacia de Ensino não colabora para que se crie o vínculo necessário entre a escola e a supervisão. A troca constante leva ao desperdício e à quebra de continuidade. Por outro lado, a perpetuação de uma supervisão leva à cristalização. Deve haver um equilíbrio entre renovação e continuidade. O período não deve ser tão curto (por exemplo, um ano) mas um tempo razoável, por exemplo dois a três anos, para haver continuidade e criar elo entre a escola e o supervisor.

3.1.3.6.4. dia: 24/03/1994 - 17h 10min - Eleição de representantes de alunos e de pais do Conselho de Escola

A eleição de representantes de aluno do Conselho de Escola foi feita nos três períodos, sob a presidência da diretora Eunice.

À tarde, os alunos (5ª a 8ª série) foram reunidos no atual pátio provisório da Escola (a frente da escola foi adaptada para funcionar como pátio, uma vez que o pátio antigo foi demolido para no lugar se construir um novo prédio com as salas de aula). O alto falante foi montado na escada principal da escola.

A diretora, inicialmente, explicou o que era o Conselho de Escola; depois recordou que no primeiro dia de aula a atividade foi de reflexão - “Como está a escola” - e que na semana seguinte seria o da ação - “Como resolver os problemas levantados no primeiro dia”. Em seguida, cada candidato se apresentou e fez uma pequena fala para a platéia sobre o que pretendia fazer se fosse eleito (bebedouro, quadra, limpeza). Nos dias anteriores cada classe, com a orientação de um professor elegeu o seu candidato, embora na Ata, conste que “apresentaram-se alunos *voluntários* que foram eleitos unanimemente (sic) por aclamação...” (grifo meu) Constata-se aqui a questão da história e a existência documentada versus a coexistência de outra história e a existência não-documentada. Eram quinze candidatos e a eleição foi por aclamação. A diretora lembrou que, no ano passado, cada classe elegeu seu representante e os representantes se escolheram (eleição indireta). Este ano era direta. Saíram vitoriosas: Júlia (8ª) e Júnia (6ª).

A diretora, após, deu aviso sobre o uso do uniforme que o Conselho de Escola decidiu para este ano. Uma aluna da assembléia questionou: “Como é que o Conselho de Escola já

decidiu a questão do uniforme, sem o segmento aluno, cuja eleição está-se processando hoje?” A diretora esclareceu: “O Conselho de Escola que decidiu foi o do ano anterior, porque inclusive o mandato deles termina agora, neste início de ano.”

À noite, às 20h 30min, o processo foi o mesmo. Vários candidatos fizeram discursos inflamados e a tônica foi sobre a questão do horário de entrada (a tolerância de cinco minutos é pouco segundo eles). Após votação por aclamação foram eleitos: Cássio, Décio e Régio. Terminada a eleição dos alunos, os estudantes voltaram para as salas de aula, e os pais foram convidados para entrarem no prédio, pois havia poucos pais.

Às pressas, a diretora arrumou a sala dos professores, colocando cadeiras bem juntas (a sala é pequena). Estavam presentes: a diretora, a vice-diretora Liamar, a supervisora Dalva e cerca de quarenta pais e algumas crianças. A sala estava repleta e sufocante, só havia um ventilador de teto.

A diretora falou da necessidade de trazer outros pais nas próximas reuniões; explicou o que é o Conselho de Escola, a composição. Para a leitura de um texto sobre Conselho de Escola, um pai (senhor Celso) se ofereceu. Em seguida, a supervisora Dalva complementou, dizendo que o Conselho de Escola não pode legislar.

A diretora informou que “vai se discutir o problema sobre a questão do intervalo que os alunos acham pouco”. “O Conselho de Escola é que vai decidir. Há um impasse: se começar mais cedo o período há o problema do aluno trabalhador; se terminar mais tarde, esbarra com a legislação e também com a questão mesmo de que fica tarde.”

Em seguida, retomando o tema sobre as funções do Conselho de Escola, leu item por item, dando exemplo: “elaborar diretriz - vai ter que ser feito o Plano Diretor; elaborar o Regimento Escolar - vão ter que montar o Código Disciplinar da Escola...” Este fato merece um destaque, tendo em vista que é importante a divulgação da atribuição do Conselho de Escola pela direção e tomada de conhecimento pelos membros do Conselho de Escola, uma vez que são eles que decidem a vida da escola.

Abriu-se espaço para perguntas. Um pai quis saber sobre o uniforme de Educação Física. Outro reclamou que a filha voltou suja da Escola porque fez limpeza e perguntou se a Escola não tinha servente. A diretora explicou que estavam fazendo campanha porque um dos problemas levantados pelos alunos foi a sujeira da escola e classe, e para os alunos sentirem o problema estavam fazendo com que limpassem as classes.

Em seguida foi feita eleição, com a apresentação de voluntários. A nova diretoria foi convocada para o dia 28/03/1994, às 20h.

Depois houve a eleição da A.P.M., seguindo o mesmo processo anterior, até porque não havia muitos pais.

3.1.3.6.5. dia: 28/03/1994

A reunião do Conselho de Escola foi realizada na antiga sala de classe especial que é pequena. Foram colocadas cadeiras, uma junta da outra para poder acomodar todos os membros do Conselho. Um ventilador foi colocado, mas quase não produzia efeito em função do tamanho da sala e do número de pessoas. O calor estava insuportável... o ar pesado.

Estavam presentes: treze pais, dez professores, dois funcionários, oito alunos e o coordenador do noturno, a vice-diretora e a diretora.

Inicialmente a diretora colocou a questão do melhor dia, horário, local para as quatro reuniões obrigatórias anuais do Conselho de Escola, pedindo sugestões aos pais e alunos, lembrando que segunda e quinta eram os seus dias disponíveis porque nos demais dias ela trabalhava como professora em outra escola. Houve inúmeras sugestões. Assim, por exemplo, senhor Ferreira sugeriu sábado, mas embora não se explicitasse ficou no ar a impressão de que os professores não querem; um aluno disse que sábado ele não podia porque ia embora para a casa dele, em Presidente Epitácio. A professora Vânia perguntou porque não fazer na quinta, porque ela não podia vir às segundas e terças feiras porque dava aula em outra unidade além do que como eram apenas quatro reuniões anuais e mesmo não dando aula não haveria grandes prejuízos. No final ficam aprovadas: as reuniões ordinárias na quinta-feira e as extraordinárias aos sábados, à tarde. Constata-se aqui a dificuldade de se agrupar os trabalhadores da escola por causa da multiplicação dos locais de trabalho do professor (Silva Júnior, 1993).

Um aluno do ensino médio solicitou a inclusão, na pauta, da questão da camiseta do 3º ano. A diretora inclui no final da reunião e a pauta ficou assim: 1. Competências do Conselho de Escola; 2. Estabelecer código disciplinar; 3. Calendário; 4. Camiseta do 3º ano Colegial.

1. Competência do Conselho de Escola

A diretora pediu para alguém ler e a professora Flávia Maria (História) leu o § 5º do artigo 95 da Lei Complementar 444 de 27/12/1985, sobre as atribuições do Conselho de Escola, e a professora Vânia leu um artigo sobre o Verdadeiro Conselho de Escola.

2. Estabelecer código disciplinar na Escola

A diretora disse que era preciso decidir penalidades a que estavam sujeitos funcionários, professores e alunos - que tipo de punição, quantos dias - e que o único limite seria: como um aluno menor podia decidir punição de funcionário. Lembrou também que o uniforme significava proteção, segurança aos alunos, e que no caso de aluno problemático o Conselho de Escola ajudaria decidir (expulsão ou não). Em seguida a diretora pediu para uma aluna ler uma lista de coisas que precisavam mudar na escola, lista essa obtida no primeiro dia de aula com os alunos: sujeira na escola, comportamento do aluno, uniforme, carteiras quebradas, flexibilidade de horário de ônibus; papel higiênico e sabonete; preços altos na Cantina; falta de excursão ...

A diretora falou sobre a tolerância de entrada: Manhã - cinco minutos, Tarde - cinco minutos e Noite - dez minutos. Aprovado. Foi tratada a questão do intervalo do noturno - os alunos reivindicavam maior intervalo. A diretora explicou que conforme a legislação, o noturno tinha que ter 3h 30min, com intervalo de dez minutos. Então, ficava difícil porque se adiantasse a hora de entrada traria problemas para aqueles que trabalhavam e tomavam ônibus, se aumentasse o intervalo, o término se prolongaria e traria problemas para os que tomavam ônibus para ir embora. Não havia como atender o pedido.

Sobre a Cantina, a diretora disse que só podia abrir no intervalo. Então ficava cheio de gente e como estavam num lugar adaptado, a frente era pequena e não dava para atender muita gente ao mesmo tempo. Com isso os alunos estavam entrando tarde nas aulas após o recreio e uma das soluções seria o uso de ficha pela Cantina para dinamizar, não perdendo tempo em dar troco.

A aluna Sandra disse: “O aluno bagunça. Ninguém é animal. Todo mundo é racional. Precisa fazer campanha.”

A diretora sugeriu a formação de uma comissão do Conselho de Escola para exigir o uso da ficha pela Cantina e lembrou que os atuais tocadores da Cantina entraram com liminar na Justiça. Já houve concorrência e estão aguardando palavra da Justiça. Um dos professores sugeriu: “Porque não chamar os donos da Cantina, agora?” A idéia foi acatada e o coordenador do noturno foi providenciar.

3. Calendário

A diretora comunicou que na próxima quinta-feira (31/03/1994) haveria excursões de dia e durante o ano, excursões ao Pontal do Paranapanema.

Cássio (aluno, 3º ano) perguntou: “Dona Eunice, haverá festa no final do ano?” A diretora respondeu: “Esse assunto deve ser resolvido à parte, em outra reunião, com as turmas dos terceiros anos.”

Gilson (aluno) quis saber: “Dona Eunice, o Curso de Edificações haverá no próximo ano?” A diretora explicou: “O Curso para poder funcionar na Escola-Padrão precisa ser reestruturado.”

O aluno Décio indagou: “E a máquina de xérox? ... os alunos não podem usar?” A diretora informou: “A máquina foi comprada com o dinheiro da A.P.M., mas só podemos tirar trezentas cópias por dia e os professores de História estão usando muito.” As professoras Verônica e Vânia retrucaram: “Não é para eliminar o livro didático? Por isso utilizamos o xérox.”

Nesse momento, os donos da Cantina chegaram. Exposto o problema pela diretora, os donos disseram que era possível usar o sistema de ficha. A diretora solicitou para vender ficha na primeira aula. Quanto aos preços, os donos disseram que estavam baixos (havia lugares cobrando trezentos cruzeiros reais e eles cobravam duzentos e cinquenta). Segundo uma professora, o salgado estava barato porque no Eldorado que era o lugar onde vendia mais em conta, o salgado já estava em quatrocentos cruzeiros reais. Os donos saíram.

A diretora lembrou que o Código Disciplinar trataria da: tolerância, saída antecipada, aula vaga (aluno que ficar fora da escola, punir), uso da camiseta (punição: advertência, suspensão), depredação de mobiliário escolar (punição: ressarcimento do dano). Era preciso fazer campanha de conscientização.

4. Camiseta do 3º ano do ensino médio.

A diretora explicou que no ano passado, no Conselho de Escola foi aprovado o uso de uma camiseta diferente para o 3º ano. O problema ficou por conta do desenho da camiseta.

A professora Verônica (História) defendeu: “Nós queremos formar aluno crítico, estimular a criatividade deles. Depois de muito brigarmos, conseguimos.” Dirigindo-se à diretora: “Na sua opinião chocou, na minha não.”

Enquanto isso um aluno desenhou na lousa o motivo da camiseta porque não trouxeram o desenho : universidade nascendo embaixo, em cima o “Tiradentes” rachado.

A diretora disse: “Quando vi o desenho levei aquele choque, mas não quero que pense que eu quero que meu pensamento vença.” O professor Roberto Carlos disse: “O aluno está

prejudicando a ele mesmo.” A professora Flávia Maria interpretava o desenho assim: “Eu vejo a universidade surgindo da ruína do segundo grau.” A vice-diretora Lianmar questionou: “Será que uma pessoa de fora vai entender? O que as pessoas vão pensar? Um aluno que vem para a escola de ônibus com essa camiseta, o que é que as pessoas vão pensar?” Verônica disse: “É a chance de explicar.” A diretora lamentou: “Não queria que isso fosse guerra da direção com os que fizeram o desenho.”

Nesta altura o ambiente estava pesado, tenso. Alguns pais se manifestaram dizendo que não queriam votar isso.

A diretora indagou: “Nós queremos votar?” A professora Verônica rebateu: “Acho sério. Não colocou isso em outras reuniões.” O coordenador do noturno explicou: “Somente alguns alunos sabem do desenho. Nem todos os alunos conhecem o desenho. No final de semana ficou um buxixo sobre esse desenho.” O professor Roberto Carlos sugeriu: “Seria bom se fizesse Concurso.”

A diretora pôs em votação: “Querem decidir em cima do desenho?” A maioria do Conselho não quis decidir.

A idéia do Concurso começou a ser discutida por alguns, colocando regras sobre o concurso. Nisso, um dos professores observou: “Os alunos, aqui atrás, estão dizendo que vão votar no desenho apresentado, que no final esse desenho vai vencer.” Começou uma nova discussão que não tinha fim. A diretora levantou-se e disse: “Diante da situação, eu lavo as mãos.” E encerrou a sessão (23h). De volta, a ineficiência das reuniões, com o protelamento das decisões.

Observação: Em maio, o coordenador do noturno informou-me que os alunos do terceiro ano acabaram fazendo a camiseta com o desenho tão polêmico.

3.1.3.6.6. dia: 19/05/1994

Na reunião de Conselho de Escola (19/05/1994), às 19h 30min, na antiga sala de deficientes mentais, no porão, a diretora escreveu na lousa a pauta: 1. Calendário escolar - alteração; 2. Corpus Christi - voluntários; 3. Q.A.E. - escolha de vagas; 4. Ampliação e Reforma do Prédio; 5. Avaliação do Plano Diretor: metas, acompanhamento, recursos financeiros.

Estavam presentes: diretora, coordenador do noturno, quatorze professores, seis pais e nove alunos.

1. Calendário Escolar - alteração

A diretora expôs que no dia cinco de maio, em virtude da morte de Airton Sena, a escola não tinha clima para continuar com aula (alunos histéricos, choradeira) e professores e diretora, numa reunião rápida, resolveram que não haveria aula e mandaram os alunos para casa. À tarde e à noite, também, não houve aula. Agora o problema estava criado e teriam que repor o cinco de maio. O Conselho teria que decidir qual o dia em que seria reposto.

A diretora esclareceu que examinado o Calendário elaborado, só restaria sábado ou o dia dois de junho (Corpus Christi) que não fora usado.

A professora Verônica manifestou que não gostaria de trabalhar no feriado porque já havia trabalhado na quinta-feira Santa e gostaria de usufruir o próximo feriado. Por sua vez, a professora Maris (Português) protestou que no dia da suspensão de aula, como não foi comunicada, compareceu no seu horário normal à Escola (à noite) mas que a Escola estava fechada. Não concordava em repor as aulas porque compareceu à Escola, então seria punida duas vezes. A diretora explicou que avisou todos os professores mas como Maris não tinha telefone não pôde comunicar-se com ela.

Uma professora lembrou que no dia dois de junho alguns professores iriam participar da decoração das ruas e se esse dia não podia ser contado como dia letivo. Assim, duas propostas foram colocadas em votação: a) no dia dois de junho b) um sábado. Ganhou a primeira proposta. Aí a discussão retornou até que Verônica disse que não havia escutado o que a professora colocara em relação ao dia dois de junho e que ela retirava a sua proposta (b). Então, a diretora disse que a votação estava sem efeito, e que a primeira proposta havia sido eleita por unanimidade.

Para a diretora, o problema era fazer com que os professores do dia cinco de maio comparecessem à Escola porque esse era o dia que precisava ser reposto. Como era uma atividade ligada à Igreja, acreditava que alguns professores se recusariam a participar. Um aluno perguntou: “Então, dona Eunice, no dia dois de junho os alunos do noturno vão ter que vir à noite, para assistir aula?” A diretora esclareceu: “O dia dois de junho será contado como dia letivo mas não haverá aula mas sim atividade - decoração da rua.”

Então, já se estava no item dois da pauta (Corpus Christi - voluntários). A diretora lembrou que “para pais e alunos a participação é voluntária, mas para os professores, é obrigação”. Passa-se à formação de equipes de professores e pais para preparar o material e outra para enfeitar o quarteirão. Os que teriam aula no dia cinco de maio, “mesmo que não façam parte das equipes, terão que comparecer à Escola para fazer hora”.

3. Quadro de Apoio Escolar

A diretora avisa que na Delegacia de Ensino, no dia vinte de maio haverá escolha de cargo de Secretária, e na Escola, às 14h, escolha de um cargo de Oficial de Escola.

4. Ampliação e Reforma do prédio

A diretora comunicou que a ampliação estava bem adiantada, provavelmente, a inauguração se desse em setembro, e que a reforma do prédio se daria logo em seguida, que o dinheiro já existia. Expressou, também, o desejo de negociar, com o apoio do Conselho de Escola com o Governo:

a) o piso do prédio (velho), no projeto era de paviflex para sala de aula, queria trocar por granilite. Daí a necessidade de fazer campanha.

b) não havia anfiteatro na escola. Queria transformar o antigo pavilhão de Laboratórios e Biblioteca em anfiteatro. Para isso precisava “empurrar” as quadras de esporte mais para o lado direito. O anfiteatro seria para apresentação de peças, para as reuniões com pais etc.. Foi composta uma comissão de pais e professores para elaborar o pedido.

5. Avaliação do Plano Diretor

A diretora informou aos presentes que dos onze Planos Diretores da D.R.E.P.P., nove foram elogiados. O do “Tiradentes” teve nota cinquenta e oito (segundo lugar).

A sistemática adotada para avaliar foi a seguinte: a professora Linda (Ciências) lia uma meta e depois, ação por ação, para atingir essa meta. Após a leitura de cada ação, a diretora falava alguma coisa sobre o que tinha ou não tinha sido feito e colocava em discussão, para finalmente proceder a votação. Assim, para ilustrar:

a) Meta: má conservação do prédio.

Ações:

1. mutirão de limpeza: recebeu nota um (1) porque pouco tinha sido feito. Precisava ser agilizado. Um dos alunos disse ao Conselho que não podia avisar a classe sobre o dia do mutirão, senão os alunos não compareceriam, e se comparecessem três alunos podiam ser

justamente os que não sujam. Mas foi lembrado que todos deveriam tomar consciência da atividade, justamente porque a atividade fora programada para conscientizar as pessoas sobre a necessidade de se manter a escola limpa.

Uma professora contou: “Este ano peguei uma classe no ‘Cabral’ e lá não tem um risco na parede. As classes estão sempre limpas. Não entendo como é que os alunos do ‘Tiradentes’ deixam a classe nesse estado. No ‘Cabral’, até os corredores estão limpos.” A diretora disse: “Lá impera o terrorismo por parte do diretor.”

Como sugestão do mutirão ficou estabelecido o seguinte: parede - 5ª feira - Noturno; mobiliário - 6ª feira - Manhã; chão e decoração - 6ª feira - Tarde.

A professora Verônica disse que isso não era do aluno, que quem devia cuidar da limpeza eram os encarregados - serventes. Mas foi-lhe lembrado que o mutirão foi colocado como atividade para os alunos, para que eles sentissem na pele o problema e passassem a colaborar na manutenção da limpeza. A professora Verônica colocou que em outra escola (Tênis), ela já havia participado de um mutirão onde somente os alunos trabalharam e os serventes ficaram de braços cruzados. E indagou à diretora Eunice se os serventes iriam colaborar. Com a resposta afirmativa, a Verônica concordou.

Um aluno sugeriu que fosse escolhido o Sugismundo, mas não foi aceito porque iria humilhar o aluno.

2. atividades artísticas (30/04): recebeu nota dez. A diretora explicou que as atividades foram diversificadas. A professora Verônica disse que nem todas as atividades programadas foram feitas, mas que pelo que foi feito dava dez.

3. coleta seletiva do lixo. Não foi feito nada. Como era uma atividade não programada, ficou sem nota.

b) Meta: Relações Humanas

Ação:

1. entrevista com pais e alunos: nota cinco.
2. controle da frequência da atividade em grupo: nota dois.
3. acompanhamento de grupo apoio administrativo, professor, direção, Conselho de Escola: nota dez.
4. reuniões com alunos das classes mais problemáticas, com os pais: nota oito.

O estágio das alunas do Curso de Assistente Social da Instituição Toledo de Ensino tinha feito um trabalho bom na medida do possível, segundo avaliação do grupo. Já estavam colhendo bons resultados dos acompanhamentos das Assistentes Sociais. Algumas famílias não aceitavam o trabalho e recusavam o mesmo.

Devido ao adiantado da hora, o restante das metas a ser avaliado ficou por conta de alguns coordenadores e alguns pais para o dia seguinte. A diretora falou ainda sobre o acompanhamento e desempenho dos profissionais e sobre os recursos para o ano corrente. Comunicou que a verba do Plano Diretor era de quatro milhões mais dezoito milhões de cruzeiros reais (verba prometida).

Como a reunião se realizou em pleno funcionamento do período noturno e alguns professores do Conselho de Escola tinham aula neste período, então era um entra e sai de professor, a cada sinal de entrada para aula (os professores iam à classe, passavam exercício e retornavam à reunião). Constata-se aqui o prejuízo da organização do trabalho coletivo por causa da falta de profissionalismo por parte do Estado que não remunera os professores para participarem do Conselho de Escola, em outro dia que não o da aula. Assim, fica a difícil situação do profissional ter que estar em dois lugares ao mesmo tempo. Daí, a circunstância esdrúxula, de deixar exercício na lousa para os alunos, enquanto assiste à reunião.

O coordenador do noturno e a servente Joana sempre sentavam à entrada da sala de reunião porque a todo momento eram solicitados para resolver algum problema do período.

3.1.3.6.7. dia: 07/07/1994

A reunião extraordinária de Conselho de Escola foi numa sala de aula localizada no porão. Na lousa estava a pauta da reunião: 1. Avaliação do Plano Diretor; 2. Caixa de Custeio - Prestação de Contas - Aprovação das Compras; 3. Avaliação do Desempenho Profissional (Como?); 4. Compensação de ausências; 5. Calendário Escolar - formulação; 6. Jornada Pedagógica.

1. Avaliação do Plano Diretor

A diretora Eunice iniciou a reunião dizendo que recebeu o Relatório do Plano Diretor e que iria ler, para que todos os membros do Conselho de Escola, em especial os pais, ficassem conhecendo o teor do relatório. Pediu para que alguém lesse e a professora Vânia, prontificando-se, começou a ler.

Atrás de mim estava a professora Verônica (História), que me cutucando disse: “Isto é uma estratégia.” Eu interroguei: “Como?” e ela prosseguiu: “Começa com coisas sem muita importância, leva bastante tempo com essas coisas e a parte principal da reunião fica para o final e não dá tempo de discutir” e Verônica, voltando-se para Kemala (professora de História, recém chegada à Escola) que estava do meu lado: “Eu não disse? É sempre assim.” E foi cochichando com as outras. E a leitura prosseguia. E a Verônica, baixinho, resmungava: “Eu não agüento mais, daqui a pouco expludo... preciso me segurar... Assim não dá... vou ter que falar...”

Nisso ela se levantou e pediu a palavra: “Dona Eunice, eu gostaria de sugerir que parasse com essa leitura, e passássemos para outro assunto, senão não vai dar tempo. Temos coisas importantes a resolver.” A diretora disse: “Então, o Conselho é que vai decidir, se paramos com a leitura e passamos para outro item.” Colocada em votação, venceu a proposta de parar. A diretora informou que a “a leitura seria feita em uma outra reunião ordinária”. Foi-se para o item seguinte:

2. Dinheiro da Caixa de Custeio:

A diretora prestou conta da Caixa de Custeio da primeira parcela que chegou em maio: CR\$ 2.853.685,00 foram gastos com material de consumo e CR\$ 1.648.817,00 com material permanente. “Agora, a Escola tem condições de dar xérox, gratuitamente aos alunos em relação ao material usado em classe. Há duas máquinas para o trabalho pedagógico da Escola. Foram feitas compras de fitas de vídeo e calculadora.” As compras foram aprovadas pelo Conselho de Escola.

3. Avaliação do Desempenho Profissional (Como?)

“Este item consta só para lembrar. Em reunião passada, discutimos e muita gente ficou de ver como outras escolas estavam avaliando e trazer. Eu trouxe de uma escola. Nós veremos em época oportuna. A avaliação do desempenho profissional é para reformular o trabalho. Para o professor não vai implicar na vida profissional. A avaliação que fizemos, no ano passado, trouxe muita confusão, porque os alunos escreveram cada palavrão e, na verdade, nós não orientamos. As questões eram muito abertas. Davam margem para muita coisa. Nós não precisamos aplicar em todos os alunos, pode ser com quinze alunos por classe e aleatoriamente. O professor também precisa fazer auto-avaliação” (Eunice, diretora).

Para a professora Maisa (Matemática) “essa avaliação precisa ser bem feita porque os alunos não sabem nem porque estão estudando.”

4. Compensação de Ausência

“O Conselho de Classe decide a questão e não o Conselho de Escola. Vou ler o artigo do Regimento Escolar para o Conselho de Escola saber qual o direito do aluno.” Assim dizendo sobre a compensação de ausência, a diretora pediu para alguém ler e uma aluna leu o artigo 88 do Regimento Comum do 2º Grau. Este é um bom exemplo do uso do Regimento Escolar: envolve a divulgação do Regimento Escolar pela direção e o conhecimento pelos membros do Conselho de Escola, embora, o Regimento utilizado seja o do 2º Grau, quando deveria ser o de 1º e 2º Graus para esta escola.

Após, a diretora explicou que, “na compensação de ausência, o aluno vem em outro período e não é trabalho feito em casa”. Lembrou que “abono de falta (muitos alunos trazem atestado médico) não existe”. “Somente nos seguintes casos, as faltas são abonadas: campeonato oficial, gestante, Tiro de Guerra.”

Comunicou que a Secretaria estava fazendo levantamento de faltas, caso por caso. A professora Maisa (Matemática) disse: “Já fiz o levantamento de minhas classes e há muitos casos com muita falta.”

5. Calendário escolar

A diretora prosseguiu, informando que de 13 a 15/07 seria a Jornada Pedagógica. Leu o artigo 11 da Lei 5.692/1971 sobre os dias letivos (180) e a Resolução S.E. 109 de 20/06/1994 sobre Calendário Escolar que diminuiu de duzentos dias letivos para cento e oitenta.

Colocou uma “folhinha” na lousa e escreveu os dias do primeiro semestre já trabalhados, mês por mês, num total de noventa e quatro dias e disse que “em Prudente, 11 e 12/07 será o Conselho de Classe”. Lembrou que os Conselhos de Classe têm sido feitos nas H.T.P. dos professores para não perder dia letivo. Depois de discussão, ficou resolvido que trabalhariam dias 11 e 12/07 e que o Conselho de Classe seria na H.T.P..

A diretora explicou que havia esquecido da Resolução S.E. 244/93 que tratava da organização da escola para 1994 e dizia que “o primeiro semestre iniciava em primeiro de março de 1994 e o segundo semestre em primeiro de agosto”.

Vânia, usando da palavra, interrogou: “Será que não seria questão de interpretação da Lei? O Calendário foi feito em cima da Resolução S.E. 244/93 e agora há uma outra Resolução

da Secretaria da Educação que diminuiu de duzentos para cento e oitenta dias letivos. Eu e mais duas professoras, estivemos na Delegacia de Ensino para conversar com a Delegada de Ensino e ela disse que pode ser uma questão de interpretação da Lei.”

Verônica a todo momento intervinha e a diretora disse que precisava colocar ao Conselho toda orientação da Delegacia de Ensino para depois decidir. Orientação da Delegacia de Ensino: “se a Escola não conseguir cumprir noventa dias letivos pode pegar uma comemoração para completar.”

Pelo Calendário aprovado (velho) o ano terminaria no dia 23/12, e pelo novo, no dia 26/12. Se pelo novo ultrapassava, qual era a vantagem? Verônica manifestou, ironizando: “Estão pedindo para o Conselho aprovar para dar a sensação que o Conselho está decidindo. Pensam que vão deixar a gente feliz.”

Um aluno se manifestou: “Mas os alunos do noturno que trabalham não vão comparecer, porque a partir de 10/12 o comércio abre à noite.”

Vânia, por sua vez, indignada esbravejou: “O que estamos fazendo aqui? É essa autonomia que o Estado nos dá? Esses dias (referindo-se às atividades) não ganhamos, nós trabalhamos mesmo. Inclusive viemos aos sábados. É uma desonestidade.”

A diretora perguntou: “O que é que podemos fazer?”

Verônica, levantando-se e dirigindo-se à frente, com voz bastante alterada: “Se for assim, para aceitar tudo o que o pessoal de cima propõe, eu saio do Conselho de Escola. O Conselho de Escola foi uma conquista dos professores, foi suada e agora querem impor. Eu trabalhei em dia facultativo, cooperei em feriado, trabalhei aos sábados nas atividades propostas da Escola, não ganhei nada, nem mesmo hora-extra, então eu não concordo... Eu quero um Conselho democrático.”

Voltando-se para a diretora, prosseguiu: “Eu não sou contra você, Eunice, mas sim contra o sistema.” E lembrando a situação criada, no começo do ano, quando da discussão da coordenação de área, disse para a diretora: “Você lembra muito bem que eu disse que este ano não queria pegar a coordenação mas que defendia a existência da coordenação e que acabou criando um clima muito tenso com a direção, para logo em seguida sair um comunicado da Secretaria da Educação acabando com a coordenação por área e instalando a coordenação por curso (1º e 2º graus)”.

Um aluno levantou e disse: “Quatro dias não podem ser usados das férias.”

Uma aluna que sempre participa sentenciou: “E a recuperação foi fajuta”, referindo-se à reposição. A fala da aluna mostra como é importante o professor demonstrar compromisso com o ensino, por ocasião da reposição de aulas. O aluno percebe o pouco empenho dos professores em realizar trabalho de qualidade que não prejudique o aproveitamento dos alunos. Maris (Português) e Verônica (História) reagiram: “Mas nós trabalhamos mesmo. Repusemos e agora, ainda estamos repondo.” Maris, categórica disse: “É para avisar os alunos que no próximo sábado estarei aqui, como sempre, repondo aula.”

Foi lembrado que estavam fugindo do assunto e retornaram à questão do Calendário, com professora Maris: “Esse não aproveitamento dos quatro dias já trabalhados, não podemos nem sonhar em colocar noventa dias no segundo semestre. Se trabalhamos noventa e quatro, cento e oitenta menos noventa e quatro são oitenta e seis, então terá que ser oitenta e seis dias para o segundo semestre.”

A diretora, retomando, escreveu na lousa as propostas (três).

Maris, verbalizando, a respeito da orientação da Delegacia de Ensino: “Nós precisamos repudiar isso.”

A diretora Eunice disse: “O Regimento é de 77. Existe ensaio para alterar Regimento. Ninguém até agora tentou mudar o Regimento. Será que não está na hora de mudar o Regimento?” A fala da diretora aponta a questão do imobilismo, da comodação por parte dos profissionais da escola em relação ao Regimento Escolar.

Um aluno, com outra preocupação indagou: “E a formatura? Já está marcada para o dia oito de dezembro. Se os professores vão estar dando aula, eles não vão participar. A gente passa oito anos na Escola, e no dia da formatura os professores não estarão com a gente?”

“Estou feliz com a sua observação. Eu me lembro, na formatura do ano passado, estávamos apenas, direção, assistente e três professores.” Com esta fala, a diretora passou para o último assunto: Jornada Pedagógica..

Uma professora perguntou, baixinho: “Não vamos votar o Calendário?”

A diretora continuou: “Se explicar a Jornada Pedagógica pode contribuir para o professor e o Conselho entender melhor. Haverá preenchimento de papel vindo da Secretaria de Educação, para coletar dados para análise da situação da Escola, por classe. Assim a reunião não poderá ser como sempre foi, com várias turmas trabalhando ao mesmo tempo. Teremos

que organizar, dividindo bem o tempo, para que o professor participe do trabalho de cada classe.”

Verônica ficou retrucando, baixinho: “Isso é trabalho para nós. Falta funcionário e passaram para nós.” Aí, ela levantou-se e dirigindo-se para todos, verbalizou: “Eu pensei que a Jornada Pedagógica fosse diferente. Assim como há Jornada Médica, Jornada de Dentistas, onde os especialistas se reúnem para discutir os problemas, ouvindo especialistas colocarem as últimas experiências, eu pensei que na Jornada Pedagógica a gente fosse ouvir algum especialista falar sobre como ensinar, algum método novo. Então, a nossa Jornada é burocrática.” Maris colocou seu ponto de vista: “Eu acho essa Jornada interessante. Eu acho que a forma que vamos conduzir é que vai ser importante.” Zezé (PI) indagou: “Isso é só para Escola-Padrão?” A diretora esclareceu: “Não. É para todo mundo.” Paula (Matemática) disse: “Me parece muito em cima da hora.”

A diretora pediu para Zezé ler sobre Jornada Pedagógica que em síntese tratava de avaliar o primeiro semestre e replanejar o segundo semestre (Plano Diretor e Plano de Ensino).

A professora Verônica, pedindo a palavra colocou: “O Estado está arrumando mais trabalho para nós. Essa de preencher papel é para funcionário.”

A Jornada Pedagógica, imposta pela Secretaria da Educação, revela a questão da centralização e descentralização escolar. De um lado, a Secretaria da Educação, determinando a obrigatoriedade de Jornada Pedagógica em que os professores fariam um trabalho exaustivo e cansativo de coletar dados para preenchimento de papéis e, por outro lado, os professores entendendo que mesmo imposta, essa Jornada seria para os professores discutirem problemas, atualizarem por meio de palestras, dadas por especialistas. Ainda, há o desvio de função. Os funcionários da secretaria da escola é que deveriam fazer esse levantamento e não os professores, que estão sendo retirados da sala de aula para esse trabalho, interrompendo o calendário escolar. E se a informatização já estivesse totalmente implantada não haveria esse problema. Os professores poderiam dedicar-se a apenas analisar e refletir sobre os dados já coletados.

Um aluno, sobre a reposição, disse: “Os alunos não vêm na reposição porque o professor não dá nada.” Verônica defendeu-se: “Eu trabalho, dou aula mesmo.” Para o senhor Adolfo (pai de aluno): “Vai depender dos alunos interessar vir aos sábados. Os pais têm que forçar.” Para o aluno Milton, “o aluno é desinteressado, não a tal ponto. O aluno é mais

interessado de vir à Escola do que o professor.” Uma mãe completou: “Era isso que eu queria dizer. Os alunos vêm à Escola. Os pais precisam mandá-los à Escola.”

A diretora, retomando a reunião, diz: “Agora vamos à votação do Calendário. Antes vou fazer umas observações, viu, Verônica? Preciso alertar os riscos de cada proposta.”

Depois dos alertas, pediu para contar quantas pessoas tinham direito a voto, porque havia pessoas que não eram do Conselho: trinta e cinco pessoas presentes com direito a voto. Feita votação, proposta por proposta, o resultado foi: 1ª proposta: zero; 2ª proposta: trinta e dois a favor e três abstenções; 3ª proposta: zero.

Término da reunião.

3.1.3.6.8. dia: 18/08/1994

Nesta reunião do Conselho de Escola, às 19h 30min, estavam presentes a diretora Eunice, a vice-diretora Liarar, o coordenador do noturno Ênio, a supervisora de ensino Inesita (outra troca), alguns pais e alunos. A pauta era: 1. Aprovação de professora para coordenação do CIC, 2. Ensino Profissionalizante, 3. Resultado do levantamento da Jornada Pedagógica, 4. Visita da CEI para verificar “in loco” o funcionamento da Escola Padrão.

1. Aprovação de professora para coordenação do CIC

A diretora colocou que, em virtude da aposentadoria da professora Susi, em primeiro de julho, a função ficou vaga. Então, deixou aberta a inscrição para as pessoas que quisessem se candidatar à função. Somente a professora Claudete (Inglês) se apresentou. Se o nome fosse aprovado, a professora deixaria trinta aulas e assumiria a coordenação. A diretora pediu para que chamassem a professora que estava em sala de aula para se apresentar porque nem todos a conheciam. Enquanto isso, a diretora explicou que uma das funções da coordenação era incentivar pesquisa na escola. A Biblioteca do “Tiradentes” era atualizada e a Escola tinha condições de adquirir revistas novas. Com a chegada da professora candidata, ela foi apresentada a todos e fez um retrospecto de sua vida profissional, destacando o que fizera como professora na unidade (organizou sarau na escola, ajudou na confecção de jornal...). Colocado em votação, seu nome foi aprovado. Com a indicação e a aprovação da professora Claudete para a coordenação do CIC, ela deixava trinta aulas que seriam atribuídas a outras pessoas. Com isso haveria uma quebra nas classes que a professora deixava. Alguns alunos que

fazem parte do Conselho se manifestaram dizendo que sentiriam muito a troca de professora nesta altura do ano. A professora se retirou.

2. Ensino Profissionalizante

A diretora lembrou que no projeto de Escola-Padrão, o ensino profissionalizante não era prioridade, que o projeto falava em Centro para dar melhores condições, que este ano o Curso de Edificações seria o último na escola e que a Contabilidade terminou no ano passado. Informou que saiu no Diário Oficial uma Resolução sobre Ensino Profissionalizante em Escola Padrão e que teriam de decidir se implantariam ou não ensino profissionalizante, para isso iria ler a Resolução S.E. 108 (D.O. 18/06/1994) para que todos tivessem conhecimento e depois poder decidir. Solicitou que alguém fizesse a leitura. A professora Vânia se ofereceu e procedeu à leitura. Terminada a leitura, a supervisora de ensino Inesita deu algumas explicações: para implantar era só habilitação que a Escola-Padrão vinha oferecendo, no caso - Edificações e Contabilidade. Só haveria atendimento de alunos do “Tiradentes”, alunos de outras unidades não seriam atendidos. Recomendou que “todos devem pensar antes de votar. Fazer uma reflexão: o mundo está sofrendo evolução tecnológica profunda; pensar se tem professor capacitado para dar essas aulas (recursos humanos); recursos físicos: material necessário - a escola tem máquinas? Hoje é o computador; existe sala para atender esses alunos; há salas especiais, laboratórios?” Lembrou ainda que “no atendimento à demanda escolar, a formação geral era prioritária - 1ª a 4ª séries, 5ª a 8ª, e inciso III (1ª a 3ª do 2º Grau)”. Finalmente, recomendou que se pensasse na real necessidade do curso: utilização desse curso no mercado de trabalho.

A professora Verônica (História) colocou: “O Curso regular está deficiente. Sonho ter sala ambiente para minhas aulas, como professora de História. Pergunto: até que ponto o curso profissionalizante vai prepará-los? Até que ponto o mercado de trabalho vai absorvê-los? Temos que pensar com serenidade, honestidade. Se o curso quando oferecido antes preparava mesmo. Não adianta falar que temos e não temos.”

A supervisora complementou: “Se o aluno vai sair realmente preparado para exercer lá fora; há campo para ele trabalhar? Não devemos ficar pensando como político. Não devemos particularizar, devemos pensar no geral.”

O professor Luizinho (Curso de Edificações) defendeu a implantação, no caso, a manutenção da profissionalização: “A maioria entra no noturno e para no segundo grau. O

Curso Técnico é um gancho porque dá uma profissão ao aluno. A área em que mais atuam é o desenho técnico. Nós temos cinco alunos que trabalham na TELESP, temporariamente. Matemática e Física são matérias que ajudam. Eu fiz um levantamento na Secretaria da Escola. De 80 a 90 tivemos duzentos e dezesseis alunos matriculados, dos quais cento e quatro aprovados.” Após o professor listou as disciplinas do curso e falou sobre parceria com a UNOESTE para usar material.

Vânia declarou: “Estou numa situação desconfortável. Admiro muito os colegas mas há dois anos atrás, por ocasião da implantação da Escola-Padrão, houve um desgaste terrível na discussão a respeito dos Cursos Profissionalizantes.” Professor Luizinho lembrou: “Por ser estável, mesmo que o curso não seja mantido, eu continuarei recebendo e ficarei adido na secretaria, ajudando a Irene.”

A supervisora tocou no assunto parceria: “O Estado não vai oferecer o material e a Escola terá que fazer parceria para poder avançar.”

Vânia continuou: “É essa situação precária que estamos no ensino. Não é nada contra o professor (referindo-se ao Luizinho). Por mim, o curso profissionalizante não fará parte do Projeto da Escola-Padrão.”

Uma mãe solicitou: “Quero mais esclarecimentos sobre os cursos.” Outra mãe opinou: “De maneira geral o curso não é interessante.”

A diretora informou: “O curso de Contabilidade tem um professor estável, habilitado, o professor Barbosa que foi convidado para a reunião mas não compareceu.” Um aluno sugeriu: “Diante dessa situação, é melhor não decidir nada, fazemos uma bela de uma carta e mandamos para lá.”

Um dos professores levantou uma questão: “Temos ou não que decidir nesta reunião? Poderíamos ter um tempo para que as idéias amadurecessem e marcaríamos uma outra reunião para decidir?” A vice-diretora Liamar explicou: “Já era para termos enviado a decisão do Conselho de Escola, no dia 15/08, mas como a Escola iria ter reunião de Conselho de Escola no dia 18/08, eu pedi prorrogação de prazo. Não há mais tempo. A reunião já está na prorrogação. Teremos que decidir nesta noite.”

A diretora colocou em votação: “Agora vamos votar - Ensino profissionalizante para 95.” Votado, não foi aprovado.

Vânia declarou: “A Escola até gostaria de ter esse curso mas não tem condições. Há outras prioridades.”

4. Pessoal da CEI

A diretora explicou que, de manhã, a equipe da CEI (Coordenadoria do Ensino do Interior) esteve na Escola para ouvir o Conselho de Escola sobre o andamento da Escola- Padrão. A diretora disse que “positiva é a jornada; o aluno está-se soltando, está mais criativo, independente; o professor é mais amigo; antes a escola era mais fria”. Foram feitos pedidos: a volta da coordenação por área, H.T.P. para todos, salário.

O aluno Cássio comentou: “O ‘Tiradentes’ tem ainda um grupo de professores de nível bom.” Uma mãe completou: “O professor conseguiu desgrudar da cadeira” (por ser Escola- Padrão).

Encerrada a reunião.

Observação: o item 3 - Resultado do levantamento da Jornada Pedagógica não foi tratado.

3.1.3.6.9. dia: 12/12/1994

A pauta da *reunião do Conselho de Escola*, escrita na lousa, foi a seguinte:

1. Calendário-1995; 2. Grade Curricular; 3. Ocorrências na escola; 4- Verba - Caixa de Custeio.

A reunião dirigida pela *vice-diretora* Liamar contou com a presença de três pais, dez professores e dois alunos.

O pessoal foi chegando pouco a pouco. Como estava no período de recuperação final, muitos professores que eram do Conselho de Escola estavam em classe.

A vice-diretora principiou a colocar o primeiro item da pauta, mas alguns professores começaram a questionar que o assunto era muito importante - o do calendário que passava a ter duzentos dias letivos e especialmente o da grade curricular que iria afetar a vida do professor - aumentando ou diminuindo a carga horária, colocando ou suprimindo disciplina. Houve inúmeras queixas em relação ao aumento do número de dias letivos e como consequência o término do ano letivo às vésperas do Natal. “Nem bem terminamos o ano letivo e já estamos aqui discutindo o término do próximo ano letivo.”

Ficam esperando que mais alguns elementos do Conselho de Escola apareçam para dar “quorum”. Alguém reclamou que os funcionários não compareceram. O nome da dona Joana foi lembrado mas ela não podia deixar o seu posto nesta época de recuperação e a escriturária Irene também não podia largar o serviço da secretaria para assistir à reunião.

A única professora que não era do Conselho, a professora Maris (Português) opinou que devia ter “quorum” além de todo o corpo docente ser ouvido na questão da grade curricular.

Uma das professoras (PI) reclamou que os professores não compareceram à reunião e que a direção devia ter posto a pauta na lousa de comunicados para os membros saberem com antecedência dos assuntos a serem tratados e criticou o andamento das reuniões (havia muito desvio na reunião, havia muita conversa paralela e a reunião se prolongava demais, ficava cansativa e os professores não ficavam animados em participar das reuniões).

Outra discussão calorosa foi o do dia da próxima reunião. Conforme a vice, a diretora pediu para marcar para o dia 19/12, às 19h 30min. Muitos protestaram. Uns argumentaram que já era férias. Não poderiam vir. Outros que já haviam marcado compromisso etc.. Aventou-se a hipótese de fazer a reunião, na sexta-feira, no dia 16/12, mas lembraram que não podia ser por causa da confraternização, então na quinta-feira (15/12). Um pai lembrou que nesse dia ainda haveria recuperação, os professores não poderiam comparecer e seria a mesma situação de hoje. Conclusão: a reunião ficou para o dia 19/12 mesmo.

Sobre esta reunião presidida pela vice-diretora, cabe lembrar que, conforme o *caput* do artigo 95 de L.C. 444/1985, o Conselho de Escola “será presidido pelo Diretor de Escola”. Em nenhum momento a L.C. 444/1985 fala em substituição, em delegação.

3.1.3.6.10. dia: 19/12/1994

A reunião do Conselho de Escola (20h), com a presença da diretora, da vice-diretora Lianmar, da assistente de diretor Duda, do coordenador do noturno Ênio, quatro pais e professores do C.E., teve a seguinte pauta: 1. Calendário, 2. Grade, 3. Coordenação de Área, 4. 5ª série, 5. Problema disciplinar.

A diretora iniciou a reunião dizendo que a equipe escolar montava a grade curricular e era ouvido o Conselho de Escola. Explicou que havia acabado naquele instante a reunião com os professores para discutir a grade e que o corpo docente havia votado e escolhido uma grade

nova (ver 3.1.3.7.2. dia 19/12/1994, p.288). Segundo opinião de alguns pais, se os professores “que são os interessados e entendem do assunto haviam aprovado a grade, o Conselho não se oporia”. Assim, a grade foi aprovada.

Sobre o Calendário Escolar a diretora historiou como foi feito e que foi aprovado por quarenta e nove professores na reunião de 16/12. Aprovado pelo Conselho de Escola.

Neste momento a diretora saiu e a vice-diretora Lliamar assumiu a reunião e comunicou que a coordenação do noturno e ensino fundamental permaneciam como estavam, a de Matemática e Física seriam por doze aulas, a de Biologia, por doze aulas, a de Comunicação e Expressão e de Humanas, doze aulas cada uma. A questão da coordenação ficaria para o próximo ano.

Tratou da questão da 5ª série do noturno: se aparecesse aluno haveria abertura de uma classe. A questão dos problemas disciplinares desdobrou-se em dois: Ginásio do Esporte e Banheiro. O coordenador Ênio foi convidado para expor o problema:

“Por ocasião da Gincana em novembro, o Ginásio de Esportes foi pichado. Não se sabe quem foi o autor. Se aluno da escola ou gente de fora. A escola teve que pintar. Não poderá mais utilizar o Ginásio” (Ênio, coordenador).

Sobre o banheiro, a vice-diretora disse que foi pichado e que o aluno do noturno vai pintar. A escola não aceitará mais esses alunos. Mas foi lembrado que já foi feita a matrícula, então era preciso verificar se aqueles alunos fizeram a matrícula e cancelar. A professora Vânia, convidada a explicar a questão do banheiro masculino, forneceu os dados:

“O grupo da tarde, na Feira Multidisciplinar, juntamente com um grupo da Vila dos Botocudos, pichou o banheiro. Alguns alunos viram e me contaram. O grupo dos Botocudos é uma gangue perigosa. Se denunciar na Polícia pode haver revide para com os nossos alunos. Após muito refletir, chegamos à conclusão de que com relação aos alunos do ‘Tiradentes’ podemos tomar medida disciplinar como mandar pintar banheiro, não aceitar mais matrícula desses elementos; já com relação aos dos Botocudos nada podemos fazer. O Ênio esteve na Polícia e conversou com investigador” (Vânia, professora).

A vice-diretora acrescentou um item - ocorrência administrativa, e começou fazendo mistério e suspense. Disse que na Escola havia um livro sobre Ocorrência Administrativa e que havia três professores que estavam dando problemas. Ela falaria sobre o assunto mas não daria os nomes. Mas os professores contestaram que precisaria declarar os nomes porque senão todos estariam sob suspeição. Lliamar alertou que era caso grave e sigiloso, que estava tudo

registrado no tal livro. Os professores e os pais argumentaram que tinham que saber tudo sobre o caso para poderem decidir. “Como podemos decidir sobre a vida de colega se não conhecemos a fundo o problema?” Alguns chegaram a dizer que “a Eunice deveria estar presente neste momento, porque como diretora e como pessoa que conversou e registrou os casos saberia melhor informar.”

Liamar disse que o livro estava à disposição dos interessados para ler pessoalmente o registrado e que naquele momento ela só estava colocando o Conselho a par do assunto tão delicado. A decisão ficaria para uma próxima reunião. Era um Professor III e dois Professores I. Com a insistência do grupo em saber os nomes, finalmente ela citou (*por questão de ética não transcrevo*). Sobre o primeiro, a reclamação, era sobre a forma de ensinar, de conduzir a aula, não era contra a capacidade do professor em relação ao conteúdo, já em relação aos demais, era “mais grave” pois se referia à questão de conhecimento, de conteúdo mesmo, pois conceitos errôneos eram transmitidos aos alunos. Neste momento foi lembrado que um dos personagens “sugeriu” aos seus alunos que cada um desse uma determinada quantia para comprar uma cafeteira para ele. Alguns dos presentes se manifestaram dizendo que deveriam ouvir esse professor, outros diziam que ele era doente, outros lembraram que a direção tentara convencer o professor a pedir readaptação mas o mesmo não admitia, outros disseram que o professor se conseguir um tempo que ele já tem poderia se aposentar. Então foi pedido que a diretora interviesse para o apressamento da liquidação de tempo. Alguns professores, quando foram levantados os casos, mencionaram que seria bom que os envolvidos estivessem presentes para que pudessem se defender mas como eles não eram do Conselho não estavam.

O professor Ubirajara (Matemática) defendeu que deveria ser seguida a sequência para se dar punição ao professor, para isso ver o Estatuto do Funcionário Público.

Ficou para a próxima reunião a decisão sobre o assunto.

3.1.3.6.11. dia: 21/03/1995

A primeira reunião extraordinária do Conselho de Escola, aos vinte e um de março, às 19h 30min, teve como pauta: 1. Informes; 2. Indisciplina versus patrimônio; 3. “uniforme”; 4. Compras - Caixa de Custeio; 5. Metas.

Preliminarmente, a diretora indagou se alguém queria colocar mais alguma coisa na pauta. Uma aluna interrogou se era pertinente a questão de reunião de alunos da 8ª série da

noite com outros períodos para tratar da arrecadação de dinheiro com exploração da “cantina”. A resposta foi que esse assunto era para ser tratado com a Comissão Especial de Formatura em outra reunião, à parte.

A diretora, nos informes, divulgou que: a) a empresa que estava construindo a nova ala foi embora. Abandonou a construção porque não ia injetar dinheiro onde não sabia como iria receber. Havia uma indefinição quanto ao pagamento. A preocupação da direção era com a segurança do aluno. Para chamar atenção, a direção chamou O Imparcial “para botar a boca no trombone”. Saiu uma reportagem no O Imparcial. Com isso, alguns vereadores, sensibilizados pelo artigo, deram entrada de requerimento sobre o problema da Escola e ontem a sessão da Câmara funcionou em torno do “Tiradentes” e problemas educacionais, resultando de prático o envio de fax da Câmara de Presidente Prudente diretamente ao Gabinete do Governador. b) A escola estava levantando dinheiro para fazer comemoração condigna. Claudete ganhou vinte caixas de Coca-Cola por mês que seriam vendidos, revertendo-se o dinheiro para comemoração. c) Foram instalados ventiladores nas salas de aula, custando cada ventilador cento e oitenta reais e mais duzentos e vinte para instalação. A A.P.M. iria rifar uma bicicleta a um real cada número. Venderia aos alunos. A professora Clarinda (PI), que secretariava, indagou se podia registrar na Ata. A diretora afirmou que não porque era proibido fazer rifa e solicitou para registrar que os alunos contribuirão com um real cada. (observação: às folhas 17 do Livro Ata, consta como “colaboração de um real para cobrir despesa da instalação de ventiladores nas salas de aula.” A Ata não retrata fielmente a vida da escola. A revelação é parcial, conforme os ensinamentos de Ezpeleta e Rocwell). d) Na sexta-feira passada - 17/03 - houve paralisação. Agora nova paralisação, por tempo indeterminado.

Dona Margarida (mãe) sugeriu: “A comissão de pais e alunos precisa se reunir porque processo (referindo-se à greve) é demorado.”

Maris (Português), representante da APEOESP, historiou que já havia esclarecido sobre a paralisação na reunião anterior e que havia uma comissão acompanhando a questão salarial desde o ano passado e que esclareceu o porquê do movimento. O Governo, a Administração e o Planejamento estavam se reunindo desde novembro/94. A hora-aula de um professor iniciante era um real e quarenta e um centavos (R\$ 1,41). Haveria vinte por cento de aumento, “só que, olha o agravante, seria como abono”. Além disso, esse aumento seria para os níveis iniciais, porque à medida que avançava aos mais altos, o percentual diminuía, chegando mesmo a zero

para o final de carreira. Elevava o piso e achatava o pico. Na sequência, elencou os pedidos enquanto categoria: três salários mínimos (R\$ 210,00) estendido aos demais padrões como vinha sendo feito até agora. Vale alimentação de dois para seis reais. Aposentadoria. Data-base (“não temos isso ainda”). E fez algumas considerações: “É complicado ir à greve. É um processo doloroso. Estamos ensinando às crianças a não dizer a tudo sim aos nossos governantes.” (...) “O governo teria que gastar 23% do ICMS com educação. Em janeiro gastou 11,5%. Não há como o legislativo obrigar o executivo a cumprir. O Judiciário não quer nem saber. Então, não temos como obrigar o governo a cumprir a lei. É o último recurso que temos: ir à greve. Quero muito que até quinta-feira o Governo acerte isso. Dia 24/03 paralisamos de qualquer forma. Sexta-feira temos Assembléia com o Estado todo.”

Dona Margarida (mãe) quis saber: “Como acompanhar?” Maris indicou: “O Jornal da Bandeirantes, às 18h, é o que tem melhor informado.” Dona Margarida interrogou: “Porque a Globo não informa? A Bandeirantes quase não é acompanhado por todos.” Maris explicou: “Como o Governo paga propaganda para a Globo, fica difícil da Globo noticiar contra o Governo.” Um pai se levantou, dizendo: “Primeiro quero parabenizar o artigo no jornal. Segundo sobre a paralisação. Sou pai, sou mecânico. O que o professor ganha é vergonhoso. Minha mulher é professora. O ‘hollerith’ é vergonhoso. Apoio a paralisação.” Aqui aparece a questão do baixo salário do professor que não dá condições dele se sustentar, abrindo brechas para exercer outras atividades, concomitantemente, como por exemplo, a de vender produtos do Paraguai.

A diretora, encerrando o informe, disse que ia marcar a reunião da Comissão para ver o que podia ser feito.

Sobre indisciplina X patrimônio, item 2 da pauta, lembrou que na última reunião do ano foi colocado que não aceitasse matrícula dos alunos bagunceiros. Mas a escola já havia feito a matrícula. Muitos deles permaneceram, alguns pediram transferência. Como não se podia recusar matrícula, eles permaneciam na escola. “Este ano vamos enviar Carta de Advertência assinada pelos membros do Conselho de Escola (enviar aos pais ou chamar aqui na Escola). Temos aluno que não deixa o professor dar aula, que arrebenta porta, estraga fechadura, escreve na parede...” Fez leitura do Termo de Advertência e colocou que “problema de disciplina fazia parte das atribuições do Conselho de Escola”.

Um pai interrogou: “Isso vai sair no currículo?” A diretora esclareceu: “Temos dois tipos de transferência: a compulsória que vai acompanhada do motivo e a que o aluno é ‘convidado a transferir’.” E pôs em apreciação o Termo de Advertência: “Quem gostaria de falar?”

Dona Margarida ponderou: “De repente o aluno que se comportou mal no ano passado, este ano melhora. Será que não vai ser desestímulo a ele?”

Liamar, vice-diretora, depôs: “Tem aluno do C.B. que está dando muito trabalho. Briga, bate em outras crianças. Eu já chamei a mãe, várias vezes, mas se recusa a vir. Traz o filho até o portão e foge. Não tive como mandar carta, nem conversar. A mãe não assina.” O senhor Carlos declarou: “é preciso mandar Carta de Advertência.” Dona Margarida quis informações: “Tem autoridade para levar a criança? Não tem pai?” Liamar afirmou: “Tem.”

Professor Luís (que chegou neste momento porque estava trabalhando com grupo de professores nas metas) declarou: “Estou pegando o bonde andando. Está havendo um excesso de liberdade. Eu, como professor, sou exigente, sou chamado até de chato, mas não deixo o aluno sair por qualquer motivo, enquanto há outros professores que deixam o aluno fazer de tudo. Há um limite para os alunos.”

Maris (Português) declarou e sugeriu: “Estamos absorvendo todos os problemas. Mas tem um momento que temos que parar e acionar, no caso em tela, o Conselho Tutelar. Se a mãe, nem o pai vem atender o chamado da Escola, vamos submeter essa criança ao Conselho Tutelar.” Liamar completou o perfil do aluno em tela e de seus pais: “Esse aluno já foi a psicólogo, fez tratamento, mas, nem a mãe, nem o pai assumem. É por isso que a mãe vem, deixa o filho na escola, quer ficar livre dele. Já conversei com a psicóloga. Os pais não assumem.” Eunice sentenciou: “Vamos registrar em ata esse caso.” E pôs em votação o Termo de Advertência que foi aprovado.

Este caso retrata a falta de responsabilidade educacional dos pais, prejudicando o trabalho da Escola, com a sobrecarga de muitas atividades. A Escola querendo resolver e os pais fugindo da responsabilidade. Daí, a sugestão do envolvimento do Conselho Tutelar para solucionar o problema.

Flávia Maria (História), dirigindo-se à diretora: “Quero saber o que está fazendo com os alunos da fechadura.” A diretora explicou: “Não achei quem foi o responsável. Os professores precisam comunicar para a direção, imediatamente, quando acontece. No caso, só soube dias

mais tarde. Aí fica difícil saber quem foi. Até o período. Vamos comprar porta e fechadura e dividir a despesa pelas três classes.” Flávia Maria refletiu: “Discutimos o Código Disciplinar, no início do ano, mas parece que não está dando resultado. Acho que tem aluno que não tem Código.” A diretora declarou: “Vamos tirar mais cópias do Código Disciplinar para os alunos.”

De volta, o uso de um componente individual do Regimento e a questão da divulgação para dar conhecimento do conteúdo do Código, com nova tiragem de exemplares. Para participar, as pessoas precisam ter conhecimento.

E a diretora passou para o próximo assunto - uniforme.

“Consta na Ata de 14/03/1994 (e leu um trecho). ‘Após discussão foi decidido que o aluno deverá comparecer à escola com a camiseta branca com o emblema da escola, podendo a calça ou a bermuda ser de qualquer cor desde que seja adequada ao ambiente escolar.’ Tem gente usando short e daqueles bem curtos e não bermuda. Tem aluna que diz que religião não permite o uso de bermuda, vem com saia mas é aquela mini-saia - bem curtinha. Está aberta inscrição para fala.”

O aluno Guto, que estava de bermuda, dirigiu-se à frente e sentou numa cadeira e cruzou as pernas para o pessoal ver que não tinha nada demais e reclamou: “Todo dia a inspetora fica medindo com a palma da mão o comprimento da bermuda e fica pegando na minha perna. Eu defendo o uso da bermuda.” Juliana (aluna conselheira) deu o seu depoimento: “Outro dia vim com short curto porque outras meninas que não são do Conselho entraram com short curtíssimo. Não estou gostando porque as inspetoras ficam no pé das alunas que fazem parte do Conselho. Quero tratamento igual. Porque diferente?” Jucineide (aluna) defendeu o uso da bermuda mas a Ada acrescentou: “O short tem que estar acima do joelho.”

Senhor Jairo (pai), depois de ouvir tudo, ponderou: “Até agora as pessoas falaram em causa própria. Temos que pensar no geral. Tem que ter uniforme - camiseta e calça. Todos os grupos têm uniforme que disciplina, que identifica as pessoas. A Escola precisa definir o uniforme.” Maris (Português) disse: “Precisamos repensar. Há uma lei que proíbe o uso obrigatório de uniforme. Mas o uniforme disciplina, dá segurança ao aluno e à escola. Mas, acho que a maneira como conduzimos a coisa não está certo. Precisamos de um trabalho de conscientização.” Sérgio (aluno) apresentou sua opinião: “A cor da calça não tem nada a ver. Acho que cada um vem com cor que gosta. Se azul, azul, se verde, verde... Bermuda já foi falada. Quanto ao boné, não vi nada no Código. Porque proibir o uso do boné?” A diretora deu

sua explicação: “Quero o aluno de cara limpa para poder identificar....o boné modifica. Além do mais, como o boné, geralmente, é estrangeiro atrai muito a atenção do trombadinha.” Lídia (aluna) disse o que pensava: “Aluna do Conselho tem que respeitar as regras. Não é fazer desaforo!”

Senhor Rui (pai) observou: “Devia ter inspetora de aluno participando da reunião para ouvir o que cada um fala e a conclusão do Conselho para não agir diferente.” A diretora explicou: “Depois passamos às inspetoras o que foi decidido.” O senhor Rui (pai), persistente, irredutível, defendeu: “É diferente. Seria melhor participar.” A diretora, apontando para uma pessoa, disse: “Temos um representante dos funcionários.” E concluiu: “Temos, resumindo, que fazer um trabalho de conscientização e coibir o exagero.”

A seguir fez a Prestação de Contas - Caixa de Custeio, verba dos meses de novembro/dezembro/94, num total de sete mil, quinhentos e setenta e três reais, com despesas em material permanente e de consumo (janeiro, fevereiro, março). Leu as despesas, mês por mês, e passou a documentação para as pessoas verem. Para exemplificar materiais adquiridos, cito alguns: - assinatura Jornal Folha da Manhã e Estado, telefone, vídeo-game, arquivo de aço, toner, papel sulfite grande, nomógrafo, fitas cassetes, apagador, bola (futebol de salão, basquete, volley)...

Na sequência, com relação às Metas do Plano Diretor, mostrando um calhamaço de papel, falou: “A rigor, deveríamos estar fazendo tudo junto. Mas uma equipe de professores está me ajudando. Amanhã preciso trabalhar em cima disto. Vou dar um exemplo do que é meta: “Baixo índice na participação da comunidade na escola’. Como ações previstas temos: participação de professor do curso, promoção dos demais elementos da U.E. etc.. Por exemplo, a reciclagem de material usado, este ano tiraremos porque dá muito trabalho, e temos a comemoração dos Setenta Anos.”

Flávia Maria (História) questionou: “Por que tirar? Acho que isso ajuda na manutenção do patrimônio, na questão da limpeza da escola. Os alunos aprenderam a separar lixo, não jogar no chão.” A diretora deu explicação: “Aquele processo de reciclar é que não será feito. Essa questão de separação de lixo, limpeza etc. pode continuar a ser feito.”

A diretora, dirigindo-se à Assembléia, indagou: “Podemos considerar como aprovadas as metas ou teríamos que marcar uma outra reunião só para aprovação das metas, depois que tivermos, realmente, completado o trabalho?”

O pessoal achou melhor aprovar dessa maneira mesmo do que ter que voltar um outro dia. Com isso, encerrou-se a reunião.

Da apresentação da pauta da reunião escrita na lousa, passou-se a sujeitá-la à discussão, havendo possibilidade de alterá-la, incluindo/excluindo assunto, bem como houve uma ordenação do funcionamento da própria reunião. Tudo isso aconteceu por causa da participação das pessoas. Há discussão de cada item, com participação efetiva de professores (PI e PIII), alunos, pais, que opinam, questionam, argumentam, apresentam propostas e decidem. A decisão é coletiva, não imposta, havendo um verdadeiro trabalho coletivo.

Com relação à eleição de alunos, passou-se da eleição indireta por intermédio dos representantes de classe (1992/1993), para a direta (com candidatos indicados pela classe e eleitos por aclamação, com todos os alunos - 1994) e direta, com candidatos e voto secreto (1995). A eleição do segmento pai é feita em Assembléia, com “voluntários”. É preciso alterar a sistemática de composição de pais candidatos para a formação de chapas, mediante uma divulgação ampla e prévia a todos os interessados, e não apenas convocar os pais para a eleição e “catar os voluntários” na hora.

O Conselho de Escola é um crescer, no sentido, de gestão democrática, com ranços e avanços.

3.1.3.7. Reunião da direção com os professores

3.1.3.7.1. dia: 03/02/1994

Ao chegar à Escola para a reunião às 8h, no alto da escada principal encontrei-me com o professor Ênio, coordenador do noturno e a professora Ivonete (Inglês/Português). Cada professor que entrava nos cumprimentava e se dirigia ao interior da escola. O professor Ênio comentou: “Hoje estão todos contentes, com o sorriso nos lábios, daqui a uns dias não vão estar desse jeito.” À pergunta: “Por que?” respondeu: “É que a Ermelinda (mulher dele) vai fazer o horário e todos procuram agradar. Como não é possível atender a todos, contentar todos, eles vão virar a cara.”

A sala de aula estava repleta de professores (foram trazidas cadeiras para poder acomodar todo o pessoal). Estavam presentes: a diretora Eunice, a vice-diretora Lliamar, o

coordenador do noturno, os coordenadores de Geografia, Português, Biologia, Educação Física, História e do CIC, a secretária Arlene.

A diretora iniciou a reunião solicitando que cada um fizesse uma oração ao professor Rubens que estava sofrendo uma cirurgia do coração. Em seguida fez apresentação dos professores novos (removidos). Comunicou que a Escola foi assaltada nas férias mas os ladrões não conseguiram levar o material; o “freezer” das crianças foi colocado na sala da vice-diretora porque não havia outro lugar; a verba de custeio que recebeu em dezembro foi gasto em janeiro; a escola recebeu um micro 486, o funcionário foi retirar em São Paulo; calendário escolar foi elaborado pelo Conselho de Escola e solicitou que todos dessem uma olhada para ver se estava bom; a Avaliação do Plano Diretor seria na Semana do Planejamento; este ano, Conselho de Escola e A.P.M. - primeiro seria feita uma campanha e depois eleição dos membros; atribuição de aula da Escola-Padrão saiu no final do ano; caiu enriquecimento curricular (todos pegam mais uma aula); saiu Resolução da grade, Resolução específica da Educação Física, Resolução específica das Coordenações, Cronograma de atribuições de aula.

Em seguida foi feita leitura de Resolução de atribuição de aulas (Resolução S.E. 269, D.O. 23/12/1993) pelo professor Glauco. Intervalo do café.

No retorno, a diretora explicou a opção pela jornada. Em seguida leitura de número de aulas de cada componente da grade curricular para os professores irem se organizando e ver se tinham possibilidade de permanecer na escola ou não. Leitura da Resolução S.E. 274/93, sobre a organização da Escola, feita pela professora Paula (Matemática). A diretora explicou que para se ter o ensino profissionalizante o curso precisaria ser reestruturado. Comunicou que sobre matrícula com dependência já existia legislação e podia-se aplicar se quisesse. Nenhuma escola de Prudente se dispunha a aplicá-la por falta de condições (o aluno que estuda de manhã precisa vir à tarde e vice-versa). Sobre as coordenações disse que cinco por cento este ano ficou claramente definido que era sobre as aulas de ensino regular e que ano passado foi calculado sobre todas as aulas, inclusive profissionalizante e deficiente mental. O que era definido na legislação: coordenação do noturno, coordenação do ensino fundamental, coordenação do CIC, coordenação de 5ª a 8ª e ensino médio e depois, coordenação de área. Sobre a legislação específica de Educação Física pediu para os professores da área se inteirarem depois. Em seguida, leitura da Resolução S.E. sobre Coordenação.

A primeira parte da reunião foi numa sala de aula sem ventilador, por isso a segunda parte foi feita em outra sala cujo ventilador foi arrumado para funcionar. Durante a reunião, os professores, por área, iam sendo chamados para assinarem a contagem de pontos e a opção. A reunião terminou às 11h 30min.

Alguns professores ainda permaneceram na sala para conversar com a diretora sobre os seus problemas profissionais individuais.

3.1.3.7.2. dia: 19/12/1994

Neste dia, às 18h, houve reunião para discutir a grade curricular com os professores. Estavam presentes vinte e um professores, a diretora Eunice, a vice-diretora Lîamar, o coordenador do noturno Ênio. A diretora apresentou a sugestão da direção sobre a grade do diurno e do noturno que foi colocada na lousa. Foi discutida inicialmente a questão da carga horária da grade do noturno. Após, a questão da parte diversificada, em relação à disposição das disciplinas nas séries, foi discutida e votada. A partir daí, surgiram três outras propostas de grade curricular, após ampla discussão, totalizando quatro propostas.

Durante a discussão:

- A diretora lembrava sempre a necessidade de atender os interesses do aluno, na escolha das disciplinas da parte diversificada.
- Os professores, por sua vez, diziam que como não tinham ninguém para defendê-los, tinham que levar em conta os interesses do professor, como não perder os vencimentos por conta de supressão de disciplina, diminuição de número de aula. Eles é que teriam que se defender mesmo.
- As professoras de História defendiam ardorosamente a permanência de Sociologia que, segundo elas, complementava a disciplina História.
- A diretora lembrou que, por conta da legislação, as professoras efetivas de História não poderiam pegar a disciplina Sociologia na casa.
- A permanência de Filosofia foi condicionada, por alguns professores, à permanência do atual professor da disciplina, que segundo a opinião da maioria presente estava conduzindo a disciplina muito bem.
- A Filosofia para alguns professores que lembraram como haviam estudado a disciplina no seu tempo de estudante, a disciplina não tinha razão de permanecer no currículo.

- Outros argumentavam que não havia professor habilitado, outros diziam que Filosofia seria pego por seminaristas ou padres que tinham interesse em dirigir a disciplina para orientação da Igreja Católica, ainda mais agora que a C.N.B.B. estava conveniando com a Secretaria de Educação para dar aula de religião nas escolas.
- A diretora mencionava sempre que Filosofia seria por conta da questão dos valores, um problema atual da vida brasileira, além da questão do raciocínio.
- A Psicologia, para a diretora, era interessante, por causa da fase em que estavam passando os alunos (adolescência) além da questão das profissões (vocações, habilidades).
- Com relação ao Inglês, se devia ficar na primeira ou na terceira série, os professores lamentaram que a professora não estivesse presente para dar sua opinião.

Como a reunião se estendeu demais, alguns pais que faziam parte do Conselho de Escola já estavam na escola e a todo momento vinha um funcionário perguntar se ia demorar o começo da reunião de Conselho de Escola.

Colocada em votação as quatro propostas de grade curricular, venceu a terceira proposta, com dezessete votos do total de vinte e dois. Logo em seguida foi realizada a reunião do **Conselho de Escola** (ver 3.1.3.6.10. dia 19/12/1994, p.278).

Como os processos de participação exigem a compreensão da matéria em questão para permitir a formação de opiniões, a formulação de exigências e a tomada de decisões fundamentadas, é muito importante que as pessoas sejam suficientemente dotadas de conhecimentos mínimos e necessários. A informação e a capacitação dos membros da comunidade escolar é tarefa necessária para que a participação seja competente.

Observa-se a preocupação da diretora em manter todos os professores informados a respeito de tudo o que se passa na escola. É positivo o repasse de informação sobre Resoluções da Secretaria da Educação que afetam diretamente o professor e a escola (atribuição de aulas, organização da escola, Educação Física, Coordenação...) e sobre o número de aulas existentes de cada componente da grade curricular para que os professores examinem a possibilidade da sua permanência ou não na escola.

Sobre a grade curricular, a decisão tomada após apresentação e discussão da sugestão apresentada pela diretora, da qual três outras propostas de grade curricular surgiram

totalizando quatro propostas, demonstra a participação democrática e efetiva dos professores na tomada de decisão da vida da escola.

A diretora contribui, como nos ensina José Pedro Boufleuer (1994) para “que as informações, opiniões e críticas possam circular livremente em todos os sentidos” (p.25). Ela não obstrui a comunicação, seja pelo boicote das informações, seja pela coação ou pelo constrangimento - práticas que instauram relações de poder autoritário. A diretora habita as fendas da comunicação e não as do poder. As reuniões descritas apontam como é relevante a atuação da diretora na condução do trabalho da escola, e como a diretora valoriza a atuação participativa, abraçando a idéia de que a ação educacional será mais eficaz se for democrática. A diretora emprega estratégias que norteiam o trabalho na escola - informações, discussões, estudos - no sentido da democratização. O debate democrático é a única via aceitável para a tomada de decisões que afetam a vida da escola. Essas reuniões mostram que a escola pode ser um lugar privilegiado do exercício da democracia.

3.1.3.8. Reunião da Hora de Trabalho Pedagógico - H.T.P.

A reunião de H.T.P., com exceção a dos professores I, é realizada na antiga sala da pré-escola, numa construção que fica fora do corpo principal do prédio.

3.1.3.8.1. H.T.P. do C.B.

3.1.3.8.1.1. dia: 10/03/1992

A coordenadora do ensino fundamental relata que as professoras do C.B. estão pondo resistência em adotar a “Emília Ferreiro”. Umas querem fazer um misto. Ela acha que não. Vão resolver como fica. Depois vão fazer reunião com os pais para explicar o processo.

Nas reuniões de H.T.P., em março, as professoras fizeram o projeto do C.B.. A dificuldade estava em propor avaliação que deve estar em consonância com a metodologia. No final de março, após muitas reuniões, as professoras do C.B.I “agora estão assumindo a renovação - alfabetização conforme Emília Ferreiro - e que então vão marcar uma reunião com os pais para explicar o processo”. (Érica, coordenadora) Para exemplificar a transformação que vem ocorrendo entre algumas PI, relata que “a professora Dora, com mais de vinte anos de magistério, havia preparado vários textos para seus alunos mas depois que assistiu ao vídeo - “os contos - Erumaveis”, perplexa, perguntou: “E agora, o que vou fazer com os meus

textos?” Em contrapartida, a Joana (PI, 3ª série) é uma professora que além de não ter condições de dar aula porque não tem conteúdo e dá conceitos errados, não aceita idéias novas - é resistente à renovação.

Aqui aparece a questão da competência profissional. De um lado, uma professora começa a questionar os textos que emprega, após reuniões de estudos, ao passo que outra mostra-se resistente à atualização, não só em questão de metodologia, mas em relação ao próprio conteúdo. A função produtiva ou de ensino está falha, neste caso, por parte dessa professora, bem como a função diretiva ou de controle, por parte da diretora. Esta professora trabalha na escola há vários anos e administrações anteriores não tomaram providências.

3.1.3.8.1.2. dia: 16/02/1993

A reunião de H.T.P. do C.B.I é às terças-feiras, das 7h 10min às 9h 45min. No dia 16/02/1993, estavam além da coordenadora Érica, quatro professoras (Mara, Miriam, Ana Maria, Ivone). A coordenadora Linda (Ciências) apareceu para entregar a Proposta Curricular ajeitada em forma de Plano para as professoras. Explicou rapidamente como trabalhar o primeiro objetivo. Depois as coordenadoras entraram em choque. Linda dizia para as professoras prometerem nota. Érica interveio, dizendo que no C.B. não tem nota, que as atividades são avaliadas para prognóstico. Ficou um clima tenso. Pensei: *para evitar situações como essa, deveria haver reuniões para os coordenadores*. Linda disse que assim que puder voltará para dar assistência em relação ao conteúdo. Lembrou que no ano passado trabalhou com PI e que gostou.

Depois fomos ao salão onde está instalado o vídeo para assistir a um filme sobre a “Escrita” (Fase silábica alfabética). Houve comentários de professores e da coordenadora durante a projeção.

Érica, no final da reunião, aconselhou as professoras a não pedir sabonete e papel higiênico para as crianças. Algumas pedem, enchem o armário e não usam com as crianças. No final do ano, a professora acaba levando para casa. Os pais estavam reclamando. Miriam que ensina as crianças usarem papel higiênico e sabonete, cada vez que uma vai ao banheiro, achou que aquele recado era para ela e disse que ia devolver imediatamente para as crianças. A professora justificou que sempre fez assim, porque além de ensinar, ela é educadora.

Nas H.T.P. há participação de todas as professoras, sob a condução firme da coordenadora, quer na elaboração do projeto do C.B. (com discussão e reflexão), quer na projeção de filmes educativos para ver uma atividade sendo realizada. Há o envolvimento de outros coordenadores de outras áreas que colaboram nas suas especificidades. O trabalho entre os coordenadores precisa ser aperfeiçoado, para juntos, em um momento anterior, discutirem o trabalho. Os relatos mostram que, pelo convencimento, após muitos estudos com reflexão, é possível a alteração, embora não atinja a todos com a mesma intensidade.

3.1.3.8.2. H.T.P. de Professores de 3ª e 4ª séries (1993)

3.1.3.8.2.1. ano: 1993

A H.T.P. dos professores de 3ª e 4ª séries é realizada às sextas-feiras, às 15h 30 min, na Biblioteca.

Na H.T.P. de 15/02/1993, Érica trouxe livros novos sobre Cartografia. As cinco professoras estudaram e prepararam a aula. A coordenadora deu uma recomendação: como não foi trabalhado como devia nos anos anteriores, o professor de cada série deveria retomar desde a série inicial (por exemplo, professor de 3ª série retomaria da 1ª e 2ª para depois entrar na 3ª série).

Érica prontificou-se em preparar a matriz e passar no mimeógrafo. As professoras pediram para colocar um mimeógrafo mais perto delas, no prédio principal, porque o mimeógrafo está na Biblioteca e fica longe. Se estiver “lá em cima”, em qualquer intervalo elas rodam o material. A coordenadora disse que não havia possibilidade porque não havia sala para isso e não tinha outro mimeógrafo. Ficou de pedir mais um mimeógrafo.

As professoras Maria Lúcia e Maria José reclamaram que no dia anterior quando desceram para dar aula de Educação Física, a quadra estava ocupada pela professora Glória e também não conseguiram material de Educação Física porque não sabiam onde estava. Queixaram do sol.

A Maria José foi encarregada de, naquele momento, ir conversar com o coordenador Marley que estava dando aula, na quadra ao lado. Voltou com a notícia de que não dava para alterar a programação da professora Glória, mas que havia dois dias da semana ainda disponíveis. As professoras anotaram e iriam mudar. Um dos problemas da escola é espaço e condições físicas.

Embora, a questão do horário tivesse sido discutida pelo conjunto de professoras PI com o coordenador de Educação Física, no dia 10/02/1993 (ver 3.1.3.8.3.1. ano: 1993, p.294), ainda havia problemas para o uso da quadra de esporte. Para o presente caso, não houve encontro entre as interessadas - professoras Glória (PIII) e Maria Lúcia (PI) e Maria José (PI), com o coordenador. As professoras PI se submeteram ao que o coordenador apresentou naquele momento. E a questão do material de Educação Física também não foi resolvida. Está faltando o provimento de material para as aulas de Educação Física do PI, ficando assim prejudicada a função de apoio da organização escolar, conforme Fachin (1972).

Na sala apareceu a Susi que no seu cantinho, quieta, trabalhou na organização da Biblioteca. Bem no final da tarde apareceu a responsável pela Biblioteca.

Na *H.T.P.* (3ª e 4ª séries) do dia 19/02/1993, feita a leitura, com quatro professoras, do livro sobre Cartografia “Primeiros Mapas - como entender e construir” de Maria Helena Simielli, a coordenadora Érica sugeriu que seguissem os livros e dessem, ainda que breve, dos anos anteriores.

A Manuela vivia resmungando, baixinho. Florinda (já trabalhou o material ano passado) enquanto folheava disse que ia trabalhar de tal maneira. Érica deu bronca dizendo que Florinda estava sugerindo como trabalhar e que ainda não terminaram de ler e que ela devia esperar. Como havia pouco livro, isto é, uma só coleção, discutiram como seria a melhor forma: cada uma ficaria com o bloco durante um tempo e depois passaria para outra.

Depois Érica distribuiu o Plano de Ciências feito pela Linda. Leu os itens e salientou que sobre o conteúdo propriamente dito ela não tinha condições de explicar porque não era sua especialidade mas que a Linda se dispôs a vir explicar.

Foi dado um espaço para preparo de material de Matemática.

Depois Érica trouxe: “O Ensino de Estudos Sociais no 1º Grau” de Dulce Maria P. Camargo e outros. O grupo começou a fazer leitura desde a primeira série.

Enquanto estávamos na Biblioteca, nessa reunião, uma porção de alunos esteve na porta, à procura do responsável pela Biblioteca mas não encontrou e voltava desapontado.

As H.T.P. na unidade constituem um espaço para o professor adquirir conhecimento, dedicando-se ao estudo de assuntos em livros especializados, bem como para aprender a ensinar.

A H.T.P. é preparada pela coordenadora, com momentos de estudos e reflexão em livros, com momentos para preparo de material para aula, e espaço para colocação de problemas. Observa-se um ambiente de trabalho, com o envolvimento de todas, embora uma professora vivesse resmungando para si mesma. Há discussão para decidir como trabalhar. Nota-se que há um trabalho de cooperação de diversas coordenações - Educação Física e Ciências, ampliando-se assim a construção do sujeito coletivo da escola.

3.1.3.8.3. H.T.P. com todos PI

3.1.3.8.3.1. ano: 1993

Às quartas-feiras, às 18h, no salão de reunião geral, na Biblioteca que agora está arrumada de modo diferente, realizam-se as H.T.P. coletivas de Professor I (ver 3.1.3.1.2. ano: 1993, p.216).

Enquanto o pessoal se reunia (10/02/1993), a professora Manuela da terceira série da tarde reclamou da falta de armário em sua sala, dizendo que está cansada de ficar carregando o material de aula e além disso, na classe dela tem uma escada que pode cair em cima das crianças. A coordenadora Érica, muito calma, pediu paciência porque no início de ano há muitos problemas a serem resolvidos e como todos são educadores deviam agir com consciência e responsabilidade. À moda do índio Juruna, a Manuela anotou na sua agenda que “a coordenadora desviou do problema levantado por ela”.

A reunião propriamente iniciou com a presença do coordenador de Educação Física, professor Marley, que veio tratar do horário de Educação Física do C.B. à 4ª série. Presentes: quatorze PI (depois chegaram mais um PI e a professora de Educação Especial) e a coordenadora Érica. Observe-se que a chegada tardia, em reunião antecipadamente marcada, por parte de algumas professoras, demonstra a falta de profissionalismo e de compromisso.

O professor Marley apresentou duas opções aos PI - aulas geminadas (cem minutos) ou aulas em dias diferentes. Cada professor fez a sua escolha. Está difícil de ter horário melhor porque a Escola só tem duas quadras e uma delas está sempre ocupada por PIII. O critério de

escolha do dia foi: primeiro professor de classe especial, depois os do C.B.I, C.B.C., 3ª, 4ª, por turno.

Algumas professoras ainda optaram por trabalhar no mesmo horário (vão dividir a quadra). Tudo isso foi feito entremeado de queixas: que sempre o PIII é privilegiado, escolhe os melhores horários para fazer Educação Física, que o PI sempre fica com o resto (na verdade sobra horário em que o sol está no auge e a quadra não é coberta). Esta situação mostra a rixa que há entre os PI e PIII, desde o tempo em que o “primário” era separado do “ginásio”. A relação entre o PI e PIII é delicada porque o PIII tem formação superior e o PI, não. O PIII achando que sabe mais do que o PI, e que o PI é submisso. Parece que ainda há um resquício.

De acordo com Maria Anita Viviani Martins (s.d, p.30-1), há a tradição de se atribuir ao Ensino Primário as características de prático, isto é, ao professor primário não é preciso outras informações a não ser aquelas instrumentais que possibilitem ações do professor sobre a criança. Por outro lado, a formação de professores secundários (PIII) teve como ponto de partida a separação entre a ciência e a técnica, existindo uma divisão entre as Faculdades de Filosofia, os Institutos de Pesquisa Pura e as Escolas Profissionais para a viabilização de pesquisas de caráter prático utilitário. Os cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras traziam o germe da dicotomia: teóricos (cultura livre e desinteressada) e práticos (de caráter utilitário) indicando a inexistência de vínculos entre o teórico e o prático. Como consequência da separação entre o teórico e o prático é que há um certo “desprestígio” do magistério primário que se concretiza na prática pedagógica. Ao professor primário (PI) cabe apenas acompanhar o desenvolvimento espontâneo da criança, o que de certa forma não requer senão algumas atividades práticas que podem ser selecionadas com bom senso. A figura do professor primário (PI) está vinculada à mulher à qual pede-se somente uma atitude maternal e não profissional, já a figura do professor secundário (PIII) está marcada por uma atitude “técnica” e “científica”, objetiva e não-maternal. A radicalização destes papéis veio à tona à época da implantação da L.D.B. 5692/71, quando a convivência de educadores com papéis distintos provocou um certo desconforto nas relações profissionais. O preconceito não-explicito opõe duas características qualitativas: ao ensino primário cabe promover ações motoras, acompanhar a espontaneidade da criança, ao passo que ao secundário cabe promover a inteligência, como se ela fosse algo que surgisse espontaneamente aos bem dotados.

Após ter acertado o horário de todas as professoras (ver 3.1.3.8.3.1. ano: 1993, p. 294), Marley solicitou a colaboração das professoras para a arrecadação de objeto usado para a confecção de material para as aulas de Educação Física e apontou para uma listagem de quinze itens previamente colocada na lousa. Pediu que cada professora escolhesse um item da lista para arrecadar em sua classe. Algumas, imediatamente, se levantaram e colocaram o seu nome em frente do que preferia. Mas, outras começaram a questionar alguns itens pois entendiam que eram onerosos ou perigosos para os alunos, como por exemplo, perna de pau (perigoso e madeira era cara), bambolê (oneroso), raquete (oneroso). Marley argumentou “qual a criança que nunca fez uma perna de pau?, em casa há ripas que podem ser aproveitadas; há crianças que têm raquetes velhas, encostadas em casa” e a discussão foi por aí.

Uma professora sugeriu que todas deveriam pedir de tudo em suas classes. No final ficou decidido que alguns materiais seriam responsabilidade da escola adquirir (bambolê), outros, todas pediriam para as crianças.

Outra professora levantou o seguinte problema: “Mas porque precisamos pedir material para criança e confeccionar material de Educação Física? E as bolas e os materiais que vieram, porque só para PIII?”

Marley esclareceu que “esse material enviado pelo Estado também os PI utilizarão e esse que será feito com sucata será para enriquecer e diversificar as atividades do PI, será a mais”.

A reunião de H.T.P. com todas as professoras I do dia 1º/12/1993, às 18h, contou com a presença de dezesseis professoras, além da coordenadora Érica e depois da diretora Eunice e a vice-diretora Liamar.

A reunião passou a ser feita na sala de aula dos excepcionais por conta da reforma do prédio. Fica no porão, o teto é baixo e é acanhada para abrigar vinte adultos. O dia estava muito quente. A sala é abafada, sufocante, mesmo com o circulador de ar ligado.

Érica iniciou a reunião retomando a questão da greve para fazer uma avaliação que na sua opinião teve uma volta desordenada. Alguns PI não entraram em greve; os que entraram, no retorno, por motivos individuais, cada um foi voltando conforme suas conveniências. A coordenadora diz que não sabe a que atribuir isso. “Será que faltou reunião, diálogo? Será que as pessoas não participaram das Assembléias da APEOESP?” Na sua opinião “deve haver um

esforço para que os PI do ‘Tiradentes’ sejam unidos nas próximas greves, porque o ideal seria tirar uma posição única dos professores - PI e PIII - da Escola, mas como isso é difícil, então pelo menos o PI”.

Érica leu o texto da APEOESP sobre os ganhos e as perdas da greve. Fez comentários. Leu uma poesia. Pediu para as pessoas falarem sobre o que a poesia lhes dizia. Silêncio total. Uma ficou olhando para a outra, até que duas opinaram.

Sobre a questão da greve, os professores não têm consciência do papel do sindicato. Uma vez, ouvida a base, decidido que a categoria entra em greve, todos os professores devem assumir essa posição da entidade, iniciando e terminando a greve no mesmo dia, e não ficar, como diz uma professora que a “nossa greve parece um ioiô”, com adesão parcial, não constante, cada um entrando e saindo da greve no momento de seu interesse particular e não conforme o da categoria. Com início e retorno da greve desordenados, os alunos ficam prejudicados, porque não sabem quando o seu professor está ou não de greve, se há ou não aula para a sua turma. É positiva a avaliação feita pela coordenadora sobre a greve, com as professoras. Não vi isso em outras escolas.

Após, a coordenadora solicitou o pedido da última reunião: “sugestão - o que fazer com a sujeira do prédio”. Uma professora da terceira série disse que havia discutido com algumas professoras mas que não trouxe as sugestões.

Érica elogiou o trabalho de uma A.C.T., recém admitida, e mostrou uma TV, feita de papelão pela classe, em função do Estatuto da Criança e do Adolescente. Cada grupo trabalhou um direito da criança, devendo apresentar a idéia principal e ilustrá-la na TV. A diretora Eunice lembrou que uma classe apresentou teatro sobre o mesmo tema. A diretora sugeriu à professora Clarinda que fizesse uma maquete com os trabalhos da classe (crianças montaram escola, casa, igreja...).

A seguir, abriu-se espaço para a diretora que tratou dos dias de reposição; aula normal para todos até 10/12/1993; outros prosseguem até 20/12/1993; Conselho: 21/12 (1ª etapa); 30/12 (2ª etapa); recuperação: 22/12 para frente. Apresentou um calendário com os dias em que cada professora tinha que trabalhar (para algumas com sábado e feriado; outras não precisavam de sábado). Comunicou que o Conselho de Escola decidiu que se faria todo um esforço para que cada professor atingisse noventa por cento de aula dada.

A professora Nadir (PIII- Excepcional) não gostou quando a diretora informou que ela teria que trabalhar até 17/12 e que ela não poderia trabalhar sábado e feriado. A diretora lembrou que o Conselho decidiu que trabalhariam até 90% e não 75%. Por outro lado, outra professora manifestou que gostaria de trabalhar mais uma semana com a classe toda, seguida de mais uma professora. Conforme a diretora nada impede que se trabalhe mais uma semana.

A diretora lembrou que os coordenadores teriam que repor os dias paralisados mas não receberiam e noticiou que o professor deverá permanecer na Escola até o último dia de aula (20/12), mesmo que ele termine as suas atividades no dia 10/12.

A pauta seguinte foi o *Conselho de Classe* da professora Joana (3ª série) que pediu a colaboração de todas para ajudar resolver três casos de aluno. Explicou a situação de cada um e mostrou três pastas com cadernos e trabalhos. Então, as professoras das 3ª e 4ª séries se reuniram em torno de Joana e começaram a ver as pastas. Mas não tiveram condições de opinar porque havia atividades mas não se sabia o que havia sido pedido. A diretora viu os cadernos e observou que muitos exercícios não estavam corrigidos. Uma das professoras sugeriu que outra professora fizesse avaliação da classe. Depois de muita discussão decidiu-se que Joana deveria dar uma semana de reforço para essas três crianças, fizesse uma avaliação e viesse munida de documentos para poder decidir.

No meio da reunião, a professora Clarinda contou que hoje ela estava impaciente, todo barulho a irritava, que a escola hoje estava explodindo. Muito barulho por causa da reforma. Ela não sabia porque. Outras também reclamaram disso. Acrescente-se a isso que o dia estava muito quente, a sala da reunião, como já foi relatado, é abafada porque o teto é baixo (fica no porão). Foi colocado um circulador de ar, mas não era suficiente. O calor era infernal.

3.1.3.8.3.2. ano: 1995

A reunião de *H.T.P. coletiva de 1ª a 4ª* do dia 03/07/1995 foi feita na Delegacia de Ensino para escolha do livro didático da FAE. Fomos em três carros: a coordenadora Érica, quatorze professoras e eu. A supervisora de ensino Inesita estava de plantão no salão de reunião. No fundo do salão estava armada uma exposição de livros. O objetivo era analisar os livros para fazer pedido este ano para o ano de 1996.

A supervisora Inesita explicou que na mesa do canto direito estavam os livros paradidáticos já separados por blocos, na mesa grande (no meio) estavam os livros de

Português (inclusive os de alfabetização), no canto esquerdo os de Matemática. E aconselhou as professoras a olharem primeiro os livros paradidáticos e também que vissem primeiro os livros que não conheciam.

A coordenadora Érica explicou novamente os pontos principais e deixou o grupo à vontade. A maioria foi para os paradidáticos, poucas ficaram no de Português e somente uma acabou indo para o de Matemática (depois de ter visto os outros). Érica observou: “Você viu, Tsutaka, todas foram para o paradidático, ninguém ficou no de Português. Isso é bom porque elas já têm a maneira de trabalhar, e adotar esses livros vai ser só problema. No de Matemática, ninguém parou. Elas trabalham o A.M. e se adotarem um outro vai ser uma confusão. Somente o azul e o verde são bons. Os demais são tradicionais.”

As professoras se espalharam pelo salão, em grupo (C.B.), (3ª, 4ª série) e ficaram vendo os paradidáticos. No final Érica distribuiu um impresso contendo avaliação sobre o livro didático. Pediu que cada grupo pegasse um livro de Português e fizesse a análise conforme o roteiro. Devido ao adiantado da hora, algumas começaram a perguntar entre elas se tinham que fazer aquilo “agora”, que não ia dar tempo de analisar um livro etc., se não podiam fazer na escola, na H.T.P.. Mas, mesmo reclamando, elas se juntaram e começaram a tentar fazer análise. Uma lia o roteiro e outra passava os olhos no livro, no índice. Para muitas questões concluíam que dependia do professor, como ele iria trabalhar o texto.

A Érica, no final, se aproximou e veio ver o que estavam fazendo. As professoras relataram o que haviam feito. Ficaram de terminar na escola. Retorno à escola.

Sobre as H.T.P. a coordenadora Érica dá o seu depoimento:

“Então, as nossas H.T.P. sempre foram *pensadas*. A gente começou, desde 1992, aqui, agrupando por série e tem dado resultado, mesmo porque são as necessidades comuns... Então, o professor trazendo o caderno de aluno, trazendo a produção, refletindo ‘eu fiz assim, assim’, ‘porque eu fiz assim, como eu poderia melhorar? Como?’. Isso com sugestões dos colegas e cada um vendo o trabalho do outro e questionando, auxiliando e palpitando mesmo e a gente tem passado assim os informes gerais nas reuniões. Mas a nossa busca sempre foi em cima do aluno e sempre no aluno que mais necessita e na reunião coletiva procurando assim textos que dentro da teoria o professor possa repensar, passar filmes, para ver uma atividade sendo dada e o professor questionando tudo isso. Então, no coletivo é para todo mundo e todas as séries estar vendo aquilo ali, e, no individual, dentro da série, com os problemas específicos de cada um, de cada professor, de cada aluno, a gente tentando, no grupo, auxiliar o colega com o seu aluno e vendo o resultado pois trazendo, reavaliando de novo. Então, *é um trabalho de investigação, de pesquisa mesmo que a gente vem fazendo*” (15/08/1995) (grifos meus).

A professora Clarinda dá o seu testemunho sobre as H.T.P.:

“As nossas H.T.P. são muito proveitosas. O nosso grupo é fora de sério, a gente tem conseguido colocar as propostas de História, de Geografia, sabe? Cada ano a gente faz melhor. Às vezes, num ano não saiu tão bom, no outro já sai melhor, no noutro sai melhor ainda. Então, eu acho que é um crescer, é um trabalho que vem crescendo, sabe?... que hoje em dia... faz três anos já que estou aqui. Eu vejo que já mudou bastante coisa, viu, em relação à postura do professor. (...) Olha, a gente *troca de experiência sobre o trabalho de cada um porque a gente está procurando trabalhar em cima das Propostas*. Então há uma troca de experiência sempre no que diz respeito à correção de trabalhos, corrigir o aluno, como se corrige, está certo, está errado, o tipo de atividade que o professor está dando, como é que ele pediu isso, como é que sugeriu ao aluno que fizesse isso, se ele foi para o caminho certo, não é para pedir assim, está errado, é para pedir assim, cobrar daquele outro jeito. A gente faz muitas leituras proveitosas, a gente tem lido muito. *Há orientação da coordenadora e ajuda das colegas no procedimento de ensino da gente. Então há um trabalho de grupo que funciona*” (21/08/1995) (grifos meus).

Esses relatos apontam um verdadeiro trabalho coletivo, com o envolvimento e cooperação de todas as professoras num trabalho de reflexão conjunta. São bons exemplos de prática reflexiva e também refletem que a H.T.P. quando assumida, tanto pelo coordenador, quanto pelas professoras, dá resultado. A H.T.P., envolvendo pessoas com o mesmo objetivo, conduz à cooperação. É preciso incrementar as práticas reflexivas que estão emergindo, inclusive apoiando e estimulando o grupo a documentar sobre os melhores momentos dessa prática reflexiva para que não se percam essas experiências.

3.1.3.8.4. H.T.P. de Educação Física

Na reunião de Educação Física, do dia 09/02/1993, os professores discutiram o horário de cada um. No diurno, as aulas são incrustadas no próprio período. Os professores acham que é melhor assim porque os alunos têm chance de se movimentarem. No noturno, as aulas são dadas antes do início do período (17h 20min às 18h 50min). Os alunos do noturno não gostaram de ter que vir em outro período.

O grande problema é a falta de espaço na Escola. Há apenas duas quadras, para atender toda a população estudantil. Os professores de Educação Física estão estudando a possibilidade de deixar as aulas de Educação Física do C.B. para terça e quarta feira, no horário da H.T.P. de Educação Física e colocando duas classes de cada vez.

3.1.3.8.5. H.T.P. de Comunicação e Expressão

Na H.T.P. de Comunicação e Expressão (10/02/1993), o coordenador e mais quatro professoras discutiram como trabalhar com as classes. Na verdade quem mais falava era o coordenador Luís. Quando as professoras falavam perguntavam “como o Luís faz nisso, naquilo”. Por exemplo, “como você faz a correção de textos?” E Luís explicava.

Apareceu a representante de uma editora para saber se iam adotar livro, qual etc. e passou os preços que valeriam até o final do mês.

O coordenador explicou que a direção e o supervisor pediram para não trocar de livro este ano, mas a equipe pensava em adotar um livro este ano para a 5ª série, no próximo para a 6ª série e assim por diante.

Nem todos os professores da área estavam presentes, os da tarde não compareceram. Haverá uma reunião de manhã para atender os professores da manhã e da tarde, e uma do noturno porque nem todos da noite trabalham em outro período.

Eis aqui outro caso de falta de profissionalismo. A H.T.P. foi instituída para que os profissionais tivessem um momento de encontro grupal para poderem coletivamente refletirem, discutirem e resolverem os problemas, as dificuldades, e um grupo todo de professores de um período não comparece à reunião, prejudicando essa atividade.

3.1.3.8.6. H.T.P. de Ciências Exatas

A H.T.P. de Ciências Exatas é na sexta-feira, de manhã. No dia 12/02/1993, com cinco professores presentes, na antiga sala da pré-escola, o coordenador Ubirajara, como a nova proposta de Física ainda não chegou, discutiu com o professor Glauco o programa de Física para este início de ano para as classes não ficarem sem nada, enquanto os demais viam a proposta de Matemática e comentavam entre eles como trabalhavam e o emprego do quadro de madeira com as linhas coloridas no ensino da Geometria.

Depois o coordenador foi atender o grupo de Matemática que havia levantado a questão da distribuição de livros de Matemática. Quando a professora Zélia foi pegar os livros para sua turma (6ª série), encontrou apenas três livros e resolveu não distribuir para ninguém. A professora Paula pegou livros para todos os seus alunos (manhã) e distribuiu, as duas seguintes, Maísa e Marília também pegaram. A direção havia solicitado para atender primeiro os alunos da

tarde que são os mais “carentes”, para depois atender os demais. No caso, os da tarde ficaram sem nada.

As professoras achavam que deviam recolher todos os livros e distribuir novamente ou recolher os livros e deixá-los na escola, a cada aula os livros seriam levados para a classe (esta opção dá muito trabalho e demora muito). Mas a professora Zélia ponderou que, nesta altura, recolher os livros não daria certo, pois os alunos já estavam de posse deles. O coordenador ficou de levar o problema à direção e tentar uma solução.

Ubirajara, o coordenador, pegando um livro e apontando para o armário disse que lá havia muitos livros bons que os professores poderiam usar e mostrando o que estava na sua mão disse que “ano passado somente a Rebeca utilizou este livro em sua classe”.

A professora Marília, imediatamente, sugeriu: “Vamos todos preparar juntos este material, aqui na escola, para aplicar, para não acontecer de o coordenador dizer, no próximo ano, que somente fulana usou.”

O coordenador leu um comunicado sobre cursos para professores de Matemática, sem dispensa de aulas, aos sábados, em São Paulo. Ninguém se interessou. “A ajuda de custo não cobre as despesas e na hora da contagem de pontos, para escolha de classe, o que vale é o tempo de exercício na casa, os cursos não valem nada.” (Professores III)

A respeito de ser coordenador, Ubirajara, bastante franco diz: “pelo menos a gente fica livre de umas aulas. Os professores são bons. Depois... a gente já aplicava a proposta velha, agora com a nova... é só alterar a ordem.”

Na sala estava o professor Luís (coordenador de comunicação e expressão), silencioso, para ajeitar o material da área. Vai organizar uma Biblioteca “particular” para poder trabalhar com as classes, “uma vez que a Biblioteca não funciona regularmente, a não ser no período noturno. A Dulce, readaptada, tem problema de alergia e não pára na Biblioteca e vai entrar de licença o ano todo, a responsável da tarde, Carmem, também readaptada, não fica também na Biblioteca. Só aparece quando quer. Então, a solução - ter os livros concentrados na sala de coordenação”. Aqui, depara-se com a falta de compromisso e profissionalismo das responsáveis pela Biblioteca, prejudicando o funcionamento de um setor e o andamento de aula, e fazendo com que haja duplicação de serviço - criação de uma Biblioteca “particular” por um coordenador para poder trabalhar. Assim, a função diretiva e de controle que deve estar presente na organização escolar, segundo Fachin (1972), e que visa a coordenar e dirigir o

estabelecimento e assegurar a utilização adequada de recursos está falha, prejudicando/dificultando o atingimento pleno dos objetivos da escola.

3.1.3.8.7. H.T.P. de Geografia

A H.T.P. coletiva de Geografia acontece às sextas-feiras, das 8h às 11h. Na H.T.P. do dia 15/02/1993, o coordenador Maurício e mais dois professores estudaram os textos que vão usar nas próximas aulas. Depois ficaram conversando.

Para mim, Maurício disse que não há razão para terem duas reuniões semanais de todos os professores da área em H.T.P.. Na sexta-feira passada, em conjunto, haviam discutido e traçado o que fazer para as próximas semanas e que hoje não tinham o que fazer. Seria mais produtivo se cada professor neste dia na H.T.P. pudesse se dedicar a destrinchar, estudar sozinho como fazer em sua aula. Não tinham mais nada para tratar em conjunto. Este é um exemplo do reflexo de que estamos acostumados a formas de vida individualistas. Após o estudo dos textos com os professores, em vez de ficarem conversando, o coordenador poderia ter dedicado este tempo para discutir em grupo como trabalhar. A H.T.P. é uma oportunidade para os professores juntos com o coordenador, em cooperação, analisarem, discutirem e procurarem soluções para as suas dificuldades. A H.T.P. é o momento do coletivo, é a possibilidade do encontro no cotidiano. Se os trabalhadores da escola são dificilmente agrupados, conforme Silva Júnior (1993), por que não aproveitar, com profissionalismo, esse momento de encontro no cotidiano, quando o grupo tem essa oportunidade? Será que, no início do ano, não tinham mais nenhum problema ou questão?

O coordenador declarou que teria que levar o material selecionado para a diretora xerocar e depois ele entregaria ao professor.

Foi levantada na reunião a questão: se cada aluno receberia o material, ou se xerocariam quarenta e depois de usado recolheriam e passariam para outra classe. O grupo optou pela segunda alternativa.

O professor Pedro reclamou que tem quatro janelas no horário e Helga também. Maurício disse que se as H.T.P. não fossem todas agrupadas num dia só, ficaria mais fácil fazer o horário sem as janelas.

Maurício reclamou sobre a coordenação: "Só que eles estão querendo burocratizar as coisas. Agora querem que a gente faça ata de todas as reuniões de H.T.P.. Eu acho que deviam

confiar mais na gente. Querem controlar tudo” (10/02/1993). Esta situação mostra uma das características da burocracia, apontada por Weber (1982): a administração se baseia em documentos escritos. Por outro lado, o registro das atividades da H.T.P. é importante para acompanhar a evolução dessas reuniões, bem como para a avaliação.

3.1.3.8.8. H.T.P. de Ciências

Na H.T.P. coletiva de Ciências (15/02/1993, às 13h 30min), a coordenadora Linda, com as professoras Petúnia, Norma, Lucinda, fizeram o levantamento de atividades da área para constar do Plano Diretor: as excursões - Morro do Diabo, Usina Hidroelétrica de Taquaruçu, UNOESTE (laboratório de Medicina, Horto...), Adamantina (reciclagem de lixo), SABESP, CETESB etc.; a Feira de Ciências.

Uma professora, com uma listagem nas mãos, apareceu e disse que a diretora queria saber em que conteúdo iriam utilizar o ácido sulfúrico. Tudo precisa ser discriminado.

Sobre a Feira de Ciências, a coordenadora achava que se devia dar prêmios e não medalhinhas. A professora Norma lembrou que deve haver uma comissão que classificará os trabalhos, para que haja imparcialidade e não haja protecionismo.

Depois o grupo passa a discutir o Plano de Ensino, feito em cima da Proposta Curricular, começando com a 5ª série.

O objetivo da *H.T.P. Ciências*, do dia 08/07/1995, às 13h 30min, foi escolher o livro didático, e teve como pauta: escolha final e indicação pela Escola; avaliação dos títulos oferecidos pela FAE; preenchimento de formulário até 20/08/1995 para entregar na D.E..

Após a leitura do roteiro para análise do livro, pela coordenadora Merle, a equipe de professoras estava diante de várias coleções de livro didático, de diferentes autores. As professoras analisaram cada coleção, conjuntamente. Antes já haviam feito a análise individualmente.

Houve um impasse porque na realidade não encontraram uma coleção que se adequasse completamente à proposta que a Escola desenvolvia. Assim, um livro de quinta série era o que melhor se adequava para a sexta série. O livro de quinta série melhor para a escola era de outra editora. O livro de sétima série estava completamente fora. O de oitava série servia para as aulas de outras séries, além de ter que ser complementado com as noções de Física e Química.

Cada professora ponderava qual seria o melhor pedido. A Merle achava que se pedissem o livro de quinta série para a sexta série, não seriam atendidas e a Escola ficaria prejudicada. Lucinda e Petúnia, por sua vez, sugeriram que deviam enviar uma carta explicando o motivo. A Merle pegava as instruções e lia sobre os pedidos e voltava na tecla que assim não atenderiam; dizia que o supervisor aconselhou a procurar o livro que melhor se adequava para fazer o pedido. E assim foi durante um bom tempo. Pegavam novamente a coleção, analisavam, voltavam a cair na primeira opção. Depois chegou a Norma (estava liberada da H.T.P. neste dia mas compareceu para ajudar na escolha) que tinha a mesma opinião. Nesse ínterim, a Merle descobriu que tinham que enviar uma segunda opção. Discutiram mais um pouco e chegaram à conclusão de que deviam mandar só a opção ideal, porque segundo a Lucinda iam ver aquela escolha de livro de quinta para a sexta e diriam: “Que pessoal louco - dois livros para quinta e nenhum para sexta.” Outra ponderava: “Mas se não atenderem a nossa opção e não mandarmos a segunda, acabamos ficando sem nada. É melhor qualquer coisa do que nada.”

O pedido seria por código. Como era o computador que leria o pedido, estavam preocupadas: “E o computador vai ler a nossa carta?”

Conforme as professoras, já fazia cinco anos que estavam trabalhando o mesmo livro e estava na hora de trocá-lo. “Ou eles atendem o nosso pedido para trabalhar dentro da proposta ou então a gente deixa a proposta e trabalha conforme o livro.”

Para o grupo, a coleção de Paraná era a melhor (a que estava mais voltada para a proposta).

Lucinda dizia: “Do jeito que pedimos, teremos menos trabalho. Vamos ter que, praticamente arrumar uma série (que no caso seria a oitava). Agora se mandamos de outro jeito, aí teremos que arrumar, praticamente, tudo.”

A decisão final foi que iriam manter a primeira proposta e justificariam; e ficou de se pensar na segunda alternativa até na quarta-feira, na H.T.P..

Na saída, encontramos a Kemala (Matemática) que contou que a Matemática escolheu de acordo com a proposta. Os livros como estavam seriados não batiam com a proposta e iriam justificar. Kemala informou ainda que a Secretaria de Educação ia mandar, para a FAE, carta explicando a situação de São Paulo.

3.1.3.8.9. H.T.P. de Matemática

Na sala de H.T.P., na antiga classe de pré-escola, no dia 19/02/1993 estava a área de Matemática. Ao entrar lá, encontrei a Dulce, responsável pela Biblioteca, lendo jornal, aí ela saiu. Os professores estavam lendo a avaliação que foi feita pela Secretaria de Educação, em junho do ano passado. O coordenador Ubirajara lia o relatório e a Paula lia a parte específica de Presidente Prudente, com as sugestões por assunto. Nisso chegou a Máisa, toda nervosa, brava, bufando, dizendo que a vida funcional dela não estava correta E começou a desfiar um rosário de motivos, dizendo no final, que o ajudante da Secretária vai sentar com ela e conferir sua vida funcional. Nesse momento houve solidariedade dos demais colegas, uns dizendo que a secretária Arlene nunca tem tempo para tratar da vida do professor, que sempre que é procurada diz que está fazendo a folha de pagamento, outro defendeu que a Arlene não tinha culpa, que devia haver uma pessoa da secretaria só para cuidar desses problemas dos professores. E a reunião girou um bom tempo sobre isso. Dado o sinal, os professores saem apressadamente.

3.1.3.8.10. H.T.P. de História

A H.T.P. de História do dia 18/02/1993, contou com a presença da coordenadora Verônica e quatro professoras (Janete, Lina, Vânia, Flávia Maria), para tratar de : a) escolha de material utilizado no ano; b) discussão de atividades - as H.T.P.; c) discussão de atividades extra-classe (para o ano).

Preliminarmente discutiram um texto a respeito da Constituição. Para o primeiro tema (a) elaboraram uma relação de material para incluir no Plano. Sobre o item c a coordenadora comunicou que havia saído o calendário de atividades da Secretaria de Educação e que deviam escolher no que a área ia participar. Trouxe de antemão o que seria incluído e apresentou:

12 a 19/abril - Projeto - Escola na luta contra a discriminação. Semana dos povos indígenas do Brasil. O dia do Índio.

13/maio - escola na luta contra a discriminação. Denúncia e debate contra o racismo.

20/novembro - Escola na luta contra a discriminação. Dia nacional da consciência negra.

Ninguém contestou. E a coordenadora prosseguiu dizendo que “havia pensado no 23/maio - soldado constitucionalista e perguntou “se deviam incluir no calendário”. O pessoal achou que seria bom deixar previsto.

Sobre o item b tratou do Planejamento; “Como vamos fazer? O 1º Grau tem Proposta; o 2º Grau não tem Proposta”. Explicou que durante a semana passada tiveram reunião na D.R.E. com outras Escolas-Padrão sobre a História. Não concordavam com a idéia surgida naquela ocasião. Achavam que deviam seguir o que haviam pensado e organizar o Plano e não esperar a reunião do dia nove de março na D.R.E.

Em seguida discutiram se cada uma devia ser responsável pelo Plano de uma série (por exemplo, Janete com 5ª série, Lina com a 6ª série...) ou se as professoras que trabalhavam numa mesma série se reuniriam e elaborariam. Optaram pela segunda alternativa.

Depois foi feita leitura do capítulo - “O que achamos importante lembrar sobre o ensino da história ou fundamentação teórica da proposta” - do livro “O Ensino da História” de Helenice Cabrini, trazido pela professora Vânia.

A Verônica havia trazido um texto de Neidson Rodrigues para ser lido e discutido nessa reunião, mas quando vi, disse que iam estudar o texto que a Vânia havia trazido. Depois, a coordenadora me confidenciou que mudou de idéia, usando uma estratégia: “a gente às vezes ganha, dando um retrocesso.”

A Verônica indicou o “Tiradentes” porque a diretora é competente, não quis ir para o “Cabral” porque não gosta do Adolfo (diretor). Indicada como coordenadora, não quis aceitar inicialmente, mas depois resolveu enfrentar o desafio e pediu colaboração dos colegas. Acha que a coordenação deve ser feita pelo sistema de rodízio anual.

3.1.3.8.11. H.T.P. de Filosofia e Sociologia

No dia 04/07/1995, às 19h, estive na unidade escolar para assistir H.T.P. (Filosofia, Sociologia) com a coordenadora Fátima mas não teve, foi suspensa a reunião. Assim, fiquei na portaria. Dona Joana, inspetora, com um bloco de lista, marcava, avidamente, os nomes dos alunos que tinham perdido a primeira aula. O controle era feito porque depois de cinco entradas tardias, o pai era chamado e o aluno perdia o direito. O coordenador Ênio, que estava perto, dirigindo-se a mim, disse: “Eu acho que não deve fazer isto (apontando para a lista). Se o aluno faltar, é só ir colocando falta. Eles são maiores de dezesseis anos, já têm responsabilidade.”

Havia uma movimentação louca. Eram vários alunos que perderam a primeira aula. A preocupação da inspetora de alunos era controlar as entradas tardias. Preencher os papéis...

3.1.3.8.12. H.T.P. de Química, Física e Biologia

No dia 05/07/1995, enquanto estávamos indo para a sala de reunião, a Merle, num desabafo, disse: “Faz três anos que estou nesta escola e até agora não pude utilizar o laboratório para dar aula, porque o prédio, em reforma, não deu espaço para montar o laboratório.”

Na reunião de H.T.P. de Química, Física e Biologia, coordenada pela professora Merle, no dia cinco de julho, quarta-feira, 8h, estavam presentes: Glauco (Física), Rubens (Química), Roberta (Química) e Homero (Biologia). A coordenadora deu alguns avisos: sobre a Exposição Anti-droga no Shopping, esteve lá e achou muito agressivo para os alunos, não era preventiva. A única coisa boa era a palestra, às 14h, e que precisava marcar se alguém estivesse interessado.

O professor Rubens disse: “Não adianta levar os alunos, porque se nós já trabalhamos na escola esses assuntos, quem já aprendeu que deve usar camisinha, não usar a mesma seringa, aprendeu. Os alunos já estão cansados de saber - através de aula, propaganda na TV. Para mim, digo só uma vez. Quem não aprende com isso, é burro.” O professor Homero (novo na casa) sugeriu: “Deve-se consultar quem quer ir, para reservar somente para esses. Não adianta reservar, por exemplo, sessenta lugares, se só cinco se interessam. Ainda mais, meus alunos só são do noturno, nem todos poderão ir às 14h.”

A coordenadora prosseguiu: “Os colegas que não fizeram greve têm H.T.P. liberada nos períodos: 05/07 a 11/07 e 31/07 a 04/09. Sobre a camiseta dos alunos a primeira remessa foi quatro reais. Até o dia vinte chega nova remessa e o preço sobe para cinco reais. É para fazer avaliação do material que foi lido na H.T.P. coletiva de quarta-feira (18h): ‘A prova operatória’.” (de Paulo Afonso Caruso Ronca e Cleide do Amaral Terzi)

O professor Glauco leu a apostila, depois a Merle fez comentários (avaliação contínua, outras atividades além de provas). Houve muita conversa paralela enquanto Merle expôs. Glauco e Rubens, cada um com jornal, liam enquanto ocorria a reunião. O professor Rubens criticou: “Essas atividades são para não deixar nenhum aluno. Na prova o aluno tira nota baixa, por exemplo, três, e com os trabalhos acaba passando. Eu não concordo porque os alunos, com os exercícios feitos na sala de aula, copiam do colega.”

Roberta relatou como trabalhava: “Eu dava uma lista de exercícios, mas isso dava muito trabalho porque eu tinha que ficar corrigindo em casa, além do horário de H.T.P.. Mas agora,

resolvi de outro jeito. A cada matéria nova, no final dou dois ou três exercícios para os alunos resolverem na classe. Recolho e corrijo.”

O professor Glauco começou a reclamar: “Nós ganhamos pouco para muito trabalho. E nós só dizemos amém para tudo o que vem lá de cima. Olha, nós precisamos começar a dar um basta. Nós somos como cordeirinhos.”

O professor Homero disse, baixinho, para Merle: “Eu tenho feito avaliação diversificada.”

O professor Glauco continuou: “Nós precisamos ter liberdade. Quando eu tenho vontade de ler jornal e não fazer outra coisa mandada, eu leio jornal.” O professor Rubens completou, dizendo: “Afinal, então para que é que a escola assina jornal?” E continuou a fazer palavras cruzadas no jornal.

Merle comunicou: “O Centro de Ciências (do ‘Cabral’) tem ‘kit’ de Química, Física e Biologia à disposição do professor. Se alguém quiser utilizar é só me avisar que vou buscar.” E explicou como era o “kit”.

O professor Rubens se opôs: “Eu não concordo que você fique carregando aquela caixa, primeiro porque é mulher, e depois, eu não acho que é sua obrigação ir buscar.” Merle declarou: “Eu, como coordenadora, estou pra isso... O ‘kit’ de outro dia foi para o professor Homero.” E voltando-se para o professor novo disse: “Eu tenho um vídeo sobre ébola do Globo Repórter, se precisar é só falar que eu empresto, esse é meu, particular.”

A coordenadora distribuiu dois folhetos para os professores fazerem pedido de material (balança com precisão etc.).

Na sala de reunião (na zeladoria) o barulho era infernal. Ouvia-se todo tipo de som - gritaria de criança, gente falando, barulho da obra. Isso aumentava a irritação do professor já irritado com a vida.

Terminada a reunião, Merle confidenciou para mim: “Esta turma é fogo. É melhor você vir na turma de sexta... O pessoal é mais disposto para trabalhar. A gente fala a mesma língua. A cabeça é outra.” Nesta fala da Merle, sobre a turma de sexta-feira, constata-se o profissionalismo, o compromisso do professor com a Escola, assumindo a responsabilidade de uma obra a ser realizada no conjunto dos grupos que participam da tarefa educativa. De acordo com Merle, a turma de sexta-feira, referindo-se ao grupo de Ciências, “é mais disposta para trabalhar.” E “é mais diposta para trabalhar” por causa do seu profissionalismo, ao assumir a

responsabilidade da obra a ser realizada. Então, o grupo se empenha e trabalha satisfeito. Por outro lado, durante a reunião, a atitude dos dois professores que, descaradamente, liam o jornal, demonstra a falta de compromisso e seriedade.

3.1.3.8.13. Efeitos colaterais da Coordenação

A coordenação ao ser implantada trouxe alguns efeitos colaterais porque os professores ao serem designados coordenadores liberaram doze aulas que foram atribuídas a outros professores. Assim, no caso do professor Maurício (Geografia), em 1992, as doze aulas foram atribuídas a dois professores (um novo e um da casa que já tinha algumas aulas).

Para a coordenação do CIC, inicialmente, a proposta de liberação de aulas do professor era de vinte aulas. O horário da coordenadora Susi foi montado em cima disso. Uma semana depois, com uma nova Resolução, a Susi teve que reassumir sete aulas, porque para a coordenação do CIC não eram mais vinte horas/aulas, mas sim treze. Resultado: a responsável pela confecção do horário das aulas teve que acertar o da Susi e conseqüentemente mexeu no horário todo. (17/02/1993)

Para as doze aulas de Educação Artística liberadas pela coordenadora do CIC, professora Susi, dois professores selecionados e classificados, foram chamados. O primeiro colocado ficou com oito aulas da manhã e o segundo colocado com as quatro aulas da tarde. Esta situação veio chocar com o espírito da Escola-Padrão que quer colocar o professor em uma escola só. Ora, para tão poucas aulas, doze, em vez de um, teve-se que admitir dois, porque o horário chocava.

Em 1993, dos vinte novos professores removidos, oito eram PI e um teve que ficar adido porque a coordenadora do ensino fundamental, Érica, teve que escolher classe que foi atribuída para um não efetivo, embora soubesse que a coordenadora ficaria durante o ano todo afastada da classe.

3.1.3.9. Reunião Pedagógica

No dia 22/08/1992, às 8h 30 min, realizou-se uma Reunião Pedagógica, na Biblioteca, com a presença de metade do corpo docente. “Não há como descontar essa falta”, segundo a diretora, “por ser sábado”.

A diretora Eunice inicia a reunião falando: “a presença dos professores neste dia é muito importante para tomar decisões em conjunto”. Pede um minuto de silêncio para cada um fazer uma prece para a professora Valéria (Português) que vai ser operada naquele instante. Após, faz uma homenagem aos pais professores, lendo uma mensagem. Em seguida passa a palavra à assistente Vânia, encarregada do Projeto - Escola é Vida, que explica que o projeto é instituído por um decreto e que trata do resgate da valorização da vida (droga, sexualidade). Por ser um trabalho que tem que ser contínuo, a preferência para a capacitação de nove professores é pelo efetivo, a ser realizado em setembro e outubro.

A diretora declara que quer ouvir os professores. Um se manifesta dizendo sobre uma preocupação - numa aula houve nove interrupções. O professor Newton (Geografia, A.C.T.) coloca que os efetivos é que devem se manifestar. O professor Luís (Português) lembra que já estão fazendo o projeto porque a escola já tem preocupação nesse sentido. Em seguida apresentam-se os candidatos.

A diretora Eunice, retomando a reunião, pede para a professora Janete (História) dinamizar o projeto “a preservação do patrimônio” porque a 7ª série C já tem carteiras sujas e cortina rasgada e a 8ª da tarde também tem problemas. Sobre a reforma não há nada de concreto, comunica a diretora.

Após relatar que o problema do Projeto da Escola é quantificar metas e o problema da Escola-Padrão é não ter professor para substituição, passa à leitura do Relatório dos Coordenadores e da Avaliação do Trabalho de Coordenação feita pelos professores.

De MATEMÁTICA: nas reuniões semanais, são discutidos assuntos relativos à área - maneiras de se trabalhar a proposta, sugestões de mudanças, orientações aos professores mais novos. Os professores de Matemática declaram que estão satisfeitos com a coordenação. (30/07/1992)

De GEOGRAFIA e HISTÓRIA: as reuniões que envolvem todos os professores da área têm servido para avaliar o curso; troca de experiências entre os professores; escolha de novos conteúdos. Há uma preocupação de todos quanto à implantação efetiva da proposta curricular para o ensino de Geografia, apesar das dificuldades (1º/07/1992).

De CIÊNCIAS: vem desempenhando um trabalho eficiente no sentido de auxiliar os professores, atendendo as determinações das funções que lhe foram atribuídas, incluindo a proposta curricular. Organizou o laboratório, elaborou o gráfico demonstrativo de

aproveitamento do primeiro bimestre e posteriormente visitou todas as classes a fim de incentivar os alunos, para que estes melhorem seu rendimento (julho/1992).

De LÍNGUA PORTUGUESA: o planejamento do ensino médio não foi elaborado conforme a Proposta Curricular, cada professor elaborou o seu de acordo com a classe. A implementação do maior uso da Biblioteca está satisfatória, especialmente no período noturno, porém, nos outros períodos há reclamações dos alunos que estão encontrando algumas dificuldades para a retirada e entrega dos livros. As reuniões semanais não têm acontecido sistematicamente por causa de fatores como os horários dos professores. Não foi implantado ainda o projeto “teatro na escola” e “gibiteca”. O desempenho do coordenador é satisfatório. É dedicado, prestativo e amigo dos professores.

Nesse momento a assistente Duda solicita um espaço para falar. Conta que os professores e funcionários pedem material para ela mas que ela não tem e que os responsáveis pelo material são o Ênio e a Érica, que ela não tem chave de nenhum armário. E não entende o tratamento dado pela diretora Eunice porque ela, como assistente, recebeu muito bem a diretora quando veio para a Escola. E continua a lamentar. A diretora Eunice, dizendo que, infelizmente, agora ela não pode ficar calada, expõe a sua versão. A professora Duda tem feito um trabalho de solapar o que ela vem construindo, com alguns professores, alunos e mesmo funcionário. A situação agravou-se, após a diretora descobrir que o professor Waldemar (Educação Física) não dava aulas na sexta-feira. De vez em quando ela entra na escola, pelos portões do fundo. Uma sexta-feira viu o pátio vazio, subiu, procurou o professor e nada. A explicação dada pela assistente é que o professor juntava os alunos da turma da sexta com outra turma do meio da semana. O professor ia pescar. Criou-se um clima de atrito. A partir daí o professor Waldemar fazia de tudo para perturbá-la. A diretora descobriu que o professor tinha um “freezer” na sala de Educação Física para guardar os peixes. Pediu para o professor retirar o “freezer” da Escola. O professor Waldemar, nesse momento, levantou-se para se defender e foi um bate boca. À medida que acontecia essa situação, foi baixando um silêncio entre os presentes, causando um mal estar. Dá-se um intervalo para café.

Depois a reunião prossegue com a avaliação do semestre da Escola-Padrão, por período:

MANHÃ:

Aspectos positivos:

1. H.T.P. - os professores têm mais tempo e oportunidade de trabalhar entre si e com seus alunos.
2. Maior aquisição de livros e fitas de vídeo.
3. No aspecto pedagógico houve mais abertura de trabalho.
4. Coordenadores de área.
5. Maior participação dos alunos nos eventos esportivos realizados pela Secretaria de Esportes e Recreação.
6. Realização de eventos recreativos através da Associação Municipal de Esportes de Presidente Prudente e professores da escola .
7. Realização de torneios entre todas as séries.
8. Regime de Dedicação Exclusiva.
9. Resgate dos valores cívicos.

Aspectos negativos:

1. Ausência de técnicos de laboratório.
2. Ausência de bibliotecário (a).
3. Ausência de salas de aula apropriadas.
4. Ausência de salas de vídeo.
5. Ausência de salas para as H.T.P.s.
6. Ausência de um anfiteatro.
7. Ausência de sala de coordenação.
8. Ausência de recursos em Educação Física .
9. Ausência de um professor especializado em Educação Física e Educação Artística de 1ª à 4ª série.
10. Dedicação Exclusiva sem diferenciação (para todos os professores) .
11. A jornada de trabalho deveria ser a gosto do professor e não de acordo com o período.
12. As aulas aos sábados são inadequadas, pois a maioria dos alunos trabalha neste dia.
13. Educação Física durante as aulas.

Observação prioritária: A Escola-Padrão só funcionará adequadamente, se o salário do professor também adequar-se às suas necessidades. Caso contrário, tudo será uma verdadeira *UTOPIA*.

TARDE

Aspectos positivos:

1. O espírito esportivo está sendo ressaltado.
2. Elogio pela Coordenadora do Ensino Fundamental à aceitação da proposta.
3. Depoimento de professoras favoráveis ao progresso do aluno quando do acompanhamento dos pais no processo.
4. Apoio da Direção em relação à indisciplina dos alunos.
5. Teste de acuidade visual.
6. Expectativas de que o sistema vai caminhando para melhorias.

Aspectos negativos:

1. Dificuldade em História e Geografia..
2. Trabalhar Educação Artística e Educação Física.
3. Há incompatibilidade nos horários de Educação Física, ao utilizar a quadra.

4. O local das atividades de H.T.P. (Biblioteca) não atende às necessidades que a proposta exige.
5. Espaço físico - grande problema.
6. Recreio da professora da Pré-Escola em horário diferente.
7. Dificuldade que o PI encontra com os alunos que vêm das classes especiais.

NOITE

Aspectos positivos:

1. As reuniões de área humanizaram mais, está havendo um repasse de experiências nas H.T.P.s, maior preparo dos professores, uma soma de idéias, um esforço conjunto de atingir uma meta.
2. Os alunos dos cursos profissionalizantes: Edificações e Contabilidade, em razão dos conhecimentos específicos adquiridos durante vigência dos respectivos cursos, normalmente saem aptos a exercerem funções no mercado de trabalho (comércio e prestação de serviços).

Aspectos negativos:

1. A escola deveria ter passado por um momento de adaptação, um treinamento experimental, vivenciando o sentido real da Escola-Padrão, para que depois se instituisse definitivamente por determinação da Escola-Padrão.

Justificando estas observações:

1. Criou um clima de insegurança e desequilíbrio, dando a sensação de improdutivo, apesar de um trabalho incessante de todos.
2. Criar uma coordenação à parte de Geografia e uma de História, porque o que sabe História, não sabe Geografia e vice-versa. São pontos diferentes.
3. Tirar a Educação Física do horário normal.
4. Acabar com os duzentos e cinquenta dias letivos do curso noturno.
5. O profissionalizante acha-se marginalizado, sem uma definição do mesmo na Escola-Padrão. Esse curso deve merecer atenção por parte das autoridades educacionais.
6. Certas áreas não estão se encaixando em nenhuma coordenação.

Em seguida a diretora dá alguns avisos (paralisação de 04 e 05/06 foi pago mas depende da reposição de aula; campanha de nota fiscal (1º de agosto); 7 de setembro; campanha Lar São Francisco; doação de órgão; providenciar carteira do MEC; Jogos Abertos). Término da reunião.

As observações descritas mostram que alguns coordenadores assumiram realmente a sua função - Comunicação e Expressão, Ciências Exatas, Ciências, História-, ao passo que outros não - Geografia. As H.T.P. de Ciências, Matemática, História, Ciências Exatas são organizadas tendo em vista objetivos. Há espírito de equipe no grupo de Ciências e no de História. O grupo de Química, Física e Biologia não consegue trabalhar coletivamente porque

uma parte não aceita a coordenação e tudo o que significa mudança, ostensivamente demonstrando repúdio, lendo jornal durante a reunião. Estes são exemplos que demonstram a idéia de Fusari (1992) de que trabalhar coletivamente é algo a ser conquistado a médio e a longo prazos, que exige mais do que a disponibilidade de cada uma das pessoas envolvidas no processo. Exige: “querer crescer, mudar, transformar; querer participar do processo de criação de uma nova Escola, de uma nova sociedade” (p.71).

Os coordenadores, regra geral, organizam uma pauta de trabalho para as H.T.P.. Nas programações aparecem estudo das Propostas Curriculares, leitura de textos e documentos de apoio com discussão, escolha e estudo de textos a serem utilizados em sala de aula, elaboração de projetos específicos das áreas, discussão e reflexão sobre a prática pedagógica, troca de experiências, planejamento das atividades, explicação sobre uso de material didático existente na escola, escolha do livro didático com cuidadosa análise, discussão, reflexão de vários livros, elaboração de Plano de Ensino, estudo e análise dos resultados da avaliação feita pela Secretaria da Educação.

Regra geral, a tomada de decisão sobre qualquer problema é feita pelo conjunto dos professores, após discussão e reflexão. As H.T.P. assim conduzidas, além de levarem o conjunto de professores ao “desenvolvimento de atividades complementares ao trabalho pedagógico e ao aprimoramento individual dentro da própria jornada de trabalho” (Aspectos Pedagógicos, 1992, p.2), permitem a construção do trabalho e do sujeito coletivos.

As H.T.P., quando havia sintonia entre coordenador e professores, produziram resultados positivos, na melhoria do ensino, na construção do trabalho e do sujeito coletivos. As H.T.P. constituíram um espaço e tempo para que o professor se adaptasse à idéia de mudança e, sobretudo, para que se informasse e se formasse para modificar sua ação pedagógica.

3.1.3.10. Reunião Geral - direção, coordenação e funcionários

3.1.3.10.1. dia: 24/02/1993

Aos vinte e quatro de fevereiro, realizou-se uma Reunião Geral, com a presença da diretora Eunice, a assistente Duda, os coordenadores de área, do noturno, do ensino fundamental e do CIC, da secretária, serventes e inspetores de alunos. Não estavam as responsáveis pela Biblioteca.

A diretora iniciou dizendo da finalidade da reunião: “Estamos reunidos para definir a proposta educacional da Escola que norteia o trabalho durante o ano. Tudo tem que estar amarrado àquela proposta. Quero ouvir o que os presentes têm a dizer.”

A nova inspetora de aluno levantou a questão de que à noite e de manhã estavam assistidos pela direção e assistente, mas que era um problema no período da tarde.

A diretora colocou a questão do Assistente que ainda não foi aprovada (Liamar) e que demora. A assistente Duda propôs que ela podia vir nesse período. E ficou decidido que a diretora e a assistente iriam se revezar até a vinda de Liamar.

O coordenador Luís lembrou do Plano Diretor do ano passado que voltou analisado pela D.E. com algumas observações. Assim, devia ser reformulado, segundo ele.

A diretora acrescentou que a avaliação da oitava série teria que pesar também na elaboração do Plano Diretor. Lembrou também que os alunos eram rebeldes, não respeitavam ninguém, havia uma falta de valores. Prosseguiu, dizendo que no ano passado conseguiu-se despertar interesse desses alunos por um ser superior e que se continuassem com o projeto partiriam para a doutrinação que não era papel da escola. A coordenadora Verônica disse que era contra. Os coordenadores ficaram de se reunir para elaborar temas para reflexão, sem falar em religião.

A diretora, a respeito do projeto sobre o Civismo, observou que ano passado houve hasteamento da bandeira, a responsável seria, este ano, a professora Verônica. A professora Verônica, imediatamente, expressou que não queria ser a responsável por isso, porque era nova na casa, não acompanhou ano passado e propunha trocar duas horas de coordenação por duas aulas. A diretora diz que não era possível.

Verônica sugeriu que os alunos deviam refletir sobre “Qual é a escola que queremos?” para nascer o debate. A diretora trouxe à tona que no ano passado, alguns alunos liam sua própria produção nessa cerimônia.

Outro problema levantado: o aluno sentir um pouco mais de amor pela Escola.

Linda recordou que na retroinformação da Avaliação da 8ª série, o questionário foi tabulado e que havia uma parte específica da Escola e ela entendia que o Plano tinha que ser bem próprio do “Tiradentes”.

Sobre o Projeto “Preservação do Patrimônio” a diretora disse que a responsabilidade era de todos e explicou que no questionário aplicado no final do ano, o que os alunos mais

reclamaram era a falta de limpeza e higiene da Escola mas que também não faziam nada para melhorar. E lembrou que assim como saíram muitos alunos, também entraram alunos novos. Então, era preciso fazer sensibilização desses alunos, conscientização. Assim, retomar o trabalho desde o início. Por isso, não deixar o giz na classe. Como cada professor tinha sua caixinha, não custava nada recolher, senão o aluno pegava o giz e saía riscando o que podia e o que não podia, enquanto descia. Da entrada do recreio os inspetores deviam tomar conta. Não ia permitir mais festa (comes e bebes) na classe porque sujava, manchava o assoalho. Verônica observou que, se não podia comemorar na sala de aula, devia haver uma compensação - arrumar outro local.

A diretora, provocando os funcionários, que permaneciam calados: “E os funcionários o que acham?” Ninguém respondeu. A diretora a respeito do amor à escola, disse que tinha proposta de teatro, vídeo e ficou restrito à área de cada um e que este ano deveriam garantir entrada em teatro, no Plano Diretor, para todos os alunos. Prosseguiu lembrando que tinham que garantir no Plano Diretor a capacitação do pessoal da H.T.P.. A coordenadora Linda declarou que “a gente aprendeu a ser independente. O pessoal (da D.R.E. e D.E.) não dá assistência”. Verônica, por sua vez, lamentou que não havia treinamento para coordenação.

A respeito do Assistente de Administração (nova figura na Escola-Padrão) a diretora informou que a inscrição, provavelmente sairia até 22/maio e confidenciou: “Como vou deixar uma pessoa de fora, não conhecida, tomar conta do dinheiro? Vou ter que estar junto.”

Sobre o Projeto “Resgate da Língua” a diretora pontuando que o aluno não se expressava bem e também não escrevia bem, era trabalho de todos. A coordenadora Linda relatou que exigia prova limpa, com margem etc. e o coordenador Maurício levantou a questão - “Como fazer a correção, se se diz que não se pode corrigir (com caneta vermelha etc.) mais?” A coordenadora Érica ponderou que não era bem assim. Mas a questão da correção ficou para uma outra oportunidade.

A pedido da diretora, a professora Susi falou como coordenadora do CIC e explicou que era o elo de ligação entre Biblioteca e os colegas, os professores, e que a função dela era levantar material existente e oferecer aos professores.

Maurício lembrou do papel da vida funcional que estava sendo preenchido e que segundo ele não estava correto, faltava tempo. A secretária Arlene se defendeu alegando que a secretaria tinha muito serviço. Não sabia como ia fazer a folha de pagamento este mês porque

recebeu três orientações diferentes. Em seguida passou a falar da substituição eventual que na visão dela não produz. Mas a diretora rebate dizendo que não podia deixar as classes soltas.

A diretora deu os avisos: a inscrição de professor vai ficar aberta o ano inteiro; material existente - caderno, lápis, borracha, outros não tinha; queria o envolvimento de todos na proposta.

Em seguida, a diretora dividiu o grupo em dois blocos - o dos coordenadores para fazer leitura de material sobre Coordenador que foi para a sala dos professores - e o dos funcionários que permaneceu na sala e com o qual a diretora ficou para acertar horário.

Intervalo para cafezinho.

Os coordenadores leram sobre a organização do trabalho pedagógico e sobre as funções do coordenador (Parecer CEF 2.614/78). Leram também o Regimento Escolar do 2º Grau: artigo 17 que trata do Professor Coordenador e o artigo 14 - do Coordenador Pedagógico. Começaram a ler outro material mimeografado sobre Coordenador Pedagógico mas não se interessaram alegando que havia funções descritas lá que não eram deles. O de Coordenador Pedagógico era cargo e o deles era função.

Ressalto que o fato de estudar o Regimento é importante porque revela a divulgação, embora parcial, pela direção e a tomada de conhecimento, pelos coordenadores, do Regimento Escolar. É um exemplo de uso do Regimento Escolar.

3.1.3.10.2. dia: 31/08/1994

Na Jornada Pedagógica, nos dias 13, 14 e 15 de julho, ficou decidido que haveria uma reunião geral, uma vez por mês, com a participação voluntária - iria quem quisesse. Assim, no dia 31/08/1994, às 17h, foi realizada a primeira Reunião Geral. A diretora iniciou a reunião cumprimentando a todos pela presença voluntária: trinta professores, a vice-diretora e o coordenador do noturno. É feita leitura de um texto: "A que viemos?" que tratou de caso concreto de inspetor de alunos. A diretora explicou que havia desvio de função no caso apresentado.

A professora Vânia lamentou: "Na Escola, a própria função de diretor também é desviada. Nós sentimos a falta da diretora na parte pedagógica. Eu sei que você, Eunice, tem condições de dar colaboração pedagógica aos professores. Eu acho que a direção deve dar menos atenção para a parte administrativa e cuidar da pedagógica."

A diretora se defendeu: “Eu sei que um dos meus pecados é realmente não cuidar da parte pedagógica, mas até agora só tenho dado atenção para o andamento da unidade administrativamente, inclusive tenho ficado na Secretaria para ajudar, porque estamos sem a secretária que está de licença-prêmio e estamos com pouco escriturário. Esta semana estou fazendo um curso sobre gerenciamento e quando fiz a inscrição achei que ia dar algum suporte para o trabalho do diretor, mas o curso era sobre o gerenciamento da área pública e não da Escola.”

A professora Verônica intervém no mesmo sentido, mas ressaltou: “Essa atitude da direção não é um pecado mas uma consequência do sistema, que tudo faz para que o diretor não tenha tempo para o principal da Escola. O ataque não é contra você, Eunice, mas contra o sistema. A diretora não tem culpa.”

E a reunião prosseguiu.

Esta situação revela que a própria diretora tem consciência de que a sua atuação está centrada no administrativo e não no pedagógico, agravada pelo fato de os recursos humanos serem escassos e ela ter que assumir também o trabalho da secretária. As professoras também sentem e reivindicam que a diretora deve valorizar o principal: o pedagógico, embora reconheçam que a própria Administração contribui para que o diretor não tenha tempo ou se dedique menos para o principal da escola.

3.1.3.10.3. dia: 30/09/1994

Às vésperas das eleições, presidencial e estaduais, no dia trinta de setembro, às 18h, a reunião geral, com a participação de quem quisesse, uma vez por mês, foi realizada na primeira sala do andar térreo, que estava montada diferente. Cadeiras em volta da sala e no meio duas mesas (formadas por duas carteiras juntas) colocadas separadas, já anunciavam algo diferente.

A diretora chegou, saudou os presentes e aplicou uma técnica diferente. Estava com dez envelopes sacos na mão. Solicitou dez voluntários que formaram dois grupos de cinco. Os demais seriam observadores que depois iriam relatar o que viram. Entregou um envelope com material para cada um e pediu para montar um quadrado. Tinham dois minutos e não podiam falar. Enquanto distribuía para o segundo grupo, o pessoal do primeiro grupo já havia aberto o envelope, de tal sorte que quando deu ordem para iniciar, o primeiro grupo já estava avante.

O que se viu foi o seguinte: o primeiro grupo - todos os participantes jogaram as fichas que estavam no envelope sobre a mesa, e, tentaram, em bloco, formar um quadrado. Formavam um quadrado mas sobravam peças, desmontavam e tentavam de novo. O segundo grupo - cada um tentou montar a sua peça. Alguns perceberam que com o que tinham na mão não conseguiriam nada e tentavam trocar com os companheiros, mas muitos não entenderam, inclusive uma das professora não deixou ninguém pegar nas suas fichas.

Encerrado o prazo, a diretora pediu que cada um do grupo contasse o que sentiu. Assim, uma professora disse que ficou apavorada quando viu que tinha uma faixa comprida e triângulo na mão para fazer um quadrado e não podia falar etc.. Os professores observadores que sentaram nas cadeiras relataram: o primeiro grupo tentou agir como grupo, houve cooperação; o segundo grupo foi cada um para si.

Inesita (Português) lembrou que a ordem dada foi cada um fazer um quadrado. O primeiro grupo não seguiu a ordem, o segundo grupo tentou, mas depois não houve cooperação. Ainda, a questão da ordem de começar a tarefa... como não foi explicado que era para esperar a ordem de iniciar, o primeiro grupo se adiantou...

A diretora Eunice disse que ela errou por não ter explicado tudo primeiro para depois distribuir o material, mas que a atividade valeu. Ela quis fazer algo diferente para quebrar a rotina de sempre e para fazer que o grupo de professores se integrasse. Deu a palavra para a turma falar o que sentia.

O professor Rubens (Química) colocou suas preocupações, falando que sentia que o corpo docente estava desprotegido, que os alunos tinham uma proteção pela direção, pela D.E., que ele estava desanimando; que em conversa com os colegas, muitos sentiam o mesmo; que o professor estava relegado a um segundo plano; que não adiantava cobrar do aluno nas provas que depois eram obrigados a dar notas; vem o supervisor pressionar; que a lei protege demais o aluno.

A diretora pediu para explicar melhor. Rubens ponderou que não adiantava segurar o aluno porque no Conselho o aluno era liberado. Ele não ia segurar o aluno porque não queria perder as férias, porque o aluno podia entrar com recurso. Maris (Português) defendeu que era preciso reter o aluno que não sabia, que os professores não podiam entrar na onda "deles" (referindo-se aos superiores), que os professores precisavam ter a coragem de reter os alunos.

Se, por um lado a Deliberação C.E.E. 3/1991 foi colocada como instrumento de defesa do aluno, a sua aplicação deixou a desejar, porque como o professor teria que analisar e dar seu parecer, demandava tempo de suas férias. Também, o professor reclama da intervenção do supervisor, no sentido de liberar os alunos. Novamente, de cima para baixo. Então, fica mais fácil não reter o aluno desde logo, dando a nota. Observa-se aqui, a falta de profissionalismo por parte desse professor. Já a professora Maris tem outra postura.

Outros falaram, até que Vânia (História) lembrou que em julho (13,14,15) na Jornada Pedagógica, o grupo rebelou-se e ela e mais duas professoras foram até à Delegacia de Ensino conversar com a Delegada de Ensino. Disseram que não iriam seguir a orientação da Delegacia de Ensino porque elas tinham um outro entendimento da Resolução S.E.. A Delegada disse-lhes para seguirem o que elas entendiam que era correto e fundamentar.

A diretora reforçou: realmente os sábados foram trabalhados com atividades e que não foram como alguns fazem (atividades fantasmas) e que levaram em consideração esses dias trabalhados e que a Delegacia de Ensino acabou aprovando o novo calendário da Escola.

Vânia concluiu: “Nós precisamos agir quando não concordamos. É possível mudar as coisas. Precisamos de união.” Este é um exemplo da dimensão política do professor, dimensão corporativa no sentido sadio - a necessidade de trabalhar e atuar em grupo.

Como a diretora tinha que sair (é professora efetiva em outra unidade) passou algumas informações: Avaliação diagnóstica feita pela Secretaria de Educação seria no dia 20/10/1994, quinta-feira, 8ª e 4ª série em quatro escolas de Prudente (Escola-Padrão e Escola comum); Feira Multidisciplinar, envolvendo desde o C.B.I seria no dia 27/10/1994, quinta-feira, das 10 às 20h; Gincana, dias 24 e 25/11/1994.

A professora Vânia elogiou a professora Claudete, coordenadora do CIC, que mudou o visual da sala do professor.

A diretora saiu. Assumiu a vice Liamar que pediu aos professores para permanecerem após a reunião para ajudar a sinalizar a Escola para a eleição.

A professora Maris (Português) relatou sobre o Jornal da Escola. Estava pronto em relação à matéria. O problema era a verba para imprimir: R\$ 250,00. Pensou em mimeografar, mas não ficava bem. Foi sugerido de vender aos alunos. Mas foi trazido à tona que a Escola pediu cinquenta centavos para cada aluno contribuir para comprar papel para xérox. De quase dois mil alunos, apenas cento e cinquenta contribuíram. Maris esclareceu que deixou espaço

para propaganda. Precisavam encontrar financiador. Pediu para cada um lembrar um bom financiador.

Após reunião, houve um jantar na Escola, preparado pela inspetora de aluno Mariinha: uma galinhada e salada de alface com tomate.

3.1.3.10.4. dia: 15/02/1995 -

Antes da reunião geral, isto é, da H.T.P. coletiva da Escola (15/02/1995 - 18h), estive na sala de reunião onde a Érica estava com os PI da manhã. A Claudete (CIC) conversou com as professoras sobre visita dos alunos, por classe, ao CIC. Como não tinha condições de oferecer um marcador de livros para cada aluno (precisaria mais ou menos de quinhentos) sugeria às professoras que confeccionassem, na classe, com os seus alunos e à medida que ficassem prontos, a professora entregaria para ela, que no dia da visita ao CIC daria aos alunos.

No CIC, perguntei à Claudete: “Então, a servente acabou ajudando a retirar as caixas?” Ao que me respondeu: “Que nada! No fim, eu mesma tive que arrastar as caixas sozinha. Deixei num canto do corredor” e me mostrou. “Se eu fosse esperar, iria demorar demais e o meu trabalho não andava.”

Na sala dos professores, onde já se encontravam alguns professores, à espera da reunião, o comentário era que ninguém iria abrir a boca, embora achassem que eram muitas as atividades propostas na reunião anterior. Aos poucos a sala foi enchendo.

Fui para a sala de reunião, onde a diretora escrevia na lousa:

“Organização da Reunião

1. Informes
2. Propositura da pauta - justificativa
3. Discussão da pauta com inscrição dos oradores
4. Modificação ou não da pauta decidida por votação da Assembléia
5. “Apartes” inscrição com levantamento de braço símbolo de pedido de tempo. T.
6. Tempo para cada fala - 3 minutos. Se for insuficiente, requerer mais à mesa que concederá após consulta à Assembléia.
7. O desvio do assunto será cortado pela mesa.”

“Mesa

Direção - Eunice
Secretário - Clarinda/Malu
Fiscal - Liamar”

Pauta da Reunião

1. Exposição de Plano de Ação para as comemorações (Alexandre Guerra) - 10 min

2. Reavaliação das ações propostas para as comemorações
 - a) recursos financeiros
 - b) levantamento histórico com dados estatísticos
 - . entrevistas
 - c) selos/camisetas/revistas
 - d) exposição 7 a 14/setembro
 - e) concurso logomarca
 - f) concurso músicas/poesias
 - g) festa solenidade
 - . culto, jantar
 - h) campeonato esportivo

Iniciada a reunião, às 18h 5min, a diretora explicou que na reunião com coordenadores foi discutida a questão de ordem. Daí terem elaborado o roteiro que foi colocado na lousa. Nas reuniões, daí para frente, seguir essa organização. Assim, a diretora prosseguiu:

1. Informes - o concurso de diretor será no “Cabral”, “Tiradentes” e “Paulo II”, com prova de Conhecimentos Gerais.
2. Leitura da pauta (leu)
3. Discussão da Pauta (não houve, porque todos concordaram)

Alexandre Guerra chegou. Dada a palavra a ele, expôs o seu plano e foi embora. Após, a Assembléia discutiu se aceitava ou não a proposta. Merle (coordenadora de Ciências) informou que, na reunião com coordenadores, o Alexandre Guerra queria vinte por cento. Votada inicialmente a questão: “Assumimos a realização dos eventos” deu quarenta e cinco “sim”, nenhum “não” e onze “abstenção”. Após, votação de: “Concordamos com a parceria” deu quarenta e cinco “sim”, nenhum “não” e onze “abstenção”.

Na sequência, a diretora colocou: “Alguém quer alterar as comissões?” Não houve manifestação. Todos permaneceram calados.

Como já passava das dezenove horas, e os alunos aguardavam os professores, a Assembléia foi encerrada e foram dados dez minutos para os professores se recomporem para entrar em sala de aula.

3.1.3.10.5. dia: 22/03/1995 -

Antes da H.T.P. coletiva deste dia, foi oferecido um lanche aos professores (17h 30min às 18h). O professor Luís (Português) providenciou a maionese e a diretora, torrada. Havia, ainda, suco de caju e um bolo de laranja.

Vânia (História) enquanto saboreava o lanche, muito astuta e sorriso irônico nos lábios, como não quisesse nada, disse às pessoas ao seu redor: “Porque será que estão servindo lanche? Há alguma coisa por trás disso. Logo, logo, vamos saber.”

Às 18h iniciou a reunião cuja pauta continha: informes, ensino religioso, indisciplina x patrimônio, compras - CCE, Plano Diretor - Metas.

Preambularmente, a diretora tratou da ordenação do horário do lanche, pedindo evitar estender demais porque atrasava o início da reunião, e também havia professores que se serviam do lanche após a reunião, adentrando no horário do início da aula do noturno ou da H.T.P.. Eliminar de uma vez não seria bom. Então o lanche seria das 17h 30min às 18h. Após leu a pauta e colocou em discussão para quem quisesse sugerir outros assuntos ou suprimir algum. Não houve manifestação. Deu os informes (aluno especial da UNESP, artigo no O IMPARCIAL sobre a situação da escola, sensibilização de vereador, Coca-Cola ganha, concurso logotipo, rifa de bicicleta, reunião com pais para colocar problema de paralisação). Sobre este último informe, a Vânia (História) explicitou: “Eu tenho receio da fala do professor na classe. De repente pode ser um que diz que não vai entrar em greve. E eu acho que a fala deve ser uniforme.”

A diretora conclamou os professores: “Eu preciso de dezessete professores porque o Salão Paroquial para reunir os pais não pode ser emprestado nesse dia. O pátio não é adequado e pensou-se em colocar os pais nas classes junto com o filho. Aí cada professor falaria.” Aqui aparece a questão de falta de condições físicas da Escola. Não há salão para reunir pessoas em grande número.

Fez-se a inscrição. Um professor sugeriu: “Dona Eunice, peço para mandar carta aos pais para fazer convite.”

Vânia quis saber sobre a participação do Sindicato dos Diretores na greve: “E a UDEMO?” Eunice explicou: “Tive reunião ontem. Estavam presentes vinte e nove diretores de um total de quarenta e pouco. Dos vinte e nove, dois disseram que não participam, dezessete que sim, os demais não sabiam.” Os professores quiseram saber: “E qual é a sua posição, Eunice?” De pronto, ela deu a resposta: “Vou paralisar, como diretora e como professora.” (Aplausos).

Vânia ponderou: “Mais viável a reunião com pais na sexta-feira. Aliás, eu gostaria que Maris, representante da APEOESP, estivesse presente mas vou falar assim mesmo. Nós vamos

perder duas vezes. Com a reunião de pais na quinta não vamos dar aula, então, para não ter prejuízo seria preferível reunião na sexta-feira.”

O professor Ubirajara (Matemática) expõe o seu pensamento: “Quem vai parar deve avisar os alunos. O que não pode é dizer que não vai haver aula. Tem que ter condições para aquele que não vai parar.” O professor Renê (Filosofia) observou: “Pelo que estou vendo, nem todos vão parar. Se não for total não tem razão de mandar carta convidando pais para a reunião.” Eunice refletiu: “Pelos nomes colocados na lousa (na sala dos professores havia lista de adesão à greve), deu a impressão que seria total. Parece que não é bem assim. Vamos conferir. Quem colocou o nome na lousa?” Alguns levantaram a mão (menos da metade). A diretora disse: “É pouco.” Um professor declarou: “Eu não coloquei o nome na lousa e vou parar a partir da segunda-feira. A pergunta não foi bem feita.” Eunice, refazendo a pergunta: “Quem vai parar a partir de segunda-feira?... [dez pessoas]... a partir de sexta-feira?... [vinte e uma pessoas]... quem não vai paralisar?... [nenhuma]... e quem está indeciso?... [quinze]

O coordenador do noturno Ênio passou a fazer uma reflexão sobre a greve: “O problema da greve é sempre o mesmo todo ano: a indecisão. A primeira informação que tive foi que a greve seria total. A Escola ficaria fechada. Agora vejo que não é assim. Eunice disse que nem todos os diretores vão parar. Estamos na mesma situação... mesma indecisão... mesma conversa... mesmo sistema... Não acredito que os pais venham. Pais do diurno... pode ser que alguns venham. Do noturno não vêm.”

A professora Janete (História) esbravejou: “Eu vi nomes na lousa aderindo à paralisação e agora na hora não levantou a mão. Tem gente que empurra com a barriga. Uns levantaram a mão porque o colega do lado levantou. Eu acho que a pessoa precisa se definir... se não vem, precisa declarar, assumir que não vem, e se vem também precisa assumir. Eu coloquei o nome dizendo que pararia, acreditando no que as pessoas disseram. Agora vejo que não é bem assim. É por isso que acho que o professor tem esse salário. Ele merece isso mesmo. Dos vinte e um pode tirar um, deixar vinte.” O professor Ubirajara levantou-se furioso, dizendo: “As pessoas não respeitam a decisão do outro. Eu não vou parar. Venho dar aula... Assim como respeito o que aderiu à greve, também quero condições para trabalhar.” Janete se defendeu, desfazendo o equívoco: “Eu não estou criticando quem não aderiu, mas sim, aqueles que dizem sim mas que é não.”

Depara-se nessa discussão com a questão da falta de coerência entre o discurso e a prática da greve. De um lado, há os que têm posição definida e clara sobre a greve: a adesão e a não adesão, e assumem suas posições declaradamente. De outro, há os que a fala não coincide com a sua prática. Este fato descrito mostra também a falta de solidariedade na greve, a fragmentação dos professores nas reivindicações, a falta de politização de alguns professores da Escola.

A professora Ivonete (Inglês) relatou: “Estive na assembléia em São Paulo, voltei horrorizada por causa das atitudes do professor. Havia uma professora que estava de mini saia, subiu no palanque - um caminhão - pelas escadas, mostrando tudo e o que é pior ainda, ao falar, falando errado... eu acho que falta compostura no professor. Eu sempre investi em mim, estudando, fazendo cursos.” Eunice, aproveitando o gancho, solicitou: “Peço para os professores também se cuidarem ao se vestirem para dar aula. Do mesmo modo que estamos exigindo que os alunos venham com roupa decente, os professores também precisam seguir.”

Sobre o Ensino Religioso, pelo adiantado da hora, faltavam cinco minutos para acabar a H.T.P., a diretora disse: “Foi para cucuia.” (riso, geral). Não dá tempo. Fica para próxima. Indisciplina, compra e Plano Diretor foram assuntos tratados na reunião da Conselho de Escola.” Solicitou que uma professora lesse trecho da Ata do Conselho de Escola sobre indisciplina.

Finalmente, a reunião foi encerrada com a professora Fátima que leu o rascunho da Carta de Aposentadoria Especial a ser enviada à Câmara dos Deputados.

As Reuniões Gerais, nascidas da necessidade sentida pelo conjunto de professores, coordenadores e diretora da Escola, com participação voluntária, sempre tiveram presença maciça, para discutir problemas comuns e gerais da Escola. Constituem exemplo de trabalho coletivo, defendido por Fusari (1992, p.71), tendo em vista que é “algo conquistado” e “exige disponibilidade de cada uma das pessoas”.

A Reunião Geral é o momento do coletivo, é a possibilidade do encontro de professores, coordenadores e diretora no cotidiano da escola, em direção do “sujeito coletivo”.

3.1.3.11. Reunião de coordenadores com a direção

3.1.3.11.1. dia: 21/02/1995

A reunião de coordenadores com a direção, às terças-feiras, de manhã, precedia a H.T.P. coletiva da Escola (quarta-feira). Na reunião de 21/02/1995, embora houvesse uma pauta (professor coordenador - xerox do Regimento; calendário; atividade - 70º aniversário; calendário de H.T.P.), não se seguiu a ordem.

A diretora Eunice começou a falar sobre sensibilização dos alunos pelas comemorações de 70º aniversário. Lembrou que Português devia trabalhar já com os alunos “Como fazer entrevista” (para coletar material para revista e exposição).

Claudete (CIC) levantou problema da Troca de Livro que seria feita no dia seguinte, no intervalo. Preocupada que não desse tempo, solicitou à diretora para prorrogar um pouco mais. Eunice pediu para evitar perda de aula. Houve discussão de qual seria a melhor forma para proceder, com diversas sugestões. No final ficou assim:

- cinco minutos antes do intervalo - o aluno que tinha livro para vender saía para o pátio organizar a exposição;
- intervalo - os interessados compravam ou trocavam.
- se não desse tempo esticava-se por dez minutos.

Nisso entrou uma servente falando que não tinha pó para o café. A diretora pediu para não interromper, dizendo que não ia resolver, que os professores ficassem sem o café. Mas a servente insistiu dizendo que o café que os professores trouxeram ontem fôra utilizado para fazer café da parte administrativa. “Se é assim, eles não podem ficar sem o café”, dizendo isso, a diretora saiu para resolver o problema.

De volta, abordou sobre o Calendário Escolar. Como o início do ano letivo do “Tiradentes” foi postergado, o Planejamento fôra antecipado, agora a Escola precisava repor os dias letivos (quatro) e a diretora apresentou uma sugestão. Devido ao atraso no cumprimento do cronograma de atividades da construção, por falta de verbas que o governador suspendeu, a Escola não tinha condições de iniciar as aulas no mesmo dia que as demais escolas estaduais. Por isso, ela teve que se adequar a essa situação, antecipando o Planejamento.

Após, a diretora entregou um texto sobre Professor Coordenador e fez leitura do artigo 17 do Regimento Escolar sobre Professor Coordenador, comentando cada atribuição. Eis um

exemplo da aplicação do Regimento Escolar - a diretora dando conhecimento do Regimento Escolar aos coordenadores, analisando com eles as suas atribuições.

Recomendou aos coordenadores que olhassem o Diário de Classe para ver se os professores estavam trabalhando o que fora planejado, porque muitos faziam os Planos conforme a Proposta Curricular mas na realidade seguiam o Livro Didático. Então, ou o professor seguia o planejado ou devia planejar como realmente trabalhava. Para não melindrar, para não ser visto como policiamento sugeriu que se pegasse o Diário e dissesse: “Vamos ver o que você não está conseguindo e porquê.”

Merle (coordenadora de Ciências) falou que sentiu, na última reunião de H.T.P. coletiva que “os professores vieram armados para a reunião”, sugerindo que alguma coisa tinha que ser feito para tornar a reunião mais atrativa e se ofereceu para trazer um bolo.

Depois dos Informes, Eunice pediu para todos ajudarem a elaborar a pauta da H.T.P. coletiva do dia seguinte: ela queria trabalhar um texto, idéia que foi descartada porque os Coordenadores foram unânimes em afirmar que “os professores não querem isso, que já estão cansados”. Para os coordenadores era preciso trabalhar algo sobre direito do Professor (como por exemplo, o Estatuto do Magistério).

Neste dia, o trator estava na “quadra” limpando o terreno, provocando um barulho ensurdecedor e irritante, que dificultava o entendimento do que se falava na reunião que acontecia na sala dos coordenadores na zeladoria, próxima da quadra.

Érica abordou, ainda, o problema das aulas de Educação Física para 1ª a 4ª séries. Como o pátio (atualmente, o único lugar disponível para Educação Física) ecoa muito, prejudicando as aulas nas salas, a diretora achou melhor não ter (outra consequência da reforma do prédio). O atual pátio fica no corpo do prédio e todo barulho que se faz no pátio ecoa para o alto, indo em direção às classes que ficam nos andares superiores, prejudicando o andamento das aulas. A falta de condições físicas prejudica as atividades da Escola. É preciso que o tipo de construção de Escola seja estudado, analisado, conjuntamente, entre a equipe de engenheiros e a comunidade escolar, isto é, entre o que planeja e o que vai usar, para sanar as falhas de funcionamento.

3.1.3.11.2. dia: 21/03/1995

Aos 21/03/1995, 7h 45min, houve reunião de coordenadores com a direção, com a seguinte pauta, montada na hora: 1) teatro; 2) 70 anos; 3) cantina, com presença de seis coordenadores, além da diretora e vice-diretora.

Sobre o teatro, o coordenador Luís (Comunicação e Expressão) deu os principais dados: data - 13/04/1995, às 10h e 15h; local - Teatro Municipal; venda antecipada de ingresso. Sugeriu estender à comunidade, além dos alunos.

A diretora expôs uma preocupação: “A Escola não tem verba. Só gasta. Agora que as instalações se ampliaram, dobrou a despesa.” A vice-diretora Liiamar exemplificou: “Para resolver problema de água - encanamento - só a visita, o técnico cobra vinte e cinco reais.” E a diretora continuou: “Mesmo chamando o técnico que tem filho na escola, o pai não ajuda. Cobra o preço normal. O dinheiro da Caixa de Custeio não sei quando vem. Por isso, precisamos arrumar um dinheiro extra. Só em ventilador (instalado em cada classe) gastamos cento e oitenta reais cada um.” Discussão. Ficou decidido cobrar quatro reais o ingresso para o Show do Dengue.

Na seqüência, foram tratados os problemas da acústica do pátio e do calor demasiado das classes (ventilação não está funcionando).

Sobre os Setenta anos, a coordenadora Claudete contou que conseguiu da Coca-Cola quinze caixas por mês. Queria saber se era viável vender na zeladoria. A diretora Eunice informou que estava chocando com a A.P.M. que concedeu cessão para os alunos venderem lanche e bebida no intervalo (a Cantina não está funcionando porque não tem espaço por conta da reforma e está tramitando um processo judicial que anula a concorrência de 1993). Por isso, vai colocar que um dia do mês deve ser em benefício da escola, para vender a Coca-Cola.

Claudete prosseguiu, falando da idéia de instalar máquina (Post-Mix). Liiamar (vice-diretora) salientou que tomou informações e disse que não compensava porque dava trabalho. Tinham que encher, gelar com gelo seco, e se ficasse por muito tempo podia congelar. Não dava lucro, isto é, o retorno era pouco. Era melhor vender com garrafa (saco plástico e canudo).

Luís, por sua vez, colocou que conseguiu com as editoras, inicialmente, um desconto de vinte por cento e depois mais dez por cento, na compra de livros para alunos.

A diretora esclareceu que toda arrecadação era dividida: quarenta por cento para A.P.M., trinta por cento para 8ª série e trinta por cento para o 3º colegial (sic).

Chá beneficente na ACAE (Associação de Japoneses) que tinha mesa e toalhas, foi outra sugestão de Claudete para arrecadar dinheiro. A diretora explicou que precisava arrumar brinde. Claudete informou que seriam trezentos e cinquenta convites, ficando cada professor, encarregado de passar três. A diretora sugeriu convocar ex-professores da Escola para aderirem a esse movimento.

Sobre o Concurso de Logotipo, a diretora alertou que precisava ter os critérios bem definidos. Claudete informou que havia cartazes na Escola e que o prazo era 27/03, a próxima segunda-feira. Os coordenadores acharam que estava em cima da hora. Claudete mencionou que podia prorrogar por uma semana; em 1º de Maio queria ter as camisetas já à venda e comunicou a relação dos prêmios conseguidos no comércio da cidade: passagem para Fernando de Noronha, bolsa de estudo, Curso de Informática, assinatura de Jornal. A diretora distribuiu para Luís, Ênio, Liamar, Claudete e ela, os jornais da cidade que deverão procurar para divulgação.

Na sequência, a diretora comunicou que havia uma porta quebrada no prédio novo, Pediu que quando o professor visse qualquer irregularidade comunicasse à direção, imediatamente, porque assim daria para descobrir quem era o responsável. Se passassem dias, já ficava difícil. Sobre o Grêmio Estudantil (item incluído posteriormente) explicou que para criar, precisa processo, mas que no caso da Escola, já foi feito em 1993. Agora era eleição. Comunicou que não encontrou o Estatuto (que já tinha, já fora feito, só que não ficou com cópia - GEDT- Grêmio Estudantil do "Tiradentes"). A Fátima (Coordenadora de Ciências Humanas) solicitou explicação. A diretora historiou: a diretoria do Grêmio, eleita em junho/93, tomaria posse em onze de agosto, mas com a greve dos professores tudo parou. Houve dificuldade na implementação da diretoria eleita. A respeito, lembro que a Escola deve estimular o Grêmio Estudantil e não criar obstáculo para a sua existência e funcionamento efetivo.

A seguir a diretora invocou ajuda dos Coordenadores para decidir sobre o que ficava do Plano Diretor em relação às metas. Distribuiu para cada Coordenador uma meta e depois leu o que estava em suas mãos e foi fazendo avaliação com os coordenadores. Explicou que isso precisava ser feito com todas as demais e pediu auxílio. Aproveitando um gancho que apareceu

sobre relacionamento como meta, a coordenadora Fátima indagou se era verdade que não ia haver mais o lanche da quarta-feira. A diretora Eunice recapitulou que o primeiro lanche foi bom, mas na segunda semana, os professores ficaram mais tempo na sala do professores e não se dirigiram para a H.T.P.. Por isso, pretendia deixar só o lanche da última semana do mês (comemorar aniversários). Fátima aconselhou que era melhor manter todos para ver se melhorava o relacionamento - o da direção com os professores.

Nesse momento, o coordenador do noturno Ênio aproveitou e fez suas colocações: a direção ficava muito presa e que estava havendo reclamações dos professores no sentido de que não encontravam apoio quando mandavam aluno para fora da classe. O aluno ia para a diretoria e que voltava sem receber advertência. E exemplificou: “Outro dia, o Ubirajara (Matemática) mandou um para a direção e a direção disse que não dava para atender e o aluno voltou para a classe, tirando sarro do professor.” Ênio, na sequência, sugeriu que a diretora deixasse a assistente para resolver esses casos.

Foi levantado ainda, pelos presentes, que a diretora ficava atendendo todo mundo e ela não tinha tempo de trabalhar. Foi sugerido que ela precisava arrumar uma sala isolada para se trancar lá e poder resolver as coisas. (Observação: a sala da diretora era a primeira, logo na entrada da Escola).

A Claudete, por sua vez, confessou que outro dia rascunhou três ofícios, pensando em como a Eunice gostaria que fosse feito, porque ela tinha receio de levar um e esse ser riscado. A diretora disse que aquele ofício poderia ser assinado pela Claudete mesmo, como coordenadora do CIC e lembrou que, às vezes, ela ficava brava com a Liamar (vice-diretora), por exemplo, que levava tudo para ela ver. Prosseguiu recordando que o Milton (ex-supervisor da Escola) comentava que ela precisava largar tudo da escola e só praticar relações sociais. Fátima, admirada, interrogou: “Mas isso não é exagero?” Ao que Eunice explicou que o ambiente da Escola era pesado quando ela chegou, mas que hoje estava bem melhor.

Ficou resolvido que o lanche continuava mas só antes da H.T.P. coletiva. Luís ficou de trazer maionese e Merle, a torrada.

A reunião de coordenadores com a direção constitui um momento em que esses profissionais se encontram no cotidiano da escola para apresentar e discutir problemas das áreas e da escola, bem como abordar a atuação da diretora, além de ser momento para estudo.

Nessa reunião, também se elabora a pauta da H.T.P. coletiva (Reunião Geral). Os coordenadores são os sinalizadores para a direção do que está ocorrendo com os professores e a escola e são também os elos de ligação entre diretora e professores.

3.1.3.12. Avaliação - Português, Matemática, Conhecimentos Gerais (8ª série)

3.1.3.12.1. ano: 1992

Os alunos da 8ª série da Escola-Padrão foram submetidos à avaliação de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais, no dia vinte e cinco de junho, nos períodos da manhã e da noite, pela Secretaria da Educação.

Estavam presentes, a diretora Eunice, o supervisor de ensino Milton, o conselheiro de escola (pai) Ferreira, seis aplicadores (professores não da disciplina). Os alunos foram distribuídos em seis salas por um sorteio aleatório (lista em ordem alfabética). Essa avaliação foi feita nos moldes de um vestibular (cartão e cadernos, início e término, entregar prova após uma hora, correção em São Paulo). Enquanto isso, os professores das disciplinas avaliadas se reuniam para fazer análise da avaliação. No período da manhã, a prova foi realizada no andar superior, e no noturno, no porão. O da noite foi bastante prejudicado porque as demais séries estavam em semana de prova e a passagem de entrada é pelo porão, e havia muito barulho no corredor. No período da manhã, a ausência de alunos foi bem maior em relação ao noturno (vinte e duas versus duas).

Entre os alunos do diurno, se houve alunos que responderam depressa, outros se empenharam e ficaram resolvendo as questões até o final. Já a turma do noturno não fez força em tentar resolver as questões.

Os alunos, a respeito da avaliação, acharam bom porque nunca haviam feito uma avaliação desse tipo (cartão, alternativas); foi uma experiência para o vestibulinho; o teste serviu para rever a matéria toda; deu para notar que alguns assuntos não haviam sido dados (Matemática, Conhecimentos Gerais).

As provas, para os dois períodos, eram quase que as mesmas. No caso de Ciências, segundo a professora Norma, houve algumas alterações para o noturno (mais fácil); em Português, houve alterações na ordem da apresentação das questões, a redação foi diferente, embora fosse narração para ambas as turmas. Os professores de Geografia acharam que deveria haver questões dissertativas (porque segundo eles, dá para avaliar se houve construção do

conhecimento e o teste não mostra isso) e criticaram que se pedem para aplicar as Propostas Curriculares, a avaliação deveria ter sido de outra forma. Já os professores de Matemática acharam difícil para o período noturno.

3.1.3.12.2. ano: 1994

No dia 20/10/1994, a Escola-Padrão participou da Avaliação das 8ª e 4ª séries promovida pela Secretaria da Educação. Para a avaliação da 8ª série do noturno, os alunos foram distribuídos em três classes com vinte e três alunos em cada uma, sendo uma de Português, uma de Matemática e uma de Conhecimentos Gerais, no andar térreo. A Escola estava silenciosa porque as demais classes foram dispensadas, ao contrário do que aconteceu em 1992. (ver 3.1.3.12.1. ano: 1992, p.332) Havia dois professores aplicadores da prova, por classe. O supervisor Milton estava como coordenador da aplicação pela Delegacia de Ensino e fez o “Tiradentes” como a sede para manter contato com as demais escolas participantes. A supervisora da escola, Inesita, a diretora Eunice e o coordenador do noturno Ênio estavam presentes.

Enquanto os alunos faziam a prova, um grupo de professores de diferentes áreas avaliou a prova. Conforme a professora Norma (Ciências), a prova de Ciências este ano estava mais prática, não tanto teórica e o conteúdo era conforme a proposta curricular. Enquanto o supervisor Milton, depois de um certo tempo de iniciada a prova, telefonava para outras escolas para ter notícias sobre o andamento da avaliação, chegou a professora Verônica (História), vindo lá do porão, falando em voz alta: “Onde está o Milton?” e reclamando da prova: “Eles não fizeram nenhuma questão sobre a eleição casada. Tem questão que não está na proposta.” O supervisor, muito paciente, calmo, explicou: “Professora, como no processo estão envolvidas Escolas não padrão, a prova tem que ser desse jeito mesmo.” A professora Verônica continuou reclamando. O supervisor mencionou: “A prova de Ciências deste ano, em relação à do ano retrasado está mais prática do que teórica. Os professores gostaram.” A professora se defendeu: “Ah! É que ano passado, eu não estava aqui.” E foi descendo as escadas e voltou para a sala onde os professores estavam reunidos.

Havia alguns alunos que queriam sair logo da sala, porém, tiveram que esperar pois só podiam sair uma hora após o início da prova, portanto, às 20h 30min. Na saída, conversei com

alguns alunos a respeito da prova. Uns acharam a prova difícil, não se lembravam mais do que haviam estudado, outros mais ou menos, e outros não sabiam nada e que chutaram.

Alguns dias mais tarde, na Delegacia de Ensino, o supervisor Milton comentou que os alunos, “em redação, deixam muito a desejar, estão mal”. Explicou que as redações das provas de Português foram corrigidas por uma comissão local, na Delegacia de Ensino. Ele ia chamar os professores para uma reunião e comentar sobre as dificuldades de Português.

A participação da Escola-Padrão, nas Avaliações das 8ª e 4ª séries, promovidas pela Secretaria da Educação, é positiva no sentido de possibilitar aos alunos vivenciar a experiência de avaliação com cartão e alternativas, testando seu conhecimento, além de produzir elementos para a equipe de professores e coordenadores levar em conta na elaboração do Plano Diretor e Plano de Ensino, bem como no planejamento das aulas. Além de ser um momento que propicia a análise da avaliação da Secretaria da Educação pelo conjunto de professores das disciplinas avaliadas, constitui um momento em que a Escola é avaliada externamente.

3.1.3.13. Avaliação da Escola-Padrão

3.1.3.13.1. 1º semestre/1994

A avaliação da Escola-Padrão, primeiro semestre/1994, foi feita por grupo de professores (Matemática; Geografia; História; Português/Inglês; Psicologia/Filosofia/Sociologia; Educação Física/Educação Artística; Ciências e Professor I).

Entre os aspectos positivos constaram:

- a busca de soluções e tomadas de medidas para uma retomada na qualidade do ensino.
- mudança na metodologia de ensino.
- mudança na avaliação, na tentativa de uma quantificação mais justa, objetiva e compreensiva aos olhos dos alunos.
- jornada menos sofrível para o professor.
- espaço das H.T.P. para reflexão da prática pedagógica e do cotidiano, para troca de experiência, para aprimoramento de conteúdos através de textos e debates, para replanejamento do trabalho, de modo contínuo.

- material didático melhor e mais farto do que antes - fitas de vídeo, livros e materiais de laboratório, TV, xérox, biblioteca do CIC.
- verbas para excursão.
- manutenção dos cursos e das O.T.s.
- aulas de Educação Física incluídas no período normal de aula.
- coordenação de cursos.
- aparência da Escola: boa a reforma.
- gratificação para estimular o professor ao compromisso e a um trabalho mais próximo do aluno.

Entre os aspectos negativos destacaram-se:

- falta de uma legislação específica de Escola-Padrão, onde as coisas ora são colocadas, ora retiradas.
- falta de continuidade das coisas (uma coisa hoje é prioridade, amanhã é descartada) - coordenação de área.
- falta de organização e planejamento por parte da Secretaria de Educação que altera e solicita trabalhos de última hora, gerando conflitos e insegurança.
- Caixa de Custeio não cobre as despesas de infra-estrutura e as parcelas para o recebimento da verba são desiguais.
- excesso de burocracia acaba por ocasionar desvio de função por parte da direção, coordenação e secretaria, que acaba interferindo no trabalho pedagógico.
- falta de espaço físico para desenvolver algumas atividades de maneira adequada (grupo de Ciências)
- retirada da coordenação de área e da aula de enriquecimento curricular.

Entre as reivindicações surgiram:

- uma legislação definida e estável para Escola-Padrão.
- uma ação pedagógica mais definida e total a todos os professores a ela pertinentes.
- uma autonomia real para Escola-Padrão, para que o grupo que nela convive, faça o melhor.
- volta da coordenação de área.

- mais credibilidade e autonomia para o docente.
- as parcelas para o recebimento da verba serem iguais.
- Não amarrar a Escola-Padrão por meio de documentos estritamente burocráticos e massacrantes, mas sim, na AÇÃO PEDAGÓGICA que engrandece o trabalho do Professor e reflete no aluno tão achatado e massacrado por um sistema que só muda nas aparências.

3.1.3.13.2. Avaliação final - 1995

A diretora, em dezembro, fez uma avaliação global e final, com os professores, sobre o objetivo geral da Escola: “desenvolver no aluno uma consciência crítica tendo em vista sua independência individual e conseqüente participação responsável na sociedade”. Dos oitenta professores do quadro docente, quarenta e quatro responderam ao questionário de avaliação, assinalando, na escala de um a quatro pontos, o valor que o respondente atribuía a cada item de uma lista apresentada para o cumprimento do objetivo. O resultado aparece no **quadro 8**.

Para trinta e nove professores, o objetivo foi cumprido na escala BOM e ÓTIMO, ao passo que para cinco, na escala REGULAR e FRACO.

Para o item “Avaliação é adequada”, trinta disseram BOM e ÓTIMO, e quatorze assinalaram REGULAR e FRACO.

Os itens “mecanismo de recuperação é adequado” (dezesseis), “jornada de trabalho é adequada” (doze), “o trabalho coletivo existe” (dezessete), “os cursos de capacitação (D.E.) facilitaram” (dezenove), “H.T.P. ajudou produtivamente” (dez) apareceram com os maiores índices em REGULAR e FRACO.

O desempenho das coordenações - noturno (trinta e cinco), CIC (trinta e dois), ensino fundamental (vinte e sete), 2º Grau (vinte e dois) - foi avaliado como positivo - BOM e ÓTIMO.

Das observações e sugestões apresentadas pelos professores, pinço:

“Trabalho coletivo na área existe.” Isto é um indicativo que a escola está a caminho do sujeito coletivo que “vive uma experiência de unidade e solidariedade, dotada de identidade própria, capaz de iniciativa no seio da sociedade civil, no interior da qual vai elaborando as etapas sucessivas do projeto comum para uma nova convivência social” (Petrini, 1984, p.90, *apud* Silva, 1996, p.93).

QUADRO 8

AVALIAÇÃO GLOBAL - PROFESSORES - DEZEMBRO - 1995

Itens	1	2	3	4
- o objetivo foi cumprido	1	4	27	12
- o conteúdo é adequado	0	4	23	17
- a avaliação é adequada	3	11	17	13
- o mecanismo de recuperação é adequado	3	13	16	9
- a jornada de trabalho é adequada	5	7	13	18
- o trabalho coletivo existe	4	13	15	13
- os cursos de capacitação (D.E.) facilitaram	9	10	7	9
- a H.T.P. ajudou produtivamente	1	9	9	26
- o livro didático facilitou	3	3	13	10
- o CIC foi um agente importante e necessário	0	1	13	28
- a direção foi um agente facilitador e organizador	1	6	23	12
- a coordenação desempenhou seu papel:				
. noturno	0	3	19	16
. CIC	0	0	14	18
. ensino fundamental	0	1	11	16
. 2º grau	1	7	15	7

Escala: 1 - Fraco; 2 - Regular; 3 - Bom; 4 - Ótimo

“Precisamos atingir um trabalho integrado. Isso facilitaria muito o trabalho de todos.”

“É necessário encontrar alternativas para unir mais o corpo docente.”

“A direção faz muita falta no acompanhamento do trabalho pedagógico.” Novamente a questão do administrativo e pedagógico, com a prevalência do primeiro. O pedagógico, que é o principal, deve ser valorizado, na visão dos professores. Agora, com o Assistente de Administração, a direção terá mais tempo disponível para cuidar da parte pedagógica da escola, ajudando, portanto, na implementação da função produtiva ou de ensino que deve estar presente na organização escolar, conforme Fachin (1972).

“O papel do coordenador do noturno quanto à disciplina, organização, é muito bom, porém o noturno precisa ser mais discutido.”

“Debates sobre Regimento Comum das Escolas Estaduais, Estatuto dos Professores e outras legislações pertinentes ao trabalho dos professores e funcionários.” Esta sugestão mostra que os professores têm sede de conhecer as legislações educacionais, inclusive o Regimento Comum.

“H.T.P. coletiva - mais estudo, especialmente parte pedagógica, avaliação e recuperação.”

Embora a Escola-Padrão tenha sido imposta e por isso não aceita por uma parte do professorado do “Tiradentes”, que resistiu, e a adesão compromissada ao projeto foi demorada, a avaliação da Escola-Padrão (1994) feita por grupo de professores aponta mais aspectos positivos (12) do que negativos (7). A avaliação (1995) demonstra que o objetivo geral da escola foi cumprido e que o trabalho coletivo existe, indicando que a Escola está se constituindo no chamado “sujeito coletivo”.

3.1.3.14. Algumas dimensões especiais da Escola-Padrão

3.1.3.14.1. Primeiro dia de aula

3.1.3.14.1.1. dia: 03/02/1992

Dia três de fevereiro de 1992 é o primeiro dia de aula da Escola-Padrão. A escola está bastante agitada, mesmo depois que os alunos entraram na sala de aula. A diretora Eunice percorre o prédio, para ver se tudo está em ordem, se as crianças estão nas classes certas.

No “hall” de entrada há aglomeração de pessoas, porque ali é passagem e é o lugar onde está a “janela” de atendimento da Secretaria. São professores que ansiosos e curiosos chegam para trabalhar e para ver como está o primeiro dia de aula, são alunos que querem saber em qual classe haviam caído, o período, fazer pedido de atestado de passe, são pais querendo saber se há vaga...

A Vânia, professora de História, uma das assistentes, atende os alunos que não sabem onde estão, que querem mudar de período e classe... O movimento está tão intenso que uma das inspetoras de aluno é escalada para ficar na portaria para atender as pessoas e o telefone.

Na portaria encontrei o professor Ênio que será o Coordenador do Noturno, a professora Ermelinda (Português), encarregada da elaboração do horário, a professora Érica (PI) que é coordenadora de 1ª a 4ª série e que está apreensiva e ansiosa pelo trabalho que vai desenvolver. Está receosa com possível resistência de alguns professores. Diz que encontrou muito material, enviado pelo Estado, virgem - blocos lógicos, livros etc.. “E depois os professores reclamam que não têm material”, prossegue ela.

Mais tarde, chega o supervisor de ensino da unidade, o professor Carlos, que dá uma volta pelo prédio e depois vai conversar com a diretora Eunice, na sala da assistente.

3.1.3.14.1.2. dia: 10/02/1995

Na sexta-feira (10/02/1995), os funcionários da Escola limpam e lavam o que faltava. Todos foram convocados para o mutirão da limpeza porque eram poucos os serventes. O trabalho foi bastante exaustivo, exigindo disposição, boa vontade e fôlego, porque além da limpeza, tinham que carregar, arrastar móveis de um lado para outro. Tamanha era a confusão que não dava para imaginar que na segunda-feira as aulas iriam começar. No sábado a Escola estava aberta. A diretora fora trabalhar para ultimar os preparativos para o início das aulas. Havia ainda, funcionários instalando a parte elétrica.

Lá pelas seis horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de fevereiro começaram a chegar os primeiros alunos que foram se aglomerando na frente da escola e do lado de fora, na calçada. A aula, normalmente, iniciava às 7h 10min. Neste dia só às 7h 30min foi aberta a porta de entrada principal da Escola para receber os alunos. Enquanto esperavam lá fora, alunos e pais que acompanhavam os filhos menores estavam começando a ficar impacientes pela demora. Alguns ainda se perguntavam se as aulas iriam começar naquele dia mesmo. Outros,

preocupados e ansiosos, indagavam: “Será que conseguiram ligar a luz?... daqui não dá pra ver.”

Um pai, assim que a porta foi aberta, foi pedindo licença, abrindo brecha e foi puxando o filho pelo braço, dizendo: “Tenho pressa, vou trabalhar” e foi caminhando sobre as madeiras que cobriam os buracos do chão. Mas, como os alunos se aglomeraram e havia um empurra empurra lá na frente, a porta foi fechada e o professor Ênio (coordenador do noturno), saindo, subiu na mureta da escada e gritando pediu aos alunos calma para entrar. Não havia necessidade de correr, nem pressa. Aí, meia porta aberta e mais calmos, alunos e pais foram entrando. Todos fizeram uma longa caminhada. Atravessaram o corredor de entrada e foram para o prédio novo, desceram as escadas e ficaram no pátio (que estava sem o entulho de carteiras velhas e quebradas). Pais e alunos se aglomeravam na parede onde estava a indicação das classes e as listas do alunos. O pátio parecia um formigueiro, lotado de gente que andava para lá e para cá e falava... falava.... era um barulho ensurdecedor.

A reunião foi no pátio mesmo porque a Escola não tem auditório, nem salão grande que acomodasse tanta gente. Perto da cozinha (que na planta original era a Cantina) estava instalado o aparelho de som. Havia uma mesa, onde a diretora subiu para poder falar aos alunos e pais. O som não funcionou (como sói acontecer nessas ocasiões...). Demorou para ser arrumado. A impaciência de todos aumentou. O vozerio continuou. Depois de um tempo, com o aparelho consertado, a diretora iniciou, finalmente, a reunião, mas não se ouvia direito e ela continuou falando por um bom tempo, até que de repente, o som melhorou e foi possível entender o que ela dizia.

Uma turma de alunos ficou mais perto do local onde a diretora estava, mas muitos alunos continuaram longe, formando bloquinhos e continuando a bater papo. A diretora pedia para todos se aproximarem mas foi a mesma coisa que nada. Um grupo de alunos já se postara diante do início da escada que leva para o andar superior querendo ir já para a classe. Duas inspetoras de alunos, postada uma em cada escada, impediam o aluno de subir.

A diretora saudou os alunos, falou da situação do prédio, do uniforme, do Código Disciplinar e de como as classes estavam distribuídas no prédio. Deu a palavra à professora Ivonete (Inglês) que fez a oração e saudação. Neste momento, aquela turma que estava doíndinha para entrar deu um jeito e começou a subir as escadas, correndo chega ao primeiro e segundo pavimentos e entra na classe. Quando a diretora deu a ordem para entrar, muitos já

estavam lá em cima. Primeiro, os alunos de 5ª a 8ª. De 1ª a 4ª série a diretora fez chamada e apresentou cada professora. Os alunos de 1ª a 4ª entraram em fila, junto com a professora.

Ao meu lado, estava uma mãe de aluno que voltando-se para mim, comentou: "Não precisava fazer essa reunião aí embaixo. Ninguém está escutando... Era mandar todo mundo para as classes. Ela devia depois falar de classe em classe. Eu estou aqui esperando a diretora para falar sobre o meu filho. Ano passado ele estudou à tarde, este ano quero que estude de manhã. Quero saber direito sobre critério... Primeiro falaram sobre lista de espera, agora ouvi falar que foi sorteio..."

A diretora Eunice, às pessoas (pais e alunos) que sobraram no pátio: "Os que não foram chamados deverão ir à Secretaria para ver o que aconteceu e acertar a situação lá."

Enquanto estive no pátio, alguns professores que passaram por mim comentaram: "A Eunice está perdida. Ela devia distribuir funções. Isso de fazer chamada para ver quem está/não está devia deixar a cargo de assistente. Ela tem três assistentes." (alusão às duas assistentes e ao coordenador do noturno). "Esta recepção (a fala no pátio) não funciona. Olha, não tem ninguém prestando atenção. Os meninos estão ansiosos para conhecer a sala, estão mais é querendo pôr a conversa em dia com os colegas. Você acha que tem alguém entendendo alguma coisa?"

Enquanto a diretora recepcionava os alunos, Ermelinda (Português), chegou perto de mim e manifestou insatisfação sobre o horário. "A Eunice é desumana. A história do computador não deu certo. Fiquei sexta, sábado e domingo, fazendo horário... tudo de última hora. Não vou dar o horário para ela. O senhor Reinaldo (pessoa que ia fazer o horário pelo computador) me colocou nas últimas aulas que não posso dar porque cuido da casa. Olha, o computador não atendeu os pedidos dos professores. Para o Reinaldo a diretora ia pagar cem reais, enquanto para mim que sempre faço o horário nunca me libera das aulas..." Maris que estava junto diz: "Mas o que é isso? Você não pode fazer isso. Precisa relevar muitas coisas."

Já quando estava perto da Secretaria, um senhor procurava a diretora mas não a encontraram. Na realidade, a Eunice estava a portas fechadas, na diretoria (agora funcionando na sala da vice-diretora, primeira sala logo à entrada da escola) conversando com a Ermelinda, encarregada da elaboração do horário, acertando a situação.

Encontrei a Claudete (CIC) na antiga sala dos professores. Ela explicou que o CIC vai funcionar lá. E me mostrou como estava. Já havia arrumado uma boa parte dos livros nas

estantes. No meio da sala havia um monte de caixas da coordenadora Érica que chegou nesse momento e disse que precisava arrumar alguém para ajudá-la no transporte das caixas para sua sala (de coordenação) lá na zeladoria. Enquanto o material da Érica não fosse retirado, a Claudete não tinha condições de acabar de organizar a sala.

A Érica chamou uma servente que passava por perto e pediu ajuda, mas a servente alegou que precisava chamar os outros para ajudá-la. Érica explicou que ela ajudaria e que as duas dariam conta do recado. Mas a servente deu um jeito e foi falando, falando e se afastando. Conclusão: quando retornei, à tarde, encontrei a Érica falando sozinha e reclamando com a Liiamar (vice-diretora) que a servente até aquela hora não tinha ido ajudar na mudança. Aqui está um exemplo concreto da expressão “cabeça de funcionário público”, em que o funcionário se acomoda e não quer colaborar, não tem espírito de solidariedade. Não pode fazer um serviço a mais do que outro.

Nesse meio tempo chegou um rapaz para instalar o telefone na sala do CIC. Com isso Claudete não pôde ficar na sala e ela se retirou para outra sala.

Érica levou-me para conhecer a zeladoria que fica num canto do pátio. É composta de uma sala, dois quartos, um banheiro, uma cozinha. A diretora ia instalar num dos quartos a coordenação de 1ª a 4ª série, no outro, a sala dos demais coordenadores, na sala, a dependência da vice-diretora.

O refeitório foi utilizado como uma sala de aula, por isso não tinha lousa própria. Foram colocados dois pequenos quadros-negros portáteis, em cima de uma cadeira (improvisação).

A Escola amanheceu com outras cercas (perto da cozinha separando uma área de terra) e nas escadas que dão acesso às quadras (futuras). Além disso, foram levantadas grades de proteção nas muretas para evitar queda de aluno (mais de cinco metros de altura). A árvore que foi mutilada na sexta-feira, cerraram os galhos que haviam sido arrancados.

À tarde e à noite, o processo de recepção foi o mesmo do período da manhã, alterando alguns atores, sob o comando da diretora. À tarde, o barulho também foi intenso, acrescido do som trepidante de uma furadeira, enquanto a vice-diretora Liiamar procedia a chamada dos alunos do C.B.. Na base das escadas foram colocados portões de ferro que eram controlados pelas inspetoras para permitir passagem de alunos.

Na saída, em frente da Escola, dois trabalhadores colocavam uma faixa, para saudar os alunos:

“Sejam Bem Vindos,
‘Alunos’ tua (sic) volta e (sic) uma
alegria para todos nós”

À noite, os portões estavam definitivamente chumbados no sopé da escada. Diferentemente do diurno que tinha um horário provisório, elaborado pela professora Ermelinda (fora liberada das aulas), à noite não tinha nada. Então decidiu-se que as três primeiras aulas seriam com o mesmo professor e a assistente de diretor substituta Malu (Matemática) elaborou, rapidamente, uma lista de professores e respectivas classes. Foram trabalhados: o texto de Flávio Gikovate - “O que é ser livre”- leitura e discussão; “Avaliação/Recuperação” (Regimento Escolar) (foi distribuído aos professores xérox do Capítulo II - Da Verificação do Rendimento Escolar do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau - Decreto nº 11.625/78, e dos artigos 41 e 42 da Resolução S.E. 211/94 sobre recuperação e promoção do aluno). Eis um bom exemplo sobre o uso do Regimento Comum. Há uma divulgação (embora apenas parte) do Regimento Comum pela direção, para que professores se informem e tomem conhecimento do Regimento e depois divulguem para os alunos, na sala de aula.

Durante a recepção, no pátio, a professora Roberta (Química), voltando-se para mim, comentou: “A senhora vê, a gente discutiu tanto, planejou essa recepção aos alunos e vê no que deu.” É que a maioria dos alunos continuava dispersa, em blocos, conversando, estava em outro mundo. O coordenador do noturno também lamentava: “Se eu fosse dona Eunice simplificava isso. Colocava os alunos em classe e aula. Depois, outro dia, com calma, ia de classe em classe explicar aos alunos. Você vê, ninguém está prestando atenção.”

Depois que todos estavam em sala de aula, vi a diretora com alguns alunos recolhendo o material de som. Eunice enrolou o fio do microfone, ajeitou uma caixa, enquanto os alunos levavam as caixas de som, o aparelho.

Já na sala dos professores (que agora estava na sala ao lado da Secretaria), a diretora começou a arrumar umas caixas no canto da sala, e depois com a ajuda dos professores, empurramos os armários, tiramos uma mesa, para abrir espaço. Após, ajudamos a elaborar um horário provisório para as quarta e quinta aulas.

No CIC, dona Joana, a responsável no noturno, estava arrumando os livros. As caixas da Érica já não estavam mais na sala.

3.1.3.14.2. O caso da assistente (Uma pedra no caminho...)

A assistente de direção Duda, em 11/03/1992, reclamou que estava “encostada”, sem função. Fazia o que a direção mandava. No dia da reunião com os pais de alunos (06/03), recebeu ordens de organizar toda papelada referente às classes e que seria entregue aos professores conselheiros que por sua vez repassariam aos pais. Havia recebido ordens para deixar o pátio em ordem, com as cadeiras para os pais sentarem. À tardezinha, às dezoito horas, foi transmitir à inspetora de aluno o recado mas a funcionária se recusou a fazer. Assim, a Duda foi embora.

No dia vinte e um de agosto, à tarde, a assistente Duda estava em sua sala, conversando com a professora Glória (Educação Física), quando surge uma professora pedindo papel para distribuir aos alunos para escreverem, a Duda responde que não tem. Reclama: “Não tenho, em mãos, nenhuma chave. Hoje eu não distribuo nem lápis, nem borracha!” Também não sabe informar nada da Escola-Padrão.

O coordenador do noturno, em vinte e um de setembro, quando a greve pipocava, e a escola estava sem inspetor de aluno (porque as três inspetoras se removeram), tinha que fazer de tudo. Atender telefones (alunos queriam saber se haveria aula), receber comissão de professores de outras escolas que percorriam as unidades escolares para conseguir adesão, ver presença de professor. Nessa situação, reclama da assistente Duda que “ao menos podia atender o telefone” mas não, ela “não fica lá na sala dela e vai lá embaixo conversar com a professora de Educação Física, Glória.”

Em outubro, a diretora Eunice comenta comigo: “Duda faz um trabalho de solapar o que eu venho construindo. Com alguns professores, funcionários e até mesmo alunos. Quando veio o professor Shiguelo Watanabe da USP, como não poderia estar na hora para recebê-lo, encarreguei a Duda de fazer as honras da casa; simplesmente não veio, dando uma falta. Quando cheguei, encontrei a visita sendo recebida pelos outros funcionários. Ela não colabora com nada. Mesmo à noite, não ajuda a tomar conta da escola. Fica sentada na sua sala, conversando com professores e não está nem aí. O Ênio é que tem que tomar conta de tudo sozinho. Está difícil porque estamos com dois inspetores de aluno, um vem de manhã e tarde, outro de tarde e noite. Atualmente, deixo por conta da Duda o vale refeição, coisas que não têm grandes implicações; a parte pedagógica nem pensar.”

3.1.3.14.3. A primeira mudança física (1992)

A Escola-Padrão recebeu um computador. Para acomodá-lo, a sala da diretora foi desocupada e a diretoria passou a funcionar numa saleta do andar superior. Um funcionário da Secretaria foi treinado em São Paulo para operar. No mês de agosto/92, fazia ofício, trabalho de professor e aluno, ainda não estava implantando a vida funcional de professor e funcionário.

3.1.3.14.4. Reforma

No dia 21/03/1994 foi iniciada a construção de um novo prédio (novas salas de aula) no lugar do antigo pátio coberto, após uma paralisação de quatro meses, contrariando os receios do professor Maurício de que o Governo não iria construir as onze salas de aula. (Ver 3.1.3.14.5 Escola-Padrão -1993-, p.347).

A Escola, no início do ano de 1995, estava toda de pernas para o ar. Na frente havia valetas e foram colocadas tábuas para poder passar em cima. A Escola estava toda cercada, isolando da área onde os pedreiros trabalhavam, para segurança do aluno. A quadra de esportes, ainda estava em fase de destruição, com os pedreiros usando picaretas para arrancar o chão cimentado. No pátio coberto da ala nova, havia inúmeras carteiras quebradas jogadas. No dia da Reunião de Planejamento, vi operários podando a única árvore existente entre o prédio novo e o velho, porque uma outra já havia sido sacrificada, no início das obras. A “poda” foi feita de qualquer jeito. Os galhos foram quebrados e arrancados. Não cortados. Era de chorar. Pelo corte estragaram a árvore que perdeu o equilíbrio.

No dia oito de março, a construtora levantou acampamento porque o Governador Covas suspendeu as verbas das construções.

No início de julho de 1995, houve nova alteração na disposição dos órgãos da escola. A sala dos professores foi transferida para onde funcionava a sala de reunião, agora com duas portas de entrada. Onde funcionava a Biblioteca estava sendo reformada para abrigar, definitivamente, a diretoria. A primeira sala à entrada, onde ficava a diretoria, já estava sem a porta e o batente, vai ser a futura sala de recepção. A junção do prédio novo com o velho já estava sendo feita. O pátio estava sendo cimentado. A quadra de esportes já estava recebendo os últimos cimentos. O salão que abrigará as futuras instalações de Educação Artística estava pronto, com o chão de granilite. As salas da futura Biblioteca, no porão, também já estavam sendo ultimadas.

Sobre a funcionalidade do prédio novo, a acústica do pátio foi o grande problema, uma vez que, durante as aulas, qualquer movimentação de alunos no pátio provoca um barulho pelo prédio inteiro, prejudicando a aula. O comentário da inspetora Mariinha mostra a preocupação com a localização do novo refeitório:

“Não sei o que vai ser, quando a cozinha começar a funcionar lá em cima. Já está difícil controlar essa criançada do jeito que está. Vai precisar de mais gente. Uma só para tomar conta do refeitório, outra para ficar aqui embaixo, no pátio e onde estão os banheiros. Eu, se fosse dona Eunice, deixava a cozinha funcionando como está agora, na Cantina, e construía a Cantina aqui embaixo” (04/07/1995).

Perguntei das torneiras do bebedouro e ela observou:

“Antes da inauguração, os alunos já estragaram o banheiro, arrancaram as torneiras do bebedouro... Quando acabar de arrumar lá na frente (referindo-se à reforma do prédio antigo), já está precisando mexer neste. As serventes vão ter trabalho dobrado. Agora são dois prédios. O número de servente não vai aumentar por causa do módulo (por classes)” (04/07/1995).

As aulas de Educação Física da 5ª série em diante eram dadas fora da escola, no “Cabral” e no PUM, trazendo problema de deslocamento de material esportivo, perigo de travessia nas ruas, inclusive na Avenida 1 onde ocorre mais acidentes na cidade, chegando a acidentar aluno. As aulas de Educação Física do C.B. à 4ª série, em 1995, foram suspensas porque não havia local, na própria escola, devido às reformas.

De 21 a 31/07/1995, houve suspensão de todas as atividades da unidade, por conta da reforma - pintura, sinteco, cimentar a quadra e a frente da escola. “Nem os professores, nem os alunos acreditavam que a delegada de ensino deu permissão para suspender a aula” (Petúnia, Ciências). Os pedreiros trabalhavam a toda. O caminhão de concretagem estava a todo vapor: ora no fundo, na quadra, ora na frente da escola.

A escola, porém, ficou praticamente sem verde. No pátio interno, ficou só uma árvore, entre os dois prédios. No fundo, tudo foi cimentado - as duas quadras e os demais espaços. Estavam recuperando o prédio onde funcionava a antiga Biblioteca, que ficava no fundo do terreno, transformando em um anfiteatro. Inicialmente, ao redor do futuro anfiteatro, os pedreiros haviam deixado cerca de seis covas para plantar árvores, cimentando todo o resto do pátio. Porém, ao término da obra as covas foram cimentadas porque se plantassem árvores iria dar trabalho porque “quem iria varrer as folhas?” (Ênio, coordenador do noturno). Assim, o fundo da Escola ficou árido, sem uma árvore para dar sombra, especialmente no horário do

meio dia, quando o sol está muito forte. Fazem-se campanha de ecologia, campanha do verde, mas na prática...

O retorno às aulas foi transferido para o dia 07/08/1995 (segunda-feira). Mas por causa do volume de serviço, a reforma não ficou pronta e o reinício foi transferido para 10/08, já com algumas alterações de localização de sala de aula, diretoria... As aulas começaram, mas o pedreiros ainda continuaram. Era uma sujeira, barulho insuportável - serrilha, bateção, material que caía, pedreiro gritando... - tudo isso interferindo no andamento das aulas. Precisava-se falar alto para outro ouvir, fazer um esforço muito grande para se concentrar. Até mesmo algumas gravações das entrevistas feitas por mim tiveram interferência do barulho, e outras tive que fazer fora da escola, porque não era possível conversar. De manhã e à tarde, não dava para controlar a entrada de aluno porque o portão de entrada (na lateral) ficava aberto devido à presença dos operários.

No final de agosto e começo de setembro os serventes fizeram uma limpeza geral da escola e colocaram os móveis nos lugares, sendo muitas vezes auxiliados pelos próprios professores, preparando para as comemorações dos Setenta Anos.

3.1.3.14.5. Escola-Padrão (1993)

“O governo está gastando na propaganda da Escola-Padrão pela TV mas a propaganda é enganosa. Não estamos recebendo material como está sendo veiculado. Essa questão da capacitação do professor, ano passado eu fiz curso... para a gente que já tem experiência, não acrescentou nada; é bom para os novos, para os recém saídos da Faculdade. O pessoal que está dando curso sabe menos que a gente e muitos não têm experiência no 1º e 2º Graus” (Maurício, coordenador de Geografia, 10/02/1993).

A professora Linda, coordenadora de Ciências, tem opinião diferente de Maurício sobre os cursos de capacitação da Escola-Padrão. Para ela: “São bons os cursos da D.R.E. e da UNESP. Só que como os alunos não vão à aula, só está dando para aplicar metade do que aprendi” (declaração à época da greve dos professores, 04/10/1993).

Sobre a reforma do prédio, o professor Maurício é céptico. “Como o orçamento foi de oitocentos mil dólares, o governo só está enganando com reforminha aqui, reforminha ali. Não vai construir as dezesseis salas de aula” (referindo-se à Escola Estadual “Tiradentes”) (10/02/1993).

Em 29/09/1993, a Caixa de Custeio estava em implantação, sob a responsabilidade do professor Ênio, coordenador do noturno. Dos setecentos milhões de cruzeiros reais previstos no Plano Diretor, a Escola teve aprovado cinquenta milhões e até aquela data recebera apenas vinte e cinco por cento.

Para a diretora, a permanência de cinco horas do aluno melhorou porque os professores estavam balanceando as atividades, usando vídeo, biblioteca. O CIC estava funcionando. Para os professores, a H.T.P. era coisa positiva - trocam idéias de como cada um ensina a matéria e estavam aprendendo. Recebiam trinta por cento a mais. O livro didático, muitos não usavam mais. O professor Pedro (Geografia) declara: “Não uso mais livro didático. Agora uso diversos livros e revistas. Dá um trabalho mas o assunto fica mais atualizado e os alunos se interessam mais.”

3.1.3.14.6. Seleção de candidatos

No dia 26/02/1993, à tarde, quatro candidatos se submeteram à seleção para doze aulas de Educação Artística que a professora Susi deixou para assumir a função de coordenadora do CIC. Os candidatos foram submetidos a uma prova escrita e a uma entrevista pela Comissão composta da diretora Eunice; da professora Liamar (PI), representante dos pais; Susi, professora de Educação Artística.

Cada examinador deu nota. Somou-se e dividiu-se. Feita a classificação, em seguida a escolha de classe. O primeiro colocado (mulher) só pegou oito aulas da manhã porque as da tarde chocavam com outra atividade da interessada. O segundo colocado (homem) pegou as quatro aulas da tarde.

A seleção de candidatos (*dia 23/03/1994- 15h 30min*) para as aulas de História foi realizada na antiga sala da diretoria, hoje sala dos excepcionais, no andar superior, por conta da reforma. As carteiras foram arrumadas em círculo. Havia duas candidatas: Celeste e Vilma. A comissão era formada por três elementos: professoras Verônica e Vânia (História), Linda (Biologia) e a diretora Eunice que secretariou a reunião. Havia ainda outra professora de História presente na sala. A comissão usava o horário de H.T.P. de História para seleção.

Como uma das candidatas, Celeste, tinha problema de horário, a seleção foi invertida - em vez de se realizar primeiro a prova escrita, foram feitas as entrevistas. A diretora lembrou

rapidamente os itens da entrevista para a comissão e depois chamou a primeira candidata, Celeste.

A professora Verônica iniciou colocando a questão: “Análise rápida do contexto político brasileiro atual” para a Celeste e depois Vânia pediu para ela complementar, dizendo sobre o papel do professor na conscientização da escolha dos candidatos. A segunda questão foi: “Como enxerga o exercício da cidadania. Como trabalharia a questão da cidadania com os alunos?” A terceira questão: “o negro na sociedade brasileira (na senzala e na atualidade), como trabalhar a questão na sala de aula”. Após, cada examinador deu a nota por questão. A diretora entregou uma folha, com duas questões, para serem respondidas, por escrito, pela candidata, que foi encaminhada para uma saleta ao lado, enquanto a candidata Vilma foi chamada e entrevistada. As questões foram as mesmas. Vilma respondeu bem, pareceu que convenceu.

Depois que Vilma saiu para fazer a prova escrita, a Verônica ficou insinuando que se precisava ter cuidado e colocou defeito na dicção da professora. A diretora expôs que a Vilma havia mencionado antes que ela precisava das aulas para poder ficar em Prudente, porque ela era arrimo de família (cuidava dos pais). Aí a Verônica disse que a Celeste também precisa trabalhar. A Linda perguntou se não se podia dividir as aulas para as duas. A diretoria pontuou que a ordem era atribuir uma jornada a um candidato e que o número de aula não era tão grande assim para dividir as aulas. E cada membro atribuiu nota para Vilma.

Na seqüência, foi feita leitura da prova escrita da primeira candidata pela Verônica e dadas as notas pela banca. Trazida a prova da segunda candidata, lida a primeira questão, os membros comentaram que “aquele entusiasmo que a banca teve com a fala da candidata caiu com a prova escrita”. Verônica não deixou por menos e verbalizou: “Eu disse que a gente precisava ter cuidado. Há pessoas que falam bem, têm facilidade.”

Lidas as demais questões e dadas as notas, no final Celeste ficou em primeiro lugar e Vilma, em segundo. A diretora apresentou o resultado para Vilma, porque Celeste já havia ido embora. Encerrada a sessão, as professoras de História permaneceram, na sala, para a H.T.P..

3.1.3.14.7. Licitação (1995)

Às 8h e 45min do dia 06/02/1995 realizou-se uma sessão de recebimento e abertura dos envelopes sobre a licitação, com a presença da diretora Eunice, os quatro membros do

Conselho de Escola nomeados pela direção - Merle (PIII), Ferreira (pai), Irene (funcionária), Cristofer (diretor administrativo) além do professor Ênio (coordenador do noturno). Cristofer dirigiu a sessão e Eunice foi a relatora.

O presidente da sessão esclareceu que, expedida a carta convite - 006/95, seis firmas apresentaram propostas, uma foi desclassificada por não atender um item do convite (não atendeu horário, chegou tarde). Em seguida procedeu a abertura dos envelopes. Cada envelope foi aberto e passado o material para todos rubricarem com a assinatura.

O representante eliminado também estava à mesa e em alguns casos ele colocava objeção, como: "Esta firma não apresentou catálogo mas xérox. O edital pede catálogo." A Comissão discutiu e concluiu que devia obedecer o edital. Então para os artigos que a firma não apresentou catálogo estavam eliminados.

Depois um dos participantes questionou as intervenções do eliminado. Ele achava que se foi eliminado não poderia estar apresentando objeções. A diretora explicou que como qualquer cidadão ele poderia assistir, estar presente, uma vez que o ato era público. Agora, como representante eliminado não sabia dizer se ele podia estar questionando. O que levantou a questão informou que, em todas as concorrências de que ele participou, quando a firma era eliminada, o representante ia embora imediatamente, nem ficava na sala.

Cristofer indagou às firmas se o preço apresentado (para o telefone) incluía todo o serviço de instalação, isto é, se entregavam o telefone instalado. Os representantes se manifestaram afirmativamente. A diretora disse: "Para ficar bem claro, então, no preço apresentado está incluída a instalação. Vou escrever na ata para que não fique dúvida."

Os representantes colocam-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida. Todos se levantaram. Cristofer fez um relatório, à máquina, em impresso. Todos assinaram e os representantes foram embora.

A professora Merle, nesse intervalo, fez uma observação para mim: "Você viu, Tsutaka, como os negociantes agem diferente de nós, da educação? Eles brigam mas não se exaltam. Agora nós, da educação, quando há qualquer divergência, só falta a gente se esganar. Será que é porque eles trabalham com coisa, e a gente, não? Nós somos muito emocionais."

A partir daí, o trabalho era da Comissão que ia analisar as propostas e decidir. Para isso, Cristofer fez leitura da Lei Paulista sobre Licitação, nos artigos que mais interessavam para a Comissão escolher (critérios para escolha, preço mais em conta no levantamento feito na

praça). Após, foram lidas todas as propostas, procurando-se os preços mais baixos. Quando o material estava mais caro em relação à praça, optou-se pela praça (o vídeo cassete, a firma pedia R\$ 650,00 e a praça R\$ 490,00). O valor total disponível era R\$ 2.008,70 para aquisição de:

- 01 - uma central de micro PABX, constituído de uma linha e seis ramais, incluindo os aparelhos telefônicos com padrão Telebras instalados
- 02 - um vídeo cassete de quatro cabeças
- 03 - uma máquina de escrever elétrica, tamanho grande
- 04 - um arquivo de aço com cinco gavetas, incluindo fichário
- 05 - três arquivos de aço com quatro gavetas
- 06 - uma máquina fotográfica.

Somou-se tudo, menos a máquina elétrica. O dinheiro dava e ficou de ver se encontrava outra máquina mais barata.

Encerrada a sessão.

3.1.3.14.8. A Semana de Comemoração dos Setenta Anos

Finalmente, chegou o dia marcado para início das comemorações dos Setenta Anos de serviços educacionais prestados à comunidade. De 06 a 09/09/1995, ficou aberta à visitação pública a exposição sobre os Setenta Anos do “Tiradentes”, com fotos de alunos e ex-alunos, de professores e diretores, jornais da época, móveis e objetos antigos da escola, no shopping Eldorado. Dia 12//09 - a escola ficou aberta à visitação pública, das 10 às 17h, não havendo aula. Dia 12/09, à noite, às 19h 30min, houve celebração de missa em ação de graças pelos Setenta Anos da E.E.P.S.G. “Tiradentes”, na Catedral de Presidente Prudente, com presença de diretora, vice-diretora, alguns professores, pais e alunos, convidados. Às 21h, houve solenidade, no pátio da frente do prédio, onde foi montado um palanque. Estiveram prestigiando a comemoração a delegada de ensino Eloisa, a supervisora Inesita, o supervisor Milton, a professora Glória (Secretária Municipal), professor Avon, representando o deputado estadual Mauro Bragato, senhor Pedro, representando o Lions Club, o senhor Adilson (vice-prefeito) que fizeram uso da palavra. Houve hasteamento das bandeiras, com participação especial do pessoal do Tiro de Guerra. Apresentação da música vencedora.

Na seqüência, já no interior da Escola, houve inauguração oficial da ala nova que recebeu o nome do Doutor José da Silva Xavier (ex-dentista da escola), depois foi oferecido coquetel aos presentes - salgadinhos (feitos pelas professoras e funcionárias), refrigerante, água ensacada (SABESP), coquetel, bolo embrulhado.

No dia 13/09, à noite, houve um jantar dançante, com a adesão aproximada de setenta pessoas, no Buffet Alazão. Eram professores, funcionários, direção, com os familiares e ex-professores e ex-alunos.

Assim, os Setenta Anos do “Tiradentes” foram comemorados, após meses de preparação.

3.1.3.14.9. O começo do fim

No dia 1º/08/1995, na Delegacia de Ensino de Presidente Prudente, às 9h 15min, a Coordenadora do Ensino do Interior da Secretaria de Educação, professora Raquel Volpato, reuniu-se com os diretores de escola para expor sobre os Projetos Prioritários da Secretaria de Educação, entre os quais está, num primeiro momento, a reorganização da rede de ensino - 1ª a 4ª série, num prédio; 5ª a 8ª e ensino médio, noutro prédio. A razão disso é que, de 1ª a 4ª, o professor precisa ter material na sala de aula, biblioteca; de 5ª série ao ensino médio, há necessidade de laboratórios, recursos diferentes, esportes diferentes, sanitários diferentes; e num segundo momento, a municipalização da 1ª a 4ª série, porque há recursos de muitos lados que são desperdiçados. O processo será negociado, município por município.

No dia 11/10/1995, às 8h, na Delegacia de Ensino houve a primeira reunião do Setor I (E.E.P.S.G.” Pedro Álvares Cabral”, E.E.P.S.G. “Tiradentes” e E.E.P.G. “Floresta”) para estudar a reorganização dessas escolas. Pelo “Tiradentes” foram a diretora Eunice (embora de férias), a professora Maris (representando o PIII) e a professora Clarinda (representando o PI).

No dia 18/10/1995, na Escola, houve reunião para tratar da reestruturação, com pais e alunos (Conselho de Escola, A.P.M.), funcionários, professores. Na primeira parte, a diretora deu algumas informações: a) escola dobrou, servente diminuiu; observar limpeza; b) reposição de aula estava chegando ao fim; c) distribuiu xérox - “Aos educadores de Presidente Prudente” sobre a reestruturação; d) quarta-feira - haveria Mini Conselho de Classe sobre compensação de ausência. Na segunda parte, tratou da reestruturação. Na lousa foi colocado um quadro demonstrativo de número de classe (1ª a 4ª; 5ª a 8ª; ensino médio) e número de aluno do Setor

I. A diretora, após explicar que a primeira reunião foi no dia 11/10, na Delegacia de Ensino e no dia 18/10, a reunião na escola, disse: “Se votamos no Covas, aprovamos o seu Programa. Estava na plataforma. Agora, está-se discutindo a implantação da proposta.” Explicou o quadro e as possíveis soluções encontradas pela equipe do Setor I. Dada a palavra às pessoas, algumas se manifestaram.

“Não dá para papar batido isso. O Governo apresenta duas propostas para ver a menos ruim. Peço para registrar isso em Ata. Vamos protestar ou vamos escolher? Sugiro: não vamos escolher. Não estamos contentes. Isso daí não vai melhorar, não” (Verônica, História). “Na minha cabeça, isso aí já está pronto. Esse governo é extremamente terrorista. Então, a gente vai ter que engolir? Não dá para escolher muito. A gente tem que optar” (Vânia, História). “Ele podia consultar. Na última reunião saíram nomes. Achei que foi para discutir. Alguém tem alguma coisa para fechar, para não prejudicar? Não estamos nos sentindo envolvidos nisso daí” (Maris, Português). “Endosso as palavras das colegas. Muita criança vai ficar sem vaga” (Clarinda, PI). “O Setor se posicionou contra. Só Vila do Trabalhador concordou” (Maris, Português). “A posição dos demais?” (Nadir, professora de classe especial) “Vila dos Trabalhadores ficaria de 1ª a 4ª. A ‘Médici’ de 5ª a 8ª; como o 2º Grau tem cinquenta e duas classes, a ‘Floresta’ acolheria 5ª a 8ª, o ‘Cabral’, 1ª a 4ª, e o ‘Tiradentes’, 2ª Grau, foi a sugestão da equipe do setor I” (Eunice, diretora). “Vamos ouvir o PI” (Maris). “Será que com essa mudança haverá melhoria das escolas dos bairros?” (Mariana, mãe) “Vamos fazer campanha, cartazes. Lutar, resistir” (Érica, coordenadora do ensino fundamental). “Como ficamos, no ‘Tiradentes’, o PI?” (professora I). “A coordenadora (referindo-se à Raquel Volpato) falou numa remoção municipal. A delegada está chegando de São Paulo. Deve estar trazendo alguma coisa” (Eunice, diretora). “Temos que ficar do jeito que está” (Ferreira, pai, Conselho de Escola). “Se não tiver jeito, o que é melhor?” (Florinda, PI). “APEOESP acompanhou todas as reuniões, desde o início, protestando. Deve sair manifestação por escrito. Verbal já tem acontecido... Delegacia de Ensino vai chamar e rapidinho” (Maris, Português). “Tem gente querendo resolver por nós. Já recebemos recado. É a direção do ‘Cabral’” (Eunice, diretora). “Acho que temos que decidir agora o que é menos pior” (Paula, Matemática).

Foram colocadas as opções para votação:

Primeira opção - 1ª a 4ª

Segunda opção - 5ª a 8ª e 2º Grau

Terceira opção - 2º Grau

O clima foi se tornando bastante tenso porque a emoção e os interesses foram tomando conta das pessoas.

“O 2º Grau não podemos perder. O Estado está diminuindo o gasto com o 2º Grau. A tendência é a privatização” (Maris, Português). “Não concordo com essa votação porque PI é minoria” (Érica, coordenadora do ensino fundamental). “Se chamar mães, vai ter mais gente. Então vai ser o 2º Grau” (Mariana, mãe). “Vamos seguir a primeira proposta que saiu - resistir. Então, é isso” (Homero, Professor III). “Se votar agora estamos rompendo relação, agora” (Nadir, professora de classe especial) (com voz trêmula e muito nervosa).

Nesse momento, a diretora não resistiu e chorou.

“O Governo está conseguindo nos desunir” (Homero, Professor A.C.T.). “Não sei se teríamos condições de votar agora. Vamos levar a situação para a Delegacia de Ensino. Mas, a maioria já concordou. O Setor I já tomou posição. O ‘Cabral’, a ‘Floresta’ vão decidir por nós. Agora... alguém vai sair machucado” (Maris, Português). “Vamos formar grupo e ir conversar com o ‘Cabral’, ‘Floresta’” (Eunice, diretora). “Vamos conversar com as outras escolas. Precisamos nos unir e não arredar não e bater o pé. Se não der certo, vamos discutir o que é melhor para a escola” (Alberico, pai, A.P.M.). “Eu acho que temos que votar para uma segunda opção. Não pense que vai reunir pai. No começo do ano contatei com pais para uma reunião... poucos apareceram” (Mariana, mãe). “Vamos conversar com as três escolas. Ir antes à Delegacia de Ensino e não esperar ser chamado” (Eunice, diretora). “Vamos montar essa Comissão agora” (Maris, Português).

Formada comissão. Término da reunião.

Embora o primeiro dia de aula no prédio novo tenha sido preparado com discussão pelos professores na Semana de Planejamento (3.1.3.2. ano: 1995, p.227-8), a recepção aos alunos acabou não produzindo o efeito desejado porque a maioria dos alunos não prestava atenção, estando mais interessada em colocar a conversa em dia com os colegas.

A construção de um novo prédio e a reforma do antigo provocaram inúmeros distúrbios no andamento da vida da escola, quer na localização dos diversos setores da escola, quer no deslocamento de alunos para as aulas de Educação Física fora da escola, quer na suspensão de aulas de Educação Física do C.B. à 4ª série, quer na suspensão de todas as atividades do

estabelecimento em um determinado período, retardando o início das aulas, quer na suspensão do uso do laboratório e até mesmo de material de Ciências, além de provocar um desgaste muito grande, tanto nos alunos quanto nos professores e funcionários, com o barulho e a poeira constantes, e com o forte cheiro da tinta e do sinteco.

A seleção de candidatos instituída no Projeto de Escola-Padrão constitui um dos indicadores do aprofundamento da descentralização da educação para o nível da escola individual. A escola recruta, seleciona e admite professor para compor parte do quadro docente, com o perfil que atenda ao seu Projeto Pedagógico. Embora a APEOESP tenha criticado a escolha do corpo docente da escola pela própria unidade, alegando a falta de critérios objetivos, a estratégia permitiu à Escola, por intermédio do diretor e do Conselho de Escola, estabelecer critérios que permitiriam uma escolha de docente afinado com o Projeto da Escola-Padrão “Tiradentes”, por meio de uma Comissão eleita e composta de diretora, coordenador da área, o professor titular, além de um pai conselheiro como testemunha da transparência da Comissão.

A licitação, procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para a celebração do contrato de seu interesse, foi introduzida no “Tiradentes”, na modalidade convite, na qual a Administração Pública encaminha carta-convite a, no mínimo, três pessoas que atuam na área do objeto da licitação, não existindo edital. Para a licitação, a diretora nomeou uma comissão composta de quatro pessoas do Conselho de Escola. Essa licitação observada e descrita é um exemplo concreto da autonomia financeira da Escola-Padrão, entendida como o aporte necessário de recursos para o financiamento do projeto pedagógico da escola. A escola tornou-se numa unidade despesa, por meio da Caixa de Custeio Escolar, que é um organismo estruturado como pessoa jurídica de direito privado, que recebe recursos para custeio e para a implantação do projeto pedagógico consubstanciado no Plano Diretor. Tal organismo visa dinamizar o processo de execução financeira por sua maior flexibilidade operacional (Orientações para o processo de implantação do projeto Escola-Padrão, 1992, p.5). Como a unidade, pela Caixa de Custeio, gerencia os recursos financeiros é possível a licitação pela própria escola.

Com o Projeto Escola-Padrão em pleno andamento e com o primeiros frutos sendo colhidos, inicia-se o processo de corrosão e de desmantelamento do projeto pela Secretaria da Educação, anunciando uma outra reforma, provocando desequilíbrio e trazendo novas

apreensões, novas ansiedades, novas angústias, à comunidade escolar do “Tiradentes”. Como escreve Amaral Sobrinho (1994):

Um dos grandes males da gestão dos sistemas estaduais e municipais de ensino é a descontinuidade administrativa. A cada nova administração, programas e projetos em andamento entram em compasso de espera ou são desativados. Novos objetivos, metas e estratégias são definidos em um eterno recomeçar, como se a mudança de uma administração mudasse os problemas que os municípios enfrentam (p.31).

3.1.4. Análise e comparação das observações

Apresentadas, por escola, as observações realizadas nas três unidades escolares, passo na seqüência, a comparar os dados, nos aspectos: planejamento, ação da direção, Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres, coordenação e hora de trabalho pedagógico, biblioteca e laboratório, comércio “persa”... sinal dos tempos, Regimento Escolar, estrutura funcional.

3.1.4.1. Planejamento

Na E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral” o planejamento acaba sendo uma atividade individual, solitária, embora os professores se reunam na semana de Planejamento. Tenta-se discutir o objetivo da Escola, havendo questionamento, mas divaga-se para outros assuntos que estão incomodando, como a falta de segmentos na reunião: pais, funcionários e alunos e o próprio diretor; e chegando mesmo à interrupção da reunião, para tratar do Decreto da falta por um dos professores. No final, não há um fechamento declarado sobre o objetivo da Escola e passa-se a trabalhar o Plano, por disciplina. Não há trabalho coletivo porque a elaboração do Plano de Ensino acaba sendo dividida entre os professores, ficando cada um responsável por uma série, não havendo nem mesmo uma discussão sobre o que ensinar, como ensinar, que linha adotar... “É uma brincadeirinha que a gente faz todo ano” (Farid, Geografia, 1995).

A avaliação do Plano anterior que deveria ter sido feita no início da Semana do Planejamento, em 1995, foi feita no último dia, somente pelos PI. É uma incoerência. Dados sobre retidos e evadidos da Escola são apresentados, mas não se trabalha em cima deles, nem para avaliar o Plano anterior, nem mesmo para propor metas. Em 1994, a Escola, como futura Escola-Padrão aplicou um questionário com os alunos para coleta de dados para caracterizar a clientela. Na Semana de Planejamento de 1995 nada foi mencionado a respeito desses dados

coletados. Qual seria a razão? Seria, talvez, porque o Projeto de transformar mais algumas escolas em Escola-Padrão, em 1995, foi interrompido, provocando por isso uma grande frustração entre os docentes? Simplesmente os dados foram ignorados no Planejamento de 1995. Nem mesmo uma referência, uma palavrinha sequer... Assim, é que desde 1992 até 1995, os dados utilizados são os mesmos. Não há alteração substantiva nos Planos. Os Planos Escolares analisados, pode-se dizer, são idênticos, de 1992 a 1995. É quase uma cópia fiel, de um ano para outro. Há alteração na ordem da disposição de alguns itens de um ano para outro, supressão de um e acréscimo de outro. A partir de 1993, é incluído o ensino religioso como “A educação religiosa nas escolas da Diocese de Presidente Prudente”. Nos Planos Escolares de 1992 e 1993 consta o Relatório Anual de Atividades Desenvolvidas no anterior (p.75 PE/1992 e p. 85 PE/1993)

O Plano Escolar da E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral” está todo fundamentado no Regimento Comum das Escolas Estaduais, porém ao invés de utilizar o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus que é o caso da referida escola, os artigos citados, em muitos casos, são do Regimento Comum de 1º Grau. Não apresenta Sumário, o que dificulta o manuseio e a leitura e a visão geral do Plano Escolar.

O diretor não participa do processo do Planejamento. Normalmente delega essa responsabilidade para a assistente de direção. Nem mesmo a sua presença física, na sala de reunião, é constatada, embora o diretor sempre esteja na Escola - na sala de diretor. Essa situação contradiz o Projeto de Diretor de Escola, incluído no Plano Escolar (1992 a 1995), porque no Plano de Ação, quanto ao Planejamento Escolar consta “coordenar e elaborar o Plano Escolar” (p.51, PE/1992, p.57, PE/1993, sem nº, PE/1994 e 1995).

O coordenador do C.B. que poderia dar uma “mãozinha”, como é eleito na Semana de Planejamento, acaba ficando como figura decorativa. E a eleição de 1995, como foi tumultuada, acabou gerando um ambiente constrangedor que chegou mesmo a dissolver a reunião, com as pessoas se retirando da sala antes mesmo da hora do término da reunião. E, no dia seguinte, a coordenadora eleita, professora Lucélia, embora presente, não abriu a boca para dizer uma palavra sobre Plano para o corpo docente - PI -, nem mesmo para as professoras do C.B..

Os segmentos do Conselho de Escola - pais, alunos e funcionários - não participam do processo de Planejamento.

A unidade não possui auditório, nem salão amplo que abrigue confortavelmente todos os professores para reunião geral. A sala de aula utilizada para Planejamento comporta cerca de quarenta pessoas e o corpo docente presente, por exemplo, em 1995, foi de oitenta e dois professores. O ambiente físico não propicia condições para reunir número elevado de pessoas.

O material sobre Planejamento, organizado pela Secretaria de Educação, reproduzido em número bastante reduzido - três exemplares xerografados - para mais de oitenta professores, foi entregue no dia do Planejamento. Assim, não houve tempo suficiente para a assimilação, reflexão, discussão do conteúdo e sua aplicação no processo de Planejamento. Nos anos anteriores, nenhum material de apoio (texto) foi utilizado.

Na Semana de Planejamento são incrustadas as eleições do Conselho de Escola - segmento professor e a eleição do Coordenador do C.B. que “roubam” boa parte do tempo destinado ao Planejamento, acrescido do fato de que há dispensa do corpo docente após a eleição, mesmo que haja ainda tempo para se chegar à hora prevista para o término da reunião.

Há um desrespeito com relação a prazos fixados para os professores entregarem os Planos de Ensino. Inicialmente fixados para serem entregues, no ano de 1995, “até 30/3”, foram antecipados, sem avisos prévios e sem serem comunicados pela responsável, durante as reuniões. No último dia, apareceu a notícia de que “o Plano deveria ser entregue até à tarde, senão o professor ficaria com falta”. Na lousa da sala do professor o aviso continuava marcando 30/3. Assim, nessas horas, não há um sujeito determinado, claro, mas sim, indefinido e oculto que transmite recados.

O Planejamento da E.E.P.S.G. “Romana” é feito, com roteiro colocado na lousa, com proposta de trabalho de grupo. Porém, o seu desenvolvimento deixa a desejar porque os professores não entendem bem o que é proposto e ficam perdidos. Foi o que aconteceu em 1993. Além disso, para a discussão do Planejamento/1993 não se tomou o Plano Escolar do ano anterior (1992) como referência, e passa-se de uma etapa para outra muito rapidamente e sem que a etapa esteja completamente entendida, refletida e terminada. Em 1993, somente direção (diretora e assistente de diretor) e professores participaram desse momento de reflexão conjunta.

Em 1995, a direção também planejou a Semana de Planejamento, com atividades em grupo e enriqueceu o primeiro dia de Planejamento convocando os funcionários da Escola para

participar da reunião. Lida a avaliação feita no final do ano anterior pelos professores, foi feito trabalho em grupo (professores e funcionários), com base nesses dados, “para identificar aspectos pedagógicos e administrativos, físicos e outros, apresentando soluções”. Nesta unidade escolar, os pais e alunos do Conselho de Escola, de modo semelhante ao “Cabral”, não são convidados para participar do Planejamento, embora, no Plano Escolar, desde 1992 a 1995 (p.5), conste que “o Conselho Escolar reunido determinou as normas a serem seguidas pela Escola e identificou as necessidades e definiu as prioridades para o ano em curso”. Houve um progresso em relação ao Planejamento, nesses anos, com a retomada da avaliação do ano anterior e com a incorporação dos funcionários, na discussão mais ampla, com todo o pessoal da Escola, buscando um trabalho grupal.

A Escola “Romana”, ao contrário do “Cabral”, possui um salão amplo (de uso múltiplo), embora as reuniões de Planejamento tenham sido realizadas em sala de aula de tamanho grande (originalmente Laboratório e Educação Artística), acomodando bem o corpo docente que tem oscilado de trinta e seis a quarenta e quatro professores de 1992 a 1995.

Na “Romana”, em 1995, quanto ao material de Planejamento elaborado pela Secretaria da Educação, não houve reprodução para ser entregue aos participantes da reunião. Foi utilizado somente o exemplar do Diário Oficial para a leitura feita em voz alta por um dos participantes, no dia do Planejamento e depois, no momento do trabalho por disciplina, xérox da parte correspondente.

Nesta unidade, a diretora e a vice-diretora, em todos os Planejamentos estiveram presentes e atuantes.

O Plano Escolar da “Romana” é melhor estruturado, em relação ao do “Cabral”. Apresenta um Sumário que, além de permitir uma visão global, facilita também o seu manuseio. Também aqui, observa-se a repetição do Plano, desde 1992, havendo uma atualização de dados. No Plano, há uma coerência, tendo em vista que constam as diagnoses da realidade da escola, considerando a comunidade, os recursos materiais e a organização técnico-administrativa, a partir dos quais são levantadas as necessidades, estabelecidas as prioridades e propostos os objetivos.

O Plano Escolar da “Romana” também é mais claro do que o do “Cabral” quando explicita concretamente as atividades que serão realizadas. Por exemplo, ao tratar de visitas e excursões, já define quais os locais: Centro de lazer do CUCO em Presidente Prudente - 5ª e 8ª

séries - 1º e 2º colegiais, Play Center em São Paulo - 8ª séries, 1º e 2º colegiais, Morro do Diabo - 6ª e 8ª séries, SABESP de Presidente Prudente - 5ª série..., ao passo que o do “Cabral” apenas diz, genericamente, que a direção “dará autorização de (sic) excursões com alunos do estabelecimento desde que as mesmas apresentem objetivos culturais e de lazer, sejam planejadas pelos professores e, constem de seus programas de atividades” (Atividades Complementares - IV. Atividades curriculares, 3 - Excursões, p. s/nº, 1995).

Na E.E.P.S.G. “Tiradentes”, a direção sempre providenciou textos de apoio para serem estudados, analisados e discutidos em grupo, na Semana de Planejamento, com exceção do ano de 1995, que em virtude da ampliação e da reforma do prédio, teve o início das aulas adiado e o planejamento antecipado, pegando a direção de surpresa. Até o suplemento especial “Escola em movimento - subsídios para o Planejamento” da Secretaria de Educação não pôde ser utilizado porque só foi publicado em 16/02/1995, no D.O., posterior à reunião.

Tem-se o cuidado de coletar as reivindicações dos alunos, para levantar as prioridades, num trabalho conjunto de diretor e corpo docente. O que diferencia o “Tiradentes” das Escolas “Cabral” e “Romana”, é que em cima dessas prioridades são montados projetos autônomos, ficando uma pessoa responsável, geralmente o coordenador de disciplina ou área mais ligado ao projeto ou então um professor que se predispõe ou que tem interesse sobre o tema.

O Planejamento de 1992 teve apenas a participação de diretor e do corpo docente; em 1993, no primeiro dia do Planejamento (24/02), além da direção, coordenadores e professores, estavam presentes a secretária, os serventes e os inspetores de alunos para definirem a Proposta Educacional. Já em 1995, apenas, direção, coordenadores e professores. Os demais funcionários estavam envolvidos na limpeza e no arranjo da escola, por conta da ampliação. Como as duas outras Escolas, o “Tiradentes” não convoca/convida os segmentos pais e alunos do Conselho de Escola para o Planejamento.

A direção torna o cuidado de dar informes aos professores sobre a própria escola, “Tiradentes”, sobre as legislações que afetam diretamente a vida do professor, como o caso do Decreto sobre faltas, Resolução sobre Educação Física e sobre Jornada de Professor I, e sobre como vai ser o dia do Planejamento. Tem-se o cuidado de realmente desenvolver o que foi proposto para o dia, não se antecipando o término da reunião, até mesmo porque, sendo Escola-Padrão, a maneira de se fazer e apresentar o Plano Diretor é diferente do Plano Escolar

das outras escolas estaduais. Os Projetos Autônomos são mais especificados na questão de ações, responsável, prazo, horas adicionais necessárias. O Projeto Não Autônomo, além desses itens, é acrescido de recursos físicos e materiais adicionais necessários, que são traduzidos em \$. Aqui está uma das grandes diferenças entre o Plano Diretor e o Plano Escolar. A Escola-Padrão, por intermédio do seu Plano Diretor, recebe verbas específicas para o desenvolvimento dos Projetos Não Autônomos. Há, portanto, envolvimento de dinheiro para compras específicas. Isto não acontece com as Escolas “Cabral” e “Romana” (que são escolas comuns) que com seus Planos Escolares aprovados, não significa recebimento de dinheiro para desenvolver projeto.

Quanto à apresentação formal do Plano Diretor, o de 1992 está bem simples, sucinto. Assim, se nas Escolas “Cabral” e “Romana” aparece todo o diagnóstico, no Plano Diretor após breve referência sobre como foi feito o diagnóstico, são apresentados, aí sim, bem desenvolvidos, os problemas já classificados (com conseqüências, causas e sugestões de solução) e os indicadores da escola (com descrição, fonte de dados, responsável pela coleta, cálculo e uso). Há apresentação da Proposta Educacional, Organização da Escola, Consolidação das Metas e dos Recursos, Anexos ao Plano Diretor e Conclusão.

O Plano Diretor de 1993 tem o acréscimo das diretrizes legais da Educação (Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado de São Paulo, Lei nº 4.024/61, Lei nº 5.692/71, Decreto nº 31.035 de 22/10/1991 que versa sobre o Projeto Educacional da Escola-Padrão, Estatuto da Criança e do Adolescente); do Plano de Curso - Ensino de 1º Grau e do Plano de Curso - Ensino de 2º Grau, com as respectivas propostas pedagógicas; do Plano de Coordenação da Direção com suas diretrizes, da Bibliografia utilizada. Os Planos de 1994 e de 1995 atualizam os dados. Desde 1993 a Escola tem utilizado dados dos alunos (matrícula, transferência, evasão, concluinte, retido, promovido) do ano anterior, bem como dos dados da Avaliação Diagnóstica a que foram submetidos os alunos das 8ª séries das Escolas-Padrão em 1992 e da análise efetuada pelas Equipes da CENP, por componente curricular.

O Plano Diretor do “Tiradentes” não se torna repetitivo, no decorrer dos anos, como o das Escolas “Cabral” e “Romana”. Tem sempre uma novidade.

O Plano Diretor do “Tiradentes”, embora com a participação dos professores na discussão das diretrizes e às vezes com a participação de funcionários, no momento mesmo da sua elaboração, acaba sendo feito pela diretora, na maioria das vezes.

Em síntese: o Planejamento Escolar, que, a rigor, deveria ser feito com a participação de toda comunidade escolar, na realidade, acaba tendo apenas a participação da direção e dos professores, não se ouvindo nem funcionários, nem pais, nem alunos, nas escolas pesquisadas. Não há simetria na participação. Também não há o cuidado de se apresentar o Plano Escolar e o Plano Diretor depois de prontos para toda a comunidade escolar tomar conhecimento.

O Plano Escolar deve deixar de ser burocrático e ser um Plano enquanto projeto de trabalho mesmo que deve estar bem claro e presente para todos os envolvidos na vida escolar. Tem que ser construído, gestado por um debate ou uma discussão profunda na escola. É outro elemento que tem que deixar de ser do mundo do faz de conta, tem que deixar de ser “uma brincadeirinha que a gente faz todo ano” (Farid, professora de Geografia, “Cabral”). Das três escolas, o “Tiradentes”, com o seu Plano Diretor é a que melhor se encaminhava nesse sentido - o Plano Diretor constituía-se realmente em um projeto de trabalho e estava presente durante o ano todo, como um norte e sendo avaliado durante o processo.

3.1.4.2. Ação da Direção

Com relação à ação da direção, a análise é feita sobre os dois integrantes: o diretor e o vice-diretor.

Na E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral”, o diretor é uma figura que se coloca acima de tudo e de todos. Embora sempre fisicamente presente, na Escola, ele não se envolve diretamente nas atividades escolares, inclusive nas que obrigatoriamente deveriam ser coordenadas por ele e que não poderiam ser delegadas a outras pessoas. Regra geral, todas as atividades da Escola são exercidas ou comandadas pelas duas vice-diretoras: uma é responsável pelas séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série) e a outra pelas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série) e pelo ensino médio. O diretor funciona como uma espécie de relações públicas porque fica, na maior parte do tempo, na diretoria, atendendo as pessoas - alunos, pais, funcionários, estranhos. Também zela pela conservação e melhoria do prédio. Além de estar lutando pela cobertura da quadra de esporte, todo ano consegue dar uma pintura

nos corredores e na fachada da escola, o que ajuda muito na aparência de limpeza da Escola. Também o muro da Escola está sendo sempre refeito. A parte material - equipamento - também constitui objeto de atenção do diretor. Ele adquiriu, por intermédio da A.P.M., os computadores e os programas para os trabalhos da Secretaria. Com o dinheiro arrecadado na Festa Junina, a cargo dos PI, comprou o aparelho de som para as professoras PI. Para recuperar o antigo laboratório de Química, conveniou com a F.C.T. -UNESP, que o transformou no “Centro de Ciências”, embora o professor da rede designado para cuidar do Centro pela D.R.E. seja um professor não do “Cabral”. Em troca a F.C.T. está montando um laboratório numa das dependências do “Cabral” para a Escola. Futuramente, o Centro será devolvido ao “Cabral”.

Os segmentos professores e pais, quando necessitam colocar problemas ao diretor ou obter autorização para realizar alguma atividade, regra geral, não entram em contato direto com o diretor, mas o fazem via vice-diretor. Não há o enfrentamento direto, face a face. Há sempre a figura do intermediário - vice-diretor ou então um grupo de representantes. Nas reuniões de Planejamento, quando todos os professores estão reunidos, quando há algum problema que se necessita da palavra final do diretor, ao invés do diretor ir aos professores, os professores, por meio de uma comissão, é que se dirigem ao diretor. O diretor evita, quando pode, enfrentar o corpo docente ou mesmo o segmento pai/professor do Conselho de Escola, como um todo.

As vice-diretoras são as que comandam diretamente as atividades da unidade escolar - planejando, atribuindo aula, reunindo Conselho de Classe e Série, reunindo Conselho de Escola, elegendo o Conselho de Escola e A.P.M. ... Na realidade são elas os testas de ferro que executam as atividades, mas forte e imbricadamente atreladas ao mandante - o diretor. Aqui há uma contradição, porque, embora, na prática, nada esteja nas mãos do diretor, tendo em vista que ele não participa diretamente das atividades desenvolvidas pela escola, porque há uma desconcentração das atividades na figura das vice-diretoras, por outro lado, tudo acaba ficando nas mãos do diretor porque depende da sua vontade. Ele é autoritário. [Entre as coisas que o aluno mais gosta da escola aparece “a direção também que é rígida, se a gente for ver bem, a direção é rígida e ao mesmo tempo servem (sic) para dar conselho” (Diogo, aluno, 02/10/1995)].

Merece um comentário a questão das vice-diretoras. Na medida em que o diretor não assume o comando pessoal e direto da escola, passando essa responsabilidade às vice-diretoras, ele deveria também dar autonomia plena a elas, e não ficar manipulando como se fossem marionetes. Por outro lado, também deveria se ampliar o poder do colegiado (Conselho de Escola), por meio do qual o diretor seria cobrado pelas execuções das decisões. Entretanto, como foi relatado nas observações e nos depoimentos, o diretor é autoritário e manobra o Conselho de Escola, vindo com as decisões prontas para serem apenas referendadas nas reuniões, não dando oportunidade para discussões. Mas, no último ano, encontrou um grupo de pais e alguns professores que, juntos, opuseram resistência, com muita dificuldade.

O diretor age contraditoriamente. Sempre pautou para que a lei seja cumprida. Quando surgiu o problema do professor de Educação Física que sistematicamente fugia da sua obrigação, cabulando as aulas, ao invés de tomar medidas administrativas para tirar o professor da Escola, o que ele fez? Tentou utilizar-se de artifícios, por intermédio de terceiro, uma professora de Educação Física, sugerindo que ela pedisse aos alunos atestados de trabalho para diminuir o número de alunos e assim, conseqüentemente, o indesejado professor não teria aulas no “Cabral”.

A direção (diretor e vice-diretor) não participa de greve e também não facilita as reuniões de pais e professores do Conselho de Escola.

O ambiente é bastante formal. O diretor não permite que alunos de ensino médio, professor/funcionário tomem merenda. Nas reuniões não é servido cafezinho.

O diretor nunca vai à Delegacia de Ensino/Divisão Regional de Ensino, nem mesmo às reuniões. Manda sempre a vice-diretora em seu lugar.

Na E.E.P.S.G. “Romana”, a diretora participa de todas as atividades da Escola, juntamente com a vice-diretora. As duas trabalham harmonicamente. A diretora, à testa, coordenando e dirigindo e a vice-diretora, assessorando e auxiliando.

A diretora possibilita que as pessoas falem expondo suas idéias, questionando as situações, argumentando, dando sugestões, nos Conselhos de Escola, nas reuniões de A.P.M. ... As decisões são tomadas pelo conjunto de pessoas, normalmente.

O ambiente da escola é bem informal, descontraída, familiar. Todos tomam merenda. A servente leva todo dia uma panela de merenda à sala dos professores, na hora do intervalo. No

meio da reunião, manda-se chamar a coordenadora do C.B. que está no posto de Saúde do bairro, para ajudar a decidir um problema. Vendem-se roupas, na sala do professor, na hora do intervalo, nas reuniões de H.T.P.... Nas reuniões, o cafezinho é enriquecido com sonho, bolacha, creme de goiabada... A coordenadora do C.B. prepara um lanche para as professoras nas reuniões de H.T.P., oferecendo café com bolo, leite com chocolate e bolacha...

Aquela situação - vender roupas - , além de revelar o problema do baixo salário, aponta também a questão do descompromisso do professor com a Escola. Martins (s.d), ao tratar dos professores leigos ou práticos experimentados, por meio da história da educação brasileira, diz: “Ao que parece há um pacto mútuo mesmo que veladamente. O Estado não exige melhor desempenho do docente mas também não se vê por isso mesmo obrigado a retribuir o trabalho do docente bem como, a oferecer condições materiais” (p.25). Parece que isto se aplica ao presente.

A diretora e a vice-diretora aderem à greve e ajudam a coordenar o movimento na escola.

A diretora possibilita que professores se reunam, extraordinariamente, quando solicitada, para que o corpo docente, num trabalho de grupo, possa estar discutindo o problema que está afligindo e apresentar sugestão à direção.

A direção (diretora e vice-diretora) bem que tenta trabalhar coletivamente, procurando preparar as reuniões, em especial, de planejamento, para que o corpo docente reflita conjuntamente, mas no caminho se perde e não consegue finalizar bem uma etapa, passando para outra, de acordo com a programação feita. Assim, perde-se a articulação necessária entre essas etapas. Mas, consegue tirar algum consenso entre todos, como por exemplo, a respeito de tolerância de atraso, horário de entrada de alunos, regras disciplinares, recuperação semestral e não bimestral, hasteamento de bandeira.

Na E.E.P.S.G. “Tiradentes”, a diretora é uma figura oposta ao do diretor do “Cabral”. É pessoa que se envolve com paixão no trabalho, que se interessa pelas coisas da escola, tanto no aspecto administrativo quanto no pedagógico, e ela “vestiu a camisa” da Escola-Padrão, empenhando-se ao máximo para que fosse para frente, não esmorecendo nunca. Está sempre à frente de todas as atividades da Escola. Talvez o que explique isso, é que uma (boa) parte do professorado e dos funcionários foi resistente quando da mudança de direção, por ocasião de

sua remoção para o “Tiradentes”. A assistente de diretor de escola, Duda, que teve a função transformada em cargo, há muito tempo na casa, e que também vinha exercendo a função de diretor, quando perdeu o poder com a posse da nova diretora, começou a criar obstáculos à sua gestão, fazendo um trabalho de solapar o que a diretora vinha construindo, instigando professores, alunos e funcionários. Esse clima tenso vai permear no andamento da escola durante o tempo todo, mas perdendo a sua força com o caminhar do tempo e com aquelas pessoas se aposentando e outras novas chegando à Escola. Assim, a diretora para conhecer o terreno onde pisava, estava em todos os setores e atividades da Escola, mais intensamente nos primeiros anos de sua gestão. A assistente Vânia (Professora de História) pediu demissão da sua função, retornando às aulas, e no seu lugar foi designada a professora Liamar (PI).

A diretora, além de ter que dirigir uma escola grande (mais de mil e oitocentos alunos, média de oitenta e sete professores e de vinte e cinco funcionários), com diversos tipos de curso, escola antiga, com um novo projeto educacional - Escola-Padrão, a escola em reforma e ampliação, precisa ainda ter habilidade extra para administrar essa rusga, encabeçada pela assistente de diretor Duda, além de outros focos independentes.

Para não dar margem às fofocas e insatisfações, tornou-se intransigente no que diz respeito às concessões, fazendo tudo conforme as leis e atuando da maneira mais imparcial possível.

Consegue semear o trabalho de reflexão conjunta, com os coordenadores, com parte dos professores e com os membros do Conselho de Escola. A Escola-Padrão propicia espaços para isso, ao contrário das escolas comuns. E foi à custa de um processo lento, com avanços e retrocessos muitas vezes dolorosos, sofridos, que isso ocorreu. No primeiro ano de implantação da Escola-Padrão, as H.T.P. foram realizadas solitariamente pelos professores, já no segundo ano, com a experiência, primeiro reservaram-se, no horário da Escola, os espaços para as H.T.P. coletivas por disciplina, para garantir o trabalho de reflexão conjunta dos professores por área, para depois ser feito o horário das aulas. Mais para frente, verificou-se a necessidade de um momento em que todos os professores da casa, independente de sua especialidade, de ser PI ou PIII, efetivo ou A.C.T., pudessem estar se reunindo para discutir problemas comuns e gerais da Escola. Assim, nasce a reunião de quarta-feira, às 18h, fruto de necessidade sentida pelo grupo de professores e direção.

A diretora também toma o cuidado de sempre colocar os problemas que aparecem ao Conselho de Escola, para juntos tomar decisões, convocando reuniões extraordinárias que aconteceram em número elevado (oito em 1993, nove em 1994), se comparado com o “Cabral” (cinco em 1993, sete em 1994 - ano em que foi aventada a hipótese de a escola tornar-se Escola-Padrão), e com a “Romana” (uma em 1993, seis em 1994).

O ambiente do “Tiradentes” fica entre o formal e o informal. A merenda é consumida não só pelos alunos, mas também por outras pessoas que se dirigem à cozinha da escola. Nas reuniões é sempre oferecido cafezinho, às vezes acompanhado de bolacha. De quando em quando é feito um jantar na própria escola, preparado por uma inspetora de aluno. Nos últimos anos foi introduzida a prática de oferecer um lanche aos professores, na sala dos professores, antes da H.T.P. coletiva, com todos os professores (PI, PIII, efetivo, A.C.T.) e funcionários, das 17h 30min às 18h, na quarta-feira, numa tentativa de aproximar os professores, direção e funcionários, sem ser em hora de trabalho, para melhorar o relacionamento, descontraír o ambiente, quebrar o gelo, trazer o calor humano.

A diretora, ao contrário do diretor do “Cabral”, quando a categoria entra em greve, adere.

Com relação à prestação de contas, no “Cabral” não é feita publicamente em reunião; o balancete é pregado na parede da sala dos professores para quem quiser ver... Já na “Romana” e no “Tiradentes”, as diretoras apresentam oralmente, nas reuniões, e nesta última a diretora passa documento para as pessoas presentes verificarem.

As atas do “Tiradentes” são mais detalhadas em relação ao que realmente acontece, porém, dependendo de quem secretaria a reunião, não relatam tudo o que ocorreu. Exemplo disso é a questão das H.T.P. serem agrupadas por área para os professores poderem se reunir com os colegas e a confecção do horário global em função do horário da H.T.P. que não constam na Ata de 22/12/1992, às páginas 69 a 71. Isto é o que Ezpeleta e Rockwell (1989) denominam de coexistência de outra história e existência não documentada. A diretora é cuidadosa, pois faz primeiro a leitura da Ata na reunião seguinte, para fazer correção, quando for o caso, antes de colher a assinatura. Mas, há coisas que escapam.

3.1.4.3. Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres

A respeito da eleição do Conselho de Escola, em relação ao segmento professor, no “Cabral”, todos são candidatos. Após apresentação de todo o corpo docente presente, faz-se a votação, secreta, por escrito em um papel. Nas Escolas “Romana” e “Tiradentes”, apresentam-se os voluntários. Se der o número necessário para compor o Conselho, encerra-se por aqui mesmo, se ultrapassa, é feita a votação (eleição direta). Com relação aos alunos, no “Cabral”, a sistemática é ter candidatos, eleição secreta e apuração. Na “Romana”, os alunos conselheiros de classe, entre eles elegem os que vão compor o segmento aluno do Conselho de Escola (eleição indireta). No “Tiradentes” tem variado a sistemática de eleição de aluno: em 1992 e em 1993, os membros foram escolhidos pelos representantes de classe (eleição indireta); em 1994, com candidatos indicados pela classe, a eleição foi por aclamação (eleição direta) em Assembléia; em 1995, cada candidato apresentou as propostas de trabalho em todas as salas de aula, em seguida procedeu-se à eleição por voto secreto.

Com relação aos pais, no “Cabral”, costuma-se ter uma relação de pais candidatos apresentada pela direção e os pais procedem a eleição por voto secreto. Aqui fica bem claro que a direção quer ter o controle das pessoas que irão fazer parte do Conselho e também é um dos indícios do seu autoritarismo. Em 1995, um grupo de pais presentes à reunião de eleição questionou a “lista” apresentada pela direção, e num movimento de revolta, mudou completamente os rumos da eleição. A “lista” da direção foi totalmente desconsiderada, sendo deixada de lado, e formulou-se uma outra, com os nomes das pessoas que compareceram à reunião. Ainda mais, a eleição que segundo a vice-diretora, seria o dia inteiro, foi realizada e apurada somente com as pessoas presentes na reunião. Os candidatos expuseram, brevemente, as suas idéias, antes da votação secreta. Na “Romana” e no “Tiradentes”, em Assembléia, apresentam-se pais “voluntários” que se for em número suficiente para a composição do Conselho, encerra-se por aqui mesmo, sendo aclamados pela Assembléia; se ultrapassa, é feita votação (eleição direta).

Com relação à atuação do Conselho de Escola, no “Cabral” quase não há discussão, questionamento a respeito do que é apresentado. Regra geral, a professora Farid de Geografia (que tem uma vivência da APEOESP) é que se manifesta, acompanhada de um e outro professor. Alunos e pais, então, raramente falam. Mas, a partir de 1995, as coisas começam a mudar. Os pais, encabeçados pelo senhor Guilherme, conseguem marcar e realizar uma reunião

convocada com os professores, para tratar da paralisação. Estiveram presentes pais, professores e alunos. Mas não tiveram o prestígio da presença de uma pessoa da direção. Também, em outra ocasião, por causa do temor da atuação do senhor Guilherme, o diretor Adolfo impediu-me de assistir à reunião, alegando que seria tratado assunto “sigiloso” e que na realidade era apenas a questão da reposição de aulas da greve. Neste dia, o diretor Adolfo esteve na reunião, o que é raro. Como o plano de reposição “já veio pronto para assinar” (Gilda, mãe), houve o conflito porque os professores não estavam de acordo e os pais também se rebelaram, por intermédio do senhor Guilherme, que ameaçou entrar na justiça. Houve uma grande discussão entre todos os presentes e o calendário acabou sendo reorganizado, contrariando a orientação do diretor do “Cabral”. “De um modo geral, já vem tudo pronto” (Lourdes, PI, 11/09/1995). Tem-se aqui a questão da centralização com o acúmulo de poder político-administrativo num único centro, nas mãos de um menor número de indivíduos, no caso a direção - diretor e vice-diretoras-, que exercem o poder do centro para a periferia. O poder, de acordo com Weber (*apud* Motta, 1992, p.26-7), é a possibilidade de alguém ou de algum grupo impor seu arbítrio sobre o comportamento de outros.

Nesse quadro, os alunos são mais fáceis de serem dominados pela direção. Passa-se “uma listagem para a gente assinar como se tivesse comparecido à reunião, o que não aconteceu...” (Jeremias, 02/10/1995). “Assinei porque chegaram para mim e falaram que eu tinha que assinar ali, e depois que eu tinha assinado que eu perguntei o que era... eles falaram... ‘Não, é que teve uma reunião...’, mas eu não participei da reunião, porque eu tive que assinar?” (Diogo, 02/10/1995). Isto ilustra a teoria de dominação de Max Weber (*apud* Motta, 1992, p.27), em que “a pessoa que impõe seu arbítrio sobre os demais, crê ter o direito de exercer o poder”, ao passo que “o governado, por sua vez, considera como sua obrigação obedecer às ordens do governante”. De um lado, a direção impondo seu arbítrio, manipulando, podando as participações de alunos em reuniões, e de outro, os alunos obedecendo cegamente às ordens da direção. É preciso mudar as relações de poder, por meio da educação para a cidadania, com a concreta participação de todos os agentes no processo de tomada de decisão, ainda que com conflito, como foi o movimento liderado pelo senhor Guilherme (pai).

No “Cabral”, os segmentos professores/pais conseguem se articular melhor, ao passo que os alunos não. “O aluno tem pouca participação e quando quer falar alguma coisa, nunca é ouvido direito” (Margarida, Magistério, 13/09/1995). Já na “Romana” e no “Tiradentes”, entre

os segmentos há uma certa integração. No “Cabral” não há integração entre direção e demais segmentos do Conselho de Escola, ao passo que na “Romana” e no “Tiradentes” há. Os Conselhos das Escolas “Romana” e “Tiradentes” são mais atuantes. Em ambas as escolas, todos os segmentos participam, não somente com a presença física, mas solicitando esclarecimentos, informando, questionando, sugerindo, decidindo. No “Tiradentes”, os participantes são mais questionadores, mais envolventes, mais inflamados, mais arrojados do que na “Romana”. Nesta, há o predomínio do segmento professor, seguido de perto pelos pais. No “Tiradentes”, os segmentos, em termos de participação, pode-se dizer que se equivalem.

Com relação à pauta da reunião, no “Cabral” e na “Romana”, os membros tomam conhecimento na hora, oralmente, sem discussão. No “Tiradentes”, também, a pauta é apresentada na hora, mas escrita na lousa, e nos últimos anos, sujeita à discussão, podendo ser alterada, com inclusão/exclusão de assunto e também houve uma ordenação do funcionamento da reunião.

O diretor do “Cabral”, muito sistemático, não estende o convite para assistir reunião do Conselho de Escola às pessoas que não fazem parte do Conselho de Escola. Essas pessoas ficam temerosas de comparecer às reuniões, mesmo que o assunto seja do seu interesse. Já, nas outras escolas, é comum observar a presença de professores e alunos que não são do Conselho de Escola, participando das reuniões, questionando, pedindo esclarecimento, dando depoimentos, só não votando, com mais intensidade no “Tiradentes”.

Em relação à A.P.M, no “Cabral”, parece que existe apenas formalmente, porque não há participação ativa dos membros como acontece na “Romana”. O diretor é que resolve os problemas. Na “Romana”, a A.P.M. está atenta aos problemas da Escola e encabeça os movimentos para arrecadação de fundos para suprir as necessidades da Escola - bebedouro, ventilador, vidraças das janelas... - e do aluno - apostilas, livros, uniforme - promovendo festas. O problema da falta de muro sólido na divisa com o Postinho é antigo, mas somente em 1995, formou-se uma comissão tirada da A.P.M. para contatar e negociar o levantamento de muro porque o Postinho é da Prefeitura. A A.P.M. da “Romana” - direção, pais e alunos - se envolve desde a programação das atividades até a sua execução. No “Tiradentes”, por causa da reforma e ampliação, a A.P.M. não fez grandes movimentos como costumava fazer, por exemplo, festa junina para arrecadar fundos. Apenas, algumas iniciativas mais tímidas foram realizadas, como

a rifa de uma bicicleta. Além disso, como a escola é Escola-Padrão, passou a receber verbas que as outras duas não são contempladas.

A respeito da prestação de contas ver em 3.1.4.2. Ação da Direção (p.367).

3.1.4.4. Coordenação e Hora de Trabalho Pedagógico

Em relação à coordenação, nas escolas “Cabral” e “Romana”, existe apenas a Coordenação do C.B., ao passo que no “Tiradentes” há outras coordenações, por ser Escola-Padrão: coordenação do ensino fundamental que abrange do C.B. à quarta-série; coordenação de comunicação e expressão; coordenação de ciências; coordenação de ciências humanas; coordenação do ensino noturno e coordenação do CIC (Centro de Informações e Criação). A seguir, apresento comparativamente a questão da coordenação e a H.T.P. nas unidades escolares.

O “Cabral” é a única que tem um local próprio destinado para a coordenação do C.B., onde se realizam as reuniões de H.T.P. conjunta. A “Romana” não possui sala específica para o trabalho do coordenador. As reuniões de H.T.P. com a coordenadora realizam-se no Salão de Uso Múltiplo. No “Tiradentes”, também, não havia um local próprio da coordenadora do ensino fundamental se reunir com as professoras. Inicialmente foi utilizada a Biblioteca, depois as salas de aula conforme o andamento das obras. Já as outras coordenações tinham um local próprio - a antiga sala da pré-escola, numa construção fora do corpo principal, e posteriormente as salas de aula do prédio velho. Finalmente, quando a reforma e a ampliação ficaram prontas, a casa do zelador foi transformada em salas de coordenações, tanto do Ensino Fundamental, quanto de outras áreas.

Na E.E.P.S.G. “Cabral” (1993), as reuniões de H.T.P. do C.B. foram prejudicadas porque a coordenadora do C.B., Rose, esteve muito tempo de licença. Assim, quando a vice-diretora não assumia esse horário para tratar de algum interesse da direção, as professoras ou simplesmente cumpriam o horário sem fazer nada ou cada uma se dedicava a fazer aquilo que lhe convinha - não trabalhavam em grupo, sem a presença do coordenador/vice-diretor.

Em 1995, com outra coordenadora - a professora Edileuza - se houve algum progresso, tendo em vista que, as professoras passaram a ficar juntas no horário da H.T.P., e passou a haver um controle de presença, a questão da organização e da condução da reunião pela coordenadora deixou a desejar. A coordenadora Edileuza organizou o seu trabalho durante as

reuniões iniciais, (preparando listagem das professoras e respectivas classes e sala de aula, aniversário das professoras e do pessoal da casa, quadro com horário das professoras), em vez de dirigir os trabalhos, deixando as professoras livres para o que quisessem fazer. Não havia uma pauta a ser seguida, na maioria das reuniões, a não ser para os “recados da direção”. A troca de experiência que sempre aconteceu nas reuniões não era propriamente organizada para ser apresentada, era quase sempre trazida por uma das professoras (Lígia) e nem sempre compartilhada por todas, porque a coordenadora não conduzia essa troca de experiência e muitas das professoras ficavam fazendo outra atividade ou mesmo conversando paralelamente. A troca de experiência constitui para a maioria em “troca de material”. A maior parte da reunião é dedicada ao preparo de material (para festas, para aula) que uma passava para outra. Não se discutia sobre a validade desse material para aquele assunto e para aquela classe. Não houve um estudo/discussão sobre algum assunto pedagógico em especial, nem mesmo leitura de texto, nas reuniões assistidas por mim, e segundo relato das professoras.

É sintomático que sistematicamente, uma das professoras chega tarde às reuniões (porque estava recolhendo material de aluno, corrigindo trabalho, atendendo mãe de aluno...) e é essa professora a que mais contribui em termos de explicar como trabalha (alfabetização propriamente dita, composição, capa de trabalho, como trabalhar com classe muito heterogênea, exercícios...)

A coordenadora não coloca em discussão sua sugestão (festas de Páscoa e Dia das Mães, campanha do Livro para a Biblioteca da Coordenação e Dia das Mães pelo correio). Simplesmente impõe. Novamente a questão da centralização e da dominação. Não há participação que requer a criação de vínculos entre pessoas autônomas, capazes de influir nas decisões que dizem respeito à vida coletiva. Não há decisão coletiva.

A campanha de livros para se organizar uma biblioteca na sala do C.B., sugerida pela coordenadora, foi feita, mas o “resultado não foi proveitoso” (Lurdes, PI) porque houve desinteresse por parte dos alunos. Foram doados pouquíssimos livros. A coordenadora do C.B. não envolveu nessa campanha nem o Conselho de Escola, nem a A.P.M.. Ficou somente entre as próprias professoras PI.

As H.T.P. constituem na verdade “mais um ponto de encontro” (Lurdes, 11/09/1995). Novamente, a falta de profissionalismo. As H.T.P., instituídas para promover estudos, discussão e reflexão de questões pedagógicas, pelo conjunto dos professores no cotidiano da

escola, não são devidamente utilizadas. Muitas vezes, as professoras se reuniam e apenas ficavam conversando banalidades, somente para cumprir horário.

A professora Edileuza candidatou-se à coordenação para resolver um problema pessoal, particular: deixar de trabalhar em duas escolas, para ficar em uma (“Cabral”) e acomodando a questão do pouco intervalo entre as duas escolas. Como não era a preferida por uma parte das professoras, ela não ousou entrar na questão pedagógica. Como coordenadora declarou que não interferia no trabalho das professoras. Então, aqui não se colocou, não se discutiu a questão da alfabetização com relação à proposta da Emília Ferreiro, nem mesmo a tradicional, nem outras metodologias de outras disciplinas. Cada professora continuou trabalhando como sempre fez. A atitude da coordenadora denota uma falta de profissionalismo, tanto pelas razões de se candidatar, quanto pelo seu comportamento ao exercer a coordenação.

Também não há real integração entre coordenação e direção. O coordenador apenas passa, por intermédio dos recados, as ordens da direção. É porta-voz .

Na “Romana”, desde 1991, a coordenadora é a mesma pessoa, professora Zezé, por indicação dos professores de 1ª a 4ª série, anualmente. As reuniões têm um roteiro. Regra geral há leitura de documento, de revista com assunto pedagógico, feita por uma pessoa para as demais ouvirem. Isto é positivo, porque as professoras estão tendo acesso ao conhecimento, à informação. Não há texto para cada participante. Isto prejudica o aproveitamento do estudo. Deveria haver um texto para cada participante. A função de apoio (Fachin, 1972) de prover material para melhor andamento das reuniões está falha. Discute-se também o trabalho do professor e há espaço para a confecção de material para distribuir às crianças para comemorar algumas datas festivas. Aproveita-se para estudar casos de alunos com dificuldades.

Se no “Cabral” as professoras não têm o hábito de ouvir quem está falando, na “Romana” o clima da reunião é melhor, porque as professoras falam por vez e ouvem o que a colega está expondo, embora, sistematicamente, em toda reunião, a professora Telma fique corrigindo cadernos de seus alunos.

Nesta unidade, percebe-se que há integração entre a coordenação e direção, pois a formação de classes fica por conta da coordenação com as professoras. Já, no “Cabral”, não, a direção é que organiza, e vai colocando o aluno nas classes, sem consultar o coordenador.

O ambiente da “Romana” é menos formal do que no “Cabral”. A coordenadora providencia lanche (café com bolacha/bolo) para as professoras, antes do início da reunião. No

“Cabral”, cada uma é que se vira sozinha, indo no intervalo, à cantina da escola ou trazendo de casa, nem mesmo um simples cafezinho é oferecido.

No “Tiradentes” as H.T.P., por ser uma Escola-Padrão, se estendem “oficialmente”, além dos professores do C.B., aos demais da terceira série em diante até ao ensino médio. Aqui, a diretora não precisa infringir a legislação como na “Romana” para arrumar espaço para as outras séries (3ª e 4ª).

A coordenadora do ensino fundamental do “Tiradentes” adotou o seguinte critério para desenvolver o seu trabalho com as professoras: para atender a especificidade das diferentes “séries”, há reuniões em dias diferentes para o C.B.I e o C.B.C.; para as 3ª e 4ª séries fica reservado um dia da semana, manhã e tarde, para atender as professoras por período; e para resolver os problemas comuns, há uma reunião geral das PI, uma vez por semana. Assim, há o encontro coletivo que é para todo mundo, enquanto o individual é dentro da série, com problemas específicos de cada um (de cada professor e de cada aluno).

Com relação à alfabetização, houve uma série de encontros com estudos, para se decidir se o grupo assumia ou não a “Emília Ferreiro”, até que se resolveu que sim, para então fazer reunião com os pais para explicar o processo. A partir daí, as reuniões do C.B. giraram em torno da “Emília Ferreiro”, com estudos de textos, com fitas de vídeo explicativas, preparo de material para as aulas, além de orientação para ensino de Matemática e conhecimentos gerais. Segundo a coordenadora Érica, o “Tiradentes” foi a Escola que mais teve professores freqüentando o Curso de Alfabetização - Teoria e Prática, em nível de Estado de São Paulo, se capacitando, apesar de o professor estar numa jornada estafante. Isso contribuiu para a atualização, para o fortalecimento da equipe escolar. Nas H.T.P. de 3ª e 4ª séries, há estudo sobre conteúdos, pelo grupo de professoras e depois discussão de como trabalhar com as classes esse conteúdo e preparo do material para a aula. A coordenadora passa vídeo (assuntos pedagógicos) para ser analisado e discutido pelo grupo, utiliza textos e livros para estudo de conteúdo de matéria específica, discute com o grupo o que fazer, como fazer, quando fazer e a adoção da proposta curricular é feita pela professora na medida em que se sente segurança. As professoras elaboram o material para aula, após o estudo. Estudam e analisam os resultados de avaliação (feita pelas próprias professoras como a da Secretaria da Educação).

Com relação ao Planejamento há um trabalho de equipe, inclusive com a ajuda de outros coordenadores de outras áreas, como o de Educação Física, Ciências.

As professoras do “Tiradentes”, como na “Romana”, também sabem ouvir o que as colegas falam, embora, algumas resmunguem baixinho, enquanto a reunião acontece.

A coordenadora procura sempre colocar a questão para as professoras e juntas, discutem, estudam, sugerem e finalmente, decidem o que fazer.

Ao contrário do “Cabral”, que a cada ano tem uma nova coordenadora do C.B., a coordenadora do ensino fundamental do “Tiradentes” é a mesma há três anos e meio. Embora haja uma flutuação de professores, no decorrer dos anos, está conseguindo um trabalho conjunto da sua equipe, uma postura positiva das professoras em relação ao seu (delas) próprio trabalho. Com a H.T.P. houve um “ganho de qualidade” e “em longo prazo houve um investimento e uma seriedade de compromisso muito grande”, tanto que “hoje, para o corpo docente do C.B. à 4ª série, a coordenação pode até ser dispensada” (Érica, coordenadora, 15/08/1995). Foi um caminho percorrido, foi sofrido, doído, mas foi uma conquista. O professor, assim como o aluno, necessita de seu tempo para poder alcançar a sua conquista. No “Tiradentes”, a H.T.P. é um crescer, é um trabalho que está produzindo mudança, transformação, com ranços e avanços.

Uma vantagem do “Tiradentes” e da “Romana”, em relação ao “Cabral”, foi que a coordenadora do ensino fundamental e do C.B. foi a mesma pessoa durante esses anos, podendo fazer um trabalho sistemático e contínuo, e se aperfeiçoando, ao passo que no “Cabral”, a cada ano, foi um coordenador diferente, não havendo um trabalho contínuo.

Em 1992/93, as coordenações de 5ª série em diante, no “Tiradentes”, eram por disciplina - Comunicação e Expressão, Ciências Exatas, Educação Física, Geografia, Ciências, História. Nas reuniões semanais, os coordenadores discutiam assuntos da disciplina, estudavam as Propostas Curriculares para a implantação gradativa, davam oportunidade para troca de experiência entre os professores, organizavam material de aula, orientavam o Plano de Ensino, orientavam com especial atenção os professores novos.

Em 1994, as coordenações por disciplina são eliminadas e em seus lugares são instituídas as coordenações por curso - fundamental e médio - que não foram eficientes, para atender as especificidades das disciplinas. Foi instituída reunião semanal entre direção e os coordenadores de curso, do noturno e do CIC. No ano seguinte, 1995, voltam as coordenações, mas por áreas - Comunicação e Expressão, Ciências, Ciências Humanas, que em relação à coordenação por curso facilitaram o trabalho, mas ainda abarcavam muitas

disciplinas. O desenvolvimento das H.T.P. seguiu as pegadas de 1992/94, quando deu, porque, em 1995, a atenção da unidade como um todo estava centrada nas comemorações dos Setenta Anos da Escola.

Com relação à aceitação da coordenação por parte dos professores, no “Tiradentes”, há grupo que consegue trabalhar integradamente, como o de Ciências, ao passo que uma parte do professorado do grupo de Química, Biologia e Física não aceita a coordenação e somente critica negativamente tudo que é apresentado e ostensivamente demonstra o repúdio, lendo o jornal durante a reunião inteira. Com relação à coordenação de Ciências Humanas, o grupo de Psicologia, Sociologia e Filosofia, que é totalmente heterogêneo está mais aberto à renovação e a coordenadora Fátima consegue desenvolver um bom trabalho com essa turma. Já o grupo da Geografia que é onde a professora Fátima deveria se sentir mais à vontade, porque sua formação é em Geografia, apresentou o dilema do não querer mudar por uma parte dos professores, embora tenha alguns que fazem um trabalho respeitado, mas se calam diante daquela fala. Já o grupo de História não consegue se articular em torno da coordenadora, e vive questionando tudo. Daí a dificuldade de se encontrar um professor que se disponha a ser o coordenador de Ciências Humanas e quando, à custa de muita busca, se consegue um, o coordenador trabalha sob pressão e depois de um tempo, desiludido, renuncia.

A introdução da coordenação do ensino no período noturno e a do CIC (Centro de Integração e Criação) constituem uma das inovações diferenciadoras para a melhoria do ensino da Escola “Tiradentes” em relação às Escolas “Cabral” e “Romana”.

Embora, na Proposta de Trabalho do Coordenador do Curso Noturno, inserida no Plano Diretor, desde 1993 até 1995, conste entre outras “organizar o trabalho conjunto para a construção do Projeto Pedagógico do curso noturno e orientação do profissional do ensino”, não se percebeu diferença entre o curso noturno do “Tiradentes” e das Escolas “Cabral” e “Romana”. O trabalho do coordenador do curso noturno esteve centrado no controle para que os alunos permanecessem na classe e não fugissem das aulas e da escola, uma vez que a assistente de diretor, responsável pelo período noturno, não ajuda a tomar conta da escola, permanecendo sentada, na sua sala, conversando com professores. Desta maneira, muitas das atribuições do coordenador do curso noturno, listadas no artigo 6º da Resolução S.E. 289, de 11/12/1991, não foram cumpridas. Os depoimentos de professores e aluno demonstram bem o que aconteceu:

“A preocupação maior (do projeto da Escola-Padrão) era melhoria da qualidade de ensino, mudança de postura tanto dos dirigentes como dos professores, um avanço maior principalmente para esse alunado e uma política para esse aluno, principalmente do noturno. Infelizmente, a coordenação mais complexa é a do noturno e por não ter tido uma cobertura, por uma falta também de embasamento teórico, ter até o hábito de se estudar essa questão, não se avançou muito. Então, este coordenador acabou sendo mais inspetor de aluno, resolvendo problemas do dia-a-dia, na questão do horário de chegar atrasado, a questão do uniforme, da indisciplina na sala de aula, socorrer o professor, bater o sinal, de pegar o mapa, pegar o giz, então outras questões menores. A maior mesmo, a do projeto, do avanço do pedagógico, infelizmente, não foi o esperado” (Fátima, coordenadora de Ciências Humanas, 09/08/1995).

“Olha, o aluno nunca se preocupou com o professor na sala. O aluno estava assistindo aula, daqui a pouco ele saía sem pedir licença, era uma coisa chata. Às vezes você está querendo aprender, mas tem aluno entrando e saindo e isso atrapalha a aula, isso incomoda. Então, melhorou bastante, porque hoje o aluno não fica mais no corredor como ficava antigamente. O aluno não sai mais da aula. Então, o rendimento melhorou muito, principalmente nos estudos” (Lídia, aluna do 3º C - 05/09/1995).

Sobre a chance de fazer alguma coisa diferente, como coordenador do curso noturno, assim se expressa o professor Ênio:

“Sofremos há três anos a reforma do prédio, (...) que trouxe um pouco de transtorno. Por exemplo, nós perdemos a quadra esportiva que tínhamos para realizar alguma atividade extraclasses, para que a integração do aluno e professor ocorresse [...]. Mas, o grande problema do noturno chama - o aluno trabalhador! - que, com doze, treze anos, está no período noturno porque ele trabalha. As atividades que nós tínhamos chance de realizar (jogos durante o final de semana, campeonatos entre as classes, festa junina), com a perda desse espaço, nós tivemos que cercar [...] e o que eu mais senti e eu até tive um momento para começar e que o Estado suprimiu são as aulas de reforço que nós fizemos aos sábados. Nós montamos um curso de língua espanhola com os alunos do período noturno e um curso de técnica de redação. [...] Infelizmente o Estado lançou uma publicação, cancelando tudo isso” (19/09/1995).

O depoimento do coordenador do noturno mostra que, embora o Projeto da Escola-Padrão visasse aprofundar a descentralização da educação para o nível da escola individual pelo aumento da autonomia da escola, houve intervenções bruscas da própria Secretaria, ao cortar as atividades aos sábados. Alguns projetos em andamento foram cancelados abruptamente, abatendo o ânimo dos professores.

A respeito de realizar reunião com professores do noturno, “as oportunidades são esporádicas [...]. Nós temos que ter um espaço para fazer uma reunião pedagógica com mais

tempo, mais detalhe, com mais debate para que a gente possa discutir o período noturno” (Ênio, coordenador do noturno, 19/09/1995).

A coordenadora do CIC trabalha a biblioteca junto aos alunos e divulga tudo que chega à escola - de recebimento de livros a material de curso, de concurso, para os professores, nas H.T.P.. No ano de 1995, a coordenação da comemoração dos Setenta Anos ficou a cargo da coordenadora do CIC.

A coordenação, no “Tiradentes”, é um aprendizado, um trabalho de grupo, não só entre o coordenador e os professores, mas entre as próprias coordenações (algumas). O trabalho individual do coordenador é bom, mas ainda falta a perfeita integração entre as áreas.

“Tiradentes” é a única, das três escolas pesquisadas, que tem um momento reservado, em que todos os professores da casa, os coordenadores e a direção se encontram, no início mensal e depois semanalmente, para colocarem, analisarem, discutirem, a escola como um todo. A consequência disso: melhor trabalho articulado, consolidação do profissionalismo, prática reflexiva, gestação do sujeito coletivo.

3.1.4.5. Biblioteca - Laboratório

As três unidades escolares possuem Biblioteca. Na “Romana” e no “Cabral” a Biblioteca funciona em um local destinado só para isso, ao passo que no “Tiradentes”, durante estes anos todos, a Biblioteca mudou várias vezes de local, por conta da ampliação/reforma da Escola, e até setembro de 1993 estava no salão que ficava no fundo do terreno, isolado e distante do prédio principal, que servia também para reunião geral e como salão de vídeo.

Nas três unidades não existe bibliotecário e no seu lugar são colocados os readaptados como responsáveis. Na “Romana”, é uma servente que dá conta do recado, nos três períodos, em dias alternados. Então, a Biblioteca não fica aberta o dia inteiro. O usuário já se habituou e a Biblioteca é bastante utilizada pelos alunos, para consulta no próprio local e para empréstimo. No “Cabral”, as responsáveis são professoras (PI) que atendem os três períodos, cobrindo todos os dias da semana, conforme uma escala. Elas estão sempre no seu posto de trabalho. No “Tiradentes”, as responsáveis são professoras (PI), sendo que duas tomam conta no período diurno e uma no noturno. À noite, a Biblioteca funciona melhor porque Joana está sempre presente e na sala da Biblioteca, ao passo que, no período diurno, a permanência das responsáveis na sala, não é constante, embora estejam na Escola. Com a instituição do CIC, a

coordenadora Susi reorganizou a Biblioteca e passou, também a atender os alunos, no diurno, para suprir a falha. Enquanto a Biblioteca funcionou junto com o salão de reunião/vídeo, o número de consulente diminuiu. A coordenadora Susi fez um trabalho para atrair professores e alunos, inclusive melhorando o aspecto visual da Biblioteca, nos vários ambientes por onde passou.

Com relação aos livros, a “Romana” possui poucos volumes, ao passo que o “Cabral” é o que mais tem, embora muitos antigos. Já o “Tiradentes” tem um acervo razoável, mas com livros de várias áreas e atualizados, recebidos por conta do projeto Escola-Padrão.

Com relação ao Laboratório, a “Romana” montou o seu na sala destinada à Saúde. O “Cabral” cedeu o prédio que abriga o laboratório da Escola à UNESP - Faculdade de Ciências e Tecnologia - por meio de um convênio, para que esta realizasse a reforma e a utilize como Centro de Ciências, até que a F.C.T. tenha o seu próprio. Conforme informações dos alunos do “Cabral” e da professora Brenda, designada para cuidar do Centro de Ciências, pela D.R.E., os professores de Ciências do “Cabral” não utilizam o Centro para dar suas aulas. Os alunos do “Cabral” desconhecem a existência do Centro de Ciências. Sobre o uso do Laboratório pelos professores, os alunos declaram: “Não, até agora não levaram a gente” (Roberto, 25/09/1995). “Laboratório não, aqui não tem... pelo menos pode até ter para o pessoal da manhã, mas para o pessoal da noite, não” (Diogo, 02/10/1995). “Nunca teve nada, e para falar a verdade eu nem sabia que ali (apontando em direção ao Centro de Ciências) tinha um laboratório. [...] Nada, nada, nem de biologia. Só teoria!” (Jeremias, 02/10/1995). Parece que a idéia de melhorar o laboratório do “Cabral”, pelo Convênio, para que o professor substitua o “talk and chalk” - cuspido e giz - não encontrou eco no corpo docente. Assim, o ensino de Ciências no “Cabral” continua verbalista - o ensino de cuspido e giz, revelando a incompetência e o descompromisso do professor. É preciso que a direção (diretor e vice-diretoras) estimule o professor a aperfeiçoar o seu conhecimento e incentive-o a utilizar-se do Centro de Ciências e a usar o Laboratório da escola para mudar a maneira de ensinar. É preciso caminhar do ensino verbalista para o ensino prático, para o ensino experimental.

No “Tiradentes”, a equipe de professores de Ciências é unida e tem, desde o início, procurado usar o laboratório que estava numa sala do prédio que ficava separado do prédio principal. Com a ampliação/reforma, a equipe teve que encaixotar o material de laboratório que ficou muito tempo sem ser utilizado pelos professores. Como estavam sem local próprio, os

docentes improvisaram material para algumas aulas. A coordenadora Merle, em contato com o Centro de Ciências, providenciou “kit” de Biologia para os professores. Quando a ampliação/reforma terminou e o laboratório, finalmente, instalado e montado em seu local próprio, pronto para ser utilizado, a Escola-Padrão acabou. Nem professor, nem aluno, puderam realizar seu sonho de trabalhar/estudar no laboratório. Ironia do destino. O laboratório foi construído para a tão apregoada melhoria do ensino dentro do Projeto de Escola-Padrão. Enquanto durou o projeto, os professores e os alunos viram-se sem condições de utilizá-lo. Quando pronto, o projeto se vai... Esta situação mostra que a descontinuidade, com a mudança de governo, é nociva. É importante que haja continuidade do Projeto, mantendo algumas Escolas-Padrão como referência e não abolir de forma linear, como a Secretaria da Educação fez.

3.1.4.6. Comércio “persa”... sinal dos tempos

A crise econômica que o mundo atual, e em especial o nosso país, está sofrendo reflete-se na escola. Nas três unidades pesquisadas, há, junto da vida escolar, um comércio informal praticado, nas dependências da escola, pelos professores e funcionários, cujos salários estão defasados.

No “Cabral”, segundo declaração de uma professora, pelo menos um professor comercializa produtos do Paraguai e por isso falta muito às aulas. A coordenadora oferece roupas, em pleno horário de reunião de H.T.P. conjunta com PI. Parece que a situação está bastante ruim, pois a direção deixou de colocar papel higiênico no banheiro dos professores porque “alguém leva para casa”.

Na “Romana”, uma professora vende roupas, em plena H.T.P. de coordenador com PI, e uma outra professora vende peças íntimas na sala dos professores, nos intervalos. Uma inspetora faz, nas horas de folga, crochê para vender.

No “Tiradentes” há comércio, feito mais discretamente, por algumas professoras (produtos do Paraguai, por encomenda, bijuterias e semi-jóias, nos intervalos).

Esse quadro descrito revela, de um lado, a questão do baixo salário de professor e funcionário influenciando na questão da sobrevivência, ganhar seu sustento e de sua família, fazendo com que essas pessoas arrumem mais uma fonte de renda para complementar os seus

vencimentos, de outro, a falta de profissionalismo dos mesmos, exercendo atividade alheia à sua função, em plena hora de trabalho escolar.

Paro (1993) nos alerta para a necessária exigência de um verdadeiro profissionalismo a ser assumido pelo professor.

Não bastará oferecer condições adequadas para o docente exercer suas atividades. É preciso que dele seja exigido um *comprometimento efetivo com seu trabalho*, à altura da função social que desempenha. Com a deterioração das condições de trabalho, não é raro observar-se nos professores uma postura de total alienação com respeito às conseqüências de sua atividade profissional, como quem diz: “trabalho mal porque ganho pouco.” Esta postura parece-me muito perigosa porque, além de denotar uma desistência pela luta por melhores condições de trabalho e por melhor ensino, dá oportunidade ao Estado de continuar apostando em seu argumento de que o professor “ganha pouco porque trabalha mal”.

Como qualquer outro trabalhador, o professor tem o direito de lutar por salários justos e melhores condições de trabalho, mas, pela natureza das atividades que desempenha e pelo seu papel político na distribuição do saber, tem que ter um *mínimo de compromisso com um ensino de qualidade* (p.26) (grifos meus).

3.1.4.7. Regimento Escolar

De acordo com a doutrina, o Regimento Escolar deve expressar a legitimidade e a legalidade. O Regimento Escolar em vigor é um imperativo legal, mas não legítimo porque não resultou do trabalho de reflexão conjunta da comunidade escolar - diretor, coordenador, professor, funcionário, aluno e pai - mas sim, fruto do trabalho de pouquíssimas pessoas dos órgãos centrais, enquadrando-se, portanto, nos níveis mais altos - nível 1 e nível 2 - , na questão das decisões, conforme o **quadro 4** (p.46) sobre relação entre níveis de decisão e participação dos membros da organização. O Regimento Comum foi imposto e não conquistado.

Antes de tudo, é preciso observar que nas três escolas pesquisadas, que são de ensino fundamental e médio simultaneamente, o Regimento Escolar utilizado ora é o R.C.E.E. de 1º Grau (aprovado em 31/08/1977, pelo Parecer C.E.E. nº 731 e pelo Decreto nº 10.623, de 26/10/1977), ora é o R.C.E.E. de 2º Grau (aprovado em 15/12/1977 pelo Parecer C.E.E. nº 1.135/77 e aprovado pelo Decreto nº 11.625, de 23/05/1978) e não o R.C.E.E. de 1º e 2º Graus (aprovado pelo Parecer C.E.E. nº 390, de 19/04/1978 e homologado pelo Secretário da Educação pela Resolução S.E. de 1º/08/1978, conforme o artigo 9º da Lei 10.403/71), que é o regimento legal para as três escolas pesquisadas. O equívoco impera nelas. Como este último

Regimento Escolar não recebeu o aval do governador, por um Decreto, para muitos não tem validade, quando, ao contrário, a sua aprovação pelo Conselho Estadual de Educação é o que está correto, legal, portanto está em vigor.

Nas reuniões assistidas por mim, no “Cabral” não houve referência ao Regimento Escolar, ao passo que na “Romana” e no “Tiradentes” o Regimento foi utilizado em algumas reuniões, fazendo-se leituras de trechos, e nesta última escola, mais vezes.

No “Tiradentes”, desde 1992 até 1995, é realizada leitura do Regimento Escolar nas reuniões de Conselho de Escola e de Planejamento (compensação de ausência, professor coordenador, coordenador pedagógico e calendário escolar). No início do ano, costuma-se fazer leitura e discussão sobre a parte da verificação do rendimento escolar, nas aulas, para os alunos.

Nos Planos Escolares do “Cabral” e da “Romana”, ora é citado o Regimento de 1º Grau, ora do 2º Grau. Já no Plano Diretor do “Tiradentes” não há referências sobre o Regimento Comum das Escolas Estaduais. No Plano Diretor da Escola-Padrão, a partir de 1993 até 1995, ao tratar da autonomia da escola, aparece a questão dos “provisórios” regimentos únicos, citando-se um texto de Azanha (Documento preliminar para orientação das atividades da Secretaria). (Plano Diretor -1993, p.25-6, 1994, p.42-3, 1995, p.49-50)

No Plano Diretor consta: “... porque, num ensaio de autonomia, em 1992, o CONSELHO DE ESCOLA decidiu pela Avaliação Contínua e Recuperação Paralela tentando eliminar a MENTIRA DA RECUPERAÇÃO FINAL pois, entendíamos que um trabalho sério e honesto documentado durante todo o ano seria a nossa arma contra qualquer pedido de reconsideração de decisão final.” (1993, p.26; 1994, p.43; 1995, p.50)

No “Cabral”, a direção segue o Regimento Escolar, nas questões disciplinares. A Escola não elaborou Regras Disciplinares próprias, especiais, com o conjunto da Escola (aluno, professor, pai). Não há questionamento por parte do aluno sobre uniforme. Já a “Romana” elaborou as suas Normas Disciplinares (ANEXO 5) e “Tiradentes”, o seu Código Disciplinar (ANEXO 6), com os alunos e os professores, aprovados pelos respectivos Conselhos de Escola. No “Tiradentes” o Código foi feito a partir da sondagem com alunos sobre “coisas que precisam mudar na escola” (1994). Nestas duas escolas, a questão do uniforme tem sido motivo de polêmica.

Na última avaliação da Escola-Padrão, “Tiradentes”, entre os assuntos sugeridos pelos professores para serem debatidos, aparece o Regimento Comum das Escolas Estaduais.

3.1.4.8. Estrutura funcional

O **gráfico 3** (p.83) representa a estrutura formal da unidade escolar estadual, conforme o Regimento Comum das Escolas Estaduais do Estado de São Paulo, e o **gráfico 4** (p.385) visualiza a estrutura funcional formal da Escola-Padrão, nos termos do Decreto nº 34.035, de 22/10/1991. A realidade, porém, mostra que as escolas pesquisadas não refletem fielmente as intenções das duas legislações citadas. Temos retratadas as estruturas funcionais das Escolas pesquisadas: no **gráfico 5** (p.386), a do “Cabral”, de 1992 a 1993, no **gráfico 6** (p.387), a do “Cabral” de 1994 a 1995, no **gráfico 7** (p.388), a da “Romana”, de 1992 a 1995, e no **gráfico 8** (p.389), a do “Tiradentes”, em 1992, e no **gráfico 9** (p.390), a do “Tiradentes”, em 1995.

Nenhuma das estruturas levantadas na pesquisa coincide perfeitamente com as determinadas, tanto pelo Parecer CEE (SP) nº 390/78 para as Escolas Estaduais comuns, quanto pelo Decreto nº 34.035/91 da Escola-Padrão. Exemplificando: no “Cabral” e na “Romana” não há a Orientação Educacional, nem Coordenação Pedagógica que aparecem no **gráfico 3** (p.83), em contrapartida apresentam a Assistência ao Escolar com Dentista e Merendeira, vinculados externamente, à Prefeitura Municipal, e o Coordenador do C.B., e em 1994/1995, no “Cabral”, consta o Centro de Ciências, em convênio com Universidade.

No “Tiradentes”, em 1992 (**gráfico 8**, p.389), não constam Orientador Educacional, Assistente de Administração Escolar, Professor Coordenador, Professor Assistente e Coordenador Pedagógico que estão no **gráfico 4** (p.385), mas efetivamente aparecem o Coordenador de Ensino Fundamental, o Coordenador do Curso Noturno, o Coordenador de Áreas e o Coordenador do CIC, com seu auxiliar. O Dentista e a Merendeira aparecem com dependência hierárquica e/ou funcional externa. Já em 1995, há o acréscimo do Assistente de Administração Escolar (**gráfico 9**, p.390). Até 1994, no “Tiradentes”, aparecia a Cantina Escolar, e em 1995 não figura porque não está funcionando por conta da falta de espaço devido à reforma do prédio e está tramitando na Justiça um processo que anula a concorrência de 1993.

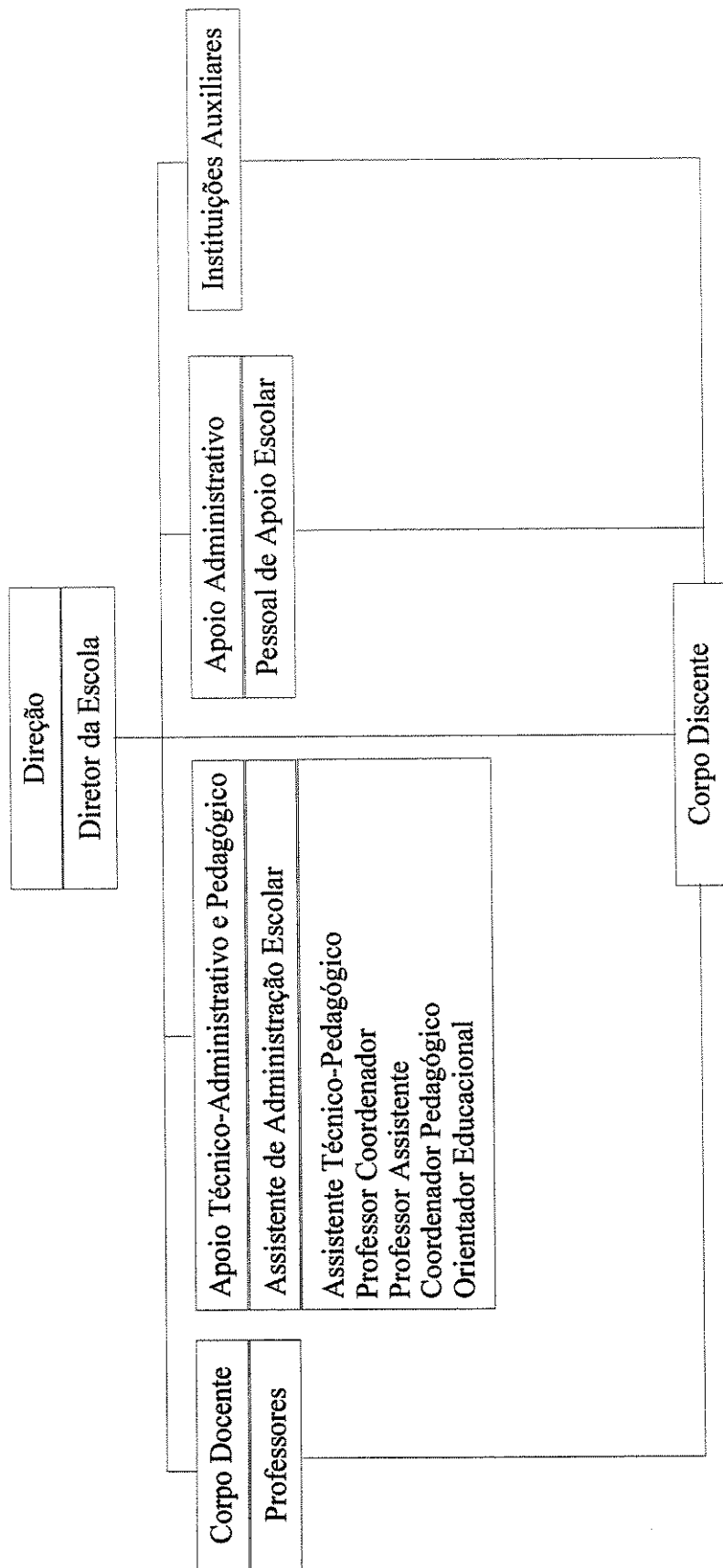
“Tiradentes”, em relação às escolas “Cabral” e “Romana”, apresenta, além do Vice-Diretor, o Assistente de Diretor, e conta ainda, com Assistente de Administração Escolar,

Coordenador de Ensino Fundamental, Coordenador do Curso Noturno, Coordenador de Área e Coordenador do CIC.

Ainda, em relação à organização da escola, de acordo com as teorias educacionais modernas, o aluno é situado no centro do processo educativo, como sujeito e objeto, cidadão em construção, como na escola cidadã de Bordignon, (vide **Gráfico 1** - Visão organizacional da Escola da Cidadania, p.27), ao passo que na estrutura do Regimento Comum das Escolas Estaduais, sequer aparece a figura do aluno. (vide **Gráfico 3** - Estrutura da Unidade Escolar, p.83 - onde coloquei o quadro destinado ao aluno em achuriado para indicar que o Regimento deixou-o de escanteio)

GRÁFICO 4

Estrutura Funcional da Escola Padrão
(Núcleos de Atividades)
Decreto nº 34.035 de 22/10/91



Estrutura da E.E.P.S.G. "Pedro Álvares Cabral" - 1992 a 1993



Estrutura da E.E.P.S.G. "Pedro Álvares Cabral" - 1994 a 1995



GRÁFICO 7

Estrutura da E.E.P.S.G. "Romana" - 1992 a 1995

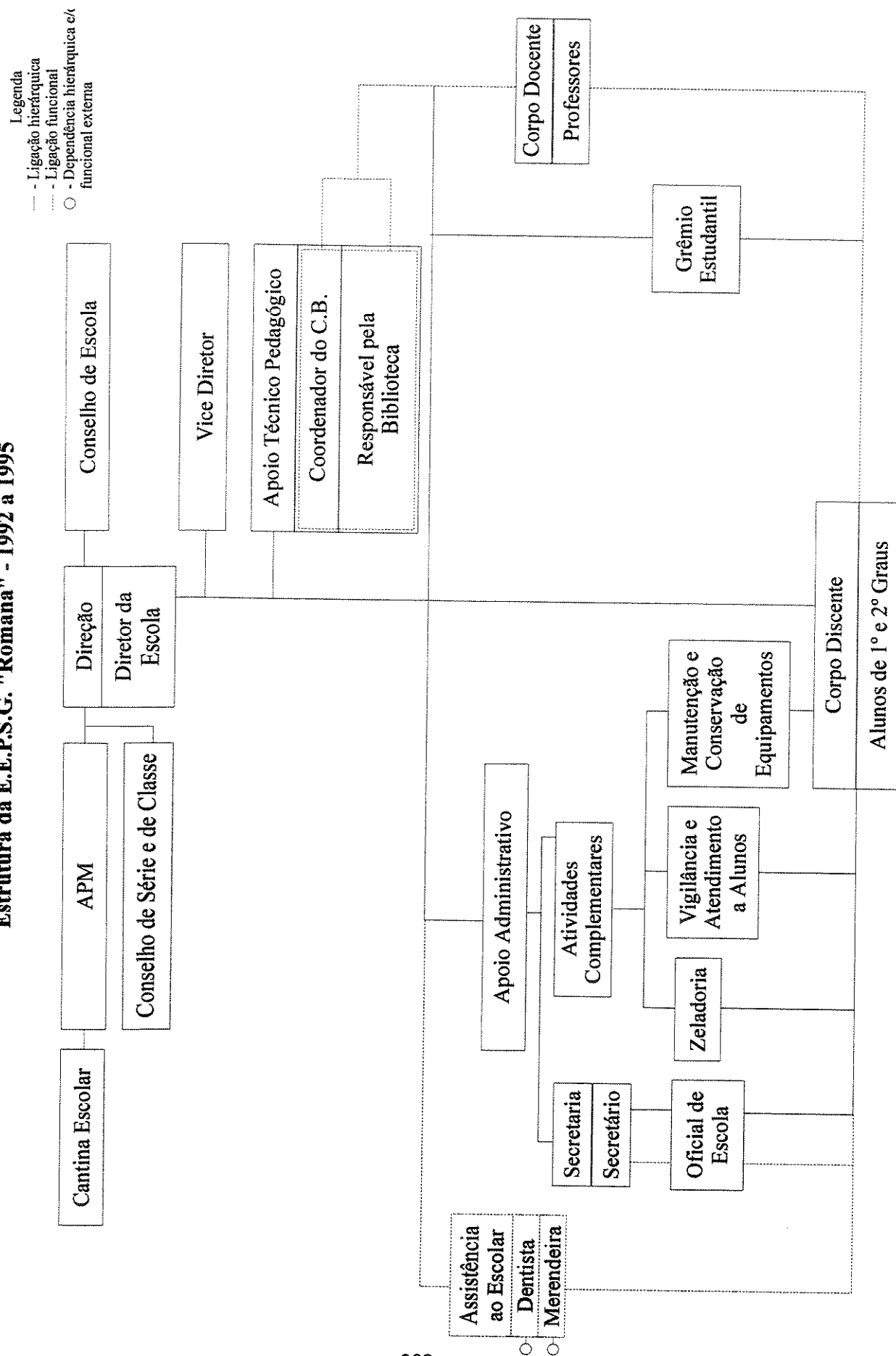


GRÁFICO 8

Estrutura da E.E.P.S.G. "Tiradentes"- 1992

- Legenda
- Ligação hierárquica
 - Ligação de cooperação
 - Ligação funcional
 - Dependência hierárquica e/ou funcional externa

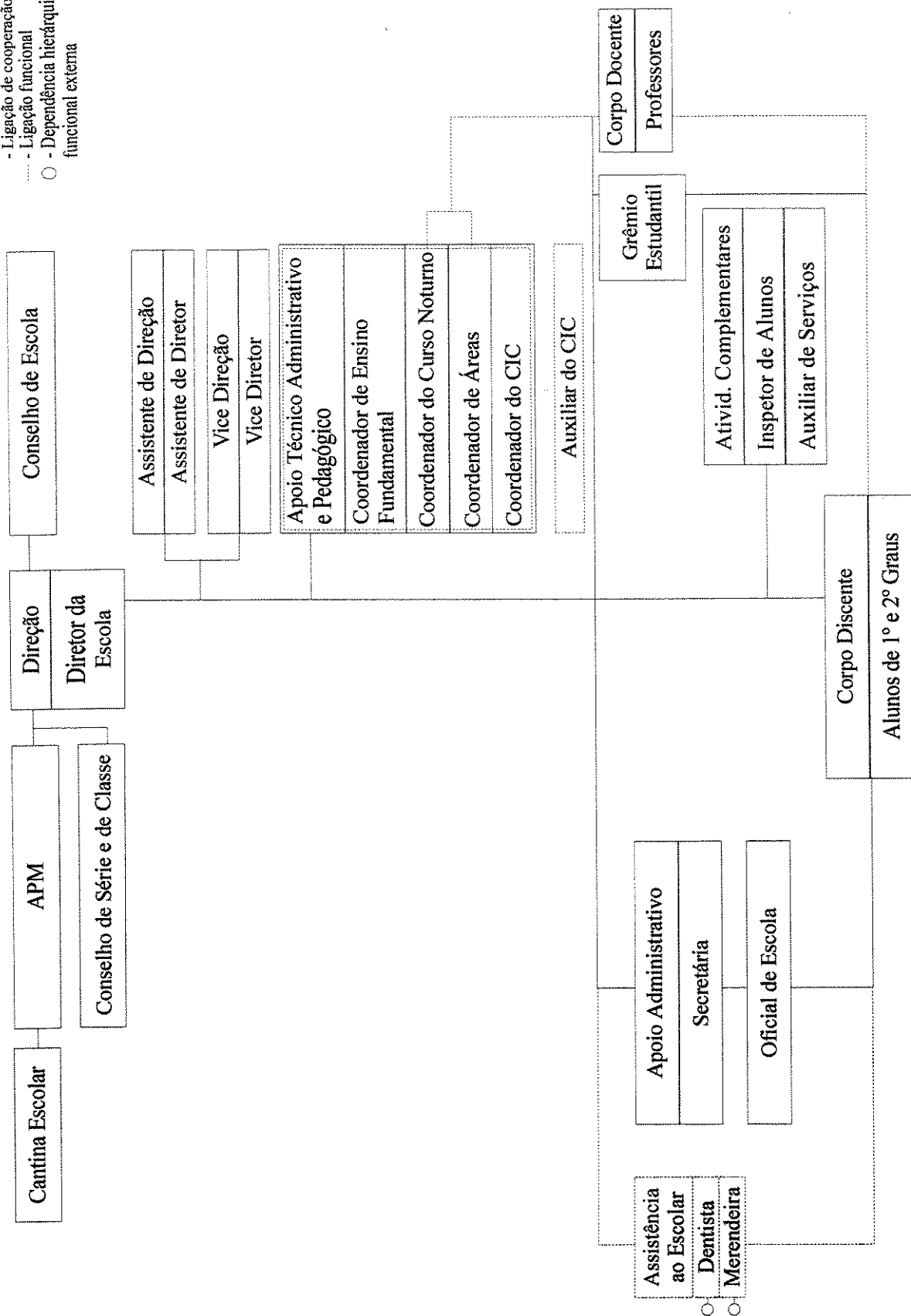
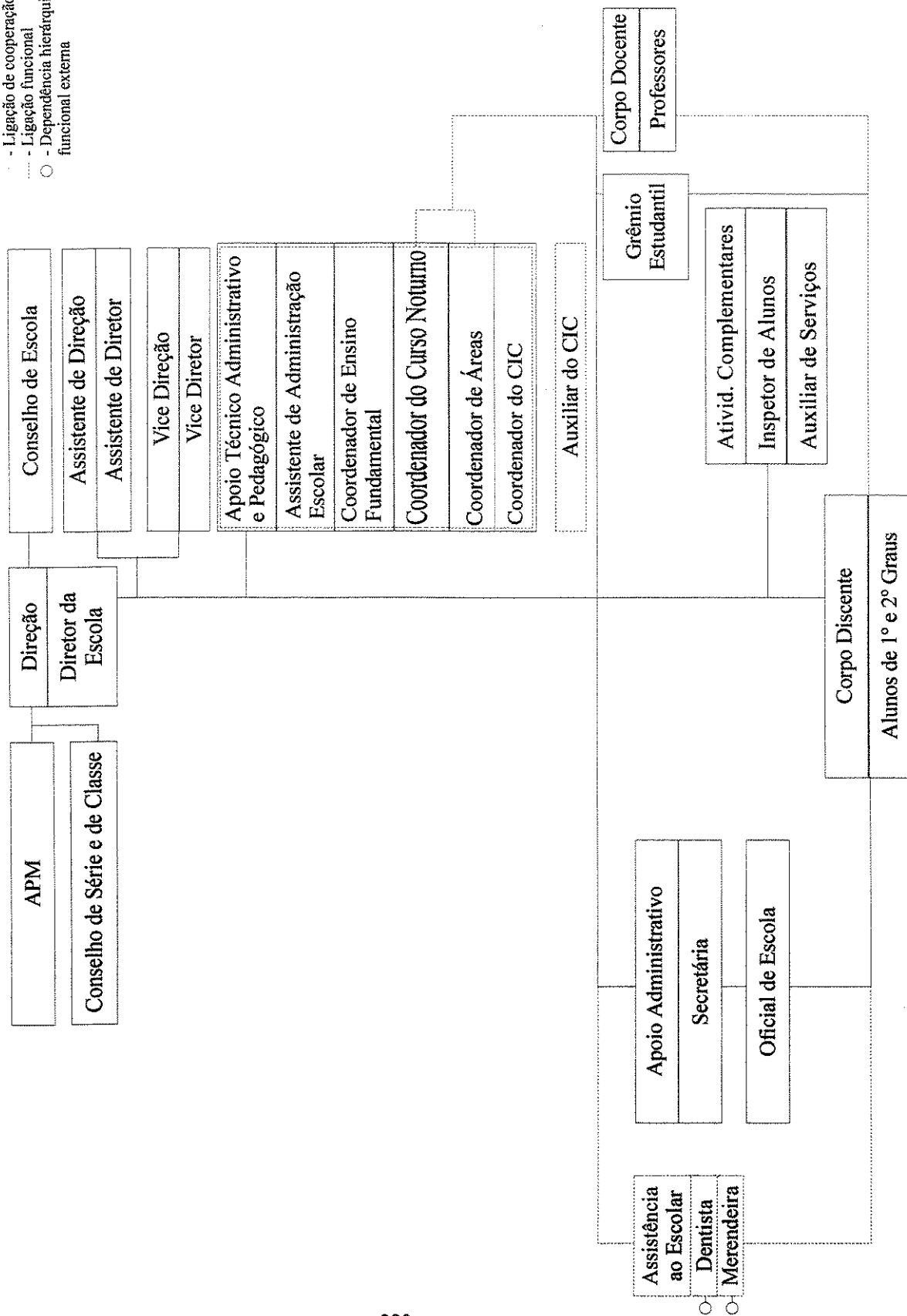


GRÁFICO 9

Estrutura da E.E.P.S.G. "Tiradentes" - 1995

- Legenda
- - - Ligação hierárquica
 - - - Ligação de cooperação
 - - - Ligação funcional
 - Dependência hierárquica e/ou funcional externa



TSUTAKA WATANABE

VOLUME II

3.2. Expectativas de Escolas, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe do Magistério sobre a Escola-Padrão

A pesquisa contemplou, além das escolas comuns, a Escola-Padrão que estava sendo implantada (1992) pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Assim, nesta parte do trabalho, apresento o confluir de expectativas da própria Escola-Padrão (“Tiradentes”) e das não-Padrão (“Cabral” e “Romana”), bem como as expectativas da Delegacia de Ensino e das Entidades de Classe sobre a Escola-Padrão.

3.2.1. Expectativas da Escola “Pedro Álvares Cabral” sobre a Escola-Padrão

Em junho de 1992, conforme o diretor Adolfo, o Conselho de Escola decidiu não aceitar ser Escola-Padrão, em 1993. O motivo alegado é que a clientela da E.E.P.S.G. “Pedro Álvares Cabral” não é só da área central, mas provém dos diversos bairros de Presidente Prudente e de vários municípios da região. Assim, haveria dificuldade para a vinda de alunos, aos sábados, à tarde.

Em setembro, pela Resolução S.E. nº 170 de 09/09/1994 (D.O. 10/09/1994), a Escola “Cabral” entrou na lista das futuras Escola-Padrão. A vice-diretora Bruna e o diretor Adolfo não sabem porque o “Cabral” foi colocado na lista “porque o critério para escolha da Escola-Padrão seria escola grande, mas não sabemos dizer realmente o que foi adotado, pois se o ‘Cabral’ cabe no critério, outras escolas como Carmem Alves, Floresta, não se enquadram”.

Já, segundo o Supervisor de Ensino Milton, “na lista das Escola-Padrão deste ano, entraram as escolas da Delegada de Ensino, do Diretor da D.R.E., da mulher do Diretor da D.R.E. ... Segundo as más línguas - ‘escolas do pessoal que manda’...” - e ele completa, irônico: “houve uma coincidência...”

A Escola “Cabral”, eufórica, estava se preparando para 1995. Aplicou questionário aos alunos para coletar dados para caracterização da clientela para o Plano Diretor. Ia tabular e analisar.

O orientador de Matemática da Delegacia de Ensino, professor Osvaldo, comentou que “antes, nunca nenhum professor do ‘Cabral’ esteve presente nas reuniões que eu promovo. Ultimamente, por conta da Escola-Padrão, alguns professores do ‘Cabral’ estão comparecendo às reuniões”.

Na lousa da sala dos professores, havia um aviso pedindo que os professores se manifestassem se quisessem ser coordenador (CIC, Noturno, C.B. à 4ª série, HEM, e das Áreas - Língua, Exatas, Ciências Sociais).

Para o diretor Adolfo, “as escolas não precisariam se tornar padrão, seria necessário melhorar a questão do vencimento dos professores, de um modo geral”.

Em outubro de 1994, o Diretor Adolfo disse que “até agora, por conta da greve, não saiu nada” a respeito da efetiva implantação da Escola-Padrão no “Cabral”. Mas, na sua “opinião a Escola-Padrão não funciona e apenas onera o Estado. Se o ‘Cabral’ fosse uma Escola-Padrão dobraria o número de professores”. “Outra coisa”, complementa ele, referindo-se a uma das Escolas-Padrão da cidade,

“o ‘Tiradentes’ não precisaria da construção do prédio novo; na verdade o Estado deveria fazer com que as escolas da periferia (as não centrais), por exemplo, perto do Tênis Clube, deveriam ser ocupadas pelos alunos. Está havendo esvaziamento das escolas periféricas. O Estado está gastando desnecessariamente com essas construções de Escola-Padrão.”

O D.O. de 03/01/1995 (já no Governo Covas) publica a Resolução S.E. 1, de 02/01/1995, revogando as Resoluções S.E. 137 de 29/07/1994 e 170 de 09/09/1994 que relacionaram as unidades escolares que integrariam o Projeto Educacional Escola-Padrão-94 para funcionar em 1995.

Em relação à questão da Escola-Padrão, a vice-diretora Bruna sente “uma grande frustração, pelo fato de a Escola ter sido colocada como Escola-Padrão e este ano não ter sido implementado”. Explica ela:

“A razão não é tanto financeira (iria ganhar mais) mas pelo fato de não ter H.T.P. para os professores de 5ª em diante. Eu tenho acompanhado as reuniões da coordenadora do C.B. e acho que são produtivas - o fato dos professores se reunirem para trocar idéias, experiências, além de saber os problemas, mesmo pessoais de cada um.”

Já Maria Ângela, secretária, achou que “nunca ia dar certo”, ia ser “uma coisa passageira”, “mesmo em termos financeiros, uns ganham e outros não ganham, como por exemplo a nossa parte administrativa não ganha nada a mais, então isso já criava até uma certa revolta”.

Os alunos, pertencentes ao Conselho da Escola, a respeito da Escola-Padrão, assim se expressam:

“Eu achei que seria bom, apesar da idéia de estudar no sábado que seria difícil (porque trabalho), mas seria bom porque melhorando o estudo, melhorando nos materiais,

tendo computador, ter mais coisa seria bem melhor, minha expectativa seria essa, a melhora!” (Diogo, ensino médio) (02/10/1995)

“A gente não sabia muito bem ao certo se a gente queria ou não ‘Escola-Padrão’ para a escola, porque a Escola-Padrão influi em muita coisa. Por exemplo, a *direção poderia escolher um professor* e esse professor poderia ser melhor talvez, porque às vezes a gente tem professores péssimos, que não dão nada em sala de aula e que *não pode tirar porque ele tem a carga efetiva* aqui faz tempo, então a gente tem que agüentar professores que não vêm na aula, professores que não dão aula e que não estão nem aí. Então, nós poderíamos reivindicar junto à direção, que eu acho que os professores ficariam mais espertos, empenhavam mais. Esse seria um lado positivo” (Margarida, 3º Magistério) (13/09/1995) (grifos meus).

A aluna tocou num ponto muito importante: a admissão de professor. Pelo Projeto, a Escola-Padrão tem autonomia, na questão da seleção de professores, para composição do corpo docente da unidade escolar, atendendo o seu Projeto Pedagógico. Um dos requisitos para a seleção é a apresentação de Proposta de Trabalho do candidato, pelo qual a comissão analisa a linha de trabalho do interessado e se é condizente com o Projeto Pedagógico da escola. A atribuição de aula constitui um dos grandes problemas das escolas não Padrão, porque da maneira que vem sendo feita, essas escolas recebem o professor que é classificado pela Delegacia de Ensino e que, muitas vezes, não atende o perfil do profissional exigido pelo seu Projeto Pedagógico. A falta de compromisso pedagógico e político do professor, no desempenho de sua função, reflete no provimento de educação de boa qualidade para os educandos, que “têm que agüentar professores que não vêm na aula, professores que não dão aula e que não estão nem aí”.

Os pais, pertencentes ao Conselho da Escola, sobre a Escola-Padrão, declaram:

“A gente começou a ter conhecimento este ano, mas não sei o que houve. Eu não sei como funciona essa Escola-Padrão. Eles (referindo-se à direção) só falam assim para os pais... ‘A Escola-Padrão é a que entra 7h10 e sai 12h30. Já faz Educação Física junto e não precisa voltar à tarde.’ Essa é a Escola-Padrão que as pessoas têm conhecimento. Mas o funcionamento que ela vai oferecer o mais, o que ela vai melhorar, a gente não sabe, ninguém comenta” (Gilda, mãe, 24/09/1995).

Observa-se aqui, a falta de divulgação completa e mais profunda a respeito da Escola-Padrão, para que todos os interessados, não só o professores, conheçam o que se pretende com a Escola-Padrão e não apenas as coisas mais superficiais, aparentes.

Como pai de aluno de Escola Pública e pertencente a dois Conselhos de Escola da cidade, no depoimento, Guilherme assim se manifesta:

“Então foram diversos os momentos que eu vivi: no primeiro momento eu via aquilo com a *desconfiança* que cada brasileiro vê das mudanças que qualquer governo faz; no segundo momento, após ter lido mais, ter visto as escolas que foram sendo transformadas em padrão, começamos a ter *confiança* porque soubemos do que houve para melhor da autonomia, que veio dar maior autonomia pedagógica e administrativa com a Escola-Padrão” (16/12/1995) (grifos meus).

Citando o “Carlos Gomes” (uma Escola-Padrão da cidade), onde, segundo o pai Guilherme, videoteca foi montada, passou a haver mais presença de professores na escola e maior presença de aluno, a biblioteca foi melhorada sensivelmente, a supervisão passou a existir, houve um envolvimento maior da comunidade, ele começou a observar, nos seus dois filhos que ali estudam, muito claro o aprendizado, e os professores melhores remunerados ainda que indignamente. E conclui:

“E hoje, o último momento que eu estou vivendo que é o *desencanto* com a paralisação do Projeto Padrão. Para mim é um ato assassino o que o Governo atual está fazendo com o modelo que estava se iniciando e estava dando resultado” (16/12/1995) (grifos meus).

Esta manifestação do senhor Guilherme sobre o desencanto com paralisação do Projeto merece um comentário. O Governo interrompe o Projeto de Escola-Padrão de forma linear. Os projetos que estavam dando certo poderiam continuar. Também o período de vigência do Projeto foi curto. Além disso, o Projeto foi implantado de cima para baixo, sem que as escolas tivessem participado das discussões e das decisões. Assim, até para ser compreendido, assimilado, aceito e incorporado pelos professores, levou um tempo. Por isso deveria ter mais tempo de implantação para melhor ser avaliado.

A respeito da não implantação daquelas escolas listadas (entre as quais o “Cabral”) para serem Escola-Padrão em 1955, “jogou-se água fria” (Iracema, mãe), “a gente fica triste” (Diogo, aluno), “chateado” (Roberto, aluno), “Não tivemos explicação... ou chamaria todos alunos para fora ou iria de classe em classe avisando. E isso não aconteceu!” (Diogo, aluno)

A professora Farid que é Conselheira faz uma análise crítica, global, a respeito da Escola-Padrão. Achava que era uma atitude política, de “marketing” do Governador Fleury. Discordava dele porque “a mesma não era investimento na educação, era pegar o bolo que existia, diminuir mais ainda para aquelas que não seriam”. Para ela foi uma jogada no sentido de

o Governo não gastar dinheiro em construção e usar o próprio dinheiro da educação para as reformas: todas as Escolas-Padrão foram reformadas nos banheiros, prédios, pinturas etc.. enquanto as outras estão caindo aos pedaços e os salários não existem.

“Na Escola-Padrão os professores, diretores e funcionários estão ganhando 30% a mais, a H.T.P. tem servido para as pessoas corrigirem provas isoladamente, ou trocar receitas de bolo; para os alunos, até que, no começo, passou a significar alguma coisa porque eles passaram a ficar mais tempo na escola. Hoje, como a rede também fica seis aulas, a rede comum, não mudou nada para eles. (...) As pessoas lutavam pela Escola-Padrão, mas era no sentido para aumentar 30% do seu salário, enquanto a gente, no Sindicato, dizia: ‘Gente vamos brigar, vamos lutar para aumentar nosso salário’ e que era para todo mundo. (...) Foi uma jogada de ‘marketing’ do Governo Fleury, reformaram-se as escolas que reformou e ponto final, infelizmente. Não é que nós da APEOESP fôssemos contra a Escola-Padrão. Nós queríamos todas as escolas como padrão e é possível isso. É possível, mas para isso é preciso ter vontade política e dinheiro que tem, tanto é que está sendo aplicado na caderneta de poupança, é porque tem dinheiro lá. Mas nenhum deles quer fazer, porque não é só isso... *Porque a hora que eles começarem a aplicar nós vamos querer que a comunidade vá para dentro da escola*, nós vamos querer os pais, é uma mudança de tudo, e aí vai ser discutido o que? *Vai ser discutido como muda, como participa e isso é cidadania*, e a hora que as pessoas começarem a discutir o que é cidadania, que ele quer ser cidadão, *ai a coisa complica*. Infelizmente, eu acho que não deu, como tantas outras... quer dizer... tudo que não é feito para a rede como um todo, de cara não dá certo” (10/10/1995) (grifos meus).

Merece comentário a questão levantada pela Farid sobre a questão da cidadania, envolvendo a mudança e a participação. Tem-se atribuído à escola o papel de formação da cidadania. Cidadão é aquele que participa do governo e só pode participar do governo quem tiver poder e tiver liberdade e autonomia para exercê-lo. Assim, a cidadania dá-se na concreta participação no processo de tomada de decisão, referente à vida individual e coletiva. Nesse sentido é o depoimento da Farid, quando defende que a comunidade deve ir para dentro da escola, para decidir como aplicar o dinheiro enviado à escola, numa autêntica participação. Quando isso realmente ocorrer, as coisas complicam, no dizer da professora, e, pergunto, complicam por que? Complicam porque as pessoas vão deixar de ser burocratas para serem cidadãos, de ser subservientes para serem os próprios condutores, de ser objeto para serem sujeitos da história, transformações essas que não interessam à cultura burocrática que produz a submissão e a alienação. Como prega Demo (1988, p.100), em teoria, direitos são devidos incondicionalmente, mas na prática, necessitam ser conquistados. Se não forem conquistados, não se realiza o que é cerne da cidadania: a capacidade de construir com iniciativa própria seu

espaço. Por isso, segundo Durham (*apud* Demo, 1988, p.100) “despertar para seus direitos é um passo fundamental do estabelecimento da cidadania, porque o sujeito se surpreende como sujeito de seu destino, rejeitando andar a reboque, descaracterizar-se com apetrechos alheios, parasitar sobre outrem”, enfim, retirando o “discurso estranho que fala por mim” (Castoriades, 1992). É preciso repensar a estrutura de poder da escola. É preciso propiciar a prática da participação consciente e coletiva, atenuando o individualismo; da reciprocidade, eliminando a exploração; da solidariedade, superando a opressão; da autonomia, anulando a dependência de órgãos que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora (Veiga, 1995, p.18). Enfim, é preciso passar da gestão autoritária para a gestão democrática.

A professora Lurdes (PI, Conselheira) conta bem como foi a questão da Escola-Padrão no “Cabral”:

“Desde o princípio *alguns professores* daqui *queriam* que o ‘Cabral’ fosse transformado em Escola-Padrão. Só que, no início, o professor *Adolfo não queria*, então quando tinha aquela reunião de votação da Escola-Padrão, ele *pedia para o pessoal não votar*, para não sair. Depois, com o passar do tempo, ele foi mudando de idéia, então, quando ele quis, inclusive saiu publicado no Diário Oficial do dia 10 de setembro do ano passado, aí todo mundo quis mesmo, porque o salário era 30% a mais, a gente teria o horário para pesquisa, para você se dedicar mais à sua carreira, e isso que é importante. Então, a maioria aqui estava esperando com ansiedade, até quando o Governo falou que não ia (implementar), aí a gente ficou até decepcionada” (11/09/1995).

O depoimento da professora Lurdes reforça o que foi observado no cotidiano da Escola “Cabral”: o diretor é autoritário, impondo a sua vontade aos demais. O modo de tomada de decisão predominante na escola indica que o modelo organizacional é sobretudo burocrático, onde as decisões são governadas por submissão disciplinada a diretivas de superiores, conforme os ensinamentos de Brubaker e Nelson Jr. (1974, p.72). É necessário que o diretor abdique do seu autoritarismo, assuma as suas funções e o seu papel como autoridade na escola. É preciso que a submissão, a dependência, a competição, o individualismo que caracterizam a escola sejam substituídos pela participação que favoreça a liberdade, a autonomia, a solidariedade e o coletivo.

3.2.2. Expectativas da Escola “Romana” sobre a Escola-Padrão

Para a vice-diretora Aparecida Cristina, o projeto da Escola-Padrão, a princípio, era em termos de uma escola de mais qualidade, porém, na sua percepção, a Escola-Padrão não está sendo muito diferente da escola comum. Essa também é a opinião da diretora Ana Maria: “a Escola-Padrão não melhorou a qualidade do ensino.” Mas, ambas apontam alguns aspectos positivos do projeto: uma jornada melhor para o professor, com diminuição das horas de aula com aluno, mas com mais tempo para preparar, para sentar com os colegas para discutir a experiência, as H.T.P. com coordenação, e os alunos com maior quantidade de hora-aula, além da vantagem salarial, segundo a diretora.

Por outro lado, a diretora Ana Maria acusa que a Escola-Padrão motivou disparates: um professor coordenador ganha mais do que um diretor de escola; um assistente de diretor ganha mais do que um diretor que não é de Escola-Padrão.

A diretora e a vice-diretora não concordam com a existência de dois tipos de escola numa mesma rede pública. Para elas, essas vantagens deveriam ser estendidas para as outras escolas.

Sobre a expectativa de a Escola “Romana” tornar-se Escola-Padrão, a diretora declara:

“Sendo bem sincera, a escola quer, mas não é porque vai melhorar a qualidade de ensino, é só porque o professor vai ganhar um pouquinho mais, é só por isso, por ordem financeira. (...) Lógico que a gente tem também os ideais, sabe que pode fazer... (...) Temos alguns professores que fazem um trabalho docente bom, (...) Então, a melhoria de ensino, dentro das possibilidades já está sendo feita em termos de conteúdo, de aprendizagem. Agora, só precisaria melhorar o salário também. Eu acho que a nossa escola, em relação às Escolas-Padrão, em termo de qualidade, retenção e evasão, não fica abaixo, pelo contrário, vai superar muitas das Escolas-Padrão que tem por aí, isso é palavra da Delegacia de Ensino que faz a estatística” (Ana Maria, 31/08/1995).

O depoimento da diretora mostra bem a realidade sobre a situação crítica em que se encontra o professor: o desejo da “Romana” tornar-se Escola-Padrão assenta-se prioritariamente na questão da melhoria do salário e não na expectativa de melhoria de ensino.

A secretária Carmelita aponta que só o fato de a escola se tornar Escola-Padrão não significa que ela vai melhorar.

“A Escola-Padrão, se continua os mesmos professores, se os professores continuam com a mesma mentalidade, se eles não vão melhorar os métodos de ensino, o que eu

acho é que não vai melhorar, porque ele já está trabalhando de acordo com o que ele ganha. Então, a Escola-Padrão, nesse sentido, só porque é uma Escola-Padrão vai melhorar o nível de ensino dos alunos? Não. Enquanto o professor pensar em Escola-Padrão só para ele ganhar mais, o ensino continua a mesma coisa, não vai ter melhora" (31/08/1995).

Nota-se, no depoimento da secretária, a preocupação de que não basta a escola ser transformada em Escola-Padrão. Na realidade, conforme Pimenta (1993, p.78-9), formar o novo cidadão (o cidadão necessário) no aluno exige uma preparação científica, técnica e social. A tarefa é complexa e ampla. As escolas precisam rever sua organização. Além disso, é preciso que o projeto-político-pedagógico da Escola-Padrão seja assumido pela comunidade escolar. O compromisso é o ato pelo qual a pessoa decide assumir e assume a responsabilidade de uma obra a ser realizada no conjunto dos grupos participantes do projeto. Para que o compromisso seja conseqüente, o profissional tem que estar constantemente se aperfeiçoando, ampliando seus conhecimentos. No caso do professor, o domínio do corpo teórico, atualizado pela reflexão coletiva possibilita a construção de instrumental didático, alternativas de metodologia... na direção de uma melhoria de ensino. Assim, transformar em Escola-Padrão só para melhorar o salário, realmente, não conduz à melhoria do ensino. É preciso adesão, compromisso, trabalho, estudo, reflexão...

Em relação à expectativa da "Romana" se tornar Escola-Padrão, para a secretária Carmelita: "Principalmente para o pessoal da secretaria, a Escola-Padrão é só mais serviço! O funcionário não vai ganhar mais, ele vai trabalhar muito mais e receber a mesma coisa."

Para a coordenadora do C.B. Zezé, o projeto da Escola-Padrão era uma esperança de mudanças novas: na questão de horário, na questão de ter pessoal para dar apoio pedagógico na escola, a questão do material didático... "A expectativa seria essa, mas com o tempo, a gente viu que as Escolas-Padrão foram somente aquelas com vínculo político, então, isso aí influenciou muito no negativismo do próprio sistema padrão" (07/08/1995).

Aquela expectativa inicial de esperança, para Zezé, hoje piorou porque na questão pedagógica e na questão do próprio professor, tem muito a trabalhar ainda. Para ela, a Escola-Padrão supriu a escola de material. A questão da qualidade de ensino não estava em primeiro plano para a maioria dos professores, era a questão financeira, finaliza Zezé.

Os professores Gustavo (PIII) e Raimunda (PI) declaram que não conhecem o projeto da Escola-Padrão, só ouviram "boatos", por isso não emitem opinião. Estas falas indicam a

falta de divulgação do Projeto Escola-Padrão e da sua implementação para a totalidade dos professores da rede que demonstram o desconhecimento. A análise de Machado (1997, p.143) sobre a Escola-Padrão mostra que:

Ao longo dos primeiros meses de 1992, a implantação da reforma dá-se de modo pouco transparente, quase um segredo de Estado, e seus resultados são pouco visíveis. Até meados de outubro desse ano, apenas os diretores das Escolas-Padrão (306) e os supervisores de ensino delas encarregados tinham conhecimento do processo.

A professora Telma (PI), na época, achou que fosse “a décima maravilha do mundo” e que a Escola-Padrão não deveria ser privilégio de umas poucas escolas.

“Eu achava que a Escola-Padrão viria como experiência e que depois ela se estenderia para as demais escolas, mas foi um fato que não ocorreu, né?, Mas acho que, segundo os moldes que ela estava planejada, seria uma boa opção, para melhorar a qualidade do ensino. A tentativa falhou porque uma é que não foram criadas mais Escolas-Padrão, e eu acho que as poucas que ainda estão, parece que, na minha opinião, não estão naquele mesmo patamar do que quando começaram. Só em termos salariais houve progresso na Escola-Padrão. Tiveram trinta por cento sobre o salário e o nosso continua lá em baixo. (...) aqui em Prudente, a única escola que eu sei que melhorou, que se adaptou à Escola-Padrão, foi o ‘Tiradentes’, mas a construção não está concluída até hoje, quer dizer, foi um plano em vão, eu acho, não sei” (Telma, 07/08/1995).

Para a professora Margarete (1995), com a Escola-Padrão, a expectativa é que fosse mudar tudo.

“Mudar as técnicas de ensino, preparar melhor o professor, você vê em Escola-Padrão professor vai fazer cursos de aperfeiçoamento, vai ter a oportunidade de reciclar, vai ter oportunidade de preparar aula, vai ter laboratório para trabalhar. Como professora de Ciências, eu não trabalho em laboratório, entende? Não tem. A Escola-Padrão, eu imaginei, chegando já as caixas com o material de laboratório, biblioteca vai ter, não sei quantos vídeos... Falei ‘gente, vai ser uma delícia, vou sentar, planejar minha aula em termos de material didático rico’, quer dizer, não vai trabalhar quem não quer, certo? Aí selecionou algumas escolas. As Escolas-Padrão para mim continuam do mesmo jeito que as nossas escolas. Ele (Governo) conseguiu dividir os professores mais ainda. Se antes eles dividiram o professor em A.C.T., efetivo, agora ele dividiu em mais um - Padrão. (...) Eu acho que nós ganhamos mal. Nós teríamos que estar ganhando no mínimo o que a Escola-Padrão está ganhando, porque hoje eu fiquei sabendo que um professor que dá vinte e oito aulas semanais na Escola-Padrão ganha novecentos reais. Eu tenho minha jornada integral de quarenta horas semanais, tenho três quinquênios e ganho seiscentos reais... a diferença é muito grande (...) Então, é isso que eu não me conformo, entendeu?” (Margarete, 02/08/1995)

A expectativa da professora Margarete, hoje, em relação à Escola-Padrão diminuiu bastante porque não vê nenhuma escola falar que está obtendo resultados diferentes do que as escolas comuns e que nem está trabalhando de maneira tão diferente. A única coisa que ela percebeu foi que em algumas áreas, “um ou outro professor dedicado” desenvolveu um trabalho melhor. O coordenador, para ela, fica “trabalhando igual a um doido, mas também não tendo reciprocidade. Ele coordena, mas o professor trabalha do jeito que ele quer...” Para Margarete a Escola-Padrão pode ter melhorado alguma coisa em termos de material didático.

“Ela recebeu um laboratório, pô, deve estar trabalhando com um laboratório - física, química, ciências, biologia. Como que não vai melhorar? A prática sempre melhora, quer dizer, que se recebeu material e estiver trabalhando com o material, não há dúvida que melhora, certo?” (02/08/1995)

Observa-se aqui a função de apoio por parte da Secretaria de Educação ao prover de equipamentos e material de consumo necessários à atuação da Escola-Padrão.

O professor Agnaldo (PIII), no primeiro momento, quando surgiu o projeto da Escola-Padrão, ficou revoltado.

“... estava claro que era um projeto de promoção pessoal, de um grupo de pessoas na Secretaria da Educação. (...) E a promessa de que posteriormente tudo seria padrão e tal, então a expectativa era a seguinte... tudo bem, alguém tem que ser o primeiro e que sejam essas escolas, mas o que a gente sentiu é que estava se criando uma rede paralela, uma outra rede dentro da rede” (02/08/1995).

O professor Agnaldo aponta o que há de bom na Escola-Padrão: a jornada menor do professor em sala de aula, sobrando mais tempo para preparar essas aulas, e tem maior possibilidade de se manter em uma única escola, evitando um desgaste físico e conseqüentemente o rendimento é maior. Porém, segundo o professor, implantar essa jornada significa indiretamente aumento de salário porque o governo vai ter que contratar mais professores.

O professor compara e denuncia:

“A Escola-Padrão foi totalmente reconstruída, reformada, embelezada e ao lado dela tem uma escola que não é padrão que chove dentro da classe, que não tem vidro, falta lâmpada para o curso noturno, quer dizer, é um absurdo. (...) inclusive, essas escolas foram escolhidas politicamente, aqui em Prudente, isso é uma denúncia, (...), escolas que tinham pessoas *apadrinhadas politicamente*, por políticos da região e pertenciam ao partido do Governo, foram transformadas em Escola-Padrão, e graças a Deus que a lista das escolas transformadas em padrão, no final do Governo (Fleury) não entrou. (...) Dentro das Divisões Regionais de Ensino tinham muitos diretores concursados e

todas as escolas desses diretores foram transformadas em padrão por decreto, quer dizer, mais uma vez foram beneficiados quem? Quem está politicamente do lado do governo passado, quer dizer, é um *absurdo esse critério*” (Agnaldo, 02/08/ 1995) (grifos meus).

O depoimento do professor Agnaldo nos conduz à questão do clientelismo político, que se abriga “à sombra do Estado”. Esta “denúncia” do professor Agnaldo é corroborada pela fala do supervisor Milton, ao comentar que “na lista das Escolas-Padrão deste ano, entraram as escolas da Delegada de Ensino, do Diretor da D.R.E., da mulher do Diretor da D.R.E. ... ‘escolas do pessoal que manda’...” (em 3.2.1. Expectativas da Escola “Cabral” sobre a Escola-Padrão, p.391). É necessário que haja seriedade e transparência no trato das questões públicas. Que os critérios estabelecidos e colocados para todos sejam realmente utilizados e que o clientelismo político seja rechaçado.

O senhor Ribeiro diz que tem ouvido falar muito pouco em Escola-Padrão. “Até aqui era para ser Escola-Padrão, depois eu não sei o que houve. Cortaram” (03/08/1995).

Para o senhor Antonio existe “aqueles alunos da Escola-Padrão com uma certa regalia com um certo estudo, diferente, em relação àqueles que não é padrão. Parece dois tipos de escola estadual” (04/08/1995).

Os alunos Edson e Danilo não sabem o que é Escola-Padrão, ao passo que Jurema e Gilson têm uma vaga noção, por informações de pessoas que trabalham na Escola-Padrão. “O ensino é bem melhor, bem mais intenso” (Gilson, 03/08/1995) .

“Só que lá (na Escola-Padrão) eles têm mais coisa, mais objetivo, assim para os alunos ficarem mais informados. Aqui (na ‘Romana’) não, aqui a gente estuda, vai para a classe, às vezes assiste um filme, mas lá é diferente, é mais coisas para gente se interessar mais” (Jurema, 03/08/1995).

Dos alunos, a única que aborda a questão da implantação progressiva é a Jurema (03/08/1995). “Deveria ser em todas. Eu sou contra esse negócio de Escola-Padrão em umas ser e outras não. Todas deveriam ser.”

Pais e alunos das Escolas não Padrão também carecem de informações sobre o Projeto da Escola-Padrão. Há falta de divulgação e de esclarecimentos.

3.2.3. Expectativas da Escola “Tiradentes” sobre a Escola-Padrão

Os depoimentos escritos de professores sobre suas expectativas em relação à Escola-Padrão ilustram a situação de insatisfação, por parte dos professores, no ano da implantação do projeto da Escola-Padrão, em 1992:

“Contudo, a *implantação* do projeto está sendo muito mais atropelada, do que eu imaginava. Assim como o *projeto*, *as coisas continuam vindo de cima para baixo, sem discussão prévia, sem preparação docente*. Por exemplo, até hoje, meados de março, não temos caderneta para registrar o rendimento dos alunos, fomos ‘obrigados’ a implantar as propostas da CENP, sem ao menos, tê-las em mãos; as horas para o trabalho pedagógico, da maneira como foram colocadas, se tornaram uma obrigação, algo que não dá nenhum prazer, e portanto acaba sendo preenchida com correção de provas, bate-papos etc., e a sua função, ao meu ver, que é a reflexão sobre a prática de cada um e também de todo o corpo docente, fica esquecida” (Flávia Maria, História, A.C.T., 25/03/1992) (grifo meu).

“Se o projeto foi programado para funcionar no ano seguinte, porque não ter preparado, feito um treinamento do pessoal antes de iniciar o ano letivo?” (Ermelinda, Português, efetiva, 15/06/1992)

Os depoimentos acima revelam a predominância de tomada de decisão do modelo burocrático, em que as decisões são governadas por submissão disciplinada a diretivas de superiores. Não há participação dos que vão executar o projeto e mesmo, durante a implantação, não há discussão com os interessados. O absurdo dos absurdos aconteceu com a implantação obrigatória das Propostas da CENP, após iniciadas as aulas, sem que o professorado conhecesse e tivesse o exemplar em mãos.

Já a coordenadora do ensino fundamental, Érica, após afirmar que “a minha expectativa é otimista, pois as escolas públicas de modo geral se encontram abandonadas pelo Governo”, revela que, na E.E.P.S.G. “Tiradentes”, “os professores estão começando a abrir as Propostas Curriculares e estudar para a aplicação das mesmas, buscando metodologias diferentes das tradicionais. Considero um salto qualitativo muito importante” (05/1992).

Sobre a expectativa, em relação à Escola-Padrão, por ocasião da implantação do projeto e hoje, a diretora Eunice, dá o seguinte depoimento:

“Eu ‘vesti a camisa’ da Escola-Padrão, levantei a bandeira e fiz tudo pra que ela realmente acontecesse, porque a gente achava que o caminho era aquele mesmo. A valorização do professor, era o aluno com mais aulas, era o professor tendo espaço para discutir com seus pares as propostas curriculares, o professor sendo valorizado e recebendo mais, o diretor sendo valorizado também, o R.D.P.E. (Regime de Dedicação Plena e Exclusiva) que era uma coisa assim que parecia que era a solução

de tudo. Nós sentimos o outro lado do projeto que não envolvia todas as escolas, porque esses benefícios deveriam ser extensíveis a todos, mas por outro lado, por ser projeto, achávamos que era justo que começasse com um grupo pequeno, pra ver se daria certo para depois estender para os outros, mesmo porque ela envolvia custos.”

Para a diretora a escola só teve coisas positivas, porque de imediato conseguiram a *reforma e a ampliação da escola* que era uma necessidade fundamental. Seis salas de aula funcionavam no porão. A escola hoje tem condições físicas adequadas. Para a parte pedagógica foi muito importante também a reforma por *abrir o espaço físico* para discutir. A biblioteca da escola foi transformada em *CIC* (Centro de Integração e Criação) que era muito além de uma biblioteca... Envolvia comunidade, “infelizmente ele não chegou a atingir seus objetivos todos. Esse ano o *CIC* da escola enquanto na escola cumpriu seu papel”. O *projeto do laboratório* não foi adiante, ficou no papel, embora a escola tenha recebido um pouco do material, e envolvia inclusive a contratação de uma pessoa, que na universidade é um técnico de laboratório.

Para a diretora:

Enquanto projeto (referindo-se à Escola-Padrão) ele foi muito bonito, muito bom, trouxe muitos ganhos para a escola, pena que não tenha conseguido atingir todos os objetivos. A gente vê que os alunos não se tornaram mais criativos, mais independentes, porque a nossa proposta pedagógica queria um aluno assim, né?... mais cidadão, mais criativo, crítico, mas acreditamos também que o tempo tenha sido curto, quem sabe até depois de oito anos, você avaliasse se deu ou não certo, e talvez fosse mais válido do que estar avaliando agora que o *projeto foi cortado pelo meio*, mas nós tivemos grandes ganhos, grandes avanços, a oportunidade de discutir as coisas das coordenações, das H.T.P., isso foi muito positivo e o aluno recebeu isso de volta. Até nos primeiros anos da Escola-Padrão a gente perguntava para os pais do que eles estavam sentindo de melhora, muitos achavam que estava sendo cansativo para o aluno ficar seis aulas na escola. Hoje ele já incorporaram isso que se eu tiver que falar para eles que daqui para frente não vai mais ter seis aulas, vai ser complicado. Ainda bem que a grade, a nova grade curricular está prevendo essa continuidade, então é uma das coisas boas da Escola-Padrão e que vai continuar com essa... apesar da reorganização. Infelizmente, nem todos souberam aproveitar a oportunidade da H.T.P., da coordenação, do R.D.P.E., e uma grande falha do R.D.P.E. foi de não exigir nada do professor além de não ter outro emprego. Então o R.D.P.E. tinha que exigir uma coisa mais, o professor tinha que estar mais na escola, tinha que estar mais envolvido com o Plano Diretor, tinha que estar mais envolvido com o trabalho em conjunto e você sente que o R.D.P.E. foi uma gratificação a mais, foi só na parte financeira e ele não trouxe assim dedicação mesmo que deveria ter sido exigida mesmo no caso, apesar de que a dedicação exclusiva era uma coisa que por o salário estar tão baixo, ela não significava grandes coisas, mas se você comparasse o professor da Escola comum e o professor da Escola-Padrão, ele estava ganhando bem mais, então

ele deveria estar realizando um trabalho diferente em sala de aula, e foi por isso que o *R.D.P.E. foi criticado, porque não exigia nada, a aula do professor da escola comum era a mesma da aula do professor da Escola-Padrão*; e porque um estava ganhando mais do que o outro?, então eu acho que nessa parte o R.D.P.E. foi mau instituído, mau colocado, né?” (19/12/1995) (grifos meus)

É importante, neste momento, resgatar que, como o Projeto da Escola-Padrão foi imposto para o “Tiradentes”, sem que houvesse consulta à comunidade escolar se queria ou não fazer parte do Projeto, os professores, de um modo geral, passaram a fazer resistência, e a adesão compromissada ao projeto foi demorada. E o R.D.P.E. - Regime de Dedicção Plena e Exclusiva - pelo qual se recebe uma gratificação, apenas veda o desempenho de qualquer outra modalidade de trabalho público ou particular àquele que, por opção, ingressar nesse regime, não exigindo outras contraprestações. Daí, as observações feitas pela diretora sobre o R.D.P.E..

Para a vice-diretora Liamar o projeto da Escola-Padrão foi bom porque

“os alunos que já passaram desde o C.B., em 1991, e hoje estão na 4ª série, como eles são criativos, não só no papel da escola, mas para tomar as suas próprias decisões. (...) quando não tinha o projeto da Escola-Padrão, era cada um (referindo-se ao professor) fazendo o seu papel, hoje todo mundo trabalha em conjunto na escola. (...) a Escola-Padrão ofereceu os cursos de reciclagem (...)” (22/09/1995).

Já para a assistente de direção, Duda, “quando saiu a Escola-Padrão, (...) eu achei que eu ia gozar de certos benefícios como ser vice-diretora que era o que eu mais queria, e eu não fui, então eu fiquei frustrada com a Escola-Padrão” (06/10/1995). Novamente, a assistente de direção centrada no seu problema particular, demonstra o individualismo ao responder, misturando questões particulares com a Escola-Padrão.

Cristofer, assistente de administração escolar, analisa o Projeto da Escola-Padrão assim:

“Então... em tese é um projeto muito bom, ele sofreu algumas alterações com o passar dos anos.(...) Eu não tinha uma vivência muito grande, mas agora vivendo na Escola-Padrão, eu digo que esse sistema ajuda bastante a escola, inclusive na parte financeira. A escola tem dificuldade de arrecadar recursos para fazer as compras necessárias do dia-a-dia, então esse projeto veio para auxiliar à escola, não só melhorar o nível de ensino, mas auxiliar na parte de recursos ou arrecadação de dinheiro, acho que talvez seria um dos maiores problemas da escola” (05/09/1995).

Para a secretária Araci, que já trabalhou em uma escola comum,

“é totalmente diferente a maneira de trabalho da escola comum para a Escola-Padrão. Na escola comum, é mais o diretor e o secretário da escola, já na Escola-Padrão, já é o diretor, o vice-diretor, o assistente e todos os coordenadores de área. Então, a Escola-Padrão tem um volume muito grande de trabalho, tanto administrativo, e eu acredito que pedagógico também, porque tudo é acompanhado em todos os sentidos. Existe um acompanhamento tanto por parte da supervisão em relação à parte pedagógica, diretor e os coordenadores; então, eu acho que para o aluno da Escola-Padrão, eu acho que o professor da Escola-Padrão tem uma bagagem diferente do professor da escola comum. O professor da Escola-Padrão recebe trinta por cento a mais que o professor da escola comum, que a dedicação é exclusiva. Agora, nós funcionários não temos essa dedicação, nós somos considerados como se fosse uma escola comum. O que há sim, é um volume muito grande de trabalho enquanto Escola-Padrão. (...) Então, em uma escola que tem cinquenta e duas classes, o trabalho se torna assim muito volumoso” (19/09/1995).

A servente Laís declara que, “para nós funcionários, a Escola-Padrão não alterou nada, não” (19/09/1995).

Os depoimentos de Araci e Laís mostram que, para os funcionários a Escola-Padrão não alterou a questão do vencimento, mas aumentou o volume dos serviços para a Secretaria, porque tudo é acompanhado e registrado.

Para o coordenador do noturno:

“A Escola-Padrão é um modelo ideal, é um projeto excelente. (...) porém necessita de recurso. (...) A Escola-Padrão eu vejo como uma casa, eu não posso começar no teto para terminar no alicerce. Então, eu acho que a Escola-Padrão deveria ter começado pelo primário, gradativamente atingir o primeiro grau até atingir o segundo grau. Na minha opinião, a seqüência deveria ter sido esta, porque é muito difícil você mudar as cabeças, é muito difícil você mudar um professor (...)” (Ênio, 19/09/1995).

A coordenadora do CIC, sobre a Escola-Padrão, menciona:

“é uma escola que funcionou, que melhorou muito a qualidade de ensino, inclusive, ano passado, nós tivemos um índice muito grande de aprovação em vestibular na faculdade. E eu atribuo isso à Escola-Padrão e a não greve porque ano passado nós não tivemos greve. As *H.T.P.* ajudaram muito, *enriqueceram o conhecimento, a troca de experiência, e funcionaram quase como um relaxamento e também você parou para pensar e você parou para se auto-avaliar.* Aí então, foi a hora onde a escola funcionou porque eu acredito que a maioria dos professores tenha pensado como eu, tenha parado para se auto analisar, tenha tentado mudar, reformular, atualizar (Claudete, coordenadora do CIC) (26/09/1995) (grifos meus).

O depoimento da Claudete mostra que as H.T.P. cumpriram a sua finalidade, uma vez que fez aumentar seu conhecimento por meio dos estudos realizados, fez reflexão sobre a sua prática e a de outros professores, em direção à mudança, melhorando a qualidade do ensino.

A coordenadora do ensino fundamental conta dos anseios a respeito da Escola-Padrão:

“Então, a gente como professora ainda, né, querendo acreditar na educação, a gente sonha e luta. (...) Aqueles projetos que a gente fez pedindo professor para vir dar curso aqui, pedindo verba para compra de livros, salas ambiente, reforma de prédio, a gente tá conseguindo com muita dificuldade, dando murro em ponta de faca. Reforma do prédio, nós conseguimos a duras penas e as outras questões que são importantíssimas onde é que estão? (...) Que se concretizou muito pouco, de mil nem dez por cento, mas em compensação o *espaço das H.T.P.* foi o ganho muito grande que nós achamos, onde a gente pode realmente aqui nesta escola aproveitar, eu falo como coordenadora. *Houve um ganho de qualidade a longo prazo, mas houve um investimento e uma seriedade de compromisso muito grande.* É um trabalho muito difícil, mas a gente tá colhendo hoje, a gente vê com outros olhos. Houve assim, não pessoal permanente, mas houve mudanças de professores e professores assim novos que vieram somar, porque já não tinham práticas arraigadas, investindo no novo e aceitando as novas idéias. Então, isso foi um fator que contribuiu. As pessoas idosas que não queriam foram então se aposentando. Temos exceções de pessoas que aposentaram e modificaram a sua parte. Isso foi gratificante, sofrido, doído, mas gratificante” (Érica, 15/08/1995).

O relato de Érica mostra que o grupo de professores PI, embora com variações, de modo geral, depois de muito estudo, discussão, reflexão, decidiu e assumiu a responsabilidade de adotar métodos novos (Emília Ferreiro) sobre alfabetização, conforme foi descrito nas observações. O que possibilitou isso foram as H.T.P.. O processo foi longo e difícil.

Para o coordenador de comunicação e expressão, professor Luís, a primeira expectativa em relação ao projeto da Escola-Padrão era de que iria melhorar muito, especialmente, para o ensino e mesmo para o professor com as H.T.P. mas hoje vê

“uma certa frustração porque realmente há muita *resistência* por parte dos professores em aplicar essa filosofia do construtivismo na escola. Primeiro, que eles não estão preparados, nós não estamos preparados; segundo que não houve assim cursos de reciclar o professor. A expectativa que a gente tem daqui pra frente é que se continuar como está, a Escola-Padrão não vai durar” (Luís, 04/08/1995).

A resistência à mudança, apontada por Luís, é um receio à novidade, é uma interrogação cuja resposta parece ameaçar o *status quo* dos professores. Como o Projeto da Escola-Padrão foi elaborado sem a participação das unidades escolares mas por um Núcleo de Gestão Estratégica, e foi imposto, muitos não o assumiram. Além disso, o Projeto foi assentado

numa filosofia pedagógica que tem por base o construtivismo e o professorado não conhecia o construtivismo e não recebeu informações, então, a resistência foi um sinal de antinudança.

A coordenadora de Ciências Humanas, professora Fátima, historia a questão da Escola-Padrão do seu ponto de vista:

“Quando surgiu o projeto da Escola-Padrão já foi surpresa porque *veio de cima para baixo*, pronto, algumas escolas foram indicadas aleatoriamente, *até ninguém sabia porque e para quê* e foram no início trezentas e seis. Depois de alguns estudos, alguns debates, algumas primeiras divulgações, a gente até quis entender que o projeto seria muito interessante desde que seriamente trabalhado. Bom, a partir de 92, como assistente técnica de 2º grau, recebi a incumbência de estar acompanhando a implantação e implementação das Escolas-Padrão na nossa Divisão Regional. De um lado, também me desgastou muito porque já não se obedecia à hierarquia existente na própria Secretaria, e nos chamavam, passavam as informações diretas para algumas escolas, alguns delegados. Outros por via do político, do deputado, depois a gente era cobrada e nem sabíamos porque? do que? para que? Então, foi assim, um momento bem conflitante. Mas, em algumas visitas que fizemos a algumas Escolas-Padrão, na nossa região ou algumas delegacias, as falas também eram bem divergentes. Enquanto aquele supervisor que acompanhava a escola dizia que estava tudo muito bem, tudo muito bonito, quando a gente chegava na escola, o relacionamento, o conflito entre os próprios professores era muito grande. Uns aceitaram, outros não aceitaram, uns de imediato, outros nunca quiseram. Então, a questão da capacitação, de treinamento, a saída do professor da sala de aula, a falta de substituto, então, uma série de implicações que infelizmente não surtiram lá grandes efeitos e até as avaliações, infelizmente, também são surpreendentes... dizem que para tantos gastos não foi o esperado apesar que o período foi curto. Outra coisa, gastou-se muito em reforma de prédios e até muitas vezes desnecessário mas precisava padronizar até o tipo de material de azulejo etc. etc. Então, aqui em Prudente mesmo teve escola que quebraram-se os banheiros, cozinhas, desnecessariamente, pois estavam funcionando razoavelmente bem, mas precisava ser padrão também. Bem, mas a preocupação maior era melhoria da qualidade de ensino (...) mas o avanço do pedagógico infelizmente não foi o esperado. A questão ainda da capacitação, preocupou-se com isto, mas infelizmente os elementos que vinham da PUC, da USP, da UNESP ou de outras instituições também estavam muito distante da realidade do primeiro e do segundo grau, também deixou muito a desejar ou a expectativa de quem ia para o curso não era correspondido e quem vinha, também, infelizmente não soube trabalhar com essas questões. Então, nessa ocasião também acompanhava no CARH a implementação das propostas da Secretaria e infelizmente, algumas coisas ficaram a desejar. Outro conflito muito sério - no início do governo Montoro em 1983, mais precisamente a partir de 84 começaram as discussões da elaboração das propostas curriculares. Bom, dez anos praticamente se passaram, aí a CENP passou por aquele período....não chegou a desaparecer mas também não se injetou nada. Depois, por outras implicações políticas, a CENP foi quase que apagando, dando-se ênfase total para a F.D.E.. A F.D.E. nesse momento era voltada principalmente para construção e reforma de prédio e equipamentos, teve que assumir também a capacitação. Então, não tinha esse exército preparado. Então, uma série de desgaste, conflito. A coisa ao

invés de tornar-se mais econômica, tornou-se mais cara porque tinha que buscar esses elementos, esses recursos humanos. Então, o pessoal da universidade até mais elementos, já analisou mais outras coisas, então não quer ser mais considerado mão-de-obra barata, então realmente, esse elemento cobrou com toda razão, um serviço de um certo nível e com estadia, com passagem de avião etc. etc., com outras condições que o pessoal da própria CENP nunca teve. Então, o choque aí entre estes dois órgãos infelizmente também refletindo na qualidade mesmo da produção do ensino de 1º e 2º Graus e o que mais frustrava aos professores que vinham da sala de aula porque vinham com uma expectativa, chegava aqui caía em cima da teoria quando eles hoje querem o que? Ou hoje ou sempre quiseram é muita prática. Só que eles ainda não chegaram no entendimento, não todos, mas uma grande maioria de que não existe uma teoria sem prática e uma prática sem teoria. Então, que essas duas coisas têm que caminhar conjuntamente, mas infelizmente nós temos muito que aprender e caminhar” (09/08/1995).

O depoimento da Fátima, entre outras coisas, chama atenção para a questão da teoria e da prática que, de acordo com a doutrina, devem caminhar juntas, e que, na realidade, de um lado, uma boa parte do pessoal universitário enfatiza a teoria, e de outro, o professorado da rede quer a prática. É preciso juntar as duas posições.

Para a professora Clarinda (PI) o projeto em si tem uma expectativa de mudança de melhoria de ensino, mas

“lidar (conviver) com o pessoal é trabalhoso...depende da vontade, depende da cabeça de cada um. (...) Olha, eu gostaria de falar aqui a parte positiva da Escola-Padrão, foi a *implementação das propostas*. Para a gente mudar a postura de como ensinar, de como cobrar do aluno as coisas... é completamente diferente, é um caminho inverso do que a gente fazia no passado” (21/08/1995) (grifo meu).

A professora Lucinda (Ciências) no começo da implantação da Escola-Padrão ficou muito ansiosa.

“A gente não sabia ainda como que era. Ela virou a vida da gente do avesso, porque inclusive o currículo, a parte curricular também foi alterada, carga horária alterada, o período que a gente trabalhava também tinha de ser de acordo com a jornada do professor. Então, foi um momento de muita angústia dentro da escola. Agora, hoje, eu vejo a Escola-Padrão como uma escola positiva, uma escola que abriu um espaço para a gente discutir. A escola hoje é muito mais entrosada do que há três, quatro anos atrás. Então, eu acho que a escola está mais aberta, a gente tem conhecimento do trabalho do outro professor, do colega da área, do colega que não é da área. A gente tem sempre oportunidade de estar trocando informações. A gente também teve abertura para cursos. Durante um ano eu fiz curso na UNESP, então, a gente teve essa oportunidade de estar trabalhando assim com outros professores até de outras regiões” (11/08/1995) (grifos meus).

Sobre a expectativa futura, declara:

“Olha, Tsutaka, eu gostaria que a Escola-Padrão continuasse. *Eu acho que é um projeto muito novo para parar por aqui. Eu acho que não deu nem para sentir se a Escola-Padrão vai ser padrão mesmo.* Eu acho que agora que a escola vai ficar bonita, vai ficar ampla, que a gente vai ter salas ambientes, que nós vamos ter um certo conforto (...) então eu gostaria que pelo menos isso *aí fosse um pouquinho mais para adiante* para a gente sentir, *porque a gente demora pelo menos dois anos para a gente assimilar um projeto.* Então, eu acho que *agora que a gente está começando a deslanchar, eu gostaria que a escola continuasse um pouco mais, até que se pudesse fazer uma avaliação que realmente refletisse se ela foi possível ou não possível*” (Lucinda, Ciências, 11/08/ 1995) (grifos meus).

O depoimento da Lucinda encontra eco no fato de que toda mudança provoca medo, inquietude, um receio diante das conseqüências da mudança que ameaça o *status quo*. Por isso, a angústia vivida pela escola, nos primeiros momentos da implantação do Projeto que “virou a vida da gente do avesso”. Passado algum tempo, vivendo e trabalhando em outras condições, com o espaço das H.T.P. para reflexão conjunta dos professores e freqüentando cursos, a professora vê com outros olhos a Escola-Padrão, no sentido positivo. Até porque, como o Projeto foi imposto, leva-se um tempo para compreendê-lo e decidir assumir com responsabilidade o projeto a ser realizado no conjunto da comunidade escolar. As pessoas “para aderirem às propostas, devem ser persuadidas e não meramente comunicadas” (Silva, 1996, p.112).

Vamos ouvir o que os pais dizem sobre a expectativa de quando saiu o projeto da Escola-Padrão e hoje:

“Quando surgiu o projeto, todo mundo ficou indeciso de como ia funcionar, mas depois de seis meses do projeto da Escola-Padrão, nós já começamos sentir diferença de que o ensino está sendo melhor, as crianças estão sendo mais atendidas; (...) mas os meus filhos praticamente melhorou cinquenta por cento. Com relação ao ensino do professor mudou. (...) melhorou uns quarenta por cento, o ensino melhorou no jeito de trabalhar com as crianças, para dar aula, melhorou bem. E eles estão ativamente mais as crianças para estudar, passam mais matéria, mais trabalho para fazer em casa, eles não deixam as crianças paradas. Então, a Escola-Padrão foi positiva, até agora está sendo melhor do que a outra (referindo-se à escola comum). Daqui para frente nós como pais temos que se reunir com os professores para melhorar cada dia que passa, porque o governo põe e larga, ele não está nem aí. Aqui é a Escola-Padrão... quem vai fazer a Escola-Padrão é os alunos, os pais, os professores, esses é que vão fazer a Escola-Padrão. O governo não quer nem saber se ela vai funcionar ou não. Ele (Governo) deu e agora quem vai funcionar é os pais, os alunos, os professores e os pais têm que ajudar os professores porque eles sozinhos

não funciona nada. *Eu acho que está faltando organização entre os pais e os professores*” (Ferreira, pai, 06/09/1995) (grifos meus).

Na sua fala simples, o senhor Ferreira toca num ponto importante: a comunidade escolar é que vai construir a Escola-Padrão. Ele percebe que o que é importante, nesse processo, é o sujeito que constrói, mantém e transforma, conforme ensina Silva (1996, p.18). Há necessidade de sujeito concreto para que existam Escolas-Padrão. Quando ele diz “está faltando organização entre os pais e os professores”, na realidade está se referindo à falta do sujeito coletivo, proposto por Silva (p.93), isto é, sujeito coletivo que “vive uma experiência de unidade e solidariedade, dotada de identidade própria, capaz de iniciativa no seio da sociedade civil, no interior da qual vai elaborando as etapas sucessivas do projeto comum para uma nova convivência social (Petrini, 1984, p.90)”. A criação de sujeito coletivo a partir de um grupo de pessoas não se opera de maneira espontânea e sem intencionalidade. Há necessidade de que o grupo queira constituir-se em realizador e interlocutor sociais.

De acordo com Paro (1995, p.323), na sociedade capitalista, o ensino é percebido como mais uma “mercadoria” a ser adquirida da unidade de produção que é a escola. Como outra mercadoria qualquer, a educação escolar passa a ser vista também como se sua produção se desse independentemente da participação do consumidor em tal processo. Numa perspectiva de educação visando à transformação social e, portanto, à autonomia do educando, não existe essa independência da produção em relação ao “consumidor” porque, na elaboração do “produto” da educação, ou seja, do “aluno educado”, o educando participa não apenas como “objeto do trabalho”, mas também como sujeito e, portanto, como co-produtor de sua educação. Por outro lado, o consumo de tal produto não se dá apenas no ato da produção (conforme Saviani, 1984), prolongando-se, em vez disso, pela vida do indivíduo afora, trazendo sérias dificuldades para a avaliação dos resultados da educação escolar. Na impossibilidade de uma avaliação imediata da educação escolar, como acontece com os resultados da produção material em geral, torna-se importante que os pais estejam presentes, diretamente ou por seus representantes, no interior da própria escola, onde se dá o processo de elaboração de tal produto. Prossegue o autor: todavia, em vista do caráter de exterioridade que o usuário mantém com a educação escolar, dificilmente ele toma consciência da importância dessa presença. Não estando presente, torna-se também mais difícil avaliar com maior precisão a qualidade do ensino oferecido para, a partir daí, lutar por um ensino melhor. Pelo depoimento

do senhor Ferreira, tudo indica que está havendo uma mudança de percepção por parte dos usuários da escola. Quando o senhor Ferreira diz - “quem vai fazer a Escola-Padrão é os alunos, os pais, os professores, esses é que vão fazer a Escola-Padrão...” “e os pais têm que ajudar os professores porque eles sozinhos não funciona nada” “Eu acho que está faltando organização, entre os pais e os professores” - ele tem consciência da importância da presença dos pais na escola, aliando-se aos professores para provocar a mudança, a fim de melhorar a qualidade do ensino, assumindo uma tarefa comum, a de construir a Escola-Padrão solidariamente, com comprometimento pessoal e grupal, por meio da organização de alunos, pais e professores.

A mãe Bibiana vê como aspecto positivo a permanência maior da criança na escola, o uso do vídeo e da biblioteca, a melhoria do ensino (18/09/1995).

Os alunos, no primeiro ano de vida da Escola-Padrão, têm opiniões bem divergentes, sobre a Escola-Padrão: alguns não vêem diferença nenhuma em relação à escola comum; para outros há diferença para melhor, porque os professores estão ensinando mais, mas que muitos gritam com os alunos e deviam ser mais educados, porque Educação Física é dada no período em estudo, porque a limpeza da escola havia mudado, e melhora de conteúdo; outros dizem que tiveram o dia escolar mais prolongado (das 7h às 12h 30min); outros não sabem explicar bem (21/08/1992).

Para a estudante Lúcia quando foi implantada a Escola-Padrão

“os alunos ficaram até com medo de estudar na Escola-Padrão porque eles achavam que a Escola-Padrão era um bicho de sete cabeças. O ‘Tiradentes’ teve uma época que *nós não tínhamos aula de sexta-feira*, aí entrou a Escola-Padrão e a gente começou a *ter aula até de sábado*, tinha aula mesmo, então foi onde o aluno falou que ia até sair da escola, e teve mesmo vários alunos que saíram da escola por causa desse assunto de Escola-Padrão. Hoje, não, a Escola-Padrão é uma ótima coisa para nós, porque estamos *tendo todas as aulas, o aluno aprendeu a respeitar mais os professores, até respeitar os funcionários da escola*, porque eles são importantes, porque sem eles a escola iria virar uma bagunça. Foi uma melhora muito grande para esta escola, depois que todos aprenderam o que é uma Escola-Padrão, porque seria melhor para a gente! Hoje tem gente querendo entrar no ‘Tiradentes’ de qualquer jeito, porque é uma boa escola! Tem gente que briga por uma vaga. No começo do ano tem gente que dorme na porta para fazer matrícula, porque é uma Escola-Padrão” (05/09/1995) (grifos meus).

A aluna Lili menciona que na época em que recebeu a notícia sobre a implantação da Escola-Padrão ela estudava em outra escola:

“Os alunos pensavam que ia ser uma escola bem rígida, que seria super ruim para a gente, que seria uma coisa horrorosa, mas o tempo foi passando... Acho que é bom. Senti a diferença entre uma Escola-Padrão e outra não padrão, pela organização. A questão de disciplina foi exigida mais do aluno e pela questão de notas... Na outra escola a gente saía como se não tivesse professor na sala de aula, o diretor não se impunha para os alunos, então ficava uma coisa menos favorável à educação. E acho que melhorou sim, porque esse modo *conscientiza mais o aluno e faz com que ele fique mais tempo dentro da sala de aula e aprenda um pouquinho mais*” (05/09/1995) (grifo meu).

Sobre a H.T.P., a coordenadora Fátima pontua:

“Dentro do projeto da Escola-Padrão, um dos elementos fundamentais é a *hora do trabalho pedagógico* que é uma conquista, não é nada de graça, não. Então, é o momento mesmo *para o grupo parar, estar refletindo a sua prática, tentando avançar, discutindo sim os problemas da escola, do aluno etc. etc....* Infelizmente a gente vê, você também tem participado de algumas das H.T.P. coletiva... não são todos... mas existe assim um momento muito tenso, de muita emoção, até de agressividade e nas últimas duas reuniões do conjunto parece-me que quis avançar. O professor Renê que é o coordenador pedagógico de uma escola particular trouxe um texto sobre avaliação, como operacionalizar. Então, parece-me que até por aí ao grupo todo, se não gostou, pelo menos parou para ouvir, para ler, para refletir se realmente o que nós estamos fazendo em sala de aula está sendo correto, está sendo melhor para esse alunado. Então, o texto, realmente veio trazer algumas coisas que alguns colegas já vêm fazendo, praticando, outros ensaiando, tentando e para outros, infelizmente, talvez tenha sido um choque porque têm que mudar, têm que avançar e temos que estudar, principalmente, a questão da teoria da aprendizagem, as diferentes correntes, até para a gente ter o conhecimento e poder ver que tem que mudar. Esse alunado que aí está com toda essa agressividade é o termômetro. Se não estão correspondendo às nossas expectativas, alguma coisa tem que ser feita. Se eles se evadem, agredem etc. é porque a escola não está boa. E uma maneira deles botar para fora, é botando fogo, é gritando, é quebrando, já que não têm outra maneira de serem ouvidos. Mas, volto a frisar, o grande avanço da Escola-Padrão é este momento da H.T.P. seja ela no *pequeno grupo*, seja ela no *coletivo* que é o momento de todos estarem participando. Pode ser que fiquem omissos, mas é *o momento que todos estão ali para discutir a escola como um todo*” (09/08/1995) (grifos meus).

Para o coordenador do noturno Ênio, a implantação da Escola-Padrão tem pontos positivos como a H.T.P. que mudou o ensino, mas encontrou resistência. Assim, para ele: “o grande problema é tentar mudar alguma coisa na cabeça de alguns que não querem entender, este não é o ponto negativo, mas um ponto difícil de ser trabalhado” (19/09/1995).

“Em linhas gerais, *a qualidade do ensino, na Escola-Padrão, melhorou sim.* Hoje, a gente nota que *o aluno questiona, pergunta, luta por seus direitos* e nós temos sentido que nesses quatro anos, principalmente na parte de História que mostra a parte de cidadania, o cidadão despertou, quer dizer houve um avanço. Nós podemos considerar

bom, não ótimo, mas de bom e satisfatório, até agora, o desempenho dos professores, dos colegas que assimilaram a proposta” (Ênio, 19/09/1995) (grifos meus).

As H.T.P. citadas como ponto positivo da Escola-Padrão realmente ajudaram na construção, ainda incipiente, do “sujeito coletivo” do segmento professor, seja no pequeno grupo (área), seja no grande grupo (coletivo). Como foi descrito nas observações, a Escola “Tiradentes”, além das H.T.P. por área, decidiu, por necessidade sentida, em realizar H.T.P. coletiva (direção, coordenadores e professores) para discutir problemas gerais da escola como um todo.

Em relação à qualidade do ensino, o assistente de administração Cristofer declara que não tem muito conhecimento a respeito, “mas quando os pais vêm fazer a matrícula dos filhos eu vejo que se sentem satisfeitos” (05/09/1995).

Com relação ao rendimento do aluno e à qualidade do ensino, a estudante Lídia declara que melhorou bastante, porque antes o aluno nunca se preocupou com o professor na sala:

“o aluno estava assistindo aula, daqui a pouco ele saía sem pedir licença, era uma coisa chata. Às vezes, você está querendo aprender, mas tem aluno entrando e saindo e isso atrapalha a aula, isso incomoda. Então melhorou bastante, porque *hoje o aluno não fica mais no corredor como ficava antigamente*, o aluno aprendeu a respeitar. O aluno não sai mais da sala. Então, o rendimento melhorou muito, principalmente nos estudos” (05/09/1995).

Para Rogério, Vanda e Lili, em relação ao ensino, a situação não mudou. O método do professor continua sendo o mesmo, com mais rigidez da diretoria para com eles. Há mais atividades e mais descontração em sala de aula (essa foi a mudança), mas o conteúdo não alterou (Lili, 05/09/1995). O ensino de antes e o de hoje é bem parecido, não teve diferença nenhuma (nem técnicas, nem textos) (Rogério, 05/09/1995). Os professores continuam os mesmos. Quanto à maneira de o professor trabalhar não notou nenhuma diferença, com a ressalva de que foram introduzidos os seminários (Vanda, 05/09/1995). Mas ainda assim o ensino melhorou. “A gente começou a aproveitar mais, a Escola ficou mais forte quando mudou” (Lili, 05/09/1995).

Por outro lado, as alunas Lídia e Julieta vêem diferenças significativas com a Escola-Padrão.

“Percebo *bastante diferença na maneira como o professor trabalha*. O professor geralmente lia o livro e dava pergunta com resposta. Hoje, não, hoje é texto e a gente trabalha em cima do texto e a gente tem liberdade de discutir sobre a matéria. Você

pode falar o que você acha e se você estiver errada o professor vai te ajudar. Hoje nós trabalhamos mais, *antigamente* era uma coisa *muito decorativa*. Tem matérias que são decorativas ainda, mas já mudou alguma coisa. *Nós não ficamos mais naquele livrinho, naquelas perguntas... As perguntas eram bobas e já vinham com resposta. Hoje não, você tem que ler o texto e martelar aquilo na cabeça, você tem que pensar mais* (Lídia) (05/09/1995) (grifos meus).

“Nós não estamos mais naquela era do livro. Tem muito texto, muito xérox, muito vídeo (...), laboratório a gente não pode falar muito porque em relação ao espaço físico da escola, nós estamos terminando uma reforma de três anos (...), então o laboratório... foram poucas vezes que nós tivemos oportunidade de ir, usar e pesquisar, mas sempre que o professor podia, ele trazia alguma coisa para a gente ver em sala de aula mesmo” (Julieta) (05/09/1995).

Para a aluna Lídia, a Escola-Padrão “ajudou a melhorar muito no aspecto de vida, de padrão de vida.” Ela era uma pessoa *muito quieta*, uma pessoa que o professor olhava para ela, já ficava vermelha, abaixava a cabeça e chorava a aula inteira. Ela não participava de nada. Até que a professora falou que se ela não mudasse e batalhasse pelo que queria, ela não ia ser ninguém na vida.

“Aí eu comecei a estudar à noite e *comecei a participar e quando eu me vi, estava no meio dos professores participando do Conselho (de Escola)*, passando recados para a *classe, para a escola*. Foi uma mudança tremenda, mudei bastante. (...) E mudei no meu aspecto até profissional, eu sou vendedora, falo com todo mundo, tenho liberdade, converso com todo mundo. E nisso mudou muito *minha vida*” (05/09/1995).

Os depoimentos dos alunos permitem que se infira que houve a passagem de um ensino memorístico para um ensino reflexivo, do uso exclusivo do livro didático para o emprego de textos diversificados e atualizados com discussões e reflexões sobre os mesmos, para uma parte dos alunos e, para outra parte, embora não tenha havido alteração profunda em relação ao ensino, houve uma melhora. Essa diferença de opinião provavelmente se encontra no fato de que os professores não sejam os mesmos para esses alunos.

A respeito da escolha de coordenadores e das coordenações, a diretora Eunice declara:

“*As coordenações foram sempre escolhidas pelos colegas*, nunca foi indicação do *diretor*, e isso nós sempre demos essa liberdade pra todos que eles mesmos decidissem o que queriam para a escola. O ano de 94 foi bem controvertido porque houve uma legislação que impedia que a coordenação de área fosse prioridade, então ela tinha que ser coordenação de segmento de curso; e ela não deu certo, a avaliação foi negativa, mas não pelas pessoas, porque as pessoas que assumiram a coordenação fizeram o possível, mas o próprio pessoal insatisfeito por ter caído a coordenação de área então

não reagiu bem à coordenação de segmento de curso. Depois tivemos autonomia de voltar à coordenação de área em 95, e funcionou até relativamente bem” (19/12/1995).

“As coordenações foram uma oportunidade para uma troca de idéias, para uma troca de experiências, porque quando não existe coordenação, quando não existe H.T.P., o professor faz o trabalho mais isolado. Então, um faz de uma forma e o outro faz de outra forma, com a H.T.P. e a coordenação eles tiveram oportunidade de trocar experiência e nós vimos que foi muito bonito aí em todas as áreas o pessoal procurando aprender. Ainda existem as resistências, mas de 1ª a 4ª série, por exemplo, no começo nem queria ouvir falar em Emília Ferreiro, deixar a cartilha de lado e hoje a gente vê, com prazer, com satisfação que todos mudaram, todos assimilaram proposta, e mesmo aqueles mais resistentes fazem um trabalho bom, e não estão mais apegados à cartilha e ao livro didático. O livro didático foi praticamente abolido na escola, na maioria das áreas; são pouquíssimas áreas que usam o livro, pouquíssimas disciplinas que usam o livro didático. Então é um reflexo da Escola-Padrão, da utilização da proposta e da coordenação de área” (Eunice, 19/12/1995) (grifos meus).

A aluna Julieta menciona que as coordenações e as H.T.P. refletiram no modo do professor trabalhar, porque

“é coletivo; se uma professora está dando política em história, a sociologia também. Então, uma coisa vai completando a outra. Agora a gente estava aprendendo sobre neoliberalismo, aí a professora de Sociologia começou a falar e a gente já sabia, então foi uma coisa... que os próprios alunos se incentivaram e falaram: ‘poxa... como é legal se uma professora tá falando uma coisa, aí outra vai falando’ e isso é multidisciplinar. É muito bom. Melhorou bastante esse tipo de planejamento em relação à proposta de professores ao currículo no caso” (05/09/1995).

A democracia participativa é o estilo utilizado pela diretora Eunice, na escolha do coordenador. A forma de participação é direta. Os professores elegem o coordenador, tornando-se nos principais atores de política, substituindo o modelo burocrático pelo modelo profissional. Aliás, até para resolver impasses que surgem na escolha de coordenador, a diretora não decide sozinha. Também neste caso, os professores atuam como parceiros na resolução do problema, como foi observado durante a pesquisa. A diretora promove a subida dos professores aos níveis mais elevados no processo de participação decisória, conforme o quadro 4 (p.46). As coordenações, aliadas às H.T.P. propiciaram o espaço de encontro coordenado para estudos, reflexões e tomadas de decisão, substituindo o encontro solitário dos professores. O saldo positivo das coordenações e das H.T.P. é testemunhado pela aluna Julieta, no seu depoimento acima.

Sobre o trabalho coletivo no “Tiradentes”, Escola-Padrão, a diretora Eunice testemunha:

“O trabalho coletivo na escola nós não podemos dizer que exista cem por cento, mas *oitenta por cento acho que nós já conseguimos depois desses cinco anos de luta*, porque a minha luta nesse sentido é grande desde o começo, da gente estar sempre trabalhando junto, falando a mesma língua e sempre unidos. Este ano nós conseguimos a *realização de uma H.T.P. coletiva* que era o meu sonho, porque outras escolas padrão faziam porque tinham períodos ociosos na escola, então era fácil chamar o professor para vir às 3h da tarde. Quem lecionava de manhã e de noite ia lá às 3h e acabou fazendo reunião coletiva. Nós funcionamos de manhã, de tarde e noite, sem intervalo de limpeza das salas nem no horário de almoço, então não tinha, o único espaço que a gente tinha era das 18h às 19h, e o grupo assumiu no final de 94, nós fizemos umas duas reuniões para decidir se a gente queria ou não essa reunião conjunta e ela foi bem polêmica, e se queria quando é que ela tinha que acontecer. O único horário que restava era o das 18h e foi uma coisa bem bonita de todo mundo estar se sacrificando, de deixar a família nesse horário, quem dá aula à tarde já fica aí e emenda mais um pouco, quem dá aula à noite vem mais cedo e deixar de dar a janta pra família para estar aqui com a gente, mas ficou assim, sacramentado, né? Toda quarta-feira às 18h e o pessoal não faltava, isso é que era o mais bonito, era uma ou outra falta que a gente tinha observado, isso aí foi o que *conseguiu levar a escola a essa união bonita*, inclusive essas comemorações dos setenta anos, *foi pelo grupo que cresceu junto e está sempre querendo o melhor pra escola e querendo fazer um trabalho conjunto*. Inclusive fizemos uma avaliação, agora no final do ano e o *pessoal reconheceu que nós estamos caminhando para o trabalho coletivo*; e agora na época da reorganização de decidir como ficaria a escola, de decidir se seria de 1ª a 4ª ou de 5ª a 8ª foi assim... uma coisa bonita também, que o pessoal se posicionou contra reorganização e não querendo tomar decisão nenhuma, deixamos tudo para a Delegacia decidir porque o pessoal não queria de forma alguma desfazer o grupo, desfazer essa união, então isso que foi bonito” (19/12/1995) (grifos meus).

Sobre o trabalho coletivo na Escola, o coordenador do noturno declara:

“Eu vou dizer na sinceridade, eu acho que a Escola-Padrão tem um nome: *trabalho coletivo*. A partir do momento que você não tem um trabalho coletivo, a Escola-Padrão sente alguma coisa... Eu acho que dentro do possível a gente tenta o trabalho coletivo. Ainda há resistência na secretaria, ainda há resistência do professor, ainda há entendimento de que a direção impõe, ainda há em alguns setores entendimento de que o coordenador é um fiscal do diretor... A gente sente ainda que em alguns setores da escola tem sempre algum grupo que resiste, mas se fizer uma análise no geral, a gente pode dizer que setenta ou oitenta por cento da escola está integrada, tem vontade. Você tem assistido nossas reuniões, participado... a escola faz com que sempre exista a palavra chamada... ‘família Tiradentes’.

Eu acho que nós estamos em processo, a escola é um processo, a implantação é um processo, este processo não é para já. Eu continuo afirmando que nós ainda vamos ter muito chão pela frente. Mas eu acho que é um processo que *está caminhando, com*

dificuldade e problemas, mas é uma coisa que temos que lutar” (Ênio, 19/09/1995) (grifos meus).

Sobre o trabalho coletivo, a coordenadora Claudete (CIC) testemunha:

“essa escola é muito complicada, eu não sei onde está o problema... (...) Então, eu acho que o *trabalho cooperativo aqui funciona, agora dentro de umas coisas, porque dentro de outras coisas*, por exemplo... essas reuniões pedagógicas que a gente tem aí é um tromba tromba, um desgaste. Para minha coordenação eu sinto que tenho cooperação, ajuda, mas tudo depende do que você vai trabalhar, porque de repente você está trabalhando os Setenta anos, então é uma coisa que todo mundo queria fazer. Então, alguns trabalhos tem equipe, outros não tem e isso até que é normal para um grupo de professores grande que temos aqui, mais de cem professores” (26/09/1995).

A coordenadora Érica, sobre o coletivo, explica:

“Olha, a *questão do coletivo é uma coisa muito difícil* que a gente vê aqui na escola muito grande. *Trabalham diversas cabeças e existe uma história de vida de cada um*. Então, a gente vê que mesmo na greve, sabe?, é muito difícil a gente fazer uma greve aqui na escola ‘Tiradentes’, assim em termos assim de cinquenta por cento... Agora, como coordenadora de C.B. à 4ª série, a maioria dos professores, por incrível que pareça de PI adere à greve, sabe, e se não adere existe um motivo assim justificado e plausível. Agora, no coletivo, é muito difícil até se fazer uma reunião, você conseguir silêncio, ser ouvido, sabe? Participação, nós temos aí com a comemoração dos Setenta Anos muitas pessoas colaborando, mas não existe envolvimento de todos, não, é uma minoria. Em relação, ao projeto geral da escola, isso também acontece. O professor está lavando as mãos. Eu acredito assim... a *crise econômica* que a gente tá atravessando atualmente, sabe, você como professora, você não pode mais ter uma empregada e poder pagar. Então *reflete*. Antigamente, você podia. Você não pode mais ter carro para se locomover. Você tem que vir de ônibus para a escola. A maioria vem de ônibus, certo? Você vem deixando mil problemas em casa, enfrentando outros mil, porque *você trabalha com o aluno real e não com aquele aluno ideal* que você gostaria de ter. Então você tem alunos que te traz muitos problemas em sala de aula, eles querem outro conteúdo, outro tipo de aula dada e o professor ainda continua dando e querendo receber do jeito que ele dá, em forma de questionário. Então, ele entra com problema, sai com problema, trabalha com problema, você entende? Essa crise econômica que deixa todo mundo assim de uma forma desestruturada porque sabe que o que ele vai receber não vai dar. Então isso mexe muito com a cabeça, com o sentimento das pessoas e as pessoas vão se tornando frias. E não por parte de todos, mas a gente tá vivendo uma realidade muito difícil para todo mundo. A crise econômica tá mexendo e eu acredito que é isso daí. *Isoladamente, cada um é jóia* você conversar, mas *na hora do coletivo não são as mesmas pessoas*” (Érica, coordenadora do ensino fundamental, 15/08/1995) (grifos meus).

Em relação ao trabalho coletivo, Merle também justifica a dificuldade de relacionamento por ser uma escola grande, mas ela acha que está querendo mudar:

“Quando nós fizemos aquela Feira Multidisciplinar foi *um desafio* para a Escola, eu acho que você estava presente aqui, então eu acho que despertou esse interesse no pessoal pelo nome da Escola. A Escola ganhou uma nova projeção eu acho, sabe? O trabalho do CIC aqui na escola também, essa integração da comunidade-escola. Então, eu acho que ela está caminhando para o bom entendimento, embora a falha humana ainda permaneça, mas eu *acho que o pessoal está mais unido, pelo menos para o trabalho em si do dia-a-dia*. Acho que nós conseguimos isso daí, sim. *Estamos conseguindo devagar*. Quando sai alguma coisa no jornal sobre a escola, todo mundo vem, até aqueles mais radicais, e trazem na sala dos professores, é aquela festa. ‘Olha saiu, saiu.’ Então eles estão notando isso que está reerguendo o nome da escola. A forma de trabalhar, eu acho que está melhorando” (22/08/1995) (grifos meus).

Sobre o trabalho coletivo, a professora Lucinda (PIII) declara que sente que existe sim, mas que “tem bastante resistência”. O grupo de ciências é um grupo com muita identidade, segundo a professora (11/08/1995).

Sobre o trabalho coletivo da Escola, para a professora Clarinda há entrosamento no seu grupo (referindo-se a PI),

“mas do meu grupo para fora, com o grupo da 5ª a 8ª série eu não vejo, sabe?, entrosamento. Não sei como poderia ser possível com a estrutura atual de ensino, período de cinquenta minutos, tipo de avaliação...” (21/08/1995).

A respeito do trabalho coletivo na escola, o pai Ferreira declara: “Eu estou sentindo que está mais ou menos trinta por cento, não está bem organizada ainda não” (06/09/1995).

Sobre o trabalho coletivo na escola, os alunos assim se expressam:

“Acho que dentro da escola há um objetivo, só que o pessoal não faz muito para chegar até ele. Acho que toda escola tem esse problema, mas a gente tenta fazer esse trabalho coletivo que às vezes não dá certo porque dá muita desavença” (Lili, 05/09/1995) “porque são poucas pessoas que trabalham para isso e que lutam por isso” (Lídia, 05/09/1995).

“é difícil, o aluno geralmente quer destruir as coisas que são construídas. A escola consegue verba para fazer essa reforma toda e outro dia o aluno quebrou porta, vidro, joga cadeira pela janela, no pátio. A coisa não está boa, não, o trabalho coletivo não tá bom!” (Rogério, 05/09/1995)

Vanda menciona que existe trabalho coletivo “só de alguns segmentos”.

Para Julieta a questão do trabalho coletivo está em processo:

“(A escola) trabalha (em equipe) sim, não é uma coisa muito bem colocada porque a gente não vive muito tempo junto... três anos e quase nada perto vivia... o que era diretor de um lado, professor do outro, cada um fazendo sua parte e o resto à mercê. Existe muita conversa entre diretor e funcionário. Os funcionários conversam com a gente, explicam, dão a bronca quando têm que dar. Eu acho que existe sim um

trabalho em grupo, não é bem desenvolvido porque é pouco tempo, mas está melhorando” (05/09/1995) (grifo meu).

Os depoimentos acima demonstram que a Escola “Tiradentes” para implementar o seu Projeto Pedagógico está caminhando mediante trabalho coletivo, não ainda na forma plena. Na teoria, foi visto que o trabalho coletivo não é tarefa simples. Para atingir sua finalidade, a escola precisa da contribuição de vários profissionais especializados - professores, equipe pedagógica, direção, orientação, equipe de apoio - que atuem coletivamente. Historicamente, a humanidade acostumou-se, durante muitos séculos, a formas de vida individualista. Não é fácil alterar essa situação. No “Tiradentes”, o processo é difícil, duro, porque há muita resistência porque a Escola-Padrão foi imposta. Embora, a escola tenha problema de espaço físico e de tempo, o pessoal, sacrificando o seu tempo disponível para suas atividades particulares, após muita discussão e reflexão, decidiu que deveria haver um momento em que todos se encontrassem para colocar os problemas gerais da escola. O trabalho coletivo é o momento dos trabalhadores se organizarem, é o momento do encontro em seu cotidiano escolar. A presença física do trabalhador individual para constituir o trabalhador coletivo é necessária. Esse trabalho coletivo realizado pelo conjunto dos professores e direção pode ser o início da constituição do sujeito coletivo que “é um grupo de pessoas que possui uma identidade comum, um juízo comum sobre a realidade e reconhece-se participante do mesmo ‘nós-ético’” (Silva, 1996, p.94). O pessoal da escola tem consciência de que a construção do trabalho coletivo não é fácil, de que é construído aos poucos e não imposto, encontra resistência, depende de deliberada ação e de persistência rumo ao objetivo de constituir-se em realizadores e interlocutores, especialmente por ser uma escola composta de cem professores. A fala da Érica de que “isoladamente, cada um é jóia você conversar, mas na hora do coletivo não são as mesmas pessoas” constitui um exemplo da dificuldade de se formar o sujeito coletivo. É preciso que haja fatores identificadores entre os participantes, a assunção de uma tarefa comum, o comprometimento pessoal e grupal em relação aos objetivos e metas, construindo a identidade grupal, para finalmente constituir “o sujeito coletivo político, com propostas culturais, isto é, com capacidade de julgar a realidade e propor soluções” (Silva, 1996, p.98). Pelos depoimentos e pelas observações realizadas, constata-se que há alguns conjuntos de pessoas que formaram a identidade grupal, como o grupo de ciências e o grupo dos professores PI. A transformação de um grupo de pessoas em um sujeito coletivo atuante não se dá de forma espontânea e sem

intencionalidade, não se dá num passe de mágica, demanda vontade e tempo. No momento em que o processo estava deslanchando, vem uma pá de cal por parte da Secretaria de Educação, anunciando uma outra reforma, provocando um violento desequilíbrio e trazendo novas apreensões, novas interrogações, novas ansiedades, em cima desse embrião de sujeito coletivo que estava sendo gestado.

Sobre a autonomia financeira, a diretora menciona:

“Em relação à autonomia financeira, estes anos foram muitos bons, porque nós conseguimos equipar a escola. (...) mas nós já temos *recursos materiais* que dão *condições para um bom trabalho para o professor*, então tudo que o professor precisa na sala de aula nós temos condições de oferecer. É só ele não pedir coisa muito sofisticada que a gente acaba atendendo sim, e nós temos a prática de pedir para que eles sugiram as necessidades deles, a lista de material da parte deles. Pra todas as áreas nós compramos livros paradidáticos, agora no final do ano. Com a verba do MEC nós conseguimos terminar a reforma da escola e ainda comprar livros paradidáticos, foi uma beleza, nós recebemos R\$ 5.6000,00 e coisa assim que era pela construtora ficava um absurdo, nós conseguimos fazer com pouco dinheiro; é pra terminar alguma coisinha que tinha ficado, né? Então essa autonomia financeira foi muito boa” (Eunice, 19/12/1995).

A coordenadora de Ciências confirma a declaração da diretora:

“Olha, da autonomia, eu acho que, esse recurso da Caixa de Custeio facilitou a aquisição de materiais que nós precisávamos. Nós recebemos material ainda que não foi utilizado de laboratório, principalmente na parte de Física, por causa do problema físico aqui, mas está tudo pronto para montar e começar a utilizar” (22/08/1995) (Merle, coordenadora).

De acordo com Azanha (1982), a autonomia da escola significa a autonomia da tarefa educativa. A autonomia da escola quer dizer a liberdade de formular e executar um projeto educativo. Para executar o projeto educativo, a autonomia financeira da escola faz-se necessária. A escola precisa de recursos financeiros para ter boa infra-estrutura, recursos pedagógicos e inovações tecnológicas que darão sustentação necessária à execução do seu projeto pedagógico. Os fluxos de recursos enviados pela Secretaria de Educação devem ser regulares para que a escola possa cumprir o seu Projeto Pedagógico. A Escola “Tiradentes” recebeu, embora com atraso, como foi relatado nas observações, verbas que possibilitaram aquisição de material conforme o seu Projeto.

Sobre a autonomia administrativa a diretora depõe:

“Autonomia administrativa você não tem muito ‘saco’, porque a gente fica amarrado à Delegacia de Ensino, à Coordenadora, à Secretaria, então e ao regimento também que acaba não nos dando oportunidade de ousar, né? E um pouco é o *comodismo* também, a sobrecarga do serviço do diretor da escola também, que não sobra muito tempo pra ficar lendo, estudando, criando coisas novas, sabe? Eu me sinto frustrada na direção, eu acho que eu deveria ter autonomia de um horário de estudo durante o meu trabalho, porque eu preciso estar por dentro da legislação. O que acontece? *Eu só estudo a legislação na hora que surge o problema e eu deveria estar por dentro*, estudando diariamente uma hora por dia e eu já tentei fazer isso, mas não tem jeito. Você tem que atender pai, secretaria, atender aluno, professor e não tem como você ficar... você ter esse espaço pra estudo, então eu posso até contar nos dedos os textos que eu li no meu horário de trabalho, livros novos que saem, publicação nova que a gente deveria estar tendo um tempo de atualização, se não foi nos cursos que eu fui fazer, aqui no horário de trabalho... é muito difícil, não tem condição. Eu acho que a gente deveria ter essa autonomia também.

Em 1991, a gente recebia aquelas verbas de despesas miúdas, que eram minguadas e não dava pra comprar o detergente da escola e a A.P.M. tinha que fazer campanhas pra poder colocar na escola o material básico de higiene e limpeza e o material de consumo pra aluno, pra Secretaria (...), *a partir de 92 com o Plano Diretor*, apesar das verbas chegarem geralmente no final do ano, *muita coisa mudou*, mas *houve por outro lado a sobrecarga do trabalho da gente*, porque *era o diretor que tinha que fazer as compras, pesquisa de preço, montar processo* (...). Agora com o assistente de administração escolar já ficou mais simples porque essa parte é ele que está fazendo” (Eunice, 19/12/1995) (grifos meus).

A coordenadora Érica explica:

“A questão da autonomia, a gente tem assim feito as *inscrições*, a *classificação* com muita idoneidade com uma equipe, com muita seriedade na leitura dos projetos, mas a pessoa se classifica e a gente conhece às vezes o elemento e não atribui uma classe para esse elemento sendo que tem essa autonomia fica muito complicado. Então, eu pergunto: onde está a autonomia? Se você vai seguir a classificação, uma coisa assim para todo mundo, tá vendo que pessoa tá ali e se você chama essa pessoa, você sabe que ela não vai tá colaborando dentro da proposta. Então, como é que fica? Não tem autonomia. Seria autonomia?...” (15/08/1995).

“E essa avaliação dos professores, como é que é? Muitas vezes, o professor está aqui causando problemas sérios e o Estado é paternalista, e o professor continua aqui e é referendado muitas até vezes pelos colegas que sabem que não quer que seja encaminhado e fica à disposição da Delegacia. Então tem autonomia, mas não tem” (Érica, 15/08/1995).

Para que haja a autonomia pedagógica da escola é necessária a autonomia administrativa. Para isso, é preciso que a burocratização seja colocada de escanteio dos serviços educativos, porque impede qualquer trabalho educacional autêntico. A autonomia pede desburocratização, desregulamentação e transparência. Embora, o Projeto da Escola-

Padrão tenha colocado como um de seus eixos básicos a autonomia administrativa, não mexeu na estrutura administrativa do sistema de ensino estadual, “deixando intactos os atuais aparelhos burocráticos” (Gadotti, 1992, p.33). Assim, na realidade ainda impera a relação vertical, de cima para baixo, muito forte, onde prevalecem relações hierárquicas de mando e submissão. Daí, a diretora Eunice reclamar que fica muito amarrada “à Delegacia de Ensino, à Coordenadoria de Ensino, à Secretaria de Educação e ao Regimento Comum”. A respeito do Regimento, cabe lembrar, citando Myrtes Alonso (1978, p.7) que “freqüentemente, as escolas abriram mão do direito que a lei (referindo à Lei 5692/71) lhes conferia de se auto-administrarem, pela incapacidade de definirem um regimento próprio e adaptado às suas reais necessidades”. Doutrinariamente, a Escola-Padrão deveria elaborar o seu Regimento próprio conforme o seu Projeto Pedagógico, mas também abdicou de se auto-administrar e não o fez. Continuou com o Regimento Comum que acaba sendo um entrave. Por outro lado, a Escola-Padrão, em relação às escolas comuns teve um avanço, na questão da admissão de alguns professores para compor o seu quadro de docentes, podendo recrutar, selecionar e admitir professor, com perfil que atendesse o seu Projeto Pedagógico. Mesmo essa classificação feita com idoneidade às vezes traz problemas conforme coloca a coordenadora Érica. Uma pessoa é classificada e já se sabe de antemão que não vai colaborar dentro da proposta. Pela autonomia, poderia não atribuir, mas fica complicado porque foi classificada. Atribui-se ou não aula a ela? Tem ou não tem autonomia? São questionamentos que Érica coloca. Por isso é importante que seja bem explicitada, pelos órgãos superiores, até onde vai essa autonomia, em relação à admissão de professor.

Sobre a questão da mobilidade, a coordenadora Érica, testemunha que

“o professor que tem direito à aposentadoria, às vezes ele até tem intenção de ficar, mas ele vê que não compensa, então ele aposenta mesmo, e o novo ele tá prestando concurso para fazer outras coisas, ele não quer ser professor, ele não vê mais ideal, então, a gente tá sentindo assim... *os novos não querendo ficar e os velhos, urgentemente, saindo*. Então existe essa mobilidade de professor, entrando e saindo (15/08/1995) (grifos meus).

Este depoimento da Érica nos leva à consideração de que historicamente, as precárias condições de trabalho do professor, do ponto de vista salarial, foram profundamente agravadas a partir do golpe de 64. “Diminuído o seu poder de negociação, desestruturado como categoria profissional, (...), o professorado sofreu de maneira mais considerável, (...), perda do seu poder

aquisitivo que inclui, necessariamente, os meios de aperfeiçoamento e atualização” (Warde, 1985, p.80). Além disso, embora o professorado se articule em associação/sindicato com poder relativo de pressão sindical, a crise econômica destas últimas décadas vem impedindo a efetiva recomposição de seus salários reais. Por isso, muitos bons profissionais já se evadiram da profissão e outros estão por fazê-lo. Daí, a fala da coordenadora, de que “os novos não querendo ficar e os velhos, urgentemente, saindo”, “os novos prestando concurso para fazer outras coisas e os velhos se aposentando”. Assim, a política de valorização e respeito, tornando atraente o exercício do magistério, motivando os melhores recursos humanos disponíveis no mercado a querer exercê-lo e não a abandoná-lo como vem acontecendo, precisa urgentemente ser considerada, no financiamento e no investimento, para minimizar essa grande mobilidade do professor que certamente dificulta a identidade grupal e reflete na qualidade do ensino. De acordo com Santos Filho e Carvalho (1993, p.50), os baixos salários e as condições econômicas e profissionais são os fatores determinantes da crescente desprofissionalização, da progressiva desmotivação e do elevado absenteísmo e descompromisso da maioria dos professores do Terceiro Mundo.

Sobre a informatização, a secretária Araci menciona a dificuldade que a escola enfrenta:

“Então a Escola-Padrão, em termos de recursos ela oferece um computador e uma impressora, mas ela não tem funcionário qualificado. Ela não oferece um curso de treinamento para que ela prepare o funcionário para utilizar aquilo. Então, a dona Eunice conseguiu bolsa de estudo para duas funcionárias que elas estão fazendo, fora, o curso de informática para poder se utilizar do computador da escola, enquanto o Estado poderia providenciar um curso, treinar um funcionário para utilizar esse recurso.

A secretaria ainda não informatizou todos os dados. O que nós temos e que eu conheço, porque logo que eu cheguei, o rapaz que operava o micro pediu exoneração (foi trabalhar em empresa particular) e de lá para cá ficou assim sem ninguém. Ele estava informatizando a vida, a ficha individual, a ficha cadastral do aluno, né? A matrícula, o registro de matrícula, o endereço do aluno. Então, nós não temos quase nada informatizado. Eu acho que já era tempo da gente estar expedindo histórico pelo computador, mas no momento não existe. É tudo datilografado pelo pessoal da secretaria. (...) É oferecido ao funcionário que opera com o micro uma gratificação de informática, é onze por cento do salário base do oficial. Então, já é oferecido isso porque é o oficial de escola que teria que operar o computador da U.E.. Mas *não existe o treinamento para esse pessoal*, não existe na Delegacia e é desconhecido. Então, *enquanto isso, o micro da escola fica parado*” (19/09/1995) (grifos meus).

Justamente por isso, a diretora Eunice (19/12/1995) aponta como uma das falhas do Projeto da Escola-Padrão a questão da informatização, no aspecto de capacitação de recursos humanos para lidar com computador.

Conforme descrevi nas observações, a Secretaria de Educação treinou um funcionário da secretaria para operar com o micro, somente no primeiro ano de implantação do Projeto da Escola-Padrão. Esse funcionário treinado logo recebeu uma oferta de emprego melhor e deixou a Escola. O Estado também deveria ter tomado a precaução, no sentido de que, o funcionário treinado com verbas públicas deve prestar serviços durante um mínimo de tempo determinado, para fazer jus a esse treinamento e ao gasto correspondente, evitando com isso os desperdícios de verbas públicas. No caso, o Estado qualificou um funcionário para o setor privado. Com a vinda dos computadores, todos os oficiais de escola deveriam receber treinamento e não apenas um. De nada adianta adquirir equipamento de última geração, se não se investe na capacitação do funcionário para operá-lo.

3.2.4. Expectativas da Delegacia de Ensino sobre a Escola-Padrão

O supervisor Milton não fez, na época da implantação, objeção nenhuma à questão da Escola-Padrão. “... toda tentativa é viável e tem que ser colocada em prática pra ver como vai funcionar” (31/08/1995). Para a supervisora de ensino Inesita o projeto da Escola-Padrão é um projeto bom e para a delegada de ensino Eloisa, a expectativa foi grande porque “estava vendo um caminho pra poder oferecer à escola essas condições que as outras não tinham” (10/01/1996).

Para os supervisores Milton e Inesita, a Escola-Padrão não resolveu muito em alguns lugares.

“a gente acreditava que a Escola-Padrão conseguisse aprovar mais, que conseguisse assim segurar mais o aluno na escola, diminuindo a evasão e a repetência. Isso realmente não ocorreu” (Inesita, 29/08/1995).

A supervisora Inesita justifica o não atingimento do rendimento esperado da Escola-Padrão, argumentando:

“Na educação, a gente sabe que toda mudança é difícil e para você ver um resultado demora muito. É difícil você também avaliar isso aí em quatro anos. Eu acho assim que é um período muito curto para você avaliar se realmente foi bom ou não. Essa mudança na postura do professor, você não consegue de um dia para o outro, e do aluno, dos pais essa conscientização, então, tudo isso é demorado, é um processo

muito lento. Agora a gente não tem dúvida de que algum crescimento, pontos positivos tem muitos dentro deste projeto Escola-Padrão (cita H.T.P.)” (29/08/1995).

A delegada acha que muita coisa foi feita na Escola-Padrão, mas em alguns aspectos teve algumas frustrações, como por exemplo, com o ensino noturno que tem que ter cara própria.

“Mas tivemos alguma frustração porque o coordenador do ensino noturno, primeiro ele não foi acompanhado sistematicamente pelos órgãos centrais, nem sempre ele foi a pessoa mais adequada para fazer esse trabalho, e nós tivemos em alguns casos assim que o coordenador passou a ser um vice-diretor administrativo, vamos dizer, cuidava da disciplina, organizava o corredor, e não era esse o papel que a gente esperava do coordenador do ensino noturno...” (Eloísa, 10/01/1996).

A Inesita menciona que havia uma pré-expectativa de que todas as escolas da rede passassem a ser padrão, mas que isso acabou não acontecendo e “gerou um descontentamento dentro da rede porque criou uma situação de ter o mesmo padrão com duas escolas diferentes, tratando dois funcionários de forma diferente” (29/08/1995).

Desde o começo a delegada também não concordou com a implantação gradativa embora ela saiba que é a questão de recurso, porém ressalva:

“se houvesse prioridade de fato para a educação, os recursos teriam aparecido, mas infelizmente como ainda não era considerado uma prioridade, era no discurso, mas não era na prática, então, o recurso foi insuficiente para estender isso para a maior parte da rede” (Eloísa, delegada) (10/01/1996).

O supervisor Milton aponta como interessante na Escola-Padrão a oportunidade de conversar com professores.

“Então eu chego hoje no ‘Cabral’ (escola comum) e dificilmente eu vou lá numa sala de aula de Português ou de Matemática porque eu sei que o professor não gosta que interrompe e mesmo porque também minha visita seria esporádica. Agora, a grande conquista que eu acho é a oportunidade que a Escola-Padrão deu aí através das H.T.P., do contato que a gente poder ter com os professores, é conversar com eles, trocar idéia, estudar. Outro dia ainda, o Luisinho (referindo-se ao professor Luís do ‘Tiradentes’) pediu aí: ‘Ô, você precisa voltar lá pra nós fazermos aquelas reuniões, discutirmos aqueles assuntos’” (31/08/1995).

Sobre a autonomia pedagógica, administrativa e financeira, para a delegada a Escola-Padrão conseguiu avançar porque: na questão financeira passou a ter recurso próprio, com a instituição da Caixa de Custeio e conseguiu envolver o Conselho de Escola para definir

prioridades; na questão pedagógica, houve um avanço a partir do momento que a escola pode escolher alguns professores e dispensar alguns que não corresponderam. Conclui a delegada:

“Então, eu acho que essa *autonomia da escola*, ela só vai ser uma coisa que a escola vai garantir, a partir do momento que ela tiver essas condições, de estar avaliando seu corpo docente, de estar trabalhando com seus recursos financeiros, de estar elaborando seu próprio projeto pedagógico e pondo suas questões adequadas ao Regimento Único, mas de acordo com sua realidade. Aí eu acho que a escola vai poder conquistar essa autonomia. Por enquanto, nós só estamos caminhando. É difícil” (Eloísa, delegada, 10/01/1996).

A fala da delegada, sobre o avanço da autonomia da Escola-Padrão no aspecto administrativo, financeiro e pedagógico, aponta para a dimensão mais pragmática do conceito de autonomia, a dimensão operacional, ligada à identidade da escola. Teoricamente, o Projeto Pedagógico engloba a totalidade do trabalho escolar e, assim, abrange os três aspectos citados. Nesse sentido, a delegada está certa. Entretanto, quando ela diz que a Escola só vai ter essa autonomia a partir do momento que ela tiver essas condições, há um equívoco. Não basta a autonomia outorgada, por lei, porque só a lei não assegura a autonomia. É preciso, simultaneamente, vontade e decisão política dos dirigentes maiores dos sistemas e competência dos agentes pedagógicos da escola em consolidá-la. Autonomia é outorga e conquista. Além disso, a delegada quando diz “de estar elaborando seu próprio Projeto Pedagógico e pondo suas questões adequadas ao Regimento Único” comete outro equívoco. Para ela, o Projeto Pedagógico deve ser feito com base no Regimento Único. Doutrinariamente, autonomia da escola significa a autonomia da tarefa educativa, isto é, liberdade de formular e executar seu Projeto Pedagógico baseado na realidade concreta. O Projeto deve ser feito baseado na realidade e não no Regimento. De acordo com a teoria, elabora-se primeiro o Projeto Pedagógico baseado na realidade e depois faz-se o Regimento para normatizar o Projeto, e não o contrário como a delegada diz. Por isso, também, o Regimento deve ser próprio, específico de cada escola, e não um Regimento Único.

De um modo geral, para a delegada, as Escolas-Padrão corresponderam, umas mais e outras menos, porque tiveram condições de formar equipes melhores... sobre as dificuldades, tiveram muitas, no início.

“No ‘Tiradentes’ nós tivemos quase que um ano inteiro de muita dificuldade, porque a escola como um todo achava: ‘nós não pedimos para ser padrão, nós não quisemos ser padrão, isso foi uma coisa que veio de cima pra baixo...’ então houve muita resistência muito grande da escola e foi difícil no começo a gente conseguir assim, essa

adesão para começar a desenvolver o projeto. Agora, a partir do momento do segundo ano, onde a escola tinha que entrar por opção, aí ficou mais fácil, as escolas disputavam para ser Padrão... (...) Depois com o tempo, nós tivemos um trabalho bom da direção, supervisão acompanhou de perto e nós conseguimos já hoje reverter. É uma escola muito grande, é uma escola que agora eu acho que já vai melhorar porque até o ano passado o 'Tiradentes' oferecia desde a pré-escola, classe especial, 1º e 2º Graus, curso profissionalizante, era um leque muito variado de tipos de ensino e é difícil trabalhar com uma comunidade tão diversificada, por mais que a direção se empenhasse. Nós tivemos uma direção bem compromissada lá na escola, mas é muito difícil" (Eloísa, delegada, 10/01/1996).

O depoimento da delegada nos remete à questão da implantação de um projeto, especificamente, o modo de implantar. Qualquer mudança significativa envolvendo alterações profundas no comportamento provoca insegurança porque é uma ameaça ao *status quo* e, portanto, é evitada ou mesmo rejeitada. Como o projeto da Escola-Padrão, no caso do "Tiradentes", foi imposto, de iniciativa do centro, sem as devidas informação profunda e preparação da escola e do professor, houve uma reação muito forte por parte da escola como um todo. Até o profissional assimilar o Projeto e ser preparado para implantar as Propostas Curriculares levou tempo. No segundo ano de implantação do Projeto, o critério foi por opção da Escola e não imposto, então a adesão foi mais fácil. De acordo com Lourdes Marcelino Machado (1997, p.143), sobre a implantação da reforma, nos primeiros meses de 1992, "dá-se de modo pouco transparente, quase um segredo de Estado, e seus resultados são pouco visíveis", "apenas os diretores das Escolas-Padrão (306) e os supervisores de ensino delas encarregado tinham conhecimento do processo". Os supervisores e profissionais não envolvidos, sentindo-se aliçados do processo, "denunciavam a existência de uma rede paralela às escolas comuns".

Assim, com relação ao Projeto de Escola-Padrão, a maneira de lidar com a reação pública foi conforme o modelo profissional e não o modelo burocrático apresentado por Brubaker e Nelson Jr. (1974, p.74) (ver Quadro 2, p.17). Embora, a Secretaria da Educação seja uma organização de modelo fortemente burocrático, com a hierarquia definida no princípio da autoridade formal e no domínio das regras, no modo de lidar com a reação pública para implantar o Projeto de Escola-Padrão, seguiu o modelo profissional: tomou decisão, implementou-a para depois lidar com a reação pública. Inicialmente, a Escola-Padrão foi imposta, sem ouvir se a escola queria ou não participar do Projeto, e depois com a reação

negativa do pessoal, resistindo fortemente ao Projeto, a Secretaria da Educação, no ano seguinte, passa a ouvir as Escolas para ver a reação em relação ao desejo de aderir ou não ao Projeto, para depois decidir e implementar.

A delegada toca ainda num ponto que Silva Júnior (1993) aborda como uma das negações ao tratar da peculiaridade da escola pública como local de trabalho não padronizado. A Escola “Tiradentes”, além de ser grande, possui uma variedade de tipo de ensino que dificulta o trabalho da escola porque os problemas são diferentes (clientela de diferentes faixas etárias, problemas dos professores serem diferentes).

A supervisora de ensino Janete historia a questão da Escola-Padrão. Inicia colocando que a Escola-Padrão foi um processo. No primeiro momento foi um susto, depois, muitos aspectos do processo do projeto foram corrigidos no processo. Diz ela:

“E o susto do primeiro momento foi o privilégio de algumas escolas e foi o primeiro embate que a supervisão teve com a Secretaria. Não foi abraçado assim prontamente e teve um período de extrema rejeição da supervisão porque tinham coisas ali que pareciam absurdas e coisas que nós gostamos sim, coisas que não eram novas, a jornada de professor, a H.T.P., coordenador etc.. Isso desde 85 eram coisas que a rede já tinha pedido no Estatuto do Magistério, só pode ser contemplado no projeto. Então, no primeiro momento teve o susto do projeto, depois nós fomos absorvendo o lado bom que tinha do projeto em si. Tem alguns aspectos bons que eu acho que devem ser estendidos na rede. Teve seus aspectos negativos também. Mas desde o início a minha expectativa é que nós não teríamos um resultado a curto prazo porque eu acho o projeto de Escola-Padrão um projeto bom, não para algumas escolas, mas para todas as escolas, porque tem aspectos extremamente necessários e imprescindíveis para condução de melhoria do processo pedagógico que é a *redução da hora do trabalho do professor, a proposta de melhoria salarial, a autonomia administrativa, a autonomia pedagógica*. Isso eram coisas que o magistério de longa data pedia. Eles tiveram uma *certa autonomia financeira através da Caixa de Custeio* que dá realmente uma certa liberdade de trabalho para a escola muito maior e que se revelou que é *impossível você ter autonomia pedagógica se você não tiver autonomia financeira* e isso eles aprenderam - que é necessário possuir os recursos financeiros e administrá-los bem para você poder sustentar um projeto pedagógico. Um projeto pedagógico sem dinheiro não sobrevive, eles aprenderam isso. (...) Acho que o projeto não está sendo avaliado, mesmo pela própria Secretaria atual, de uma forma profunda, larga, e pelos professores também não.”

Para Janete, o projeto gerou uma relação de ciúmes e natural, entre o professor menos remunerado e o melhor remunerado. Assim, o professor se posicionou da seguinte forma: “Se eu não posso ter trinta por cento de R.D.P.E., eu sou contra o projeto de Escola-Padrão.” Para

ela, em nenhum momento o professor parou para fazer a leitura do projeto. Então, esperava que esse projeto fosse avaliado pelo menos daqui a dez anos.

“Daqui uns dez anos era a minha expectativa que a gente fosse começar a colher os resultados. Porque? Porque esse professor que começou a ser trabalhado de uma outra forma, esse aluno que começou a ser trabalhado de uma outra forma, esse diretor que começou a se trabalhar de uma outra forma, onde o exercício de poder dele na Escola não padrão, ele teve que trabalhar com Conselho de Escola articulado. Professores tiveram que aprender isso - que pai fala, que pai tem direito de falar, que aluno tem direito de falar, tem direito de ser ouvido, tem direito de participar e tem direito de opinar e essas opiniões se tiverem procedências têm de ser atendidas, de ser ouvidas, tal. Então, *está sendo um aprendizado todo*. As pessoas tiveram que, no primeiro momento, admitir publicamente as dificuldades que tinham em relação à competência técnica, porque no primeiro momento é tomar consciência, depois tomar posição. Elas ainda estão na fase de tomar a consciência. Claro que tomaram posição em muitas coisas e tal, mas está na fase de tomar consciência. Então, eu não posso imaginar a redução de evasão, de repetência, tal, a qualidade desse aluno, em quatro anos. Ela seria dez. (...) Conviver com as divergências é um exercício difícil que os coordenadores estão tendo que aprender, que os alunos estão tendo que aprender, têm que aprender. Nós supervisores estamos tendo que aprender. Estou aprendendo a conviver com isso, porque eles estão tendo que falar para mim o que eles pensam. Em determinados momentos eu ainda sinto ‘viés’ autoritário em mim. Aí, eu volto para casa, percebo, no dia seguinte retomo a minha posição, é retomo, refalo e tal. Eu aprendi a não responder intempestivamente, né. Eu já penso. ‘Posso responder amanhã?’ ‘Posso responder depois?’ E paro no primeiro momento. (...) Então, você aprende com isso e aprende uma outra coisa, você aprende a respeitar a posição do outro, a respeitar os limites do outro e descobri os meus limites e isso eu acho que é um aprendizado que professor e todos os segmentos da escola estão fazendo. E a partir daí é que a escola avançou muito. Se você olhar o primeiro Plano Diretor de uma Escola-Padrão e você olhar o último, você vai vendo quanto a escola foi crescendo. (...) Então esse exercício todo não é rápido, mas avançaram muito, umas escolas mais, outras menos, e um elemento que, onde a participação da supervisão foi mais ativa como provocador desses debates, o desempenho foi melhor, a escola cresceu mais porque eles tinham algumas vantagens. O supervisor integra o conjunto da unidade escolar mas ele não está na rotina da unidade escolar, na rotina desgastante da unidade escolar, porque a rotina das relações humanas na unidade escolar são desgastantes. A escola cresceu muito onde a supervisão teve uma participação ativa, uma interferência nesse projeto não assim mudando a opinião, mas provocando mesmo os debates, pontuando isso e deixando eles discutirem. Eu só colocava interrogações, mandava eles voltarem para a mesa de debate, eles iam lá discutirem aquilo e terminavam reelaborando aquilo, mas nisso eu dava subsídios, dava material, dava livro, tal, tal... Eles tinham que fazer leitura e crescer e crescendo juntos. Então esse exercício do coletivo foi um outro exercício que eles tiveram que fazer o exercício de liderança através das coordenações - o exercício de ser liderado por companheiro de trabalho que é uma outra coisa difícil tanto para o que está liderando quanto para o que está sendo liderado. As relações humanas se tornaram mais difíceis, mais complicadas, mais conflituosas para serem administradas porque as

peças foram ocupando os seus espaços até então vagos. (...) Então, a Secretaria quando discursa o julgamento, em algumas o desempenho desse professor, a qualidade do trabalho, o conhecimento porque no primeiro momento que nós tivemos que trabalhar muito e aí foi a maior surpresa quando nós começamos a fazer a seleção de professores foi que o problema do professor não estava só na questão metodológica, estava principalmente na questão do conteúdo, do domínio de conteúdo. Então nós tínhamos uma escola com sete professores de biologia, só um deles sabia genética (...), com professores de português que não sabem literatura, não sabem gramática, professores de matemática, professores de física efetivos que não sabiam física, professores de terceira série do primeiro grau que não sabem fazer uma expressão matemática. E nós tivemos que lidar com essa realidade do professor com suas dificuldades. Não dava para fazer outra coisa senão reciclar, capacitar, para agora, no quarto ano do projeto que ia começar a questão metodológica ser atacado. (...) Então, só que isso praticamente vai se perder, né, desestimulou completamente a rede e perdeu o projeto. A Secretaria está começando a discutir agora isso, no primeiro momento ela pensou em acabar com as H.T.P., agora ela pensa em permanecer, ela pensou em dispensar os coordenadores e agora repensa, permanece os coordenadores. Então, eu acho bom porque a alma do projeto na verdade é, pode tirar todo o resto e deixar melhoria salarial, autonomia do projeto pedagógico, Caixa de Custeio e hora de trabalho pedagógico e coordenadores. Então, na verdade ela (a escola) pode se chamar qualquer coisa. Se eles contemplarem isso pode por o nome que quiser na escola e generalizá-la, estendê-la para a rede inteira. Aí seria ótimo” (20/09/1995) (grifos meus).

Sobre o trabalho coletivo, a Janete declara que, na Escola-Padrão é um ensaio e como todo começo tem seus atropelos e suas dificuldades, mas sem dúvida nenhuma ela avançou, cresceu.

“É um ensaio onde as pessoas têm que aprender que pai pode falar, que pode participar, que aluno pode falar, pode participar, pode opinar, pode criticar. É um exercício de aprendizagem, principalmente isso. Até que professores tinham um certo espaço de participação, alguns têm, outros mais, outros menos, mas até que eles ainda falam, emitem opiniões, mas os alunos não tinham essa possibilidade, os pais também. Os Conselhos de Escola não eram fortalecidos, e como eles tiveram que organizar esse trabalho e esse trabalho organizado passou a ser socializado com a comunidade intra e extra-escolar conhecida, as pessoas começaram a perguntar mais, a exigir mais, a participar mais. Então eles estão ainda na fase de ensaio de trabalho coletivo. Ele não é fácil, ele não é simples. É reconstruir uma outra cultura, é fazer o caminho de volta, de um processo de vinte anos de ditadura, nós começamos a caminhar de volta, e aprender que as coisas se articulam, que as coisas têm relações umas com as outras, que as coisas não são isoladas, que as atitudes, os comportamentos, posições estão sempre numa linha de articulação, com o conjunto de fenômenos, fatores que compõem os diferentes aspectos de uma união de escolas e do sistema de educação. E esse exercício é um exercício difícil porque ficamos, vinte e tantos anos, fazendo exercício de que as coisas eram individualizadas, eram compartimentalizadas, eram separadas, eram únicas, eram próprias, eram auto-suficientes e nós tivemos que

aprender, reaprender que não são assim. E esse caminho é um caminho conflituoso, demorado, lento, trabalhoso que demanda paciência e entender que isso é um processo e uma outra, é a reconstrução de um outro patrimônio cultural que nós perdemos. Então, é essa vivência que a Escola-Padrão permitiu nesses quatro anos, de certa forma permitiu. Daí eu não posso jogar essa experiência fora, não basta simplesmente negar a experiência, mas é preciso somar experiência. Então, é essa a expectativa, é esse o desejo, essa é a contribuição que a Escola-Padrão trouxe e mostrou que é possível - dar autonomia para as escolas e que é possível que elas sejam bem administradas, é possível administrar administrativamente, pedagogicamente uma escola, só que é um trabalho muito lento e demorado pelas limitações que as próprias escolas têm, que o próprio ser humano tem” (Janete, supervisora, 20/09/1995) (grifos meus).

Das escolas pesquisadas, “Tiradentes”, a Escola-Padrão, é que teve mais oportunidades de práticas de discussão coletiva mais constantes e regulares do processo educativo, decorrentes de necessidades sentidas pelo grupo de educadores - direção, coordenação e professores, e também práticas de discussão coletiva entre professores, pais, alunos, funcionários e diretor. Na “Romana”, estas práticas de discussão coletiva aconteceram em proporção bem menor, e no “Cabral” foram raras e quando aconteceram, foram por iniciativa de pais e professores do Conselho de Escola, e além disso foram boicotadas e castradas pela mão ditatorial da direção. Construir uma cultura de participação de todos os segmentos da comunidade escolar e de relações humanas mais cooperativas e solidárias supõe um trabalho sistemático e continuado nas salas de aula com os alunos, na relação com os pais e alunos no conjunto de atividades da escola, nas reuniões com professores, coordenadores e funcionários.

A Secretaria fez a abolição de Escola-Padrão de forma linear. Não avaliou a fundo as Escolas-Padrão. Poderia ter mantido algumas Escolas-Padrão como referência.

3.2.5. Expectativas das Entidades de Classe sobre a Escola-Padrão

As representantes da APASE e da APEOESP declaram que as entidades foram contra o projeto da Escola-Padrão, ao passo que a representante do C.P.P. considerava que seria uma estratégia de melhoria de qualidade e a representante da UDEMO coloca que não poderia dizer o que a sua entidade pensava porque nem tinha uma regional da UDEMO, “então nem tinha discussão” (25/09/1995).

Para Dora (APASE), no início a entidade foi contra o projeto, porque o projeto discrimina, “oferece para algumas escolas e para outras não”; depois, já que estava implantado,

“você tem que tentar fazer com que a coisa vá em frente, agora a luta da gente é fazer com que todas as escolas tivessem as mesmas coisas que tem nas Escolas-Padrão” (07/1995).

Para Elizabete, a APEOESP desde o início colocou-se contra o projeto da Escola-Padrão, não pelo que existia no projeto, porque havia coisas que eram reivindicações da entidade, como a mudança de jornada do professor, mas o grande problema é que era um projeto que “não atendia a rede como um todo” e que a entidade sempre defendeu que qualquer mudança teria que, para obter resultados, mudar a rede como um todo, como por exemplo, foi o C.B. e a implantação da jornada única. A isso, a representante acrescenta ainda outras questões: o aumento do salário do professor era uma gratificação e a entidade sempre foi contra as gratificações porque “elas são coisas que atingem o professor na ativa e que na medida que o professor se afaste, se aposente, tire licença, qualquer coisa, ele acaba perdendo aquilo ali”; o fato de que sendo um projeto, a Escola-Padrão não ter uma perspectiva de que se pudesse consolidar. “... e na verdade, se a gente pegar os documentos da entidade da época, a gente sempre colocou que dificilmente o projeto da Escola-Padrão seria um projeto de vida longa, e ele não se estenderia para a rede como um todo...” (02/08/1995).

Para Ângela Maria (C.P.P.) houve no momento um movimento geral, a intervenção das entidades de classes, para que todas as escolas fossem padrão, porque “havia uma intenção de se colocar mais recursos, tanto para a escola como no salário do professor” (10/10/1995).

Para Ângela Maria (C.P.P.), como a entidade tem um objetivo específico para acompanhar e indicar as melhores condições de trabalho e as melhorias salariais, a forma de operacionalizar a escola como Escola-Padrão seria uma estratégia para melhoria de condições e salário.

Clara, representante da UDEMO, afirma:

“Então, a gente pede melhoria de ensino, isso eu sei que a UDEMO defende também, que todas as escolas sejam do mesmo padrão, não necessariamente Escola-Padrão, mas que todas tenham biblioteca, laboratório, quadras para o aluno praticar esporte e todas as condições que a gente precisa para estar trabalhando” (25/09/1995).

Para Dora (APASE), as principais vantagens da Escola-Padrão são: financeiramente, a gratificação, a dedicação exclusiva e o GCN (gratificação do curso noturno); as horas de trabalho pedagógico; autonomia financeira (verbas para compra de material para elaborar projetos pedagógicos); biblioteca, coordenadores, tempo para reuniões.

Todas as representantes lamentam o não atingimento do projeto em todas as escolas, ao final do quarto ano de implantação.

Das representantes, a única que toca no problema da origem do projeto é a Elizabete (APEOESP):

“e outro grande problema do projeto foi que veio *um projeto de cima para baixo*, mais uma vez não se discutiu com a rede, não se discutiu (sic) critérios e enfim, implantou-se como tudo que se implanta, chega hoje, amanhã acaba, entrou governador, saiu governador e acaba tudo. E a escola pública vira isso - um laboratório onde todo mundo sabe o que tem que ser feito para melhorar, mas todo mundo faz de conta que não sabe e vão testando para ver o que acontece” (02/08/1995).

Novamente, a questão da imposição. O que é imposto, não é querido, não é assumido. Aparece também a questão da não continuidade. Entra governo, sai governo, cada um quer deixar a sua marca.

Para Clara (UDEMO), “já que o Estado não tem condições de realizar esse sonho de Escola-Padrão para todos, que pelo menos consiga dar um padrão melhor para cada uma das escolas” (25/09/1995).

Já para Ângela Maria (C.P.P.) é melhor que todos tenham a Escola-Padrão porque “assim melhoraria tanto as condições do aluno, como a condição do professor e da própria escola, para sobrevivência da própria escola enquanto escola propriamente e não enquanto sistema, porque *a Escola-Padrão foi um passo... uma abertura para se chegar à autonomia*, quer dizer, nós não vamos chegar de uma hora para outra, mas esse é um caminho que foi encontrado para se aproximar dessa situação” (10/10/1995).

Embora quase todas as Entidades de Classe fossem inicialmente contra o Projeto da Escola-Padrão porque este não foi implantado na rede toda, mas em algumas escolas, as representantes reconhecem que o Projeto contemplava algumas reivindicações de Entidades de Classe e dos profissionais e que a melhoria da qualidade do ensino adiviria das horas de trabalho pedagógico e das coordenações, das bibliotecas, além das gratificações que aumentaram o minguado salário do professor, embora com críticas porque não incorporavam nas vantagens pessoais.

Somente a representante da APEOESP coloca objeções ao fato de que a iniciativa da mudança foi do centro, sem a participação da comunidade escolar.

Há uma confluência de expectativas sobre a Escola-Padrão: a questão da melhoria do salário, a melhoria do ensino mediante cursos de aperfeiçoamento, preparo de aula, análise e reflexão da prática pedagógica nas H.T.P. com as coordenações, recurso financeiro próprio, recebimento de material para laboratório e biblioteca, construção e reparo de prédio, possibilidade maior de o professor se manter em uma única escola. Uma crítica comum sobre o Projeto Escola-Padrão é a implantação gradual.

3.3. Comparação das posições de Escolas, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe do Magistério sobre o Regimento Escolar

Nesta parte do trabalho apresento os resultados das entrevistas realizadas, com o pessoal das três escolas, com a equipe da Delegacia de Ensino e com as representantes das Entidades de Classe da região de Presidente Prudente, sobre o Regimento Escolar.

3.3.1. Posição de agentes de Escolas Estaduais sobre o Regimento Escolar

3.3.1.1. O que é Regimento Escolar

Apresento por escola o que os entrevistados entendem por Regimento Escolar.

Para o diretor, as vice-diretoras, a coordenadora do C.B., a secretária de escola e a oficial de escola da *E.E.P.S.G.Cabral*, Regimento Escolar “são normas que regem a Escola” (Adolfo, diretor, Luzia, PI); “aquilo que a gente vai seguir para aquela determinada escola” (Gabriela, vice-diretora); “aquilo que regulamenta o funcionamento de uma escola, são as normas” (Maria Ângela, secretária); “é a obrigação, as leis que regem uma escola” (Vânia, oficial de escola e membro do C.E.).

E o Regimento Escolar oficial é o que “rege todas as escolas oficiais” (Bruna, vice-diretor, Professor Antonio, Geografia - *E.E.P.S.G.Cabral*).

No *Cabral*, alguns pais do Conselho de Escola não sabem o que é um Regimento Escolar, ao passo que, outros definem como “as normas que regem uma escola, tanto a parte administrativa, quanto os alunos teriam que obedecer essas normas” (Iracema, mãe). As mães pertencentes ao Conselho de Escola, Gilda e Iracema, não conhecem o Regimento da Escola onde seus filhos estudam. “Não conheço. Nunca me foi passado, também” (Iracema). Já, o senhor Guilherme declara:

“tenho conhecimento superficial, sei e conheço as normas estabelecidas para as Escolas Públicas do Estado de São Paulo: o direito dos alunos, dos pais, dos professores, e as normas gerais de administração da Escola Pública, isso eu conheço razoavelmente bem” (16/12/1995).

Sobre o Regimento Escolar, os alunos entrevistados do *Cabral* declaram: “não sei”, “não, nunca vi, nem ouvi falar” (Diogo, 2º ano do ensino médio, Roberto, 6ª B, Margarida, 3º Magistério, Jeremias, 3º ano do ensino médio). Somente a aluna Margarida, embora diga que não saiba o que é um Regimento Escolar oficial, declara que conhece o Regimento Escolar de sua Escola. Os alunos Danilo, Jurema e Gilson, da “Romana”, também não sabem o que é um Regimento Escolar.

Para a diretora, a vice-diretora e a coordenadora do C.B. da *E.E.P.S.G. Romana*, Regimento Escolar “são leis e normas que diretrizam o trabalho da educação” (Ana Maria, diretora); “é o livro onde tem todas as normas da escola” (Aparecida Cristina, vice-diretora); “o que vai reger a escola durante o ano inteiro, aquilo que é criado como base para funcionamento da escola” (Zezé).

A diretora Ana Maria, da *Romana*, é a que identifica bem o Regimento Escolar oficial: “é o Regimento Comum das Escolas Estaduais”, ao passo que para a secretária Carmelita seria “as normas que as escolas de 1º e 2º graus têm que seguir”.

Na *Romana*, os pais pertencentes ao Conselho de Escola dizem: “O Regimento seria as regras básicas para a escola, tanto é para repassar aos alunos e manter um certo comportamento dos alunos na escola” (Antonio, pai, 04/08/1995). “O Regimento é as leis de dentro da escola onde elas sejam cumpridas” (Ribeiro, pai, 03/08/1995).

Para o aluno Edson, da *Romana*, “Regimento Escolar seriam regras para o bom funcionamento da Escola”. Na visão de Edson, seriam “regras disciplinares tanto para alunos como para professores”, “isso aí já enquadra todos os funcionários da escola, é uma questão mais ampla mesmo, seja desde os funcionários, alunos, não sei se caberia dizer os pais também que têm sua participação na escola também”.

A inspetora de aluno e conselheira da *Romana*, Tereza, não sabe o que é um Regimento Escolar e nunca viu o Regimento, “só ouvi falar”.

Para a professora Raimunda (PI), da *Romana*, o Regimento Escolar “é a organização da escola onde a gente mantém um trabalho organizado” enquanto para a professora Telma (PI) seria “as normas que a escola estabelece para o bom funcionamento dela”. A professora Margarete (Biologia e Ciências) deu uma resposta evasiva sobre o que é um Regimento Escolar, mas em outra questão diz que “seriam normas que teria que seguir”, e o professor Gustavo também declara que “são as normas traçadas para os professores e diretores de uma escola”.

Regimento Escolar, para a cúpula da *E.E.P.S.G. Tiradentes*, “usado diariamente na escola, é uma constituição das Escolas Estaduais” (Eunice, diretora); “é as normas impostas pela escola” (Duda, assistente de diretor); “é o regulamento da escola” (Liamar, vice-diretora). O assistente de administração escolar, Cristofer, embora ainda não tenha visto o Regimento Comum, sabe que “o Regimento são as normas que regem uma escola, o comportamento dos alunos, dos pais de aluno ou dos funcionários e dos professores, em geral”. A secretária Araci declara que já viu o Regimento Comum, mas nunca parou para ler e o tem arquivado na Secretaria. Para ela, o Regimento seria um “tipo de Estatuto que rege... ali tem as normas que a escola deve seguir, que a escola deve obedecer”. A coordenadora do CIC, Claudete, embora não conheça o Regimento Comum, diz que Regimento Escolar “seriam as normas que regem a escola...”. O coordenador do noturno, professor Ênio, declara que conhece o Regimento Comum e que “o Regimento Escolar é o que norteia a Escola, a direção, a assistência, a coordenação em todos os setores e que dá a linha mestra para que a gente possa desenvolver o trabalho dentro da escola”. Para Érica, coordenadora do ensino fundamental, “são as normas que regem o que cada funcionário pode, são os deveres e direitos de cada” e “no começo do ano a gente tem ele nas mãos”. Merle, coordenadora de Ciências Físicas, Biológicas e Programas de Saúde, depois de declarar que conhece mais o Regimento do 1º Grau, porque o seu cargo é de ensino fundamental, diz que “mesmo assim eu deduzo que são normas, é tipo de um estatuto, de regimento que a escola vai seguir, desde a direção até a servente. Ele vai orientar também a parte administrativa, pedagógica e disciplinar do conjunto todo da escola”. E ao ser indagada se conhece o Regimento Escolar de sua escola, responde: “Então, quer dizer que não é o da Escola, é esse comum geral, né?” Para o coordenador da área de Comunicação e Expressão, professor Luís, “Regimento é o que rege as ações, as funções da Escola”. Não

respondeu se conhece o Regimento de sua escola. Para a coordenadora de Ciências Humanas, professora Fátima, que trabalhou durante dez anos na Divisão Regional de Presidente Prudente, Regimento Escolar

“no meu entendimento, são as normas, o que está estabelecido como que a escola deve se organizar, deve trabalhar, quais são os direitos e deveres dos funcionários, dos professores e dos alunos. O agrupamento, a parte pedagógica, a parte administrativa... está ali tudo contido o que a gente deve cumprir” (09/08/1995).

Fátima declara sem hesitar: “O regimento da minha escola é o Regimento Comum da Rede Estadual, de 1º e 2º Graus, do Estado inteiro.”

No *Tiradentes*, sobre o que é um Regimento Escolar, o segmento dos pais apresenta diversificações. O conselheiro Ferreira não sabe o que é, a conselheira Bibiana entende que “é que a gente deve seguir todas as normas da escola” (como horários, sinais) e o conselheiro Ruiz diz que “é a organização da escola”.

No *Tiradentes*, os alunos conselheiros Lili, Rogério, Lídia, Vanda não sabem o que é Regimento Escolar, apenas a aluna Julieta declara que o Regimento Comum “na sua base mostra os direitos e os deveres que o aluno tem dentro da escola”. A aluna Lili faz referência ao Código Disciplinar da Escola e Julieta explica que “com base nesse Regimento (Comum), então foi feito o nosso Regimento, o Regimento interno no caso do ‘Tiradentes’” (A aluna está se referindo ao Código Disciplinar da Escola). “Ele mostra o que é direito e dever do aluno, o que o professor deve fazer para o aluno, até onde o aluno pode chegar” (Julieta, aluna).

A Laís, servente e conselheira do *Tiradentes*, declara que não conhece o Regimento Comum das Escolas Estaduais e nunca chegou a lê-lo.

Para o segmento professor do *Tiradentes*, Regimento Escolar oficial “é um conjunto de normas para o funcionamento das escolas no Estado de São Paulo no geral”, “é uma formulação de regras básicas para o funcionamento das escolas”, “é um conjunto de normas que dá o limite para a escola” (Clarinda, PI, Lucinda, PIII e Maísa, PIII).

A oficial de escola do *Cabral* e a diretora e pai da *Romana* confundem Regimento com lei (tarefa específica do legislativo), a vice-diretora confunde Regimento com regulamento (que é estabelecido pelo poder Executivo). O Regimento Escolar é um ato administrativo, como foi visto na referência teórica. O Regimento Escolar é discricionário e vinculado, concomitantemente, tendo uma natureza mista. A administração tem um poder discricionário,

dentro dos limites permitidos em lei, para realizar as opções sobre os elementos livres deixados pela lei.

3.3.1.2. Regimento Escolar e Projeto Pedagógico

Apresento por escola o que os entrevistados dizem a respeito da relação entre Regimento Escolar e o Projeto Pedagógico da Escola.

Assim, no *Cabral*, para as vice-diretoras e os professores, o Projeto Pedagógico está sempre “atrelado ao Regimento porque tudo depende das normas que vão ser seguidas” (Gabriel, Bruna, 1995); “*geralmente é embasado no Regimento*” (professor Antonio, Geografia, 1995) (grifo meu).

A coordenadora do C.B. declara “a gente planeja no começo do ano baseado no Regimento (...) O Regimento é o sim e não que você pode fazer. Agora, o projeto é *como você vai trabalhar*” (Edileuza, 03/08/1995) (grifo meu).

Observa-se aqui, que a coordenadora distingue o Projeto do Regimento de forma inadequada. O Projeto Pedagógico define a “finalidade” e não “o como você vai trabalhar” que deve aparecer no Plano de Atuação (Plano Anual da Escola, Plano de Ensino), enquanto o Regimento regula de forma operativa o seu funcionamento.

Sobre o Projeto Pedagógico da Escola, a vice-diretora Bruna, a coordenadora do C.B., a professora Farid são as que sabem falar alguma coisa.

“A escola (*Cabral*) era muito distante do aluno, então, pretendíamos que a escola ficasse voltada para o aluno mesmo, sendo uma escola mais aberta, mais feliz, mas não conseguimos (e as causas seriam a mudança muito grande dos professores, professores se aposentando, professores que tiram licença)” (Bruna, vice-diretora, 08/1995) .

“Nossa escola tem um objetivo educacional, que é ser uma escola alegre, democrática, com ensino de boa qualidade” (Edileuza, coordenadora, 03/08/1995).

Após considerar que o Regimento em vigor é uma coisa anacrônica, fora do tempo, autoritário, não dá conta mais das necessidades da escola, da vida da escola, não consegue dar normas para vida da escola, a professora Farid declara:

“Aí eu não consigo ver essa relação porque você me perguntou do projeto pedagógico e eu acho que ele não existe! Para mim, ele não existe, é uma *brincadeirinha que a gente faz todo ano*. (grifos meus) Nós estamos há três ou quatro anos, com um objetivo - ser uma escola alegre, democrática e feliz. Há uma resistência enorme a isso. As pessoas dizem que a escola não é democrática, colocam a culpa na direção, mas em nenhum momento ninguém lá se questiona se é democrático ou não, que a

escola não é feliz, que a escola não é alegre, mas ninguém consegue encontrar, trazer um outro objetivo. Eu acho que na realidade as pessoas não sabem, na realidade perderam a noção para que serve a escola. Enquanto grupo de professores, eu acho que essa comunidade toda deveria estar pensando para que é a escola, para onde ela vai levar e eu acho que tudo isso é porque hoje há menos pessoas comprometidas com a educação. Eu acho que eu na escola, tenho que ter muito cuidado porque eu começo a impor muito as minhas idéias, eu brigo muito por elas e quando vejo a minha ganha; então, tenho tentado ficar quieta um pouco, mas as pessoas não falam, não dizem nada e eu não sei se elas não têm nada para fazer ou dizer, ou se elas não querem dizer nada também, então não tem projeto. Eu acho que é uma farsa que acontece todo ano para fazer aquilo que eu te falei: para escolher livro didático, com que classes você vai trabalhar, se vai ter ou não semana de prova, para dizer o que vai dar, quando vai dar, como é que vai corrigir e ponto final. Quer dizer, ficam nos detalhes. A grande questão mesmo que é - 'O que nós vamos fazer na escola este ano, como é que nós vamos trabalhar, como é que nós vamos desenvolver, que etapas nós vamos vencer, onde é que vamos partir, onde é que vamos chegar?' - isso nunca ninguém... isso nem de longe consegue transparecer lá... não chega lá" (Farid, Geografia, 10/10/1995) (grifos meus).

Na E.E.P.S.G. Romana, para Aparecida Cristina, vice-diretora, o projeto pedagógico da escola tem que estar de acordo com o Regimento Escolar. No seu depoimento a vice-diretora declara:

"Eu nunca trabalhei numa escola pública em que a gente fizesse uma proposta de trabalho diferente e em cima dessa proposta a gente tivesse um regimento diferente daquele que a gente tem aí pra seguir (referindo ao Regimento Comum). É possível porque na escola particular acontece isso, né?, então eu tenho duas realidades. Por exemplo, eu trabalho na escola particular. A gente tem uma proposta de trabalho e em cima dessa proposta de trabalho a gente tem um outro Regimento e que muitas vezes isso se modifica de ano pra ano, porque a gente chega no final do ano, faz a avaliação. 'Não, nós vamos mudar nisso, nisso e nisso', então tudo bem, muda-se o Regimento também" (Aparecida Cristina, 01/08/1995).

Aqui, a vice-diretora tem uma visão distorcida do Regimento Escolar. Para ela, em Escola Pública, o Projeto Pedagógico é feito em cima do Regimento Escolar, ao passo que na Escola Particular, é feita a proposta de trabalho e depois o Regimento Escolar. O correto, pela doutrina, é elaborar o Projeto Pedagógico e depois o Regimento Escolar, isso tanto na escola particular como na estadual. Segundo Aparecida Cristina, "as Escolas Públicas não fazem isso por comodismo porque é complicado e também existe muitas barreiras. Teria que mudar a cabeça de todo mundo". Observa-se assim, a falta de profissionalismo e de compromisso.

Para Raimunda (PI), se o projeto pedagógico “não tivesse (sic) dentro do *regime escolar*, ele não iria para frente” e para Telma (PI), o projeto pedagógico tem que ter relação com o Regimento Escolar “porque a escola tem que funcionar como um todo”.

As professoras I não responderam sobre a relação existente entre o Projeto Pedagógico e o Regimento.

“O projeto pedagógico da escola visa assim... é fazer com que a escola funcione da melhor maneira possível, *atendendo as normas implícitas nesse regimento*, é fazer com que as matérias inter-relacione (sic), procurar que os professores tenham e relacionem o conteúdo mais possível, é determinar estratégias para dar esse conteúdo, modificar métodos de ensino, é isso aí” (Margarete, professora de Biologia e Ciências, 02/08/1995).

O professor Agnaldo declara que na sua Escola “existe um projeto pedagógico a longo prazo, que é o objetivo geral da escola, e que tem por *base aquele Regimento* (referindo-se ao Regimento Comum), sempre, sempre” (02/08/1995).

Novamente o equívoco. Na visão de Margarete e Agnaldo, o Projeto Pedagógico deve atender o Regimento. Pela doutrina, o Regimento é o servidor do Projeto Pedagógico, regulando de forma prática e operativa o seu funcionamento.

A diretora Ana Maria afirma que “existe sempre a possibilidade de você estar fazendo uns projetos diferenciados, só que nesses projetos diferenciados, se eles vão mexer com a estrutura funcional da escola, precisam ser submetidos à apreciação superior”. E dá um exemplo - o ensino médio noturno que

“não funciona para nada, tinha que acabar todo 2º grau noturno que existe e começar de uma nova maneira, eu nem sei como, seriação, mais anos, alunos fazendo determinadas matérias por opção, por horário e também diminuiria o número de aulas. Eu acho que cinco aulas à noite é muito. E a partir daí elaborar um regimento para poder funcionar” (31/08/1995).

Na *E.E.P.S.G. Tiradentes*, em relação ao projeto pedagógico da escola, a maior preocupação, conforme a diretora Eunice, é com o resgate de valores, desde quando começaram a fazer o primeiro Plano Diretor porque se viam muitos desvios no comportamento do aluno e chegaram à conclusão de que estavam precisando, assim como a sociedade toda, resgatar valores. Chegaram até a levar o ensino religioso para a escola para ver se conseguia, por aí, alguma coisa, mas não deu certo, não era aquilo que a escola pretendia, e o corpo docente e a direção ficaram com medo de que ele tomasse outro lado e então acabaram no ano

seguinte. Mas a escola tem feito o possível para resgatar os valores. Estabeleceu-se o Código Disciplinar da Escola porque o aluno estava precisando muito de limites e tudo que se trata de valores tem sido priorizado na escola. “Então, estamos assim engatinhando, porque, às vezes, o seu valor não é o valor da família, o valor do aluno, mas pelo menos, nos projetos dos professores isso tem sido colocado de forma prioritária.”

Sobre o Código Disciplinar, a diretora explica:

“Nós traduzimos o Regimento para uma linguagem mais atual, aquilo que a gente pode acrescentar que não ferisse, não saísse de dentro daqueles itens e depois nós reproduzimos para todos os alunos da Escola e isso já foi feito pelo segundo ano consecutivo” (Eunice, diretora, 19/12/1995).

Para a vice-diretora Liiamar, há relação entre projeto pedagógico da Escola e o Regimento Escolar porque “tudo o que a gente planeja, *a gente planeja na Escola em cima do Regimento*”.

A assistente de diretor, Duda, não conhece o projeto pedagógico da escola porque se sente excluída, “nunca sou convidada, várias vezes pedi para participar, inclusive da Escola-Padrão, em reuniões e cursos, mas a diretora não deixou”.

O assistente de administração escolar Cristófer, a secretária Araci e a servente de escola Laís não conhecem o projeto pedagógico da escola porque não participaram da Semana de Planejamento na elaboração do Plano Diretor, nem viram o Plano depois de pronto, com exceção de Cristófer que pegou “o Plano Diretor de 94 para melhorar alguns aspectos da parte financeira desse Plano Diretor (de 95)”. Cristófer diz que não pode analisar se há relação entre o Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar, porque ainda não viu o Regimento, ao passo que Araci acredita que “exista um envolvimento porque um Regimento... e a parte pedagógica não pode(sic) andar separado”.

Dos coordenadores do *Tiradentes*, a única que não respondeu se há relação entre o Projeto Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar foi a coordenadora Claudete que não conhece o Regimento Comum. Os coordenadores Érica, Merle, Fátima e Luís notam articulação porque “a parte pedagógica e a administrativa têm que estar vinculadas” (Fátima), “no projeto está incluído uma série de ações na parte disciplinar que *vai de encontro ao regimento*” (Luís). O coordenador do Curso Noturno foi o único que manifestou que “a Escola-Padrão, logo de início *deveria ter criado um Regimento*”. Na sua opinião há uma falha:

“Na realidade, nós não temos um Regimento criado específico para a Escola-Padrão. Nós temos um regimento arcaico, de há muito tempo, e que até hoje, nós estamos levando e eu acho que nós deveríamos ter...” (Ênio, coordenador do noturno, 19/09/1995).

Entende-se, pela fala do coordenador do noturno, que para o Projeto da Escola-Padrão deveria ter sido elaborado um Regimento, em cima da nova proposta. Esta postura é coerente com a teoria.

Embora a professora Clarinda (PI) confesse que “no momento não estou lembrando direito sobre o projeto pedagógico”, ela acha que “tem que haver...” mas não diz porque, nem como. A Lucinda (Professora de Ciências) declara que “tem-se um trabalho pedagógico como um todo para a escola” e acha que há relação entre o projeto e o regimento “porque é tudo com relação ao aluno, ao aprendizado do aluno, ao bem-estar do aluno”. Para Maísa (professora de Matemática), o projeto pedagógico “é um projeto que envolve a escola, a comunidade” e “tem aspirações que geralmente a gente não consegue cumprir muito não”. A professora Maísa, ora diz que não sabe responder se há relação entre o projeto pedagógico e o regimento escolar, ora diz que acha que tem “porque a gente *faz tudo em cima de um* (Regimento)”. Há uma ignorância, sobre o próprio projeto pedagógico, bem como sobre a relação entre Regimento e Projeto, por parte dessas professoras.

Com relação ao projeto pedagógico, enquanto os pais Ferreira e Ruiz declaram que não o conhecem, a mãe Bibiana diz que a diretora “expôs todos os itens”. Sobre a relação entre o projeto pedagógico e o Regimento Escolar, a conselheira Bibiana explica:

“ela (diretora) faz o projeto, aí depois ela faz o Regimento, foi assim que eu percebi (...) o caso de uniforme, a chegada do aluno, o horário, até que horas eles têm permissão para entrar, têm que assinar um livro lá na porta....” (18/09/1995).

A mãe Bibiana, na realidade, está se referindo ao Código Disciplinar e não ao Regimento Comum.

A estudante Lili diz que, em relação ao Planejamento (Plano Diretor) “fui convidada para o comunicado do que foi feito no projeto e se a gente aprovava, mas para a fase da elaboração não fui chamada”. No mesmo sentido é o depoimento de Lídia, conselheira há quatro anos, “pelo menos eu nunca fui convidada”.

Contrariando a teoria apresentada de que o Projeto Pedagógico é a definição dos fins e o Regimento Escolar regula de forma operativa seu funcionamento, os entrevistados invertem o processo, afirmando que o Projeto Pedagógico é fruto do Regimento Escolar.

Para o pessoal das Escolas Comuns, o Projeto Pedagógico tem que estar “atrelado ao Regimento Escolar” (vice-diretora do *Cabral*), “embasado no Regimento Escolar existente” (Professor, *Cabral*), “tem por base aquele Regimento” (professor, *Romana*), com exceção de uma professora do *Cabral* porque para ela o Projeto Pedagógico “não existe, é uma brincadeirinha que a gente faz todo ano”. E as professoras PI não explicitaram a relação.

A professora Farid critica o Regimento Escolar como anacrônico e autoritário. Realmente, o Regimento Comum foi instituído e imposto, no tempo da ditadura militar, em 1977/1978, estando portanto, avesso aos costumes de hoje. O Regimento, baseado no Projeto Pedagógico, deveria ser fruto de um debate da comunidade escolar. No entanto, contrariando a teoria, ele foi outorgado autoritariamente às escolas, não havendo a participação da comunidade na elaboração desse regimento. É interessante observar que o Parecer C.F.E. nº 352/72, tratado nas referências normativas, destaca que o Regimento “*individualiza os diversos estabelecimentos*” e defende a doutrina da L.D.B. 5692/1971- a intenção do legislador (foi) garantir-lhes (às escolas) a *individualidade* e a *originalidade*”. Por isso, o C.F.E. relaciona apenas aspectos que devem ser necessariamente inseridos na peça regimental e não apresenta modelo de regimento (p.302-3). Por sua vez, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo, pela Indicação nº 511/72, declara que “procurou-se fixar os elementos básicos da organização administrativa, didática e disciplinar, evitando-se tudo aquilo que pudesse comprometer a flexibilidade e o caráter inovador dos estabelecimentos de ensino”, mas a Deliberação C.E.E. 33/72, no artigo 8º permitiu que o regimento comum fosse estabelecido. Então, Azanha (1991) critica que “Legal é esse artigo 8º que fica como um elemento estranho e dissonante no corpo da referida Deliberação” (p.344-5). Mais tarde, o próprio Conselho Estadual de Educação aprovou os Regimentos Comuns das Escolas Estaduais, por meio dos Pareceres nº 731/77 (1º Grau), nº 1.136/77 (2º Grau) e nº 390/78 (1º e 2º Graus). Na teoria, a posição doutrinária, e, na prática, a permissão exigida por razões de conveniência política ou administrativa. Entre o discurso e a ação, há uma grande distância.

Do mesmo modo, para o pessoal da Escola-Padrão, também o Projeto Pedagógico tem que estar baseado no Regimento Escolar. “A gente planeja em cima do Regimento” (vice-

diretora, *Tiradentes*), “o projeto vai de encontro ao Regimento” (coordenador de comunicação e expressão, *Tiradentes*), “a gente faz tudo em cima do regimento” (professor III, *Tiradentes*).

O Código Disciplinar do *Tiradentes* foi feito em função do Projeto Pedagógico que tinha como grande objetivo o resgate de valores. Nesta questão, a Escola, baseada no Projeto, elaborou normas de conduta. A escola pautou-se pela teoria.

Há desconhecimento de que primeiro se constrói o Projeto Pedagógico onde se formulam as linhas teleológicas (fins a longo prazo) e normas de uma concepção pedagógica, para depois elaborar o Regimento Escolar que operacionaliza esse Projeto Pedagógico em normas que regulam a vida da escola para evitar que as perspectivas subjetivistas que as pessoas têm em determinado momento choquem com as metas institucionais. O Regimento é a face sedimentada do Projeto. É preciso que haja divulgação da teoria. É preciso instruir-se para romper com o círculo vicioso e equivocado que impera. A informação e a capacitação da comunidade escolar se impõem com urgência, a fim de que a realidade seja vista com critério pessoal e não com os olhos dos outros. Deste modo, não haverá espaço para a submissão e alienação porque as pessoas serão condutoras e não conduzidas, tornando-se sujeitos da história e do próprio destino.

3.3.1.3. Papel do Regimento Escolar no desenvolvimento do trabalho da Escola

Com relação ao papel do Regimento Escolar no desenvolvimento do trabalho, para o diretor do *Cabral*, professor Adolfo, “são as diretrizes que norteiam o trabalho escolar”; para a vice-diretora Bruna, “é muito só burocracia, porque a gente fica muito amarrada a isso aí, porque você não pode fazer muita coisa que você gostaria”, já para Gabriela, “é muito importante porque é baseado nele que muitas decisões vão ser tomadas, e também a gente pode se orientar”. Para a Edileuza, enquanto professora e coordenadora, o Regimento

“vai dar um esboço para a gente do que vai trabalhar, o que cada um vai trabalhar. Agora, depois, fora o Regimento, ainda tem os regulamentos que todo ano sai no Diário Oficial, então, a gente trabalha mais com os regulamentos. O Regimento dá um esboço inicial, para você começar, depois você tem que usar o Diário Oficial” (03/08/1995).

Para a secretária do *Cabral* Maria Ângela, “são as normas que a gente como secretária tem que seguir, *mais ou menos* dentro daquilo” (grifo meu) e, para a oficial de escola, Vânia,

“quando a gente toma posse que lê o Regimento e vê quais as obrigações do oficial de escola; eu tento cumprir como uma obrigação que eu tenho que fazer”.

Para Lurdles (PI), enquanto professora, o Regimento Escolar “é importante porque você sabe quais as regras, quais as normas que você tem que seguir, e eu procuro seguir”. Para o professor Antonio:

“... o que eu tenho visto e participado mais do Regimento seria (sic) os direitos e deveres do educando, então nessa base eu procuro trabalhar dentro disso aí, dentro dessa situação cobrar dos alunos a frequência do aluno, responsabilidade” (Antonio, professor, 13/09/1995).

“Baseado no Regimento, desde que eu comecei a dar aula, eu aprendi algumas coisas, então, por exemplo, de tudo isso aí, que é preciso ter normas. Então, no primeiro dia de aula eu digo o que eu vou fazer e quais os meus objetivos sociais, o que eu quero com eles enquanto seres humanos, o que eu quero aprender com eles e o que eu quero que eles aprendam comigo; e isso eu deixo bem específico para eles na lousa; eu digo o que eu vou trabalhar e o que eu vou exigir, como serão as avaliações...” (Farid, professora de Geografia, 10/10/1995).

Vejamos o papel do Regimento Escolar no trabalho, para o pessoal da *Romana*.

Ana Maria, diretora, diz que tem que estar dentro dele, que estar seguindo

“porque é *uma das leis*, junto com o Estatuto dos Professores, que rege a vida dentro da Escola, mas, muitas vezes ele atrapalha porque já está ultrapassado. Às vezes, você tem que tornar uma atitude mais moderna, mais de acordo com a situação, mas o regimento é um entrave para você fazer uma coisa melhor para a escola” (31/08/1995).

Nota-se aqui o desconhecimento de que se pode elaborar regimento próprio, adequado à realidade, conforme os Pareceres do Conselho Estadual.

Aparecida Cristina, vice-diretora, declara:

“Você não pode, de repente, tomar atitude aleatoriamente, né? Você tem que ter alguma coisa pra você seguir, né? Então, eu acho que esse Regimento dá os caminhos pra gente. Como é que tem que ser aqui, como é que tem que ser ali. E, enfim, todo funcionamento, toda estrutura da escola... ele dá os *caminhos pra gente*, isso é muito importante pra gente *não agir aleatoriamente*” (01/08/1995) (grifos meus).

O depoimento da vice-diretora confere com a doutrina que prega que o Regimento regulando a vida da escola evita que as perspectivas subjetivistas se sobreponham.

A coordenadora Zezé falou, falou, mas acabou não respondendo a questão. A secretária Carmelita “trabalha em função do Regimento”.

Para a professora Raimunda (PI), “sem ele a gente seria uma negação, porque não teria ordem e sem o Regimento não teria ordem”; e para a professora Telma (PI): “ele serve para mim (sic) direcionar o meu trabalho”.

“Depois desse tempo todo de vivência dentro da escola, vinte e tantos anos, a gente tem o Regimento Escolar como guia, mas você tem o seu próprio individualizado. Acho que você enquanto profissional já sabe até onde você pode ir, o que você tem ou não tem que fazer... então você acaba trabalhando nesse Regimento, mas a seu modo, de maneira a não prejudicar os outros, a não prejudicar o andamento da secretaria, a não atrapalhar o serviço da direção, colaborar ao máximo com o serviço da escola, tentar manter disciplina e tudo isso consta no Regimento Comum” (Agnaldo, professor de Inglês, 02/08/1995).

Para a professora Margarete, “é conhecer os limites do professor dentro da escola, do aluno em algumas ocasiões”; e para o professor Gustavo “... isso faz com que o professor siga um traço, uma reta...”

Para a diretora Eunice, do *Tiradentes*, o Regimento Escolar no desenvolvimento de seu trabalho,

“é a arma que você tem porque ele é eclético. Ele trata da Escola de um modo geral, de um todo. Não escapa de um regimento nem um funcionário, nem um professor, nem um aluno. Então, tudo que você quer saber da função de alguém está ali. Então, pelo menos, tem sido a Bíblia da Escola, o Regimento. O Regimento, o Estatuto do Magistério e o Estatuto do Servidor é o que nós temos usado como documentos básicos para a administração” (19/12/1995).

A assistente de diretor, Duda, ainda muito magoada, mistura os problemas pessoais com os profissionais, ao responder as questões. Assim, para ela, “Não mudou nada, com a Escola-Padrão para mim não resolveu nada.” E lamenta que a diretora não a designou como vice-diretora de Escola-Padrão, mantendo-a como assistente de diretor que no seu caso é cargo porque teve sua função transformada.

Para Liamar, vice-diretora, o Regimento Escolar é importante

“em tudo: os meus direitos, as minhas obrigações, o que eu tenho que fazer como vice-diretora da escola, orientar os alunos, atender a direção no horário, cumpro o papel de passar para os coordenadores, na reunião de terça-feira e eles passam para os professores. Então, dentro do Regimento, a gente vê tudo. (...)” (22/09/1995).

O cargo de assistente de administração já existia no Q.A.E. - quadro de apoio escolar, quando foi criado, em 1991, o projeto de Escola-Padrão, só que não foi suprido esse cargo. O

concurso só foi feito em 1994. Sobre o assistente de administração, existe uma legislação específica dizendo das atribuições e competências. O assistente de administração está subordinado à direção da escola, mas tem uma certa autonomia. Pode analisar o aspecto financeiro ou mesmo administrativo (Cristofer, 05/09/1995).

O Estado, novamente, age de modo parcial. Cria cargo novo e não altera o Regimento. Se fosse no ensino particular daria um processo.

Cristofer confessa que a parte pedagógica ele não conhece porque não é professor e não tem a vivência pedagógica.

“Então, o maior problema da área pedagógica é que se eles precisam comprar um livro para os alunos. (...) Os professores levam esse problema para a direção da escola, então ele passa de um problema pedagógico para um problema administrativo. (...) esse problema a diretora repassa para o assistente e o assistente se encarrega de fazer levantamento de preço, qual é a editora, qual a qualidade do livro, depois vir junto aos professores e ver se o livro que ele encontrou vai suprir todas as necessidades que o professor tem” (Cristofer, 05/09/1995).

Araci, secretária, sobre o significado do Regimento Escolar diz; “eu vou ficar te devendo essa! Ha, ha, ha...”

Vejamos o que dizem os coordenadores da Escola *Tiradentes*. Para o professor Ênio, coordenador do noturno:

“... se fosse criado um Regimento da Escola-Padrão, iria me nortear e me orientar melhor de como eu poderia trabalhar, à medida que nesse Regimento antigo ou nesse Regimento ‘antigo atual’ você tem uma noção de coisas de anos atrás e nós estamos com a tecnologia avançada, o progresso está aí, querendo ou não, a mídia ensina e nós estamos ainda no tempo da pedra, essa é a grande realidade nessa parte de Regimento. Então, há dificuldade, porque a orientação poderia ser completamente diferente. Nós poderíamos ter um sistema diferente em todos os setores, mesmo entre colegas, o relacionamento com alunos e o que nós estamos sentindo é que a disciplina caminha cada dia mais para uma posição cada dia mais difícil de ser trabalhada, onde não existe a retaguarda da família, onde os pais abandonaram a escola e nós sentimos abandonados nessa parte. Eu acho que se tivéssemos um Regimento para participação da comunidade, participação de todos os professores, de todos alunos, dos pais... nós teríamos condições de fazer alguma coisa, onde a Escola-Padrão teria mais condições de trabalho, onde as idéias teriam condições de satisfazer a todos em um Regimento, com a união de todos” (19/09/1995) (grifos meus).

A fala do coordenador Ênio está coerente com a doutrina, na medida em que aponta a necessidade de ter um Regimento próprio no “Tiradentes”, porque o Regimento Comum é antigo (1977/78) e não reflete a realidade da Escola-Padrão.

Para Érica, coordenadora do ensino fundamental, o Regimento “está orientando quanto à parte de direito, mas também nos deveres, está regendo toda minha vida funcional”.

Merle, coordenadora de Ciências, mistura Regimento e orientação da direção. Inicialmente ela diz: “O Regimento serve justamente para direcionar meu trabalho”, para logo em seguida afirmar: “Eu vou agir, de acordo, mais ou menos, o que nós recebemos da direção. A direção passa para a gente e a gente acaba utilizando.” Em seguida dá um exemplo: “Mesmo nesta questão da avaliação, a forma de trabalhar é utilizar mais de dois instrumentos de avaliação, acaba interferindo mesmo no nosso trabalho no dia-a-dia. (...) Olha, até tipo gibi, desenhos, a gente tem feito na quinta série.”

Para Luís, enquanto coordenador, o Regimento “é o que norteia as nossas ações” mas “agora como professor acho que não tem uma influência muito direta, e o professor, em sala de aula, tem em si só as normas justamente as normas disciplinares, os direitos, os deveres de cada um. Só isso”.

Fátima, coordenadora de Ciências Humanas, é que melhor relaciona o Regimento com o seu trabalho. Vejamos:

“Em relação ao meu trabalho, enquanto professor, o Regimento Escolar é o fundamental, quanto à avaliação, à assiduidade, à questão de frequência, de agrupamento de alunos e principalmente no final do ano, do semestre, quando o aluno fica lá retido. Aquela coisa que o pai vem, aí você tem que estar de acordo com o Regimento. Agora, em relação hoje ao meu trabalho de coordenação, a Escola-Padrão avançou um pouco mais, então ela já está mais próxima ao que está previsto na 444 que é o Estatuto do Magistério. Então, lá sim, estão previstas as coordenações ou pedagógicas ou de áreas. Agora, em relação ao Regimento, seria mais no geral. Talvez as funções de professor, diretor, o corpo administrativo, quer dizer, tem os direitos e deveres também dos professores, mas mais diretamente estaria no Estatuto” (09/08/1995).

As professoras entrevistadas ou não responderam a questão ou fugiram dela, abordando outro assunto. Talvez não conheçam o Regimento Comum, portanto, é um problema de divulgação e de conhecimento do Regimento.

De um modo geral, para o pessoal das Escolas Comuns, o Regimento serve como norteador do seu trabalho e do da escola. Para o pessoal da Escola-Padrão, são significativos os direitos e deveres em relação à sua função.

Os professores (PIII) das Escolas Comuns apontam a frequência e manutenção da disciplina do aluno, os limites do professor e do aluno como significativos no Regimento. Os professores da Escola-Padrão silenciaram sobre esta questão.

Nas Escolas Comuns, as secretárias cumprem as obrigações, em função do Regimento, ao passo que, na Escola-Padrão, a secretária, como nunca leu o Regimento, não respondeu a questão.

3.3.1.4. Presença do Regimento Escolar no cotidiano

A direção (diretor e vice-diretor) do *Cabral* conhece o Regimento Escolar. Para o diretor Adolfo, o Regimento Escolar aparece no dia-a-dia, na parte pedagógica e na parte disciplinar. Já a vice-diretora Gabriela, cujo trabalho está mais ligado ao aluno, lida “com a parte que recebe transferência” e faz “adaptação” e também um “acompanhamento pedagógico” para alunos defasados, determinando um professor que vai auxiliá-los até chegarem em um determinado ponto, onde eles possam acompanhar a escola. Para a vice-diretora Bruna, o Regimento geralmente é usado em relação ao aluno e funcionário, na questão da “punição”. Também, a questão da avaliação de aluno “para todo professor são notas! Não existe essa avaliação de dia-a-dia, mesmo porque tem professor que tem duas aulinhas na classe, então, muitas vezes ele desconhece o aluno” (Bruna, vice-diretora, 08/1995).

A coordenadora Edileuza conhece parte do Regimento Escolar e “no dia-a-dia a gente trabalha pouco com ele” porque “o regimento é um regulamento”. Os professores entrevistados do *Cabral* conhecem o Regimento Escolar em vigor ou porque já foram “assistentes” em outra escola no passado ou porque estudaram para “concurso de diretor de escola” ou porque pertenceram ao quadro de “entidade de classe” (Lurdes, PI, Antonio, PIII, Farid, PIII).

O professor Antonio declara:

“a época do planejamento é a época que a gente mais pega essa parte do Regimento e tudo mais. E em algum momento que alguma classe tenha certo distúrbio, de certa situação que a gente não considera como o dia-a-dia, aí você vai pegar o Regimento para mostrar para o aluno que ele tem certos direitos e que tem certos deveres e que ele tem a sua parte de responsabilidade. (...) As penalidades disciplinares são muito difíceis de serem aplicadas, porque você tem que reunir Conselho... quando você deveria ter uma conversa com o aluno e ter uma solução de imediato e se você faz isso está ferindo o Regimento, se você não segue o Regimento o aluno entra com recurso” (Antonio, Geografia, 13/09/1995).

“No meu dia-a-dia, o Regimento está sempre presente, porque no que diz respeito à avaliação, ela é contínua, diária... E citei o caso da avaliação, mas ele está presente em tudo” (Lurdes, professora PI, 11/09/1995).

A secretária Maria Ângela conhece o Regimento Comum das Escolas Estaduais “mais ou menos”, não profundamente, e a oficial de escola Vânia em seu depoimento declara: “Eu só vejo a minha parte e quase toda parte de funcionário; como já fui inspetora já sei a parte de inspetora, sei a parte de oficial e sei a parte de servente porque sou a zeladora da escola. Mas da parte do aluno, eu nunca li” (13/09/1995).

Para a secretária o Regimento Escolar, no dia-a-dia, “não aparece tanto como a parte da direção porque a nossa parte é mais papelada... mas a avaliação reflete bastante porque no final do ano a gente vai ver aquelas distorções, aí é que a gente vai pegar mesmo no pé do regimento. (...) Temos o problema de transferência porque antigamente tinha aquele período até 30 de setembro, depois dessa data não podia mais. Agora até dezembro tem aluno vindo para fazer prova de fim de ano e tudo” (Maria Ângela, secretária, 25/09/1995).

A oficial de escola Vânia procura e fica mais atenta é quanto à zeladoria “porque é uma coisa mais de responsabilidade por ser uma escola grande”. Ela declara:

“O seu Adolfo me atribuiu de olhar a parte de limpeza da escola. E sempre tem alguns atritos nessa hora porque nenhum funcionário gosta de receber ordem de outro funcionário; então, eu tenho um pouco de dificuldade nessa parte, mas o que não tem dado certo que acontece, eu tenho informado o diretor e ele me ajuda no que é possível. (...) À noite não tem limpeza na escola. Estou achando que os alunos da manhã estão sendo prejudicados porque não há limpeza ou a limpeza é feita muito corrida de manhã, fica classe sem varrer. (...) Eu já pensei nisso, do funcionário trabalhar à noite e fazer a limpeza depois que terminar a aula, mas é difícil porque eles quase nunca aceitam. Tanto é que eu vim aqui à semana passada com meu marido, às cinco horas da tarde e fizemos a limpeza da escola, pelo menos na parte de baixo, lavamos portas, janelas porque não está dando tempo de lavar, porque elas (as serventes) acham ruim, mexer com água enquanto o aluno está aqui dentro” (13/09/1995).

Aqui, a Vânia (oficial de escola e zeladora) tocou num ponto que deve ser repensado pela Administração: os serventes necessitam ter um horário diferente dos demais funcionários, para que a limpeza diária, entre os períodos escolares, e a limpeza geral (lavar a escola) no final de semana, sábado, quando não há aula, nem expediente, possam ser feitas. Pelo menos, deve haver uma equipe para esse serviço mais pesado de limpeza, e uns poucos funcionários, para manutenção, durante o expediente.

Para o senhor Guilherme (pai), conselheiro, há necessidade de que todos os conselheiros saibam o Regimento. “A escola, eu acho até que, deveria promover alguns encontros para que esses pais conselheiros tivessem acesso a isso.” O conhecimento que ele tem do Regimento foi por “uma busca pessoal”, por “iniciativa própria”. Para o senhor Guilherme

“... a maioria (dos pais) não tem essa iniciativa e, não tendo, termina desinformado, e por estar desinformado pode ter sido, no passado, *de massa de manobra* para interesse da direção da escola. Quando nós fomos eleitos esse ano, nós sentimos inclusive na preparação da eleição, no dia da eleição e posterior à eleição, uma *reação calada*, mas uma reação da direção contrária ao novo grupo de conselheiro que foi eleito sem que tivesse o aval da Escola. Aliás, nossa eleição lá do Conselho atual ocorreu democraticamente, mas rompendo-se com barreiras preestabelecidas e que a *direção da escola*, embora não tenha confessado isso de modo explícito, *deixou muito claro* nos primeiros dias que *o Conselho atual*, que de forma democrática havia sido eleito, *não era o Conselho esperado pela Escola, um conselho tradicional que tinha de pais que não compareciam na escola, que não se envolviam com as discussões e que emprestavam seus nomes apenas para constar*” (Guilherme, pai, conselheiro, 16/12/1995) (grifos meus).

O senhor Guilherme aborda um ponto vital: a divulgação do Regimento pela escola para que, pelo menos os membros do Conselho de Escola tomem conhecimento a fim de que não sejam dominados pela direção, isto é, não fiquem eternamente na dependência de outros.

Como membros do Conselho de Escola, os professores e pais, dizem que “das poucas vezes que foi reunido o Conselho, para esses assuntos disciplinares, tem trabalhado e discutido em cima do Regimento” (Antonio, professor III; Guilherme, pai, 1995).

A seguir, apresento como o Regimento Escolar aparece no dia-a-dia, na *E.E.P.S.G. Romana*, segundo os diversos componentes da comunidade escolar.

A diretora Ana Maria declara que utiliza o Regimento Comum “na parte de direitos e deveres, na parte de organização escolar, na parte de promoção e recuperação de aluno, tudo isso!”.

“No dia-a-dia, o Regimento está sempre presente porque você vai fazer um Conselho de Escola, você vai fazer um Conselho de Classe, promoção dos alunos você tem que seguir as normas, a promoção por frequência, por notas, por conceito. Ele está sempre presente” (Ana Maria, diretora, 31/08/1995).

“A gente usa muito assim o Regimento pra... tá sempre olhando direitos e deveres, os da gente, dos funcionários, dos alunos, dos professores... Mas também no que diz

respeito à avaliação, à promoção, à compensação de ausência, né, então, a gente usa muito, por isso sempre a gente tá consultando o Regimento... Uma situação que é muito corriqueira é o professor mandar aluno pra você. O professor, quando existe alguma coisa, leva o livro de ocorrência e anota na presença do aluno, na presença da classe e depois, o aluno já assina embaixo. Então, muitas vezes, o aluno não quer assinar porque ele diz que não foi anotado ali a verdade. Aí, o aluno é encaminhado pra gente. Aí, eu costumo muito pegar o Regimento e mostrar pro aluno os seus direitos, os seus deveres, aquela parte da punição: ‘Olha, então, você incorreu nisso, nisso e nisso. Ou eu vou chamar o seu pai ou você já tá passível de uma suspensão’. Nesse momento, eu mostro o Regimento pra ele. Então, isso é muito comum a gente usar, e às vezes, outras situações quando a gente tem que mostrar os direitos, os deveres também dos funcionários, quando chega um funcionário novo...” (Aparecida Cristina, vice-diretora, 01/08/1995).

Carmelita, secretária, vê o Regimento muito pouco,

“só quando você tem uma dúvida que surge, alguma coisa que você precisa consultar o Regimento, mas de saber falar sobre o regimento, não! Toda vez que eu preciso eu vou lá consultar, porque nós, secretários, mexemos muito pouco no Regimento... a não ser da vida do aluno, a carga horária, o direito... mas tirando isso, é mais o diretor, o vice-diretor!” (Carmelita, secretária, 31/08/1995).

A secretária Carmelita usa o Regimento Comum “só quando há casos mesmos, porque na secretaria é tudo muito comum”. A secretaria está organizada em função do Regimento porque “não pode sair disso, você trabalha em cima das normas que está (sic) no Regimento e tem que seguir aquelas normas”.

A coordenadora Zezé conhece o Regimento da Escola “profundamente não” mas “alguma coisa que a gente vê durante o ano, que a diretora passa para a gente, bem por cima, supérfluo”. “A gente precisa do Regimento Escolar na questão da disciplina, na questão da avaliação do aluno.” Como coordenadora, Zezé tem se utilizado do Regimento na questão da avaliação.

“Assim, você vê professores que, às vezes, coloca (sic) conceito baseado em mais ou menos, e isso não existe no Regimento. Então, o professor tem que buscar e ler que na questão da avaliação não tem isso, não pode avaliar o aluno por este prisma, avaliando ponto negativo... ponto positivo isso não existe na questão da avaliação. Você não pode avaliar o aluno só com um instrumento... uma só forma de avaliação não é válida. (...) A disciplina está interferindo muito no funcionamento da escola e dentro do Regimento tem também alguma coisa que dá noção para trabalhar com esse problema. (...) Tem também a questão do Plano Escolar... temos que fazer um Plano baseado na vivência do aluno, na clientela escolar e essa clientela vem de acordo com o bairro” (07/08/1995).

As professoras Raimunda e Telma (PI) foram indagadas se conhecem o Regimento Escolar da escola onde atuam. Raimunda diz que conhece “muito pouco” e a Telma declara que conhece. Ao mostrar para a professora Raimunda o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau e o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau, ela diz: “Eu não tive a oportunidade de pegá-lo na minha mão. Essa é a primeira vez que estou vendo. Conhecer ele pessoalmente, eu não o conheço.”

Enquanto os professores Margarete e Agnaldo declaram que não conhecem o Regimento Escolar da sua Escola, “só alguma coisinha”, “só em algumas ocasiões que a gente toma conhecimento de algumas coisas”, o professor Agnaldo, sincero, confessa:

“Eu sei que existe o Regimento Comum das Escolas, já li, mas eu não lembro mais itens dele, talvez eu saiba ou até utilize sem ter esse conhecimento de... isso está ou isso não está no Regimento. O que a gente faz normalmente é discutir um Regimento interno (referindo-se às normas disciplinares para alunos) para nossa escola, baseado no Regimento Comum das Escolas, isso é discutido” (02/08/1995).

O professor Agnaldo historia a origem das regras disciplinares da “Romana”:

... a gente até que não tinha definidamente uma coisa própria para seguir... aí, a gente começou a enfrentar problemas disciplinares que dia a dia vinham crescendo. Um dia, nós professores do período noturno, para onde as normas são mais difíceis de serem aplicadas, então a gente sentiu que era hora de conversar. Pedimos um espaço à direção, sentamos, nós, professores do período noturno que estavam aqui no dia, nas duas últimas aulas. E achamos que devíamos cobrar da direção uma postura mais enérgica com relação à disciplina, para a gente poder até trabalhar mais tranquilamente... Durante aquela reunião, a maioria reclamava quase sobre as mesmas coisas. Então, já era hora de por um fim nisso. Se isso gera indisciplina, vamos parar por aqui e ver se a gente consegue melhorar, porque a gente já estava perdendo as ‘rédiás’ disciplinares naquele momento. Isso foi em 1993. Aí, resolvemos pensar em alguma coisa. Fizemos um esboço daquilo que para a gente era problema, para se trabalhar em cima de normas que se coibisse aquilo. Um grupo de professores fez, baseado nessa reunião, uma série de normas que foram passadas para toda escola - todos professores tomaram conhecimento - quem quis mudou, acrescentou coisas. Pegamos isso tudo e entregamos para a direção que leu e acrescentou mais algumas coisas que a gente não colocou na hora, mas que achava que era interessante que se colocasse - coisas da ordem dos direitos, dos deveres do professor e alguns direitos dos alunos. Nós passamos isso na reunião de professores, discutimos e aprovamos. Aí foi chamado o Conselho de Escola e apresentado para o Conselho, discutido e houve mudanças novamente, porque no Conselho tinha alunos presentes. Marcamos data para isso entrar em vigor. (...) Nada foi aplicado de ‘supetão’ para prejudicar o aluno. O que a gente queria é fazer a escola funcionar e conseguimos.... Começamos a aplicar as regras.... Cada aluno recebeu uma cópia. Na época, houve aquela chiadeira inicial porque estavam com muitas regalias e muitas delas foram cortadas... e aí a gente passou a aplicar isso e conseguimos segurar. O ano foi muito bom. Em 94 a

gente começou aplicando, mas infelizmente, a continuidade está difícil porque *existem normas que precisam ser repensadas*. Acho que o mesmo processo precisa voltar. Vamos discutir tudo de novo, tal coisa não funciona mais desse jeito, vamos tentar fazer de outro jeito, vamos discutir (...). O aluno para sair para o corredor tem que ter um motivo que vai estar em um documento que o professor vai dar, uma autorização para ele circular, justificando o motivo porque estava saindo, o que ia fazer, com quem ia falar, mas infelizmente a aula da gente é de quarenta e cinco minutos, ou você fala com o aluno... ‘você não vai!’ e acabou, ou então você passa a aula fazendo papelzinho deixando o aluno ir e o aluno que fosse pego sem aquele papel seria punido e tal, com suspensão, advertências, essas coisas... Então, o que aconteceu?... *Olha, como é o processo, a gente acabou não deixando por causa do trabalho que dava para fazer o papel*. Hoje, nós enrolamos o aluno, dizemos que não dá para fazer o papel e funcionou, só que eu acho que é uma coisa que precisa ser repensada” (02/08/1995) (grifos meus).

Como já foi relatado nas observações realizadas, está-se diante da disfunção da burocracia de Merton (3.1.2.6.6., p.201).

O pai Antonio conhece o Regimento Escolar da *Romana* em vigor, “em parte”, “não tenho tudo na memória” mas “alguma coisa foi passado para nós”, e o pai Ribeiro diz que sabe alguma coisa porque “a gente quando faz essas reuniões para eleger o Conselho, nós com a vice-diretora temos lido o Regimento da Escola”. Esses depoimentos apontam que há necessidade de cada componente da escola ter, de posse, um exemplar do Regimento para conhecimento e não ficar dependente do diretor.

Os alunos Danilo, Jurema, Gilson e Edson não conhecem o Regimento Comum das Escolas Estaduais. “Olha, tô pra ver ainda...” (Danilo, 02/08/1995). “Nunca tinha ouvido falar em Regimento Escolar” (Jurema, 03/08/1995).

Na *Romana*, com algumas exceções, o pessoal confunde as regras disciplinares, elaboradas e aprovadas pelo Conselho de Escola, com o Regimento Comum das Escolas Estaduais.

Na realidade quem conhece o Regimento Comum é a direção, a secretária, dois professores e uma fração dos pais conhece parte do regimento e os alunos não conhecem mesmo.

Na *E.E.P.S.G. Tiradentes* a comunidade escolar assim se expressa a respeito de como o Regimento Escolar aparece no dia-a-dia:

A diretora Eunice tem utilizado o Regimento Escolar,

“nas reuniões com o pessoal docente, para que eles estejam (sic) por dentro dos direitos e deveres; a função do professor conselheiro nós tiramos do Regimento; as obrigações do funcionário porque lá tem as obrigações de cada um; para elaborar o Código Disciplinar da Escola também nós usamos do Regimento porque fala dos direitos e deveres do aluno; para promoção e retenção de alunos, para compensação de ausência. Ele tem sido mesmo o amparo no dia-a-dia. No dia-a-dia, uma punição de aluno... é um caso que você tem que recorrer ao regimento; às vezes, a gente quer saber do funcionário se aquilo é competência dele ou não, então ele fala: ‘Ah! Não vou fazer porque não é minha função...’ então você vai lá folhear porque é impossível você ter tudo na cabeça; o professor que se recusa de ser conselheiro de alguma classe, então você vai lá e procura, mostra para o professor que é obrigação dele, que ele pode ser designado. E são essas coisas as que mais aparecem” (19/12/1995).

A vice-diretora Liiamar recorre ao Regimento “quando fica com alguma dúvida de alguma coisa” e cita os exemplos da aprovação do Conselho de Escola que precisa ter um número mínimo de elementos, dos deveres do funcionário que se recusa a fazer determinadas obrigações.

A assistente de diretor Duda, sobre “como o regimento aparece no dia-a-dia, no seu trabalho”, expõe:

“É tão difícil de responder, porque eu tenho que catar serviço, eu tenho que chegar e perguntar se tem alguma coisa para mim (sic) fazer, eles dizem que não. Então, eu estou esperando se cumprir o meu período aqui, esperando que alguém me dê serviço para fazer” (Duda, assistente de diretor, 06/10/1995).

O assistente de administração escolar Cristofer e a servente de escola Laís declaram que nunca viram e nem leram o Regimento Escolar, ao passo que a secretária de escola Araci já viu e tem arquivado na secretaria, mas nunca parou para ler. Dizendo não ter certeza, sobre como o Regimento Escolar aparece no dia-a-dia, a secretária cita a elaboração de documentos de vários anos que necessita de pesquisa no arquivo e a transferência de alunos, arquivo atualizado.

O coordenador do noturno Ênio tem-se utilizado do Regimento Escolar e quando tem que aplicar depende da direção da escola no caso da suspensão de aluno. Declara que trabalha dialogando com aluno e professor.

“Agora, o Regimento tem aquela parte do conselheiro de classe que dificilmente é aceito pelos colegas. (...) porque aqui na escola nós temos que ser psicólogos, babás, nós temos que dar vacina, nós temos que assistir a todos, nós temos que dar merenda, nós temos que servir a Coca-Cola, nós temos que servir.... Enfim, a Escola Pública virou, não digo um hotel, mas estamos perto de que isso aconteça” (Ênio, 19/09/1995).

Os coordenadores de áreas, todos dizem que conhecem o Regimento Escolar e, com exceção de Fátima (coordenadora de ciências humanas), utilizam o Regimento Escolar, sobretudo no início do ano para fazer pesquisa entre os alunos para estabelecer o Código Disciplinar da Escola, para o Plano, para a avaliação.

Enquanto para Érica (coordenadora do ensino fundamental) o Regimento aparece quando se ultrapassa o limite que está no Regimento, quando se transgride a norma, para Fátima (coordenadora de ciências humanas), “em relação ao aluno, o que é mais cobrado é a parte da avaliação, das freqüências, rendimento e assiduidade. É isso daí que é o ponto que mais se fala do Regimento” (09/08/1995). O professor Luís (coordenador de comunicação e expressão) simplesmente diz: “Não posso dizer nada.”

Das professoras, apenas a Clarinda (PI) testemunha que “em Tarabai, em 1980, o diretor deu um Regimento para cada professor e nós fizemos um estudo lá, para ter um ‘pé disso daí’”. As demais, Máisa e Lucinda (PIII) nunca pegaram, mas conhecem algumas partes quando são passadas em reuniões. A professora Clarinda cita o “Conselho de Classe” confundindo com o Conselho de Escola, pois:

“Acho que o Conselho de Classe não tem tanta autonomia assim. Um exemplo é a reposição de aulas, às vezes sem a gente se aperceber tem coisas mais ou menos pronta e o diretor entra nessa, sabe? Nem todo diretor tem, assim, politicamente, feito a sua cabeça para contestar as coisas, lutar ao lado da gente, sabe? Porque o Conselho decide, ele tem que decidir é isso” (Clarinda, professora, 21/08/1995).

“Ah! O Regimento escolar... essas normas da escola é uma coisa automática dentro da vida do professor. O professor fica tão acostumado a ter o seu período de avaliação, a ter o seu período de reunião com os pais, período de Conselho de Classe, que fica uma coisa assim bem como se fosse uma maneira de vestir uma roupa” (Lucinda, professora, 01/08/1995).

Dos pais entrevistados, apenas a Bibiana (que é servente em outra Escola Estadual da cidade e já trabalhou no *Tiradentes*) declara: “Muito pouco, quase nada. Não conheço mesmo.” “Uma vez dona Eunice, em uma reunião dos funcionários, leu lá o Regimento.” Os demais não conhecem. O pai Ferreira não sabe o que significa o Regimento Escolar “porque quando eles chamam a gente para as reuniões é para ver calendário da escola, para ver sobre as crianças, mas sobre o regimento eu não estou a par”.

Dos alunos, somente Julieta diz que viu o Regimento Comum quando, anos atrás, na 8ª série, os alunos estavam querendo formar o Grêmio por isso foram ler o Regimento e o

Estatuto do Grêmio. “A partir daí eu dei uma folheada rápida e depois foi indo, você sempre escuta uma coisinha da escola, uma coisinha daqui outra dali, nas reuniões, então, eu vi!” O Regimento Escolar, segundo a aluna Julieta, “reflete na vida do aluno... em relação a provas, em relação a horários, a comportamento, o respeito entre aluno e professor, aluno e diretor, em relação a faltas”.

Para a direção das escolas, o Regimento aparece no cotidiano, nas questões administrativas, pedagógicas e disciplinares. Para os coordenadores e professores, o Regimento Escolar está presente no dia-a-dia nas questões de avaliação, especialmente. Para os pais conselheiros e professores, o Regimento aparece no cotidiano para os assuntos disciplinares. Os alunos, como não conhecem o Regimento, não foram questionados. Somente uma aluna do *Tiradentes* declarou que viu o Regimento Comum e cita que o Regimento aparece em relação a provas, comportamento, frequência.

3.3.1.5. Divulgação do Regimento Escolar

A respeito da divulgação do Regimento Escolar nas unidades pesquisadas a situação é a seguinte:

Segundo o diretor Adolfo, no *Cabral*, o Regimento Escolar é divulgado, na ocasião do Planejamento Escolar, para professores. Para a vice-diretora Gabriela, para o aluno e para o pai de aluno, a divulgação é feita nas reuniões de pais e para o professor nas reuniões pedagógicas, quando tem. Para a vice-diretora Bruna, o Regimento é divulgado “para o pai só quando há algum problema mesmo com o aluno; agora no Conselho a gente tenta falar que existe um regimento que rege a Escola, a gente mostra, e quem estiver interessado está aqui junto à direção, mas por enquanto...” E admite, “agora, até os membros do Conselho deveriam ter, mas...”

Dos professores entrevistados, a única que confirma a divulgação do Regimento é a professora Lurdes (PI): “aqui nós tomamos conhecimento dele naquela reunião geral que tem no começo do ano. Eles oferecem aqui, no *Cabral*, no Planejamento Geral da Escola, o Regimento para o professor tomar conhecimento” (11/09/1995). Já, para o professor Antonio (Geografia)

“aqui (no *Cabral*) o Regimento Escolar, eu nunca vi nenhuma vez distribuindo cópias ou divulgação não. A não ser que seja um novato que vem aí e não tenha

conhecimento de certa situação, aí a direção chama e comenta a respeito do que está acontecendo e mostra para ele que existe um Regimento” (13/09/1995).

A professora Farid é categórica:

“O Regimento *não é divulgado de nenhuma maneira*. Acho que o pessoal jovem nem sabe que isso existe... Em geral, a direção ou a Gabriela chega e *diz que vai ter uma reunião e vão discutir tal coisa e nada além daquilo, eles decidem tudo... e o resto cala a boca e fica como se não tivesse acontecido nada*. (...) é preciso ensinar essa moçada que está chegando agora, eles não sabem como se corrige uma prova, como se aplica uma prova, como é que você faz um conceito, que não é só somar, que não se soma C mais D, que é um absurdo isso daí... Essas coisas ninguém fala, quer dizer... eu fico me perguntando, como é que esse pessoal que chega para dar aula, eles são verdadeiros heróis porque eu não sei... como é que eles fazem para avaliar o aluno? Ou para atribuir conceito? A sensação que eu tenho, que eu já vi muito... eles dão nota, somam e dividem e daí é o conceito. Então, está tudo errado, quer dizer, isso é feito, entra ano, sai ano... Aliás, eu acho que *a maior parte dos assistentes nem sabe o que é um regimento*, porque se soubesse as pessoas requisitariam, as pessoas exigiriam o Regimento, a minha opinião é de que eles não sabem” (10/10/1995) (grifos meus).

Para as funcionárias, para os pais e para os alunos, divulgação do Regimento Escolar: “hoje é meio difícil ver o Regimento rolando em todos os lugares onde você passa” (Maria Ângela, secretária de escola), a não ser “só na hora que alguém procura” (Vânia, oficial de escola). “O regimento escolar simplesmente não é divulgado” (Iracema, mãe). “Nós não temos conhecimento de nada” (Gilda, mãe).

“Não existe divulgação. Eu tomei conhecimento por procura própria, porque procurei a APEOESP e a APEOESP fez chegar em minhas mãos. Na escola eu nunca ouvi falar disso e se eu dependesse da direção da escola, eu jamais tomaria conhecimento disso. E no outro momento, eu procurei a Divisão Regional de Ensino, por interesse também próprio e procurei saber o que existia referente à escola de 1º e 2º Graus, direitos e deveres de todas as partes (...), mas com o princípio da Escola ‘querendo’ bem informar os copartícipes da escola pública, eu nunca tomei conhecimento” (Guilherme, pai, 16/12/1995).

“Não foi divulgado, pelo menos de meu conhecimento, não. (...) o Regimento Escolar e o Estatuto do Grêmio, eles deviam ter passado para nós, não passaram. Então, não tem um modo da gente conhecer... Eu tiro uma idéia por mim mesmo, mas *eu acho que tem uma parte ali que eles calam essas coisas*” (Diogo, aluno, 02/10/1995) (grifo meu).

“Eu não sei” (Roberto, aluno, 25/09/1995) .

Observa-se, pelos depoimentos, a sonegação de informação sobre o regimento, notadamente, aos pais e alunos. Até os membros do Conselho de Escola, que têm como uma de suas atribuições a de elaborar o calendário e o regimento escolar, conforme o § 5º do artigo 95 da L.C. 444/85, e que decidem a vida da escola, não receberam uma cópia do Regimento Comum. É um absurdo!

Na *E.E.P.S.G. Romana*, sobre a divulgação do Regimento Escolar, para a diretora Ana Maria,

“normalmente, em todo começo de ano, estamos lendo para os professores as partes que interessam da organização da escola, do planejamento, a parte de deveres e direitos, embora todo mundo saiba, mas é bom recordar, e para os alunos, também, a gente procura passar no começo do ano os seus direitos e deveres. Geralmente para os professores nós passamos em reunião pedagógica, então, é mais falando, é oralmente. Agora, para os alunos, toda vez que a gente passa, a gente passa por comunicado por escrito” (31/08/1995).

Já a vice-diretora, Aparecida Cristina declara:

“Talvez até a gente falta um pouco nisso, né?, a gente ‘num’ divulga muito, apesar que eles sabem que existe, né?, os funcionários sabem que existe um Regimento, o professor sabe que existe um Regimento. Eu acho assim o aluno, muitos desconhecem o Regimento, sabe?... a gente já teve começo de ano letivo que a gente passou pro aluno os direitos e deveres dele, sabe?... aluno por aluno. (...) mas, a gente, às vezes, mostra pro aluno aqui na sala (referindo-se à sala da diretoria), mas nas salas de aula não tem um momento” (01/08/1995).

Para a coordenadora Zezé, “geralmente, temos esclarecimento de Regimento, alguma coisa que é lido no começo do ano, nas reuniões pedagógicas”. “Aqui... algumas partes desse Regimento têm sido apresentadas para mim, mas muito pouco pelo que saiba, quase nada, algumas reuniões que tem com o diretor ele fala... Regimento tal... mas não no total” (Gustavo, professor III). Já para a professora Margarete: “Nunca houve, por exemplo, uma reunião ‘vamos conhecer o Regimento da escola’ todo ele.”

O professor Agnaldo após mencionar também que normalmente o Regimento é lido no começo do ano, durante o Planejamento, ele acrescenta:

“a partir daí a gente não tem aquela leitura constante, aquela cópia guardada que você pode consultar todos os dias, coisa e tal, até porque a escola acho que não tem condições de oferecer uma cópia do Regimento para cada um, e o Estado também não se preocupa com isso não. Mas antigamente existia, vinha um caderninho, uma coisa

do tipo, mas não existe mais isso. Então, o professor... o acesso que ele tem é se ele se interessar, procurar; mas eles não têm uma coisa copilada que você possa ter em mãos para consultar. Eu acho até que o professor precisava ter toda essa legislação, todinha!” (02/08/1995) (grifos meus).

De volta, a questão da sonegação de informação. Como a escola e o Estado não distribuem exemplar de Regimento aos usuários, fica difícil o uso diário ou mais constante do Regimento. O professor Agnaldo faz referência à distribuição (tipo caderninho) de regimento, no passado. Na verdade, está se referindo a uma publicação do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau, distribuída gratuitamente pela Companhia Editora Nacional, e do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau, pela Fundação para o Livro Escolar, na década de 70. São estes exemplares que estão, ainda, sendo usados pela maioria das escolas.

Os pais da *E.E.P.S.G. Romana* entraram em contato com o Regimento Comum (parte), oralmente, com alguém transmitindo, a diretora ou vice-diretora, mas não chegaram a ler, “porque a gente tem que pegar aquele Regimento todo, mas isso não chega às mãos da gente, a não ser que, por curiosidade, a gente peça uma cópia para ler em casa, caso contrário é difícil” (Antonio, pai). “Mas fica à disposição de cada membro do Conselho de Escola ou de cada pai de aluno da escola que queira tomar conhecimento disso” (Ribeiro, pai).

O conselheiro Antonio (pai) sugere: “O *Regimento* tem que ser divulgado porque o pessoal tem que *conhecer pelo menos o básico para depois ser discutido*” (04/08/1995) (grifos meus). A fala deste pai está de acordo com o que Palma Filho (1991) prega: a divulgação do Regimento para que ele seja sempre conhecido pelos membros da comunidade escolar. Conhecendo, as pessoas podem participar melhor da vida da escola.

Os alunos declaram que nunca receberam orientação sobre o Regimento Comum. “Não, não cheguei a receber” (Gilson). “Eu nunca tinha visto esse livro aí (apontando para o Regimento Comum que eu mostrei para o aluno), é a primeira vez. Isso aí, eu nunca li. Até fiquei curioso” (Danilo).

O que os estudantes da *Romana* conhecem e receberam foram as normas disciplinares da escola. “Eu tenho um desse aqui, em casa” (Danilo).

“... até que a diretora passou para cada aluno uma folha com doze item (sic) que serão as normas da escola, descrevendo que só terá direito de abonar as faltas ou compensar as faltas quem trazer algum atestado médico ou de trabalho, coisas por aí, obrigatório vir de uniforme também” (Edson, 03/08/1995).

Sobre a divulgação do Regimento Escolar na *E.E.P.S.G. Tiradentes*, a diretora Eunice confessa:

“Não temos feito muitas reuniões sobre o Regimento, mas sempre que surge uma oportunidade, né!... como é o sistema de promoção e retenção de aluno, compensação de ausência, então a gente procura *xerocar*, tirar *cópias do regimento* e passar para o pessoal na reunião para a gente estudar, mas não tem sido muitas vezes isso mas posso te citar a *dos Conselheiros, dos coordenadores de área, da promoção e retenção, compensação de ausência, dos direitos e deveres do aluno* para poder elaborar o Código Disciplinar. Tudo isso nós já utilizamos e já reproduzimos o Regimento para que eles tornassem conhecimento. Às vezes, eles até nem sabem que aquilo é cópia do Regimento, mas que tem sido usado tem!” (19/12/1995)

Como se observa, a divulgação do Regimento tem sido fragmentada, por meio de cópias ou xérox de partes do Regimento, em algumas reuniões, mas não tem sido um estudo sistemático.

A diretora declara que tem xerocado as funções do professor coordenador, do professor coordenador de área, as obrigações dos funcionários e ela como diretora tem que ver, no Regimento, até que ponto ela pode e, no fim conclui: “Você é tudo e ainda tem que fazer as funções dos outros quando impedidos, você tem que avocar para você certas obrigações. Ele é bem categórico nisso” (Eunice, diretora, 19/12/1995).

A assistente de direção Duda diz: “já faz tempo que eu estou de licença, como tem feito (a divulgação) ultimamente eu não sei, mas deveria ser feito em reuniões e escrito... passado para cada um.”

A vice-diretora Lianar fala do Código Disciplinar que foi feito junto com os alunos, mas em cima do Regimento.

A secretária Araci, sobre a divulgação do Regimento, declara:

“*Eu nunca vi...* mas, por exemplo, um funcionário quando vai tomar posse, então naquele ato o diretor vai falar dos seus direitos, dos seus deveres, das suas atribuições enquanto funcionário, isso eu já vi e eu também... quando ingressei foi desta maneira, mas só nesse sentido e nunca mais eu... só na função” (19/09/1995).

Para a servente de escola Laís “a dona Eunice já tem passado na reunião para a gente. Então, na nossa parte, nosso serviço ela já tem explicado, oralmente.”

Para a coordenadora do CIC Claudete, a divulgação é feita no começo do ano mediante avisos:

“Eu acho que eles fazem uma seleção de umas partes que acham que esteja faltando. Então, aí que eles fazem a divulgação dessa parte. *Só partes, do Regimento todo não!* Eles mandam às vezes escrito, às vezes oral! (26/09/1995) (grifo meu)

O professor Ênio, quanto ao Regimento Comum da Escola, na coordenação do período noturno, no início do ano, tentou dar um conhecimento aos alunos dos seus direitos e obrigações que constam no Regimento Comum. “Isso eu fiz pessoalmente em sala de aula, aos poucos, sem pressa, colocando questões e respondendo as perguntas.” Esse trabalho foi feito oralmente, sem passar cópia do Regimento Comum porque “nós já estávamos prevendo a criação desse Regimento nosso interno (referindo-se ao Código Disciplinar). O que foi passado para todos os alunos foi esse Código Disciplinar que foi mimeografado.”

Dos coordenadores de área, o professor Luís declara: “Nunca vi essa divulgação aqui, o professor que chega aqui no ‘Tiradentes’ não recebe esta informação sobre o Regimento nem é passado para ele o Regimento para dar uma lida” enquanto Fátima, por motivos particulares não esteve na Semana de Planejamento, por isso “se realmente houve essa divulgação eu estou por fora...” e nos outros períodos ela não tem visto. Os demais são unânimes em afirmar que além de partes reproduzidas do Regimento (função de professor, de coordenador, de servidores) que são entregues aos interessados, no Conselho a diretora comentou com os participantes.

A professora Clarinda diz que o Regimento em sua Escola é muito pouco divulgado, na realidade “Eu nunca vi não.” Para Maísa, a divulgação é feita na reunião, “oralmente”, ao passo que Lucinda, embora declare que é em reunião, “por escrito”, na verdade não sabe se o material recebido se refere ao Regimento. “Nós recebemos bastante coisa por escrito...”

Há uma divergência de posições entre os próprios coordenadores e os professores. Uns afirmando que não é feita divulgação e outros dizendo que é feita, divulgação essa parcial, fragmentada. Assim, não há visão do todo do Regimento Escolar.

Para os pais, a divulgação do Regimento é feita no Conselho e na A.P.M., oralmente. Para os pais Bibiana e Ruiz, a diretora lê nas reuniões e às vezes passa mimeografado, mas “é só chegar na portaria e pedir para a dona Eunice que quer ler o Regimento e ela fornece para qualquer pessoa que quiser” (Bibiana), enquanto Ferreira (há seis anos no Conselho de Escola) discorda: “só tenho ouvido nas reuniões, nunca chegou nada escrito”.

Entre os alunos, há uma divergência sobre a divulgação. Vanda acha que nunca foi divulgado, “pelo menos eu nunca ouvi falar”. Rogério declara que os professores não leram para os alunos e ao ser indagado “se (eles) não chegaram a receber a parte referente aos alunos?”, perguntou: “Sobre o que trata o Regimento?” A Lídia inicialmente declara que não se

lembra, mais tarde diz que ficou sabendo que os professores passaram para os alunos no início do ano. A única que demonstra conhecer o Regimento é a Julieta que relata:

“Do Regimento... foi em relação ao Conselho mesmo, que eu fiquei sabendo antes dos outros alunos, mas, no começo de cada ano tipo... o ano passado, a gente estava no 1º colegial, eles leram e chamaram representante de classe para ler o Regimento em classe. Embora, para o aluno não mostrou todo o Regimento, mostrou direito, dever e algumas outras coisas, e esse ano, foi a mesma coisa, eles fizeram a leitura e fizeram também um tipo de ‘catado’ da escola inteira que cada classe deveria fazer em grupos de seis, sete pessoas e entregar folhas do que era bom ou ruim na escola, o que deveria mudar ou o que deveria permanecer. Foi a partir daí que os alunos passaram a ter mais contato com o Regimento, o que deve ou não fazer.

O Regimento Escolar é divulgado na escola, em leitura... os alunos ouvem a leitura que é feita no começo do ano. Aí, os representante de classe, como já teve uma reunião de representantes com o diretor, talvez professor coordenador... eles comentam em reunião, e nós, alunos representantes passa (sic) para o resto da classe... cada um passa para sua. O aluno não recebe nada por escrito” (Julieta, aluna, 05/09/1995).

Novamente, a visão parcializada e não global do Regimento. Divulgação oral, com leitura pelo representante de classe, dos direitos e deveres.

Os alunos Vanda e Rogério receberam o “Código Disciplinar”, elaborado pelo Conselho de Escola, mas não o Regimento Escolar.

Não há, pela fala dos entrevistados, nas escolas pesquisadas, uma divulgação da totalidade do Regimento Comum para o conjunto da população interessada. A não publicação (divulgação) do Regimento Escolar prejudica o conhecimento de suas normas e efeitos, por todos os participantes da comunidade escolar, ferindo um dos aspectos importantes para o sucesso de sua aplicação, conforme foi visto, tanto na referência teórica como na normativa. É por isso que a divulgação do Regimento Escolar, por meio da publicação e distribuição de exemplares para todos os integrantes da comunidade escolar, foi defendida pelo conselheiro Palma Filho, na declaração de voto do Parecer C.E.E./SP nº 1.911/91, com a sugestão de que fosse acrescentado um artigo sobre isso.

O Código Disciplinar, elaborado pela Escola *Tiradentes*, foi mimeografado e distribuído para todos os alunos, para conhecimento de seu conteúdo. A divulgação do Código Disciplinar foi feita de modo correto. O Regimento Comum também deveria ter recebido a mesma atenção que o Código Disciplinar. Na Escola *Romana*, foram mimeografadas e divulgadas as Normas

Disciplinares, conforme foi relatado no item 3.3.1.4. Presença do Regimento Escolar no cotidiano (p. 453).

3.3.1.6. Desconhecimento do Regimento pela comunidade escolar

Na *E.E.P.S.G. Cabral*, o diretor Adolfo e a coordenadora Edileuza declaram que o Regimento não recebe a atenção da comunidade escolar por *falta de conhecimento*. Para a vice-diretora Gabriela, “os pais não ligam mesmo (...) porque o que interessa para eles é saber só a nota do filho, se vão bem e se não vão bem na escola, e o problema disciplinar, só! O professor também é pouco informado a respeito do Regimento, ele não se interessa muito.” Para Bruna, “eles (referindo-se a professor e aluno) acham que isso não vale nada. O brasileiro é muito desinformado.”

Para a secretária Maria Ângela, o Regimento Escolar não é valorizado pela comunidade escolar “um pouco é pela *falta de conhecimento* do Regimento porque *não tem* essa *divulgação* para pai, mesmo para professor. Tem gente que nem sabe que existe um Regimento Escolar. Então, eu acho que é um pouco de falta de divulgação.” Vânia, oficial de escola, após declarar que nunca pensou nisso, menciona que deveria ser mais divulgado. Acha que o governo deveria *mandar um Regimento* para cada funcionário, para cada professor, para cada aluno, para saber quais são os direitos e deveres dentro da escola. “Então, eu acho que isso se dá mais *por falta de acesso!*” Estes depoimentos apontam a falta de acessibilidade e de informação sobre o Regimento porque não há divulgação nem distribuição e por isso o desconhecimento.

A professora Farid dá uma explicação convincente:

“primeiro porque até *desconhecem que existe o Regimento Escolar*, desconhecem a importância que o Regimento tem. Às vezes eu tenho uma sensação e até fico com uma imagem de piada... *Dizem que carneiro é obediente e anda sempre no mesmo lugar. A impressão que eu tenho é de um bando de carneirinho que adora ser comandado, não quer saber porquê, por outro lado, tudo que você constrói dá um prazer enorme mas dá trabalho, cria atritos, cria desafeto, você cresce muito, mas as pessoas...*”

Novamente, a questão da ignorância do Regimento Escolar e a falta de divulgação. Usando a imagem do carneiro, a professora aponta a facilidade com que as pessoas são dominadas

porque preferem ser comandadas, porque seguir ordens é mais fácil, do que construir, porque, embora gratificante, é trabalhoso e penoso.

A professora Farid acha que a classe média, como não pode pagar escola particular ou tem outros projetos (uma viagem à Europa, comprar um carro novo) e não quer gastar na escola, põe os filhos no “Cabral” porque é uma escola do centro e não está a fim de discutir. Por outro lado, segundo a Farid, *as classes populares não sabem a importância do regimento e são lesadas de todas as formas*. Não têm noção de que podem pedir alguma coisa, não sabem que são cidadãos, não sabem o que é isso e portanto não vão. “O professor antigo acha que nem vale a pena mais - deixa como está para acabar tudo isso - e o professor jovem, ele não sabe que existe” (10/10/1995) (grifos meus).

Os pais, a respeito do porque o Regimento não recebe atenção da comunidade escolar, são bastante críticos e visualizam bem a questão. Assim, para Gilda (mãe) é “por *falta de conhecimento*, falta de interesse e *dentro da direção da escola mesmo porque eles não fazem questão de passar esse conhecimento para os pais, professores*”. Iracema (mãe) completa dizendo: “mas *pode ser um jogo de interesse*; às vezes, o interesse da comunidade e o da administração da escola não seja o mesmo”. E conclui: “*então fazem reuniões só para constar que estão seguindo o Regimento*, fica só no papel e o trabalho mesmo, em si, que deveria ser feito, infelizmente fica só na parte burocrática e não sai do papel.” Iracema, retomando o assunto, declara:

“Sabe o que me ocorreu agora?, seria *falta de exercitar*, chamar esses pais, esses alunos e o pessoal todo da escola e expor, não seria esse o problema?, *expor assim... que nós temos um Regimento, explicar mesmo e ensinar como é que funciona e como é que deve ser feito*. Porque a partir do momento em que começa a exercitar esse Regimento, aí tem o início, que não é fácil até todo mundo aprender o início de um processo, aí chegaria aos finalmentes e tudo começaria a andar. Eu acho que seria isso” (Iracema, mãe, 23/09/1995) (grifos meus).

O pai Guilherme faz uma análise a respeito, de modo mais amplo, que transcrevo, embora um pouco longa:

“... para mim, a comunidade escolar é a direção da escola, os professores, os colaboradores empregados da escola, os pais e os alunos, mas não me consta que essa seja a visão que as direções das escolas normalmente têm. Nós temos um *modelo autoritário*, (...), que alguns diretores e professores se apegam a esse modelo, amedrontados com as mudanças e dá até para compreender, até certo ponto, porque é natural e compreensível que em geral todos nós tememos mudanças. Mudar sempre é

uma assombração até que a gente se acostume com as mudanças. Também acho que o modelo educacional é fruto do arbítrio e do autoritarismo político que sempre predominou neste país, nessa nação, e no meio do nosso povo, os próprios pais dos alunos têm essa responsabilidade e essa culpa, por estarem desavisados, despolitizados, a maioria também analfabetos, e quando não são analfabetos no sentido estrito (analfabeto político), não se permitem fazer presença na escola, cobrar o que a escola deve dar, cobrar desde o professor até o governador. Então, parece que o mal é esse, a *alienação* que a sociedade brasileira vive, fruto de muitos desmandos ao longo do tempo e a falta de fé, de esperança do povo e da falta de credibilidade das autoridades de modo geral, fizeram com que o Brasil chegasse a esse estado desgraçado de convivência, onde os pais levam seus filhos para uma escola pública porque não podem colocar nas escolas particulares, que em tese, teoricamente, são melhores, sabem que a escola pública não oferece ensino de padrão elevado que deveria fazer, mas isso nos custa muito caro, (...) pelos impostos, pelos tributos que nós pagamos de forma escorchante, mas os pais me parecem também com uma dose imensa de responsabilidade, porque ficam na *comodidade* dos seus lares, não atende (sic) o apelo das escolas para a presença, nas reuniões, nas assembléias, quer convocados pela A.P.M., quer pelo Conselho (de Escola), quer pela direção da escola e isso termina da forma que estão (sic) funcionando a maioria das escolas do Estado de São Paulo. *Necessário* se faz, me parece, *conhecermos o Regimento de cada Escola*, que deve ser *diferenciado* como eu disse, mas também necessário se faz, não sei a quem no momento cabe isso, levar a todos os pais de alunos das escolas públicas a mensagem de que eles realmente precisam se fazer presentes na escola, e assim tomarem conhecimento da pedagogia da escola, do ensino, do aprendizado e se tornarem responsáveis pelo resultado final disso que é o aprendizado, co-responsáveis de tudo isso, juntamente com os professores, com a direção da escola” (Guilherme, pai, 16/12/1995) (grifos meus).

Nos depoimentos dos pais, observa-se novamente, a ignorância do Regimento Escolar, por falta de divulgação, agora acrescida da denúncia de que a direção segue modelo autoritário e, deliberadamente, não informa os pais e professores e que as reuniões são feitas “*só para constar que estão seguindo o Regimento*”. As coisas são feitas para atender o apelo burocrático e que só ficam no papel. Emerge também a questão da alienação por parte dos pais que se traduz na passividade com que se recebem as ordens ou as informações ou na falta de análise ou de autocrítica.

O depoimento do senhor Guilherme revela que, ao contrário do que Paro (1995) encontrou em seus estudos de que: embora a população em geral, se preocupe com a qualidade do ensino, isto não significa tenha levado as pessoas das camadas populares a despertarem para a importância de sua participação na gestão da escola pública, pois em nenhum momento da pesquisa realizada por ele, a consciência dessa importância aparece espontaneamente na fala

das pessoas entrevistadas. Isto pode ser atribuído, em parte, a nossa tradição autoritária que, ao fechar todas as oportunidades de participação na vida da sociedade, em particular na escola pública, induz as pessoas a sequer imaginarem tal possibilidade. Também tem a ver com relação de exterioridade entre usuário e educação escolar numa sociedade capitalista, na qual a educação é vista também como se sua produção se desse independentemente da participação do consumidor em tal processo, como já foi visto, às páginas 410-11. Paro demonstrou que não existe essa independência da produção em relação ao “consumidor” porque, na elaboração do “produto” da educação (“aluno educado”), o educando participa como objeto de trabalho e como sujeito, portanto, como co-produtor de sua educação. Também demonstrou que o consumo de tal produto não se dava apenas no ato de produção (conforme Saviani, 1984), mas prolongando-se pela vida do indivíduo, trazendo sérias dificuldades para a avaliação dos resultados da educação escolar (Paro, 1986, p.135-49). Por isso, conclui Paro, torna-se importante que os pais estejam presentes, diretamente ou por seus representantes, no interior da própria escola, onde se dá o processo de elaboração de tal produto. Em vista do caráter de exterioridade que o usuário mantém com a educação escolar, dificilmente ele toma consciência da importância dessa presença. Não estando presente, torna-se também mais difícil avaliar com maior precisão a qualidade do ensino oferecido para, a partir daí, lutar por um ensino melhor.

O senhor Guilherme é um pai esclarecido, tem consciência de que a comunidade escolar é constituída não só de direção e professores, mas também dos funcionários, pais e alunos, de que o modelo autoritário impera em nossa tradição, provocando alienação da sociedade, e que a maioria dos pais “não se permite fazer presença na escola, cobrar o que a escola deve dar, cobrar desde o professor até o governador” e que os pais também têm “uma dose imensa de responsabilidade porque ficam na comodidade dos seus lares, não atende (sic) o apelo das escolas para a presença, nas reuniões, nas assembleias, quer convocados pela A.P.M., quer pelo Conselho de Escola, quer pela direção da escola”, “mas também necessário se faz, não sei a quem no momento cabe isso, levar a todos os pais de alunos das escolas públicas a mensagem de que eles realmente precisam se fazer presentes na escola, e assim tomarem conhecimento da pedagogia da escola, do ensino, do aprendizado e *se tornarem responsáveis pelo resultado final disso que é o aprendizado, corresponsáveis de tudo isso, juntamente com os professores, com a direção da escola*”. O senhor Guilherme e alguns pais da Escola “Cabral” são exemplos vivos de que a situação encontrada por Paro está alterando. Esses pais têm consciência e

colocam na prática, mediante participação presente e atuante, como já foi relatado nas observações realizadas, em que inclusive, alteraram todo um processo tradicional e manipulado pela direção na eleição de membros do segmento pais de alunos do Conselho de Escola.

Para os alunos do *Cabral*, o Regimento não recebe atenção da comunidade escolar porque “*pouca gente sabe que isso existe*” (Jeremias, aluno); “... não é que os alunos não ligam, é que os *alunos não sabem desse Regimento*, não têm conhecimento nem que exista isso” (Diogo, aluno). Configura-se, cristalinamente, o desconhecimento da existência do Regimento, por parte dos alunos. É preciso, urgentemente, não só divulgar o Regimento, distribuindo exemplar, mas também explicar o que é Regimento e a sua finalidade.

Na *E.E.P.S.G. Romana*, “há uma falta de interesse” por parte dos alunos em relação ao assunto, porque, “no começo do ano, quando a Escola distribui para cada aluno o folheto com as normas disciplinares da ‘Romana’ e o professor explica, a gente vê alunos, amassando o papel e jogando no lixo”. “Depois, quando acontece alguma coisa, o aluno diz que não sabia, que a escola não distribuiu. Já o professor não lê mesmo o Regimento Escolar” (Aparecida Cristina, vice-diretora). Novamente, o desconhecimento do Regimento, por parte dos professores, que demonstra falta de profissionalismo. De acordo com Paulo Freire (1997, p.21), o compromisso não pode ser um ato passivo, mas praxis - ação e reflexão sobre a realidade - por isso, implica necessariamente um conhecimento da realidade. O compromisso só é conseqüente quando está fundado cientificamente. Então, o compromisso do profissional exige o seu constante aperfeiçoamento, substituindo a visão ingênua da realidade por uma visão crítica. Daí, a necessidade do professor e aluno conhecerem o Regimento Escolar que rege a vida da sua escola, para não serem dominados por outros.

Os professores dizem que a comunidade escolar não dá atenção ao Regimento Escolar por falta de divulgação, por falta de informação, por falta de conhecimento do Regimento, por falta de interesse.

O professor Agnaldo credita essa situação à falta de divulgação, especialmente aos professores novos porque os professores concursados, como ele, tiveram que

“ler o Regimento para concurso, mas isso foi a... desde 88, então o Regimento foi lido e tal, mas os professores novos que ainda não passaram por um concurso, eu tenho certeza de que eles não conhecem o Regimento, não é questão de ignorar o

Regimento, é *desconhecer* mesmo. Agora, porque eles desconhecem? Não sei se é por *não ter a divulgação* desse Regimento” (02/08/1995) (grifos meus).

Essa afirmativa do professor Agnaldo encontra guarida no depoimento do professor Gustavo, A.C.T., que declara:

“não há participação para aplicação desse Regimento, não tem elaborado um dia, uma semana, para você passar para as pessoas, para os alunos, para os pais! Para mostrar enfim o que é... não tem um dia... eu nunca vi! Não me lembro de ter feito ou participado de nenhuma reunião de apresentação de Regimento” (04/08/1995).

A professora Raimunda (PI) declara:

“se o Regimento fosse *divulgado* para pais, alunos maiores e professores, talvez desse uma ênfase melhor ainda dentro da escola. Nos padrões que nós temos, a escola boa funcionaria talvez melhor, se todos conhecessem o Regimento” (07/08/1995).

Nas suas falas, os professores lembram da necessidade de divulgação do Regimento, tão apregoada pelo conselheiro Palma Filho (1991). A divulgação faz com que as pessoas conheçam e passem a refletir e exercitar ou exigir que se exercite esse regimento. Na medida em que todos conhecessem e exercitassem esse Regimento, a escola funcionaria melhor, porque haveria transparência e o compromisso solidário. É preciso passar da consciência ingênua para a consciência crítica. Isto só é possível mediante um processo educativo de conscientização. Para isso, o primeiro passo é a divulgação do Regimento para tomada de conhecimento.

Para a professora Margarete, o aluno ou o professor “só se interessa pelo Regimento quando a coisa aperta para o lado dele. Aí, ele quer saber, ou o professor ou o aluno, se realmente é isso.” Prossegue ela, com um exemplo:

“De repente, a direção chega com uma atitude mais drástica. Então, só aí, o professor vai saber que ele não podia fazer tal coisa porque o que o professor fica sabendo é mais no bate boca, no dia-a-dia mesmo, entre professores: ‘Ah! Isso o Regimento permite, isso o Regimento não permite. É, mas será que pelo Regimento pode fazer isso?’ Então a gente se questiona, agora, que o professor vá pegar e ler, eu não sei. Para dizer a verdade para você, Tsutaka, hoje em dia o professor vem trabalhar, ele não tem tempo nem para dizer ‘oi’ para os colegas dele. Tá? Porque o importante para uma escola hoje é o professor dentro da sala de aula. (...) Então, você termina sua aula, você quer ir para casa. Nada ele pode fazer fora da sala de aula. Então, aí ele difere do professor da Escola-Padrão que além de ganhar trinta por cento a mais, ele tem um horário de atividade que ele fica dentro da escola. Então, ele tem tempo para isso (estudar Regimento etc.) como tem tempo para se inteirar das outras coisas” (Margarete, Ciências, 02/08/1995).

O depoimento da professora Margarete confirma os ensinamentos de Silva Júnior (1993) sobre o local de trabalho que não é padronizado e sobre os trabalhadores do local “escola”, que dificilmente são agrupados. Mostra ainda o valor da H.T.P. na escola. É preciso oferecer condições para que todos os professores, não só os da Escola-Padrão, tenham espaço para se aperfeiçoarem, estudando, no caso o Regimento, e um momento para se agruparem no cotidiano da escola.

Para a professora Telma,

“com esse tempo corrido que a gente tem, não tá tendo tempo de sentar e pegar um Regimento e tomar conhecimento dele na íntegra. A gente acaba só pegando aquelas partes que a gente acha mais interessante e vai labutar em cima disso” (07/08/1995).

O senhor Ribeiro (pai) acha que o Regimento “lá tá livre para quem quiser saber, mas que o povo hoje não se interessa tanto, talvez por falta de tempo” e explica que ele mesmo não tem condições de tomar conhecimento de tudo, mas acha que “daqui a uns tempos a gente vai tá convivendo mais com o Conselho de Escola, você vai se interessando mais pela escola que hoje eu faço parte do Conselho e da A.P.M..”

Porque o Regimento não recebe a atenção da comunidade escolar, para o pai Antonio, “porque chega de uma forma meia, como se diz, meia estranha para as pessoa, como dizer... sem importância daquele Regimento. *Não é passada a importância daquele Regimento, não é divulgada*” (Antonio, pai, 04/08/1995) (grifo meu). De novo, a falta de divulgação do regimento e de sua importância. E prossegue em sua justificativa:

“o pessoal tá mais preocupado em trabalhar e esquece da parte da necessidade de acompanhar o filho na escola, entendeu? E ver que esse Regimento e esses Conselhos que existe é (sic) muito importante (sic). Tomando conhecimento disso ele vai ter uma noção melhor da necessidade de acompanhar o filho e da necessidade de comparecer à escola. É isso aí” (Antonio, pai, 04/08/1995).

O pai Ribeiro também destaca que “falta muito é interesse dos pais também em acompanhar os alunos, os filhos nas escolas e saber o que está se passando. *Os pais teriam que ter mais conhecimento e para ter conhecimento ele tem que participar e é onde tá faltando é a participação*”. O pai Ribeiro, por um lado, opina que “o certo seria a Escola ter mandado para cada pai o Regimento, no início do ano, para que ele tomasse conhecimento disso aí”, e por outro lado raciocina “mas como que uma Escola, como a ‘Romana’ que deve ter mil e duzentos alunos, vai ter condições de mandar o Regimento desse para cada pai de aluno?, que

na minha opinião seria o certo” (grifo meu). Aqui aparecem a questão da participação, necessária para a construção de um trabalho coletivo coerente e articulado na escola, e a questão da divulgação do regimento para que seja conhecido, pelos membros da comunidade escolar, mediante distribuição de um exemplar para cada interessado.

Os alunos da *Romana* apontam não só a falta de tempo, a falta de interesse, como também a falta de explicação e divulgação do Regimento. Os alunos dizem:

“Mas se eles passassem nas classes *explicando o que que é isso*, acho que eles entenderiam sim. Mas, eu sei lá, os alunos não são muito interessados. Hoje em dia, só pensam em bagunça. Por isso que a gente tem, acho, esse Regimento aí, né?, para pegar no pé dos alunos” (Jurema, 03/08/1995) (grifos meus).

“Mas na escola *nunca ninguém chegou ‘ne’ mim e falou: ‘Vamos falar sobre o Regimento’*, então, às vezes, não é falta de interesse, mas uma parte também é o tempo, porque você tem que ter um pouco de tempo. Então, se a escola chegasse para você e falasse ‘o Regimento é assim tal, tal, tal...’ mas a escola não... *as poucas vezes que eu ouvi falar do Regimento foi com a diretora aí no Conselho mas nunca peguei o Regimento*” (Gilson, aluno trabalhador, 03/08/1995) (grifos meus).

Edson considera que o aluno é peça fundamental na escola, que “se fosse fazer uma escala hierárquica, o aluno estaria no topo”. Ele justifica: “Nós que somos o principal alvo porque sem alunos aqui na escola não tem razão de ser, né? Acho que toda a estrutura escolar é feita para o aluno, para a formação do aluno, quer dizer, para ser um cidadão consciente da sua realidade.” Edson finalizando o seu raciocínio:

“Acho que se fosse feito um trabalho nesse sentido assim de conscientizar o aluno, tanto politicamente, socialmente, eu acho que ele daria mais atenção a isso (referindo-se ao Regimento), não é? *Porque a gente vê, é um negócio aqui na escola, que eu percebo muito, por exemplo, existem regras para os alunos, agora para os professores...*” (Edson, aluno, 03/08/1995) (grifos meus).

Sobre a questão da comunidade escolar não dar atenção ao Regimento, na *E.E.P.S.G. Tiradentes*, para a diretora Eunice *falta hábito do professor estudar legislação* e ela acha que faz falta também e poderia estar sugerindo que esse trabalho fosse feito nas H.T.P. mas que sempre existem outras coisas mais prioritárias (avaliação, metodologia, assuntos da sala de aula) e a legislação vai ficando para trás. Nas H.T.P. coletivas de quarta-feira, conseguiu estudar alguma coisa sobre avaliação, compensação de ausência, critérios de retenção e promoção, as competências do Conselho de Classe “mas tem muito professor que nem conhece o Regimento porque, às vezes, sabe dessas coisas mas não sabe que isso está no Regimento”.

Para a vice-diretora Lliamar, não só a família, mas a sociedade estão distantes, estão alheias de tudo. Os pais põem os filhos na escola e ficam alheios à situação porque acham que a escola vai resolver todos os problemas deles. Para a assistente Duda, é porque não conhece porque, se conhecesse, a comunidade daria um valor enorme porque o Regimento Escolar é de utilidade e a comunidade escolar não foi orientada no começo.

Para a secretária Araci, a escola toma quase que o tempo todo do funcionário em ocupações diárias, e não sobra tempo para estudar. Araci lembra que a diretora propôs fazer uma reunião mensal com os funcionários para orientá-los e que “seria até bom que ela falasse como é o Regimento, começasse a passar o Regimento para nós porque para gente, durante o nosso dia-a-dia, é impossível”. Mas essa reunião está suspensa por um tempo, por causa da reforma. Já para Laís, servente, é “falta de participar mesmo, que já não liga mesmo”.

No segmento coordenador do *Tiradentes*, encontramos várias explicações. A coordenadora do CIC após declarar que não sabe, passa a considerar que

“desde que a pessoa nasce vem sendo condicionada, então chega uma hora desta, a pessoa entra na regra, vai entrando no jogo e como não questiona muito porque está dentro dos seus princípios, continua participando do jogo e vai levando e acaba não tendo conhecimento de onde está a regra disso aí. Você só questiona o que incomoda!” (Claudete, 20/09/1995).

Para Merle, coordenadora de Ciências Exatas, ninguém quer saber porque recebe orientação da direção, mesmo inconscientemente ele é regido pelo Regimento. Os demais acham que o problema é a falta de *divulgação* e um *estudo* desse Regimento. Para Ênio, o cidadão não está habituado a participar de discussões, ele não é convidado. Esse é o grande problema. “Não é que ele não queira, é que ele não está habituado a participar para saber quais são seus direitos, seus deveres e em que ele pode participar.” Para Fátima, “talvez porque já venha pronto. É só para se cumprir”. Regra geral, para ela, os diretores passam para os professores os direitos e deveres dos alunos, a avaliação e a frequência, o Conselho de Série e de Classe, e os outros detalhes de organização da escola, a parte administrativa e a parte pedagógica não recebem muita ênfase. Para Érica, coordenadora do ensino fundamental, a partir da instituição do Conselho de Escola está havendo uma maior participação de pais que, para ela, conhecem mais os direitos do que as obrigações e que os pais precisam conhecer melhor para poder participar.

Para as professoras, além da *falta de divulgação*, porque “o Regimento fica preso na administração”, há também um pouco de *comodismo* por parte das pessoas e muitas vezes elas

são penalizadas ou perdem algum privilégio por falta de conhecimento e deixam de fazer uma coisa que teriam que fazer porque são ignorantes. Agora, em relação aos pais, os professores acham que são *desinteressados*. Eles entregam o filho e deixam por conta dos professores. Só recebem aquela informação pronta no dia de uma reunião. Não têm interesse no vivenciar a Escola Pública. (Lucinda) Para Maísa, quem faz parte do Conselho de Escola ouve, às vezes, falar do Regimento. Quem não faz parte do Conselho não sabe nem o que é Regimento. Clarinda diz que “é muita norma” por isso ninguém dá “bola”.

A mãe Bibiana não sabe porque o Regimento não recebe atenção da comunidade escolar. Já, para o pai Ruiz um pouco é o *relapso* da própria comunidade escolar que, na sua opinião, deveria se interessar mais e participar. O senhor Ferreira atribui essa falta de interesse ao fato de que “hoje em dia os pais não ligam mais para os filhos, os filhos não ligam para os pais e só querem saber de televisão, de jogo e deixam de ligar para o que é mais interessante”.

Para os alunos, as pessoas não dão atenção por *falta de informação* (Vanda), há *falta de participação* de pais e alunos nas reuniões porque um trabalha o dia inteiro e não tem tempo de ficar ouvindo outro falar e os alunos não gostam de reunião (Lídia); por falta de conscientização porque o aluno gosta de fazer as coisas contrárias, os pais não têm tanta culpa porque os alunos não deixam os pais a par e as reuniões não são suficientes para deixar os pais a par (Lili); porque é *pouco divulgado* (Rogério).

Falta de divulgação da existência e da importância do Regimento leva ao desconhecimento das normas que regulam a vida da escola e possibilita que as perspectivas subjetivistas de pessoas passem a prevalecer, contrariando a finalidade do regimento. O modelo autoritário produz alienação. “O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios. Vive através da visão de outro” (Freire, 1997, p.35). Ele é facilmente dominado.

3.3.1.7. Opinião sobre o atual Regimento Escolar

Para a direção e funcionários do *Cabral*, o atual Regimento Escolar em vigor, está ultrapassado, deve ser totalmente reformulado. O diretor Adolfo e a vice-diretora Bruna não dizem o porquê. Para a vice-diretora Gabriela,

“algumas coisas devem ser atualizadas e estamos tendo problemas disciplinares que fogem do Regimento. Hoje mudou muito, tem o Estatuto do Menor. Então, várias

atitudes que, às vezes, o diretor vai tomar, estão em confronto; o Estatuto do Menor é contrário ao Regimento Escolar; então, às vezes, você não tem um amparo legal para tomar aquelas atitudes realmente que devem ser tomadas disciplinarmente. Por outro lado, eu acho que na parte pedagógica da escola muita coisa deve ser mudada. Algumas coisas que a gente está ouvindo dizer que a Secretaria de Educação faz a partir do ano que vem, eu acho que vai começar a vir de encontro ao que eu acho que deve ocorrer nas escolas. O ensino noturno e o curso de Magistério são duas coisas que não dá para ficar mais como estão” (04/10/1995).

Para a oficial de escola Vânia o Regimento está ultrapassado, precisa mudar.

“Esse negócio do aluno ter direito a tudo dentro de uma escola, eu acho errado. O aluno não tem direito de quebrar uma escola e ficar sem punição. Nós temos muitos casos aqui, de alunos que destroem aqui dentro. Eles vêm para destruir e não vêm para estudar. Outra coisa, o professor também não consegue segurar o aluno dentro da classe, então o aluno tem mais acesso aos corredores e ao pátio e é por isso que está acontecendo isso aí na escola - muita depredação. Dão muita liberdade para o aluno, o aluno está vendo que ele faz coisa errada e não acontece nada com ele. É onde que ele está aproveitando” (13/09/1995).

Sobre a recuperação, a Vânia, oficial de escola, que tem filhos na Escola opina:

“isso tem que acabar, isso é uma vergonha até! Porque o aluno tem mil chances para passar, mil. É muita chance e assim mesmo tem aluno que fica para recuperação final. A recuperação do jeito que vem sendo dada, é errada. Eu acho que é durante o ano que ele tem que aprender e não em uma semana de aula, no fim do ano. Por isso que eu acho que tem que acabar isso daí” (13/09/1995).

Os professores também acham que “ele precisa ser atualizado”, “tem a sua parte falha e a sua parte boa”, “é um documento que não tem nada a ver, é uma coisa anacrônica, (...), é um Regimento que foi feito há muito tempo e acho que não dá conta da realidade do mundo moderno de hoje, das aspirações da juventude, do tipo de jovem que frequenta a escola” (Lurdes, Antonio, Farid, professores).

Na categoria pai de aluno do *Cabral*, dos entrevistados só o senhor Guilherme conhece o Regimento Escolar em vigor, e para ele:

“Nós todos no Brasil estamos passando por transformações diárias, transformações todo santo dia de tudo, e o ensino como uma fonte contínua do desenvolvimento, ele tem que ser atualizado, tem que ser reorganizado, e o Regimento faz parte dessa visão mais global, mais ampla do ensino e do aprendizado, acho que necessário se faz... uma reforma disso e uma atualização para que possamos avançar com conceitos novos de ensino e aprendizagem, sem que se perca o que é bom e a base estrutural do que foi feito há oito ou dez anos atrás” (16/12/1995).

Para Ana Maria, diretora da *E.E.P.S.G. Romana*, “o nosso Regimento é um Regimento muito antigo. Ele está ultrapassado e não atende mais as necessidades da escola”. A diretora está percebendo o seguinte:

“O aluno tem muita oportunidade de muita recuperação. Acho que deveria fazer de alguma outra forma para o aluno ser mais motivado a estudar para a primeira prova. Então, ele sabe que tem até quatro chances que o professor dá, então ele vai deixando... Tem que ser *mudado essa parte da recuperação*. Parece que é uma recuperação para passar todo mundo. Agora, eu acho que nós temos que ter peito para encarar uma retenção em massa e aí todas as escolas encararem e o aluno que não tem condições não passa porque os alunos vão passando sem condições. (...) Os professores estão reclamando porque eles fizeram um monte de avaliações e não conseguiram resultado nenhum. O professor dá seis avaliações diferenciadas - exercícios, cadernos, avaliação em prova, trabalho em classe, quer dizer, não é sempre o mesmo tipo de trabalho. (...) Que ele vá mal na prova, não estudou tudo bem, mas não entrega um exercício, não entrega nenhum caderno em dia, que a maioria dos alunos para ter caderno em dia, é um sacrifício, porque a grande maioria de aluno da 5ª série em diante não tem um caderno onde tome nota das coisas! É uma briga direta” (31/08/1995) (grifo meu).

A coordenadora Zezé acha que o Regimento em vigor “tem que ser reavaliado” porque “na questão da avaliação/recuperação que estão relacionadas, às vezes, você tem dois meses para trabalhar um conteúdo, você vai avaliando o aluno e então o aluno necessita de um tempo para recuperar e você tem um mínimo de dias para dar essa recuperação para o aluno, e é *muito aluno em sala de aula* (...) e isso atrapalha o aluno com problema, como também atrapalha o adiantado” (07/08/1995) (grifo meu).

Os professores Raimunda e Gustavo não opinam porque “é a primeira vez que estou vendo” (Raimunda), porque “na verdade eu não conheço por inteiro...” (Gustavo). Os demais professores opinam que o Regimento Comum precisa ser “revisto”, ser “reformulado”, tem que ter alguns “reparos”, é “falho” e colocam que conceito, tipo de avaliação, recuperação, número de aluno por classe, normas disciplinares, Conselho de Classe e Série, precisam ser discutidos, revistos e repensados. Para o professor Agnaldo,

“o sistema de avaliação favorece demasiadamente a indisciplina porque o aluno não tem mais o porquê prestar atenção à aula porque ele sabe que tem recuperação, recuperação da recuperação e assim por diante” (02/08/1995).

O professor Agnaldo coloca ainda a questão da discussão do Conselho de Classe e Série porque da maneira que está sendo feita no momento de se avaliar o aluno,

“priorizam-se algumas disciplinas e menosprezam-se outras, por exemplo... eu dou aula de Inglês, eu não sou proibido, mas se tiver Inglês e uma outra disciplina para o

aluno ser dependente dela para ser reprovado, eles aprovam o Inglês, a Educação Artística. Ele até pode ser reprovado em Português e Matemática. Então, em determinadas disciplinas, ele não batalha, ele não trabalha. É comum eu ouvir do aluno: 'Ah! Eu não vou estudar não, sua matéria não reprova.' O aluno sabe que não reprova, ele sente que não reprova, então, ele vai estudar Matemática, Física, Química, mas Inglês, Educação Artística, História... (02/08/1995).

Por outro lado, a recuperação também é criticada. A professora Margarete (Biologia e Ciências) declara:

"Recuperação... faz a semana de recuperação, então, só uma semana tem cinco dias. Às vezes, naquela classe eu tenho duas aulas de Biologia - numa eu tenho que recuperar o bimestre, na outra eu tenho que fazer avaliação. Que recuperação é essa? Então, às vezes, você é levado a dar nota para o aluno porque você sabe que não recuperou o aluno. Mas não é culpa sua, é de quem? *Do Regimento*. Te (sic) deu aquilo, te (sic) deu uma semana para você recuperar o aluno. Você tem duas aulas com o aluno, como você vai recuperar o conteúdo de um bimestre? Então, para que recuperação? Entre aspas 'para passar o aluno', porque se você não passa um número de alunos você que não presta como professor, você que não está ensinando. Não é o aluno que não está aprendendo, que não está interessado. Então você é, sabe?... Perdeu essa referência da escola, perdeu essa referência do ensino e quem paga o pato é o professor" (02/08/1995) (grifo meu).

Para a professora Telma (C.B.), a recuperação do jeito que está sendo dada "não está recuperando aluno nenhum". Para ela,

"o professor tem conhecimento onde seu aluno está necessitando de uma atenção maior; então, que o próprio professor da classe tivesse um outro período em que ele desse atenção necessária a esses alunos. (...) Quando nós fizemos a opção pelo Ciclo Básico, a gente idealizou que a gente tivesse quatro horas de aula consecutivas com aluno e duas horas que a gente ficasse com aluno com problema de aprendizagem, mas aí colocaram Educação Física e Educação Artística e continuou os mesmos alunos que estavam fracos continuou (sic) fracos porque a gente não tem tempo e outra, a superlotação da sala de aula - trinta e cinco alunos é muito para uma professora dar conta. (...) Então, a gente não tem tempo e nem condições de trabalhar com mais afim, porque quando você tá dando atenção para aquele aluno que tá ali necessitando... que tá com deficiência de aprendizagem, aqueles outros que se tornam maioria, que estão se dando bem, eles tão lá 'Professora, eu quero lição, dá lição.' A gente fica baratinada dentro de uma sala de aula" (07/08/1995).

Pelos relatos, os estudos finais de recuperação parecem constituir-se numa promoção automática, em que a regra é empurrar, de qualquer maneira, o aluno para a etapa posterior. Esta recuperação final, de uma semana, é estéril. Como é possível, em duas aulas, recuperar a

matéria de um bimestre? Que recuperação é essa? Fica cristalino que a intenção não é fazer que o aluno aprenda, mas sim, empurrá-lo para frente a qualquer custo.

No *Tiradentes*, a direção diverge quanto ao atual Regimento Escolar, pois, enquanto a vice-diretora e a assistente de diretor declaram que o Regimento “está bom”, está “bem montado”, “vai de encontro com as suas expectativas”, então, “não tem que alterar nada”, a diretora afirma:

“Sinto que em muitas coisas ele está defasado, inclusive sobre os critérios de avaliação, apesar de não poder fugir da Lei Federal, mas nós achamos também que deveria ser repensado toda sistemática de avaliação, mesmo a parte de direitos e deveres, punições, tudo isso teria que ser repensado e adequado ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como aqui existe, porque depois do Estatuto não se repensou o Regimento. E com relação às competências de cada um, eu até acredito que ele seja bem claro... sobre funcionário, direção, parte administrativa, que cada um tem que fazer. O que a gente acha que teria que ser mais atualizado mesmo é a parte de direitos, de deveres dos alunos, dos professores. A linguagem dele é uma linguagem ultrapassada. Eu acredito que seja isso” (Eunice, 19/12/1995).

A servente Laís, embora conheça só a parte referente a sua função, declara que o Regimento Escolar atual está bom e não precisa ser modificado. A secretária Araci, coerente, diz, que “nem tenho opinião, porque é um assunto totalmente desconhecido para mim”.

Os coordenadores divergem. Luís (comunicação e expressão) entende que o Regimento é bom. “Agora essa aplicação é que eu não sei como é que faz, se está realmente sendo aplicado esse Regimento.” Os demais dizem que é de “1978”, um Regimento “antigo”, um Regimento “ultrapassado”, “arcaico”, “obsoleto”, “defasado”, então precisa ser retificado, revisto. Apontam que precisam ser revistos: a questão da avaliação, a questão do agrupamento, a questão da faixa etária dos alunos, a questão do aluno do noturno, a questão do modelo pedagógico que pede especialistas e as escolas não têm, a questão da grade curricular. “Não dá para aplicar na íntegra aquele Regimento que foi feito em um outro momento histórico do país.” (Fátima, coordenadora de ciências humanas)

O coordenador do noturno acha que “a Escola-Padrão deveria ter um Regimento específico” e a coordenadora de ciências compartilha da idéia de adequar o Regimento à realidade, especialmente no noturno. Observe-se que essas idéias são coerentes com a doutrina. A Escola-Padrão deveria ter seu regimento próprio, de acordo com a realidade que está expressa no Projeto Pedagógico.

Para Lucinda (PI), pelo fato de o Regimento ser muito antigo e a escola estar se modernizando, poderia ser revisto. A professora Máisa reclama da burocracia que atrapalha o trabalho do professor, porque “entrar na classe e dar aula é bom” mas na hora de preencher as papeletas com as menções fica cansativo e quando o aluno fica para recuperação é preciso fazer um plano de recuperação. “Ah! É tanto papel que tem que fazer, acaba sendo uma recuperação para a gente!” Para Máisa, se o Regimento ajuda em certas ocasiões, também atrapalha um pouco o seu trabalho. “Mas eu acho que tem que ter o Regimento senão como que vai trabalhar, né?”

Para Bibiana, mãe, o Regimento está meio ultrapassado.

A aluna Julieta, inicialmente, refere-se ao Código Disciplinar dizendo que está bom porque “não é um Regimento antigo, é aquilo que cada ano a gente vai mudando”, conforme as coisas acontecem na escola. Agora, sobre o Regimento Escolar ela não sabe dar opinião, porém ela sabe “assim que é dele que tira (sic) os pontos principais”.

A idéia que impera é que o Regimento Escolar em vigor, por ser antigo, está ultrapassado. O nó da questão está na avaliação, nas regras disciplinares e nos procedimentos de condução dos colegiados.

Os Regimentos Comuns das Escolas Estaduais de 1º Grau, de 2º Grau e de 1º e 2º Graus, aprovados pelos Pareceres CEE/SP nº 731/77, nº 1.136/77 e nº 390/78, respectivamente, são produtos do período da ditadura. Não foram elaborados pelas escolas, tampouco resultaram de consulta e de apreciação da comunidade escolar, mas foram impostos pela Secretaria de Educação, conforme foi visto na referência normativa. Vigoram há duas décadas.

3.3.1.8. Necessidade de novo Regimento e quem deve elaborá-lo

A direção (diretor e vice-diretoras) do *Cabral* declara que há necessidade de novo Regimento Escolar porque o Regimento é antigo, ultrapassado e a reformulação deve “começar de nós, os professores, diretores... aqui de baixo, quem trabalha com o aluno, e não com os lá de cima, de gabinete. Alguns técnicos, tudo bem, mas o mais, os que trabalham com o aluno” (Bruna). “A própria escola” (Adolfo, diretor).

“Cada escola deveria fazer o seu Regimento porque cada escola tem uma realidade, cada escola tem uma clientela, então tem normas que não servem para uma

determinada escola. Então, a escola deveria ter uma *autonomia maior*. O diretor, o professor, o aluno...” (Gabriela, 04/10/1995) (grifos meus).

Este pensamento da vice-diretora encontra sustentação na referência teórica apresentada, pois o Regimento Escolar, sendo um instrumento do Projeto Pedagógico da Escola deve refletir a realidade dela, mediante o exercício da autonomia que, como foi visto, se opõe à uniformização. Conforme Bordignon (1993), a escola precisa ser concebida como instância de articulação de projeto pedagógico partilhado pela direção, professores, alunos e comunidade. As regras da escola, definidas por um colegiado próprio, afastam a fraude do jogo democrático em que a definição de normas e projetos pedagógicos em instâncias centrais são feitas em nome da duvidosa teoria da competência. A questão da participação na construção de um trabalho coletivo é fundamental nas decisões.

Os funcionários também acham que a Escola necessita de novo Regimento “pelas mudanças todas aí, deve sair alguma coisa melhor, uma coisa mais do nosso tempo”. (Maria Ângela, secretária). Na elaboração do Regimento “deveria participar o *peçoal que vive dentro da escola* - diretores, assistentes, professores etc. - que *sabe os problemas* da escola, e não o peçoal de Gabinete. Quem tem que fazer é quem vive dentro da escola e não fora da escola” (Maria Ângela, secretária, 25/09/1995).

“Deveria formar um grupo de professores, funcionários e pais de alunos como alunos também porque deveria ser tipo um Conselho, mas um Conselho formado por pessoas de capacidade que fizesse um Regimento que desse mais autoridade para a direção da escola. Porque, hoje em dia, pelo que eu vejo, o diretor não tem mais autoridade para nada. O aluno vai para a diretoria e nada acontece. O aluno apronta, não estuda, enforca aula; tem aluno que vem na escola, fica o tempo todo no pátio, aí o diretor vai chamar a atenção e eles ainda acham ruim com o diretor” (Vânia, oficial de escola, 13/09/1995).

Vejamos o que os professores do *Cabral* dizem sobre a necessidade de um novo Regimento.

“Faz tempo! Faz muito tempo (que a escola está necessitando de um novo Regimento). Precisa ter uma nova escola e essa nova escola claro, como todo organismo social, precisa ter um *Regimento que seja extremamente democrático, com a participação de todo mundo*, não pode ser um instrumento de terror na mão de todo mundo. É preciso que todo mundo conheça para dizer que eles saibam os seus direitos e os seus deveres e qual a função de cada um ali dentro (da escola)” (Farid, professora, 10/10/1995).

“A escola em si, eu creio em parte que precisa de mudança, porque as regras da sociedade... tem mudado o comportamento e se nós pegarmos esse Regimento ele é de 71, 78. Então, ainda está dentro de um padrão ligado ao *regime autoritário* e agora com essa *história de democracia*, que nem sempre é respeitado democraticamente, é mais ainda os padrões conservadores do que democráticos. Então, tem muitas coisas que já mudaram” (Antonio, professor, 13/09/1995).

Sobre quem deve elaborar esse Regimento,

“sobretudo teria que passar primeiro pelas pessoas que estão diretamente ligadas ao assunto - *professores e funcionários*, e depois o refino na parte legal, legislativa, jurídica. (...) Então, teria que usar o Departamento Jurídico do Estado e aí tem muita parte que fica comprometida com o partido que está no Governo. Então, o próprio Departamento Jurídico poderia refinar esse Regimento para atender certas situações do próprio Secretário de Estado da Educação” (Antonio, professor, 13/09/1995).

Para a professora Lurdes (PI), o Governo deveria

“nomear uma equipe escolhida por pessoas de experiência no primário, no ginásio, em todos os setores porque não adianta nada o pessoal lá de cima fazer. Deve ter uma equipe a nível de escola e depois uma, a nível de Estado” (11/09/1995).

O segmento pais de aluno do Conselho de Escola do *Cabral* declara que na elaboração de um novo Regimento Escolar devem participar:

“coordenador pedagógico da escola, junto com os conselheiros de professores e pais, a direção e enfim todos participando, não só aquele grupinho fechado... ‘e nós já fizemos isso e vamos comunicar a vocês que este ano vai ser isso e assim’” (Gilda, mãe, 24/09/1995).

“um conjunto de pessoas, tanto da parte burocrática da Escola e da Secretaria de Educação, professores e também os pais de alunos e o aluno também, para que houvesse um consenso ali, cada um ver seus interesses, eu acho. Eu me referi ao pessoal da escola e da Secretaria também, sabe porque?... eles ficam muito em gabinetes. Então, precisariam sair a campo, para ver a problemática, não é?, porque quem geralmente faz esses regimentos são os que ficam em Gabinete, e eles não sentem o problema, não é? Então, eu acho que seria importante sim, tanto da cúpula mesmo” (Iracema, mãe, 23/09/1995).

“Tudo que disser respeito ao interesse público *não deve ser feito de cima para baixo* direcionado por um grupo de pessoas pretensamente sábia, conhecedoras do *supra-sumo da pedagogia* etc. e tal. Essa criação não pode ser fruto de Secretário de Educação, de Diretores de Divisão de Ensino, de Delegado de Ensino e de Direção de Escola. Deve até ser com eles todos e com a participação dos pais e dos alunos e dos funcionários, para que essa obra seja uma obra acabada além de pedagogia, uma obra que reflita os interesses da maioria da coletividade, porque só os pais, os alunos, os professores inclusive que são a maioria e que estão na sociedade mais envolvidas, ouvindo e vivenciando uma realidade, têm condição, juntamente com os técnicos da

educação, *juntos*, de elaborar um caminho, uma estrada que se adeque aos interesses gerais” (Guilherme, pai, 16/12/1995).

Para o segmento aluno do *Cabral*:

“Os alunos teriam que pelo menos *ter uma parte nisso*, eles teriam que estar a par *do que está acontecendo*, o que seria esse *Regimento*, porque se perguntar para qualquer um, ninguém vai saber, e reunião, pessoal do *Grêmio*, representante de classe, de escola... deveria ter pelo menos *uma assembléia* falando para todos os alunos o que está acontecendo na escola!” (Jeremias, aluno, 02/10/1995)

Como já foi relatado anteriormente, o Regimento Comum é da época da ditadura militar, onde o autoritarismo e o tecnicismo imperavam. Estamos em outra época, onde a democracia é defendida com unhas e dentes, por isso a defesa, pela professora Farid e pelo pai Guilherme, de um Regimento democrático, elaborado com a participação de toda comunidade escolar, não só de professores e funcionários, como defende o professor Antonio, mas de todos os segmentos da escola, inclusive, o do aluno. Não deve ser feito de cima para baixo.

Na *E.E.P.S.G. Romana*, a diretora Ana Maria defende que as Escolas de Ensino Fundamental e Médio estão precisando de um Regimento novo, para atender a nova clientela.

“A clientela atual não é a clientela de cinco, seis anos atrás. Esse Regimento é muito antigo. Eu gostaria que as autoridades competentes percebessem o fato da defasagem que existe entre a sociedade atual, para a época em que esse Regimento foi feito, então isso seria para aquela determinada época, agora não serve mais. Então, a gente gostaria que ele fosse mudado, ele está precisando ser mudado mesmo!” (31/08/1995)

Para Aparecida Cristina, vice-diretora,

“poderia haver mudança no sentido de colocar regras mais definidas, definir bem cada segmento da escola, o que tem que fazer, o que não tem que fazer, porque muitas vezes fica assim, nas entrelinhas, e não fica bem definido o papel de cada um” (01/08/1995).

A vice-diretora exemplifica:

“No período noturno, a gente tá sentindo muito assim um desinteresse do aluno. Após um intervalo tem uma evasão muito grande... eles vão embora mesmo, mesmo porque aqui a gente tem um muro que facilita a saída deles. O que acontece? Esse aluno falta... falta... falta... e *ele não pode ser punido*. No final do ano, pelo *Regimento*, ele tem direito à *compensação de ausência*, mas pelo fato de ele *ter se evadido todos os dias por não querer assistir às aulas e os professores estarem aí*, eu acho que nesse caso ele *não deveria ter o direito*. Se eu aplico aqui uma punição pro aluno, sem que essa punição tenha sido deliberada pelo Conselho de Escola, a minha punição não vale

nada, né? E, às vezes, o aluno comete faltas graves, mas eu não posso naquele momento, sabe?, tomar uma atitude, quem tem que tomar é o Conselho de Escola. Então, *é complicado também você ficar reunindo o Conselho de Escola todo dia*. Então, em determinadas coisas eu acho que a gente, assim, sabe, deveria ter um pouquinho mais de autonomia dentro da escola” (01/08/1995) (grifos meus).

Para a secretária Carmelita,

“quando você fala que necessita de um novo Regimento, você tem que saber o porquê. Você tem que parar, pensar, estudar o porquê, onde está a falha, onde pode melhorar e sinceramente eu não parei. Eu acho que a Escola Pública, de um modo geral, tem muitos aspectos que têm que ser revistos” (31/08/1995).

A coordenadora Zezé declara:

“Acho que o sistema influi muito na vida do dia-a-dia de todo mundo, na vida escolar, na nossa vida. E também, como influi no nosso trabalho na escola, porque eles prepararam o professor, dão curso de apoio técnico, orientações, mudanças no ensino, propostas novas, então tem que *rever o Regimento*, porque pode ter alguma coisa relacionada com o Regimento e com o seu plano de trabalho e com o Plano Escolar e seu Projeto Pedagógico” (07/08/1995).

Os professores advogam a necessidade de um novo Regimento apontando as “falhas”, os “reparos” citados no Regimento em vigor.

O professor Agnaldo proclama um novo Regimento porque:

“primeiro, *a imposição* do Regimento, porque o Regimento sai publicado no Diário Oficial como decreto lei. Isso não é discutido nunca com quem trabalha. (...) com meu maior respeito sobre um doutor, mas muita gente passa licenciado, vai para uma universidade, faz mestrado e doutorado e pós-graduação, sem sequer ter entrado em uma sala de aula. Aí, ele chega lá em cima, é escolhido Secretário da Educação e o ‘diabo a quatro’, e aí ele vai ditar regras para uma organização que ele não conhece. Esse é um grande problema, *a distância entre a pessoa que dita as regras e a realidade vivida* em uma escola de periferia etc.. (...) Vamos supor algumas coisas que você vai decretar.... a não obrigatoriedade do uso do uniforme no período noturno. Isso é um absurdo. A escola noturna de periferia precisa de uniforme não para uniformizar, não é socializar o uso, é para segurança do aluno, para identificar o aluno no meio do tumulto, identificar o aluno no pátio da escola, identificar o aluno ao redor da escola, é só para isso. Agora, o cara do Gabinete acha que é contra a Constituição você fazer o camarada usar uniforme e tal, mas ele não pensa que na periferia tem droga em volta da escola, que a polícia tem que ser chamada, tem invasão dentro da escola, tem briga, invasão de pessoa estranha. Então, aí, o uso do uniforme está sendo simplesmente um fator de segurança do aluno” (02/08/1995).

Para o professor Agnaldo “*quando reverter o processo, aí sim, vai ser um Regimento que vai ser a cara da Escola*” (02/08/1995) (grifo meu).

Sobre quem deveria elaborar o Regimento a diretora e a vice-diretora concordam que “não pode vir lá de cima”, tem que ter “a mão de todo mundo - professor, funcionário, direção, aluno, supervisor...”

“Tem que haver uma discussão, *a coisa tem que partir de baixo para cima*, não vir de cima para baixo, porque nós que estamos na escola - professores, funcionários e até os próprios alunos - nós sabemos das necessidades da escola. Então, eu acho que teria que ter uma ampla discussão, cada escola levantar como gostaria que fosse o Regimento, passasse a nível regional, depois a nível estadual e depois se fizesse o geral. Quer dizer, começar de baixo para cima, e não viesse pronto!” (Ana Maria, diretora, 31/08/1995)

De acordo com a referência teórica, o Regimento deve individualizar a escola, por isso não pode ser imposto de cima para baixo. Ele tem que estar adequado à realidade de cada escola e para isto, quem tem que elaborá-lo é a própria comunidade escolar que tem o seu Projeto Pedagógico e conhece a sua realidade. A diretora Ana Maria, porém, se refere a um regimento comum cuja origem é a base, isto é, as escolas da rede, e não os órgãos superiores, por isso sua defesa de que deve começar de baixo para cima e não vir pronto.

Para a coordenadora Zezé também, “todo pessoal docente, discente, corpo todo da escola, servente, merendeira” deveriam ser envolvidos. A Tereza, inspetora de aluno, coloca restrição na participação do aluno, porque na sua visão,

“eles querem mais liberdade e quanto mais liberdade eles têm, mais eles querem e não é coisa que vai resolver a situação da escola nem deles mesmo. Eles trabalham como se fosse (sic) uma panelinha, então, eles não trabalham para o bem de todos. Por isso eu acho que não resolve, por isso eu não concordo que aluno participe, não. Eu acho que o aluno que está ali para aprender... ele tem que estar de acordo com o Regimento da Escola, não tem que escolher o Regimento da Escola ou seja lá alguma lei que ele queira. Ele tem que aceitar aquilo lá” (01/08/1995).

A secretária Carmelita acredita que

“a Secretaria da Educação tem que ter um grupo de pessoas, envolvidos nesse grupo professores, diretores, supervisores... porque se for só o pessoal da Secretaria da Educação não está sabendo da necessidade de cada escola, de cada município, porque a teoria é uma coisa, a prática é bem diferente e às vezes o que funciona para nossa escola, não funciona para outra escola” (31/08/1995).

Os professores, assim como a direção, são a favor de que o Regimento Escolar seja elaborado pelos próprios membros da escola. “É o professor, aluno, funcionário, direção, aquele que tá, no dia-a-dia, vivendo esse problema”,

“por professor da ativa, nada de pegar o pessoal da Delegacia de Ensino, nada de pegar pessoal de DRHU, da UNICAMP, da UNESP, ninguém, quem tem que elaborar Regimento é professor e de preferência professor de periferia das grandes cidades, professor de fundo do Estado, do interior mesmo, onde os problemas são mais latentes, são problemas que estão mais presentes ali, porque o Regimento tem que vir de encontro a resolução desses problemas.”

“Então, tem que ser o pessoal de baixo, não o pessoal de cima” (Telma, Agnaldo, Margarete, Gustavo, 1995).

Para o pai Ribeiro, o pessoal da Escola, por intermédio do Conselho de Escola, é que deveria definir em conjunto esse Regimento porque “a necessidade da ‘Romana’ pode ser totalmente diferente de outra escola”. Já, o senhor Antonio acha que a

“Secretaria da Educação podia repassar para as escolas assim uma base e não como já vinha um projeto já aprovado, podia vir como uma sugestão para as escolas e nas escolas deveria ser discutido, perante o Conselho de Escola (...) Eu acho que por isso que existe a diretora da escola, o Conselho de Escola... para ser discutido para depois ser aprovado” (04/08/1995).

Os alunos também opinam que quem deve elaborar o Regimento Escolar são “os professores, os pais, os alunos, os funcionários da Escola”, “o Conselho de Escola, a parte geral do Conselho todo, o aluno, o pai, o professor” (Edson, Danilo, Gilson).

A diretora do *Tiradentes*, Eunice, como o Regimento data de 77/78 e a Escola está há vinte anos dentro desse Regimento e como já existem muitos ensaios e as escolas particulares têm Regimento diferente das Estaduais, mas ninguém arriscou até hoje a montar um Regimento, acha que “ninguém até hoje percebeu a capacidade, a autonomia, a competência do Conselho de Escola de poder estar elaborando uma proposta de Regimento para o Conselho Estadual aprovar”. Em seguida, ela conclui que por isso estão reclamando desse Regimento que é ultrapassado e que não está mais adequado ao nosso tempo mas que *o pessoal fica esperando que venha lá de cima*.

“É até uma incoerência. *Nós falamos tanto em autonomia e nós não tivemos a coragem de usar essa autonomia para elaborar um Regimento próprio*, apesar de ter algumas limitações que são muito complexas, precisaria estar bem por dentro da legislação da educação, porque envolve direitos de todos, né? Então teríamos que ter uma comissão bem equipada para estar enfrentando uma *ousadia dessa, que seria ousar, porque fazer um outro Regimento seria uma ousadia de alguém que queira pensar*” (Eunice, diretora, 19/12/1995) (grifos meus).

A questão da centralização e descentralização do poder central é um tema que persiste não só na história da educação brasileira mas também em toda a vida institucional brasileira. Transparece o forte desejo de se conseguir maiores níveis de descentralização. De acordo com Zabot (1986), na sociedade autoritária, o Regimento nada mais é do que um instrumento de preservação dos princípios rígidos e centralizadores do poder. Na sociedade democrática deve expressar os princípios de participação livre e consciente. Por isso, é certo que a autonomia é indispensável à escola a fim de que ela crie sua identidade e defina seus caminhos, por decisão própria, para não ficar atrelada a decisões que não são necessariamente as suas. De acordo com Viard (1981), (*apud* Marques, 1983, p.85), “Enquanto continuar cabendo ao Estado a liderança da formulação de idéias e conceito, (...) pecará pela base qualquer tentativa de ampliar a autonomia da sociedade civil e das instituições que a compõem.” A saída dessa situação é por meio do conhecimento, da compreensão de que somos produtos e agentes de nossa sociedade, pois “a situação de dependência somente poderá ser superada pela obtenção de identidade, segurança e determinações próprias, tanto individuais como coletivas” (Berger, 1977, p.135). Nesse sentido, somente pela ousadia, sim, para fazer um outro Regimento, mas ousadia fundamentada no conhecimento, ousadia cultivada no pensamento crítico, é que se poderá superar essa dependência, para não continuar como vítima de modelos idealistas. Ousadia de alguém que queira pensar, sim, como declara a diretora. É preciso ousar, mais e sempre, com determinações próprias.

De um lado, os coordenadores Ênio, Érica, Merle, Fátima afirmam categoricamente que não só o *Tiradentes* está precisando de um novo Regimento mas o Estado inteiro. O coordenador Ênio acha que tem que haver um movimento da Escola-Padrão assim como de todas as escolas para que esse Regimento seja repensado. “Ou o Estado se proponha a um grande movimento ou que as escolas se proponham a fazer esse movimento”. Com a mudança de Governo, no próximo ano, Ênio prevê que

“as escolas sejam niveladas (...) e ter um Regimento Único ou se seria uma alternativa um Regimento Único, mas com possibilidade de cada escola criar um Regimento norteado pelo Regimento Único, mas que... *eu entendo que cada escola é uma escola, cada bairro é uma comunidade, cada comunidade pensa diferente, então, eu não sei até que ponto um Regimento Comum atingiria ou serviria para todas as escolas.* Ou se dentro desse Regimento Comum ele fosse um norteador para que cada escola pegasse uma parte dele, mas que também tivesse autonomia para ter o seu Regimento” (Ênio, coordenador, 19/09/1995) (grifos meus).

A Secretaria deveria determinar a coluna dorsal e cada escola, como as escolas particulares, deveria ter o seu Regimento, aí sim, uma descentralização... a sua proposta educacional de acordo com as necessidades de cada bairro, de cada região ou sub-região” (Fátima, coordenadora, 09/08/1995) (grifos meus).

Se o Projeto Pedagógico, eixo orientador de todas as atividades que se realizam em uma escola, deve ser elaborado com base na sua realidade concreta atual, e o Regimento é o servidor do Projeto, na medida em que regula de forma prática e operativa o seu funcionamento, o Regimento também deve refletir a individualidade da escola. Daí, a conclusão do coordenador Ênio “então, eu não sei até que ponto um Regimento Comum serviria para todas as escolas”. O coordenador Ênio fala da possibilidade do Regimento Comum ser tomado como um norteador e a escola elaborar o seu próprio. A coordenadora Fátima sugere, na realidade, um Regimento Básico onde a Secretaria proporia a coluna dorsal e a partir daí cada escola elaboraria o seu.

Por outro lado, o coordenador Luís é o único que acha que não há necessidade de um novo Regimento. Para ele a questão está na “aplicação mais correta desse Regimento na Escola”. Como o coordenador não respondeu se conhece o Regimento Escolar, talvez, por isso, essa sua opinião, não necessidade de um novo Regimento.

A professora Lucinda não vê necessidade de um novo Regimento, no momento. Seria porque ela desconhece o Regimento, como ela declarou? A Maísa, que reconhece o Regimento como ultrapassado, diz que não sabe se tem competência para responder. A professora Clarinda (PI) acredita que a Escola está precisando de um novo Regimento. Para essa reformulação precisaria estudar de novo, precisaria se reunir, porque

“a gente já está com outra cabeça depois de tanto curso que a gente fez de História, a gente se abriu mais, está com outra visão das coisas. Então, a gente precisava de novo sentar e estudar isso daí e ver o que realmente a gente precisava “tomar pé” nisso daí. Mas eu sinto assim... que a categoria é muito fraca para fazer isso, eles não se interessam” (Clarinda, professora, 21/08/1995) (grifo meu).

E os professores não se interessam porque há

“uma imaturidade profissional. Falta de competência, assim política, sabe? Falta falar assim: ‘de que lado eu estou?’ ‘De que lado eu sou?’ ‘Quem eu sou?’ ‘Porque que eu faço isso?’ ‘Por que eu tenho que fazer aquilo?’ então, eu acho que é uma falta de amadurecimento profissional” (Clarinda, PI, 21/08/1995).

A professora Clarinda aponta uma questão importantíssima: o compromisso do profissional. Comprometer é introduzir-se publicamente diante de e ao mesmo tempo com a coletividade. Compromisso é o gesto pelo qual se assume a obrigação solene de realizar um acordo, de ser expressão de uma tarefa pública. Profissional significa aquele que declara publicamente, aquele que descobre, aquele que ensina publicamente. É aquele que reconhece publicamente uma competência (Cury, 1985). Para isso, é preciso que o professor adquira conhecimento, o saber, o pensamento crítico. A professora demonstra no depoimento que, depois de ter feito cursos, inclusive o de História, está com outra cabeça, isto é, com outra visão do mundo. É preciso conhecer o que existe, no caso o Regimento em vigor, estudando, analisando, e a partir daí realizar modificações, com tomadas de decisão, refletidas e assumidas.

A mãe Bibiana acha que “com esse negócio das crianças que têm todo direito do menor, a escola precisa de um novo Regimento”.

A aluna Julieta acha que se deve alterar o Regimento mas

“isso partindo de Secretaria da Educação, de Ministério. Vir lá de cima, mas não de coisas que eles impõem, e sim caminho, *abertura de caminhos para que as escolas possam mexer neles para deixar cada uma de acordo com a escola*, porque uma escola pequena não vai ter necessidade de um regulamento daquele cheio de coisa. Agora, uma escola como o ‘Tiradentes’, que é uma escola grande com quase dois mil alunos, merece mais atenção em relação ao Regimento” (05/09/1995) (grifo meu).

Como se vê, a aluna está propondo que haja uma linha dorsal proposta pela Secretaria e a partir daí cada escola elaborar o seu Regimento.

Sobre quem deve elaborar esse novo Regimento, na *E.E.P.S.G Tiradentes*, enquanto a assistente de diretor Duda declara que não sabe quem deve elaborar um novo Regimento, a vice-diretora diz que o Conselho de Escola com a direção teria condições. A diretora Eunice acredita que deveria ser formado um *grupo de estudo*, até com advogados, porque está em jogo não só a legislação da educação mas também a Constituição e as resoluções envolvendo *professor e aluno*. Acha que todos deveriam estar discutindo e dando sugestões para uma comissão, que poderia ser por região ou por Delegacia. Essa comissão ouviria, então, as opiniões dos professores, dos alunos, dos pais, da direção, de toda comunidade, que estão, no dia-a-dia, enfrentando os problemas mais graves, e essa comissão elaboraria uma sugestão que seria enviada a uma *comissão maior, âmbito estadual*, que, por sua vez, analisaria as sugestões e daí sairia um novo Regimento. A diretora acrescenta ainda, que esse Regimento deve dar

abertura para a Escola com relação aos aspectos específicos dela ou mais próprios à sua clientela.

A diretora, pelo depoimento, é adepta do Regimento Básico, que seria feito por comissões regionais que ouviriam a base e encaminhariam a uma comissão de âmbito estadual que analisaria as diversas sugestões e elaboraria o Regimento que, depois, a escola poderia adequar à sua realidade. Esse procedimento vai contra o que foi apresentado na referência teórica. Cada escola deve ter o seu Regimento próprio, baseado no seu Projeto Pedagógico, construído pelo coletivo da escola.

Enquanto para a secretária Araci, o Regimento deveria ser elaborado por um conjunto de especialistas, o professor, o coordenador que estão voltados para o ensino público e que estão mais inteirados do assunto na parte pedagógica, para a servente Laís teria que ser a diretora.

Em relação aos coordenadores do *Tiradentes*, a Claudete (CIC) reflete que os professores é que estão na ponta da corda, então eles é que deveriam fazer o rascunho do Regimento e depois procurar uma pessoa que entenda de leis para fazer o finalmente do Regimento. Para Luís (comunicação e expressão) seria o corpo docente e o discente, incluindo o *Conselho de Escola*. Érica (ensino fundamental) quer que todo pessoal que se utiliza do Regimento elabore - funcionário, professor, direção. Para Merle (Ciências) seria o conjunto de professores, diretor, assistente, vice-diretor, professores coordenadores e passar pelo Conselho de Escola. Ênio (coordenador do noturno) quer a participação de pais, dos alunos, de funcionários, dos professores, da direção, enfim, de todos, na elaboração do Regimento porque “a escola é um todo” e para que amanhã ninguém fale “Eu não participei e não tenho conhecimento do que foi feito”. Ele acha que “é dentro desta linha só... que nós vamos conseguir alguma coisa para que se possa trabalhar consciente e com responsabilidade”. Fátima (ciências humanas), além do norte determinado pela Secretaria de Educação que precisa amarrar algumas coisas em nível de Estado, a própria escola elaboraria. O grupo de administradores, alguns professores e representantes de pais e mestres poderiam estar elaborando uma proposta de Regimento para cada escola, de acordo com as suas necessidades, com suas características, com seus recursos.

Para as professoras, o Regimento deve ser um trabalho conjunto de direção, professores, pais e funcionários para decidir o que realmente tem que constar nele e passar pelo

Conselho de Escola (Clarinda) e depois os entendidos das leis redigir tecnicamente esse Regimento (Maísa). Para as professoras, é a escola quem deve elaborar e não vir da Secretaria de Educação. É ilustrativa a comparação que a professora Maísa (Matemática) faz com a implantação da Escola-Padrão.

“Acho que as coisas estão vindo assim para a gente: ‘Não, de hoje em diante é assim!’ Aí, de repente, a gente fica igual como nós ficamos quando entrou a Escola-Padrão. Foi, principalmente aqui no ‘Tiradentes’ que foi a primeira escola da cidade, a Escola-Padrão foi imposta mesmo. Depois teve reunião nas outras para ver se queriam ou não (ser Escola-Padrão), aqui não! ‘Agora é Padrão’ e a gente estávamos (sic) tão assustados que nós pensamos que vinham professores de São Paulo dar aula aqui, que a gente seria tipo mandado embora e para outra escola. Nós ficamos, todos, com medo, aqui, sabe? Depois, aí que a gente foi sabendo como que é direitinho, mas mesmo assim foi um alvoroço” (23/08/1995).

Os coordenadores Ênio e Fátima e as professoras, ao enfatizarem que o Regimento deve ser elaborado pela comunidade escolar, estão se referindo a uma das condições do processo de elaboração do Regimento - a legitimidade que é o fundamento do exercício do poder -, como foi visto na referência teórica. A legitimidade só surgirá da participação consciente de toda a comunidade escolar. O Regimento sendo o resultado de um processo em que o conjunto da comunidade escolar participe - diretor, coordenador, professor, funcionário, alunos e pais - será assumido coletivamente e incorporado à ação de cada elemento envolvido com o processo educativo. Fátima assinala a importância de uma proposta de regimento para cada escola, de acordo com suas necessidades, com suas características, com seus recursos. Por isso, o regimento deve ser conquistado e não outorgado.

No *Tiradentes*, a opinião dos pais está dividida. Para Ruiz e Ferreira seria a própria escola que elaboraria o Regimento, sendo que para o primeiro, o corpo docente com a colaboração do Conselho de Escola e para o segundo, a diretora com o Conselho de Escola. Para Bibiana seriam os “superiores, as pessoas que têm uma idéia mais elevada, tipo governador, vice-governador, vereadores, até mesmo os vereadores e o prefeito”.

A maioria dos alunos acha que o Regimento deve ser elaborado pelo Conselho de Escola, com pais, professores, diretores e alunos (Lili, Rogério, Vanda) porque cada um tem uma visão diferente da Escola, da disciplina e da dificuldade de fazer as coisas e expor problemas e soluções (Rogério). Já para Julieta, tem que

“vir lá de cima, mas não como uma imposição do Governo, no qual você vai ter que seguir e todas as escolas vão ter que seguir. Tem que vir com abertura (...) para cada

escola com suas particularidades. Mas, a base, a estrutura do Regimento, eu acho que tem que vir do Ministério da Educação!” (05/09/1995) (grifo meu)

Sobre a necessidade de novo Regimento há concordância quase que unânime, com algumas exceções, e sobre quem deve elaborá-lo, para a maioria, é a própria comunidade escolar, com exceção de alguns que nominam segmentos (só professor, só diretor). A idéia que impera é não vir pronto de cima para baixo, isto é, de poder autoritário e centralizador e não ser de mando e submissão, mas a de autor de si, daquele que é dono de sua própria vida, daquele que elabora a própria regra e não ser apenas o cumpridor de regras.

3.3.1.9. Conteúdo do Regimento Escolar

Para o diretor do *Cabral*, o Regimento Escolar deve conter a parte administrativa e pedagógica. A vice-diretora, Bruna, por outro lado, não sabe, ao passo que para Gabriela, “além das normas que regem a escola, ele deveria conter também as normas pedagógicas, objetivo da escola”.

Para a coordenadora Edileuza, o Regimento existente “é bem completo, tem tudo que a gente necessita” (03/08/1995).

A secretária de escola, Maria Ângela, considera que o regime disciplinar sempre vai ter dentro de uma escola, mas o mais importante seria a parte dos Recursos Humanos que é o que mais teria que pesar dentro da educação. “Os professores teriam que ser mais orientados, porque eu acho que saindo essa leva de professores antigos, vai ser difícil você pegar alguém que dê uma continuidade.”

Vânia, oficial de escola, coloca como itens do Regimento, a parte do comportamento do aluno, a parte do funcionário, do professor, a parte material. Por conta da violência, acha que “deveria haver um guarda, um policial dentro do pátio da escola, para segurança dos alunos e também daria um certo ar de segurança para os alunos” (13/09/1995).

Para o professor Antonio, “todos os tópicos ali (referindo-se ao Regimento Escolar em vigor) são suficientes. O problema está na questão de colocar esse Regimento na prática.” Para a professora Farid,

“não poderia faltar nesse Regimento o papel da Escola, o papel de cada pessoa dentro da escola, qual é a função de cada um dentro da escola e as diretrizes básicas do que aquilo serve para a sociedade, para nortear o trabalho. Eu acho que não precisa ter muita coisa que as pessoas se percam, poucas coisas mas que as pessoas conseguissem

se ver ali dentro, se localizar e funcionar como ser humano, pensar no outro, no seu bem, na promoção humana, no bem da comunidade” (10/10/1995).

Para a mãe Iracema, deveria pensar nos componentes curriculares, de uma forma objetiva e precisa, pensando realmente no aluno. Os direitos e deveres de cada segmento existente na escola - do diretor, do assistente, dos funcionários em geral, dos alunos, dos professores, não poderiam faltar. Para o pai Guilherme, a questão da disciplina é um ponto importante; o mínimo da pedagogia a ser implementada na escola e pela escola; o mínimo do relacionamento que a escola pública tem que ter com a sociedade e a comunidade.

A opinião da aluna Margarida sobre o conteúdo do Regimento Escolar é que “deveria ter um currículo melhor e que houvesse uma liberdade nem tanto como os alunos estão tendo agora e que a direção atuasse mais com os alunos” e o motivo “é porque atualmente não tem ninguém ligando para o estudo mais, então acho que o Regimento Escolar deveria mudar. Eu sei que não é fácil mudar, mas é possível.”

A respeito do conteúdo do Regimento Escolar, para Ana Maria, diretora da *Romana*, “tem que ter mesmo a organização, como a escola tem que ser organizada, as entidades de apoio que a escola tem, bem definida sua função para que não haja dúvidas”. Cita o caso da A.P.M. e do Conselho de Escola. “Qual é o grau de autonomia que o Conselho de Escola realmente tem. Quando uma decisão é tomada pelo Conselho de Escola até que ponto é aceita lá fora, no juiz, até que ponto!” porque “o Conselho de Escola decide mas quem executa é o diretor” porém “se ele não quiser ele não executa o que o Conselho deliberou”, por isso Ana Maria defende que seja

“bem estabelecida qual é a margem de autonomia de cada pessoa, qual a sua função, quais são os seus direitos, quais são os seus deveres e também o direito e deveres dos alunos e professores bem definidos, porque atualmente a gente está muito preocupada com os direitos, mas os deveres a gente deixa um pouquinho de lado”.

Além disso, a diretora quer “bem definidas as penalidades que podem ser aplicadas e quem aplica essas penalidades e que elas sejam mesmo aplicadas porque tem muita coisa que fica no papel e a gente não executa”.

Aparece, na fala da Ana Maria, a fragilidade da execução do que o Conselho de Escola decidiu. A diretora mesma, em uma ocasião, não executou o decidido na Reunião Extraordinária do Conselho de Escola, de 15/03/1994, sobre o caderno de comportamento e a

consulta aos professores da casa. (ver 3.1.2.6.3. p.191-2) Daí, a importância dos membros do Conselho de Escola conhecerem e terem a legislação sobre o Conselho de Escola, para poderem fazer cobranças e exigirem o cumprimento das decisões.

Para a vice-diretora Aparecida Cristina, o Regimento Escolar deve conter normas que dão “caminho pra você fazer a escola funcionar, mas fazer a escola funcionar de uma forma melhor do que ela está funcionando. (...) Tudo é importante... a administração, o pedagógico e a parte do aluno também” (01/08/1995).

A secretária Carmelita, após comentar que o Regimento geralmente trata dos direitos e deveres do aluno, do professor, do diretor, do funcionário, declara que não sabe falar sobre a sua opinião.

Zeze, coordenadora, aponta a questão do prédio escolar, condição física e material, para se trabalhar dentro de uma escola, o relacionamento do pessoal que vai se envolver dentro da escola, colocando a questão fundamental da função de cada um, como conteúdos do Regimento Escolar.

A professora Margarete, numa explosão, dispara:

“Pra início de conversa, o Governo tá querendo jogar tanta coisa na escola. ‘Ah! Eu mando um dinheiro para vocês, vocês resolvem’, então deixa o Regimento Escolar na mão da escola para ver se ela funciona, porque não adianta deixar aquela verba pequeninha lá para a limpeza etc., porque o restante não está funcionando. Então, o que que não funciona na escola? Não funciona avaliação, não funciona as normas disciplinares. Você pode mudar quanto quiser, não funciona, porque? Não é aqui embaixo que está errado, começa lá em cima. Então, você tem que mudar a avaliação, tem que mudar as normas disciplinares, tem que mudar número de alunos em uma sala de aula, você tem que mudar direção, você tem que mudar tudo aqui na escola, certo? Você tem que mudar tudo, porque? Porque cada setor dentro da escola tem uma função diferente, um objetivo diferente, embora estejam trabalhando em função da educação (...) O governo sabe que com esse Regimento a escola não funciona e não funcionar, para ele é melhor, porque desde que não funcione, ele não tem responsabilidade de pagar bem o profissional. Embora o profissional quer (sic) trabalhar bem e procura (sic) trabalhar bem” (02/08/1995).

O professor Gustavo não sabe dizer o que o Regimento deveria conter.

Os pais colocam a “disciplina tanto da parte da escola em relação ao aluno e vice-versa” como item essencial do Regimento. (Antonio, Ribeiro). O senhor Antonio lamenta: “O que eu sinto é isso... que *falta mais um diálogo*, mas é difícil, né? Precisa conscientizar os pais para a

necessidade disso e ser discutido entre os pais.” Já os alunos apontam “os direitos e os deveres de cada um lá na Escola” (Edson) (grifo meu).

Para a diretora do *Tiradentes*, devem fazer parte do Regimento Escolar as funções do pessoal da escola, as competências de cada um, seus limites, infrações, os direitos e deveres do aluno, os direitos e deveres do pessoal, da avaliação do aluno, da frequência do aluno. “Acredito que tudo que exista no Regimento hoje deva continuar existindo!” (Eunice, diretora)

As coordenadoras Érica e Merle apontam como essenciais os direitos e deveres de cada um para serem levados com seriedade e responsabilidade. O coordenador Luís não se manifestou a respeito. A Claudete opina que o Regimento deve ter regras para que cada um se organize na sua função, especialmente, o aluno. Os coordenadores Ênio e Fátima abordam o assunto de um outro prisma. Para Ênio, o aluno tem que começar a ter liberdade de tomar suas decisões, que devem ser acompanhadas de orientação, para que ele possa assumir a escola. Ainda, segundo Ênio, o aluno só vai ter responsabilidade a partir do momento em que “ele sabe que precisa da escola, a escola é para ele e porque ele precisa”. Exemplifica com o aluno do período noturno que tem que ficar das 19h às 22h 30min, dentro da escola. O coordenador não sabe se o Estado ou se as escolas deveriam pensar em tornar flexível essa situação de rigidez do aluno dentro da escola. Às vezes, o aluno vai para a escola, está indisposto, assiste três aulas e quer ir embora. Ênio acha que o aluno deve ter a liberdade: “ele tem que saber que ele está indo embora mas que a responsabilidade é dele e que ele tem que saber que aquela aula de Física, Química ou Matemática ou qualquer aula que está perdendo, todas são importantes.” Para o coordenador, o aluno tem que estar consciente que ele está perdendo essa aula e tem que assumir aquela responsabilidade. Para Ênio, no Regimento, essa parte que ele considera importante, não deveria faltar. O coordenador declara: “Eu não sei até que ponto essa questão de suspender o aluno funciona até os dias de hoje.” Para ele é um meio que a escola tem de punir mas acha que os alunos têm que ser trabalhados no sentido da responsabilidade porque “nós não vamos conseguir mudar esse Regimento do que está aí.” Enfatiza que o Regimento tem que ter a participação de todos e ser repensado, repensado mesmo.

A coordenadora Fátima, por sua vez, coloca que deveria *ter mais a ação coletiva*. É preciso sair do individualismo e estar mais realmente aberto à comunidade e a comunidade estar assumindo o “Tiradentes”. Cita a questão da conservação e preservação da escola como um

problema resultante do fato de que os alunos do “Tiradentes” provêm de mais de cento e trinta bairros da cidade. Em determinadas salas de aula, os alunos fazem um esforço muito grande para se tolerarem. Os alunos não se apegam, nem se identificam com aquele patrimônio. Ela acredita que se fossem atendidos em escolas menores, nos bairros, em que a própria comunidade estivesse cuidando, zelando por esse patrimônio, os resultados seriam até melhores e mesmo os alunos estariam mais próximos e participando muito mais do trabalho conjunto, coletivo.

A coordenadora Fátima no seu depoimento está abordando a dimensão democrática do colegiado. Porém, o trabalho coletivo não é tarefa simples, como foi visto na referência teórica. A humanidade, durante séculos, acostumou-se a formas de vida individualista. Entre nós, vigora também uma tradição técnico-burocrática em que fomos habituados a receber tudo pronto, por isso não temos práticas de discussão coletiva permanente. De acordo com Azanha (1991), a população servida pela escola é, muitas vezes, uma mera aglomeração humana circunstancialmente confinada num espaço comum, não constituindo comunidade, no sentido antropológico, que envolve referência a sentimentos, atitudes, valores, comportamentos etc.. Para sair dessa situação, é necessária a participação consciente para criar vínculos entre indivíduos autônomos, para tomar decisões a respeito da vida coletiva. Daí, a importância dos dirigentes da escola aceitarem e estimularem práticas conscientes de participação comunitária, para que fiquem incorporadas, em cada pessoa, para constituir uma comunidade e não um mero agrupamento.

Sobre o tamanho da Escola, uma das negações apresentadas por Silva Júnior (1993) ao tratar da peculiaridade da escola pública, como local de trabalho não padronizado, Fátima que tem vinte e cinco anos de magistério (PI, PIII, diretora de escola e assistente técnico de ensino médio) menciona que “nunca teve esse tipo de discussão”. Para ela, tanto a escola muito pequena como a muito grande têm problemas. A escola muito pequena tende a desanimar. A escola muito grande tem problemas demais que acabam absorvendo o diretor que só fica resolvendo problemas de alunos, de pais de aluno, de indisciplina, e o aspecto pedagógico vai para o segundo plano. O ideal seriam escolas de ensino fundamental e médio completas, uma escola média, onde se poderiam conhecer aluno, pai de aluno, os próprios professores e funcionários. O trabalho de todos seria mais tranquilo, cada um nas suas diferentes funções mas não perdendo de vista a importância desse conjunto. Assim, para Fátima, o tamanho da escola

deveria ser uma questão a ser levantada, discutida, com quem de direito, nos diferentes níveis: ensino fundamental e médio, as universidades e Secretaria de Educação para ser repensado.

Para as professoras do *Tiradentes*, o Regimento tem que trazer bem estabelecidos os direitos e os deveres do professor, do aluno, do funcionário, da administração bem como tratar de todas as atividades (avaliação, recuperação, reposição de aula, compensação de ausência, currículo).

Os pais colocam como ponto crucial a questão da disciplina, porque “tem alunos que são demais... então eles deveriam ser punidos sim porque tem aluno que faz o professor de palhaço” (Bibiana, mãe). “Tem que ter regra bem clara porque, muitas vezes, um ou dois alunos terríveis atrapalham a classe inteira” (Ferreira, pai).

Alguns alunos não têm idéia do que o Regimento poderia abarcar. Julieta declara que o Regimento “tem que falar de tudo porque é para a escola”. E cita: diretoria, A.P.M., Conselho de Escola, secretaria, e normas para alunos, professores, diretores. Lídia aponta: matrícula, horário, boletim, secretaria...

De modo geral, os direitos e deveres são citados por todos os segmentos como conteúdo do Regimento; a questão disciplinar é apontada sobretudo pelos pais e funcionários; os recursos materiais que constam do esquema de Vidal, Cárave e Florencio (1992, p.295) são lembrados pela coordenadora Zezé e oficial de Escola Vânia.

3.3.1.10. Influência do Regimento Escolar na organização do trabalho da escola

À indagação se o Regimento Escolar pode ser considerado instrumento fundamental no processo de organização do trabalho na Escola Pública, o diretor Adolfo da *E.E.P.S.G. Cabral* admite que sim, desde que reformado. Para a vice-diretora Bruna, pode ser considerado

“porque a gente segue aqueles itens, né! Mas é aquilo lá, ele norteia o trabalho da escola, a gente faz tudo em função dele, porque não existe outro jeito, mesmo para você suspender um aluno, tudo é na base do Regimento, não existe outro jeito!” (08/1995)

Para a vice-diretora Gabriela, a escola é regida pelos recursos humanos;

“nós dependemos diretamente do professor - a qualidade de um professor é tudo em uma escola, a escola até vai sem direção, não precisa ter diretor, vice-diretor nada... se você tem um professor bom, você tem um alunado bom porque ele acaba se

interessando mesmo e material... e nós temos aqui no 'Cabral' um material didático farto e se não se usa é porque não quer" (04/10/1995.)

Sobre a última parte da fala da Gabriela, que a escola possui "material didático farto e se não se usa é porque não quer", os depoimentos revelam que o acesso a ele é difícil porque "quando tem as coisas na Escola funciona assim... tudo fica na sala do diretor...Se às vezes você vai usar, não pode, a chave não está" (Lurdes, professora, 11/09/1995).

"O Regimento é essencial, sem ele a gente não pode trabalhar. Ele é tudo, ele é o nosso diário" (Edileuza, coordenadora, 03/08/1995).

"Eu acho que sim, porque é como se fosse uma indústria, se a indústria não tem uma base ela não funciona e o Regimento é a base da Escola" (Vânia, oficial de escola, 13/09/1995).

A professora Lurdes não acha que o Regimento seja tão fundamental. Para ela, "o Regimento é importante e não fundamental porque com ele ou sem ele o negócio caminha". O professor Antonio opina:

"não cem por cento, poderia ter coisas aí que não vão funcionar, o Regimento deixa a desejar, porque tem muitas coisas que você tem que fugir do Regimento. Então, você em certas vezes tem que pensar como o Getúlio - 'Lei, ora lei, para que serve?'-, então tem todo esse lado da coisa. E tem outras vezes que você tem que se agarrar ao Regimento que é o único instrumento que pode te dar um respaldo em certas diretrizes" (13/09/1995).

Merece atenção a fala do professor Antonio. Quando diz que "poderia ter coisas aí que não vão funcionar" é porque o Regimento Comum feito idealmente, mais baseado na normatização e diretrizes do sistema de ensino, do que na realidade concreta da escola, não funciona mesmo, isto, não encontra eco. Por isso, "o Regimento deixa a desejar porque tem muitas coisas que você tem que fugir do Regimento". O Regimento Escolar, para ser útil, precisa ser feito em cima do Projeto Pedagógico da escola. Como está, isto é, o Regimento Comum feito idealmente, não baseado na realidade concreta da escola, produz distorções, fazendo com que as pessoas se afastem dele...

Para Iracema, mãe, o Regimento é um instrumento fundamental na Escola Pública porque "afeta diretamente a tudo, porque é uma norma, uma diretriz que a escola, os alunos, os pais, todos os componentes ali da comunidade e da escola têm que seguir".

Para a aluna Margarida, o Regimento é fundamental porque “a base da escola é o Regimento. Se não tiver um Regimento, você vai seguir o quê? Vai virar uma bagunça se não houver um Regimento.”

O pessoal da escola sabe, embora intuitivamente, que Regimento é um conjunto de normas que regulam a vida da escola para evitar que as perspectivas subjetivistas choquem com as metas institucionais.

Na *E.E.P.S.G. Romana*, para a vice-diretora Aparecida Cristina, o Regimento Escolar é um instrumento fundamental na organização do trabalho na Escola Pública porque “exerce influência em todos os aspectos”. Ela declara que durante todo o tempo que trabalha na Escola Pública, o que sempre viu é ela sempre trabalhar de acordo com o Regimento.

Para a coordenadora Zezé, “o Regimento Escolar é fundamental porque ele é o norteador” embora ela ressalve que trabalha mais “em cima da proposta pedagógica”.

Os professores afirmam que o Regimento Escolar é fundamental no processo de organização do trabalho na escola. Para o professor Gustavo, “...tudo gira em torno de uma ordem única para todos. Um Regimento, tendo todos seguindo, vai dar tudo certo.” “É fundamental porque o bom andamento da escola vai depender do cumprimento dele” (Telma, professora). Já para a professora Margarete,

“desde que seja bem elaborado pode e deve ser considerado fundamental, porque ninguém trabalha sem um Regimento. Todo trabalho requer Regimento, mas desde que seja feito por pessoas que conheçam de cadeia o trabalho que tem que ser feito e sabe o que funciona e o que não funciona” (02/08/1995).

O professor Agnaldo acha que deve ser considerado instrumento fundamental “desde que seja algo construído dentro da própria escola”, porque ele se nega a cumprir um Regimento feito em Gabinete, porém o professor emenda logo a seguir:

“Agora eu me nego entre aspas, porque eu acabo tendo que cumprir porque eu tenho a chefia superior que é a direção, eu tenho em cima dela a supervisão, em cima dessa o delegado e toda essa estrutura da Educação a me cobrar isso, então eu acabo cumprindo. O Regimento é importante porque faz a escola funcionar, na realidade porque dita regras para diversas atividades da escola” (02/08/1995).

A fala do professor Agnaldo mostra que ele tem consciência de que o Regimento Escolar deve ser elaborado pela própria escola, como prega a teoria, mas ao mesmo tempo

revela a dominação muito forte das relações hierárquicas da organização burocrática que conduz à submissão disciplinada com regras, regulamentos e diretivas superiores quando diz: “acabo tendo que cumprir porque eu tenho a chefia superior que é a direção, eu tenho em cima dela a supervisão...”.

O Regimento é instrumento fundamental porque “é através desse Regimento que a gente vai elaborar os restantes do andamento da escola, através disso aí que a gente vai organizar a escola, é em cima disso aí”, de acordo com o pai Antonio.

Na *E.E.P.S.G. Tiradentes*, para a vice-diretora o Regimento Escolar é instrumento fundamental no processo de organização do trabalho da escola porque ele “é o norteador” e sem ele a escola não tem condições de funcionar porque tudo é baseado no Regimento; para a secretária Araci, porque é por meio dele que “a escola vai se organizar, seguir aquelas normas”.

Para os coordenadores, o Regimento pode e deve ser considerado importante na organização do trabalho na escola porque norteia, direciona todas as atividades escolares, todo o trabalho, tanto docente como discente e administrativo. Érica e Fátima acrescentam um outro elemento: o compromisso e/ou vontade política. Para Érica, os professores têm que “estar juntos e com bastante compromisso para poder oferecer realmente o que é objetivo primordial - a qualidade do ensino da criança”. Para Fátima: “as leis são feitas bonitas por alguns, mas se não houver vontade política e vontade daquele que está na sala de aula com o aluno, nada acontece.” Reafirma que tem que ter normas mas se não existir outras vontades e em especial do professor que já está tão desgastado, nada muda.

Segundo as professoras, o Regimento Escolar é fundamental porque “unifica, dá uma linguagem única” (Merle); “tudo o que a gente pretende fazer tem que estar no Regimento, senão a gente não pode fazer” (Maísa); “dá diretrizes para a pessoa fazer seu planejamento, tem que haver um Regimento para nortear o trabalho” (Clarinda).

Sobre como o Regimento influi na organização do trabalho, para a vice-diretora Gabriela, a *Escola Cabral* tem sua organização baseada no Regimento. “Então, tudo aquilo que a gente vai fazer acompanha o Regimento Escolar. Nada pode sair fora disso, a escola pouca autonomia tem para sair fora disso.” “... a gente trabalha tudo baseado no Regimento Estadual, você não muda nada!” (Edileuza, coordenadora, 03/08/1995)

A secretária Maria Ângela declara:

“Hoje, eu não sei se o nosso Regimento está influenciando alguma coisa, porque, por exemplo, *na parte pedagógica*, eu acho que *é uma função que está praticamente esquecida na escola*, porque o assistente está cuidando da parte de disciplina, o diretor fica controlando o que dá e o supervisor de ensino tem muito pouco tempo, fica cuidando de outra coisa. Então, a parte pedagógica na escola está muito falha. Se o Regimento tem que tratar da parte pedagógica está muito fraca, quase não tem e eu até comento, porque *o assistente de ensino é um mero inspetor de aluno, hoje* (25/09/1995) (grifos meus).

O depoimento da secretária revela que o principal da escola não está merecendo atenção por parte do diretor, do vice-diretor, do supervisor: a parte pedagógica, que teoricamente, determina a parte administrativa, organiza a função produtiva ou de ensino (Fachin, 1972) para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades. É preciso reverter essa situação.

Para a professora Lurdes, “do modo que ele está não influi muito, porque de modo geral pouca gente se dá ao trabalho de ler esse Regimento.” As pessoas não lêem o Regimento Escolar porque não têm acesso a ele, não há divulgação e nem distribuição de exemplar, conforme já foi visto anteriormente. Para o professor Antonio, o Regimento tem aparado as arestas em certos excessos.

“Eu acho que ele influi diretamente aí nos excessos, na ordenação, mas acho ainda que deveria existir *dentro do Estado um planejamento, um único planejamento* no sentido de cada disciplina trabalhar os mínimos necessários dos conteúdos” (Antonio, professor, 13/09/1995).

A fala do professor Antonio contradiz a teoria do planejamento que prega que o planejamento deve ser feito para atender as características de cada realidade, de cada escola. Fazer um planejamento único, para todo o Estado, seria temerário. O planejamento escolar constitui o processo participativo e coletivo que fazem os que têm responsabilidade no funcionamento do sistema educativo que motiva e anima a instituição escolar e que justifica o sentido, conteúdo e estilo da atividade educativa e que posteriormente se traduz de forma clara e escrita.

A professora Farid sempre achou que o Regimento é básico para caracterizar o que é uma escola.

“E aí, esse Regimento é importante no sentido de caracterizar bem o que é uma Escola Pública, qual é o papel?, porque o papel dela é diferente de uma outra escola. Porque

se eu tenho uma escola, vão por os filhos na minha escola quem quiser, quem concorda com os princípios filosóficos que eu vou desenvolver, com o tipo de conteúdo, de tudo. Agora, uma Escola Pública é uma escola ecumênica, na minha opinião, e ela tem que ser ecumênica onde cabem todos, porque ela é pública, e aí porque eu acho que teria que ter a maior qualidade, a melhor qualidade porque é uma Escola Pública. E esse Regimento Comum teria que ser um modelo, onde as outras escolas poderiam pegar algumas coisas, mas teria que ser um modelo para atender a educação e depende disso tudo a formação do cidadão, porque eu acho que o cidadão integral sai dali mesmo” (Farid, professora, 10/10/1995).

Embora a mãe Gilda não conheça o Regimento da Escola, após eu ter mostrado o mesmo e dado uma explicação geral, ela declara que “o Regimento influi em tudo, do começo ao fim”. Já a mãe Iracema que sabe o que é um Regimento Escolar mas não conhece o Regimento da Escola onde é conselheira, diz que o “Regimento influi diretamente, porque se não houvesse o Regimento, em que é que a gente se iria basear, nortear para tomar decisões sobre um problema aqui, outro ali.” É estranha e contraditória a fala da mãe conselheira Iracema que não conhece o Regimento Comum, mas declara que “se não houvesse o Regimento em que é que a gente iria se basear para tomar decisões...” É oportuno lembrar que, uma boa parte dos membros do Conselho de Escola não conhece o Regimento Comum e são os conselheiros que decidem a vida da Escola, inclusive são os que têm a responsabilidade de elaborar o próprio regimento escolar, conforme a L.C. 444/85. Para o pai Guilherme o Regimento é o ABC da Escola.

“A Escola deve ter um *projeto pedagógico*, que me parece que também deve ser diferenciado. O ponto dois é o *Regimento*, pois esse me parece a *instrumentalização do projeto pedagógico*, então ele tem uma importância muito grande porque através dele se instrumentalizam as ações previstas no projeto pedagógico que deve ser diferente de escola para escola. Então, é de fundamental importância, é a *cartilha de orientação da ação de qualquer escola* (Guilherme, pai, 16/12/1995) (grifos meus).

Essa visão do pai Guilherme é interessante. É mais esclarecida do que a de muito diretor e professor. O Projeto Pedagógico individual de cada escola e o Regimento Escolar como instrumentalização desse Projeto. A visão deste pai é coerente com as idéias de Vidal, Cárave e Florencio, apresentadas nas referências teóricas.

À questão “como o Regimento Escolar influi na organização do trabalho na Escola Pública”, a diretora da *E.E.P.S.G. Romana*, Ana Maria, inicialmente diz que não sabe falar, mas

logo em seguida emenda: “Mas ele influi porque é uma *lei* que tem que ser seguida, então, você não pode fugir muito disso, você pode estar fazendo tudo que o Regimento interno te dê embasamento.” A diretora desconhece a natureza jurídica do Regimento Escolar. Confunde lei com ato administrativo. Os regimentos, conforme Barros Júnior (*apud* Meirelles, 1987, p.141), “se destinam a disciplinar o funcionamento dos serviços públicos, acrescentando às leis e regulamentos disposições de pormenor e de natureza principalmente prática”. Assim, a Administração, pelo poder discricionário, dentro dos limites permitidos em lei, ao elaborar o Regimento Escolar, realiza opções sobre os elementos deixados livres pela lei. Aqui está a importância da escola em conhecer e decidir sobre esses espaços livres deixados pela lei.

Para a vice-diretora, o Regimento Escolar exerce uma influência muito grande sobre o trabalho porque “tudo tem que ser de acordo com aquilo lá”.

A coordenadora Zezé considera que o Regimento

“serve para nortear o trabalho de cada um, mas a partir do momento em que vai mudando as coisas, há uma mudança no sistema, o Regimento também tem que mudar em alguma coisa. Então, o Regimento ajuda a nortear nosso trabalho, para você ter um caminho, para você ser mais esclarecido dentro do que envolve tudo - escola, comunidade, pessoal de trabalho” (07/08/1995).

Para a professora Raimunda (PI), o Regimento influi “desde que todos os professores conheçam e saibam o que ele é” e conclui “é aí que vem a influência, conhecendo esse material”, e para o professor Gustavo, “influencia em tudo” e ele pondera: “se não tiver Regimento, não tem ordem”. Já a professora Margarete não sabe. Para ela, “esse Regimento funciona mais em termos de cobrança. Pode fazer, não pode fazer. Você trabalha em função assim do diretor que fala ‘o Regimento permite, o Regimento não permite’.” Por outro lado, o professor Agnaldo acha que “o Regimento é a própria organização da Escola Pública. É aplicado na Escola Pública, que até na totalidade é aplicado”, mas, “ele falha em alguns aspectos apenas”.

Na *E.E.P.S.G. Tiradentes*, a diretora explica que a elaboração do Plano Diretor envolve todo pessoal da escola - aluno, professor, envolve projeto pedagógico, função de cada um. Por isso é preciso se basear nas regras e as regras estão no Regimento.

Para a vice-diretora, na *Escola Tiradentes* tudo é feito em cima do Regimento, e no caso de dúvida procura-se o Regimento para ver se está dentro da legalidade. Já a secretária Araci não sabe dizer como o Regimento Escolar influi na organização do trabalho na Escola.

Para os coordenadores, o Regimento “vai determinar a organização porque o que determina a organização são as regras”. Um trabalho sem regra vira bagunça (Claudete, CIC). O Regimento influi em tudo porque é a regra do como se deve trabalhar, é a base de tudo (Fátima). A partir do momento que o professor está na Escola Pública ele está sujeito às normas do Regimento que ajuda a unificar a escola, no sentido de seguir a mesma linha, segundo Merle, coordenadora de Ciências. Para Ênio, Coordenador do Noturno, o Regimento colabora dando condições para a escola funcionar. O que acontece em determinados pontos é que não há colaboração dos professores para divulgação e para que ele seja desenvolvido. Para o coordenador do noturno, o problema talvez esteja no fato de que o Regimento não tenha sido bem discutido ou que ele foi discutido em partes entre poucos. Normalmente o diretor discute o Regimento, em reuniões, separadamente por setores. Para o coordenador do noturno, a discussão por setor constitui uma falha da escola porque as pessoas só vêm a sua parte e não conhecem as outras partes. Ele reconhece que o Regimento deve ser discutido em todos os setores para que as pessoas possam ter noção do todo e todos tenham conhecimento.

Para o segmento professor, o Regimento é a *lei* da Escola, influi em tudo, comanda o trabalho da Escola Pública. É a base do trabalho (Lucinda e Maísa). A professora Clarinda diz que não sabe se o Regimento influi na organização do trabalho. Ela não se preocupa com o Regimento porque “já estou dentro, já estou enquadrada”.

Os pais também opinam que o Regimento influi “através da organização”, no “andamento da escola”, no “aluno”, nos “pais” (Ruiz, Bibiana, Ferreira, 1995).

Embora algumas pessoas declarem que não sabem se o Regimento Escolar influi na organização do trabalho da escola, os depoimentos indicam que o Regimento influi cotidianamente, regulamentando a vida da escola, delimitando as funções dos órgãos e seus serviços, operacionalizando seu funcionamento e estabelecendo os procedimentos, conforme os ensinamentos de Vidal, Cárave e Florencio (1992, p.292). Observa-se também, pelos depoimentos, o desconhecimento da natureza jurídica do Regimento como um ato administrativo, confundindo-o com lei, que emana do Legislativo.

A respeito de o Regimento Escolar ser um instrumento fundamental na organização do trabalho da escola, há concordância quase que unânime entre os entrevistados. O Regimento Escolar constitui um conjunto de normas e procedimentos que regulam a vida de uma escola, no aspecto administrativo, didático e disciplinar, constituindo uma diretriz que orienta as ações do coletivo da escola para que não sejam aleatórias.

3.3.1.11. Atividades contra ou não previstas no Regimento Escolar

Sobre o prejuízo ou não validade de alguma atividade desenvolvida pela escola ou pelos entrevistados no desenvolvimento de suas atividades por não estar prevista no Regimento, a direção do *Cabral* (diretor e vice-diretora) e a coordenadora do C.B. afirmam que nunca tiveram essa situação, com a ressalva da Bruna de que “só o caso de autonomia, mas autonomia... sobre contratação de professor... porque a Escola-Padrão tem! Então, analisar o professor para contratá-lo e isso seria bom para nós”.

A secretária Maria Ângela declara que não “porque o seu Adolfo é uma pessoa muito experiente e ele sabe mais ou menos. Por outras escolas que eu já passei tinha algumas coisas que não podiam ser feitas porque o Regimento não permitia, agora aqui, não”. Já a oficial de escola Vânia diz que teve e exemplifica:

“O Conselho de Classe, quando aprova um aluno, que o aluno não compareceu para fazer a prova final e o Conselho aprova ele, isso é contra a lei, porque no certo seria aquele aluno reprovar... ele já teve uma chance a mais e não compareceu, então, ele tem que reprovar. Isso eu acho errado e já aconteceu isso daí” (13/09/1995).

Na realidade, este seria um caso de arbitrariedade. É um ato ilegítimo e ilegal.

E a Vânia ainda aponta a questão do material permanente estragado que não pode ser dado um fim nele.

“Como nós temos carteira quebrada para vender para o ferro velho, e seria... se pudesse, mas não pode, dentro do Regimento não pode... mas vender esse material em prol do aluno, para melhorar a escola, fazer consertos, comprar outras coisas que beneficiem o aluno e então, eu acho que dentro disso, é errado” (13/09/1995.)

Para a professora Lurdes (PI) já teve sim, “foi em relação ao Planejamento, teve ano que a gente colocou ou planejou excursão e não constou do Planejamento. Aí, o diretor não deixou porque não estava no Planejamento”. O professor Antonio lembra:

“Só a questão de disciplina que quando você vai chamar, dependendo da escola, depois dessa história de direitos do menor, do Estatuto do Menor, você acabou tendo

uma barreira muito maior e o Regimento tinha sido feito antes do Estatuto do Menor, então, o Estatuto do Menor, às vezes, fere certas situações que te davam um certo respaldo no Regimento. Então, aí é um choque e aí como adaptar isso? (...) Porque para você chamar e fazer uma advertência para o aluno, ele tem que estar acompanhado do pai... tem que estar acompanhado, às vezes, do advogado. Então, é uma coisa que é corriqueira... às vezes, você só ia chamar atenção para o aluno não dispersar e não contaminar a classe toda e no final das contas, ele retorna para a sala de aula e acaba voltando com mais força, tendo respaldo em cima do que o Regimento lhe protegeu. Não que eu queira com isso ser autoritário, porque com as crianças nós temos que considerar a faixa etária das crianças e saber que é uma outra realidade” (Antonio, Geografia, 13/09/1995).

A professora Farid não se lembra de nenhuma atividade que ela ou a escola desenvolveu e não valia porque não constava do Regimento. Ela declara: “Não com o Regimento, muitas coisas você faz de mentirinha mas nunca teve empecilho.”

Para Margarida, aluna:

“teve uma época que as alunas estagiárias, principalmente que faziam estágio direto - que elas tinham que vir de manhã e saíam às 12h, às vezes elas queriam usar da merenda da escola e não podiam usar porque não constava no Regimento da Escola. Isso prejudicou muito porque a gente, às vezes, tinha que ficar aqui (referindo-se à escola) até tarde, sem comer nada porque não podia. Nós fomos na Prefeitura, batemos ofício mas não adiantou nada porque o Regimento da Escola não permite. E às vezes você vê comida sendo jogada fora, e eram poucas meninas que ficavam para fazer estágio mas não podia e não pode porque o Regimento não permite” (13/09/1995).

A aluna Margarida confunde com o regulamento da merenda. O Regimento Comum não trata disso, mas o Regimento responsabiliza o diretor pelo cumprimento da legislação em vigor bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas da administração superior (inciso IV do artigo 7º do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus).

Na *E.E.P.S.G. Romana*, a direção, tanto diretora como vice-diretora, diz que nunca aconteceu algum prejuízo porque “tudo que a gente fez sempre foi validado” (Ana Maria, diretora). Porém, a diretora, no início da entrevista, ao dizer que o Regimento Comum em vigor “está ultrapassado em todos os sentidos, até na organização escolar está muito ultrapassado” porque o Conselho de Escola do Regimento é “consultivo” mas agora o Conselho já é “deliberativo”, aponta uma questão:

“Esse Conselho de Escola é um entrave também, porque as definições do Conselho de Escola não estão... até agora, na realidade, ninguém sabe para que funciona o

Conselho de Escola. A gente acha que *o Conselho de Escola tem autonomia, mas ele não tem autonomia*, tem que *seguir as leis que vêm prontas para a gente*. Então, na realidade, no Conselho de Escola é assim: vem uma coisa pronta e ele assina embaixo. É o caso da recuperação que nós tivemos aí, quer dizer, tem mil e uma formas de fazer essa recuperação, só que já vinha pronta. Você tem dez caminhos para seguir mas só pode seguir esse. Então, é complicado, né?” (Ana Maria, diretora, 31/08/1995) (grifos meus)

Há um desconhecimento por parte da diretora, ao dizer que o Conselho de Escola “tem autonomia, mas não tem autonomia, tem que seguir as leis que vêm prontas para a gente”. Como foi visto na referência teórica, autonomia significa autoconstrução, autogoverno. Assim, a escola autônoma seria aquela que se autogoverna. Porém, não existe uma autonomia absoluta. A autonomia será sempre relativa e parcial porque a autoridade estará sempre subordinada ao que a lei dispõe. A administração tem um poder discricionário, dentro dos limites permitidos em lei, para realizar opções sobre os elementos deixados livres pela lei. A atividade discricionária não dispensa a lei, nem se exerce sem ela, senão com observância e sujeição a ela. Assim, o Conselho de Escola, como órgão coletivo de decisões e de análise de problemas da escola, tem autonomia, embora uma autonomia relativa.

Conforme depoimento da coordenadora Zezé, Ana Maria, diretora, permite que as professoras de 3ª e 4ª séries, uma vez por mês, após às dez horas, se reúnam durante uma hora com a coordenadora do C.B. para discutir questões que estão incomodando (conteúdo, metodologia, disciplina etc.), embora isso não seja obrigação da coordenadora. Para atender uma necessidade sentida pelas professoras, a diretora está infringindo o artigo 106 do Regimento Comum que reza: “as reuniões para quaisquer fins serão realizadas sem prejuízo das aulas.”

Embora o Regimento Comum não fale propriamente em “reunião pedagógica” mas em “reuniões para fins administrativos e técnicos” (inciso X do artigo 101 do RC) e no artigo 106 explicita que “as reuniões para quaisquer fins serão realizadas sem prejuízo das aulas”, a diretora Ana Maria acha que as reuniões deveriam ser periódicas mas encontra dificuldades para reunir professores por causa do horário de trabalho deles. Se a reunião é marcada no horário de trabalho, a direção nunca vai ter todos os professores naquele dia, se é marcada fora do horário de aula, a direção também tem a maior dificuldade de reunir os professores. Então, para conseguir a participação do maior número de professores, a direção tem que sacrificar a

aula num período, por exemplo, à noite. “Nós não vamos ter aula e chamar os professores dos outros períodos e dar tipo assim... ‘você tem, então, umas aulinhas em haver!’ Hoje funciona bem assim, você tem que negociar, porque o professor não quer vir à noite e trabalhar sem receber.” “Agora, de vez em quando”, prossegue ela, “a gente dispensa um período, solta o aluno nas últimas aulas e reúne com os professores que estão ali, mas aí sempre está faltando alguém.” No próximo dia 07/08/95 a escola vai fazer uma reunião para ver o que pode ser feito para melhorar o baixo rendimento do curso noturno no segundo bimestre.

A coordenadora Zezé conta que chegou a apresentar propostas e que o diretor não pode abrir mão porque o Regimento não permitia. Ela lamenta:

“Você quer trabalhar de forma mais ampla, você quer criar novos caminhos para o seu trabalho e, no entanto, você não tem campo, você não tem caminho porque o Regimento não permite. E, no fim, a gente acabou não fazendo porque o diretor disse que não podia trabalhar fora do horário ou fazer alguma coisa com o próprio aluno, algum trabalho à parte mas não pode, porque o aluno fica no horário de aula, depois ele não pode vir (...). Eu não cheguei a trabalhar, mas foi uma proposta que eu não pude fazer porque o Regimento não deixava” (07/08/1995).

Este depoimento aponta a necessidade de um Regimento próprio, adequado ao Projeto Pedagógico, com base em dados reais, porque o Regimento Comum da década de 70 está mais baseado na normatização e diretrizes do sistema de ensino que na realidade efetiva da escola. Daí, a dificuldade de apresentar e executar projetos educacionais que não vão contra o Regimento Comum.

Zezé aponta, entre outros, dois problemas que estão incomodando: o primeiro é na questão de atribuição de aulas que envolve a aprendizagem do aluno. Um professor que sempre trabalhou com 3ª/4ª série, por sua classificação, foi obrigado a pegar uma classe de C.B.II em que ele não tinha nenhuma experiência porque diminuiu o número de classe de 4ª série. Ainda mais, o professor que pega o C.B.I deveria trabalhar com esse aluno no C.B.II, para dar continuidade, para completar o trabalho dele, porque geralmente o que pega o C.B.II vai trabalhar de forma diferente, ele não conhece bem o aluno e isso já interfere na aprendizagem do aluno. É por isso que a coordenadora acha que todo professor de 1ª a 4ª série deveria estar por dentro de toda alfabetização em si, desde a 1ª a 4ª série. O outro problema, é na questão da H.T.P.. Os professores de Educação Física e Educação Artística teriam que elaborar o horário, procurando sempre formar aos pares de primeira, professores de segunda do C.B., para nesses

horários haver um entrosamento, uma discussão de trabalho, passar idéias, e é o que não há porque geralmente o professor de Educação Física e o de Educação Artística, cada um elabora o seu horário, não pensando na questão de formação de aulas aos pares para o professor de C.B.. Cada um organiza o horário, conforme suas conveniências pessoais e não as necessidades da Escola.

Dos professores, somente Agnaldo declara enfático que já teve situação que não foi válida porque não estava prevista no Regimento:

“Aqui, nós tivemos um problema do uniforme. Quando a escola começou a cobrar uniforme, aí já veio a supervisora e falou: ‘Não, isso aí não está no Regimento, cobrar uniforme’, quer dizer, a escola não pode... segundo consta, o Regimento tem de ser aplicado em sua totalidade, independente da sua situação. Eu acho até que a figura do Conselho de Escola, que foi criado a duras penas pelos professores, hoje está sendo jogado às traças. O Conselho de Escola, hoje, ele não faz nada. Pega o exemplo da reposição das aulas. Eu acho que não teve um Conselho de Escola no Estado de São Paulo que concordou com a reposição do jeito que ela foi feita. E ela foi feita por capricho da Secretaria da Educação que queria punir os professores e acabou punindo todas as famílias, toda comunidade escolar, quer dizer, todo mundo foi punido por uma greve que foi dos professores, era por um capricho para punir a gente e acabou punindo todo mundo” (02/08/1995).

Os demais professores dizem que não têm conhecimento de nenhum fato.

Na *E.E.P.S.G. Tiradentes*, a vice-diretora, a secretária, os coordenadores Ênio e Merle, a mãe Bibiana não se lembram ou não têm conhecimento de ter havido prejuízo ou de que alguma atividade desenvolvida pela Escola não tivesse validade porque não estava previsto no Regimento. “Não teve esse problema porque a escola procurou sempre discutir as atividades do Plano Diretor baseado no Regimento” (Ênio). “Sempre foi tudo certinho” (Bibiana, mãe). A diretora, a rigor, conta, que sempre se baseou no Plano Diretor e que se estava no Plano Diretor é porque podia, por isso não aconteceu nenhum fato que não podia ser feito. Entretanto, ao ser indagada, se teve algum fato que gostaria de ter feito e não pôde fazê-lo, a diretora cita o problema da suspensão de aulas que, embora seja só da competência do governador, ela acaba fazendo. Exemplifica com a reunião de pais que precisa ser feita (os pais não podem vir durante a semana) e não tem jeito de trazer os professores no sábado porque o Estado não tem condições de estar pagando e então, ela acaba dispensando os alunos depois do intervalo. Contou dia letivo porque os alunos tiveram as três primeiras aulas e depois há a

reunião com os pais. Segundo a diretora, “é uma coisa errada e que o Regimento não prevê porque você não tem autonomia”. A diretora Eunice aborda também a suspensão de aulas porque não tem professor. Após considerar a sua preocupação em ter que mandar o aluno para casa, porque a obrigação é segurá-lo durante todo o período de aula, indaga: “Como fazer? se coincide de ter dois ou três professores faltando e não encontra o substituto”. Então, acaba dispensando porque não tem condições de arrumar uma outra atividade para aqueles alunos. Ela acha que, da mesma forma que existe estagiário para PI, deveria existir para PIII um plantão de estagiário para ir para a sala de aula fazer uma atividade diferente para cobrir aquele horário - jogo, assistir vídeo e depois debater etc. - para não ficar ocioso.

“Essa suspensão de aula é uma coisa que não está oficialmente legalizada mas que acaba sendo feita. A escola deveria ter autonomia para resolver esse problema de outra forma e nós não temos essa autonomia. Seria interessante que o Regimento permitisse, mas não pode, só que a escola precisa, tem certos problemas...” (Eunice, diretora, 19/12/1995).

Fátima, (coordenadora de Ciências Humanas), pondera que existe um conflito muito grande de legislação, na Secretaria de Educação - portarias, comunicados, contrariando o Regimento Comum e o Estatuto do Magistério etc.. Com a Escola-Padrão tentou-se avançar de um lado mas tem momentos em que ela é barrada nas suas atividades porque não está previsto no Regimento ou está previsto de uma outra forma. É o caso da recuperação paralela e a recuperação no final do ano.

“A Escola-Padrão diz que é para avaliar o aluno todo momento, a recuperação deve ser contínua e imediata, etc., que a gente até concorda. Mas chegando ao final do ano, um pai ou um aluno maior recorrendo, ele vai ter todos os direitos garantidos porque no Regimento Comum das Escolas Estaduais, apesar de ser de 78, que ainda está em vigor, diz lá que o aluno tem direito à recuperação final. Então, daí o choque na legislação. De um lado, tenta-se avançar na prática e tal, mas, de outro lado, é barrado porque o Regimento que é um decreto está em pleno vigor” (Fátima, coordenadora, 09/08/1995).

A coordenadora Fátima, no início da fala, está se referindo à questão da hierarquia das leis, tratada na referência teórica, nos princípios jurídicos. Mais especificamente, à não obediência ao princípio da hierarquia das leis, em que portarias e comunicados, que estão abaixo dos regulamentos, contrariam as leis. Por outro lado, aponta também a falta de adequação do Regimento Escolar ao próprio projeto da Escola-Padrão. Assim, pode-se

concluir que é importante haver uma reformulação formal do Regimento Escolar, adequando-o ao Projeto Pedagógico da escola, e não o contrário.

As professoras Máisa e Clarinda corroboram a fala da Fátima. No início da Escola-Padrão, elas faziam a recuperação paralela, retomando o conteúdo, imediatamente após a avaliação. Não haveria recuperação final. Porém, no final do ano, teve recuperação final. Tudo isso aconteceu porque a Escola “Tiradentes” não possui um Regimento Escolar conforme o Projeto Pedagógico da Escola-Padrão.

Para a professora Clarinda, os cinco dias de recuperação final constituem uma mentira porque

“aquilo lá não existe. Então, o que eu acredito, é você ver que o seu aluno não está produzindo ao longo do ano, você vai voltar com ele, você vai dar oportunidade para ele com diversas formas de trabalho dentro da classe... mas isso depende do professor, da postura dele. Não precisava nem ter falado nunca na vida em recuperação. O professor tem que saber que ele tem que resgatar” (21/08/1995).

Sobre a recuperação, a aluna Vanda acha que não adianta muito porque o aluno faz recuperação o ano inteiro e ainda assim fica para o final do ano. E a recuperação final consiste “só na prova e mais nada”. Segundo o estudante Rogério, se o aluno não está indo bem:

“temos que saber porque ele não está bem, porque ele não está entendendo. A gente não precisa de uma recuperação e saber que a semana que vem você vai ter outra! Não é isso... mas saber porque ele está indo mal, o que está acontecendo, onde você não está entendendo...” (05/09/1995).

A professora Lucinda não se lembra de nada que tenha acontecido.

De um modo geral, os diretores dizem que não tiveram essa situação de prejuízo ou não validade de alguma atividade desenvolvida pela escola por não estar prevista no Regimento. Entretanto, há alguns fatos relatados pelos entrevistados que demonstram que houve. Assim: a questão da contratação de professores que a escola comum não tem e a Escola-Padrão tem, a suspensão de aula para fazer Reunião de Pais e Mestres, a dispensa da classe quando o professor falta e a escola não encontra substituto, a recuperação paralela que a Escola-Padrão incorporou no Projeto e que o Regimento não previa e que foi abandonada para seguir o Regimento com a recuperação final, a suspensão de aula para H.T.P. de 3ª e 4ª séries na Escola Comum, projetos elaborados e que não puderam ser implementados porque iam contra algumas

regras do Regimento. Isso acontece porque o Regimento é antigo (1977/1978), não foi elaborado pela escola e foi imposto pela Secretaria da Educação, não refletindo a realidade da escola. Há um desencontro entre o Projeto Pedagógico e o Regimento.

3.3.1.12. Necessidade de Regimento Escolar novo para a Escola-Padrão

A diretora da Escola-Padrão *Tiradentes* declara que o Conselho de Escola não sentiu necessidade de um novo Regimento adequado ao projeto pedagógico da Escola-Padrão. A razão disso é:

“O Conselho de Escola não tem a consciência do que é um Plano Diretor, apesar de estar ajudando a montar. É... no fundo, no fundo, os pais... os alunos... eles estão alheios ao processo pedagógico, quando deveria ser o contrário. Então, eu até achei bonito quando uma colega veio falando nas primeiras reuniões de Escola-Padrão que a comunidade poderia estar elaborando, decidindo que tipo de escola queria para o seu filho. Mas a nossa comunidade, a nossa sociedade de um modo geral não tem essa consciência ou politização necessária para chegar num projeto desse tipo... (...) O Brasileiro é muito *individualista*. Essa *consciência coletiva*, de grupo, assumir mesmo alguma coisa para valer é muito *difícil*. A gente vê assim nas comunidades de bairro algumas coisas bonitas. Mas, porque? Porque eles têm muitas coisas em comum. Não sei se tem alguma escola que já tenha conseguido chegar nesse nível de comunidade mesmo. Na nossa Escola é muito difícil. Nós *atendemos cento e trinta bairros*... e para trazer o pai para a escola é um problema. (...) então, eles vêm, querem entregar o filho para a escola e a escola tomar conta da educação e até dos limites que essa criança tem que ter. A Escola tem que colocar limites porque a família não está pondo. Então, falta essa consciência do coletivo para todo mundo. Não é só para os pais não, mas para o próprio pessoal da escola falta essa consciência do coletivo de que todos têm obrigação de montar o Plano Diretor da Escola, a Proposta Pedagógica da Escola. Então, os professores mesmos, muitos acham que o que eles têm pra fazer, é ministrar o conteúdo deles, de acordo com uma lei maior que existe que é uma proposta curricular da CENP e não estão muito preocupados com a Proposta Pedagógica da Escola” (Eunice, diretora, 19/12/1995).

Como consequência dessa situação, pela *falta dessa consciência coletiva*, o Conselho de Escola não aproveitou a oportunidade para elaborar um Regimento próprio, adequado com o Projeto da Escola-Padrão (Eunice, diretora).

A diretora toca em alguns pontos capitais. O individualismo que impera nas relações de imposição ou de verticalidade, de mando e submissão, ainda muito comuns nas gestões escolares. A participação é o meio por excelência para a criação de vínculos entre os indivíduos autônomos. A participação necessita de espaço de decisão, de canais de manifestação. É

preciso passar das relações baseadas no individualismo e na competitividade para as relações de solidariedade, de cooperação e de respeito mútuo. Das relações verticalistas para a horizontalidade das relações, onde o diálogo estará sempre presente, com manifestação de pluralismo de idéias e existência de conflitos. Já existe um canal de participação e de manifestação, na escola pública paulista: o Conselho de Escola, que pela gestão compartilhada supõe o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar, em âmbito decisório. Uma estrutura historicamente autocrática viu-se obrigada, por imposição legal, a conviver com um Conselho de Escola deliberativo. As relações horizontais serão construídas no cotidiano, por meio das manifestações e da aceitação das diferenças. Na gestão compartilhada, o papel do diretor é muito importante - ter o compromisso e capacidade de mediar com os demais segmentos da comunidade escolar, por meio de articulação, de coordenação, de intencionalização. Outro ponto, é a questão do conceito de comunidade, no sentido antropológico, que, conforme Azanha (1991), não pode simplesmente referir-se a um agrupamento populacional; envolve referência a sentimentos, atitudes, valores etc.. Assim, a população servida pela escola é, muitas vezes, uma mera aglomeração humana circunstancialmente confinada num espaço comum. Então, a escola tem que trabalhar para que o agrupamento tome consciência de problemas e de interesses comuns para, no final, se constituir uma real comunidade. Como não temos tradição em participação comunitária, é preciso aceitar e estimular tais práticas para que fiquem incorporadas, de vez, em cada pessoa, rumo à constituição de uma comunidade, no sentido antropológico, e não um mero agrupamento. O diretor tem que ser competente, compromissado e solidário.

Claudete, coordenadora do CIC, que nunca foi do Conselho de Escola, não sabe se o Conselho algum dia achou necessário fazer essa reforma do Regimento. Ela faz parte da A.P.M. e diz que nunca ninguém questionou isso. Segundo Claudete, “... os pais também, as pessoas estão procurando não se incomodar ultimamente.”

Fátima, coordenadora de Ciências Humanas, adverte que embora não tenha participado dos inícios e nunca ter participado de uma reunião do Conselho porque não é membro do Conselho, apesar de ele ser aberto a quem quiser participar, ela tem “uma leve impressão de que ainda falta esse exercício nas escolas”. A razão disso:

“nós fomos muito acostumados, infelizmente, a receber tudo pronto e talvez, só ter que cumprir. A gente critica... critica... mas na hora de fazer ninguém quer assumir, quer deixar para o outro e é aquela coisa toda. Então, eu tenho uma leve impressão

que por *falta de informação* a gente até não tenha avançado (Fátima, coordenadora, 09/08/1995) (grifo meu).

Para Fátima a escola não aproveitou a oportunidade para elaborar um novo Regimento Escolar porque

Ainda nós estamos muito ligado que o Regimento venha pronto, de novo, da Secretaria da Educação porque já teve até uns momentos de parada da rede para discutir e parou. Agora não sei se a Escola está até preparada, imbuída desse pensamento de que é para ela estar pensando na elaboração de um Regimento, tentando avançar até esses pequenos avanços da Escola-Padrão. Eu, ainda, *tenho a impressão de que estamos esperando um pronto da Secretaria* (09/08/1995) (grifos meus).

O professor Luís (coordenador de Comunicação e Expressão) também acha que o Conselho desta Escola “não está ainda preparado para agir com todos os direitos do Conselho”. Segundo o professor:

“É que eu participei de uma reunião para discutir o Regimento, o atual, mas não, foi jogado simplesmente o Regimento para esse grupo de professores e foi lido o Regimento e não deu tempo nem de discutir esse Regimento. Ele simplesmente foi jogado e permanece jogado até hoje lá pelos fundos da gaveta” (Luís, coordenador, 04/08/1995).

Novamente a questão das relações de verticalidade, onde imperam o mando e a submissão. Como diz Bordignon (1993), “é da tradição e da cultura brasileira esperar sempre as soluções ‘de cima’, o que significa jogar a responsabilidade ‘para cima’ e ‘para o alto’. Daí a fala da Fátima: “Nós fomos muito acostumados, infelizmente, a receber tudo pronto e talvez, só ter que cumprir.” “...tenho a impressão de que estamos esperando um pronto da Secretaria.” Em vez de esperar “solução de cima” e mudanças legais, as pessoas devem começar a mudar a sua realidade concreta, levando soluções “para cima”, para mudar essas relações, para sair da acomodação.

O coordenador Luís acha que a escola quando se transformou em Escola-Padrão *não fez um novo Regimento por falta de informação*, não só da direção como de todos. A Escola-Padrão que “seria independente, na direção, nas questões financeiras, em tudo, deveria ter elaborado um regimento para nortear toda ação educativa” mas “aqui nesta *Escola nós perdemos essa oportunidade*” (grifo meu).

Para Merle, coordenadora de Ciências, o Conselho de Escola não sentiu necessidade de um novo Regimento Escolar de acordo com o projeto da Escola-Padrão por *desinteresse*. Ela ainda acrescenta a mesma razão apontada pela coordenadora Fátima: “Eu acho que eles dizem: ‘Não, a lei está pronta, é para seguir’. Eu acho que é pura acomodação, eu acho acomodação isso daí. Poderia ser repensado isso daí.” Por não sentir interesse, por causa dessa acomodação, o Conselho de Escola não aproveitou a oportunidade quando o “Tiradentes” se transformou em Escola-Padrão para elaborar um novo Regimento Escolar de acordo com o projeto.

O Conselho de Escola não sentiu necessidade de um novo Regimento porque não sentou e não revisou em todos os seus itens, segundo Érica, coordenadora do ensino fundamental. “Então, está na hora da gente pegar esse Regimento e estudar, sentar em conjunto e vamos, né?...” Érica aponta que a Escola fez uma pesquisa. Foram lançadas questões para os alunos cujas respostas chegaram a ser tabuladas e que deveriam nortear essa parte de deveres e obrigações mas *a Escola perdeu esse momento de repensar* porque “um povo muito melindroso, por parte dos professores, quando os alunos colocaram alguns professores em xeque mesmo”. Para ela, o professor tem que repensar a sua prática mas tem muitos que se negam terminantemente e que o aluno coloca mesmo. E ela pondera: “Então, seria o momento da gente pegar esse material, rever, até colocar outras questões ou as mesmas e tornar a fazer essa pesquisa pra ver se a gente pode mudar, se deve ser mudada ou não, porquê.”

O professor Ênio é o único que diverge. Ouçamos o que ele tem a dizer:

“Eu não sei se o Conselho de Escola não sentiu necessidade. *Eu acho que o Conselho sentiu e discutiu, tanto é que bem ou mal nós fizemos um Regimento da Escola.* Como nós já dissemos com a opinião dos alunos, com determinação deles e o Conselho discutiu. Eu acho que nós sentimos necessidade. Eu acho que não houve possibilidade da gente estar discutindo um Regimento da Escola, não um Regimento das normas dos alunos, mas um Regimento da Escola, um Regimento mais abrangente, onde englobaria tudo. Agora, nós fizemos um Regimento onde se fala muito no aluno, no como o aluno seria punido, quais as pretensões que teriam... Agora, eu acho que o Conselho discutiu sim, *mas nós falhamos em não pensar em um Regimento mais abrangente, mais global da Escola ou da Escola ‘Tiradentes’ ou da Escola-Padrão, que seria um todo para que todas Escolas-Padrão tivessem mais ou menos a mesma linha de trabalho*” (Ênio, coordenador, 19/09/1995) (grifos meus).

Em relação ao segmento docente, a Lucinda (PIII) não se recorda se o Conselho de Escola sentiu necessidade de um novo Regimento, ao passo que Clarinda (PI) tem a impressão que sentiu sim. Já, para Maísa (PIII) na reunião do Conselho só se trata dos assuntos da pauta e

como não foi colocado o Regimento ninguém fala do Regimento, e ela não sabe o que é Regimento.

Segundo Lucinda (PIII), o Conselho de Escola, quando o “Tiradentes” se transformou em Escola-Padrão, não aproveitou a oportunidade para elaborar um novo regimento adequado ao projeto porque “sempre barra na lei”. Ela cita o exemplo do coordenador de área.

“Começamos com coordenador de área, de repente veio uma ordem que não era mais para ter coordenador pedagógico (sic). Agora nós não temos mais coordenador pedagógico, agora nós temos outra vez coordenador de área, só que esse coordenador de área é só para três áreas. Então, eu não sei se, de repente, a gente pode ficar um ano pensando numa lei que o ano que vem ela não vai poder mais existir porque muda muito” (Lucinda, PIII, 01/08/1995).

Clarinda ironiza: “*Será que não estão esperando cair lá de cima?* Eu tenho medo disso, mas eu acho que é isso. Para não falar outras coisas” (grifo meu). Por sua vez, Maísa faz uma série de ponderações:

“Agora, porque que o Conselho não aproveitou a oportunidade? Não sei porque que o Conselho... *porque eu faço parte desse Conselho, hein?* E agora, você me despertou. Por que? Não sei. Porque até as reuniões do Conselho acabam sendo uma obrigação, porque eu sou uma voluntária, eu levantei a mão, agora eu venho. Mas, no fim, *a gente acaba se contentando em ir cumprir aquela pauta que está lá e pronto*” (23/08/1995) (grifos meus).

Mais adiante, Maísa, diz:

“Então, *a gente podia usar as H.T.P. também para estudar o Regimento e propor ao Conselho para...* né? Mas não sei porque o Conselho até hoje ele não pensou. Agora até você acendeu uma luzinha aqui para pensar no assunto” (23/08/1995).

Os segmentos pais de alunos e alunos do *Tiradentes* não sabem responder a questão. O senhor Ruiz porque quando começou a participar do Conselho de Escola a Escola-Padrão já estava no terceiro ano de existência, por isso não tem conhecimento do que foi o começo da Escola-Padrão. O senhor Ferreira, há seis do Conselho de Escola, declara que não sabe se fizeram um novo Regimento mas lembra que tiveram várias reuniões quando começou a funcionar a Escola-Padrão e que a diretora explicou a Caixa de Custeio. Dos alunos, o único a justificar foi Rogério: “Uma que não foi apresentado, eu não tinha conhecimento disso, creio que os pais de alunos também não conhecem, isso deve ser de conhecimento do diretor e do professor, não foi passado...”

O Conselho de Escola do *Tiradentes* não sentiu necessidade de um novo Regimento porque “falta a consciência do coletivo”, porque “fomos muito acostumados a receber tudo pronto e talvez, só ter que cumprir”, por desinteresse e acomodação. Somente o coordenador do noturno afirma que o Conselho de Escola sentiu necessidade de novo Regimento e a prova disso é a elaboração do Código Disciplinar da Escola e que a comunidade escolar falhou por não ter pensado no Regimento como um todo.

Embora, em outra passagem, o pessoal tenha citado que a recuperação paralela, adotada no início da Escola-Padrão por não estar prevista no Regimento, teve que ser relegada e ser substituída pela recuperação final prevista no Regimento, ninguém, neste momento, lembrou de relacionar o fato com a necessidade de um Regimento adequado ao Projeto da Escola.

A revisão da legislação que deveria preceder o processo de implantação da Escola-Padrão para remover os obstáculos institucionais existentes à maior autonomia à escola, em especial do Regimento Comum e de Resoluções que normatizam a vida escolar, prevista no Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo (1991, p.5) também não é realizada. Somente em 1994 a Secretaria da Educação toma providências para a elaboração da Consolidação da Leis do Magistério e do Ensino, nomeando uma Comissão Especial, e em 24/12/1994 divulga a Minuta do Regimento Comum das Escolas Estaduais de São Paulo. Quando o Projeto Escola-Padrão está em pleno andamento (último ano do Governo Fleury) é que se apresenta o Regimento e ainda com um agravante - um Regimento Comum que serviria tanto para as escolas comuns quanto para as Escolas-Padrão, contrariando assim toda a teoria apresentada nas referências teóricas e normativas, de que o Regimento como instrumento do Projeto Pedagógico da Escola deve refletir a sua realidade, devendo portanto ser específico de cada escola.

3.3.1.13. Minuta do Regimento Escolar/1994

Na *E.E.P.S.G. Cabral*, o diretor Adolfo e a vice-diretora tomaram conhecimento da Minuta do Regimento Comum pelo Diário Oficial, mas a escola não analisou, não discutiu e não enviou sugestões à Comissão responsável. “Só vimos no Diário Oficial mas não fizemos nada” (Bruna).

Já a vice-diretora Gabriela, a oficial de escola Vânia e os professores declaram que não tomaram conhecimento e não estão nem sabendo dessa minuta. “Desconheço, não sei mesmo, a Delegacia não passou nada para a gente” (Gabriela). O professor Antonio critica a época em que foi publicada: “que quem quer que participa não solta uma coisa nesse período; parece que é uma coisa meio intencional. O presente de Papai Noel embrulhado.”

As mães, membros do Conselho de Escola, Gilda e Iracema não tomaram conhecimento da minuta. “Nós não temos acesso a nada dentro da escola, simplesmente nós temos o nosso nome como Conselho (sic)” (Gilda). O único que declara que tomou conhecimento pela imprensa é o senhor Guilherme que também critica que foi feita numa época imprópria. Para ele “toda e qualquer divulgação e todo e qualquer Regimento, lei etc. que se faz em vésperas de festas é terrivelmente mal intencionado, são feitos exatamente para que passem sem contestação. E depois não ouvi falar mais nesse assunto.” Dizendo que não se lembra da direção ter levado essa minuta ao Conselho, declara:

“A direção da escola, do ‘Cabral’ ou de qualquer outra escola pública deveria... toda legislação, tudo que dissesse respeito à manutenção do ensino ou mudança, ser repassado, isso, assim que fosse publicado, para a escola ou membros do Conselho, porque isso é fundamental para que eles tomem conhecimento e discussão. A *escola* deveria se encarregar de *fazer chegar às mãos de todos os membros do Conselho a legislação em vigor*, o projeto em discussão e até *promover encontros internos* com a participação dos membros do Conselho para que conhecessem o que está fazendo, o que foi feito e o que se pretende fazer. Até hoje não foi feito, mas eu atribuo isso também à *forma autoritária* já referida nessa entrevista” (Guilherme, pai, 16/12/1995) (grifos meus).

O pai Guilherme toca numa questão importante. Os processos de participação exigem que as pessoas conheçam a matéria em questão para possibilitar a formação de opiniões, a formulação de exigências e a tomada de decisões fundamentadas. A informação e a capacitação dos envolvidos é uma tarefa necessária, para dar competência.

Os alunos também não ficaram sabendo da minuta.

Na *E.E.P.S.G. Romana*, sobre a minuta do Regimento Comum, a diretora Ana Maria declara que ela e Aparecida Cristina, vice-diretora, tomaram conhecimento lendo o Diário Oficial. Esperou que a Delegacia de Ensino desse oportunidade para fazer estudo da Minuta com os professores, mas não houve oportunidade. Se algum professor ficou sabendo foi por

conta dele porque “a escola não reuniu funcionários, professores para discutir a minuta, não” (31/08/1995). Porém, a vice-diretora confessa: “com sinceridade, não tomei conhecimento”.

A secretária Carmelita relata: “Eu não vi, porque o “Diário Oficial eu vejo a seção II, porque seção II trata da vida do funcionário.”

A coordenadora Zezé não ficou sabendo, “principalmente, se ele foi colocado no Diário Oficial, a gente não tem muito acesso.”

A professora Margarete ouviu falar alguma coisa e critica a época em que saiu.

“É lógico que vai soltar dia vinte e quatro de dezembro porque vem férias, aí quando chega em fevereiro todo mundo já esqueceu da tal minuta. Então, até nisso eles são perniciosos para fazer as coisas, porque dia vinte e quatro de dezembro não tem mais ninguém, na escola, tá? Até voltar as aulas isso já foi, minha filha” (02/08/1995).

O conselheiro Antonio (pai) diz:

“Infelizmente, não tomei conhecimento da minuta sobre o novo Regimento. (...) Mas como sempre na troca de Governo refaz-se o orçamento e acabou paralisando tudo, inclusive essa minuta também. Acho que nenhum membro da escola tomou conhecimento, infelizmente” (04/08/2005).

Na *E.E.P.S.G. Tiradentes*, a diretora Eunice só se lembra de ter visto a minuta do Regimento Comum, separado o recorte ou tirado xérox para ler depois, mas “até hoje eu não fiz nada em relação a isso e a Delegacia também não fez nada nesse sentido”.

A vice-diretora Lianmar não se lembra da minuta, ao passo que a assistente de direção Duda não ficou a par porque esteve de licença, voltou e não sabe. Os funcionários não tomaram conhecimento da minuta. A secretária Araci (que na época era escriturária) estava de férias e a secretaria da escola estava tumultuada na ocasião porque a secretária Arlene estava querendo se afastar, pelo artigo 202 do Estatuto dos Funcionários Públicos, mas como não comportaria um substituto, a diretora não quis dar o termo de anuência. Quando Araci retornou já havia outros assuntos...

Cristofer, o assistente de administração, além de não saber da existência dessa Minuta, também não teve oportunidade porque estava envolvido com a parte financeira e não sobrava tempo.

Dos coordenadores, Luís declara que recebeu uma cópia da minuta da diretora porque ele tinha sido coordenador, “só para tomar conhecimento” e que não foi feito nada, enquanto Fátima, naquela época estava na Divisão Regional de Ensino, ela se negou a ler essa minuta

porque "foi no apagar das luzes do Governo Fleury". Logo em seguida, já com outro governo, acabam as Divisões, agrupam algumas Delegacias e o desgaste emocional estava muito grande e ela, particularmente, se negou a ler a minuta. Os demais coordenadores bem como os professores não ficaram sabendo da existência da minuta. "Eu acho que a nossa diretora tem uma cabeça boa assim, mas eu não sei porque isto daí não foi posto assim em pauta, sabe?" (Clarinda)

Os pais e os alunos também não sabem da minuta.

O conhecimento da Minuta do Regimento Comum de 1994 ficou em nível de direção e de alguns coordenadores. Os diretores das escolas pesquisadas não divulgaram a existência dessa Minuta à comunidade escolar. Por isso, nada foi feito. Nem estudo, nem discussão, nem sugestão. Aqui, novamente a questão da sonegação de informação aos agentes envolvidos na escola, dificultando o entendimento. Não há ampla divulgação dos projetos da Secretaria de Educação pelo diretor de escola à comunidade escolar.

3.3.2. Posição da Delegacia de Ensino sobre o Regimento Escolar

3.3.2.1. O que é Regimento Escolar

Para a delegada de ensino, professora Eloisa, o Regimento Escolar seria "as normas oficiais que a Escola teria que seguir". Para os supervisores de ensino, o Regimento Escolar

"é um documento onde contém as normas que disciplinam a relação existente no estabelecimento escolar, envolvendo alunos, professores e direção" (Milton, supervisor do "Cabral", 31/08/1995).

"é a regulamentação de outras normas legais do sistema de ensino e que dá diretriz, as competências e atribuições de cada, os direitos e deveres de cada elemento que constitui a comunidade interna da unidade escolar. Como é que a comunidade interna da comunidade escolar, os professores, alunos, diretores, atividades meio e fim devem proceder e quais são os direitos e deveres dessa comunidade interna da escola" (Janete, supervisora da "Romana", 20/09/1995).

"seria para dar, tipo assim, uma *organização*, ele tenta *organizar o funcionamento* de uma escola. Então ele coloca assim tipo pessoal que faz parte da escola, as competências de cada um, direitos e deveres e de um modo geral a finalidade maior é essa - a organização das escolas de 1º e 2º Grau" (Inesita, supervisora do "Tiradentes", 29/08/1995).

Há um consenso do pessoal da Delegacia de Ensino de que o regimento é um conjunto de normas e procedimentos que regulam a vida da organização, no caso, a escola, conforme o conceito de Regimento Escolar apresentado por Serafin Antunez (1988) e Vidal, Cárave e Florencio (1992), na referência teórica.

3.3.2.2. Regimento Escolar e Projeto Pedagógico

A respeito da relação entre Projeto Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar, a delegada acredita que a escola para elaborar o Projeto Pedagógico tem que estar observando o Regimento mas ressalva que diante da situação atual em que o Regimento Comum não está mais adequado à realidade, às necessidades da escola, “muitas vezes isso não acontece, porque a escola já pode ousar um pouco mais”, como a Escola-Padrão, por exemplo, que elaborava o seu Plano Diretor, fazia o seu projeto pedagógico específico. Para a delegada, o Estado tem um *Regimento único* que é para todas as escolas estaduais e que seria um arcabouço, um mínimo necessário para daí então desenvolver o seu Projeto Pedagógico. As Escolas Particulares, para a delegada, têm a liberdade de construir o seu próprio Regimento e isso “dá a cara da escola”. Já, no Estado, é um pouco limitado porque é um Regimento Comum, então todas as escolas têm que se adequar a ele.

A visão da delegada sobre Regimento e Projeto Pedagógico é contrária à teoria apresentada na referência teórica e normativa. Pela teoria, o Regimento Escolar é um dos servidores do Projeto Pedagógico e deve ser elaborado em função do Projeto, ao passo que, pela fala da delegada, a Escola ao elaborar o seu Projeto Pedagógico deve ter como norte o Regimento Comum, que seria um mínimo para desenvolver o seu Projeto. Então, cai por terra a questão de que o Projeto Pedagógico deve ser feito conforme as características da realidade concreta da escola e que o Regimento Escolar deve, assim, expressar a individualidade dos diversos estabelecimentos. Por outro lado, a delegada lembra que as escolas particulares podem elaborar o seu próprio Regimento e ao dizer que isso “dá a cara da escola” está se referindo ao projeto próprio da escola. De acordo com Bordignon (1992, p.30), “a relativa independência das escolas particulares pode ser um dos fatores a explicar a sua propalada melhor qualidade, sinalizada pela preferência do estudante, apesar dos sempre reclamados altos custos”. Ligados à independência das escolas particulares estão o seu Projeto Pedagógico e o seu Regimento.

O supervisor Milton considera que pensando na proposta educacional o Regimento em alguns aspectos, não em todos, deveria ser flexível e sempre que necessário se adequar à proposta. Já a parte da organização administrativa, para ele, independe dessa ou daquela proposta educacional, ela tem que existir - o pessoal que vai dirigir, conduzir as relações do trabalho na escola. Assim, se hoje tem uma proposta X, então vai-se adequar o Regimento àquela proposta, no campo pedagógico. O pensamento do Supervisor Milton é contraditório. De um lado, defende que o Regimento deve se adequar à proposta educacional; de outro lado, ele limita essa adequação do Regimento à proposta, especialmente no aspecto pedagógico, excluindo a organização administrativa. Sabemos que cada proposta pedagógica vai ter uma organização administrativa conforme a sua concepção pedagógica. Então, não há como separar o administrativo do pedagógico.

Para Janete, à medida que o pessoal da Escola (professores e funcionários) tem a possibilidade de participar, começa a perceber a existência do Regimento, até então não percebe. Na Escola não Padrão as pessoas não sabem - muitos professores, a maioria dos alunos - que existe um Regimento. Já, na Escola-Padrão que começa a criar esse espaço de participação, as pessoas descobrem a existência desse Regimento porque vão para as reuniões e fazem as propostas mais absurdas porque acham que tudo é possível. Então, a supervisora escuta muito a pergunta:

“Mas nós não temos autonomia?” Aí, quando eu digo: ‘Sim, vocês têm autonomia dentro dos limites das normas legais’ (...) começam a perceber a existência do Regimento (...) e começam a perceber que têm que articular o legal com o pedagógico, que as atividades meio e fim têm que estar ali, o administrativo e o pedagógico têm que caminhar paralelos, não podem caminhar em linhas divergentes. Então, começam a achar que têm que conhecer as normas legais para trabalhar dentro dessas limitações legais que existem e é aí quando eles descobrem o Regimento. ‘Ah! Mas isso pode?’ Hoje, na Escola-Padrão quando a gente começa a discutir eles já estão se preocupando muito com essa questão legal. ‘Quais são as possibilidades que a legislação nos dá?’ Não como elemento limitador, até não. Mas para perceber se existem até brechas dentro do legal para entrarem pelas possibilidades e atingir e executar aquela proposta que eles têm em mente. Então, hoje na Escola-Padrão eles começam a perceber a questão do legal, a questão do Regimento” (Janete, supervisora, 20/09/1995).

A supervisora Janete, ao tratar da autonomia, está se referindo que não existe uma autonomia absoluta da escola. Isto condiz com a referência teórica que prega que a administração, em relação ao Regimento Escolar, tem um poder discricionário, dentro dos

limites permitidos em lei, para realizar opções sobre os elementos deixados livres pela lei. A atividade discricionária não dispensa a lei, nem se exerce sem ela, senão com observância e sujeição a ela. Como diz Bordinon (1993, p.81-2), é preciso ter em mente que “as leis não antecedem a realidade social e se revelaram incapazes de modificá-la, apenas a consolidam e tendem a cristalizá-la” e que os “gestores escolares devem começar por mudar a sua realidade concreta, induzindo soluções ‘para cima’ e, a partir da eficácia de sua ação, novos ordenamentos jurídicos”. A supervisora menciona que as atividades meio e fim, o administrativo e o pedagógico não podem caminhar em linhas divergentes, têm que caminhar juntos, isto é, o administrativo deve servir o pedagógico. Agora, se na questão levantada pela supervisora “Quais as possibilidades que a legislação nos dá?”, ela estiver se referindo ao Regimento, como se infere pela fala global, então ocorre o que Azanha (1991, p.345) ensina: com o Regimento Comum a escola deixa de refletir sobre a sua própria organização que é obrigação fundamental da escola. Então, “a própria escola se autolibera de buscar nos vazios do regimento comum, a oportunidade de iniciativas e de inovações que lhe restaram.” Tudo isto, porque o ponto de partida da questão do Regimento e Projeto é equivocado, na visão de Janete. Em vez de se elaborar primeiro o Projeto Pedagógico, refletindo a sua própria organização, conforme as características da escola, e depois o Regimento, a idéia que vigora, é ter primeiro o Regimento e depois o Projeto Pedagógico conforme esse Regimento. No momento da elaboração do Regimento, a própria escola vai usar o poder discricionário que a lei permite e não um órgão superior. Com o Regimento Comum, esse primeiro momento discricionário não é usado pela escola, mas pela administração superior. Daí porque a escola, depois, fica garimpando “nos vazios do regimento comum, as oportunidades de iniciativas e de inovações que lhe restaram (Azanha, 1991, p.345)”. É preciso sair do modelo burocrático, em que as decisões são governadas por submissão disciplinada a diretivas de superiores, e entrar no modelo profissional, em que as decisões de profissionais são governadas por padrões profissionais internalizados, conforme Brubaker e Nelson Jr. (1974).

3.3.2.3. Papel do Regimento Escolar no desenvolvimento do trabalho da Escola e da Delegacia de Ensino

A delegada de ensino, sobre esta questão, inicia com algumas preliminares:

“O Regimento, estando adequado à época e à situação, seria um esqueleto, as normas oficiais que a escola teria que seguir, tanto que a gente trabalha aqui com a rede particular, municipal e estadual. O Estado tem um Regimento Único que é pra todas as escolas e aquilo lá é o básico que uma escola deve ter para montar seu projeto, seu plano de ensino” (10/01/1996).

E conclui que o Regimento “seria um arcabouço, um mínimo necessário, *para daí*, então, desenvolver esse *projeto pedagógico*”. Em seguida, contrapõe com a Escola particular que “tem a liberdade de construir o seu próprio Regimento” (atualmente analisado por uma comissão de supervisores da delegacia de ensino e aprovado pela delegada) e

“então tem assim maior facilidade para estabelecer critérios diferenciados para avaliação. Então, nós temos assim uma diferenciação das escolas particulares porque elas têm um Regimento próprio e isso que dá a cara da escola, então você sabe mais ou menos como a escola vai trabalhar em cima daquilo que ela está propondo. Já no Estado nós temos um pouco mais limitado porque ele é um Regimento Único, então todas as escolas têm que se adequar a ele” (Eloisa, delegada de ensino, 10/01/1996).

Como já foi comentado, no item anterior, a delegada comete equívoco ao colocar o Regimento Escolar como norteador do Projeto Pedagógico. Pela teoria, o correto é o Projeto iluminar o Regimento.

Os supervisores seguem a trilha da delegada, ao entenderem o Regimento como uma diretriz. Assim, a supervisora Inesita pronuncia-se que o Regimento “serve como parâmetro para desenvolver o trabalho dentro da Escola”. Tomando, como exemplo, o professor, ela diz:

“em alguns aspectos, na parte pedagógica, o professor tem o domínio ali da situação. Ele pode trabalhar com a metodologia que ele achar mais necessário, mais conveniente, diversificar as estratégias. Agora, dentro disso existe algumas coisas que têm que ser respeitadas, alguns parâmetros, né, que têm que ser levados em consideração. Então, acho que serve assim para delimitar o trabalho para que haja um pouco de homogeneidade dentro da rede estadual” (29/08/1995).

Para Janete, o Regimento dá as diretrizes do trabalho administrativo e do trabalho pedagógico que se articulam. Na questão administrativa define claramente quais são os papéis que as pessoas vão desempenhar na escola. Para ela, isso é importante porque no momento que ela tem que cobrar a omissão de alguém, limitar os excessos de alguém que está ocupando o papel que não é dele, o Regimento dá as atribuições e competências de cada elemento que está dentro do ambiente escolar. Na questão pedagógica, o Regimento define as diretrizes

pedagógicas de avaliação do rendimento escolar, de promoção, de retenção, de recuperação de aluno. E Janete conclui:

“Então, o *Regimento dá as diretrizes* para eu conduzir, para eu elaborar, para eu *esboçar o projeto pedagógico* e ele me dá as diretrizes para eu harmonizar as atividades meios, toda parte da estrutura administrativa da unidade escolar” (20/09/1995) (grifos meus).

A supervisora Janete, também se equivoca, ao dizer que o Regimento ilumina o Projeto Pedagógico e as atividades meio, isto é, o Projeto Pedagógico deve ser fruto do Regimento. O correto é o Regimento ser fruto do Projeto Pedagógico. O Regimento é a operacionalização do Projeto. O Projeto Pedagógico antecede o Regimento.

Com referência ao papel do Regimento Escolar no desenvolvimento do trabalho da delegada e dos supervisores de ensino, o Regimento constitui uma peça importante que norteia o trabalho de cada um em relação às escolas. Assim, a delegada Eloísa utiliza o Regimento quando há algum recurso para ser decidido. Os supervisores freqüentemente se utilizam do Regimento na Delegacia para informar processos, para decidir recursos, para analisar Planos Escolares, e no trabalho da Escola, onde o supervisor “faz interferência para harmonizar as coisas, para harmonizar o administrativo e o pedagógico” (Janete). Os supervisores atendem pais de alunos, alunos, diretores de escola, professores, com as mais diferentes situações e têm que apresentar uma solução para o grupo se harmonizar ou para conduzir o processo administrativo e pedagógico da escola que tem que estar amparada no legal.

Para Janete,

“nós não podemos impor a ilegalidade dentro da escola. (...) As pessoas, normalmente, quando nos procuram elas nos procuram para saber os seus direitos e nós, quando intervimos no processo, não temos como fugir do Regimento Escolar porque é o Regimento que define os papéis de cada elemento desse conjunto e é o Regimento que diz como é, como deve ser o desempenho de cada elemento, quais são as diretrizes que ele tem que seguir” (20/09/1995).

E a fala da Inesita sintetiza tudo isso: “Um Regimento bem feito dá toda organização da escola, do que cada um deve fazer e como fazer.”

Sobre o Regimento como uma força limitadora, a Janete apresenta uma opinião diferente.

“Embora ele já seja um pouquinho velho mas se as pessoas enxergassem o leque de possibilidade que ele dá, como diretriz norteadora, não como camisa de força limitadora, mas como diretrizes possibilitadoras, ele permite que você faça um

trabalho amplo, abrangente, sim. (...) Pego aquelas diretrizes e articulo com a coerência do projeto político da Secretaria da Educação, e nisso ele oferece possibilidade para um trabalho amplo, sim. Ele limita muito pouco e quando limita, às vezes, é necessário também essa limitação porque as pessoas, às vezes, extrapolam dentro do seu papel” (20/09/1995).

Os depoimentos nos encaminham à conclusão de que o Regimento é uma peça importante que norteia o trabalho da escola e da Delegacia de Ensino ao estabelecer normas e procedimentos que regulam a vida da escola para evitar que as perspectivas subjetivistas das pessoas choquem com as metas institucionais.

Há um equívoco por parte do pessoal da Delegacia de Ensino quando coloca o Regimento Escolar como norteador do Projeto Pedagógico, contrariando assim, a teoria que ensina que o Projeto Pedagógico ilumina o Regimento, ou em outras palavras, o Regimento é a operacionalização do Projeto. Faz-se necessário uma revisão de conhecimento sobre o Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar, tanto para o pessoal da Delegacia de Ensino, quanto para a comunidade escolar, para eliminar os equívocos.

3.3.2.4. Divulgação do Regimento Escolar

A equipe da Delegacia de Ensino (delegada e supervisores) em uníssono entoa que o Regimento Escolar é pouquíssimo divulgado.

Na Escola Pública, segundo a delegada Eloísa, “nem o diretor oferece (o Regimento Comum) para a população, nem a população se interessa, por isso, é como se ele não existisse.”

“Algumas vezes, em reunião de professores, um ou outro menciona ‘Olha, mas o Regimento proíbe e por causa disso’ e lê lá um pedacinho do Regimento e destaca um pedacinho, mas o estudo dele no conjunto, mesmo a divulgação dele não é feita *nem pra comunidade intra e nem extra-escolar*” (Milton, supervisor, 31/08/ 1995) (grifos meus).

Pelos depoimentos acima, observa-se que a divulgação necessária do Regimento, apregoada na referência teórica e normativa, está falha. Nem a Delegacia de Ensino, nem a Escola fazem chegar às mãos dos integrantes da comunidade escolar uma cópia do Regimento para maior conhecimento de suas normas e efeitos. Como afirma Gadotti (1993, p.104): “A comunicação direta entre a administração e as escolas tem seu corolário na comunicação entre

as escolas e a população. Para poder participar, a população tem que estar bem informada.” Para que isto seja possibilitado, é preciso uma ampla divulgação do Regimento, com distribuição de exemplares a toda comunidade escolar, com explicações e debates. Dotadas de informação e conhecimento, as pessoas compreendem a matéria em questão, formulam exigências e tomam decisões fundamentadas.

Inesita traz à tona que há alguns anos atrás, foi feito, em nível de Estado, na rede toda, uma parada de um dia para o pessoal estudar o Regimento Comum que ia ter alterações e sugerir alguma coisa. “Mas fora disso não se fala muito. Às vezes, numa reunião pedagógica o diretor lembra algum ponto.”

Janete aprofunda um pouco mais a questão. Na Escola não padrão praticamente não é divulgado, é pouquíssimo divulgado, além disso, o professor e o aluno não se interessam em procurar por ele. Quando as escolas divulgam, divulgam as partes do Regimento que interessam a elas. E, Janete indaga:

“Qual é a parte que seleciona? A parte dos deveres do aluno. As partes dos direitos, existe um certo assim ‘melhor não saber’. A parte dos professores, do dever também é divulgado para o professor, a parte do inspetor seus deveres, as suas atribuições são divulgadas. Então, o Regimento quando divulgado, ele é *divulgado de uma forma compartimentalizada*. A pessoa não vê ele (sic) no seu todo, como um conjunto de normas que se articulam entre si e que visa (sic) organizar um projeto administrativo e pedagógico para a escola, mas ela vê isso... essa possibilidade de ele ser usado como instrumento de poder. Ele é *usado* assim freqüentemente, grandemente usado *como instrumento de poder*, onde as pessoas fragmentam, *compartimentalizam as informações*, tiram partes que interessam e divulgam as partes que interessam como instrumento de poder sim, *para cercear* determinadas atitudes, comportamento, *principalmente na parte de atitudes e comportamento*” (Janete, supervisora, 20/09/1995) (grifos meus).

O depoimento de Janete mostra como é importante que as pessoas tenham visão sintética, global do Regimento Escolar, isto é, elas precisam conhecer para não serem dominadas. Por isso, não deve haver sonegação de informação. Conhecer o Regimento que regula a vida da organização é um espaço de cidadania, na medida em que o uso consciente do Regimento evita que as perspectivas subjetivistas das pessoas imperem.

Segundo Janete, a Secretaria da Educação por intermédio das Delegacias de Ensino poderia desencadear um processo de estudo para conhecimento do Regimento Escolar porque

“é uma coisa assim muito bonita quando você começa a enxergar a *articulação* que ele faz com os diferentes segmentos que compõem a unidade escolar e o direito de

participar, o direito de opinar, o direito de reivindicar, o direito de sugerir, o direito de exigir determinadas coisas da escola, o direito de ajudar a escola nas suas necessidades, do dever de ajudar a escola também nas suas necessidades, tá ali, é um canal que articula a *participação da comunidade intra e extra-escolar*. Seria importante que a Secretaria ou que a Delegacia de Ensino desencadeasse esse tipo de estudo para as *pessoas conhecerem a importância do Regimento Escolar*. Sem ele, sem ele ou sem um outro que o substitua, sem um conjunto de normas que venha reger, *a escola estaria totalmente desorganizada*, a escola seria totalmente desorganizada (Janete, supervisora, 20/09/1995) (grifos meus).

A respeito da divulgação do Regimento não é preciso ficar esperando que a decisão venha de cima, Secretaria da Educação e Delegacia de Ensino, como sugere Janete. A divulgação deve ser iniciativa da própria Escola. É muito importante o conhecimento para as pessoas participarem.

3.3.2.5. Desconhecimento do Regimento Escolar pela comunidade escolar

A delegada de ensino e as supervisoras dizem que o Regimento Escolar não recebe atenção da comunidade escolar porque ele é desconhecido.

Para a delegada Eloísa, o Regimento Escolar é desconhecido porque é muito antigo, começou a vigorar num período da ditadura e não havia oportunidade de discutir, de levar isso à comunidade. “Então, a maioria dos pais, dos alunos, da comunidade, não sabe da existência do Regimento da Escola.” A delegada lembra que a situação na Escola Particular já é diferente. O pai quando matricula o filho tem que receber uma cópia do Regimento e teria que ler e concordar ou não com esse Regimento. Na Escola Pública, nem a Escola oferece para a população, nem a população se interessa por isso.

A fala da delegada de que a situação na escola particular é diferente porque o pai recebe uma cópia do Regimento não pode ser generalizada. Sabe-se que, no contrato de prestação de serviço celebrado entre a Escola e o pai, constam alguns tópicos do Regimento Escolar e no Manual de Informações, entregue a cada aluno, por ocasião da matrícula, há um resumo do Regimento Escolar referente aos aspectos diretamente relacionados ao aluno. Na Escola Pública, embora o aluno assine, no requerimento de matrícula, que está ciente do Regimento Escolar, não recebe nem o Regimento Comum, nem um resumo do Regimento, tampouco orientação de que existe o Regimento Comum e sua importância. A escola pública está falhando no seu papel educador.

A supervisora Inesita amplia um pouco a questão, dizendo que

“não é só o Regimento não, de modo geral, a comunidade escolar não tem muito contato com a legislação toda da educação (...), com tudo que orienta o trabalho escolar. (...) Eu acho que é importante que todos se conscientizassem ou pelo menos se informassem” (29/08/1995).

A supervisora Janete analisa a questão por segmento. Assim, o segmento servente (que tem que ter até 4ª série) enxerga a Escola pela sua ótica - a da higiene e limpeza. Não enxerga a escola no conjunto, no seu todo, como uma instituição ampla e abrangente. Enxerga a escola como uma instância que ensina o aluno a ler e escrever e ele (servente) tem que manter a limpeza para isso. O inspetor de aluno (8ª série) faz a leitura do ambiente escolar da sua ótica - cercar a atitude e o comportamento de aluno. Não enxerga a escola como um projeto de formação do homem, de formação de cidadania, de participação. O inspetor de aluno veio de uma oitava série onde apenas obteve informações, não foi formado também dentro de uma linha participativa, onde tivesse de contribuir, pudesse ousar na participação. O professor de hoje, na rede, é um professor oriundo de 1974, da época da repressão. Além disso, a maioria do pessoal do magistério não é oriunda das melhores universidades, é oriunda das universidades particulares, onde foi formada com conteúdo compartimentalizado, com problemas nessa formação, porque as universidades particulares também trabalham com professores autorizados que não têm mestrado, não têm doutorado, não têm pós-graduação. A sua formação é limitada. A competência técnica vem deficitária e a competência política é zero, nenhuma. Vê o ato de educar apenas como projeto técnico, não como projeto político. Então, conclui a supervisora Janete, “os segmentos que compõem o conjunto da comunidade interna escolar são compartimentalizados, não existe articulação entre eles. Há conflitos entre os diversos segmentos”.

Para entender a última parte da fala da supervisora Janete, recorro aos ensinamentos de Motta (1992, p.114). Para o autor, a forma federativa de organização, isto é, a associação supõe uma forte coordenação e também a ausência de hierarquia, ao passo que, a forma burocrática exige uma forte hierarquia, assentada no princípio da autoridade formal e no domínio da regra. A relação “eu e você” está na base do primeiro caso, enquanto a relação “eu e isto” está na base do segundo, sendo que a ação comunicativa é possível no primeiro caso, não no segundo. Por isso, a identidade organizacional, no caso de uma burocracia, é

construída, tendo por objetivo a integração dos diversos grupos presentes. Sua existência é necessariamente política, tendo por função manter a organização em sua totalidade. Daí, a fala da supervisora de que “os segmentos que compõem o conjunto da comunidade interna escolar são compartimentalizados” porque existe uma forte hierarquia e a relação predominante é “eu e isto” e não “eu e você”, havendo por isso “conflitos entre os diversos segmentos”. É por isso que a escola precisa acionar as funções diretiva e integradora, apontadas por Fachin (1972), para que a identidade organizacional seja construída, visando a integração dos diversos segmentos da unidade escolar.

Para Janete, quando os professores, os funcionários, os pais têm a possibilidade de participar das atividades da Escola eles começam a perceber a existência do Regimento. Até então, não percebem. E a supervisora, em seguida, compara a Escola não Padrão com a Escola-Padrão. Na Escola não Padrão, é muito comum, muitos professores, a maioria dos alunos, nem sabem que existe um regimento. Na Escola-Padrão como começa a criar esse espaço de participação, é quando as pessoas descobrem a existência do Regimento porque

“vão para as reuniões e fazem as propostas mais absurdas porque acham que tudo é possível. Então, a gente escuta muito a pergunta: ‘Mas nós não temos autonomia?’ Como se autonomia fosse soberania. Aí, quando eu digo: ‘Sim, vocês têm autonomia dentro dos limites das normas legais. Então, o Regimento diz isso, o Regimento diz aquilo’. Eles começam a perceber a existência do Regimento e muitos professores terminam indo à direção e pedindo cópia do Regimento para ler” (Janete, supervisora, 20/09/1995).

O desconhecimento do Regimento é causado pela falta de divulgação da sua existência e da sua importância a toda comunidade escolar, pela escola e pela Delegacia de Ensino. O desconhecimento do Regimento é um caminho para a submissão e para a alienação. É preciso uma ampla divulgação do Regimento Escolar, como prega Palma (1991), para a comunidade escolar, para maior conhecimento de suas normas e efeitos, para evitar que as perspectivas subjetivistas choquem com as metas escolares. De posse da informação, a comunidade escolar passa a refletir sobre o que existe e então poderá questionar, discutir, sugerir; olhar a realidade com critério próprio e deixar de olhá-la com olhos alheios. É importante ainda, estimular a participação das pessoas nas atividades da Escola porque, à medida em que as pessoas participam, começam a perceber a necessidade de definição de procedimentos.

3.3.2.6. Opinião sobre o atual Regimento Escolar em vigor

O pessoal da Delegacia de Ensino, delegada e supervisores, é unânime em afirmar que o atual Regimento Escolar em vigor, o R.C.E.E.S.P. de 1977/1978, está “ultrapassado”, “defasado”, “desatualizado”, “superado” e conflitante com a legislação que veio de lá para cá. São lembrados o Conselho de Escola (Regimento Comum é consultivo e pela Lei 444/85 é deliberativo), a recuperação (no Estado de São Paulo, a resolução conta dentro do dia letivo), os cargos e as funções já estão com nomes inadequados (assistente de diretor em vez de vice-diretor, escriturário em vez de oficial de escola), há cargos novos (assistente de administração escolar), as atribuições e competências de cada um têm-se modificado ao longo desses anos, a questão dos dias letivos (o Regimento Comum não prevê momentos fora da sala de aula; no cômputo das horas aula não se incluem as atividades extra-classe e as horas destinadas ao ensino recuperativo e ao ensino religioso), recuperação (no Regimento Comum recuperação final, não fala em recuperação paralela, ao longo do processo).

Para Janete, embora o Regimento esteja ultrapassado, tem aspecto nele que permite um trabalho adequado. Para ela, a avaliação é normalmente citada pelas pessoas como uma questão a ser mudada, porém, mesmo da forma como ela está no Regimento Comum, vê aquelas diretrizes como diretrizes que possibilitam fazer e aplicar os mais modernos instrumentos de avaliação. Ela não enxerga o Regimento como um limitador.

“O atual Regimento te dá possibilidades, sim. Se a pessoa souber explorar as possibilidades que ele oferece ainda... ele ainda dá possibilidade de trabalho, apesar de estar obsoleto e muitos aspectos superados” (Janete, supervisora, 20/09/1995).

O pessoal da Delegacia de Ensino sabe de quando é o Regimento Comum. Como foi visto na referência normativa, o Regimento Comum foi concebido e implantado autocraticamente, em 1977 e 1978, no período da ditadura militar, regulamentando as escolas estaduais há duas décadas. Esse Regimento Comum das Escolas Estaduais do Estado de São Paulo, gestado na década de 70, assentado numa proposta político-pedagógica-administrativa da escola tecnicista, valoriza as funções organizacionais de estrutura lineares, enfatiza mais a normatização e as diretrizes emergentes do sistema de ensino do que a realidade concreta do estabelecimento de ensino. Só para ilustrar, basta observar o organograma real de cada uma das escolas pesquisadas. Organograma, esse real, que retrata a personalização de cada uma,

mostrando que uma é diferente da outra. Nenhum organograma coincide perfeitamente com o organograma elaborado conforme o Regimento Comum imposto. (*Gráficos 5, 6, 7, 8 e 9, p.386, 387, 388, 389 e 390, respectivamente*)

A posição da supervisora Janete constitui um exemplo vivo do que Azanha (1991) afirma. Para Azanha, a instituição do regimento comum colide com a autonomia da escola, porque exonera a escola de refletir sobre a sua própria organização e “a própria escola, pela força da inércia, se autolibera de *buscar nos vazios do regimento comum, as oportunidades de iniciativas e de inovações que lhe restaram*” (p.345).

3.3.2.7. Necessidade de novo Regimento e quem deve elaborá-lo

Por estar desatualizado, o Regimento Comum precisa ser reformulado porque não atende mais as necessidades da escola, nem dos alunos, nem dos professores, enfim da comunidade escolar como um todo. Essa é a opinião do pessoal da Delegacia de Ensino (delegada e supervisores)

Há um consenso de que, para elaborar o Regimento, deve-se consultar a rede, isto é, o pessoal da escola, dando oportunidade de estar discutindo essa questão e de oferecer sugestões. Agora, há algumas particularidades defendidas por cada elemento da Delegacia de Ensino.

“A parte administrativa, o esqueleto que faz funcionar a escola tem que ser decisão do Governo. (...) Agora, a dinâmica da escola, assim a parte da organização didática (...) poderia ficar assim a nível do pessoal que participa da Escola e das Delegacias de Ensino” (Milton, supervisor, 31/08/1995).

Há uma visão distorcida. O supervisor separa o pedagógico do administrativo. A estrutura pedagógica, teoricamente, determina a ação da estrutura administrativa. O administrativo deve ser elaborado para atender o pedagógico. Não há como separar o pedagógico do administrativo.

“Então, eu acho que deve ser coletado essas informações e partindo delas e aí um grupo de especialista é que vai redigir” (Inesita, supervisora, 29/08/1995).

“Mas, se a gente tiver que continuar com o Regimento Único pra rede, que eu acho que é um dos itens que pode dar unidade ao sistema, eu acho que tem que ter um consenso final, sei lá, tem que passar por todas as instâncias para chegar ao finalmente, para consubstanciar isso, (...) ser ouvido a rede, consultado o professor, os Conselhos de Escola. (...) Acho que seria interessante que a gente pudesse contar com a

participação dos Conselhos (de Escola) na discussão, na sugestão, nas propostas para elaboração desse novo Regimento” (Eloísa, delegada, 10/01/1996).

“(…) nós já tivemos em 1985, 87, uma preliminar disso que a rede elaborou (sic) e foi uma discussão assim muito produtiva. Foi quando a rede começou a perceber que tem um Regimento na escola. Foi um momento assim bom. Já esqueceu de novo que tem um Regimento na escola. Eu acho que isso poderia ser feito. É abrir essa possibilidade de se discutir isso. Para o professor discutir o seu papel dentro da escola, o aluno discutir seu papel dentro da escola, os segmentos que compõem a escola discutirem os seus papéis e fazerem propostas e das melhores propostas nascer um Regimento Escolar a partir daí. (...) a rede poderia elaborar um excelente Regimento, seria um bom momento de divulgar o Regimento na rede e as pessoas tomarem conhecimento dos direitos e dos deveres que ela tem, do seu papel, qual é o perfil do papel que ela tem que desempenhar no conjunto e qual é o papel do outro também, que é muito importante para ela poder se articular, poder trabalhar no coletivo. Então, acho que esse trabalho poderia muito bem ser feito pela rede” (Janete, supervisora, 20/09/1995).

Desde a sua aprovação, em 1977 e 1978, até os dias atuais, os Regimentos Comuns, embora a situação tenha se alterado, em virtude de inúmeras legislações posteriores que a vivência de nova realidade impôs, não foram ajustados aos novos imperativos, dificultando assim o seu emprego e o seu manuseio e trazendo dúvidas para o seu usuário. Para ilustrar lembro dois casos: o primeiro, é a questão do C.B., implantado na rede, em 1984, e que não foi alterado no Regimento, mas assumido por todos, pelo menos formalmente, utilizando legislação paralela. A escola “Cabral” lança mão de artifício: sugere aos pais que têm filhos que deveriam ir para o C.B. II, mas que estão “atrasados” que os matriculem em outra escola, no C.B., como se nunca tivessem freqüentado a escola, com a recomendação de não apresentar a ficha descritiva. É uma afronta ao espírito do C.B.. O segundo caso, é a alteração do caráter consultivo do Conselho de Escola para deliberativo, por Leis Complementares nº 375, de 19/12/1984 (D.O. 20/12/1984) que modificou a L.C. nº 201, de 09/11/1978 (Estatuto do Magistério) e nº 444, de 27/12/1985 (Estatuto do Magistério). Muitos entrevistados questionam essa contradição: o Regimento Comum diz que o Conselho de Escola é consultivo e a Lei diz que é deliberativo. Pelo princípio jurídico da vigência das normas regimentais, desde que alterada uma lei maior ou posterior, ou norma superior, o Regimento Escolar estará revogado naquelas partes que se tornaram incompatíveis com os novos dispositivos legais, a partir da data em que a alteração entrar em vigor, independentemente de sua modificação. Parece que os entrevistados desconhecem esse princípio. Também, não se modificou

formalmente o Regimento Comum nessa parte, quer por iniciativa da Secretaria de Educação, quer pela Escola, por intermédio do Conselho de Escola, que nesta altura tinha como atribuição elaborar o Regimento Escolar. Por outro lado, a análise dos Regimentos em alguns Estados (Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul) revela que os Regimentos foram sendo atualizados formalmente à medida em que houve alterações na legislação para que não houvesse incompatibilidade. Como a supervisora Janete lembrou, em 1987, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo iniciou um trabalho a fim de trazer um novo Regimento para as Escolas Estaduais, elaborando o Documento Preliminar para Estudo - Regimento Escolar das Escolas da Rede Estadual do Estado de São Paulo, organizado por grupo de estudos coordenado pela Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional -ATPCE, e colocando em discussão na rede, mas que acabou não vingando, e em 1994, publicou, no dia 24/12 no Diário Oficial, uma Minuta sobre o Regimento Comum das Escolas Estaduais de São Paulo que para muitos passou despercebida. Por esses motivos, é necessário um novo regimento.

Infere-se que a elaboração do regimento, pelos depoimentos, estaria a cargo dos órgãos superiores, após ouvir as bases que discutiriam e apresentariam sugestões ou propostas. Então, o grupo da Delegacia de Ensino na realidade defende um Regimento Comum, e não individualizado, mas consultando a rede. Nesse sentido, de nascer da discussão e participação de toda a comunidade escolar, ouvindo os envolvidos, a equipe da Delegacia de Ensino está coerente com a referência teórica e normativa. Já, em relação a um Regimento Comum, não está coerente com a doutrina, uma vez que, teoricamente, cada escola elabora o seu Projeto Pedagógico de acordo com sua realidade e em seguida o seu Regimento próprio com base no seu Projeto Pedagógico. O Regimento é o servidor do Projeto Pedagógico, na medida em que regula de forma prática e operativa o seu funcionamento, de acordo Vidal, Cárave e Florencio (1992).

3.3.2.8. Conteúdo do Regimento Escolar

Para a delegada, o Regimento deve conter normas relativas ao funcionamento da escola, às diferentes instâncias da escola, ao corpo de direção, ao corpo docente, ao corpo discente, deve dar diretrizes para a elaboração do calendário escolar e esmiuçar, especialmente, a questão da avaliação.

O supervisor Milton inicia dizendo que colocaria um mínimo de coisas possíveis. Definição de quem decide, o núcleo diretivo, o pessoal da secretaria, o professor, o aluno e a organização didática e a parte de avaliação. Depois, ponderando, diz que o Regimento Comum na distribuição dos itens é muito excessivo.

“Ao arrolar atribuição de todos (...) ele acaba ficando muito grande e de modo geral, o pessoal que deveria ter mais acesso a ele pra conhecê-lo acaba não tendo porque ele acaba ficando assim enfadonho, mas não dá pra tirar essas coisas dele. Eu acho que não dá pra tirar, não” (31/08/1995).

O pensamento do supervisor Milton de colocar um mínimo de coisas possíveis no Regimento é interessante. Esta questão foi abordada pelos professores Boynard, Garcia e Robert (1975) nos seguintes termos: o regimento será tanto mais adequado quanto menos omissos for em relação a aspectos essenciais do processo educativo e deve haver bom senso para adoção da justa medida, nem demasiadamente analítico porque coibirá a própria liberdade da escola, nem exageradamente sucinto porque acarretará dificuldades à orientação do processo educativo.

Inesita resume tudo o que já foi apontado pelos dois antecessores dizendo:

“Eu não cheguei a refletir muito a respeito disso, mas acho que seria o que já contém, só que mais atualizado, mais na tendência atual, mais encaixado com a realidade atual” (20/08/1995).

Para Janete, o Regimento tem que conter claramente as diretrizes do trabalho pedagógico e as diretrizes administrativas porque o pedagógico não sobrevive se não tiver um administrativo organizado. Janete arrola algumas questões que devem, necessariamente, constar do Regimento: o Conselho de Escola deliberativo articulado com o todo do Regimento (definição de papéis, seleção das pessoas que vão ocupar esses papéis, seleção do projeto pedagógico, seleção de conteúdo, opção metodológica, opção da avaliação, do rendimento escolar); inclusão de espaços para cada segmento que compõe a escola se reunir para tomar decisões também (o Conselheiro tem que falar pela vontade coletiva do seu segmento e não pela sua posição particular, individual, pelo seu foro íntimo); incluir o que fazer com um profissional que não desempenha a contento o seu papel, não quer ter esse bom desempenho e se nega a aceitar qualquer proposta para melhorar esse desempenho (falta isso no Regimento); definir melhor a questão da avaliação escolar (é um instrumento de poder para controlar atitude, comportamento e que foi amenizada pela Deliberação CEE/SP nº 3/91 - que impedia a

injustiça e queria impossibilitar a arbitrariedade, um instrumento de defesa daquele que não tem voz que é o aluno); rever a hora atividade (que hoje é cem por cento em local de livre escolha); criar horas de trabalho pedagógico - H.T.P. (para professor se articular com o conjunto de seus pares, sem precisar roubar momentos e horas da própria aula).

Genericamente, os conteúdos citados pelos entrevistados são compatíveis com os apresentados na referência teórica e normativa. Apenas o item dos recursos materiais apresentado por Vidal, Cárave e Florencio (1992, p.295) não foi incluído pelo pessoal da Delegacia de Ensino. Talvez, a razão da não inclusão esteja no fato de que, tanto o Parecer C.F.E. nº 352/72 (que trata das Normas para o sistema federal referentes à elaboração de regimento) quanto a Deliberação CEE (SP) nº 33/72 (Normas para elaboração do regimento dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus) silenciam sobre este item, como foi visto nas referências normativas, mais precisamente, na análise comparativa dos esquemas dos autores espanhóis com o do Brasil. Deve ser lembrado também que a estrutura do regimento deve estar em função do conceito e em relação com os princípios estabelecidos no Projeto Pedagógico.

3.3.2.9. Influência do Regimento Escolar na organização do trabalho da Escola Pública

Todos da Delegacia de Ensino (delegada e supervisores) concordam que o Regimento Escolar é um instrumento fundamental na organização do trabalho na Escola Pública.

O depoimento de Janete ilustra esse pensamento:

“Total, ele está nas relações humanas, ele está no trabalho administrativo, ele está no trabalho pedagógico, ele está articulando os diferentes segmentos que trabalham dentro da escola, os seus papéis, as suas atribuições, os seus trabalhos. Articula tudo, o administrativo e o pedagógico. Ele está no cotidiano. Ele é a peça fundamental que *rege o cotidiano da unidade escolar*” (Janete, supervisora, 20/09/1995) (grifo meu).

A supervisora Janete ainda aponta que as pessoas não enxergam que o Regimento Escolar é a peça fundamental que rege o cotidiano da comunidade escolar. Para ela,

“a maioria da comunidade intra, a totalidade da comunidade extra-escolar *desconhece até que existe esse documento*, que existe este conjunto de normas legais que possibilitam a participação das escolas, das pessoas, dos cidadãos na vida escolar. Isso é lamentável, é a parte lastimável de tudo isso” (20/09/1995).

Na primeira parte do depoimento, a supervisora Janete está se referindo ao uso do Regimento Escolar no dia-a-dia da escola. Por outro lado, na segunda parte do depoimento, ela

lembra que, embora o Regimento Escolar esteja no cotidiano da escola, a maioria da comunidade escolar desconhece a existência desse regimento. Mais uma vez, constata-se aqui, a necessidade premente de se divulgar o Regimento Escolar para a totalidade da comunidade escolar, com discussões e explicações, fazendo chegar um exemplar às mãos de cada membro.

Na opinião da delegada de ensino e das supervisoras, o Regimento Escolar influi na organização do trabalho na Escola porque:

“ele dá as diretrizes. (...) então as competências, as atribuições do corpo docente, do corpo discente, os direitos, os deveres de cada um, da direção, então ele define papéis ali, logo ele interfere, influi na organização da escola” (Eloísa, delegada, 10/01/1996).

“quando vem algum diretor fazer alguma consulta - ‘Ah! Mas será que eu posso fazer tal coisa dentro da Escola?’ Aí a gente lembra, está previsto no Regimento, ‘você não pode ir contra porque apesar dele estar um pouco defasado (...) você tem que seguir o Regimento. Está previsto isso e tem que ser assim.’ Então ele influi, sim” (Inesita, supervisora, 29/08/1995).

Já o supervisor Milton diverge dizendo que o Regimento Escolar “não está influenciando muito não porque ele não é aplicado em toda sua extensão”. Para Milton, é aplicada parte do Regimento porque é comum o supervisor ter que observar para as pessoas da escola o que contém no Regimento.

“Então, eu acho que o pessoal está pegando alguma coisa do geral do Regimento e tá aplicando aquilo ali - só... tem que ter aula, tem, tem que ter calendário, tem... tem que ter Plano Escolar, e tá bom... o resto eu acho que as pessoas não lêem, não conhecem. Num modo geral não conhecem. (...) mas de modo geral, a direção, os professores e aluno, alunos então não conhecem nada do Regimento, professores também conhecem muito pouco, então, de forma que isso daí é... em que ele está contribuindo, eu tô achando que nada porque a decisão na escola, a organização da escola, o trabalho da escola acaba sendo influenciado por outro determinante que não o próprio Regimento” (Milton, supervisor, 31/08/1995).

Já, para Janete, o Regimento Escolar

“Ele interfere praticamente. As pessoas não percebem, mas o Regimento interfere em todas as ações. (...) Então, o Regimento ele está regulamentando desde da forma dos registros, a forma de registro da ação escolar, a forma de trabalho, as opções de trabalho na escola... Ele está no cotidiano, em todos os momentos... o procedimento de aluno, a atitude, o comportamento, a aprendizagem; a atitude, comportamento, a metodologia do professor; a atitude, comportamento e desempenho de serventes, tal, tudo, de diretor de escola, de secretário de escola, de alunos, quais as atribuições que são deles, as competências. Então, o Regimento, na verdade, está no cotidiano. É o arroz com feijão da Escola. É que a Escola, por não conhecer, não sabe que ele está por trás. Então, isso às vezes até dá alguns problemas porque a gente ouve assim o

servente ou o professor dizer assim: ‘Ah!, mas fulano, esse diretor é um chato. Esse diretor não dá mais para conviver com ele, porque ele é muito intransigente, tal.’ (...) Então, o Regimento está ali para resguardar essas coisas. Quer dizer, então ele está no cotidiano e as pessoas não percebem. *O Regimento está no cotidiano da Escola, está em tudo, no pedagógico e no administrativo*” (Janete, supervisora, 20/09/1995) (grifo meu).

Os depoimentos do pessoal da Delegacia de Ensino indicam que, o Regimento Escolar, embora não seja conhecido por todos os participantes da comunidade escolar, influi cotidianamente, regulamentando os setores da comunidade educativa, definindo as funções básicas dos diferentes órgãos e elementos da organização escolar, operacionalizando o funcionamento da escola, estabelecendo procedimentos, conforme os ensinamentos de Vidal, Cárave e Florencio (1992, p.292).

3.3.2.10. Atividades contra ou não previstas no Regimento Escolar

Para o pessoal da Delegacia de Ensino, há momentos na vida da escola, em que há prejuízo ou atividade desenvolvida não vale, porque o Regimento não prevê - como a definição de dia letivo, recuperação paralela e avaliação.

O Regimento Escolar, nas palavras da delegada de ensino, amarra mesmo é na questão do calendário, a questão dos dias letivos.

“Então o que é dia letivo? O que é aula?... (...) mas essa definição dos dias letivos ainda (...) no Regimento ele não está de acordo com a realidade de hoje” (Eloísa, delegada, 10/01/1996).

“Na conceituação de dia letivo, a atividade extra-classe, fora dos muros escolares, não é considerada dia letivo. Então, a atividade tem que ser interna ao prédio escolar. Isso é um limitador. Há escolas que terminaram cerceando a atividade extra-classe porque não é considerado como dia letivo” (Janete, supervisora, 20/09/1995).

“Hoje nós temos que trabalhar um calendário de duzentos dias letivos. Agora, a gente acredita que duzentos dias letivos tem que estar prevendo também momentos fora da sala de aula, não exclusivamente professor-aluno, carteira, lousa e giz, e o Regimento fecha isso. Então, eu acho que já também aí está inadequado” (Eloísa, delegada, 10/01/1996).

Por isso, para Janete o enriquecimento curricular é zero, mas ressalva que as escolas por serem atrevidas, nesse ponto elas ousam e a supervisão tem até permitido.

A delegada sugere que deviam ser estabelecidos cento e oitenta dias de aula mesmo e os outros vinte dias seriam para as atividades culturais, atividade cívica, reuniões, Conselho de Classe, reunião de Planejamento, replanejamento.

Quanto à recuperação final prevista no Regimento, a Escola-Padrão, conforme a delegada de ensino, veio com uma abertura que a recuperação seria ao longo do processo e não necessariamente ser uma recuperação final. Mas, a delegada não menciona o problema que isso deu para o “Tiradentes”, conforme já relatei nas observações feitas e nos depoimentos.

Janete, ao relatar essa situação da avaliação do rendimento escolar, observa que não foi prejuízo para o aluno a escola ter que mudar a sua forma de avaliação mas sim em benefício dele porque

“o professor deixou de aplicar o número mínimo de instrumento de avaliação necessário e o aluno havia sido prejudicado. (...) Na hora em que se percebeu que o Regimento não havia sido atendido, foi retomada a posição, em benefício do aluno. Então, tem esses dois lados, às vezes é prejudicial mas às vezes ele também beneficia quando define algumas situações” (20/09/1995).

Embora, o pessoal da Delegacia de Ensino entenda que o Projeto Pedagógico deve estar baseado no Regimento Escolar, as falas mostram a importância de se ter um Regimento Escolar elaborado conforme o Projeto Pedagógico da Escola, justamente para não haver divergência entre o que a Escola pretende alcançar e o que as normas definem. Isto mostra a necessidade de compreensão, definição e estabelecimento democrático das regras. Também, a necessária atualização do Regimento Escolar, se faz presente, para evitar essas discrepâncias.

3.3.2.11. Porque a Escola-Padrão não elaborou Regimento próprio

À questão “porque o Conselho de Escola-Padrão não aproveitou a oportunidade para mudar o Regimento?”, para a delegada é que não foi dada essa abertura para a Escola-Padrão porque “... tinha a possibilidade de fazer o Plano Diretor, o projeto pedagógico da escola, mas ainda atrelado ao Regimento que estava em vigor” (Eloísa, delegada de ensino).

Para Inesita, o próprio Conselho de Escola ainda está engatinhando. Reúne-se esporadicamente, às vezes, para decidir alguma coisa que já vem por legislação (como o plano de reposição das aulas, o calendário escolar).

“Então (...) o Conselho de Escola está assim acostumado a receber tudo pronto. Assim, quando quer fazer alguma coisa diferente não pode porque tem uma legislação que está proibindo. Então, de repente, o pessoal não está muito assim com certeza de que ele pode exigir alguma coisa e não chegou a nem parar para refletir numa mudança de Regimento e também são pessoas que se reúnem de vez em quando. (...) e a gente sabe que o povo brasileiro não é muito assim, politizado, muito organizado. É um pessoal mais acomodado, mais tranquilo. Então, eu acredito que, não vi, pelo menos, (...) nenhum Conselho ter pensado, ter falado alguma coisa, em elaboração de Regimento, ainda não” (Inesita, supervisora de ensino, 29/08/1995).

Já, a supervisora Janete, por ser coordenadora do projeto da Escola-Padrão, na Delegacia de Ensino de Presidente Prudente, tem uma experiência diferente e uma visão global do processo no Estado. A versão dela contrasta com as anteriores.

Para Janete, as Escolas-Padrão sentiram necessidade de elaborar um novo Regimento conforme o projeto porque inclusive, “para a Escola-Padrão, o atual Regimento é complicado na questão da avaliação, principalmente”. A Escola-Padrão avalia o processo e está ensaiando deixar a avaliação de resultado e assumindo a avaliação processo. O Regimento reza que tem que ter no mínimo dois instrumentos de avaliação, no bimestre, e o professor termina tendo que se utilizar de uma avaliação de resultados, de uma avaliação pontual e não de uma avaliação processo. Então, o professor regride e tem no Regimento um obstáculo.

“Algumas escolas do Estado chegaram inclusive a esboçar um novo Regimento e quando, em reunião com os representantes de Escola-Padrão de cada região em São Paulo, eu ouvi essa pergunta de pessoas que faziam claramente isso: ‘Nós podemos já apresentar a nova proposta de Regimento?’ e a Secretaria (de Educação) dizia para eles: ‘Espera um pouco que o Regimento vai mudar e nós vamos desencadear um processo de discussão’ e nisso mudou-se o Governo e a discussão e as coisas não avançaram, mas já era para ter feito um outro Regimento, sim, e as escolas sentiram necessidade e tem até essa abertura, não é fechada essa abertura das escolas proporem um novo Regimento ou não para o Conselho. Pode propor. Eu acho que a rede tem se acomodado muito...”

“... a *Escola-Padrão* foi quem avançou muito nessa discussão e consegue perceber que o seu *Projeto Pedagógico* está entrando em confronto com o Regimento obsoleto, com as coisas superadas do Regimento, porque, por exemplo, o Ciclo Básico não está nesse Regimento antigo, o Ensino Supletivo tem um adendo à parte, não está nesse, o Supletivo tem uma avaliação com médias, média aritmética que é um conflito com avaliações por menções e o Supletivo está fora também, o Supletivo não tem mais nem bimestres, o Supletivo é o termo inteiro, (...), então, a escola está tendo que lidar com um adendo regimental para o Supletivo, a *Escola-Padrão* não está nesse Regimento (Comum) e o projeto pedagógico inúmeras vezes confrontou com esse Regimento porque as pessoas ousaram mais, porque elas passaram a ter mais autonomia e recursos para gerenciar essa autonomia. Foi quando elas perceberam esse

confronto, quando elas quiseram gerenciar essa autonomia e encontraram no Regimento Obsoleto um instrumento limitador. Aí elas *queriam fazer um novo Regimento que abrisse mais as possibilidades de trabalho, de gerenciamento da sua autonomia* mas a própria Secretaria (de Educação) foi quem pôs os pés no freio e limitou. Foi a própria Secretaria, em nível central, quem limitou inúmeras vezes... Eu assisti isso... as pessoas queriam propor um novo Regimento. O ensino modular não está nesse Regimento, forma de avaliar do ensino modular, o sistema de ensino de dependência não está nesse Regimento, é uma Resolução à parte também. Se as pessoas forem entrar com recursos, o *Regimento é aprovado por Decreto*, está criando um problema de hierarquia das leis” (Janete, supervisora, 20/09/1995) (grifo meu).

Há um desconhecimento por parte do pessoal da Delegacia de Ensino sobre a teoria a respeito de Projeto Pedagógico e Regimento Escolar: o Projeto Pedagógico define as finalidades, enquanto o Regimento Escolar constitui um servidor do Projeto, tendo em vista que é “a concretização regulamentar dos princípios, metas e estruturas estabelecidas no Projeto Pedagógico” (Vidal, Cárave e Florencio, 1992, p.287). Há desconhecimento ainda, por uma parte do pessoal da Delegacia, do conteúdo dos Pareceres do Conselho Estadual e até dos Decretos (indevidos) que aprovam os Regimentos Comuns, de que “a opção por um regimento comum não exclui a possibilidade de elaboração de regimentos próprios, por escolas cujas condições permitam”. O relator Di Dio do Parecer CEE nº 1.136/77 alerta:

A escola, para colocar-se em condições plenas de cumprimento de suas finalidades, deve ter a capacidade de organizar-se em função das peculiaridades do meio a que deve servir. Neste sentido, tão logo se sinta em condições de fazê-lo, é conveniente que adapte seu regimento a suas reais características (p.1024).

De acordo com a supervisora Janete, a Escola-Padrão não está no Regimento Comum e o seu Projeto Pedagógico inúmeras vezes confrontou com esse Regimento. Ora, o Projeto da Escola-Padrão que é de 1991, realmente não está nesse Regimento Comum que é de 1977/1978. Por outro lado, quando ela diz “o Regimento é aprovado por Decreto” demonstra desconhecimento de competência para aprovação do Regimento. Como já foi relatado, o Regimento Comum foi aprovado por Decreto (indevidamente), quando a competência para aprovar o Regimento é do Conselho Estadual.

Como relatei nas observações, a Escola “Tiradentes” - Escola-Padrão - que constituiu um projeto diferenciado, implantado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, não elaborou um Regimento Escolar adequado ao seu Projeto Pedagógico. Isto trouxe alguns

problemas: com relação à recuperação paralela adotada pela Escola, mas não sedimentada no Regimento Escolar e que causou transtorno, no meio do caminho, tendo que retroceder, atropelando o calendário escolar e o processo de ensino e aprendizagem; a questão da coordenação de área que foi implantada num ano (1992), no ano seguinte suprimida e substituída pela coordenação de curso e posteriormente reincorporada. Esta indefinição trouxe instabilidade ao corpo docente e problemas para o andamento da Escola. Se estivesse sedimentada no Regimento, não teria pego ninguém de surpresa e não teria causado transtorno desnecessário.

A Secretaria de Educação é exigente com o setor privado (escolas particulares), para ter o Regimento Escolar conforme o seu projeto e a cada alteração, quer que esse Regimento seja atualizado formalmente, e para com a própria rede é relapsa. A Escola-Padrão teria que ter já o Regimento Escolar apresentado junto com o projeto de sua criação. A Escola-Padrão “Tiradentes” não propôs Regimento Escolar próprio, de acordo com o seu Projeto Pedagógico. A lei permite essa proposição. O próprio decreto (indevido) do Regimento Comum dá brecha, os pareceres também dão abertura para isso. Aliás, o próprio Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo (1991) previa que, o processo de implantação da Escola-Padrão,

deverá ser precedido de revisão da legislação, no sentido de remover os obstáculos institucionais existentes à maior autonomia à escola, em especial o Regimento Comum das Escolas Estaduais e de resoluções da Secretaria da Educação que normatizam a vida escolar (p.5) (grifos meus).

Infelizmente, ficou só no papel. Não saiu do discurso colocando isso em prática.

Teoricamente, elabora-se primeiro o Projeto Pedagógico e depois, o respectivo Regimento Escolar. Se algumas escolas do Estado chegaram a esboçar um novo Regimento, as da região de Presidente Prudente não propuseram Regimento Escolar próprio. De um lado, porque desconhecem a teoria e a legislação que permite que a escola tenha regimento próprio; de outro, porque a própria Secretaria da Educação cerceou aquelas iniciativas emergentes, dizendo que a Secretaria iria desencadear um processo de discussão sobre Regimento. Isto é o retrato do que Azanha (1991, p.345) afirma: “Sem democracia interna e autonomia, a escola abandona o seu papel básico de produção de conhecimento e criatividade, reproduzindo repetitivamente procedimentos, a partir de decisões tomadas de cima para baixo.”

3.3.2.12. Minuta do Regimento Escolar/1994

Sobre a minuta do Regimento Comum das Escolas Estaduais de São Paulo, divulgada pela Secretaria de Educação pela Resolução S.E. de 23/12/1994 (D.O. 24/12/1994) a Delegacia de Ensino nada fez.

Pela declaração da delegada de ensino, na época em que saiu a minuta, ainda existia a Divisão Regional e ela achou que seria um trabalho coordenado pela Regional. Justamente naquele momento houve troca de Governo que de imediato provocou muita mudança, extinguindo a Divisão Regional. A Delegacia acabou assumindo muita coisa. E essa passagem foi um momento muito difícil. Então, por esse motivo a Delegacia acabou não fazendo nenhum estudo em cima desse Regimento, quer em nível interno com a equipe de supervisores, quer em nível externo, com as escolas.

Os supervisores ao afirmarem que leram individualmente, corroboram a fala da Delegada:

“Essa minuta chegou para nós aí, foi dado um xerox pra cada supervisor mas por se tratar de uma minuta, de uma coisa que nós não fomos chamados pra discutir, nós lemos assim... passamos os olhos, não lemos por inteiro. Eu passei os olhos em alguns aspectos lá, alguma parte da organização da escola lá e também fiquei aguardando o momento de ser chamado pra ser ouvido sobre aquilo. Até agora não fui chamado pra isso, então tá lá guardadinho” (Milton, supervisor, 31/08/1995).

“Essa época do ano na Delegacia a gente fica muito atribulada porque final do ano é o momento em que está encerrando o ano letivo (recursos de reconsideração - Deliberação CEE 3), é o período de inscrição de professores para atribuição de aulas, é o momento de matrículas, de organização da escola... é muita coisa que tem que ser feita ao mesmo tempo e (...) o que não é prioridade acaba ficando de lado. Então, a gente realmente só deu uma olhada meio rápido, mas não foi feita numa discussão mais profunda não... alguém comenta aqui ou ali, no meio de outra conversa, de outro assunto (...) e mesmo porque ainda sem contar que janeiro é férias (...) e então fica tudo meio truncado realmente” (Inesita, supervisora, 29/08/1995).

“... o pouco que li daquele Regimento, em muitos aspectos ele está bom. A única coisa que chamou muita atenção ali (...) mas não entendo a Secretaria (de Educação) propor uma minuta onde o aluno volta a ser avaliado numericamente. Eu achei um retrocesso muito grande em quantificar a aprendizagem por números e a média aritmética” (Janete, supervisora, 20/09/1995).

Há que se considerar que uma Minuta de Regimento Comum, proposta no final de Governo, implica numa descontinuidade, já que a tradição imperativa em nosso país é “novo

governo, novos projetos”, sem uma séria e profunda avaliação dos projetos em andamento. Por outro lado, a tramitação de uma nova L.D.B. no Congresso, em vias de ser aprovada, produzia a expectativa de que o Regimento nasceria velho. Além disso, vigorava a persistência da idéia de um Regimento Comum, contrariando as referências teóricas e normativas, apresentadas. Nem aqui, o Estado de São Paulo aproveitou a oportunidade para implantar o Regimento Individual, continuando portanto atrasado nessa questão, em relação a Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que foram pioneiros, como foi visto na aplicação do artigo 70 da Lei 5692/1971, nas referências normativas.

3.3.3. Posição das Entidades de Classe sobre o Regimento Escolar

3.3.3.1. O que é Regimento Escolar

Entre as representantes das entidades de classe da Educação há um consenso a respeito do que é um Regimento Escolar: um conjunto de normas que rege o funcionamento de uma unidade escolar, determinando as funções para as pessoas e definindo as formas de se proceder dentro do ambiente escolar. É oficial porque é aprovado pelos órgãos competentes (Ângela Maria, C.P.P., 10/10/1995). O Regimento Comum “é um regimento único, estabelecido pelo Governo” (Dora, APASE, 07/1995).

A definição de Regimento Escolar pelo pessoal das entidades de Classe do Magistério está conforme o conceito de Regimento Escolar apresentado por Serafin Antunez (1988) e Vidal, Cárove e Florencio (1992), na referência teórica: o regimento é um conjunto de normas e procedimentos que regulam a vida da organização, no caso, a da escola.

3.3.3.2. Regimento Escolar e Projeto Pedagógico

Para Dora (APASE), o projeto pedagógico da escola tem que estar vinculado ao Regimento, *estar de acordo* com o Regimento. Para ela, as Escolas devem ter o projeto pedagógico porque apresentam o Plano Escolar, porém faz uma distinção entre as escolas comuns e as Escolas-Padrão. Assim, nas comuns, às vezes, é só *burocracia*, enquanto as Escolas-Padrão normalmente procuram seguir o Plano Escolar. Novamente, o desconhecimento da teoria. O Regimento que deve ser o servidor do Projeto Pedagógico é

visto como o orientador do Projeto Pedagógico. Há então uma inversão. Para a supervisora, então, o Projeto tem que estar vinculado ao Regimento.

Clara (UDEMO) tem o mesmo pensamento da Dora.

“A escola só pode funcionar na medida que o Plano Escolar está homologado, mas é alguma coisa muito de papel. Eu acho que na Escola-Padrão ele é mais plano chão. Agora, nas *escolas* que *não* são *padrão*, normalmente, a gente faz *algumas cópias* com alguma adequação, não é alguma coisa que você tenha condições de fazer bem verdadeira, não é...” (Clara, UDEMO, 25/09/1995).

Por isso para Clara “é mais para cumprir a lei e no caso de trocar direção, estar chegando algum professor efetivo novo, ele tomar conhecimento.” “No Plano você traça metas, agora para você atingir uma meta, a equipe precisa estar embuída (sic) daquele espírito e isso a gente não tem conseguido.”

Em relação ao Plano Escolar, tanto a supervisora Dora quanto a Clara vêem o Plano Escolar, nas escolas comuns, apenas como um documento pelo documento, meramente para cumprir as exigências burocráticas e não como norteador das atividades da Escola. Daí, a fala: “a gente faz algumas cópias com alguma adequação ...” Já, na Escola-Padrão, o Plano está mais próximo da realidade e é seguido pela escola, como norteador.

Clara não vê relação entre o Regimento e o Projeto Pedagógico porque

“o Regimento dá as normas, ele não tem uma meta, são direitos e deveres, agora, o Projeto é alguma coisa mais ampla, alguma coisa que você pretende atingir. Eu acho que o Regimento é normativo, só!” (25/09/1995)

A supervisora Clara até que distingue o Projeto do Regimento: o Regimento dá normas, enquanto o projeto estabelece o que se pretende atingir. A dificuldade de ver relação entre Regimento e Projeto está no fato de que ela não tem a base teórica de que o Regimento se destina a disciplinar o funcionamento da Escola, baseado no Projeto Pedagógico. O Regimento Escolar é um servidor do Projeto Pedagógico.

Elizabete (APEOESP) também segue a trilha da Dora e da Clara, no sentido de que o projeto pedagógico existe no papel, no Plano Escolar, assim é um plano burocrático e não um projeto de trabalho mesmo. Ouçamos o seu depoimento:

“(A Escola) tem um projeto, mas o projeto acaba sendo uma cópia mais individualizada do professor, nem mesmo por área você tem uma coisa muito aprofundada, e não existe, *embora exista no papel o Plano da Escola, mas na verdade esse Plano não é um Plano construído, gestado por um debate ou uma discussão profunda na escola.* Você discute alguns objetivos gerais, mas não se

discute profundamente, por exemplo... a questão da disciplina que é uma coisa que pega muito nas escolas e que vem sendo um fator de muitos problemas nas escolas, não é uma coisa na qual o corpo docente ou a escola, como um todo, se debruce e discuta exaustivamente sobre isso e elabore um Projeto de Escola pelo qual permeie lidar com essa questão! Não tem isso. Então, eu acho que *o projeto da Escola fica também uma coisa de faz de conta*. Não é um projeto no sentido de vamos atuar esse ano com essa perspectiva. Não tem muito isso aí, até porque eu acho que existem *alguns fatores que atrapalham no processo de ter um Plano Geral*. Você não tem os professores efetivamente em cada escola. Você não tem seguidamente, de ano para ano, os mesmos profissionais na escola. Você, há muito tempo, não tem perspectiva de trabalho futuro nas escolas. Então, isso cria um desânimo muito grande e com essa falta de perspectiva você não faz planos de trabalho. Você meio que atende o que a burocracia pede, *então fica um plano_burocrático, não fica um Plano enquanto projeto de trabalho mesmo*” (Elizabeth, APEOESP, 02/08/1995) (grifos meus).

Elizabeth mostra que o Plano Escolar da maneira que é feito vai contra os princípios do Planejamento. Não deve ser entendido apenas como cumprimento das exigências burocráticas. É processo participativo e coletivo que fazem os que têm responsabilidades no funcionamento do sistema educativo. Quando ela diz “você não tem seguidamente, de ano para ano, os mesmos profissionais da escola” ela está tocando num dos fatores que dificulta esse processo participativo e coletivo, apontado por Silva Júnior (1993): “os trabalhadores da escola são dificilmente agrupados, porque se multiplicam em vários locais”, além do fato de que anualmente, há uma mobilidade do corpo docente, porque a escola não tem o quadro composto só de professores efetivos.

Para a representante da APEOESP algumas escolas conseguem trabalhar um pouco com o projeto pedagógico elaborado pela equipe, como por exemplo, o CEFAM porque tinha um tempo conjunto maior - uma reunião semanal - que ajudava a ter uma discussão, um debate melhor, embora ainda com muitas dificuldades.

A representante do C.P.P., Ângela Maria, diz que “o Regimento Escolar já pré estabelecido tem nas entranhas os elementos básicos já estabelecidos” e que a partir daí

“o projeto pedagógico fica comprometido com essa situação pré estabelecida, mas ao mesmo tempo, ao nível de sala de aula, o professor é livre para planejar as suas atividades, a sua montagem e até o próprio conteúdo, porque não existe uma supervisão minuciosa do trabalho que está sendo feito dentro da sala de aula, em função da liberdade de metodologia. Então, o projeto pedagógico existe, o que pode não existir nas escolas é uma mudança muito constante daquilo que já vem sendo feito tradicionalmente, mas é um projeto pedagógico, tradicional, conservador...” (Ângela Maria, C.P.P., 10/10/1995).

Quanto à relação entre o Projeto Pedagógico e o Regimento, Ângela Maria, distingue a escola particular e a escola pública.

“O caso da Escola Particular, no momento que ela elabora o seu Regimento, ela estabelece algumas diretrizes que depois ela pode aperfeiçoar com mais presteza, porque ela tem uma supervisão muito próxima, às vezes até os próprios pais interferem e a escola vai alterando. Agora, a nível de Estado, eu considero assim, o *professor parte das diretrizes que vêm, ele não se preocupa em mudar ou fomentar ou realmente embasar dentro da necessidade específica da escola*. Ele parte do trabalho dele, fica entre o que esse Regimento Comum estabelece, quer dizer, eu acho que grande parte e aí ele fica com a operacionalização. Ele não fica muito preocupado em mudar não o que já está preestabelecido” (Ângela Maria, C.P.P., 10/10/1995).

Já, para Elizabete (APEOESP), se há relação entre o Regimento Escolar e o Projeto Pedagógico, essa relação “é daquilo que existe no cotidiano”. Ela declara que durante todo o tempo em que trabalhou na rede estadual, em nenhum momento se deparou com o Regimento. Esteve face a face com o Regimento na perspectiva do Sindicato, mas dentro da escola, como professora, o Regimento Escolar não se apresenta sistematicamente.

“Por duas vezes eu já ingressei como efetiva na rede estadual, em nenhum momento uma autoridade chegou para mim e disse: ‘Esse aqui é o Regimento Escolar. Você tem tais e tais funções, isso é função sua e se você não fizer..’”, nunca... Então, ele *existe mas não é uma coisa que todos tomam conhecimento*. Ele *existe pelo dia-a-dia, quer dizer, é uma prática*. Só quando a gente tromba com essa coisa e ela te prejudica, aí você vai falar: ‘De onde veio isso?’ Aí alguém pensa: ‘está lá no Regimento’ (Elizabete, APEOESP, 02/08/1995) (grifo meu).

Aparece aqui a questão do desconhecimento do Regimento Escolar, por falta de divulgação e esclarecimento, prejudicando o entendimento da relação do Regimento Escolar e do Projeto Pedagógico.

3.3.3.3. Papel do Regimento Escolar no desenvolvimento do trabalho da Escola Pública

Com relação ao papel do Regimento Escolar no desenvolvimento do trabalho na Escola, o Regimento “dá as regras, como se deve... o que deve ser, o que regulamenta o trabalho na escola”, na visão da Dora (APASE). Para Ângela Maria (C.P.P.), em nível de escola o Regimento

“é norteador porque no momento em que você vai distribuir todas as atividades dentro da escola você também tem que se prender às normas. Ninguém pode fazer a lei. (...)

Então, o Regimento norteia todas as atividades da Escola. É um documento muito importante. Ele pode até não estar muito em moda, mas ele é o elemento essencial” (Ângela Maria, C.P.P., 10/10/1995).

A idéia é que o regimento é o grande regulador da escola, norteando sua organização e funcionamento.

3.3.3.4. Divulgação do Regimento Escolar

Para Clara (UDEMO), o diretor geralmente, todo início de ano, lê os direitos e os deveres para os alunos, e às vezes, até mimeografa essas partes. Os pais, regra geral, só tomam conhecimento do regimento quando o filho vai sofrer alguma penalidade - o diretor mostra no regimento para “os pais não dizerem que é um ato arbitrário da direção”. Não há divulgação do Regimento Escolar como um todo (25/09/1995).

Segundo Dora (APASE), não é feita divulgação do Regimento Escolar. “Não tem esse momento de estudo do Regimento Escolar.” Na sua opinião, deveria ser feito estudo de como foi feito, quando o Regimento Escolar foi implantado nas escolas e sugere que

“já no próprio curso de formação deveria haver o estudo do Regimento Escolar ou da própria Deliberação C.E.E./SP 33/1972 que marca como é o regimento... e ver o regimento e comparar com aquelas normas. Depois que ele ingressa na rede, não tem acesso porque não foi reimpresso, não está à disposição dele, mas no começo estava à disposição porque as editoras distribuíam o regimento” (Dora, APASE, 07/1995) (grifos meus).

Novamente, transparece a questão da falta de divulgação do Regimento Escolar, sendo por isso desconhecido pela comunidade escolar que, de acordo com a doutrina, deveria estar participando da elaboração desse regimento mediante discussão e decisão coletiva, expressando os valores e o interesse da maioria, e não apenas ser comunicada. No mínimo, a população deveria estar recebendo um exemplar do regimento, para conhecimento de suas normas e efeitos. A questão da divulgação mereceu atenção do conselheiro Palma Filho (1991), por ocasião da aprovação do Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo, recomendando a inclusão de um artigo sobre divulgação, dando responsabilidade ao diretor escolar e Conselho de Escola, a fim de tomar providências para que, por meio de cópia, o regimento seja sempre conhecido, pela comunidade escolar. É preciso dinamizar esta idéia, urgentemente, não só em nível municipal, mas também, em nível estadual.

A supervisora Dora toca num ponto importante: que o Regimento Escolar seja estudado no próprio curso de formação de professor. Acrescento, ainda, que a questão da relação do Projeto Pedagógico e do Regimento Escolar também deve merecer atenção nas licenciaturas.

3.3.3.5. Desconhecimento do Regimento Escolar pela comunidade escolar

Para Clara (UDEMO), pelo menos os funcionários conhecem o Regimento, já o aluno conhece no que diz respeito a ele e os pais quando o filho vai sofrer uma penalidade o diretor mostra onde está no Regimento, “mas tirando isso eles não têm conhecimento como um todo, não”. Observa-se, aqui, novamente a questão do não conhecimento da totalidade do Regimento, mas do conhecimento fragmentado. Somente partes do regimento são colocadas aos integrantes da comunidade, a totalidade nunca é colocada. As pessoas só conhecem o que lhe diz respeito, especialmente os deveres.

Para ela, a falta de interesse “está em uma *coisa mais ampla*, porque na verdade a gente não é cidadão. O pai não tem noção dos seus direitos e deveres para com a escola (Clara, UDEMO, 25/09/1995).

Ângela Maria (C.P.P.) declara que não sabe se o Regimento não recebe atenção porque se pedir para um funcionário executar uma atividade que não consta no rol das suas atribuições, no Regimento, ele não faz. Então, cada um fica no limite do que o Regimento estabelece. Por isso, para ela, o Regimento estabelece a norma a ser seguida. Com relação ao professor, como o Regimento não se envolve na parte didática, então o professor não mexe com o Regimento, a não ser na situação de avaliação, na hora de estabelecer um critério e na hora de julgar mesmo porque o aluno vai ser retido ou promovido em função das normas estabelecidas no Regimento. Para Ângela Maria, o Regimento é muito limitador para essa situação mas o professor é severo na hora de avaliar o aluno porque foi ele quem ficou com o aluno durante o ano, e o Regimento acaba sendo um instrumento até para favorecer o aluno, em determinados momentos ou situações.

“Eu não tenho visto, mesmo falar, de nenhum lugar que eu frequente uma proposta de alteração do Regimento, é verdade... porque às vezes ele pode abrir mais ainda. O professor é muito severo, o professor é mais severo do que nós estamos pensando, para avaliar, para julgar e *mexer em uma situação dessa quer dizer perder um poder*” (Ângela Maria, C.P.P., 10/10/1995) (grifo meu).

Observa-se aqui a questão da utilização da avaliação como instrumento de dominação do aluno pelo professor, que impõe seu arbítrio sobre o comportamento de outros (alunos). Cabe lembrar, conforme visto na referência teórica, que discricionariedade significa liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei, ao passo que arbitrariedade significa ação contrária ou excedente da lei. O ato discricionário, quando autorizado pelo direito, é legal e válido, e ato arbitrário é sempre ilegítimo e inválido. Assim, é necessário que o professor deixe de ser arbitrário, não distorcendo as normas do regimento para dominar o aluno. Por outro lado, a observação final feita por Ângela Maria de que “mexer em uma situação dessa quer dizer perder um poder” tem fundamento na medida em que uma proposta de alteração ou de elaboração do regimento na sociedade democrática deve envolver efetiva participação da comunidade escolar capaz de influir, mediante discussões, nas decisões a respeito da vida coletiva. Daí, o temor por parte do professor, apontado pela supervisora, diante da possibilidade de alteração da situação. Segundo Bordignon (1993), para que a escola forme cidadãos é preciso transformar-se num espaço da construção de relações, não de dominação, mas de reconhecimento do outro, sendo fundamental uma ordem de direitos e deveres. Assim sendo, é preciso estimular a participação efetiva de todos os segmentos da escola, inclusive a dos alunos, nas decisões da vida da escola, porque só há cidadania na participação.

Para a representante da APEOESP, a comunidade escolar não conhece o Regimento porque:

“... primeiro que é uma característica da *nossa sociedade não se preocupar muito em conhecer as leis*, (...) é uma coisa cultural, nem sei se é uma questão cultural, mas acontece com o cidadão em várias situações, o cidadão não conhece os seus direitos, as coisas que ele pode fazer, as coisas que ele teria direito a fazer, a ter e a escola é um lugar nessa sociedade. Então, é natural que a legislação escolar também não seja de conhecimento das pessoas. Uma outra coisa é que também você vive em uma sociedade, (...) as coisas foram se perdendo no ambiente escolar. Então, as regras não estão colocadas... *não há uma preocupação em se melhorar aquilo que existe*, não há uma preocupação em se buscar o Regimento antigo, em se rediscutir, ver se ele está adequado ao tempo, se ele não está, é como se a escola está e vai ficando, vai tocando. Qualquer dia, alguma coisa acontece. Então, normalmente, quando se toma conhecimento do Regimento? Quando você acaba trombando com ele na tua vida, tipo... você fez alguma coisa e o diretor diz que você está errada porque você incorreu no artigo tal, tal e tal do Regimento. Aí você se liga do tal Regimento, aí você descobre, mas do contrário... ou pelo trabalho da gente no Sindicato que você acaba tendo que procurar e conhecer para muitas vezes dar subsídios para professor, para

ajudar a entender o processo que ocorreu na escola, alguma coisa assim” (Elizabete, APEOESP, 02/08/1995).

O depoimento de Elizabete nos remete à questão de que a nossa cultura é atrasada, isto é, há uma constante e profunda sonegação de informações. Se a escola é responsável por educar, então, deve educar a comunidade para conhecer a legislação que lhe diz respeito. A escola deve discutir o Regimento com os pais, dando assim o primeiro passo para um processo de mudança. Os pais tendo a informação, isto é, o conhecimento, sabendo utilizá-la, armazená-la e mantendo atualizada, deixarão de olhar a realidade com olhos alheios e passarão a olhar a realidade com critério pessoal. Conhecendo, os pais passarão a refletir sobre o que existe e aí, poderão questionar, discutir, sugerir... Deixarão de ser dominados para serem sujeitos, deixarão de ser conduzidos para serem os condutores.

3.3.3.6. Opinião sobre o atual Regimento Escolar em vigor

Todas as representantes das entidades regionais de educação são unânimes em afirmar que o Regimento Escolar em vigor na rede estadual, o Regimento Comum, está ultrapassado, defasado, porque é de 1977, 1978 e muita coisa mudou nesse período, assim não está bem de acordo com a realidade atual.

As justificativas apresentadas pelas representantes têm enfoques diferentes. Assim, para Ângela Maria (C.P.P.) o Regimento, em relação às atribuições de uma forma geral é compatível com o modelo que está aí, isto é, a estrutura da escola não foi alterada.

“O Regimento tem um aspecto abrangente na escola do que a própria escola em si. Então, se nós provocarmos uma mudança nesse Regimento seria pela frustração do que ele não conseguiu abranger, porque nós não temos as próprias coisas que o Regimento estabelece, então ... ou nós vamos adequar uma *lei* dentro da realidade medíocre que nós temos, porque nós não conseguimos implementar a realidade de acordo com o sonhado pelo Regimento” (Ângela Maria, C.P.P., 10/10/1995).

É importante observar que o Regimento Comum imposto tinha um modelo de organização de uma escola ideal, conforme a lei vigente na época, a 5692/1971, por isso o que existia na realidade das escolas estaduais não condizia com o proposto no regimento. Daí, a fala da representante do C.P.P. de que “nós não temos as próprias coisas que o Regimento estabelece”. Como foi visto, no Capítulo I, esse Regimento Comum das Escolas Estaduais do Estado de São Paulo, gestado na década de 70, assentado numa proposta político-pedagógica-

administrativa de escola tecnicista, valoriza as funções organizacionais de estrutura lineares, enfatiza mais a normatização e as diretrizes emergentes do sistema de ensino do que a realidade concreta do estabelecimento de ensino. Como já foi relatado às páginas 383, em 3.1.4.8. Estrutura Funcional, nenhum organograma real das escolas pesquisadas coincide perfeitamente com o organograma elaborado conforme o Regimento Comum imposto. (Gráficos 5, 6, 7, 8 e 9, p.386, 387, 388, 389 e 390). Para que não ocorram distorções entre o que o Regimento normatiza, o que o organograma da escola define e o que a realidade traduz, o regimento deve ser feito com base no Projeto Pedagógico da escola, para ser um instrumento eficiente a serviço da unidade. Observe-se, ainda que, a representante confunde a natureza jurídica do regimento, ao tratá-lo como “lei”.

Em relação à situação didática, para Ângela Maria, o Regimento não é tão rígido como se pensa porque no momento que o professor avalia, o Regimento não tolhe, dá algumas aberturas. Já a parte disciplinar do Regimento precisa ser atualizado porque existe o Estatuto da Criança e do Adolescente que é mais aberto, mais democrático, dá um outro enfoque como criança e adolescente, como ser em desenvolvimento, enquanto o Regimento é disciplinador. Ela lembra ainda a questão da recuperação. O Regimento não estabelece a recuperação paralela, que é contínua, ela é subentendida. Resumindo: “Esse Regimento tem algumas coisas que precisam ser alteradas, mas muitas coisas podem ser aproveitadas e enriquecidas” (Ângela Maria, C.P.P., 10/10/1995).

Por outro lado, Elizabete (APEOESP) após recuperar que o Conselho de Escola foi uma conquista do sindicato, em 1985, mas que não foi incorporado no Regimento, é como se tivesse uma legislação paralela, pondera:

“... (o Regimento) não se adequou a uma série de coisas, principalmente à rediscussão do poder na escola, da forma como está distribuído o poder na escola, porque você tem um Regimento que é da época da ditadura militar, e com certeza ele traz as características da sociedade da época, então ele é centralizador, autoritário nesse sentido. Agora, nós sofremos algumas mudanças, nem todas as que gostaríamos, mas você tem um processo de reformulação de quem tem o poder dentro da escola, e o Regimento acabou não trabalhando isso, porque não foi reformulado a partir disso. (02/08/1995).

Elizabete toca num ponto importante: a necessidade de elaborar o Regimento de acordo com as novas situações. Se a questão do poder na escola foi rediscutida, também o Regimento deveria refletir isso, por meio de discussão e análise do Regimento, para sua formulação.

As representantes da APASE e da UDEMO apontam, respectivamente, a avaliação e a penalidade, como questões que devem ser repensadas.

O Regimento Comum, por ser antigo, está ultrapassado. Esta é a idéia unânime das representantes das Entidades de Classe do Magistério. As dificuldades estão na parte disciplinar, na avaliação, na questão do poder na escola.

Os Regimentos Comuns, como já foi visto, não foram elaborados pelas Escolas, conforme o seu Projeto Pedagógico, nem resultaram de consulta e apreciação da comunidade escolar. Foram impostos pela Secretaria da Educação, com base em decisões tomadas de cima para baixo. Por isso não refletem a realidade da escola.

3.3.3.7. Necessidade de novo Regimento e quem deve elaborá-lo

Pela fala das representantes, a Escola está precisando de um novo Regimento ou reformular o existente.

Clara (UDEMO) afirma que precisa de um novo Regimento porque o atual está ultrapassado. Ela lembra que, tanto a APEOESP como a UDEMO têm solicitado que mude o Regimento, já há quatro ou cinco anos, mas que não sai nada de novo.

Ângela Maria (C.P.P.) defende uma reformulação, não um novo Regimento, “adaptando as aberturas que hoje nós temos e que o Regimento não tem ainda.” O argumento apresentado pela representante do C.P.P. não encontra respaldo, na medida em que, pela doutrina, o Regimento deve refletir o Projeto Pedagógico da Escola. Como o Regimento Comum foi imposto, na década de 70, e as escolas atualmente elaboram o seu Projeto baseado nesse Regimento Comum, fazem assim o caminho inverso. Além disso, a situação, da década de 70 para a atualidade, sofreu mudança profunda. Da ditadura passou-se para a democracia. Então, deve ser elaborado um novo Regimento e não apenas ser reformulado, para refletir integralmente o Projeto Pedagógico da escola.

Já a Dora (APASE) argumenta que o que precisaria seria o seu cumprimento mesmo. O Regimento é seguido só nas partes normativas mas na parte do pedagógico o professor não entende. Então, Dora não sabe se seria bem um novo Regimento ou reformular o existente de tal forma que fosse entendido por todos e seguido por todos. “Precisaria de um Regimento mais acessível à escola, de acordo com a realidade, com os professores.” Dora cita o caso da avaliação, que segundo ela,

“os professores tentam fazer, mudam os números por letras, só isso. Substituíram, então cada letra tem valor numérico, então continua a mesma coisa, né, e o professor não consegue seguir o Regimento, principalmente no que se refere à avaliação” (07/1995).

Aqui cabe uma observação. Como o Regimento Escolar foi imposto, não houve participação do professor na elaboração, e posteriormente não foi amplamente divulgado, com as informações e esclarecimentos necessários, então há situações esdrúxulas, como essa apontada por Dora.

Para Elizabete (APEOESP), a escola está precisando de uma série de coisas, e entre elas o Regimento porque:

“... toda vez que você reorganiza alguma coisa, você precisa restabelecer aquela organização, porque as pessoas passam, quem participou das reuniões passa, então você precisa ter um mínimo de legislação sobre um ambiente escolar. *Cada escola inclusive poderia ampliar a partir de um Regimento básico*, respeitando a legislação pública, as questões da Constituição Federal, Estadual e você poderia ter um Regimento mínimo, básico e aí as Escolas trabalharem esse Regimento com o Conselho de Escola, a partir de suas necessidades, entendendo que *as unidades escolares são diferentes entre si, guardam coisas comuns mas guardam também especificidades*” (02/08/1995) (grifos meus).

Como se vê, Elizabete é adepta de um Regimento Básico, sobre o qual cada Conselho de Escola trabalharia para elaborar o seu, atendendo as suas necessidades. Assim, ela vai contra a teoria apresentada de que o Regimento deve ser fruto de um projeto pedagógico, caracterizando e individualizando cada escola, e não de um Regimento Básico. Como diz Azanha (1991, p.344), o Regimento próprio é que fixa a fisionomia e a identidade da escola. Então, coloco a questão: porque não deixar que o discurso sobre a autonomia da escola se operacionalize integralmente, permitindo que a unidade escolar, por intermédio do Conselho de Escola, discuta e elabore integralmente o seu próprio Regimento, conforme o seu Projeto Pedagógico, em vez de dar um Regimento Básico? Em vez de, “meia democracia” que é “meio autoritarismo”, conforme Azanha (1991, p.345), por que não a democracia inteira? Além disso, lembro também que a elaboração de Regimento individualizado, valendo-se de um Regimento Básico, pode produzir regimento não coerente na sua linha dorsal, porque pode ser uma colcha de retalhos ao ser adaptado.

A fala da representante da APEOESP, sobre respeitar a legislação, nos remete à questão da natureza jurídica do Regimento. Como foi visto, na referência teórica, o Regimento

Escolar é de natureza mista, pois é discricionário e vinculado, concomitantemente. Pelo poder vinculado, o agente fica inteiramente preso ao enunciado da lei, em todas as suas especificações. Pelo poder discricionário, o agente tem liberdade de ação, dentro dos limites permitidos em lei, na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo. A elaboração do Regimento consiste em tomar decisões nos aspectos sobre os quais a administração terá opções na sua realização.

As representantes da UDEMO, APASE e APEOESP têm algo em comum a respeito de quem deve elaborar o Regimento Escolar: todas falam em ouvir a comunidade escolar/ rede escolar, só que o momento é que é diferente. Assim, para Clara (UDEMO) e Dora (APASE), quem tem que traçar o esboço é a própria comunidade escolar e depois os especialistas “porque se deixar só na comunidade escolar volta aquilo de mil, novecentos e antigamente” (Dora). Tem que ter opinião da comunidade para adequar à realidade mas tem que ter especialistas que possam ajudar nesse Regimento, seja com teorias seja na formalização” (Clara). Para Elizabete (APEOESP), a melhor maneira é garantir o debate, com quem vai, dia a dia, se deparar com o Regimento. Ela crê que se poderia ter um projeto piloto de proposta de Regimento pela Secretaria da Educação, debatida com as entidades, e depois submeter esse boneco à discussão na rede. Ela dá a seguinte explicação:

“... porque aí eu acho que você consegue construir alguma coisa que *vai servir à realidade*. Porque não tem sentido você ter um Regimento só para dizer que tem um Regimento e para aplicá-lo autoritariamente, porque se ele for feito por um grupo da Secretaria da Educação ou se ele for feito só pelas entidades, ou se ele for feito por um grupo de diretores, supervisores, ele será uma *coisa alheia ao ambiente escolar*. Então, você precisa garantir que esse boneco, essa proposta inicial viesse para a escola e eu acho que o *Conselho (de Escola)* é um *forum privilegiado para discutir* isso porque ele tem *representantes de todos os segmentos escolares* e você fazer, então, a discussão no Conselho” (Elizabete, APEOESP, 02/08/1995) (grifos meus).

Já para Ângela Maria (C.P.P.),

“enquanto o currículo estiver organizado como está, não dá para descartar os órgãos de administração. Agora, se o currículo for descentralizado, cada escola organiza o seu currículo em função da sua realidade, em função da realidade da comunidade, aí o Regimento vai ficar dentro do âmbito escolar, não tem outra forma” (10/10/1995).

Ângela Maria argumenta que há duas situações curriculares: de um lado, a situação de currículo por necessidade, nos países em desenvolvimento (que é o caso do Brasil), onde existem certos conteúdos básicos e certos elementos de formação também considerados

básicos. Então, o currículo passa a ser determinado, ele vem centralizado, com uma percentagem X, Y para cada situação dessa. De outro lado, a situação de currículo por interesse, nos países que estão num processo de desenvolvimento muito mais avançado. A própria comunidade organiza seus currículos escolares porque tem maturidade suficiente porque a necessidade já está satisfeita. O currículo não é mais por necessidade, o currículo passa a ser por interesse. Por isso, para Ângela Maria:

“Enquanto esse currículo for por necessidade esse Regimento também tem que ser organizado, porque nós temos obrigação de desenvolver determinados componentes curriculares e, em função disso, existe uma montagem total para não se perder o investimento. Dependendo do estágio de desenvolvimento, nós vamos levar mais pra frente ou vamos segurar esse Regimento do jeito que ele está, quer dizer... enquanto nós não sairmos dessa agonia da necessidade, nós vamos ter que ter esse Regimento preestabelecido. Assim que eu entendo!” (10/10/1995)

De acordo com a teoria, o Regimento Escolar deve expressar a legitimidade e a legalidade. A legitimidade é o fundamento do exercício do poder e a legalidade é qualidade desse exercício. A legitimidade surgirá da participação consciente de toda a comunidade escolar. Conseqüentemente, o Regimento deve ser fruto de um processo em que o conjunto da comunidade escolar participe, analisando, discutindo e decidindo sobre as normas que presidirão sobre a organização e funcionamento da escola, conforme as diretrizes e finalidades estabelecidas no Projeto Pedagógico. A defesa das representantes de classe de que, para a elaboração do Regimento, deve ser ouvida a comunidade escolar, encontra assim, respaldo na doutrina. Já a questão de que o Regimento deve ser reflexo do Projeto Pedagógico não encontra eco, quando a representante da APEOESP propõe um projeto piloto de proposta de Regimento pela Secretaria da Educação, porque pela teoria cada escola deve elaborar o seu Regimento para individualizar a escola atendendo às suas peculiaridades, e não a Secretaria de Educação apresentar uma proposta de Regimento. No dizer de Azanha (1991, p.344-5): “O regimento próprio fixa a fisionomia e a identidade da escola” e “o regimento comum exonera a escola de refletir sobre a sua própria organização”.

3.3.3.8. Elaboração do Regimento pelo Conselho de Escola

Segundo a fala das representantes das entidades de classe, os sindicatos não discutiram sobre a questão de o Conselho de Escola elaborar o Regimento, conforme o artigo 95 da Lei 444/85. Mas elas opinam assim:

“Sempre que é tocado nesse assunto a gente sabe que o Conselho de Escola tem essa prerrogativa, só que até hoje a gente não encontra tempo, não encontra uma discussão mais profunda para estar mexendo, então a gente acaba empurrando com a barriga e levando do jeito que está” (Clara, UDEMO, 25/09/1995).

“A gente não discute esse assunto em relação ao Conselho de Escola. Não tenho a posição da associação. Mas a gente sempre pediu que tivesse o Conselho para que a escola.... que o diretor não ficasse sozinho” (Dora, APASE, 07/1995).

“Enquanto associação, nós ainda não temos uma posição minuciosa a respeito. O que existe é uma conversa de bastidores sobre autonomia da escola e no momento dessa autonomia da escola é claro, o Conselho passa a ser um órgão normativo dentro da Escola, e porque não o Regimento? Essa é uma opinião assim... enquanto membro do Conselho (do C.P.P.), seria uma posição particular que eu contribuiria se essa discussão viesse a ser colocada pelos órgãos da Diretoria” (Ângela Maria, C.P.P., 10/10/1995).

Eu não me lembro da gente ter feito essa discussão especificamente, mas é um princípio da entidade, mesmo porque o *Conselho de Escola foi uma luta nossa, de que o Conselho seja um privilegiado para discutir a questão das escolas*. Eu acredito que a entidade tenha essa posição, porque seria coerente com tudo que a gente vinha debatendo, porque o Conselho tem todos os segmentos escolares e aí você tem condições de ter um Regimento amplo, um Regimento que pudesse atender as necessidades da escola, se é uma coisa fácil, não burocratizada, que você pudesse inclusive modificá-lo quando fosse necessário através do Conselho. Eu acho que é isso... e só acho que a gente tem que garantir no primeiro momento um debate amplo, no sentido de você ter referencial de todas as escolas, então... fazer talvez um boneco que fosse aí debatido por todos e que fosse uma proposta mínima, com os Conselhos tendo então essa autonomia para colocar outros artigos, desde que não ferisse o aspecto geral do Regimento Geral (Elizabete, APEOESP, 02/08/1995) (grifo meu).

Azanha (1991), ao apreciar o Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo por ocasião da sua aprovação, faz um comentário sobre a “gestão democrática” proposta no projeto. Para ele, por um lado, teoricamente, um Conselho de Escola com definidas responsabilidades na organização e gestão do processo educativo é altamente defensável, de outro lado, a sua implantação talvez devesse ser gradativa, com o próprio Conselho reivindicando novas responsabilidades para as quais se sinta preparado. Como as tarefas

listadas para o Conselho de Escola são complexas, exigindo discernimento profissional, e levando em conta que a composição do Conselho será paritária e que a clientela provém de zonas periféricas e pobres, com pais analfabetos ou semi-alfabetizados, embora com alto interesse pela educação dos filhos, isso, por si só, não credencia ninguém a discutir tarefas complexas, como por exemplo “discutir e adequar para o âmbito da unidade escolar as diretrizes da política educacional estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação”. O ponto de discussão para o autor é: as comunidades estariam preparadas para o desempenho de todas as tarefas cometidas ao Conselho de Escola? e essa discussão não significa perfilhar o “velho preconceito (...) de que a população não pode falar”. Para Azanha, “a população pode e deve falar, mas não ser compelida a assumir tarefas para as quais não esteja preparada” (p.346-7).

As representantes dizem que as entidades não discutiram a questão, mas pessoalmente defendem que o Conselho deve elaborar o Regimento Escolar. Nas observações realizadas por mim, constatei que, com exceção de parte dos profissionais da escola, os demais segmentos, em sua maioria, além de não saberem o que é regimento, não conhecem o da escola, e quando conhecem, conhecem-no fragmentadamente. Se não conhecem o regimento em vigor, será que teriam condições de elaborar um? Além disso, foi constatado também que, além de não participarem da elaboração do Projeto Pedagógico, não tomam conhecimento desse Projeto depois de pronto. Não vai ser uma tarefa fácil, mas não quer dizer impossível. Vai ser preciso fazer um trabalho prévio de estudar o próprio regimento em vigor, bem como ter orientações teóricas sobre o conceito de Regimento, sua natureza jurídica, sua vinculação com o Projeto Pedagógico. É preciso ter trabalho de divulgação e de comunicação.

3.3.3.9. Influência do Regimento Escolar na organização do trabalho da Escola Pública

O Regimento Escolar pode ser considerado um instrumento fundamental na organização do trabalho porque “tem que ter alguma regra para seguir” (Dora, APASE), porque “além de ser um instrumento normativo ele dá segurança à administração, (...) é a cartilha do diretor, é a cartilha de quem estiver trabalhando na escola ou administração” (Ângela Maria, CPP).

Para a representante da APEOESP, o Regimento é fundamental,

“se for alguma coisa que resuma aquilo que precisa estar regimentado da discussão que o coletivo faz, estabelece propostas. O Regimento pode ser fundamental nesse sentido, no sentido de estar ordenando essa sistemática na escola. (...) toda a ação coletiva, ela tem que ter uma organização, então *o Regimento pode ser o resultado de uma discussão* e ele pode *contribuir para uma organização*, desde que ele seja isso... o resultado de um processo” (Elizabete, APEOESP, 02/08/1995).

A fala da Elizabete de que o Regimento é fundamental, contribuindo para a organização, desde que seja resultado de uma discussão, tem respaldo em Zabot (1986), segundo o qual o Regimento Escolar, como instrumento de organização administrativa e pedagógica da unidade, deve nascer da discussão e da participação de toda a comunidade escolar, expressando os valores e os interesses da maioria.

Elizabete destaca ainda o prisma da participação nessa questão:

“(...) a gente começa a perceber a importância de um Regimento, na medida em que você participa das coisas. Então, no momento em que você começa a participar das coisas você percebe que é importante ter uma definição dos procedimentos” (02/08/1995).

E exemplifica a reunião do REM (Representantes de Educadores do Município) para a qual as entidades são convidadas a participar desde dois anos atrás e agora surgiu a questão da definição de como as entidades enviam os seus representantes o que denota a falta de um Regimento.

“Não existe uma ordenação de quem vota, como vota, como se tira os delegados... porque são os representantes da educação no Município, mas como até hoje esse órgão foi meio burocrático, praticamente unia diretores e o delegado de ensino, não há uma preocupação de ter um Regimento, mas à medida que ele se amplie e se coloque para a comunidade, aí você tem que discutir, vai ter que ter uma ata da associação indicando os passos, de quem estaria representando uma entidade, as coisas que ordenariam uma votação, a questão de como se convoca para essa reunião, se das escolas vem só o diretor mesmo ou se é o Conselho que define quem vem... Então, na medida que você amplia o órgão de poder, você acaba tendo que ter uma regulamentação, porque tem que ser para todos. O Regimento também tem essa característica, ele é para todos” (Elizabete, APEOESP, 02/08/1995).

A preocupação da Elizabete sobre a participação e definição de procedimentos é pertinente. De acordo com a referência teórica, para que uma organização funcione é preciso que os princípios, as metas e as estruturas se operacionalizem em um conjunto de normas que regulem a vida da organização para evitar que as perspectivas subjetivistas das pessoas choquem com as metas institucionais provocando fracasso.

Para as representantes das entidades de classe da educação, o Regimento Escolar influi na organização do trabalho na escola em tudo porque dá as normas da escola, seja pública ou seja privada.

Para Ângela Maria (C.P.P.), o Regimento Escolar influi de uma maneira forte porque o professor, o diretor, o servente, a secretária se preocupam em desempenhar suas atividades previstas no Regimento. O Regimento é documento importante, é um documento normativo da escola.

“Agora, em relação à avaliação, aplicação de prova, metodologia... o Regimento oferece as normas administrativas porque a liberdade do professor é respeitada, então ele não dita normas para o trabalho do professor. Então, por um lado, ele organiza a estrutura, mas o crescimento do trabalho pedagógico não é estabelecido pelo Regimento. Então, por isso que os professores não mexem com o Regimento, muito em termos de mudar porque eles já têm atribuições deles e têm a liberdade total de trabalho, salvo a organização administrativa em termos de horário, essas coisas são estabelecidas na própria escola e por legislação específica” (Ângela Maria, C.P.P., 10/10/1995).

Para tornar o Regimento Escolar um instrumento real e efetivamente fundamental de organização do trabalho na Escola pública, há duas posições entre as representantes de entidade de classe. Uma, é a da representante do C.P.P.: o Regimento precisa ser divulgado, precisa ser conhecido. Para isso, precisa haver um espaço para se discutir realmente a norma que é estabelecida no Regimento, para ver que interpretações o Regimento tem, para um aperfeiçoamento inclusive para uma melhor qualidade de trabalho e até possíveis alterações. A outra posição, a das representantes das demais entidades (UDEMO, APASE, APEOESP), enfoca a questão do nascedouro: o Regimento teria que nascer da base. Se as pessoas ajudarem na elaboração desse regimento, se esse Regimento estiver de acordo com a realidade e se as pessoas conhecerem realmente o Regimento, então é possível fazer que o Regimento funcione realmente.

Para Clara (UDEMO):

“A rede teria que estar delineando ou garantindo alguns pontos que democratizaria, porque ele (referindo-se ao atual Regimento Comum) é extremamente autoritário. Você tenta fazer um trabalho democrático dentro da escola, aí você esbarra no Regimento. Então, ele acaba sendo um entrave para o trabalho pedagógico bem feito. Então, eu acho que esse Regimento teria que estar nascendo das discussões do Sindicato e depois transformado em *lei* pela própria Secretaria da Educação” (25/09/1995).

Ao pregar que o Regimento deve estar nascendo das discussões do sindicato, Clara comete um equívoco. O Regimento deve nascer da discussão da comunidade escolar que tem mais segmentos - direção, professor, funcionário, pais e alunos, além de que o Regimento ao caracterizar e individualizar cada escola, de acordo com sua filosofia e suas peculiaridades, é um dos servidores do Projeto Pedagógico para aquela escola. Tanto o Projeto Pedagógico, quanto o Regimento Escolar devem ser próprios de cada escola. Isso não exclui a colaboração do Sindicato. Se a obrigação fundamental da escola é refletir sobre a sua própria organização, conforme Azanha (1991, p.345), a elaboração do Regimento deve ser feita pela própria escola e não como prega Clara, só pelo Sindicato. Novamente, a ignorância, ao dizer que “depois vai ser transformado em lei pela própria Secretaria da Educação” no que diz respeito à natureza jurídica do Regimento - que é ato administrativo, provindo do poder hierárquico do Executivo, ao passo que Lei é tarefa específica do Legislativo. A escola vai usar o seu poder discricionário, ao elaborar o seu Regimento, sobre os elementos deixados livres pela lei, realizando suas opções, dentro dos limites permitidos em lei. A atividade discricionária não dispensa a lei, nem se exerce sem ela, senão com observância e sujeição a ela. Regimento é ato administrativo, e não, lei.

Para Dora (APASE):

“Se as pessoas ajudarem na elaboração desse Regimento, se estiver de acordo com a realidade, eu acho que é possível fazer com que funcione, porque, às vezes, elas não conhecem, né, às vezes, não estava de acordo com a realidade desse professor, então elas não cumprem” (07/1995).

Para Elizabete (APEOESP), toda ação coletiva tem que ter uma organização e o Regimento pode contribuir para uma organização desde que seja o resultado de um processo.

“Eu acho que, *cada escola contempla uma realidade*, então, você precisa ter aqueles artigos que contemplem aquela realidade, agora eu acho que *precisa ter uma coluna vertebral comum* aí para você garantir uma certa... (...) agora eu acho que o processo deve ser garantido, pode até ser que no final do processo se defina que não dá para ter nada. Agora, só se garantir a discussão é que nós vamos ter essa avaliação, até para defrontar as várias concepções de Regimento. A discussão é sempre uma coisa que enriquece muito, a troca de conhecimento, experiência” (02/08/1995) (grifos meus).

Elizabete comenta ainda:

“Eu até estava lendo esse texto do Ladislau, (...) que a tendência mundial... é que nós estamos mudando, passando de uma fase da democracia representativa para uma democracia de ações em todos os locais, as pessoas passam a atuar mais, você vai ter

realmente mais lugares de discussão e decisão, quer dizer, você muda o foco da decisão. Eu lembro, por exemplo, quando eu comecei a participar de Congressos Sindicais, que o Regimento era uma coisa muito mais densa. Hoje os Regimentos são muito mais concisos e o que fez isso? Foi o constante *hábito de estar discutindo o Regimento*, estar participando dos congressos. À medida que você cria uma cultura de congressos, de participação, você pode simplificar as coisas, porque coisas que eram tão fundamentais na época, hoje, já não são tanto. Então, você conseguiu sistematizar melhor, objetivar as coisas, mas o que é isso? É *a condição de você participar*, e se hoje as pessoas tiverem essa condição, com certeza você vai *criar coisas melhores, regimentos melhores*, mas eu acho que não há problemas de você ter *uma proposta geral* e você ir discutindo as especificidades dessa proposta, até para você poder garantir que os regimentos tenham alguma coisa do que foi acumulado pela sociedade” (02/08/1995).

A teoria, como já foi visto, prega que o Regimento deve traduzir, na prática, o Projeto Pedagógico da Escola, isto é, é preciso que os princípios, as metas e as estruturas se operacionalizem em um conjunto de normas reguladoras da vida da organização. Assim, tanto o Projeto Pedagógico como o Regimento devem ser específicos de cada unidade escolar, caracterizando e individualizando cada uma. Na verdade, o Regimento todo deve atender aquela realidade, deve refletir o Projeto Pedagógico daquela escola. Como Elizabete defende uma proposta geral de Regimento, um Regimento Básico, e reconhece que “cada escola contempla uma realidade”, por isso, ela anuncia que precisa ter “uma coluna vertebral comum” e “deve ter aqueles artigos que contemplem aquela realidade”.

É importante lembrar, neste momento, uma observação feita por Azanha (1991): “A autonomia de cada escola de uma rede não exime a administração do sistema de ensino da responsabilidade de fixar as diretrizes e as metas de uma política educacional” (p.345). Ainda, segundo o autor, “quando as escolas não têm a sua autonomia e responsabilidades claramente definidas, a tendência da Administração é a de regulamentar em excesso e, a das escolas, a de ficarem imobilizadas aguardando ordens” (p.345). Assim, é óbvia a necessidade de estar atento, para distinguir os casos em que as diretrizes da Secretaria são imprescindíveis, pois o assunto está ligado à política educacional, de outros, em que a matéria abrangida é claramente da escola, dispensando intervenções externas.

Um aspecto importante tocado pela Elizabete é a questão da participação por meio da discussão em todas as ações, inclusive, no da elaboração do Regimento. Assim, estamos diante da legitimidade que é o processo participativo “que regulamenta de modo democrático e

comunitário as regras de jogo da vida em comum” (Demo, 1988, p.48). Se as regras forem elaboradas comunitariamente serão legítimas, caso contrário, se, apenas decretadas, carecerão de legitimidade, embora legalmente estabelecidas. Quando Elizabete diz que, se as pessoas tiverem essa condição - a de participar - as criações serão melhores, inclusive os regimentos, está coerente com o princípio de que quanto mais pessoas são envolvidas na elaboração do regimento mais possibilidades há de se conseguir fórmulas adequadas de regulação da atividade educativa, conforme visto na referência teórica. Por isso, o Regimento deve ser fruto de um trabalho coletivo, em que o conjunto da comunidade escolar participe.

3.3.3.10. Porque a Escola-Padrão não elaborou Regimento próprio

Para Dora (APASE), o Conselho de Escola da Escola-Padrão não aproveitou a oportunidade para elaborar um novo Regimento adequado ao projeto porque

“o Regimento (Comum) foi feito por decreto, então não pode ser mudado, e normalmente quem tem atribuição de fazer o Regimento é o Conselho de Escola, não pode tá mudando. Ele pode pensar em sugerir alguma coisa, pra poder atualizar esse Regimento de acordo com a nova realidade da escola” (07/1995).

Clara (UDEMO), em relação ao assunto, acha que “não tem essa abertura para estar fazendo um Regimento próprio de cada escola”.

Ângela Maria (C.P.P.), por entender a Escola-Padrão como um projeto colocado numa parte da rede, com resultados sendo colhidos durante a aplicação do próprio projeto, tem “a impressão que alterar o Regimento seria ‘a posteriori’, após os resultados obtidos dentro do projeto, (...), porque é frágil a situação da Escola-Padrão.”

Nota-se a ignorância de Dora, sobre a competência para a aprovação do Regimento, que de acordo com o inciso VII do artigo 2º da Lei nº 10.403, de 06/07/1971, “a competência para aprovar os regimentos e suas alterações de escolas de ensino de 1º e 2º graus é exclusiva do Conselho Estadual de Educação”, e não do Governador, por meio de Decreto. Aliás, esse equívoco da representante encontra respaldo, no fato de que, talvez, por excesso de zelo, os Regimentos Comuns do Ensino de 1º Grau e o do 2º Grau receberam uma rubrica a mais, a do Governador, aprovando-os pelos Decretos nº 10.623, de 28/10/1997, e nº 11.625, de 23/05/1978.

Tanto a representante da APASE quanto a da UDEMO desconhecem o conteúdo dos Pareceres do Conselho Estadual e até o dos Decretos (indevidos) que aprovam os Regimentos Comuns, que permitem e estimulam “a possibilidade de elaboração de regimentos próprios, por escolas cujas condições permitam” (Parecer C.E.E. nº 1.136/77, p.1024). Já, a representante do C.P.P. ao dizer que “alterar o Regimento seria ‘a posteriori’, após os resultados obtidos dentro do projeto” desconhece que o Regimento é um servidor do Projeto Pedagógico, assim sendo, toda implantação de um Projeto deve vir acompanhada do respectivo regimento. Não se entende a implantação de um Projeto com idéias novas sob a égide de um regimento feito sob outras diretrizes, outras finalidades, outros princípios.

Teoricamente, como foi visto na fundamentação, elaboram-se o Projeto Pedagógico e o respectivo Regimento Escolar. O próprio Parecer do Regimento Comum permite e sugere às Escolas se libertarem do Regimento Comum e criarem o seu próprio Regimento. Infelizmente, só ficou no discurso e o anseio não se realizou.

3.3.3.11. Minuta do Regimento Escolar/1994.

A representante da UDEMO desconhece a minuta do Regimento Comum de 23/12/1994. A representante da APEOESP também declara que não tomou conhecimento e que não chegaram a discutir porque o final do ano (1994) foi muito atribulado por conta da resolução sobre ensino religioso, sobre a atribuição de aula e o ano de 1995 iniciou com greve e com novo Governo. Assim, a APEOESP acabou não debatendo essa proposta de Regimento e “até agora eu só sei que a Secretaria da Educação tem algumas comissões mas até agora não colocou essa discussão para a rede” (Elizabete, APEOESP, 02/08/1995).

A representante do C.P.P. esclarece que o C.P.P. tem, em nível central, uma Comissão de Estudos sobre a situação das Escolas, que procura dar entendimento, que levanta questões sobre todos assuntos novos e que são repassados às Regionais. O C.P.P. tem também um Jornal que publicou a respeito dessa minuta, mas não se criou um espaço, nem na rede, nem nas Regionais para a discussão. A representante acredita que “deve ser alguma coisa que ainda deve estar para vir, mas no momento não foi feito nada minuciosamente”.

A única que leu a minuta e tem algumas observações a fazer é a representante da APASE. A avaliação do curso regular por menções e avaliação do Supletivo por notas que teriam que ser rediscutidas mas

“a Associação nem se preocupou... que começou Governo (Covas), começou mudando tudo. A Associação está esperando que seja retomado isso aí (...) mas não foi nem divulgado pros professores porque no dia primeiro de janeiro (1995), já sai tudo, modificando tudo. Então, não adianta nem... vai mexer pra quê?” (Dora, APASE, 07/1995)

Estudos propostos para serem realizados em período de troca de governo, neste país, não são produtivos, porque a experiência mostra que cada governo que assume o poder implanta novos projetos, não avaliando os que estavam em andamento, e não dando continuidade ao que o antecessor vinha fazendo. O fato agrava-se, mais ainda, quando dentro da própria administração, a cada mudança de Secretário, há um novo projeto. A maioria das representantes não tomou conhecimento da Minuta do Regimento Escolar/1994. Desconhecendo, não há como emitir opinião. Somente a representante da APASE leu a Minuta na íntegra e faz restrições à questão da avaliação.

Apresentados os resultados das entrevistas a respeito do Regimento Escolar, na sequência, comparo os dados entre as três escolas pesquisadas, e entre a Delegacia de Ensino e as Entidades de Classe.

3.3.4. Comparação entre as posições das escolas pesquisadas e entre Delegacia de Ensino e Entidades de Classe sobre o Regimento Escolar

3.3.4.1. Comparação entre posições de Escolas Estaduais sobre o Regimento Escolar

De um modo geral, os profissionais (direção, vice, coordenador, inspetor de aluno) das Escolas Comuns e da Escola-Padrão sabem o que é Regimento Escolar, com exceção do oficial de Escola e da diretora da “Romana” que confunde Regimento com lei, da inspetora de aluno da “Romana” e da servente do “Tiradentes” que declaram que não sabem o que é um Regimento.

Os profissionais do “Tiradentes” definem melhor o Regimento, explicitando os aspectos que são normatizados - administrativo, pedagógico e disciplinar.

O segmento pai de aluno, nas Escolas Comuns e na Escola-Padrão apresentam-se equilibrados nesta questão. Há pais que não sabem o que é um Regimento Escolar e há outros

que definem o Regimento e outros que confundem Regimento com lei, regimento com organização.

Os alunos das Escolas Comuns, com exceção de um (*Romana*) e os da Escola-Padrão, com exceção de dois, não sabem o que é Regimento Escolar. Todo o segmento professor da Escola-Padrão define melhor o Regimento Escolar, ao passo que nas escolas comuns uma parte desse segmento não sabe o que é Regimento Escolar.

Para o pessoal das Escolas Comuns, de um modo geral, o Regimento serve como norteador do seu trabalho e do da escola. Os professores (PIII) salientam também a importância do Regimento a respeito da frequência e manutenção da disciplina do aluno, a respeito dos limites do professor e do aluno. O pessoal da Escola-Padrão, de um modo geral, nesta questão apontou como significativos direitos e deveres em relação à sua função. Nas Escolas Comuns, as secretárias trabalham em função do Regimento, perseguindo as obrigações, ao passo que na Escola-Padrão, embora a secretária saiba que o Regimento contém normas, nunca o leu, por isso silenciou nesta questão. O assistente de administração também não conhece o Regimento da Escola.

Nas Escolas Comuns, os coordenadores silenciaram sobre o papel norteador do Regimento. Na Escola-Padrão, alguns coordenadores disseram que, como coordenadores, o Regimento Escolar é um norteador das suas ações, e como professores, o Regimento é fundamental, na avaliação, assiduidade e frequência do aluno, e no plano mais geral, na questão das funções dos professores, diretor e funcionários.

As professoras da Escola-Padrão não responderam à questão - papel do Regimento Escolar no desenvolvimento do trabalho.

Para o pessoal das Escolas Comuns, o Projeto Pedagógico tem que estar vinculado ao Regimento Escolar existente, com exceção de uma professora do *Cabral* porque para ela o Projeto Pedagógico “não existe, é uma brincadeirinha que a gente faz todo ano”. E as professoras da *Romana* não explicitaram a relação.

Para o pessoal da Escola-Padrão, grosso modo, também o projeto pedagógico tem que estar baseado no Regimento Escolar. A diretora declara que foi criado o Código Disciplinar da Escola em função do projeto pedagógico que tinha como grande objetivo o resgate de valores. Nesta questão, a Escola, baseada no projeto, elaborou normas de conduta. Os pais e alunos, o

assistente de administração e uma servente da Escola-Padrão, por não conhecerem o Projeto Pedagógico não sabem se há relação.

Tanto nas Escolas Comuns como na Escola-Padrão, a direção (diretor e vice-diretor) aponta a presença do Regimento no dia-a-dia da Escola, na parte pedagógica, administrativa e disciplinar, com exceção da assistente de diretor da Escola-Padrão que deixa de responder a questão, alegando que tem que “catar serviço”.

Para a categoria coordenador, nas Escolas Comuns, há uma divergência: enquanto a coordenadora do *Cabral* declara que não trabalha no dia-a-dia com o Regimento, a coordenadora da *Romana* vê a presença do Regimento, na questão do Plano Escolar, da disciplina e especialmente na questão da avaliação. Na Escola-Padrão, os coordenadores, de um modo geral, confirmam a idéia da coordenadora da *Romana* - apontando a utilização do Regimento Escolar para estabelecer o Código Disciplinar, para o plano, para a avaliação.

Na categoria secretário, para os das Escolas Comuns, o Regimento Escolar aparece na questão da avaliação, da transferência. E a secretária da Escola-Padrão, como nunca leu o Regimento Comum, arrisca citando “a elaboração de vários documentos e transferência de alunos”.

O segmento pais de alunos apresenta-se assim nesta questão: somente um pai da Escola Comum (*Cabral*) aponta as questões disciplinares que têm sido levadas ao Conselho de Escola para serem discutidas. Os pais da Escola-Padrão, como ou só conhecem parte do Regimento Escolar ou o desconhecem, não souberam responder a esta questão.

Do segmento professor, somente um professor da Escola Comum (*Cabral*) apontou a atuação do Conselho de Escola na questão disciplinar, com convicção. Na outra Escola Comum, um professor declara que sabe da existência do Regimento Comum mas não se lembra dos itens desse Regimento e cita que a *Escola Romana* elabora as normas disciplinares para os alunos. Na Escola-Padrão, apenas uma professora cita o Conselho de Classe (referindo-se ao Conselho de Escola) e avaliação.

Na categoria alunos, há uma pequena diferença entre as Escolas Comuns e a Escola-Padrão, pois apenas uma aluna da Escola-Padrão aponta a questão da formação do Grêmio, a avaliação, a frequência, a disciplina, como questões que aparecem no dia-a-dia. Os demais porque não conhecem o Regimento não sabem.

Não há, pela fala dos entrevistados, tanto nas Escolas Comuns como na Escola-Padrão, uma divulgação da totalidade do Regimento Comum para o conjunto da população interessada. Numa das Escolas Comuns (*Cabral*), embora o diretor afirme que o Regimento Escolar é divulgado no Planejamento Escolar, para professores, somente a PI confirma isso, ao passo que os PIII negam essa afirmativa. Na *Romana*, a diretora lê para os professores algumas partes do Regimento no Planejamento, o que é testemunhado por dois professores entrevistados, mas que lamentam porque depois não há continuidade.

As categorias pais e alunos do *Cabral* afirmam que não há divulgação do Regimento Escolar, ao passo que na outra Escola Comum (*Romana*), os pais declaram que a divulgação é feita oralmente pela diretora ou vice-diretora mas reclamam que nunca leram o Regimento porque o documento não é distribuído para o usuário. Os alunos nunca viram o Regimento Escolar.

Já, no *Tiradentes*, Escola-Padrão, há uma pequena divulgação, especialmente entre professores, entre os conselheiros, entre os funcionários, e entre os coordenadores, não do Regimento como um todo, mas de partes (xerocadas), como informa a diretora e os entrevistados confirmam. Os alunos ouviram a leitura do direito e dever, feita por um professor, na sala de aula. O coordenador do noturno também leu os direitos e obrigações dos alunos, em sala de aula, no início do ano, sem passar cópia do Regimento Comum.

Há motivos comuns apontados, tanto nas Escolas Comuns como na Escola-Padrão, a respeito do Regimento Escolar não receber atenção da comunidade escolar: falta de conhecimento, falta de interesse, falta de divulgação, falta de informação, falta de divulgação sobre a importância do Regimento e falta de participação. E na Escola Comum (*Cabral*) o segmento pai critica que não interessa à direção da Escola que pais e professores tomem conhecimento do Regimento, porque a direção é autoritária e assim, pode mais facilmente dominar as pessoas, e os pais também são responsabilizados porque, segundo os pais conselheiros, os pais são alienados, estando ausentes da escola.

Na Escola-Padrão, para a diretora, falta o hábito de o professor estudar a legislação e, na visão de alguns coordenadores, falta o hábito de as pessoas participarem de discussões.

Nas Escolas Comuns e na Escola-Padrão, a opinião geral sobre o atual Regimento Escolar é que ele é antigo, ultrapassado e precisa ser reformulado, com exceção das vice-

diretora e assistente de diretor, da servente e do coordenador de comunicação e expressão da Escola-Padrão que declaram que o Regimento Escolar está bom.

Tanto nas Escolas Comuns como na Escola-Padrão há necessidade de um novo Regimento consoante a opinião de todos os segmentos, com exceção do coordenador de comunicação e expressão e de dois professores III da Escola-Padrão. Há também um consenso de que a responsabilidade da elaboração desse regimento é da escola, num sentido amplo, e não dos órgãos superiores. Há uma defesa de que deve haver um envolvimento de todos - diretor, vice-diretor, professores, coordenadores, funcionários, alunos, pais. Na Escola-Padrão, uma aluna opina que a Secretaria da Educação deve apresentar uma proposta a partir da qual cada escola elabora o seu, conforme suas necessidades; uma servente restringe essa elaboração à diretora da Escola e uma mãe coloca autoridades de outras instâncias (de governador a prefeito, de vereadores!)

Nas Escolas Comuns e na Escola-Padrão as pessoas citam, como conteúdo do Regimento, questões relativas a aspectos administrativos, didáticos, disciplinares, direitos e deveres, às instituições complementares, às condições físicas e materiais. Na Escola-Padrão algumas salientam ainda a necessidade de mais ação coletiva, a necessidade de fazer que o aluno assuma responsabilidade sobre a frequência às aulas, flexibilizando a situação de confinamento na escola e permitindo que o aluno saia, e na *Romana* um pai reclama da falta de diálogo da direção com os pais.

Tanto nas Escolas Comuns como na Escola-Padrão, o Regimento Escolar é considerado um instrumento fundamental no processo de organização do trabalho na escola porque norteia todas as atividades da escola.

Tanto nas Escolas Comuns como na Escola-Padrão, os entrevistados declaram que toda a atividade da escola é feita com base nas regras contidas no Regimento Comum. A secretária de uma das Escolas Comuns (*Cabral*) questiona se o Regimento está influenciando, porque, na sua opinião, “a parte pedagógica está completamente esquecida” e “o assistente de ensino é um mero inspetor de aluno” e uma professora da Escola-Padrão declara que não sabe se o Regimento influi na organização do trabalho.

Tanto nas Escolas Comuns como na Escola-Padrão, há alguns casos de prejuízo ou não validade de alguma atividade não prevista no Regimento Escolar. Embora o diretor do *Cabral* e a coordenadora neguem que há casos, uma das vice-diretoras coloca a questão da autonomia

da escola para contratação de professor que a Escola Comum não tem e a Escola-Padrão tem, como um prejuízo para a Escola que não pode analisar o professor para contratá-lo e tem que compulsoriamente ficar com o professor que vem da Delegacia de Ensino. Há também a questão de sucata de material permanente que não pode ser vendido e que deve permanecer armazenado na escola, ocupando espaço. As alunas estagiárias que ficavam o dia inteiro na escola sentiram-se prejudicadas porque não podiam usufruir da merenda da escola que muitas vezes era jogada no lixo.

Na *Escola Romana*, a coordenação pedagógica prevista para a escola é em relação ao C.B., ficando de fora, as 3ª e 4ª séries. Então, para suprir uma falha, a diretora infringe o Regimento Comum, por sua conta e risco, liberando as professoras após as dez horas, uma vez por mês, para uma reunião com a coordenadora do C.B.. Com relação às “reuniões pedagógicas” a diretora sacrifica aulas num período, sistematicamente. A coordenadora declara que apresentou propostas que não puderam ser levadas avante porque o Regimento Escolar não permitia.

Na Escola-Padrão, também a questão de suspensão de aula para fazer reunião com pais, bem como a suspensão de aulas porque não tem professor, também aparece. Não estão previstas no Regimento Escolar e que acabam sendo feitas e não estão oficialmente legalizadas. A recuperação paralela que foi adotada, no início da Escola-Padrão, e que não estava prevista no Regimento Comum, teve que ser abolida e no final do ano retornou-se à recuperação final (a prevista no Regimento Comum).

O Conselho de Escola da Escola-Padrão não sentiu necessidade de um novo Regimento Escolar, na fala de diversos segmentos, porque o “Conselho de Escola não tem a consciência do que é um Plano Diretor...”, porque “falta a consciência do coletivo...” (diretora), porque “fomos muito acostumados a receber tudo pronto e talvez, só ter que cumprir” (coordenadora Fátima); “por falta de informação a escola que seria independente em tudo deveria ter elaborado um Regimento para nortear toda ação educativa” (coordenador comunicação e expressão); por desinteresse e acomodação (coordenadora de Ciências). O único que afirma que o Conselho de Escola sentiu necessidade foi o coordenador do ensino noturno, tanto assim que, segundo ele, “bem ou mal foi feito um Regimento (referindo-se ao Código disciplinar) onde se fala muito no aluno, no como o aluno seria punido, quais as pretensões que teriam...”

“...o Conselho discutiu sim, mas nós falhamos em ... não pensar em um Regimento mais abrangente, mais global da Escola...”

Tanto nas Escolas Comuns como na Escola-Padrão, somente parte da direção tomou conhecimento da Minuta do Regimento Comum mas nada foi feito em termos de divulgação, análise, discussão e envio de sugestões à Comissão responsável, sendo que um pai do *Cabral* ficou sabendo por fora e um coordenador da Escola-Padrão recebeu xérox da diretora “para tomar conhecimento”.

Há um desconhecimento, por parte do pessoal das Escolas, sobre a relação do Projeto Pedagógico com o Regimento Escolar. O Projeto Pedagógico define as finalidades, enquanto o Regimento é “a concretização regulamentar dos princípios, metas e estruturas estabelecidas no Projeto Pedagógico” (Vidal, Cárave e Florencio, 1992, p.287). O Projeto ilumina o Regimento.

É a cúpula da escola - diretor, vice-diretor, coordenador e parte do professorado -que conhece o Regimento Escolar. Das secretárias, as das Escolas Comuns conhecem parte do Regimento, e a da Escola-Padrão desconhece-o. Muitos alunos e pais nem sabem o que é Regimento. Funcionários só sabem a parte dos seus direitos e deveres. Não há divulgação da existência e da importância, nem do conteúdo do Regimento. Quando a divulgação é feita, é fragmentada. O todo nunca é colocado.

A escola deve divulgar e discutir o Regimento com toda a comunidade escolar. De posse das informações, as pessoas refletirão sobre o que existe e questionarão, discutirão, sugerirão. A realidade passará a ser vista pela comunidade com olhos próprios e não com os de outrem. A comunidade deixará de ser conduzida para ser a condutora.

3.3.4.2. Comparação entre as posições da Delegacia de Ensino e das Entidades de Classe sobre o Regimento Escolar

Há um consenso entre o pessoal da Delegacia de Ensino e o das Entidades de Classe sobre o Regimento Escolar como conjunto de normas que regem o funcionamento de uma escola, determinando as funções para as pessoas e definindo as formas de se proceder dentro do ambiente escolar.

A maioria dos profissionais da Delegacia de Ensino e das Entidades de Classe afirma que o Projeto Pedagógico tem que estar vinculado ao Regimento Escolar, no caso o Regimento

Comum. Um supervisor considera que o aspecto administrativo independe da proposta educacional, ao passo que o aspecto pedagógico do Regimento Escolar deve ser adequado à proposta. Há um equívoco por parte desse supervisor porque o aspecto pedagógico é que, teoricamente, determina a ação administrativa e “organiza as funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades” (Alves, 1992, p.21, *apud* Veiga, 1995, p.25). O aspecto administrativo tem que estar articulado, ter coerência com o Projeto Pedagógico da escola.

Para a equipe da Delegacia de Ensino, o Regimento Escolar norteia o trabalho de cada um em relação às escolas: a delegada recorre ao Regimento Escolar para decidir sobre recursos, os supervisores para informar processos, analisar Planos Escolares, na Delegacia de Ensino, e na Escola para harmonizar o administrativo e o pedagógico.

Para os representantes das Entidades de Classe, o Regimento Escolar é norteador de todas as atividades da escola, porque “ninguém pode fazer a lei”.

O Regimento Escolar não é divulgado pela escola para a comunidade escolar, nem é procurado pelo usuário da escola. Esta é a regra geral, segundo o pessoal da Delegacia de Ensino. Quando divulgado, é de uma forma compartimentalizada, fragmentada, parcializada. Regra geral, a parte selecionada se refere a deveres, quer seja do aluno, do professor, do funcionário, e a parte dos direitos não é repassada. Assim, as pessoas recebem informações compartimentalizadas e o Regimento como um todo é sonegado. O Regimento Escolar é usado, freqüentemente, como instrumento de poder, para cercear determinadas atitudes e comportamentos, e o conteúdo do Regimento Escolar não sendo conhecido por todos, surge um campo fértil para que o discurso estranho fale por mim e torna-se mais fácil dominar as pessoas.

Para o pessoal das Entidades de Classe, de modo geral, também não há divulgação do Regimento Escolar, e quando é feita, é de modo fragmentado.

Para a Delegacia de Ensino e para as Entidades de Classe, o Regimento Escolar não recebe atenção porque é desconhecido da comunidade escolar, por ser muito antigo, oriundo do período da ditadura militar; porque as pessoas não são cidadãos e não têm contato com a legislação de um modo geral; porque há falta de participação das pessoas nas atividades da Escola; porque as pessoas (professores, funcionários, alunos, pais) quando têm conhecimento

do Regimento, esse conhecimento é compartimentalizado, fragmentado, esfacelado, parcial, e não um conhecimento total, integral, completo.

Todos são unânimes (membros da Delegacia de Ensino e das Entidades de Classe) em afirmar que o Regimento Escolar - o R.C.E.E.S.P. de 1977/1978 - está ultrapassado, defasado, desatualizado, superado e conflitante com a legislação posterior.

A Secretaria de Educação, à medida em que foram surgindo novas leis, não foi modificando as partes incompatíveis do Regimento Comum para adaptá-las às novas disposições legais. E as escolas também nada fizeram. Permaneceram inertes. Mas pelo princípio da vigência das normas regimentais, alterada uma lei maior ou posterior, o Regimento Escolar estará revogado nas partes que se tornaram incompatíveis com a nova legislação, independentemente de sua modificação. Como essa alteração não foi sendo feita formalmente, no decorrer desses anos, tornou-se complicado manusear o Regimento Comum e trouxe dúvidas ao usuário que, além de não ter bem claro os princípios jurídicos, não se atualiza em termos de leis educacionais.

O Regimento Escolar devia estar de acordo com o Projeto Pedagógico da Escola, e na situação atual das escolas pesquisadas isso não ocorre. Então, a estrutura formal da escola que aparece no Regimento Escolar é colocada de um modo ideal, de maneira que não retrata a realidade concreta da escola existente. Outra questão é a distribuição do poder na escola que, pelo Regimento Comum, é centralizador, autoritário, e com o Conselho de Escola, de acordo com a Lei Complementar nº 444/85, não está mais nas mãos de uma única pessoa, mas é compartilhado, participativo, democrático.

Pelos motivos citados anteriormente, tanto para o pessoal da Delegacia de Ensino como para a maioria do pessoal das Entidades de Classe, há necessidade de um novo Regimento e para a sua elaboração a comunidade escolar deve ser envolvida, estudando, analisando, discutindo e oferecendo sugestões.

Para o pessoal da Delegacia de Ensino e das Entidades de Classe, o Regimento Escolar é fundamental no processo de organização do trabalho na Escola Pública porque rege o cotidiano da escola, articulando o trabalho administrativo e o trabalho pedagógico, articulando os diferentes segmentos da escola.

O Regimento Escolar, segundo a equipe da Delegacia de Ensino, influi no cotidiano da Escola: está no pedagógico e no administrativo. Para o pessoal das Entidades de Classe, o Regimento Escolar influi porque dá as normas da escola, seja pública ou privada.

Para a delegada de ensino, a Escola-Padrão, embora autorizada a elaborar o seu Projeto Pedagógico, não estava liberada para elaborar o seu Regimento Escolar. Para a equipe de supervisores da Delegacia de Ensino, o Conselho de Escola está se firmando ainda e está habituado a receber tudo pronto e é muito acomodado. Por isso, para parte da equipe da Delegacia de Ensino, a Escola-Padrão não pensou em elaborar o Regimento Escolar próprio. Já para a supervisora que é coordenadora do projeto da Escola-Padrão, as Escolas sentiram necessidade de elaborar um novo Regimento conforme o projeto e começaram a pressionar a Secretaria da Educação para a apresentação de nova proposta de Regimento, mas a Secretaria de Educação cerceou dizendo que iria desencadear um processo de discussão e foi levando em banho-maria até que mudou o Governo. As Escolas têm abertura para propor Regimento (o próprio decreto do Regimento Comum e a L.C. 444/85), porém a rede tem se acomodado muito, segundo a visão da coordenadora do Projeto de Escola-Padrão.

Alguns representantes de Entidades de Classe desconhecem que a Escola, por intermédio do Conselho de Escola, possa elaborar o seu Regimento.

A Escola-Padrão perdeu a oportunidade de ter um Regimento Escolar adequado ao seu Projeto. O próprio Parecer do Regimento Comum e o respectivo decreto bem como a L.C. 444/85, permitem às escolas criarem o seu Regimento Escolar, libertando-se do Regimento Comum. Entretanto, por desconhecimento, acomodação e pressão, esse anseio não se concretizou, permanecendo somente na letra da lei.

O pessoal da Delegacia de Ensino tomou conhecimento da Minuta sobre o Regimento Comum divulgada pela Secretaria de Educação (Res. S.E. de 23/12/1994), cada um lendo individualmente, porém sem ter feito um estudo coordenado, quer em nível interno (entre supervisores de ensino), quer em nível externo (com as escolas). Entre as Entidades de Classe, duas representantes (UDEMOM e APEOESP) desconhecem a Minuta. Para a representante do C.P.P., a entidade publicou a Minuta mas não criou espaço nem na rede, nem nas Regionais, para a discussão. A representante da APASE foi a única que leu a Minuta e não está de acordo com algumas questões.

Tanto a Delegacia de Ensino quanto as Entidades de Classe afirmam que logo após a publicação da Minuta houve troca de Governo, o que provocou muita modificação, extinguindo a Divisão Regional. Com isso, a questão da Minuta do Regimento Comum ficou esquecida, não se tocando mais no assunto.

Nas três unidades escolares, o Regimento Escolar existente é o Regimento Comum das Escolas Estaduais, o chamado Regimento único. Regimento esse imposto, feito de cima para baixo, contrariando a teoria apresentada, a da autonomia da escola e a da participação na decisão.

O Regimento Ideal e possível é aquele que é construído em cima do Projeto Pedagógico da escola, pela própria comunidade escolar, com o envolvimento de direção, professores, funcionários, pais e alunos, com diferentes interesses, canalizados para um objetivo comum, expressando assim, a vontade coletiva e não o autoritarismo de quem quer que seja. A nossa realidade mostra que temos uma tradição técnico-burocrática em que estamos acostumados a receber tudo pronto, e que é recente, por parte de uma minoria, o questionamento dessa situação; mostra que os professores têm muita dificuldade em constituir-se como uma equipe coesa, com um objetivo comum e coerente; revela também que uma parte dos pais não participa da vida da escola, permanecendo distante dela, e que somente uma minoria está mais envolvida com a escola e aponta ainda que os pais de família são, muitas vezes, analfabetos e semi-alfabetizados, não tendo condições de deliberar sobre as diretrizes e metas da unidade escolar. Também nossa tradição na questão da participação é tênue pois não estamos habituados a trabalhar em grupo, não temos práticas de discussão coletiva permanente do processo educativo. Além disso, como alerta Azanha (1991), o conceito de comunidade, no sentido antropológico, não pode simplesmente referir-se a um agrupamento populacional; envolve referência a sentimentos, atitudes, valores etc.. A população servida pela escola é, muitas vezes, uma mera aglomeração humana circunstancialmente confinada num espaço comum. Então, a escola tem que trabalhar para que o agrupamento tome consciência de problemas e de interesses comuns para, no final, se constituir uma real comunidade. Por outro lado, também o pessoal docente não aceita que pais palpitam na tarefa educativa. Há questões que exigem discernimento profissional. Mas é importante ouvir o que os pais têm a dizer. A verdade é que não temos tradição em participação comunitária. Agora algumas iniciativas,

tímidas, esparsas, esporádicas, estão acontecendo. Precisamos aceitar e estimular tais práticas para que fiquem incorporadas, de vez, em cada pessoa, para constituir uma comunidade mesmo e não apenas um mero agrupamento. No “Tiradentes” e no “Cabral”, o percentual de aluno oriundo de inúmeros bairros da cidade e de outros municípios da região é muito elevado, especialmente os do ensino médio. Não constituem comunidade e sim, aglomeração humana. Está na hora de reverter essa situação. Deixar de ser mero agrupamento e tornar-se comunidade.

Na *Romana* e no *Tiradentes* com mais intensidade, já há um embrião de participação, quer seja pelos pais, quer seja pelos alunos ou pelos professores. Eles se aglutinam em torno de um interesse comum (educativo, econômico, disciplinar), assumindo tarefa comum, com comprometimento individual e grupal, constituindo o início de identidade grupal. “Eu e você” é a base dessa relação. Já no *Cabral*, a participação é podada, desde logo pela direção. Não há incentivo para que os pais, nem mesmo os professores e os alunos, se aglutinem em torno de um interesse comum. Os pais não são chamados a participarem das decisões e nem a por a mão nas suas implementações, como por exemplo no caso das festas juninas. Quando pais e professores, movidos por um interesse comum, querem se reunir para sentar e refletir, discutir e apresentar alternativa de solução, a direção não se empenha em coordenar o encontro. Não proíbe, mas também não facilita... “Eu cá e vocês aí.” A relação “eu e isto” está na base da forma de organização burocrática. Não há o que Jair Militão da Silva (1996) chama de sujeito coletivo. Todos os envolvidos na escola - diretor, vice-diretor, coordenador, funcionários, pais, alunos - precisam participar para criar o sujeito coletivo buscando fatores identificadores, assumindo uma tarefa comum (onde opinam e afinam julgamentos sobre a realidade), há solicitação do comprometimento pessoal e grupal em relação a metas e objetivos, surgimento da identidade grupal (nós), atuação pública com essa identidade, conservação da memória da criação e das experiências do grupo (Silva, 1996).

A identidade organizacional, no caso de uma burocracia precisa ser construída, tendo por objetivo a integração dos diversos grupos presentes. Segundo Motta (1992) “sua existência é necessariamente política, tendo por função manter a organização em sua totalidade” (p.114).

O grande desafio para melhorar a vida da escola é garantir a todos os envolvidos - alunos, professores, pais, funcionários, diretor, vice-diretor, coordenador, - condições de exercício da cidadania a fim de possibilitar uma participação consciente na tomada de decisão e

na sua implementação para formar o verdadeiro espírito de comunidade, criando o sujeito coletivo e construindo a identidade organizacional. Aqui entra a questão do tamanho da escola e dos diversos tipos de cursos oferecidos numa mesma escola que podem facilitar ou dificultar essa participação.

A elaboração do Regimento Escolar pela escola (Conselho de Escola) pode ser um canal de participação da comunidade intra e extra-escolar, bem como, pode ser um dos indicadores do exercício da cidadania da Escola, estabelecendo suas próprias regras e deixando de ser a cumpridora de regras já prontas e impostas, passando a ser a dona de sua própria vida. Se assim for, o Regimento Escolar, mais do que um conjunto de normas, é um instrumento político e educativo.

Nas escolas *Romana* e *Tiradentes*, existe o costume de se elaborar as Normas Disciplinares ou o Código Disciplinar, respectivamente, com a participação de professores e alunos e posteriormente submeter à apreciação do Conselho de Escola para aprovação. No *Tiradentes*, para elaboração do seu Código Disciplinar, o Regimento Comum foi utilizado pinçando-se a parte dos Direitos e Deveres do Corpo Discente. As Normas Disciplinares e o Código Disciplinar são confundidos com o Regimento Comum por parte de alguns professores, alunos e pais. Ambas as escolas distribuem para cada aluno uma cópia dessas Normas Disciplinares ou do Código Disciplinar, nas primeiras aulas do ano. Já com o Regimento Comum não há esse cuidado, embora o aluno ou o representante, no requerimento de matrícula, declare que conhece o Regimento Escolar. No *Tiradentes*, como já foi visto, só parte do Regimento Comum é divulgado ao aluno. Este fato concreto das escolas *Romana* e *Tiradentes* de elaborar as suas Normas Disciplinares ou o seu Código Disciplinar indica que elas, quando querem, conseguem se mobilizar para resolver uma querela (pendência). E isso é um embrião para a elaboração do seu próprio Regimento Escolar, baseado no seu Projeto Pedagógico. É preciso que elas exerçam a sua autonomia, colocando em prática aquilo que a rede lutou e conquistou e que foi incorporado no Estatuto do Magistério - de o Conselho Escolar elaborar o Regimento Escolar. As conquistas não podem ficar anestesiadas, adormecidas e esquecidas. É preciso ativá-las, exercitá-las e exercê-las. Conforme Castoriades (1992), é preciso o domínio do consciente sobre o inconsciente, é preciso retirar o “discurso estranho que fala por mim” (p.124).

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Após ter percorrido o trajeto delineado para o presente estudo, neste ponto, retorno ao problema e aos objetivos inicialmente propostos para tecer algumas considerações conclusivas.

Preliminarmente, espero que tenha ficado bem clara a vinculação necessária entre o Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar, num todo articulado, na organização e funcionamento da Escola. O Projeto Pedagógico é o eixo orientador de todas as atividades que se realizam em uma escola e o Regimento Escolar é o servidor do Projeto Pedagógico na medida em que regula de forma prática e operativa o seu funcionamento. No entanto, nas Escolas pesquisadas não foi possível observar a manifestação dessa relação, conforme veremos a seguir.

4.1. Conclusões

4.1.1. Relação entre Projeto Pedagógico e Regimento Escolar

Esta pesquisa revelou que nas três escolas investigadas, a questão do Regimento Escolar está bem distante da situação considerada ideal. De pronto, aponte-se que, contrariando a teoria apresentada de que o Regimento deve ser fruto de um projeto pedagógico, caracterizando e individualizando cada escola, nas três unidades escolares, o Regimento Escolar é o mesmo e anterior ao seu Projeto Pedagógico. Cada uma dessas escolas elaborou o seu Projeto Pedagógico em cima de um Regimento Escolar preexistente - o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1977/1978 - fazendo um esforço para adequar o seu Projeto ao Regimento Escolar - o Regimento Comum das Escolas Estaduais, fazendo o caminho inverso do propugnado. De acordo com a visão técnico-burocrática, o pedagógico se adaptou ao modelo de Administração. Por outro lado, a análise dos Regimentos em alguns Estados brasileiros aponta que é possível ter o Regimento Próprio, conforme a unidade escolar, como o caso de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e mais recentemente no Paraná. Se é verdade que esses Estados mencionados oferecem os melhores estudos do Brasil à população estudantil, então resta indagar se há alguma relação entre essa situação de ter o Regimento próprio e um estudo de qualidade, sem ilusão tendo em vista que outras causas interferem no processo.

4.1.2. Objetivos da Pesquisa

Esta pesquisa teve os objetivos básicos de:

- a) analisar a composição da Escola quanto às relações de trabalho em seu interior e quanto aos recursos materiais-financeiros para sua sustentação;
- b) identificar e comparar as peculiaridades das escolas em relação a alguns aspectos de sua estrutura e funcionamento;
- c) analisar as expectativas de Escolas, de Delegacia de Ensino e de Entidades de Classes do Magistério sobre a Escola-Padrão;
- d) analisar e comparar as posições dos agentes envolvidos nas escolas estudadas, bem como as dos profissionais da Delegacia de Ensino e dos dirigentes das Entidades de Classe do Magistério em relação ao Regimento Escolar, de modo especial, com referência a seu papel..

a) O primeiro objetivo - analisar a composição da Escola quanto às relações de trabalho em seu interior e quanto aos recursos materiais-financeiros para sua sustentação - foi concretizado nas observações realizadas nas três escolas pesquisadas, no seu cotidiano. Não há uma integração total entre os diversos segmentos da comunidade da escola, de um modo geral. Na Escola-Padrão, facilitada pelas H.T.P. e coordenações de área, a situação começa a se apresentar de modo diferenciado, em relação às escolas comuns, embora com conflitos, com uma melhor integração em alguns grupos, como por exemplo, entre os Professores PI e entre os professores de Ciências. Como a Escola-Padrão teve mais oportunidades de propiciar encontros entre os professores de diversas áreas e também com outros segmentos (funcionários, pais e alunos) foi também onde os conflitos foram mais gritantes e profundos. A Escola-Padrão, por ter tido a oportunidade de selecionar parte do pessoal que comporia o quadro docente, conseguiu professores (os novos) que se adequaram e assumiram o Projeto da Escola-Padrão, constituindo-se em realizadores desse Projeto.

Com relação aos recursos materiais-financeiros também pôde ser observado que há diferença ainda entre as escolas, pelo fato de serem comuns ou Escola-Padrão. O recebimento de recursos financeiros para desenvolver os projetos não autônomos que constam no Plano Diretor contribui, e muito, para a questão da autonomia financeira e pedagógica da Escola “Tiradentes”, em relação às outras, que não recebem recursos e que por isso estão fortemente atreladas à Delegacia de Ensino e à Secretaria de Educação. A Escola “Tiradentes”, por esse motivo, consegue suprir melhor as necessidades reais de material para suporte dos projetos

elaborados. Os materiais são adquiridos em função dos seus projetos, por isso têm significado para o conjunto dos professores que os utilizam e não ficam esquecidos no fundo do armário. Na Escola-Padrão, os materiais enviados pelo Estado só passaram a ser utilizados pelos professores, quando os coordenadores ao começarem a trabalhar na Escola, passaram a mostrar a existência, a utilidade e a maneira de usá-los.

A propalada reforma e ampliação do “Tiradentes” só ficaram prontas, após quase quatro anos, com interrupções por falta de verba, e quando finalmente entregues à população, a Escola-Padrão acabou. Ironia do destino... É oportuno lembrar que é necessário um Plano Diretor de Educação por parte do Estado, para não haver o problema de a cada quatro anos estar mudando a orientação da Secretaria de Educação, por conta de mudança de Governo ou o que é pior ainda, no próprio Governo, a cada ano ter um secretário com um projeto pessoal, querendo deixar a sua marca. Também, é necessário apontar a necessidade de um melhor estudo e planejamento da construção de prédio escolar, em relação à funcionalidade e às condições locais – cuidado com o eco, salão de refeitório que deve estar no térreo para facilitar a movimentação e o controle de alunos, a questão da iluminação e ventilação, o tipo de material utilizado etc.

b) O objetivo - identificar e comparar peculiaridades das escolas em relação a alguns aspectos de sua estrutura e funcionamento - foi concretizado nas observações realizadas, enriquecidas pelos depoimentos obtidos nas entrevistas e pelas análises de documentos oficiais (planos, atas e relatórios) e pelos depoimentos escritos, no caso da Escola-Padrão.

As três unidades são diferentes, embora regidas pelo mesmo Regimento Escolar. A Escola “Romana” é escola de bairro, ao passo que o “Cabral” e o “Tiradentes” são escolas do centro da cidade. Na “Romana” e no “Tiradentes” há uma participação maior dos professores, dos pais e dos alunos nas decisões a serem tomadas e na implementação a ser efetuada, ao passo que no “Cabral” a participação é formal com a finalidade de apenas referendar a decisão que já vem pronta pela direção e que ultimamente foi arranhada pela coragem de um grupo de pais liderado por um pai esclarecido e atuante no Conselho de Escola, em acordo com alguns professores (pertencentes à APEOESP), atropelando a tranquilidade desse mundo de faz de conta. Os alunos da “Romana” são, em sua maioria, residentes no próprio bairro, ao passo que nas outras duas escolas, “Cabral” e “Tiradentes”, os alunos são provenientes de inúmeros bairros da cidade, além de diversos municípios da região. No “Tiradentes”, os alunos provêm

de mais de cento e trinta bairros. Esta situação faz com que os alunos e os pais não sintam o “Tiradentes” como a “sua escola” e por isso, muitos pais mantêm-se longe da escola e não participam da sua vida, não freqüentam reuniões, nem outras atividades que a escola promove. Os alunos também, por esse motivo, dificilmente se toleram dentro de determinadas salas de aula e não se identificam com aquele patrimônio, conforme o relato da coordenadora Fátima.

O convívio direto com as escolas, nestes anos, permite-me afirmar que a pessoa do diretor é fundamental na condução da vida da escola, na conservação ou na transformação da escola numa esfera do mundo da vida. Assim, em relação ao clima organizacional, pode-se declarar que o “Cabral” é uma escola bastante formal, não há o cultivo propriamente de relações pessoais e a direção é autoritária, ao passo que a “Romana” é informal, o ambiente é doméstico (familiar) e a direção tende a ser paternalista-democrática e o “Tiradentes” fica entre o formal e o informal e a direção é democrática. Mas, por outro lado também a atuação/reação mais forte/menos forte, mais constante/menos constante das demais pessoas - seja do corpo docente, seja do corpo discente e seja dos pais - revela que desse confronto há uma modificação seja mais drástica ou não... (ou o diretor toma atitudes que parecem renovadoras, mas que na verdade são para manter a situação ou então vai cedendo mesmo no sentido de que está incorporando).

O diretor exerce papel fundamental na condução da escola na medida em que ele é ou não facilitador da participação da comunidade escolar na tomada de decisão da vida da escola. À medida que as pessoas participam e à medida que sugerem, questionam e decidem, elas se envolvem, se sentem responsáveis, estabelecendo a corresponsabilidade e a colaboração solidária, realizando a participação coletiva. Só assim a escola passa a ser “nossa”, de cada pessoa no aprendizado duro, penoso, difícil, porém definitivo (decisivo), de se saber parte de um todo, de estar colocando seu tijolo na construção definitiva da escola. Na “Romana” e no “Tiradentes”, as diretoras puseram o Conselho de Escola a funcionar para deliberar em conjunto, estabelecendo a gestão democrática, ao passo que no “Cabral”, não, chegando o diretor a não fazer questão da presença real do aluno para depois cobrar sua assinatura na ata, forjando o “quorum” necessário.

Em pesquisa realizada¹⁷, em 1991, aponte que a autonomia da escola é vista como possível ameaça à autonomia do diretor. Com o Regimento Escolar como elemento de gestão democrática, os diretores se sentiam ameaçados na sua autonomia. Isso parece estar ocorrendo no “Cabral”. É preciso abrir a mente e aprender a exercitar a socialização das decisões. As metas, estratégias e relações na escola devem ser repensadas, em conjunto, inclusive com a efetiva participação do diretor.

Conforme informação divulgada pelo *Oeste Notícias* (jornal local) (09/02/1995), após visitar na capital paulista duas Escolas-Padrão e uma comum, o governador Covas apontou condições físicas, autonomia administrativa, carga horária e salário dos professores, como as principais diferenças, entre esses dois tipos de escola, e que não compensava investir em Escola-Padrão. Há inúmeros trabalhos realizados sobre Escola-Padrão, com muitas críticas a respeito do não atingimento da proposta feita pelo governador Fleury de até ao final do seu governo transformar todas as escolas em padrão, além das questões de salário de professor, número de aulas, currículo, contratação de professores, diferenciados. O que senti e apreendi é que a H.T.P. em maior número aliada à coordenação (ensino fundamental, de área, do CIC, do Noturno) proporcionou os momentos de encontro de todo o corpo docente e do corpo docente e da direção, para que juntos pudessem refletir sobre os problemas específicos da disciplina e/ou da área, bem como sobre os problemas gerais da escola como um todo, e o dinheiro enviado para a escola provocou um maior interesse dos pais, alunos e professores em participar na decisão da aplicação. Essas condições permitiram que fosse desencadeado um processo para o trabalho coletivo, com uma tomada gradativa de consciência e desenvolvimento de relações humanas solidárias, rumo a um amadurecimento que demanda tempo. Quando o processo estava começando a se consolidar e a dar fruto, aborta-se o Projeto de Escola-Padrão. O Supervisor de Ensino está mais presente no “Tiradentes”, Escola-Padrão, do que na “Romana” e no “Cabral”, escolas comuns, acompanhando de perto as atividades desenvolvidas pela unidade escolar. No “Tiradentes” foi onde esbarrei com Supervisor de Ensino, pois no “Cabral” e na “Romana”, nada... Cumpre observar que o tempo que o supervisor fica com uma escola é curto. A cada ano troca-se de Supervisor, e houve ocasião em que num mesmo ano houve

¹⁷ “O significado do regimento interno no processo de democratização da escola e do saber”, pesquisa realizada em 1991, pela autora, como parte do Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa.- RDIDP, como professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-UNESP.

vários revezamentos.

c) Analisar as expectativas de Escolas, Delegacia de Ensino e Entidades de Classe do Magistério, sobre a Escola-Padrão, outro objetivo que foi conseguido junto aos agentes envolvidos nas escolas estudadas - diretor, vice-diretor, coordenador, funcionário, professor, pai e aluno -, junto aos supervisores de ensino dessas escolas e da delegada de ensino, por meio de entrevista. Há uma confluência de expectativas sobre a Escola-Padrão: melhoria de salário (30% a mais), melhoria do ensino mediante cursos de aperfeiçoamento, preparo de aula, análise e reflexão da prática pedagógica nas H.T.P. com as coordenações, mudança de ensino “memorístico” para um ensino reflexivo, recebimento de recurso financeiro próprio, além de recebimento de material para biblioteca e laboratório, construção e reparo de prédio, possibilidade maior do professor se manter em uma única escola. Também há frustrações: não se conseguiu a implantação total de Escola-Padrão na rede; a questão do coordenador do ensino noturno que atuou, em alguns lugares, como um super-inspetor de aluno e deixou os problemas do noturno de lado; no final, o critério político na hora da escolha das futuras Escolas-Padrão. Há críticas, sobretudo da APEOESP, em relação à gradualidade da implantação do Projeto de Escola-Padrão.

As H.T.P. e as coordenações - do ensino fundamental, do ensino noturno, do Centro de Informação e Criação, de áreas - conduziram a unidade escolar “Tiradentes” para: o desencadeamento e desenvolvimento de trabalho coletivo, trabalho esse de reflexão conjunta e melhor articulado, embora ainda não cem por cento, por conta dos problemas internos específicos da escola, mas também porque o trabalho coletivo é um aprendizado duro e penoso que demanda tempo, determinação, persistência, compreensão, tolerância e embate; e para a promoção de relações humanas mais cooperativas e solidárias. As H.T.P. e as coordenações foram progressivamente construídas nestes espaços oferecidos pela legislação. Por outro lado, as não-Padrão não dispondo dessas condições viram reduzida muito drasticamente a possibilidade de executar trabalho coletivo no verdadeiro sentido e de exercitar as relações humanas cooperativas e solidárias. Nas escolas comuns, a assistência pedagógica se resumiu no trabalho do coordenador de C.B. e na “Romana”, essa assistência se estendeu aos professores de 3ª e 4ª série, num gesto audacioso e corajoso da diretora, infringindo o Regimento Comum, em benefício do professor e do aluno. No “Tiradentes”, a coordenação pedagógica dos professores foi ampliada para todos os docentes, do ensino fundamental ao médio, com a

implantação das coordenações de ensino fundamental e de área. Dependendo da área, o trabalho de coordenação foi desenvolvido melhor, em uma do que na outra, devido às condições pessoais (técnicas e políticas) do próprio coordenador e devido à característica do pessoal da área. Ainda assim, os professores do “Tiradentes” se queixam da falta de assistência pedagógica pela diretora, embora a mesma esteja presente em todos os momentos da vida da escola e preocupada com o pedagógico. A Escola-Padrão contou ainda com os coordenadores do Ensino Noturno e do Centro de Informação e Criação e ultimamente com a figura do assistente de administração escolar. O coordenador do noturno atuou como um superinspetor escolar, resolvendo um dos grandes problemas da escola “Tiradentes” em particular - a questão da indisciplina - os alunos ficavam mais nos corredores do que em sala de aula, mas não atacou os problemas específicos do ensino noturno. O coordenador do CIC atuou positivamente, e foi um elemento muito importante na aglutinação dos professores. Além de organizar a Biblioteca da Escola, colaborou com efetividade para que o usuário a desfrutasse realmente, exercendo muitas vezes as funções das responsáveis pelo período diurno e foi também um elo de ligação entre os professores e a direção. A nomeação do assistente de administração escolar liberou a diretora de algumas atividades. O assistente de administração passou a cuidar da compra de material e da licitação que demandam tempo. O fato de o coordenador do C.B. e do ensino fundamental, durante estes anos, ter sido a mesma pessoa, tanto na “Romana” como no “Tiradentes”, respectivamente, contribuiu para que o trabalho dessas coordenadoras fosse melhor por ser contínua do que no “Cabral” que a cada ano teve coordenadora diferente, sendo que uma delas passou a maior parte do tempo em licença, quebrando a continuidade do trabalho, e era, por isso, sempre um recomeçar. Além disso, a coordenadora eleita do “Cabral”, no último ano, candidatou-se para resolver seu problema pessoal - o de não ter que estar trabalhando em duas escolas. Já na “Romana” e no “Tiradentes”, as coordenadoras foram indicadas pelos seus pares (PI), por mérito e competência. O trabalho da coordenadora do ensino fundamental do “Tiradentes” foi desenvolvido nestes anos, com as professoras (PI), baseado na sua competência técnica-pedagógica (sua experiência real com o C.B. como professora comprometida e progressista) e não em outros fatores. Soube conduzir o trabalho de modo a formar um grupo (PI) realmente interessado em compartilhar experiências e em aprender a enfrentar os desafios, em aprender coletivamente a refletir sobre os problemas e procurar soluções, em aprender a estudar para adquirir conhecimento, em refletir na e sobre sua

prática, num demorado e difícil processo de amadurecimento, com avanços e retrocessos, idas e vindas, alegrias e tristezas, vitórias e derrotas. Enfim, estava a caminho do que Antonio Nóvoa (1992) chama de “professor reflexivo”.

A Escola “Tiradentes” que constituiu um projeto diferenciado, implantado pela Secretaria de Educação, não elaborou um Regimento Escolar adequado ao seu Projeto Pedagógico. Isto trouxe alguns problemas: com relação à recuperação paralela adotada pela Escola, mas não sedimentada no Regimento Escolar e que causou transtorno, no meio do caminho, tendo que retroceder, atropelando o calendário escolar e o processo de ensino e aprendizagem; a questão da coordenação de área que foi implantada num ano (1992), no ano seguinte suprimida e substituída pela coordenação de área e posteriormente reincorporada. Esta indefinição trouxe instabilidade ao corpo docente e problemas para o andamento da Escola. Se estivesse definida no Regimento, não teria pego ninguém de surpresa e não teria causado transtorno desnecessário.

A Secretaria de Educação é exigente para o setor privado (escolas particulares), para ter o Regimento Escolar conforme o seu projeto e, a cada alteração, quer que esse Regimento seja atualizado formalmente, e para com a própria rede é relapsa. A Escola-Padrão teria que ter já o Regimento Escolar apresentado junto com o projeto de sua implantação. A Escola-Padrão “Tiradentes” não propôs Regimento Escolar próprio, de acordo com o seu Projeto Pedagógico. A lei permite essa proposição. O próprio decreto (indevido) do Regimento Comum dá brecha, os pareceres também dão abertura para isso.

d) O objetivo - analisar e comparar as posições dos agentes envolvidos nas escolas estudadas bem como as dos profissionais da Delegacia de Ensino e dos dirigentes das Entidades de Classe do Magistério, em relação ao Regimento - foi concretizado com entrevistas realizadas com diretor, vice-diretor, funcionários, coordenador, professor, aluno e pai das unidades escolares, e com supervisores de ensino dessas escolas e delegada de ensino, bem como com representantes regionais da APASE, APEOESP, C.P.P., UDEMO.

As Escolas Estaduais estão organizadas, com base no Regimento Escolar Comum: sua estrutura e funcionamento. No “Tiradentes”, há o acréscimo de legislação da Escola-Padrão. Os diretores, que estão no topo do organograma, têm consciência disso. Já, os que estão na base, isto é, os alunos, em sua maioria, não têm esse conhecimento, ao passo que parte dos funcionários e parte dos professores estariam numa zona intermediária - têm vagamente uma

noção de que algo estaria norteando seu trabalho. Os pais, com raras exceções, desconhecem o Regimento Comum.

O Regimento Escolar está no dia-a-dia da escola, mas nem todos o percebem, nem todos tomam conhecimento disso, porque desconhecem o Regimento da sua Escola. Aliás, uma característica da nossa sociedade é não se preocupar muito em conhecer até as próprias leis. Há uma falta de divulgação das leis de ensino, de modo sistemático e constante, pelas escolas, aos professores, pais, alunos e funcionários. Foi o que aconteceu também com o Regimento Comum das Escolas Estaduais de São Paulo. A Minuta do Regimento Comum das Escolas Estaduais de São Paulo de dezembro de 1994 só foi vista por alguns privilegiados que têm acesso ao Diário Oficial. (A diretora do “Tiradentes” é a que se preocupa em levar as legislações de interesse dos professores, nas reuniões.)

O Regimento Comum não é conhecido por todos os segmentos da comunidade escolar. É a cúpula - diretor, vice-diretor, coordenador e parte do professorado que conhece o Regimento Escolar em vigor. Das secretárias, as do “Cabral” e da “Romana” conhecem mais ou menos o Regimento Comum, e a do “Tiradentes” não conhece o Regimento Comum, daí porque sua dependência das ordens e orientações da diretora. Alunos e pais, muitos nem sabem o que é Regimento. Funcionários só sabem a parte dos seus deveres e direitos. Isto porque não há divulgação da sua existência e da sua importância, nem do seu conteúdo. Quando a divulgação é feita, é fragmentada, e é feita de forma oral, e às vezes, de forma escrita, via xérox. Apresentam-se apenas partes do Regimento Escolar. O todo nunca é colocado. Somente na “Romana” e no “Tiradentes” pude observar a leitura do Regimento Comum, ainda que apenas partes, em algumas reuniões, e no “Tiradentes”, a entrega de xérox de parte do Regimento Comum. No “Cabral” nada disso aconteceu.

O pessoal da Delegacia de Ensino (Supervisor de Ensino e Delegada de Ensino), diretamente envolvido com as escolas pesquisadas, conhece o Regimento Comum porque utiliza constantemente o Regimento como norteador do seu trabalho em relação às escolas. Para decidir recurso, a delegada se baseia no Regimento Comum. Os Supervisores de Ensino precisam, na Delegacia de Ensino, do Regimento Comum para informar processos, decidir recursos, analisar os planos escolares, e na escola, onde interferem para harmonizar a vida da escola ou para conduzir o processo administrativo e pedagógico. Os supervisores têm o domínio do Regimento Comum, como um todo, tanto que foi o grupo que melhor justificou a

sua opinião de que o atual Regimento Comum das Escolas Estaduais está ultrapassado, ao apresentar os pontos críticos do Regimento. Dos representantes das Entidades de Classe, três (APASE, C.P.P., UDEMO) pelo fato de terem sido diretor de escola e/ou supervisor de ensino conhecem o Regimento Comum, ao passo que a representante da APEOESP que é professora, só passou a lidar com o Regimento Comum, quando passou a fazer parte da diretoria do Sindicato, para resolver os problemas colocados pelos professores que procuravam o Sindicato.

Uma boa parte dos entrevistados desconhece a natureza jurídica do Regimento que é ato administrativo, confundindo-o com lei que emana do Legislativo.

Se o Regimento Escolar constitui um conjunto de normas e procedimentos que regulam a vida de uma escola, no aspecto administrativo, didático e disciplinar, ele constitui uma diretriz que orienta as ações do coletivo da unidade para que não sejam aleatórias, parciais, ao bel prazer de quem quer que seja. Daí a importância de que ele seja conhecido de todos os elementos que participam da vida da escola e que estão sujeitos às suas disposições, para se inteirarem de suas normas e efeitos.

4.1.3. A mão forte, a mão de chumbo.

É preciso que a Secretaria de Educação e a Delegacia de Ensino não interfiram pesada e constantemente nas unidades escolares. É preciso que a Secretaria e a Delegacia de Ensino deixem as unidades escolares exercerem sua verdadeira autonomia, por intermédio do Conselho de Escola, coletivamente elaborando, por exemplo, o seu Calendário Escolar, como a lei determina. É preciso que a Secretaria de Educação e a Delegacia de Ensino cumpram os dispositivos legais sobre a carga horária do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na questão dos dias letivos - duzentos (200) - , e não fiquem colocando panos quentes, por conta das greves prolongadas e outros fatos como os Jogos Abertos do Interior, desrespeitando sua própria Resolução, (a Resolução SE nº 247, de 14/10/1991 que determina o provimento “mínimo de 200 dias letivos¹⁸ e 800 horas para cada série do ensino regular fundamental, médio e primeiro termo da suplência em nível de ensino médio”. Reduz-se, escandalosamente, de 200

¹⁸ Sobre a carga horária há dois decretos do Presidente Collor. O Decreto nº 13 de 23/01/1991 estabeleceu, a partir de 1991, em 200 os dias letivos e 800 horas de atividades como carga horária do Ensino Fundamental. Posteriormente, o Decreto nº 240 de 25/10/1991, ao dispor sobre carga horária do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, estabeleceu para cada aluno mínimo de 800 horas-aula (e não fala sobre dias letivos, alterando o critério que vinha sendo adotado - dias e horas, e também agora é hora aula e não hora relógio), excluindo o tempo destinado a atividades extracurriculares - § 2º do artigo 1º.

para 180 dias, no decorrer do ano e se faz uma manobra para que esses dias de reposição sejam feitos, a toque de caixa, e para isso, são permitidos e estimulados a redução do tempo de duração de hora/aula, o “aproveitamento” dos intervalos de um turno a outro, o “esticamento” dos períodos, criando-se uma “sexta aula”, o “aproveitamento dos sábados e feriados”, e, por incrível que pareça, até os domingos não são respeitados (Onde estão os fiscais de trabalho?), chegando ao cúmulo de se ouvir que “a ordem é para repor como der” e passando por cima do Conselho de Escola, com a Delegacia de Ensino dizendo que “não é preciso ouvir o Conselho de Escola”. Há uma maquiagem, para se arrumar os dias letivos, de preferência, para se completar o ano letivo, dentro do ano civil, permitindo-se, quando muito, o avanço até o mês de fevereiro do próximo ano. Na realidade, para a reposição de aulas teria que se adentrar, normalmente, com o ano letivo no ano civil seguinte até se completar a carga horária, não importando quando terminasse, fosse abril, fosse maio, como acontece nas Universidades e nos demais estados brasileiros. Desse modo, não haveria prejuízo aos alunos, na questão dos conteúdos, pois, como um dos pais declarou, na reunião de Conselho de Escola da “Romana”: “O jeito é fazer o plano (de reposição) como (a Secretaria de Educação) manda e faz a realização como a Escola quer. Desde que são feitas as greves, nunca foram repostas as aulas. (querendo minimizar, temporizar) Pode até ter vindo o professor mas o aluno não veio.” A própria Secretaria e Delegacia são afrontadoras da lei. Como podem elas serem guardiãs da Lei? Além disso convém não esquecer que os critérios a cada ano mudam - assim, por exemplo, uma vez as atividades realizadas fora da sala de aula valem como dia letivo e outra vez não são consideradas como dia letivo (pelo Decreto nº 240, de 25/10/1991, para efeito de carga horária - 800 horas-aula, anuais, o tempo destinado a atividades extracurriculares não é contado), um ano é permitida a sexta aula, outro ano não e por aí vai. Num mesmo dia, a orientação recebida no início do dia, até o final do dia sofre várias alterações, via telefonema, via telex e pela visita pessoal do Supervisor. E com greve pipocando a todo ano e há tanto tempo, já deu para acumular experiência nessa questão de reposição, mas parece que não... é sempre um começar. Em 1993, por exemplo, os diretores chegaram a fazer até quatro planos de reposição diferentes (quanto desperdício! quantas horas e quantos neurônios foram gastos nisso), antes de chegar ao definitivo, por conta das ordens e contra-ordens. Esta situação, além de desgastante e irritante, tumultuava o andamento da escola, pois a todo momento, os professores eram chamados e retirados da sala de aula para dar novos dados e novos cálculos eram feitos. Para evitar tanto

aborrecimento e desperdício de tempo, está na hora de a escola cumprir autonomamente a legislação existente.

A interferência da Secretaria da Educação é brutal. Em 1994, no meio do ano letivo, uma semana antes, ela impõe a Jornada Pedagógica, de 13 a 15/07, alterando violenta e profundamente o ritmo da vida da escola e trazendo apreensões ao pessoal docente pois ninguém sabe o que é isso. Essa Jornada Pedagógica deveria ter sido anunciada no ano anterior ou no máximo no início do ano, por ocasião do planejamento, para constar do Calendário Escolar, e não, abruptamente, no meio do ano, tumultuando a vida da escola e descarregando a adrenalina dos professores.

A Secretaria da Educação expede uma cascata de resoluções pelo D.O. (hoje acrescentadas também de avisos, recomendações, comunicados por “fax”) com conteúdos contraditórios e castradores da ação do Conselho de Escola e a Delegacia de Ensino impõe um calendário escolar único, num verdadeiro desrespeito ao princípio de hierarquia da lei e também num desrespeito às competências e atribuições definidas em lei. Na “Romana” e no “Tiradentes”, os professores liderados pelos representantes da APEOESP, junto com a direção e com o Conselho de Escola decidem coletivamente desobedecer essa imposição e enviam calendário alternativo próprio. No “Cabral”, a direção vem com um calendário pronto para ser homologado pelo Conselho de Escola mas pais e professores (também liderados pelos representantes da APEOESP) se rebelam contra a direção e depois de um duro e esgotante embate conseguem que a direção volte atrás. De acordo com Pinto (1994), a explicação para o fato de as pessoas desconhecerem as atribuições do Conselho de Escola e aceitarem a imposição de normas burocráticas claramente ilegais pode ser encontrada nos processos de fragmentação da consciência decorrentes da colonização do mundo da vida pelo sistema, entendendo-se como mundo da vida o local no qual a reciprocidade se realiza ao nível do indivíduo, dos grupos, das coletividades, das sociedades e da cultura, isto é, esfera regulada pela busca do entendimento por procedimentos comunicativos mediados lingüisticamente, e como sistema, o mundo da regra, domínio do Direito, da Administração, da Gestão e da Economia, isto é, esfera regida por mecanismos diretores auto-regulados como o mercado e o poder administrativo. Motta (1992) aponta que é preciso que “relações sociais igualitárias, livres e responsáveis comecem a obrigar o sistema a retornar a seu lugar e papel na dialética das sociedades” (p.111).

É preciso dar um basta a essa verdadeira zombaria de pacotes “orientadores” que se apresenta sob o véu hipócrita das boas intenções. Para isso, na lição de Azanha (1991), é preciso que a escola exercite a sua autonomia que é a sua única defesa contra os pacotes “orientadores” de órgãos centrais (Secretaria da Educação e Delegacia de Ensino). Prossegue o autor: “o magistério como um todo precisa ser educado para esse exercício” (p.345) e acrescento, os funcionários, os pais e os alunos também.

Há um mal estar generalizado sobre o funcionamento dos órgãos de participação das unidades escolares. Há uma reclamação generalizada de que pais (usuários e partícipes diretos da educação de seus filhos) não participam do Conselho de Escola, nem da A.P.M.. Também, o Grêmio Estudantil deixa a desejar. Na “Romana” e no “Cabral” consegue-se instalar o Grêmio, mas há uma debilidade no funcionamento, no decorrer do ano. No “Tiradentes”, elege-se o Grêmio, mas não se consegue a sua posse.

4.1.4. Sobre a Pesquisa participante.

Por fim, quero registrar que a experiência vivida por mim, durante estes anos, de contato com o cotidiano das escolas pesquisadas, ocasionou uma oportunidade rara: vivenciar que ao lado da história e existência documentada de cada uma das Escolas - “Cabral”, “Romana” e “Tiradentes” - coexiste outra história e existência não-documentada, que dá vida à escola. Existe uma catarata de emoções, de sentimentos, de valores e de interesses que movem as escolas, dando-lhes um toque especial, particular, diferenciando profundamente uma da outra. Mais do que o retrato em preto e branco, mais do que o retrato colorido da escola, pude captar os movimentos, as emoções, os sentimentos, os interesses, pelos quais a escola é impulsionada, ganhando vida e tornando-se única, singular, e apreender que nesse processo todo, o que é importante é o sujeito - aluno, professor, pai, diretor, vice-diretor, coordenador, funcionário - que move a escola para esta ou aquela direção.

Mas também, essa mesma experiência vivida por mim, revelou que é preciso, nos estudos com documentos, ter uma cautela, um cuidado. Muitas vezes, as atas de reuniões são escritas com antecedência, como no “Cabral”, as Atas de Eleição de Pais do Conselho de Escola que já estavam prontas previamente antes da reunião acontecer e relatam apenas o formal e não retratam os entrevistos realmente vivenciados durante o processo, e como na “Romana”, as atas das reuniões da Coordenadora do C.B. com as professoras também já

vinham prontas para as reuniões (por isso, muitas delas não retratam o que foi realmente desenvolvido na reunião, porque alguns assuntos eram introduzidos de última hora, outras vezes, não dava tempo de tratar de tudo que havia sido programado, outras vezes, outra prioridade de última hora era apresentada, e em nenhuma das atas era feita retificação e/ou observação). Outras atas são, não na totalidade, mas em alguns aspectos, alteradas intencionalmente, como ocorreu, na “Romana” e no “Tiradentes”. Resumindo: nem todas as atas retratam fielmente o ocorrido. Às vezes, a omissão é intencional, outras não, mas segue o rotineiro, o burocrático, o formal. A observação no concreto, no real, no dia-a-dia, mostra que os documentos (a história relatada) não são expressões fiéis da realidade. E é essa mesma observação, no dia-a-dia da escola, que aponta uma esperança: que, embora as vozes sejam ainda roucas, as pessoas estão falando, dando sua opinião, interferindo em decisões, opondo-se quando não concordam com o que lhes é imposto. Agora, é preciso organizar-se coletivamente e não atuar segregada ou isoladamente.

Registro ainda o enorme vácuo que há entre o que se tem produzido - em termos de como deve ser elaborado o Regimento Escolar, em termos da função do Regimento Escolar como instrumento, como “servidor” do Projeto Pedagógico, portanto, posterior ao Projeto Pedagógico, - e a realidade concreta do cotidiano das escolas. Registro também o enorme abismo que há entre o que a lei estabelece e a sua prática (ou melhor a não prática), no dia-a-dia, na rede escolar. Só para exemplificar: existe a lei que estabelece o Conselho de Escola como deliberativo e com suas atribuições claramente explicitadas. Basta cumpri-la. Basta exercitá-la.

4.2. Sugestões

4.2.1. Elaboração do Regimento pela Escola

O Regimento Escolar só se tornará efetiva e realmente um instrumento de organização do trabalho na Escola Pública, na medida em que estiver atrelado ao Projeto Pedagógico da Escola, e se houver a participação consciente e concreta de todos os envolvidos, na sua elaboração, a fim de mudar a situação da escola contemporânea. Só assim, o Regimento Escolar terá significado para a Escola e será o real e concreto norteador da organização do seu trabalho. Só assim terá significado como instrumento de organização administrativa, didática e

disciplinar. Só assim, o Regimento Escolar será um documento legal e legítimo que orientará as ações do coletivo da escola, com normas e procedimentos sobre a organização administrativa, pedagógica e disciplinar, personalizando cada unidade. Para isso é preciso a vontade política de transformar, superando o conformismo, o comodismo, a acomodação, a apatia, a indiferença, o autoritarismo, a submissão, a desinformação. É preciso ocupar plenamente os espaços já conquistados, no plano legal, como o Conselho de Escola, com o seu caráter deliberativo, e o Grêmio Estudantil, de modo que todos expressem, de forma reflexiva, livre e crítica, suas posições e propostas no encaminhamento da vida da escola e na sua própria organização. É preciso exercitar a autonomia ainda existente e fazer que o Regimento Escolar deixe de ser apenas um instrumento formal e burocrático, por meio do qual a Secretaria de Educação amordaça as Escolas, retirando “a oportunidade de iniciativas e de inovações que lhe restaram” (Azanha, 1991, p.345).

Se a Secretaria de Educação continuar com a idéia de que as Escolas não têm capacidade de elaborar os seus próprios regimentos, de continuar com atitude de não ouvir a base e impor suas idéias, de continuar com um Regimento Escolar único, pode ser apresentada uma proposta elaborada pela Secretaria de Educação para ser debatida pela rede por intermédio do Conselho de Escola e pelas Entidades de Classe (um boneco, um esquema, uma diretriz). Ou então, a Secretaria apresenta um Regimento Básico em cima do qual cada Escola por intermédio do Conselho de Escola elabora o seu Regimento tendo como pano de fundo o seu Projeto Pedagógico. Já é um pequeno avanço. O essencial é que haja uma fase em que a comunidade escolar como um todo seja informada e ouvida, para haver uma discussão na base. O Regimento Escolar não pode ser feito por um grupo da Secretaria de Educação, ou só pelas entidades de classes, ou por um grupo de diretores e supervisores. Será alheio ao ambiente escolar. Estas duas situações - Proposta de Regimento Único da Secretaria da Educação e Regimento Básico - não são ideais. Recorro novamente a Azanha (1991, p.345) que, ao parafrasear o poeta que disse “a meia coragem é meia covardia”, aponta que “a meia ousadia é meia timidez ou, ainda, que a meia democracia é meio autoritarismo”, para mostrar que é preciso inteira coragem e, não meia coragem, para dar autonomia verdadeira às escolas, portanto inteira democracia e não meia democracia que é meio autoritarismo. Por isso, continuo a defender o Regimento Próprio, elaborado pela Escola, fazendo uso do seu poder discricionário.

Hoje temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), a Convenção sobre Os Direitos da Criança (Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e um Conselho Tutelar em cada Município e que devem também ser levados em consideração no momento da elaboração do Regimento Escolar, como norteadores, os três primeiros e como participante, o último.

O Supervisor de Ensino pode atuar como um assessor junto à equipe do Conselho de Escola que elabora o Regimento Escolar.

Os segmentos do Conselho de Escola - professores, funcionários, alunos e pais - devem representar realmente os seus pares, ouvindo-os para decidir e não a decisão do representante ser pessoal.

É preciso que o Conselho de Escola vá exercitando suas atribuições, pela gestão democrática, isto é, a gestão coletiva para ir reivindicando novas responsabilidades na medida em que se sentir preparado para isso, conforme estimula Azanha (1991).

Baseada na sugestão de Vidal, Cárove e Florencio (item 1.1.4.7., p.47-8) apresento as fases de elaboração do Regimento Escolar:

1ª fase: Organização do processo:

- a) eleger uma comissão tirada do Conselho de Escola, composta de representantes dos segmentos da comunidade escolar - pais, alunos, professores, funcionários e direção, garantindo assim a participação de todos os setores da comunidade educacional, e incluindo um representante do Conselho Tutelar.
- b) estabelecer o procedimento de elaboração: funções da comissão, processo de discussão, assessoramento (supervisor de ensino e/ou técnico da Delegacia de Ensino), periodização etc.

2ª fase: Configuração inicial:

- a) estudo dos princípios, objetivos e estrutura estabelecidos pelo Projeto Pedagógico, a fim de adequar o Regimento aos mesmos.
- b) Estudo e análise de bases legais do Regimento Escolar: a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Decreto nº 99.710, de 21/11/1990), a Deliberação CEE(SP) nº 10, de 30/07/1997, que fixa normas

para elaboração do regimento dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. (ANEXO 7)

- c) Estudo de Regimentos Escolares de outras instituições.
- d) Confeção do primeiro projeto de Regimento que será apresentado aos distintos setores para discutir e realizar supressões, modificações ou acréscimos.
- e) Assessoramento legal, por supervisor de ensino, para que o projeto de Regimento Escolar seja isento de ilegalidades.

3ª fase: Configuração definitiva e aprovação:

- a) discussão do projeto pelos diferentes segmentos: corpo docente, funcionários, pais (A.P.M.) e alunos (Grêmio Estudantil).
- b) negociação dos pontos conflituosos resultantes no processo de discussão.
- c) confeção definitiva do Regimento.
- d) aprovação pelo Conselho de Escola.
- e) aprovação pelo Conselho Estadual de Educação.
- f) ampla divulgação e distribuição de exemplar de Regimento Escolar para todos os interessados.

4ª fase: reformulação formal do Regimento Escolar pelo Conselho de Escola, quando houver alteração na lei ou no Projeto Pedagógico, para ser um instrumento útil e democrático e refletir a realidade.

Mas, para que isto ocorra, é preciso antes de tudo que a Escola tenha elaborado o seu Projeto Pedagógico, coletivamente, com todos os segmentos da unidade escolar. O Projeto Pedagógico é que define a autonomia real da escola. É o Projeto que vai determinar o processo de ajustamento, a cada escola, das normas nacionais, bem como a ampliação das zonas de iniciativa e de influência da ação coletiva de seus membros (João Barroso, 1992).

O Projeto Pedagógico deve formalizar-se sempre, num documento orientador da ação da escola, onde se registram os alvos a atingir, as opções estratégicas a seguir, em função do diagnóstico realizado, e dos valores perfilhados, no quadro das competências e funções que lhe estão atribuídas e que constituirá uma referência interna para todo o estabelecimento de ensino, e um meio de afirmação para o exterior.

Para que a escola seja realmente uma instância de articulação do Projeto Pedagógico e do Regimento Escolar, partilhada pelo diretor, professor, aluno, funcionário e pais, é preciso organizar-se, sentando à mesa, formulando claramente o que se pretende modificar e definindo regras, partilhando responsabilidades e resultados e atuar conjunta e continuamente para atingir o pretendido, desenvolvendo relações humanas cooperativas e solidárias, tecendo a malha de comunicação de experiências. O Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar assim elaborados devem estar bem claros e presentes para todos os participantes da vida da escola.

Conforme Monlevade (1997, p.134): “O Regimento, a face sedimentada do Projeto Pedagógico, deve ser criativo, a partir do diálogo com o real...”

4.2.2. Regimento Escolar como instrumento da organização do trabalho na Escola

O Regimento Escolar, se resultado de uma discussão realizada por toda a comunidade escolar, pode contribuir para uma organização do trabalho da escola que atenda ao Projeto Pedagógico, às necessidades reais da escola. E só assim será um instrumento do Projeto Pedagógico, um de seus “servidores”, tendo como caráter fundamental a operatividade, e não um simples instrumento formal e burocrático a serviço dos trâmites administrativos.

Para tornar o Regimento Escolar um instrumento fundamental de organização do trabalho na Escola Pública é necessário:

- ter preliminarmente uma visão de conjunto de Projeto Pedagógico e Regimento Escolar e a interligação entre eles.
- explicar o que é, para que serve, a importância do Regimento Escolar, não entre poucos, mas com todos da comunidade escolar, para uma tomada de consciência.
- ser fruto da base, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, via Conselho de Escola, com o Supervisor de Ensino assessorando, e tendo como pano de fundo o Projeto Pedagógico para que a escola reflita sobre sua própria organização, deixando de procurar as possibilidades nas brechas dentro do instituído (Regimento imposto) para apresentar inovações.
- divulgar, posteriormente, integralmente e não fragmentadamente, o Regimento Escolar a toda comunidade intra e extra escolar, por meio de material impresso, para maior

conhecimento de suas normas e efeitos, aos que estão sujeitos às suas disposições. (entrega de exemplar para cada interessado) (publicidade)

- exercitar, colocando em prática o Regimento Escolar, no dia-a-dia da Escola, com consciência.
- reformular o Regimento Escolar, quando houver alteração no Projeto Pedagógico e/ou na lei, com a colaboração de toda a comunidade escolar, via Conselho de Escola, para que seja um instrumento útil e continue democrático.

É importante lembrar que, além do Projeto Pedagógico, o Regimento Escolar deve merecer atenção especial nos cursos de formação de professor, tanto de nível médio quanto o de nível superior, com estudos, análises e reflexões, para que o futuro professor/diretor/supervisor conheça, desde já, a importância do Regimento Escolar como um conjunto de normas que regulam a vida da organização, operacionalizando o Projeto Pedagógico, a fim de evitar que as perspectivas subjetivistas das pessoas choquem com as metas institucionais.

* * *

No momento em que encerrava a revisão deste trabalho, fui surpreendida com a publicação, pela Secretaria de Educação, das *Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais* (ANEXO 8), aprovadas pelo Parecer CEE 67 CEF/CEM de 18/03/1998, no Diário Oficial, de 21/03/1998, às folhas 19 a 22.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo fez opção pela apresentação do documento Normas Regimentais Básicas, em cima do qual a Escola, por intermédio do seu Conselho de Escola, elabora o seu Regimento, descartando a opção ideal e possível já apontada por mim, em que a comunidade escolar, após elaborar o seu Projeto Pedagógico, constrói democrática e coletivamente o seu próprio Regimento, como servidor do Projeto Pedagógico, com o envolvimento de todos, a partir do diálogo com o real, definindo suas próprias regras, no encaminhamento da vida da escola e na sua organização.

O artigo 1º das Normas Regimentais Básicas determina que as escolas mantidas pelo Poder Público Estadual serão regidas por regimento próprio, a ser elaborado pela unidade escolar, *respeitadas as Normas Regimentais Básicas*, que já determinaram quase tudo,

restando, portanto, muito pouco para as escolas decidirem. Há ainda um agravante: o Regimento Escolar de cada escola deverá ser submetido à aprovação da Delegacia de Ensino. Qualquer alteração, seja no sentido de acréscimo ou de supressão, na elaboração do Regimento Escolar deverá ser submetida à Delegacia de Ensino. Onde está a autonomia da escola, tão pregada pela Secretaria de Educação?

É muito estranho que antes de as Escolas terem o seu Projeto Pedagógico com base na nova Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Secretaria da Educação apresente as Normas Regimentais Básicas para as Escolas, em março de 1998, já com o ano letivo em pleno andamento, com efeito retroativo ao início do ano letivo, ferindo uma das regras básicas e elementares, de que o Regimento Escolar aprovado durante o ano letivo em curso, só entra em vigor no ano seguinte ao da sua aprovação. O que é que vai acontecer? Apresentadas dessa maneira, as escolas vão elaborar o seu Projeto Pedagógico em cima dessas Normas Regimentais e não o contrário, como o próprio artigo 87 das Normas Regimentais Básicas determina: “Após a formulação de sua proposta pedagógica, as escolas deverão elaborar o seu regimento escolar...” Com a aprovação das Normas Regimentais Básicas estão colocando o carro antes do boi... Parece que já vi esse filme. Os regimentos “provisórios” tornaram-se “definitivos”. Agora, no lugar de regimentos “provisórios”, são apresentadas as Normas Regimentais Básicas que amarram as escolas, uma vez que devem ser respeitadas na elaboração de Regimento próprio, sobrando pouco para as escolas, usando o seu poder discricionário, decidirem, a não ser que um fato novo apareça, como no Paraná, em 1991, em que as escolas se rebelaram...

Segundo a análise do conselheiro Francisco Antonio Polli, que votou contrariamente ao Parecer 67/98, as Normas Regimentais Básicas, embora representem “um pequeno avanço” em relação aos atuais Regimentos Comuns, são “altamente centralizadoras”, “contrariando o espírito e a letra da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/96)”, “atropelando manifestações do Conselho Nacional e decisões do próprio Conselho Estadual de Educação de São Paulo” que, afinal acabou aprovando essas Normas Regimentais Básicas, mesmo com essas imperfeições (ilegalidades) apontadas pelo conselheiro.

Com essa opção, a Secretaria de Educação antecipadamente está cerceando a capacidade da Escola em ousar, inovar, criar. Por que não deixou que a Escola, com suas iniciativas próprias, refletisse sobre sua prática e caminhasse com seus próprios pés, na

construção crítica do Regimento Escolar, após a elaboração, democrática e coletiva, do seu Projeto Pedagógico? Não seria preferível, na pior das hipóteses, deixar a Escola “errar sozinha”? Erros que, se cometidos, seriam sanados posteriormente, como num processo educativo. Por que não deixar a Escola começar a exercitar a sua autonomia, mesmo com dificuldades, elaborando o seu Regimento Escolar por intermédio do Conselho de Escola, como a L.C. 444/85 prevê? Já está mais do que na hora de operacionalizar o discurso democrático numa prática democrática, deixando o anseio tornar-se realidade. Mudar é preciso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, M. *O papel do diretor na administração escolar*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1978.
- AMARAL SOBRINHO, J. Equidade e qualidade do ensino: a responsabilidade dos municípios. *Tecnologia Educacional*, v.22, n.121, p.29-31, nov./dez.1994.
- ANDRÉ, M.E.D.A. Estudo de caso: seu potencial na educação. *Cadernos de Pesquisa*, n.49, p.51-4, maio 1984.
- ANDRÉ, M.E.D.A. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989. p.35-45.
- ANTÚNEZ, S. ¿ Qué proyecto hacemos? *Cuadernos de Pedagogia*, n.158, p.10-2, abril 1988.
- AZANHA, J. M. P. *Educação, alguns escritos*. São Paulo: Nacional, 1982.
- AZANHA, J. M. P. Parecer CEE(SP) 1.911/91 - CESG - 18dez.1991. *Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus, Estadual*, n.32, p.342-55, 1991.
- AZANHA, J. M. P. *Uma idéia de pesquisa educacional*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- AZANHA, J. M. P. Autonomia da escola: um reexame. *Idéias*, n.16, p.37-46, 1993.
- BALANDIER, G. Essai d'identification du quotidien. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol.54, p.5-12, 1983.
- BARROSO, J. Inovação e projeto educativo de escola. In: CANÁRIO, Rui (Org.). *Inovação e projeto educativo de escola*. Lisboa: EDUCA, 1992, p.17-55
- BORDIGNON, G. Democratização e descentralização da educação: políticas e práticas. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.9, n.1, p.71-86, jan./jun.1993.
- BOUFLEUER, J.P. A administração política da instituição escolar na perspectiva do agir comunicativo de J. Habermas. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.10, n.2, p.9-31, jan./jun.1994.
- BOYNARD, A. P., GARCIA, E. C., ROBERT, M.I. *A Reforma do Ensino*. São Paulo: LISA, 1975.
- BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Jalon, 1988.
- BRUBAKER, D. L., NELSON JR., R. H. *Creative survival in educational bureaucracies*. Berkeley (Califórnia): Mc Cutchan, 1974.

- BRUNO, L. *O que é autonomia operária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CAMPO GRANDE (Cidade). Prefeitura Municipal da Educação. Núcleo de Inspeção Escolar. *Roteiro para elaboração e/ou reformulação de regimentos escolares*. Campo Grande: Prefeitura Municipal, s.d.
- CASTORIADES, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CHAGAS, V. et al. Relatório do grupo de trabalho. In: SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1970.
- CHAGAS, V. *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus, antes, agora, e depois?* 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1982.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- COULON, A. *Etnometodologia e educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CUNHA, L. A. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.
- CURY, C. R. J. O compromisso do profissional da educação com a escola e a comunidade. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.3, n.1, p.44-50, jan./jun.1985.
- DEMO, P. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.
- DIAZ BORDENAVE, J. E. *O que é participação*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ETZIONI, A. *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- EZPELETA, J., ROCKWELL, E. *Pesquisa Participante*. 2.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
- FALCÃO FILHO, J. L. A gestão compartilhada na escola. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.8, n.2, p.9-33, jul./dez.1992.
- FELIX, M. de F. C. *Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?* 2.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FORUM paranaense em defesa da escola pública, gratuita e universal. *VII Sessão Plenária, as políticas educacionais do Estado do Paraná, em debate*. Curitiba: s.n., jun.1992 (mimeogr).

FREIRE, P. *Educação e mudança social*. 21.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRÓES, O., CAMPOS, O. R. *Regimento e administração escolar*. São Paulo: Dinâmica Educacional, 1981.

FUSARI, J. C. *A construção da proposta educacional e do trabalho coletivo na unidade escolar*. São Paulo: SE-FDE, 1992.

GADOTTI, M. *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

GADOTTI, M. Organização do trabalho na escola e autonomia. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.9, n.1, p.87-107, jan./jun.1993.

GOIÁS (Estado). Secretaria da Educação, Cultura e Desporto. *Portaria nº 5085/92, de 02dez.1993*.

GOIÁS (Estado). Secretaria da Educação, Cultura e Desporto. *Rede Estadual de Ensino, regimento escolar*. Goiás:S.E.C.D., 1993.

GOIÁS (Estado). Secretaria da Educação e Cultura. Superintendência de Inspeção Escolar. *Of. SUPIE nº 115/96*. Goiânia, S.E.C., 1996.

GOIÁS (Estado). Secretaria da Educação e Cultura. *Of. SUPIE Nº 173/96*. Goiânia: S.E.C., 1996.

GOUVEIA, A. J. Notas a respeito das diferentes propostas metodológicas apresentadas. *Cadernos de Pesquisa*, n.49, p.67-70, maio1984.

GSCHWENTER, E. L. da S. As múltiplas funções da escola: das reguladoras às emancipatórias. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.5, n.2, p.40-8, jul./dez.1987.

GUEDES, V. La formulación de un modelo académico-curricular como referencia para las definiciones de las alternativas de la educación superior en la década de los 80. In: *Universidade: ontem, hoje, amanhã*, Reunião do GULERPE, 9, 1980, p.239-60.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HYPOLITO, A. M. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. *Teoria e Educação*, n.4, p.3-21, 1991.

- KATZ, D., KAHN, R. L. *Psicologia social das organizações*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1976.
- LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne* (I- Introduction). Paris: L'Arche, 1968.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LOBROT, M. *La pédagogie institutionnelle*. Paris: Gauthier-Villars, 1972.
- LÜDKE, M. Discussão do trabalho de Robert E. Stake: estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. *Educação e Seleção*, n.7, p.15-8, Jan./Jun.1983.
- LÜDKE, M. A pesquisa qualitativa e o estudo da escola. *Cadernos de Pesquisa*, n.49, p.43-4, maio1984.
- LÜDKE, M., ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MACHADO, L. M. A reforma do ensino público paulista (1991): a cena e os bastidores. In:PINTO. F. C. et al. (Org.). *Administração escolar e política da educação*. Piracicaba: UNIMEP, 1997. p.139-57.
- MARAGLIANO, R. *et al. Teoria da didática*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.
- MARQUES, J. C. A administração solidária: proposta ou desafio? *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.1,n.1, p.79-88, jan./jun.1983.
- MARTINS, M.A.V. *O professor como agente político*. São Paulo: Loyola, s.d.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). CEE. *Parecer 241/81*, 23set.1981.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). CEE. *Deliberação 196/81*, 24dez.1981.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). CEE *Deliberação 227/81*, 11dez.1981.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). Poder Executivo. *Decreto n. 5868/81*, 16abr.1991.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Educação. Coordenadoria de Vida Escolar. (1991). *Manual de elaboração do regimento escolar*. Campo Grande (MS): S.E., 1991.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). CEE. *Deliberação 4.260/95*, 1jun.1995. Diário Oficial, v. 4087, 28jul.1995.
- MATO GROSSO DO SUL (Estado). Secretaria de Educação. Coordenadoria Geral de Educação. Coordenadoria de Vida Escolar. *Orientações para elaboração do regimento escolar*. Campo Grande (MS): S.E., 1995.

- MATO GROSSO DO SUL (Estado). Poder Executivo. *Decreto n. 8273/95*, 7jun.1995.
- MAYNTZ, R. *Sociología de la organización*. Madrid: Aliança Editorial, 1972.
- MEDRANO, C. V. de. La elaboración del proyecto curricular en los centros educativos. *Razon y Fe*, v. 226, n.1129, p.439-52, nov.1992.
- MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
- MERTON, R. K. Estrutura burocrática e personalidade. In: CAMPOS, Edmundo (Org.) *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p.107-24.
- MINAS GERAIS (Estado). CEE. Resolução 146/72, 22jun.1972. *Minas Gerais de 26set.1972*.
- MINAS GERAIS (Estado). CEE. Resolução 156/72, 05dez.1972. *Minas Gerais de 16dez.1972*.
- MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes básicas para orientação, análise e aprovação de regimento escolar*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.
- MINAS GERAIS (Estado). CEE. *Parecer 358/82*, 04jun.1982.
- MINAS GERAIS (Estado). 31ª Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas. *Correspondência de abril e junho*. Poços de Caldas (MG): S.R.E., 1996.
- MINAS GERAIS (Estado). Secretaria da Educação. Superintendência de Desenvolvimento do Ensino. Diretoria de Normas e Planejamento Curricular. *Ofício nº 410/96*, de 12/06/96. Minas Gerais: S.E., 1996.
- MINAS GERAIS (Estado). 31ª Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas. Divisão de Dinamização das Ações Pedagógicas. *Roteiro para análise, estudo e reformulação do regimento escolar*. Poços de Caldas (MG): S.R.E., s.d. (mimeogr).
- MONLEVADE, João. *Educação pública no Brasil: contos & de\$conto\$*. Ceilândia-DF: Idéa, 1997.
- MONTORO, A. F. *Introdução à ciência do direito*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1984. v.2.
- MOTTA, F. C. P. Administração e participação: reflexões para a educação. In: FISCHMANN, Roseli (Org.). *Escola brasileira: temas e estudos*. São Paulo: Atlas, 1987. p.89-96.
- MOTTA, F. C. P. Alteridade e organização: a associação contra a hierarquia. *Idéias*, n.12, p.111-5, 1992.

- NORONHA, O. M. Pesquisa participante: repondo questões teórico-metodológicas. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991. p.137-43.
- NÓVOA, A. A formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antonio (Org.) *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p.13-33.
- OLIVEIRA, R. P. de. A organização do trabalho como fundamento da administração escolar: uma contribuição ao debate sobre a gestão democrática da escola. *Idéias*, n.16, p.114-24, 1993.
- PARANÁ (Estado). Secretaria da Educação. *Resolução 2.000/91, 11jun.1991. Regimento escolar para os estabelecimentos da rede pública estadual de ensino*. Paraná: SEED, 1991.
- PARANÁ (Estado). Comitê de Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal. *Contribuição para análise do regimento escolar único*. Curitiba: C.D.E.P.G.U., 1991 (mimeogr.).
- PARANÁ (Estado). CEE.. Indicação do CEE(PR) 001/91, 17out.1991. *Processo CEE (PR) nº 576/91* (mimeogr.).
- PARANÁ (Estado). CEE. Deliberação 020/91, 18out.1991. *Processo CEE (PR) nº 576/91* (mimeogr.).
- PARANÁ (Estado). CEE. Parecer 001/92, 09out.1992. *Processo CEE(PR) nº 299/92* (mimeogr.).
- PARANÁ (Estado). CEE. Deliberação 019/92, 09out.1992. *Processo CEE (PR) nº 299/92* (mimeogr.).
- PARANÁ (Estado). Secretaria da Educação. *Resolução nº 4.839/94, 13out.1994*. Paraná: SEED, 1994 (mimeogr.).
- PARANÁ (Estado). CEE. Indicação do CEE(PR) 003/95, 30agos.1995. *Processo CEE(PR) nº 274/95* (mimeogr.).
- PARANÁ (Estado). CCE. Deliberação 11/95, 30agos.1995. *Processo CCE(PR) nº 274/95* (mimeogr.).
- PARO, V. H. A utopia da gestão escolar democrática. *Cadernos de Pesquisa*, n.60, p.51-3, fev.1987.
- PARO, V. H. *Administração escolar: introdução crítica*. 5.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.
- PARO, V. H. Situação e perspectivas da administração da educação brasileira: uma contribuição. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.9, n.1, p.9-36, jan./jun.1993.

- PARO, V. H. *Por dentro da escola pública*. São Paulo: Xamã, 1995.
- PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1997.
- PENIN, S. *Cotidiano e escola. A obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PIMENTA, S. G. A organização do trabalho na escola. *Revista ANDE*, n.11, p.29-36, 1987.
- PIMENTA, S. G. Questões sobre a organização do trabalho na escola. *Idéias*, n.16, p.78-83, 1993.
- PINTO, J. M. de Rezende. *Administração e liberdade: um estudo do Conselho de Escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas*. Campinas, SP: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1994. 170p. (Tese, Doutorado em Administração e Supervisão Educacional).
- PROGRAMA Fleury para o Governo do Estado. São Paulo: s.n.,s.d. (mimeogr.).
- RAMA, L. M. J. S. *Legislação do ensino: uma introdução ao seu estudo*. São Paulo: EPU, 1987.
- RIO DE JANEIRO (Estado). CEE. *Parecer 47/75*, 21agos.1975.
- RIO DE JANEIRO (Estado). CCE. *Deliberação 08/75*, 16out.1975.
- RIO DE JANEIRO (Estado). CEE. *Parecer 206/78*, 06jul.1978.
- RIO DE JANEIRO (Estado). CEE. *Parecer 57/79*, 30agos.1979.
- RIO DE JANEIRO (Estado). CEE. *Deliberação 128/85*, 21nov.1985.
- RIO DE JANEIRO (Estado). CEE. *Deliberação 201/93*, 13jul.1993.
- RIO DE JANEIRO (Estado). CEE. *Parecer 27/94*, 27jan.1994.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Educação. Coordenadoria Geral Pedagógica. *Regimentos das Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino*. Rio de Janeiro: Gráfica UERJ, 1994.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Educação. *Ofício de 14/03/96* Rio de Janeiro: SE, 1996.
- RIO GRANDE DO SUL (Estado). CEE. *Resolução 93/72*, 13jan.1972.
- RIO GRANDE DO SUL (Estado). CEE. *Parecer 16/72*, 13jan.1972.
- RIO GRANDE DO SUL (Estado). CEE. *Resolução 204/91*, 07maio1991.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). CEE. *Resolução 216/94*, 05jul.1994.

RODRIGUES, N. Colegiado: instrumento de democratização. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.3, n.1, p.72-9, jan./jun.1986.

RUSSO, M. H. *Teoria e prática da administração escolar: confluências e divergências*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1995. 316p. (Tese, Doutorado em Educação).

SANTOS FILHO, J. C. dos, CARVALHO, M. L. R. D., GIUBILEI, S. Estado atual da problemática da especificidade da administração educacional. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro: v.3, n.2, p.29-49, abr./jun.1979.

SANTOS FILHO, J. C. dos. *O projeto pedagógico*. (s.l.), (s.n.), 1994 (mimeogr.).

SANTOS FILHO, J. C. dos, CARVALHO, M. L. R. D. *Autonomia e gestão democrática da escola: obstáculos e possibilidades*. Campinas: UNICAMP, 1993 (mimeogr.).

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.403, 06jul.1971. *Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus. Estadual*. São Paulo, n.2, p.450-4, 1976.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Deliberação CEE 33/72. *Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus, Estadual*. São Paulo, n. 6, p.2153-6, 1977.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Indicação 511/72. *Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus, Estadual*. São Paulo, n. 6, p.2156-60, 1977.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau. *Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus, Estadual*. São Paulo, n.IV, p.1051-71, 1977.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau. *Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus, Estadual*. São Paulo, n.IV, p.1025-50, 1977.

SÃO PAULO (Estado). CEE. Parecer n. 390/78. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo, p.32-5, 1978.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Lei 5.692/71. *Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus, Federal*. São Paulo, n.1, p.403-14, 1980.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Parecer CFE 352/72. *Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus, Federal*. São Paulo, n.4, p.301-94, 1980.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Programa de reforma do ensino público do Estado de São Paulo*. São Paulo: IMESP, 1991.

- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Aspectos pedagógicos, documento para o encontro de orientação técnica para a implantação da Escola-Padrão*. São Paulo: Secretaria da Educação, 1992.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Escola em movimento: subsídios para o planejamento*. In: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 16 fev. 1995. (Encarte Especial).
- SÃO PAULO (Estado). CEE. Deliberação 10/97. *Diário Oficial do Estado* de 04/09/1997. In: *Jornal da APASE - Suplemento Especial de Legislação*. São Paulo, n.46, p.4-7, set.1997.
- SÃO PAULO (Estado). CEE. Parecer 67/98. *Diário Oficial do Estado*, São Paulo: p.19-22, 21 mar. 1998.
- SARTRE, J. P. *Questão de método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v.45).
- SAVIANI, D. O ensino básico e o processo de democratização da sociedade brasileira. *Revista ANDE*, n.7, p. 9-13, 1984a.
- SAVIANI, D. *Ensino público e algumas falas sobre a Universidade*. São Paulo: Cortez, 1984b.
- SEVERINO, A. J. O diretor e o cotidiano na escola. *Idéias*, n.12, p.79-88, 1992.
- SILVA, J. M. da. *A autonomia da escola pública*. Campinas: Papirus, 1996.
- SILVA JÚNIOR, C. A. da. Supervisão da educação: especialização e especificidade. *Didática*, n. 20, p.49-60, 1984.
- SILVA JÚNIOR, C. A. da. Organização do trabalho na escola: a prática existente e a teoria necessária. *Cadernos de Pesquisa*, n.59, p.73-6, nov.1986.
- SILVA JÚNIOR, C. A. da. *A escola pública como local de trabalho*. São Paulo: Cortez, 1990.
- SIMÕES, L. A. P. O verdadeiro Conselho de Escola: *integração escola-comunidade*. *Conselho de Escola*. São Paulo, FDE, 1991.
- THIOLLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1982.
- THIOLLENT, M. J. M. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. *Cadernos de Pesquisa*, n.49, p.45-50, maio 1984.
- VALE, J. M. F. do. O ensino da administração e a formação de administradores escolares. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.4, n.2, p.61-70, jul./dez.1985.

- VALE, J. M. F. do. O diretor de escola em situação de conflito. *Cadernos CEDES*, n.6, p.37-50, set.1986.
- VALE, J. M. F. do. Administração educacional e escolar. *Idéias*, n.16, p.107-13, 1993.
- VALERIEN, J., DIAS, J. A. *Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento*. São Paulo: Cortez, 1993.
- VEIGA, I. P. A. (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995.
- VEIGA, L. da. Educação, movimentos populares e pesquisa participante: algumas considerações. In: MADEIRA, Felícia Reiche, MELLO, Guiomar Namó de (Coord.). *Educação na América Latina*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985. p.187-201.
- VIDAL, J. E., CÁRAVE, G., FLORENCIO, M. A. *El proyecto educativo de centro: una perspectiva curricular*. Madrid: Editorial EOS, 1992.
- WARDE, M. J. A formação do magistério e outras questões. In: MELLO, Guiomar Namó (Coord.) *Educação e transição democrática*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985. p.73-91.
- WATANABE, T. *O significado do regimento interno no processo de democratização da escola e do saber*. São Paulo: s.n., 1991(mimeogr.).
- WEBER, M. Burocracia. In: GERTH, H.H. e MILLS, C. W. (Org.) *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- ZABOT, N. O regimento escolar como instrumento de organização administrativa e pedagógica da comunidade escolar. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, v.4, n.2, p.63-6, jul./dez.1986.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data da Entrevista ____/____/1995. Horário _____

Nome da Escola _____

Nome do Entrevistado _____

Função/ Cargo que Exerce _____

Carga Horária Semanal _____

Tempo de Serviço _____

1. Você sabe o que é um Regimento Escolar oficial?
2. Para você, qual é o papel do Regimento Escolar no desenvolvimento de seu trabalho?
3. Você conhece o Regimento Escolar da sua escola ? Em que ocasiões você tem se utilizado do Regimento ?
4. No dia-a-dia, como é que o Regimento Escolar aparece?
5. De que maneira é divulgado o regimento escolar, para conhecimento dos interessados, em sua escola?
6. Qual a sua opinião sobre o atual Regimento Escolar em vigor?
7. A escola está necessitando de um novo Regimento? Por que?
8. Se a resposta anterior for afirmativa quem deve elaborar o novo Regimento?
9. Na sua opinião o que um Regimento Escolar deveria conter? (conteúdo de um R.E.)
10. O Regimento pode ser considerado instrumento fundamental no processo de organização do trabalho na escola pública?
11. Por que o regimento não recebe a atenção da comunidade escolar?
12. Como o Regimento Escolar influi na organização do trabalho na Escola Pública?
13. Em algum momento na vida da sua escola ou no desenvolvimento de suas atividades (de você) houve algum prejuízo ou a atividade desenvolvida não teve validade por que não estava previsto no Regimento Escolar?

14. Sua escola é padrão. Por que o Conselho de Escola não sentiu necessidade de um Regimento Escolar novo, de acordo com o projeto pedagógico?
15. Sua escola é padrão. Por que o Conselho de Escola não aproveitou a oportunidade para elaborar um Regimento Escolar próprio de acordo com o novo projeto pedagógico?
16. Você tomou conhecimento da minuta do Regimento Comum das Escolas Estaduais de São Paulo, divulgada pela Secretaria da Educação pela Res. S.E., de 23/12/94 - D.O. de 24/12/94? A escola analisou, discutiu, enviou sugestões à Comissão responsável?

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA - ENTIDADES

ROTEIRO DE ENTREVISTA - ENTIDADES

Data da Entrevista ____ / ____ /1995 Horário _____

Nome do Sindicato/ Associação _____

Nome do Entrevistado _____

Função que exerce no Sindicato _____

Cargo na Rede de Ensino _____

Tempo de exercício _____

1. Você sabe o que é um Regimento Escolar oficial?
2. Para você, qual é o papel do Regimento Escolar no desenvolvimento do trabalho da Escola?
3. Qual a sua opinião sobre o atual Regimento Escolar em vigor? Por que?
4. A escola está necessitando de um novo Regimento? Por que?
5. Se a resposta anterior for afirmativa quem deve elaborar o novo Regimento?
6. Como o Regimento Escolar influi na organização do trabalho na Escola Pública?
7. Tivemos a implantação do Projeto da Escola Padrão em algumas Unidades Escolares de Presidente Prudente. Por que o Conselho de Escola não aproveitou a oportunidade para elaborar um Regimento Escolar próprio de acordo com o projeto pedagógico?
8. O que a Associação/Sindicato pensa a respeito do Conselho de Escola elaborar o Regimento?
9. O Regimento Interno pode ser considerado como instrumento fundamental no processo de organização do trabalho na Escola Pública?
10. Por que o Regimento não recebe a atenção da comunidade escolar?
11. Como fazer do Regimento um instrumento fundamental de organização do trabalho na Escola Pública?
12. Qual a posição da Associação/Sindicato sobre a minuta do Regimento Comum das Escolas Estaduais de São Paulo, divulgada pela Secretaria da Educação pela Res. S.E., de 23/12/94, D.O. 24/12/94? O que a Associação/Sindicato fez?

ANEXO 3

LEI COMPLEMENTAR Nº 60, DE 10/07/1972

LEI COMPLEMENTAR Nº 60, DE 10 DE JULHO DE 1972

Fixa normas técnicas a serem observadas na elaboração de leis e decretos

(...)

Artigo 4º - A elaboração das leis e decretos atenderá aos seguintes princípios:

I - os textos serão precedidos de ementa enunciativa do seu objeto e divididos em artigos;

II - a numeração dos artigos será ordinal até o nono e, a seguir, cardinal;

III - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos, em incisos (algarismos romanos) ou em parágrafos e incisos; os parágrafos em itens (algarismos arábicos) e os incisos e itens em alíneas (letras minúsculas);

IV - o agrupamento de artigos constituirá a Seção, que poderá desdobrar-se em Subseções; o de seções, o Capítulo; o de capítulo, o Título; o de títulos, o Livro e o de livros, a Parte, que poderá desdobrar-se em Geral e Especial, ou consistir simplesmente em Parte seguida de numeração ordinal, grafada por extenso;

VI - os grupos a que se refere o inciso anterior poderão compreender os subgrupos Disposições Preliminares e Disposições Gerais.

VII - as disposições que pelo seu sentido, não couberem em qualquer dos grupos, serão incluídas em Disposições Finais; e as que não tiverem caráter permanente constituirão as Disposições Transitórias, com numeração própria.

VIII - no mesmo artigo que fixar a data da vigência da lei ou decreto, será declarada, quando possível especificadamente, a legislação anterior revogada.

ANEXO 4

REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE 1º E 2º GRAUS

REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE 1º E 2º GRAUS

SUMÁRIO

TITULO I -	DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS DA ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS
	CAPÍTULO I - Da Caracterização
	CAPÍTULO II - Dos Objetivos
TITULO II -	DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
	CAPÍTULO I - Da Estrutura Funcional
	CAPÍTULO II - Das Atribuições e Relações Hierárquicas
	SEÇÃO I - Da Direção
	SEÇÃO II - Do Apoio Técnico-Pedagógico
	SUBSEÇÃO I - Da Coordenação Pedagógica
	SUBSEÇÃO II - Da Orientação Educacional
	SUBSEÇÃO III - Da Biblioteca
	SUBSEÇÃO IV - Dos Laboratórios e Outro Ambientes Especiais
	SUBSEÇÃO V - Dos Conselhos de Classe
	SEÇÃO III - Do Apoio Administrativo
	SUBSEÇÃO I - Da Secretaria
	SUBSEÇÃO II - Das Atividades Complementares
	SEÇÃO IV - Da Assistência ao Escolar
	SEÇÃO V - Das Instituições Auxiliares
	SEÇÃO VI - Do Corpo Docente
	CAPÍTULO III - Das Competências
	CAPÍTULO IV - Do Pessoal
TITULO III -	DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO
	CAPÍTULO I - Dos Direitos e Deveres
	CAPÍTULO II - Do Horário e Regime de Trabalho
	CAPÍTULO III - Do Corpo Discente
TITULO IV -	DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA
	CAPÍTULO I - Do Currículo Pleno
	CAPÍTULO II - Do Critério de Agrupamento de Alunos
	CAPÍTULO III - Da Verificação do Rendimento Escolar
TITULO V -	DO PLANO ESCOLAR
TITULO VI -	DO REGIME ESCOLAR
	CAPÍTULO I - Do Calendário Escolar
	CAPÍTULO II - Da Matrícula
	CAPÍTULO III - Da Transferência
	CAPÍTULO IV - Da Adaptação
	CAPÍTULO V - Dos Certificados
TITULO VII -	DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

TÍTULO I

Da Caracterização e dos objetivos da Escola de 1º e 2º Graus

CAPÍTULO I

Da Caracterização

Artigo 1º - A organização administrativa, didática e disciplinar das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus reger-se-ão pelo presente regimento.

Parágrafo único - Por Escola Estadual de 1º e 2º Graus entende-se a unidade escolar mantida pelo Governo do Estado de São Paulo que ministra ensino regular de 1º Grau, de 1ª a 8ª séries, e ensino de 2º Grau, com duração de três ou quatro séries anuais, mediante habilitações profissionais plenas e parciais e Formação Profissionalizante Básica.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Artigo 2º - A Escola de 1º e 2º Graus destina-se à formação integral do adolescente, visando ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Artigo 3º - Os objetivos do ensino de 1º e 2º Graus deverão convergir para os fins mais amplos da educação nacional expressos no artigo 1º da lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

TÍTULO II

Da Organização Administrativa

CAPÍTULO I

Da Estrutura Funcional

Artigo 4º - A estrutura funcional da Escola de 1º e 2º Graus compreende os seguintes núcleos de atividades:

- I- Direção;
- II- Apoio Técnico-Pedagógico;
- III- Apoio Administrativo;
- IV- Assistência ao Escolar;
- V- Instituições Auxiliares da Escola;
- VI- Corpo Docente.

CAPÍTULO II

Das Atribuições e Relações hierárquicas

SEÇÃO I

Da Direção

Artigo 5º - Direção da Escola é o núcleo executivo que organiza, superintende, coordena e controla todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar.

Artigo 6º - Integram a direção da Escola:

- I- Diretor de Escola;

II- Assistente de Diretor de Escola;

Parágrafo único - A Direção terá como órgão consultivo o Conselho de Escola.

Artigo 7º - O Diretor de Escola tem as seguintes atribuições:

I - organizar as atividades de planejamento no âmbito da Escola:

a) coordenando a elaboração do Plano Escolar;

b) assegurando a compatibilidade do Plano Escolar com o Plano Setorial de Educação;

c) superintendendo o acompanhamento, avaliação e controle da execução do Plano Escolar;

II- Subsidiar o planejamento educacional:

a) responsabilizando-se pela atualização, exatidão, sistematização e fluxo dos dados necessários ao planejamento do sistema escolar;

b) prevendo os recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para atender às necessidades da Escola a curto, médio e longo prazos;

c) propondo as habilitações profissionais a serem oferecidas pela Escola em função da demanda, em nível de Escola, e dos recursos disponíveis;

III- elaborar ou coordenar a elaboração do relatório anual da Escola;

IV- assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas da administração superior;

V- zelar pela manutenção e conservação dos bens patrimoniais;

VI- promover o contínuo aperfeiçoamento dos recursos físicos, materiais e humanos da Escola;

VII- assegurar a inspeção periódica dos bens patrimoniais, solicitar baixa dos inservíveis e colocar os excedentes à disposição de órgãos superiores;

VIII- exercer controle sobre a produção escolar e dar-lhe o destino próprio de acordo com as normas em vigor;

IX- coordenar a elaboração de projetos de execução de trabalhos de interesse para a aprendizagem, não constantes das programações básicas, submetendo-as à aprovação dos órgãos competentes;

X- garantir a disciplina de funcionamento da organização;

XI- promover a integração escola-família-comunidade:

a) proporcionando condições para a participação de órgãos e entidades públicas e privadas de caráter cultural, educativo e assistencial, bem como de elementos da comunidade nas programações da Escola;

b) assegurando a participação da Escola em atividades cívicas, culturais, sociais e desportivas da comunidade;

c) proporcionando condições para a integração família-escola;

XII- organizar e coordenar as atividades de natureza assistencial;

XIII- criar condições e estimular experiências para o aprimoramento do processo educativo.

Artigo 8º - O Assistente de Diretor tem as seguintes atribuições:

I- responder pela direção da Escola no horário que lhe é confiado;

II- substituir o Diretor da Escola em suas ausências e impedimentos;

III- coadjuvar o Diretor no desempenho das atribuições que lhe são próprias;

IV- participar da elaboração do Plano Escolar;

V- acompanhar e controlar a execução das programações relativas às atividades de apoio administrativo e apoio técnico pedagógico, mantendo o Diretor informado sobre o andamento das mesmas;

VI- coordenar as atividades relativas à manutenção e conservação do prédio escolar, mobiliário e equipamento da Escola;

VII- controlar o recebimento e consumo de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

VIII- controlar a aplicação de medidas necessárias à observância das normas de segurança e higiene nas oficinas, laboratórios e outros locais de trabalho.

Artigo 9º - O Conselho de Escola, de natureza consultiva, é presidido pelo Diretor e integrado pelos seguintes membros:

I- Assistente de Diretor de Escola;

II- Coordenador Pedagógico;

III- Orientador Educacional;

IV- Dois professores representantes das quatro primeiras séries do 1º Grau, eleitos anualmente por seus pares;

V- Representantes do corpo docente observada a proporção de um para 5 (cinco) professores respectivamente das partes de Educação Geral e Formação Especial, eleitos anualmente por seus pares, garantida a representatividade das diferentes áreas curriculares;

VI- Orientador de Educação Moral e Cívica;

VII- Dois representantes do corpo discente de 2º grau eleitos anualmente por seus pares;

VIII- Secretário da Escola;

IX- Representante da Associação de Pais e Mestres.

Artigo 10 - O Conselho de Escola tem as seguintes atribuições:

I- assessorar a Direção de Escola em suas decisões, propondo:

a) diretrizes e metas de atuação da Escola;

b) alternativas de solução para problemas de natureza administrativa e pedagógica;

c) prioridade para a aplicação de recursos da Escola e Instituições Auxiliares;

II- opinar sobre:

a) criação e regulamentação das instituições auxiliares da Escola;

b) programas especiais visando à integração escola-família-comunidade;

c) programas de assistência social e material aos alunos;

III- apreciar os relatórios anuais da Escola analisando o seu desempenho em face das diretrizes e metas estabelecidas.

Artigo 11 - O Conselho de Escola reunir-se-á:

I- ordinariamente:

a) no 1º semestre de cada ano antecedente à elaboração ou reformulação do Plano Escolar;

b) no início do 2º semestre letivo;

II- extraordinariamente, por convocação do diretor ou por proposta de, no mínimo, dois terços (2/3) de seus membros.

SEÇÃO II

Do Apoio Técnico-Pedagógico

Artigo 12 - O núcleo de apoio técnico-pedagógico compreende o conjunto de funções destinadas a proporcionar suporte técnico às atividades docentes e discentes.

Artigo 13 - Integram o núcleo de apoio técnico-pedagógico as atividades de:

I- Coordenação Pedagógica;

II- Orientação Educacional;

- III- Multimeios, compreendendo:
- a) bibliotecas;
 - b) laboratórios e oficinas;
 - c) outros recursos pró-curriculares;
- IV- Conselho de Série e de Classe.

SUBSEÇÃO I

Da Coordenação Pedagógica

Artigo 14 - As atividades de Coordenação Pedagógica são exercidas pelo Coordenador Pedagógico e Professores Coordenadores.

Artigo 15 - O Coordenador Pedagógico é o elemento do sistema de supervisão responsável pela Coordenação, acompanhamento, avaliação e controle das atividades curriculares, no âmbito da Escola.

Artigo 16 - O Coordenador Pedagógico tem as seguintes atribuições:

- I- Participar da elaboração do Plano Escolar:
 - a) coordenando as atividades de planejamento quanto aos aspectos curriculares;
 - b) assegurando a articulação entre as programações referentes à Educação Geral e à Formação Especial;
 - c) transmitindo dados relativos ao mercado de trabalho;
 - d) fornecendo subsídios referentes à análise ocupacional, com base nos dados da atualidade e de projeções efetuadas;
- II- elaborar a programação das atividades da sua área de atuação, assegurando a articulação com as demais programações do núcleo de apoio técnico-pedagógico;
- III- acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento da programação do currículo;
- IV- prestar assistência técnica aos professores visando a assegurar a eficiência e a eficácia do desempenho dos mesmos, para a melhoria dos padrões de ensino:
 - a) propondo técnicas e procedimentos;
 - b) selecionando e fornecendo materiais didáticos;
 - c) estabelecendo a organização das atividades;
 - d) propondo sistemática de avaliação;
- V- coordenar a programação e execução das atividades de recuperação dos alunos;
- VI- supervisionar as atividades realizadas pelos professores como “horas-atividades”;
- VII- coordenar as atividades relativas a estágios:
 - a) assegurando programação integrada no Plano Escolar;
 - b) efetuando levantamento dos locais e condições de realização;
 - c) controlando as atividades de supervisão;
- VIII- promover estudos visando a assegurar a eficácia interna e externa do currículo:
 - a) mantendo entendimentos com empresas do ramo das habilitações oferecidas pela escola para adequação da programação curricular;
 - b) efetuando levantamentos de informações sobre o desempenho, no exercício profissional, dos egressos da Escola, para o aprimoramento do ensino ministrado;
- IX- coordenar a programação e execução das reuniões dos Conselhos de Classe;
- X- propor e coordenar atividades de aperfeiçoamento e atualização de professores;
- XI- coordenar o planejamento do arranjo físico e aproveitamento racional das oficinas, laboratórios e outros ambientes especiais;
- XII- avaliar os resultados do ensino no âmbito da Escola;

XIII- assegurar o fluxo de informações entre as várias instâncias do sistema de supervisão;

XIV- assessorar a Direção da Escola, especificamente quanto a decisões relativas a:

- a) matrícula e transferência;
- b) agrupamento de alunos;
- c) organização de horário de aulas e do calendário escolar;
- d) escolha de Professores Coordenadores;
- e) utilização de recursos didáticos da Escola;

XV- interpretar a organização didática da Escola para a comunidade;

XVI- elaborar relatório de suas atividades e participar da elaboração do relatório anual da Escola.

Artigo 17 - O Professor Coordenador, no âmbito de sua área curricular, tem as seguintes atribuições:

I- elaborar, com os demais professores da área ou professores regentes de classe da mesma série, o programa de currículo;

II- coordenar a execução da programação;

III- assegurar a integração horizontal e vertical do currículo;

IV- coordenar atividades da área que visem ao aprimoramento de técnicas, procedimentos e matéria de ensino;

V- estabelecer, em cooperação com os demais professores da área ou da mesma série, critérios de seleção de instrumento de avaliação;

VI- assessorar os trabalhos dos Conselhos de Classe;

VII- coordenar a supervisão ou supervisionar os estágios da sua área;

VIII- assegurar a otimização dos recursos físicos:

a) fornecendo especificações técnicas para equipamentos a serem adquiridos e orientando sua instalação;

b) inspecionando periodicamente os equipamentos da sua área e solicitando seu reparo, quando necessário;

c) requisitando material de consumo e controlando seu uso;

d) propondo a reformulação, quando necessário, dos arranjos físicos das oficinas, laboratórios e outros ambientes especiais;

IX- colaborar com a Direção e com a Secretaria na elaboração do Inventário dos bens patrimoniais da Escola.

SUBSEÇÃO II

Da Orientação Educacional

Artigo 18 - As atividades de orientação educacional são exercidas pelo Orientador Educacional coadjuvado pelos Professores Conselheiros de Classe.

Artigo 19 - Ao Orientador Educacional cabe a responsabilidade básica de coordenar, orientar e controlar, no âmbito da Escola, as atividades relacionadas à sua área de atuação.

Artigo 20 - O Orientador Educacional tem as seguintes atribuições:

I- participar da elaboração do Plano Escolar;

II- elaborar a programação das atividades de sua área de atuação, mantendo-a articulada com as demais programações do núcleo de apoio técnico-pedagógico;

III- elaborar a programação de informação profissional;

IV- orientar a elaboração e execução do programa de currículo nos aspectos relativos à Orientação Educacional;

V- controlar e avaliar a execução da programação de Orientação Educacional e apresentar relatório anual das atividades;

VI- colaborar nas decisões referentes a agrupamentos de alunos;

VII- efetuar levantamento de dados que permitam caracterizar o alunado, visando ao mais eficiente atendimento individual e grupal;

VIII- assessorar os trabalhos dos Conselhos de Série e de Classe;

IX- desenvolver o processo de aconselhamento;

X- participar do planejamento, execução e avaliação dos programas de estágios;

XI- estabelecer sistemática de acompanhamento e/ou controle pós-escolar;

XII- relacionar as oportunidades ocupacionais na localidade e articular-se com agências de colocação de mão-de-obra para fins de encaminhamento de alunos;

XIII- organizar e manter atualizado o dossiê individual do aluno e o perfil das Classes;

XIV- assessorar o trabalho docente:

a) informando os professores quanto a peculiaridade de comportamento do aluno;

b) acompanhando o processo de avaliação e recuperação do aluno;

XV- cooperar com o bibliotecário na orientação da leitura dos alunos;

XVI- encaminhar os alunos a especialistas quando se fizer necessário;

XVII- orientar o trabalho dos Professores Conselheiros de Classe;

XVIII- montar e coordenar o desenvolvimento de esquema de contato permanente com a família do aluno.

Artigo 21 - Os Professores Conselheiros de Classe têm as seguintes atribuições:

I- coletar dados sobre o grupo de alunos sob sua responsabilidade, especialmente relacionados a interesse e sondagem de aptidões e à adaptabilidade a ocupações pretendidas;

II- identificar problemas ou carências individuais ou do grupo que exijam atenção especial por parte da Orientação Educacional;

III- aplicar instrumentos de observação de alunos, propostos pelo Orientador Educacional;

IV- incentivar a participação de pais e alunos nas promoções da Escola;

V- oferecer subsídios para a elaboração da programação de Orientação Educacional.

SUBSEÇÃO III

Da Biblioteca

Artigo 22 - A Biblioteca constitui o centro de leitura e orientação de estudos de alunos e ex-alunos e de consulta e estudos de docentes e demais servidores da Escola.

Artigo 23 - O Bibliotecário tem as seguintes atribuições:

I- participar da elaboração do Plano Escolar;

II- elaborar e executar a programação das atividades da Biblioteca, mantendo-a articulada com as demais programações que integram o núcleo de apoio técnico-pedagógico;

III- manter controle das atividades realizadas, avaliar os resultados da programação e apresentar relatório anual;

IV- colaborar com os professores na composição de resenhas bibliográficas;

V- assegurar a adequada organização e funcionamento da Biblioteca:

a) organizando o acervo e zelando pela sua conservação;

- b) elaborando, organizando e mantendo atualizados os fichários e catálogos correspondentes;
 - c) mantendo adequadas as condições dos ambientes de leitura;
 - d) orientando o usuário, especialmente os alunos, na utilização da Biblioteca, na pesquisa e consulta de obras;
 - e) organizando coleções de recortes de jornais e revistas para consultas;
- VI- elaborar propostas de aquisição de livros didáticos, culturais e científicos, folhetos e periódicos a partir das necessidades indicadas pelo pessoal administrativo, técnico, docente e discente;
- VII- organizar e manter atualizada a documentação de trabalho realizado pela Escola;
- VIII- manter intercâmbio com outras bibliotecas e centros de documentação;
- IX- divulgar, periodicamente, no âmbito da Escola, a bibliografia existente na Biblioteca;
- X- organizar e registrar materiais didáticos, mantendo controle de sua utilização;
- XI- levantar as necessidades de recursos didáticos para fins de aquisição, requisição ou empréstimo, conforme propostas das várias áreas curriculares;
- XII- elaborar inventário anual do acervo da Biblioteca.

SUBSEÇÃO IV

Dos Laboratórios, Oficinas e outros Ambientes Especiais

Artigo 24 - Os Laboratórios, Oficinas e outros Ambientes Especiais constituem-se em recursos pró-curriculares a serviço dos trabalhos docentes e discentes.

Artigo 25 - A organização e o funcionamento dos Laboratórios, Oficinas e outros Ambientes Especiais são da responsabilidade dos professores das áreas curriculares correspondentes.

SUBSEÇÃO V

Dos Conselhos de Série e de Classe

Artigo 26 - Integram o núcleo de apoio técnico, os Conselhos de Série para as 4 primeiras séries do 1º grau, e os Conselhos de Classe para as 4 últimas séries do 1º Grau, e todo o ensino de 2º grau.

Artigo 27 - Os Conselhos a que se refere o artigo anterior são presididos pelo Diretor e integrados pelo Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional e pelos professores da mesma série, no caso dos Conselho de Classe, e pelos professores de igual série, no caso dos Conselhos de Série.

Parágrafo único - O Diretor poderá delegar a presidência dos Conselhos de Série e de Classe ao Assistente de Direção, ou a qualquer dos membros desses Conselhos.

Artigo 28 - Os Conselhos de Série e de Classe têm as seguintes atribuições:

- I- avaliar o rendimento da Classe e confrontar os resultados de aprendizagem relativos aos diferentes componentes curriculares:
 - a) analisando os padrões de avaliação utilizados;
 - b) identificando os alunos de aproveitamento insuficiente;
 - c) identificando as causas do aproveitamento insuficiente;
 - d) coletando e utilizando informações sobre as necessidades, interesses e aptidões dos alunos;

e) elaborando a programação das atividades de recuperação, de aproveitamento e de compensação de ausência.

II- avaliar o comportamento da Classe:

a) confrontando o relacionamento da classe com os diferentes professores;

b) identificando os alunos de ajustamento insatisfatório em situação de classe e na Escola;

c) propondo medidas que visem ao melhor ajustamento do aluno.

III- decidir sobre a promoção do aluno:

a) determinando o conceito final nos casos de discrepância entre as menções finais e bimestrais emitidas pelo professor;

b) determinando a retenção ou acesso a estudos de recuperação, ao final do ano letivo, dos alunos cujas menções indiquem aproveitamento inferior ao mínimo exigido;

c) julgando da oportunidade e conveniência de proporcionar ao aluno, no decorrer do ano letivo, atividades destinadas à compensação de ausência;

d) homologando o conceito definitivo dos alunos submetidos a estudos de recuperação final;

e) opinando sobre os recursos relativos à verificação do rendimento escolar interposto por alunos ou seus responsáveis.

Artigo 29 - Os Conselhos de Série e de Classe devem reunir-se ordinariamente, pelo menos uma vez por bimestre, e quando convocados pelo Diretor.

SEÇÃO III

Do Apoio Administrativo

Artigo 30 - O núcleo de apoio administrativo compreende o conjunto de funções destinadas a oferecer suporte operacional às atividades-fim da Escola, incluindo as atribuições relacionadas com a administração de pessoal, material, patrimônio, finanças, atividades complementares e com a vida escolar.

Artigo 31 - Integram o núcleo de apoio administrativo:

I- Secretaria;

II- Atividades complementares.

SUBSEÇÃO I

Da Secretaria

Artigo 32 - À Secretaria, unidade administrativa com nível de Seção, observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes do sistema, incumbe:

I- quanto à documentação e escrituração escolar:

a) organizar e manter atualizados prontuários de documentos de alunos, procedendo ao registro e escrituração relativos à vida escolar, especialmente no que se refere à matrícula, frequência e histórico escolar;

b) expedir diplomas, certificados de conclusão de série e de cursos, de aprovação em disciplinas e outros documentos relativos à vida escolar dos alunos;

c) preparar a documentação dos alunos, necessária aos registros e encaminhá-la aos órgãos competentes do Ministério da Educação e Cultura, à Secretaria da Educação e/ou a outras entidades;

d) preparar e afixar, em locais próprios, quadros, horários de aula, e controlar o cumprimento da carga horária anual;

e) manter registros relativos a resultados atuais dos processos de avaliação e promoção, incineração de documentos, reuniões administrativas, termos de visita de supervisores pedagógicos e outras autoridades da administração do ensino;

f) manter registros de levantamento de dados estatísticos e informações educacionais;

g) preparar relatórios, comunicados e editais relativos à matrícula, exame e demais atividades escolares;

II- quanto à administração geral:

a) receber, registrar, distribuir e expedir correspondência, processos e papéis em geral que tramitam na Escola, organizando e mantendo o protocolo e arquivo escolar;

b) registrar e controlar a frequência do pessoal docente, técnico e administrativo da Escola;

c) preparar e expedir atestados ou boletins relativos à frequência do pessoal docente, técnico e administrativo;

d) organizar e manter atualizados assentamentos dos servidores em exercício na Escola;

e) preparar folhas de pagamento de vencimentos e salários do pessoal da Escola;

f) preparar escala de férias anuais dos servidores em exercício na Escola;

g) controlar as atividades relativas ao almoxarifado;

h) organizar e encaminhar à Delegacia de Ensino os documentos de prestação de contas de despesas miúdas de pronto pagamento.

i) manter registros do material permanente recebido pela escola e do que lhe for doado ou cedido, e elaborar inventário anual dos bens patrimoniais;

j) organizar e manter atualizado documentário de leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias e comunicados de interesse para a Escola;

l) atender aos servidores da Escola e aos alunos prestando-lhes esclarecimentos relativos à escrituração e legislação;

m) atender pessoas que tenham assuntos a tratar na Escola.

Artigo 34 - O Secretário tem as seguintes atribuições:

I- participar da elaboração do Plano Escolar;

II- elaborar a programação das atividades da Secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da Escola;

III- atribuir tarefas ao pessoal auxiliar da Secretaria, orientando e controlando as atividades de registro e a escrituração, bem como assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos aos processamentos de dados;

IV- verificar a regularidade da documentação referente à matrícula e transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do Diretor;

V- providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais;

VI- preparar a escala de férias dos servidores da Escola, submetendo-a à aprovação do Diretor;

VII- elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades escolares;

VIII- redigir correspondência oficial;

IX- instruir expedientes;

X- elaborar propostas das necessidades de material permanente e de consumo;

XI- elaborar relatórios das atividades da Secretaria e colaborar no preparo dos relatórios anuais da Escola.

Artigo 35 - Aos Escriurários, cabe a execução das atribuições previstas nos incisos I e II do artigo 32 que lhe foram cometidas pelo Secretário.

Artigo 36 - Ao almoxarifado, subordinado à Secretaria da Escola, incumbe, conforme normas legais e regulamentares, o provimento do material necessário ao funcionamento da Escola.

Artigo 37 - O almoxarife tem as seguintes atribuições:

I- receber, conferir, armazenar e distribuir material permanente e de consumo, inclusive gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

II- providenciar, em tempo hábil, o levantamento das necessidades de material, conforme previsão de todos os setores de atividade da Escola;

III- organizar e manter em ordem o Almoxarifado, de modo a permitir:

a) guarda do material recebido em condições adequadas;

b) separação, para pronta entrega, do material requisitado;

c) verificação periódica do estado de material de fácil deterioração;

IV- organizar e manter atualizada a escrituração do almoxarifado:

a) efetuando o registro das entradas e saídas do material;

b) registrando os níveis de estoque;

c) elaborando os balanços mensais e inventários anuais do material estocado;

V- proceder ao recebimento, conferência, guarda e expedição de materiais produzidos pela Escola e destinados à venda, ou à distribuição a outras unidades escolares da rede;

VI- preparar e conferir documentos relativos ao almoxarifado, a serem visados pelo Secretário e/ou Diretor da Escola;

VII- auxiliar na elaboração do inventário anual de bens patrimoniais existentes na Escola;

VIII- executar outras tarefas próprias de sua área de atuação que lhe forem atribuídas pelo Secretário ou pelo Diretor da Escola.

Artigo 38 - Almoxarifado funcionará nos horários e turnos de funcionamento da Escola de modo a atender a todos os seus serviços.

SUBSEÇÃO II

Das Atividades Complementares

Artigo 39 - A área de Atividades Complementares compreende:

I- Zeladoria;

II- Vigilância e atendimento de alunos;

III- Manutenção e conservação de equipamentos.

Artigo 40 - São atribuições da zeladoria:

a) vigilância e guarda das dependências, instalações e equipamentos;

b) atendimento ao público em geral;

c) execução dos serviços de limpeza;

d) execução dos serviços de copa.

Artigo 41 - O Zelador tem as seguintes atribuições:

I- proceder à abertura e fechamento do prédio, no horário regulamentar fixado pelo Diretor;

II- manter sob sua guarda as chaves do edifício e de todas as suas dependências;

III- controlar o acesso e saída de pessoas e materiais e manter a vigilância do prédio e suas dependências;

IV- zelar pela conservação e asseio do edifício, instalações, móveis e utensílios;

V- requisitar materiais de limpeza e, quando for o caso, mantimentos e controlar o seu consumo;

VI- distribuir e supervisionar a execução de tarefas de limpeza externa e interna do edifício, instalações, móveis e utensílios;

VII- auxiliar a Secretaria na elaboração de inventários do patrimônio existente na Escola;

VIII- executar outras tarefas auxiliares relacionadas com sua área de atuação que lhe forem atribuídas pela Direção da Escola.

Artigo 42 - Os serventes têm as seguintes atribuições:

I- executar tarefas de:

a) limpeza interna e externa do prédio, dependências, instalações, móveis e utensílios da Escola;

b) preparo e distribuição de café ao pessoal da Escola;

c) preparo e distribuição de merenda aos alunos;

II- executar pequenos reparos em instalações, mobiliário, utensílios e similares;

III- prestar serviços de mensageiro;

IV- auxiliar na manutenção da disciplina geral;

V- executar outras tarefas relacionadas com sua área de atuação que forem determinadas pela Direção da Escola.

Artigo 43 - A vigilância e o atendimento a alunos serão exercidos pelos Inspectores de Alunos com as seguintes atribuições:

I- controlar a movimentação dos alunos no recinto da Escola e em suas imediações, orientando-os quanto a normas de comportamento;

II- informar a Direção da Escola e Orientação Educacional sobre a conduta dos alunos e comunicar ocorrências;

III- colaborar na divulgação de avisos e instruções de interesse da administração da Escola;

IV- atender aos professores, em aula, nas solicitações de material escolar e nos problemas disciplinares ou de assistência aos alunos;

V- colaborar na execução de atividades cívicas, sociais e culturais da Escola e nos problemas disciplinares ou de assistência aos alunos;

VI- providenciar atendimento aos alunos em caso de enfermidade ou acidente;

VII- executar outras tarefas auxiliares relacionadas com o apoio administrativo e técnico-pedagógico que lhes forem atribuídas pela Direção.

Artigo 44 - A manutenção e conservação de equipamentos serão exercidas pelo Reparador Geral, sob orientação do Professor Coordenador de área, com as seguintes atribuições:

I- zelar pelo estado de conservação e funcionamento de máquinas, equipamentos e instrumentos próprios de Laboratórios, Oficinas e outros Ambientes Especiais de trabalho escolar;

II- executar reparos nos equipamentos, instrumental e instalações mecânicas, hidráulicas, elétricas e outras próprias dos Laboratórios e Oficinas;

III- executar serviços de limpeza e lubrificação de máquinas e equipamentos;

IV- executar outras tarefas relacionadas com a manutenção e conservação de equipamentos e instalações que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

SEÇÃO IV

Da Assistência ao Escolar

Artigo 45 - A Escola, na medida dos recursos disponíveis, proporcionará assistência social e econômica a seus alunos carentes.

§ 1º - A Assistência ao Escolar será provida por órgão próprio do sistema com a cooperação de Instituições Auxiliares e recursos da comunidade.

§ 2º - As atividades assistenciais serão organizadas e executadas sob a responsabilidade do Diretor da Escola com o assessoramento dos órgãos próprios do sistema.

SEÇÃO V

Das Instituições Auxiliares

Artigo 46 - A Escola contará com instituições auxiliares com o objetivo de colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade.

Artigo 47 - São instituições de caráter obrigatório nos termos da legislação vigente:

I- Associação de Pais e Mestres;

II- Centro Cívico.

Artigo 48 - Outras instituições auxiliares, que vierem a ser instaladas, serão regidas por regulamento próprio que, após sua aprovação pelos órgãos competentes do sistema passará, como o das instituições de caráter obrigatório, a integrar este Regimento, como anexo.

SEÇÃO VI

Do Corpo Docente

Artigo 49 - Integram o Corpo docente todos os professores com exercício na Escola.

Artigo 50 - Os professores, além de outras previstas na legislação, têm as seguintes atribuições:

I- participar da elaboração do Plano Escolar;

II- elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins;

III- participar das decisões referentes ao agrupamento dos alunos;

IV- realizar atividades relacionadas à Coordenação Pedagógica, atuando, inclusive, como Professores Coordenadores quando designados;

V- executar atividades de recuperação de alunos;

VI- colaborar na programação e avaliação dos estágios, atuando como supervisor quando designados;

VII- colaborar no processo de Orientação Educacional, atuando, inclusive, como Professores Conselheiros de Classe quando designados na forma deste Regimento;

VIII- proceder à observação dos alunos identificando necessidades e carências de ordem social, psicológica, material ou de saúde que interferem na aprendizagem, encaminhando-os aos setores especializados de assistência;

IX- participar dos Conselhos de Série e de Classe;

X- participar do Conselho de Escola, quando indicados na forma deste Regimento;

XI- manter permanente contato com os pais ou responsáveis, informando-os e orientando-os sobre o desenvolvimento do aluno e obtendo dados de interesse para o processo educativo;

XII- participar de atividades cívicas, cultural e educativas da comunidade;

XIII- participar da Associação de Pais e Mestres e outras instituições auxiliares da Escola;

XIV- executar e manter atualizados os registros relativos a suas atividades e fornecer informações conforme as normas estabelecidas;

XV- responsabilizar-se pela utilização, manutenção e conservação de equipamentos e instrumentais em uso em Laboratórios, Oficinas e outros Ambientes Especiais próprios de sua área curricular;

XVI- fornecer ao Professor Coordenador relação de material de consumo necessário ao desenvolvimento das atividades curriculares.

CAPÍTULO III

Das Competências

Artigo 51 - São competências do Diretor de Escola além de outras que lhe forem atribuídas por lei, decreto ou ato da administração superior:

I- em relação às atividades específicas:

a) definir a linha de ação a ser adotada pela Escola, observadas as diretrizes da administração superior;

b) aprovar o Plano Escolar e encaminhá-lo à Delegacia de Ensino para homologação;

c) autorizar a matrícula e transferência de alunos;

d) manter entendimentos com empresas e outras instituições para fins de entrosagem, intercomplementaridade ou estágio de alunos;

e) propor a instalação de classes de 1ª a 4ª série, observados os critérios estabelecidos pela administração superior;

f) atribuir classes e regência de aulas e estágios aos professores da Escola, nos termos da legislação vigente;

g) estabelecer o horário de aulas e de expediente da Secretaria e da Biblioteca;

h) assinar, juntamente com o Secretário, todos os documentos relativos à vida escolar dos alunos, expedidos pela Escola;

i) conferir diplomas e certificados de conclusão de grau, de série e de aprovação em disciplinas;

j) convocar e presidir reuniões do Conselho de Escola e do pessoal subordinado;

l) presidir solenidades e cerimônia da Escola.

m) representar a Escola em atos oficiais e atividades da comunidade;

m) submeter à aprovação do Delegado de Ensino propostas de utilização do prédio ou dependências da Escola para outras atividades que não as de ensino, mas de caráter educacional ou cultural;

o) aprovar o regimento do Centro Cívico, de conformidade com diretrizes baixadas pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, e submetê-lo à homologação - de autoridade ou órgão competente;

p) encaminhar os estatutos da Associação de Pais e Mestres ao Departamento de Assistência ao Escolar, para registro;

q) aprovar regulamentos e estatutos de outras instituições auxiliares que operam no Estabelecimento;

r) submeter à apreciação do Conselho de Escola matéria pertinente à deliberação do colegiado;

s) encaminhar à Delegacia de Ensino relatório anual das atividades da Escola;

t) aplicar penalidades de repreensão e suspensão, limitada a 6 (seis) dias, aos alunos;

u) decidir sobre recursos interpostos por alunos, ou seus responsáveis, relativos à verificação do rendimento escolar;

II- em relação às atividades gerais:

a) responder pelo cumprimento, no âmbito da Escola, das leis, regulamentos e determinações, bem como dos prazos para execução dos trabalhos, estabelecidos pelas autoridades superiores;

b) expedir determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços;

c) avocar, de modo geral e em casos especiais, as atribuições e competências de qualquer servidor subordinado;

d) delegar competências e atribuições a seus subordinados, assim como designar comissões para execução de tarefas especiais;

e) decidir sobre petições, recursos e processos de sua área de competência, ou remetê-los devidamente informados, a quem de direito, nos prazos legais, quando for o caso;

f) apurar ou fazer apurar irregularidades de que venha a tomar conhecimento;

g) decidir quanto a questões de emergência ou omissão no presente Regimento ou nas disposições legais, representando às autoridades superiores;

III- em relação à administração de pessoal:

a) dar posse e exercício a servidores classificados na Escola;

b) conceder prorrogação de prazo para posse e exercício de servidores, observadas as disposições específicas da legislação em vigor;

c) conceder período de trânsito;

d) aprovar a escala de férias dos servidores da Escola;

e) conceder licença a servidor à vista do competente parecer do Departamento Médico do Serviço Civil do Estado:

- para tratamento de saúde;

- por motivo de doença de pessoa da família;

- quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de doença profissional;

- compulsoriamente, como medida profilática;

- em caso de gestação;

f) conceder licença para atender às obrigações relativas ao serviço militar;

g) controlar a frequência diária dos servidores subordinados e atestar a frequência mensal;

h) autorizar a retirada do servidor durante o expediente;

i) decidir, nos casos de absoluta necessidade de serviço, sobre a impossibilidade de gozo de férias regulamentares, e autorizar o gozo das férias não usufruídas no exercício correspondente;

j) decidir, atendendo às limitações legais, sobre os pedidos de abono ou justificação de faltas ao serviço;

l) propor a designação ou dispensa de servidor para funções de Assistente de Diretor, coordenador pedagógico, Secretário de Escola e Zelador;

m) designar docente da Escola para as funções de Professor Coordenador, Professor Conselheiro de Classe, e outras requeridas pela estrutura e funcionamento da Escola;

- n) avaliar o mérito de funcionários que lhe são mediata ou imediatamente subordinados;
- o) aplicar aos servidores subordinados pena de repreensão e de suspensão limitada a 8 (oito) dias, bem como decidir sobre sua conversão em multa, na forma da legislação específica;

IV- em relação à administração de material e financeira:

- a) autorizar a requisição de material e financeira;
- b) indicar servidor para receber as verbas de material de consumo e despesas de pronto pagamento, e controlar sua aplicação.

Artigo 52 - São competências do Secretário, além de outras que lhe forem atribuídas por ato da administração superior:

I- responder, perante o Diretor, pela regularidade e autenticidade dos registros da vida escolar dos alunos, a cargo da Secretaria;

II- cumprir e fazer cumprir normas legais, regulamentos, decisões e prazos estabelecidos para a execução dos trabalhos de responsabilidade da Secretaria;

III- propor e opinar sobre medidas que visem à racionalização das atividades de apoio administrativo;

IV- expedir instruções necessárias à manutenção da regularidade dos serviços sob sua responsabilidade;

V- providenciar a instrução de processos e expediente que devam ser submetidos à decisão superior;

VI- assinar todos os documentos escolares que, conforme normas estabelecidas pela administração superior, devam conter sua assinatura;

VII- avaliar o mérito de funcionários que lhe são imediatamente subordinados;

VIII- responsabilizar-se pela guarda dos livros e papéis.

CAPÍTULO IV

Do Pessoal

Artigo 53 - As categorias e número de servidores que compõem o quadro de pessoal das escolas, bem como as exigências de habilitação ou qualificação para provimento dos cargos e funções, são fixados em legislação específica e, observadas, no caso de docentes e especialistas em educação, as normas estabelecidas pelos Conselho Federal e Estadual de Educação.

Artigo 54 - Assume a Direção da Escola nos impedimentos ou afastamentos do Diretor o Assistente de Diretor.

§ 1º - Dispondo a Escola de mais de um Assistente, assume a Direção aquele que tiver maior tempo de exercício na Escola.

§ 2º - Não contando a Escola com Assistente de Diretor, a designação de substituto do Diretor deve recair preferencialmente em professor efetivo, pertencente ao quadro da Escola, e portador de habilitação específica exigida para o desempenho do cargo de Diretor.

§ 3º - A designação a que se refere o parágrafo anterior é feita mediante indicação do Conselho da Escola e aprovação do Delegado de Ensino.

Artigo 55 - Na hipótese de o Assistente de Diretor assumir a Direção da Escola, na conformidade do artigo anterior, por período superior a 60 (sessenta) dias é facultada a substituição do Assistente pelo prazo de duração do afastamento do Diretor.

Artigo 56 - O Secretário da Escola é substituído em seus impedimentos ou afastamentos, por escriturário, preferencialmente da mesma Escola, indicado pelo Diretor, observadas as disposições legais.

Artigo 57 - Não dispondo a Escola de Bibliotecário, o atendimento dos usuários será efetuado por professor adido ou readaptado.

Parágrafo único - Na inexistência de docentes nas condições mencionadas neste artigo, as atribuições referidas serão exercidas por elemento contratado, devidamente capacitado.

Artigo 58 - Os Professores Conselheiros de Classe são designados pelo Diretor, mediante lista tríplice apresentada pelos alunos da classe

Artigo 59 - As atribuições previstas no artigo 40, quando a Escola não contar com titular de cargo correspondente, são exercidas pelo servidor designado para ocupar a zeladoria, conforme normas baixadas pela administração superior.

TÍTULO III

Dos direitos e deveres dos participantes do Processo Educativo

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres dos Servidores

Artigo 60 - Aos servidores em exercício na Escola aplicam-se, quanto a direitos e deveres e regime disciplinar, as disposições estatutárias dos servidores públicos civis do Estado e do pessoal do Quadro do Magistério.

CAPÍTULO II

Do Horário e Regime de Trabalho

Artigo 61 - O horário de trabalho dos servidores da Escola, observadas a legislação em vigor e normas baixadas pela administração superior, é fixado de acordo com as necessidades do ensino, atendidas as peculiaridades da Escola e a conveniência da administração.

Artigo 62 - Qualquer que seja o horário da Escola, os servidores estão sujeitos à escala e ao regime de trabalho estabelecido.

CAPÍTULO III

Dos Direitos e Deveres do Corpo discente

Artigo 63 - São direitos do aluno:

I- ter asseguradas as condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades na perspectiva social e individual;

II- ter assegurado o respeito aos direitos da pessoa humana e suas liberdades fundamentais;

III- ter asseguradas as condições ótimas de aprendizagem, devendo ser-lhe propiciada ampla assistência por parte do professor e acesso aos recursos materiais e didáticos da Escola;

IV- recorrer dos resultados das avaliações de seu desempenho;

V- reunir-se a seus colegas para organização de agremiações e campanhas de cunho educativo, nas condições estabelecidas ou aprovadas pelo Diretor da Escola;

VI- receber atendimento adequado por parte dos serviços assistenciais, quando carente de recursos;

VII- formular petições ou representar sobre assuntos pertinentes à vida escolar;

Artigo 64 - São deveres do aluno:

I- contribuir, em sua esfera de atuação, para o prestígio da Escola;

II- comparecer pontualmente, e de forma participante, às atividades que lhe foram afetas;
III- obedecer às normas estabelecidas pelo código disciplinar da Escola e às determinações superiores;

IV- ter adequado comportamento social tratando servidores da Escola e colegas com civilidade e respeito;

V- portar a identificação escolar expedida pela Escola apresentando-as quando lhe for exigida;

VI- cooperar para boa conservação dos móveis do estabelecimento, equipamentos e material escolar, concorrendo também para a manutenção de boas condições de asseio do edifício e suas dependências;

VII- não portar material que represente perigo para a saúde, segurança e integridade física e moral sua ou de outrem;

VIII- observar rigorosa probidade na execução de quaisquer provas ou trabalhos escolares;

IX- submeter à aprovação dos superiores a realização de atividades de iniciativa pessoal ou de grupos, no âmbito da Escola;

X- não participar de movimentos de indisciplina coletiva;

XI- comportar-se de modo a fortalecer o espírito patriótico e a responsabilidade democrática;

XII- observar as normas de prevenção de acidentes, utilizando obrigatoriamente, quando for o caso, os equipamentos de segurança previstos.

Artigo 65 - A inobservância dos deveres estipulados no artigo anterior sujeita o aluno à pena de repreensão, aplicada pelo Diretor da Escola.

§ 1º - Nos casos de reincidência ou de falta grave o aluno poderá ser suspenso por até 6 dias ou transferido compulsoriamente.

§ 2º - Nos casos de transferência compulsória a apuração de culpabilidade será procedida por uma comissão de professores da Escola, designados pelo Diretor, tendo o aluno direito de defesa, assistido, se menor, por seu pai ou responsável.

§ 3º - O parecer conclusivo emitido pela comissão, nos termos do parágrafo anterior, será submetido à homologação do Conselho de Escola representado, pelo menos, por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Artigo 66 - Toda medida disciplinar aplicada deve ser registrada em livro próprio e comunicada aos pais ou responsáveis.

TÍTULO IV

Da Organização Didática

CAPÍTULO I

Do Currículo Pleno

Artigo 67 - O currículo pleno terá uma parte destinada à Educação Geral e outra à Formação Especial.

§ 1º - No ensino de 1º grau, a distribuição das cargas horárias atenderá à exclusividade e à predominância da Educação Geral, respectivamente nas séries iniciais e finais.

§ 2º - No ensino de 2º grau, a predominância da parte de formação Especial sobre a Educação Geral será assegurada nas cargas horárias totais propostas para a obtenção de certificado e/ou diplomas.

Artigo 68 - A parte de Educação Geral, visando à aquisição de uma base comum de conhecimento que integre o aluno na cultura do tempo e em sua própria sociedade, compreenderá o Núcleo Comum estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, os conteúdos expressos no artigo 7º da Lei 5692, de 1971 e matérias da parte diversificada.

§ 1º - Os conteúdos específicos obrigatórios do Núcleo Comum serão incluídos em todas as séries do ensino de 1º grau, com exceção de Organização Social e Política do Brasil, que poderá figurar apenas na 8ª série;

§ 2º - Educação Artística, como conteúdo individualizado, poderá figurar em todas as séries ou em parte delas, no ensino de 1º e 2º graus.

§ 3º - Programas de Saúde poderá ser integrado em Ciências Físicas e Biológicas em qualquer das séries do ensino de 1º e 2º graus.

§ 4º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constará dos horários normais da Escola..

§ 5º - A escolha dos conteúdos da parte diversificada será feita pela Escola, de acordo com normas do Conselho Estadual de Educação, e deverá ser autorizada pelo órgão competente da Secretaria da Educação.

Artigo 69 - A formação Especial no ensino de 1º grau terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho e integrará o currículo das duas últimas séries.

§ 1º - A parte de Formação Especial, sob a forma de Educação para o Trabalho, visará à continuidade de estudos no 2º grau.

§ 2º - Quando houver interesse e necessidade de proporcionar terminalidade, a Formação Especial será realizada em Centros Interescolares para tal fim estruturados e equipados pela Secretaria da Educação, em outras escolas de 1º grau que disponham de recursos físicos e humanos para tanto, ou por intermédio de outras instituições, mediante convênio, previsto o regime da intercomplementaridade.

Artigo 70 - A parte de Formação Especial, no ensino de 2º grau, visa à oferta de habilidades plenas e parciais instituídas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação e da Formação Profissionalizante Básica instituída pelo Conselho Estadual de Educação.

Artigo 71 - A formação Geral a que se refere o artigo anterior compreenderá conteúdos da parte profissional específica, observados os mínimos estabelecidos pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação, disciplinas instrumentais e estágios supervisionados, quando for o caso.

§ 1º - Os estágios, de frequência obrigatória, serão disciplinados em regulamento específico, observadas as normas estabelecidas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação.

§ 2º - A duração dos estágios, variável de acordo com as exigências da habilitação, não será computada para fins de integralização da carga horária mínima fixada para a parte de Formação Especial, exceto nos casos expressamente previstos nas normas baixadas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação.

§ 3º - O aluno que comprovar exercer ocupação idêntica àquela a que se refere o curso poderá, em casos específicos, ter computado o tempo de trabalho para efeito de estágio.

Artigo 72 - A Escola, à vista da demanda e das condições do mercado de trabalho, poderá solicitar a suspensão temporária da oferta de uma ou mais habilitações, bem como sua

substituição por outras para cujo desenvolvimento disponha de recursos humanos, equipamentos e instalações.

Artigo 73 - Será permitido ao aluno cursar, concomitantemente, uma das modalidades da Formação Profissionalizante Básica e uma habilitação plena ou parcial afim, conforme regulamentação específica expedida por órgão próprio da Secretaria da Educação.

§ 1º - Para cumprimento do disposto neste artigo, a Escola poderá valer-se dos recursos de entrosagem e de intercomplementaridade.

§ 2º - Os componentes necessários à complementação curricular prevista nesta artigo poderão ser cursados no regime de matrícula por disciplina, obedecendo os pré-requisitos fixados no plano curricular.

§ 3º - Poderá ser adotada a organização semestral do currículo quando a complementação a que se refere o artigo for proporcionada por Centros Estaduais Interescolares de Formação Especial ou, mediante convênio, por instituições criados por lei específica, destinados à formação profissional.

Artigo 74 - Ao aluno que concluir uma das modalidades da Formação Profissionalizante Básica poderá ser oferecida, no ano seguinte ao da obtenção do certificado, a oportunidade de complementação do seu plano de curso, com vistas à obtenção de uma habilitação plena ou parcial afim.

Parágrafo único - Aplica-se aos casos previstos neste artigo o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 73.

Artigo 75 - Na organização dos planos curriculares para o ensino de 1º e 2º graus a serem estabelecidos mediante Resolução do Secretário da Educação, deverão ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos:

I- Duração do ano letivo;

II- quadro curricular indicando o tratamento metodológico a ser dado aos conteúdos curriculares, sua distribuição por séries e respectiva carga horária.

CAPÍTULO II

Do Critério de Agrupamento de Alunos

Artigo 76 - Os números mínimo e máximo de alunos por classe, bem como as condições para a instalação de novas classes, serão fixados mediante Resolução do Secretário da Educação.

Parágrafo único - Para atividades de Laboratório, Oficinas e outras, cuja natureza exija número reduzido de alunos, admitir-se-á o desdobramento de turmas, observados os critérios estabelecidos pela administração superior.

Artigo 77 - As classes serão organizadas agrupando, sempre que possível, para disciplinas comuns, alunos de diferentes habilitações, ou das diversas modalidades da Formação Profissionalizante Básica.

Artigo 78 - Poderão ser organizadas turmas que reúnam alunos de diferentes séries e equivalentes níveis de adiantamento para o ensino de Língua Estrangeira Moderna e componentes curriculares da parte de Formação Especial, observados os critérios estabelecidos pela administração superior.

Artigo 79 - Observada a legislação em vigor, as classes de Educação Física poderão ser organizadas por aptidão física ou em grupos para a realização de atividades relacionadas com determinada modalidade esportiva.

CAPÍTULO III

Da Verificação do Rendimento Escolar

Artigo 80 - A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

Artigo 81 - A avaliação do aproveitamento deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes experiências de aprendizagem, levando em consideração os objetivos visados.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se a todos os componentes curriculares, independentemente do respectivo tratamento metodológico e de sua consideração para fins de promoção.

Artigo 82 - Na avaliação do aproveitamento deverão ser utilizados, no decorrer de cada bimestre, dois ou mais instrumentos elaborados pelo professor sob a supervisão do Coordenador Pedagógico ou, na inexistência deste, do Diretor da Escola.

Parágrafo único - Na elaboração dos instrumentos deverá ser observada a norma de preponderância dos aspectos qualitativos do aproveitamento sobre os quantitativos.

Artigo 83 - As sínteses bimestrais dos resultados da avaliação do aproveitamento serão expressas em conceitos refletindo diferenças de desempenho claramente discerníveis, registrados em menções, na seguinte conformidade:

Conceitos - Menções - Definição Operacional

Excelente - A - O aluno atingiu plenamente todos os objetivos.

Bom - B - O aluno atingiu todos os objetivos.

Satisfatório - C - O aluno atingiu os objetivos essenciais.

Suficiente - D - O aluno atingiu parte dos objetivos essenciais.

Insatisfatório - E - O aluno não atingiu os objetivos essenciais.

Artigo 84 - Os resultados da avaliação do aproveitamento deverão ser sistematicamente registrados, analisados com o aluno, e sintetizados num conceito único, bimestralmente enviado à Secretaria e comunicado aos pais ou responsáveis.

Artigo 85 - Ao término do ano letivo, o professor atribuirá um dos conceitos enumerados no artigo 83 que expressará o seu julgamento final sobre a condição do aluno prosseguir estudos na série subsequente, ou obter certificado de conclusão de grau, quanto ao aproveitamento.

§ 1º - O professor deverá entregar à Secretaria, ao mesmo tempo, no prazo fixado no Plano Escolar, o conceito relativo ao último bimestre e o conceito final.

§ 2º - O conceito final refletirá o desempenho de cada aluno ao longo do ano letivo.

Artigo 87 - Será considerado promovido para a série subsequente, ou concludente de curso, o aluno que obtiver em cada componente curricular:

I- frequência igual ou superior a 75 por cento e conceito final igual ou superior ao correspondente à menção "C";

II- frequência igual ou superior a 50 por cento e conceito final correspondente à menção "A".

Parágrafo único - nas quatro primeiras séries do 1º grau e no ensino de 2º grau, a promoção em componentes curriculares tratados como atividades decorrerá apenas da apuração da assiduidade.

Artigo 88 - Nas quatro primeiras séries do 1º grau, a promoção de aluno será resultante de:

I- avaliação do aproveitamento, considerando-se os seguintes conteúdos por série:

a) 1ª série - Língua Portuguesa;

b) 2ª série - Língua Portuguesa e Matemática;

c) 3ª série - Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Ciências Físicas e Biológicas e Matemática.

II- apuração da assiduidade, calculada a porcentagem pelo número de dias letivos.

Artigo 89 - Nas quatro primeiras séries do 1º grau, o Conselho de Séries, ouvido o professor, poderá decidir sobre a retenção do aluno sem estudos finais de recuperação, quando o grau das deficiências apresentadas evidenciar a impossibilidade de o mesmo atingir, no período previsto para a recuperação final, o mínimo de desempenho necessário ao prosseguimento de estudos na série subsequente.

Artigo 90 - Nas quatro últimas séries do 1º grau e no ensino de 2º grau, será considerado retido, sem direito a estudos finais de recuperação:

I- o aluno que não obtiver, em qualquer disciplina, área de estudo ou atividade, frequência mínima de 60 por cento, qualquer que seja o seu conceito final de aproveitamento;

II- o aluno que obtiver, na avaliação final de aproveitamento, conceito correspondente às menções “B”, “C”, “D” ou “E”, e frequência inferior a 60 por cento;

III- o aluno que obtiver, na avaliação final de aproveitamento, conceito correspondente às menções “D” ou “E” em três ou mais disciplinas ou áreas de estudos, qualquer que seja a sua assiduidade.

Artigo 91 - O aluno poderá cumprir atividades para compensar ausências, no decorrer do ano letivo, quando o registro bimestral indicar frequência inferior a 75 por cento e igual ou inferior a 60 por cento.

§ 1º - Caberá ao Conselho de Classe decidir quanto à oportunidade e conveniência de proporcionar ao aluno as atividades previstas neste artigo.

§ 2º - As atividades para compensação de ausências deverão obrigatoriamente realizar-se:

a) na própria escola, em horário não coincidente com o horário normal do aluno, bimestral, semestral ou anualmente;

b) sob a supervisão de professor que determinará sua natureza, efetuará o controle e o registro de sua execução, e remeterá bimestralmente à Secretaria informações relativas ao número de ausências compensadas.

§ 3º - No final do ano letivo, as atividades de compensação de ausência serão descontadas do número de faltas registradas para o cômputo final de frequência do aluno.

Artigo 92 - Os alunos de aproveitamento e/ou frequência insuficientes serão submetidos a estudos de recuperação.

§ 1º - Nas quatro últimas séries do 1º grau e no ensino de 2º grau, será submetido a estudos finais de recuperação:

I- o aluno que obtiver em uma ou mais disciplinas ou áreas de estudo conceito final correspondente às menções “B” ou “C” e frequência igual ou superior a 60 por cento, mas inferior a 75 por cento, computando-se para tanto as atividades de compensação de ausências, quando for o caso;

II- o aluno que obtiver conceito final correspondente às menções “D” ou “E”, em até duas disciplinas ou áreas de estudo e frequência igual ou superior a 60 por cento.

Artigo 93 - A época, a duração e a sistemática do processo de recuperação deverão ser especificadas no Plano Escolar.

Artigo 94 - Os resultados dos estudos de recuperação que se realizarem no decorrer do ano letivo integrarão a avaliação do bimestre em curso.

Artigo 95 - Os resultados dos estudos de recuperação final deverão integrar os obtidos durante o ano letivo, traduzindo-se em um conceito final definitivo que expresse globalmente o desempenho do aluno.

Artigo 96 - Nos estudos de recuperação por falta de assiduidade, a caracterização da melhoria de aproveitamento terá como elemento de referência, não apenas o conceito final, mas as eventuais deficiências reveladas pelo aluno em determinados conteúdos curriculares no decorrer do ano letivo.

Parágrafo único - O conceito final definitivo a ser atribuído após estudos de recuperação final deverá ser, no mínimo, igual ao obtido ao final do ano letivo, desde que não inferior ao correspondente à menção "C".

Artigo 97 - Os Conselhos de Série e de Classe deverão:

I- bimestralmente, programar as atividades de recuperação e de compensação de ausências;

II- até cinco dias após o encerramento do ano letivo, decidir os casos de discrepância entre o conceito final e os bimestrais, de retenção, ou admissão aos estudos finais de recuperação;

III- até cinco dias após o período de recuperação final homologar o conceito final definitivo.

§ 1º - Os casos de discrepância entre o conceito final e os bimestrais serão identificados à luz de normas a serem baixadas pelo órgão competente da Secretaria da Educação.

§ 2º - As decisões dos Conselhos, devidamente fundamentadas, deverão ser lavradas em ata.

TÍTULO V

Do Plano Escolar

Artigo 98 - O Plano Escolar deve programar o processo de escolarização, devendo ser elaborado pelo pessoal técnico, administrativo e docente da Escola.

Artigo 99 - A Coordenação do Plano é da competência do Diretor da Escola, assessorado pelo Coordenador Pedagógico.

Artigo 100 - O Plano Escolar deverá conter, no mínimo:

I- O diagnóstico da realidade da Escola, com o fim de descrever, avaliar e explicar sua situação quanto a características da comunidade e da clientela escolar, recursos materiais, humanos e institucionais disponíveis, e quanto ao desempenho;

II- objetivos e metas da instituição escolar;

III- definição da organização geral da Escola quanto a:

a) agrupamento de alunos;

b) quadros distributivos das matérias por séries;

c) carga horária;

d) normas para avaliação, recuperação e promoção;

e) calendário escolar;

IV- programação referente a atividades curriculares e atividades de apoio técnico, apoio administrativo, assistência ao escolar e das instituições auxiliares da Escola.

TÍTULO VI
Do Regime Escolar
CAPÍTULO I
Do Calendário Escolar

Artigo 101 - Do Calendário Escolar, integrante do Plano Escolar, atendendo ao disposto pelos órgãos superiores, deverão constar as seguintes indicações:

- I- período de aulas e de férias;
- II- feriados;
- III- previsão mensal de dias letivos e de carga horária;
- IV- períodos de matrícula, transferência e adaptação de alunos;
- V- períodos de elaboração ou reelaboração, avaliação e reajuste do Plano Escolar;
- VI- datas de apresentação dos resultados de avaliação;
- VII- períodos de recuperação;
- VIII- atividades culturais e de lazer;
- IX- comemorações e campanhas;
- X- reuniões para fins administrativos e técnicos;
- XI- reuniões com os pais;
- XII- reuniões das instituições auxiliares;
- XIII- data de apresentação do relatório anual.

Artigo 102 - São considerados dias letivos as comemorações cívicas e demais atividades da Escola que contem com a participação do corpo docente e discente, desde que estejam previstas no Calendário Escolar.

Artigo 103 - A duração em horas, fixada para o ano letivo para os alunos de 5ª a 8ª séries do 1º grau e para os de 2º grau, será computada em termos de horas-aula.

Artigo 105 - Para as classes de 1ª a 4ª séries do 1º grau o intervalo destinado a recreio será computado para fins de cumprimento dos mínimos exigidos quanto à duração do período diário de aula.

Artigo 106 - As reuniões para quaisquer fins serão realizadas sem prejuízo das aulas.

Artigo 107 - As aulas previstas somente poderão ser suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida, ficando sujeitas a reposição para o devido cumprimento do período letivo.

Parágrafo único - A suspensão de que trata o artigo deverá ser previamente autorizada pela Delegacia de Ensino, exceção feita aos casos de força maior.

Artigo 108 - Os trabalhos escolares dos alunos só poderão ser encerrados quando cumpridos os mínimos de duração para o ano letivo, em termos de dias e horas, fixados pela administração superior.

CAPÍTULO II
Da Matrícula

Artigo 109 - A matrícula inicial será efetuada mediante requerimento do pai ou responsável, ou do próprio aluno, se maior.

§ 1º - Constará do requerimento a que se refere este artigo a anuência ao presente regimento.

§ 2º - No ato da primeira matrícula, o candidato deverá apresentar certidão de nascimento e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, quando couber.

Artigo 110 - São condições para matrícula:

I- na 1ª série do 1º grau, idade mínima estabelecida em lei e em normas do Conselho Estadual de Educação;

II- na 1ª série do 2º grau, conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes;

III- nas demais séries do 1º e 2º graus, comprovação da escolaridade anterior;

IV- em qualquer série, em regime de internato, atestado de sanidade, além das exigências anteriores cabíveis.

§ 1º - As matrículas dos alunos que não atendam às condições do Inciso I somente serão efetuadas mediante autorização do Conselho Estadual de Educação.

§ 2º - Para a matrícula na 1ª série da habilitação plena ou parcial de Enfermagem será exigida idade mínima de 16 anos.

§ 3º - As matrículas dos alunos nas primeiras séries do 2º grau poderão ser condicionadas à classificação em provas de seleção conforme normas fixadas pelos órgãos superiores, quando o número de vagas for inferior ao número de candidatos.

Artigo 111- As matrículas serão efetuadas, anualmente, em época prevista no calendário escolar.

Artigo 112 - É admitido no ensino de 2º grau o regime de matrícula com dependência em até dois componentes curriculares, desde que preservada a seqüência do currículo.

§ 1º - Na programação das atividades curriculares, indicar-se-ão, em cada série, os componentes curriculares não suscetíveis de dependência e os que se constituem em pré-requisitos.

§ 2º - A retenção em componentes curriculares cursados em regime de dependência determina a retenção na série regularmente cursada.

§ 3º - No regime de matrícula por dependência, serão observadas as exigências relativas à apuração da assiduidade e à avaliação do aproveitamento estipulado para o regime comum, observado o disposto no Inciso III do artigo 63.

§ 4º - Não será expedido certificado de conclusão de série ou grau a aluno em dependência.

§ 5º - O aluno retido na última série, em até dois componentes curriculares, poderá cursar, no ano subsequente, apenas estes componentes.

CAPÍTULO III

Da Transferência

Artigo 113 - As transferências de alunos obedecerão ao disposto na legislação vigente de acordo com normas fixadas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação.

Artigo 114 - As transferências serão efetuadas normalmente nos períodos de férias escolares.

§ 1º - Serão realizadas transferências até o final do terceiro bimestre desde que o interessado ou responsável, no caso de menores, comprove um dos seguintes motivos:

I- mudança de residência;

II- necessidade de trabalho;

III- problemas de saúde;

IV- incompatibilidade disciplinar;

V- problemas econômicos.

§ 2º - Os pedidos de transferência apresentados após o prazo previsto no parágrafo anterior serão submetidos à apreciação das Delegacias de Ensino.

Artigo 115 - É permitida, em qualquer época do ano, a transferência de aluno filho de servidor público ou militar removido, independentemente da existência de vaga, atendidos critérios estabelecidos pela administração superior.

Parágrafo único - No caso de transferência, nos termos deste artigo, é obrigatória a apresentação de documento comprobatório da remoção do funcionário.

Artigo 116 - Poderão ser recebidas transferências de alunos provenientes do estrangeiro, ficando a efetivação de sua matrícula condicionada a pronunciamento do órgão competente do sistema.

CAPÍTULO IV

Da Adaptação

Artigo 117 - Os alunos recebidos por transferência serão submetidos a processo de adaptação, quando houver discrepância entre os componentes curriculares e/ou conteúdos programáticos de disciplinas, áreas de estudos ou atividades das escolas de origem e de destino.

Artigo 118 - O processo de adaptação obedecerá à programação elaborada pelo professor do componente curricular ou sob a supervisão do Coordenador Pedagógico.

Artigo 119 - A adaptação no caso de não coincidência de componentes curriculares do Núcleo Comum e do Artigo 7º da Lei nº 5692, de 1971, e quando necessária para a integração dos mínimos previstos para habilitações profissionais e Formação Profissionalizante Básica, far-se-á mediante frequência regular do respectivo componente curricular, em horários especiais.

Parágrafo único - Os trabalhos práticos de Oficina ou Laboratório, e os estágios quando for o caso, poderão constituir-se em objeto de processo de adaptação.

Artigo 120 - O componente curricular cumprido em regime de adaptação será registrado na ficha escolar do aluno.

CAPÍTULO V

Dos diplomas e Certificados

Artigo 121 - Ao aluno aprovado na série final do 1º grau será conferido certificado de conclusão.

Parágrafo único - Poderão ser expedidos certificados de conclusão de série do 1º grau, quando requeridos pelo interessado ou seu responsável, se menor.

Artigo 122 - Ao aluno que concluir qualquer das modalidades da Formação Profissionalizante Básica, será conferido certificado de conclusão do 2º grau com indicação da área econômica pela qual optou.

Artigo 123 - Ao aluno que concluir estudos que conduzem à habilitação profissional, em nível de técnica, com duração de três ou quatro séries anuais, será conferido diploma de técnico em nível de 2º grau da respectiva ocupação.

Artigo 124 - Ao aluno que concluir estudos que conduzem à habilitação específica para o magistério das quatro primeiras séries do 1º grau, de acordo com normas do Conselho Estadual de Educação, será conferido o respectivo diploma.

Artigo 125 - Ao aluno que concluir estudos que conduzam à habilitação profissional, em nível de auxiliar, com duração de três séries anuais, será conferido certificado de auxiliar na respectiva ocupação.

Artigo 126 - Ao aluno que concluir as três primeiras séries da habilitação específica para o magistérios das 4 primeiras séries do 1º grau, referida no artigo 124, será conferido certificado de conclusão de 2º grau para fins de prosseguimento de estudos.

Artigo 127 - Aos alunos de 2º grau poderão ser expedidos certificados de conclusão de série ou de aprovação em disciplinas, quando requeridos pelo aluno ou, se menor, por seu responsável.

TÍTULO VII

Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 128 - Todas as petições, representações ou ofícios formulados por servidores ou alunos da Escola ou membros das Diretorias das instituições auxiliares, dirigidas a qualquer autoridade, deverão ser encaminhados e devidamente informados, quando for o caso, pelo Diretor da Escola.

Artigo 129 - Encerrado o ano letivo, os diários de classe deverão ser arquivados na Secretaria da Escola, podendo ser incinerados, quando decorridos dois anos letivos, lavradas as atas competentes.

Artigo 130 - Incorporam-se a este Regimento Escolar as determinações supervenientes oriundas de disposições legais ou de normas baixadas pelos órgãos competentes.

Artigo 131 - O regime de matrícula com dependência somente será aplicável a alunos retidos a partir do ano letivo em que passar a vigorar este Regimento.

Artigo 132 - Os assuntos não previstos neste Regimento serão resolvidos pela autoridade competente

Publicado no D.O. 1º/08/1978 (p. 32-5)